

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTRO (ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO)
RELATORIO ... DO ANNO DE 1854 APRESENTADO Á
Á ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA NA 3ª SESSÃO DA 9ª
LEGISLATURA. (PUBLICADO EM 1855)

INCLUI ANNEXOS.

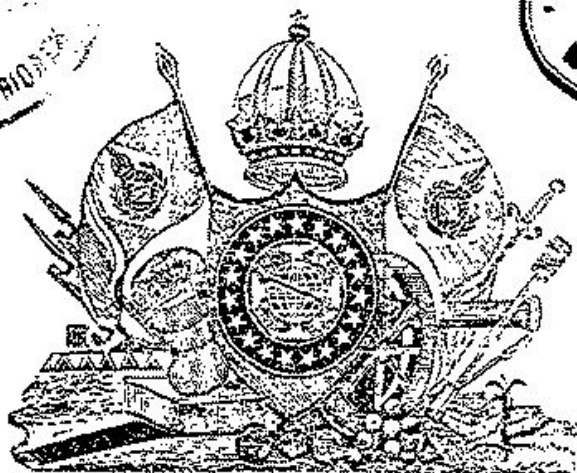
RELATORIO
DA
REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

APRESENTADO
À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA TERCEIRA SESSÃO DA NONA LEGISLATURA

PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO

VISCONDE DE ABAETÉ



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

RUA DOS INVALIDOS, 61 B

1855

RELATORIO

AUGUSTOS E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.

PELA segunda vez venho informar-vos ácerca do que tem
occorrido, pela repartição dos negocios estrangeiros, digno,
pela sua importancia, de ser levado ao vosso conhecimento,
em continuação aos esclarecimentos que vos forão ministrados
no meu relatorio do anno passado.

Secretaria de estado.

Agradeço-vos, senhores, terdes tomado em consideração
as ponderações que tive de fazer-vos para justificar o pedido
de uma authorisação que habilitasse o governo a organizar de
modo conveniente a secretaria dos negocios estrangeiros.

O intervallo de mais um anno decorrido depois que vos apresentei
as considerações que me induzirão a sollicitar aquella authorisação,

Reforma da secretaria.

tem-me convencido cada vez mais da necessidade da reforma da secretaria a meu cargo.

Motivos por que não se tem ainda publicado a reforma.

A conveniencia de harmonisar o mais possivel a nova organisação da secretaria de estrangeiros com a que tem de ser adoptada pelos Srs. ministros do imperio e da justiça, nas suas respectivas secretarias, não me permite apresentar desde já á vossa consideração a manciara por que o governo fez uso da autorisação que lhe concedestes.

Além disto, a reforma importaria a necessidade de elevar desde já a despesa que se faz com a secretaria, concedendo aos seus empregados vencimentos que correspondão ao trabalho, que sobre elles pesa, e a uma posição independente.

Receei nas circumstancias actuaes crear este augmento de despesa.

Reclamação dos empregados da secretaria pela redução em seus emolumentos, proveniente do decreto de 10 de Janeiro de 1855.

Cabe porém aqui, senhores, submeter á vossa apreciação a representação que me dirigio o official maior da repartição por occasião da execução dada ao decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro do corrente anno, o qual, permitindo aos estrangeiros viajar dentro do imperio sem dependencia de passaportes concedidos pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, reduziu consideravelmente os emolumentos respectivos.

Direito da secretaria áquelles emolumentos.

Sendo estes emolumentos uma parte integrante dos vencimentos da secretaria, como foi estabelecido por lei, e sancionado e firmado por differentes actos do governo, com razão se sollicita a conveniente indemnisação para os empregados, que delles forão privados pelo respectivo decreto.

O governo acha justa a reclamação e está disposto a toma-la na devida consideração.

No documento n.º 7 (annexo A), encontrareis a representação acima alludida, com todas as disposições e actos do governo, dos quaes derivão os empregados da repartição o seu direito á indemnisação reclamada.

Motivo para a expedição do decreto.

No decreto acima citado relativo aos passaportes expedidos aos estrangeiros que viajam no imperio, seguiu o governo imperial sem alterar a legislação vigente a pratica adoptada em casos taes nos paizes cultos.

Corpo diplomatico.

Apresento-vos no quadro sob n.º 2 (annexo A), o pessoal do corpo diplomatico brasileiro, e por elle vereis as alterações que tem soffrido depois do meu ultimo relatorio.

Movimento do corpo diplomatico brasileiro.

Tendo fallecido em Buenos-Ayres o conselheiro Rodrigo de Souza da Silva Pontes, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Confederação Argentina, as relações politicas do Brasil com aquellas

republicas exigião a nomeação immediata de um outro agente brasileiro

Achando-se então nesta corte o Sr. Joaquim Thomaz do Amaral, secretario de legação, e que pelas suas habilitações, e serviços prestados na carreira diplomatica, merecia ser promovido a chefe de missão, houve por bem S. M. o Imperador, enquanto não nomea um ministro de 2.ª ordem, conforme determina o decreto n.º 941 de 20 de Março de 1852, acreditar-o junto dos respectivos governos na qualidade de encarregado de negocios.

Movimento do corpo diplomatico brasileiro.

O secretario desta missão o Sr. Cesar Savan Vianna de Lima, que pelo fallecimento do Sr. conselheiro Silva Pontes exercia interinamente as funções de encarregado de negocios, foi chamado a exercer o cargo de secretario na importante legação de Londres.

O Sr. Thomaz Fortunato de Brito, addido de 1.ª classe á legação em Roma, foi promovido a secretario na legação de Buenos-Ayres e Confederação Argentina. O Sr. João Alves Loureiro foi removido para Paris, onde já servio como secretario.

Vagando o lugar de secretario da legação imperial nos Estados-Unidos da America, em consequencia de haver pedido a sua demissão o Sr. José Maria Pinto Peixoto Junior, foi promovido a este cargo o Sr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, addido de 1.ª classe á mesma legação.

O visconde de Santo Amaro, que servia de encarregado de negocios em Sardenha, passou no mesmo caracter para Napoles, de cuja legação imperial era chefe o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, passando este a reger a legação de Turim.

O Sr. Miguel Maria Lisboa, tendo concluido a sua commissão nas republicas de Venezuela, Nova Granada, e Equador, foi posto em disponibilidade activa nesta secretaria de estado, enquanto se lhe não dá novo destino.

Cessação da missão especial em Venezuela, Nova Granada e Equador, e conveniência de haver naquellas republicas um novo agente.

O Sr. Lisboa celebrou as convenções, de que já tendes conhecimento com aquellas republicas, conforme as instrucções, que havia recebido do governo imperial.

De todas estas convenções só a que foi celebrada com o Equador obteve a ratificação dos dous governos, verificando-se em Paris, conforme foi accordado com esta ultima republica, a troca das respectivas ratificações.

O governo imperial, não só para completar os ajustes diplomaticos com a republica do Equador, mas ainda para promover a approvação das convenções assignadas com os plenipotenciarios de Venezuela e Nova Granada, e a ratificação dos respectivos governos, terá em occasião opportuna de enviar um novo agente a essas republicas.

Attendendo S. M. o Imperador ás representações do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa sobre a impossibi-

Restabelecimento dos representantes do ministio brasileiro em Lisboa.

lidade de occorrer aos gastos que lhe cumpre fazer para desempenhar dignamente o character de que se achava revestido junto daquelle cõrte, houve por bem restabelecer a quantia de quatorze contos e trezentos mil réis, em que o decreto n.º 954 de 6 de Abril de 1852 tinha fixado os vencimentos do chefe desta legação.

No relatorio que vos foi apresentado pelo meu antecessor, em 1852, figura um quadro dos empregados que então se achavão em exercicio no corpo diplomatico brasileiro, com a indicação de todos os empregos por elles exercidos.

Tendo sido necessario rever aquelle quadro para se lhe fazerem algumas rectificações e accrescentamentos, apresento-vos outro mais completo no documento n.º 3, anexo **A**.

Dificuldades em se organizar a matricula do corpo diplomatico e consular.

O art.º 48 do decreto n.º 940 de 20 de Março de 1852 ordenou a creação de um livro destinado á matricula do corpo diplomatico e consular, no qual fossem apontados os decretos de suas nomeações, retiradas e demissões, tempo de serviço e licenças, tendo este livro por fim liquidar definitivamente, e com conhecimento dos interessados, o tempo de serviço que no futuro tenha de ser attendido nos casos de aposentadoria.

Para colligir os dados que devem servir de base áquella matricula, é de mister rever a correspondencia de todas as legações e consulados, em que tem servido os empregados de que se trata, afim de verificar as licenças concedidas e sua natureza, assim como as interrupções de serviço e as causas que as motivarão.

Só com vagar, e quando outros trabalhos mais urgentes o permitão, poderá fazer-se este processo, ouvindo-se os interessados.

Corpo diplomatico estrangeiro.

Nomeamento do corpo diplomatico estrangeiro.

O Sr. Hyppolyte de Sonleithner, que em Abril do anno proximo passado se tinha retirado com licença desta cõrte, onde se achava creditado no character de encarregado de negocios de S. M. Imperial e Real Apostolica, regressou no de ministro residente, e em 24 de Fevereiro deste anno entregou a S. M. o Imperador a sua respectiva carta de creença.

O Sr. José Lannoy, ministro residente de S. M. o rei dos Belgas, retirou-se desta cõrte com licença do seu governo, ficando encarregado da legação da Belgica o consul geral o Sr. Eduardo Pocher.

No dia 21 do mez proximo passado o Sr. D. José Delavat y Rincon, que durante mais de 20 annos exerceu nesta cõrte funcções diplomaticas

como representante de Hespanha, apresentou a S. M. o Imperador a carta de sua soberana, que dava por finda a sua missão.

O Sr. D. José Delavat y Rincon retirou-se deste serviço no caracter de ministro residente, e durante todo o longo tempo, em que esteve acreditado nesta corte, tornou-se credor da maior consideração pelas suas qualidades pessoais e pelas boas relações que sempre cultivou com o governo imperial, procurando manter na mais perfeita harmonia e intelligencia as relações de amizade que tem sempre existido entre as duas cortes.

Movimento de pessoal do
corpo diplomatico estrangeiro.

O Sr. D. José Delavat y Rincon teve por successor o Sr. D. Fabricio Potestad no mesmo caracter de ministro residente, e o governo imperial não espera menos deste cavalheiro tão recommendado por S. M. Catholica em sua carta de crença.

O Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, ausentou-se desta corte em 16 de Julho do anno passado, e exerce as funções de encarregado de negocios, durante a sua ausencia, o secretario da legação o Sr. João Gomes de Oliveira Silva.

O Sr. conde Affonso Henrique de Oriolla, que com licença do seu governo ausentou-se em 1853 desta corte, onde estava acreditado, como ministro residente de S. M. o rei da Prussia, dirigio ao governo imperial em 20 de Julho do anno passado uma nota, remettendo a sua recredencial para ser entregue a S. M. o Imperador, em consequencia de haver sido nomeado pelo seu soberano enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á corte de Dinamarca.

Estando vaga esta legação, e desejando o governo de S. M. o rei da Prussia, enquanto não nomêa um outro ministro, attender devidamente aos interesses dos dous paizes, e prestar-lhes particular attenção, encarregou ao Sr. L. Levenhagen, de dirigir interinamente, durante a sua residencia, os negocios da legação prussiana.

O Sr. Levenhagen tem-se dedicado ao estudo das relações commerciaes que tem o seu paiz com este imperio, e tem visto e apreciado as vantagens, proporcionadas aos subditos de sua nação, que tem vindo estabelecer-se nelle como colonos, examinando por si mesmo varias colonias, e com especialidade as do Rio Grande do Sul.

Objecto da missão do
Sr. Levenhagen.

As informações colhidas por um espirito desprevenido e esclarecido, como é o do Sr. Levenhagen, muito podem concorrer para facilitar a emigração allemã para differentes provincias do imperio, onde o governo imperial tanto se desvela para que seja bem acolhida.

O Sr. conde Medem, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador de todas as Russias, tendo sido no mesmo caracter removido para os Estados-Unidos da America, entregou a sua recredencial a S. M. o Imperador em 12 de Julho do anno

passado, tendo por successor, na qualidade de encarregado de negocios, o Sr. O. d'Ewers.

O Sr. Marcel Cerrutti, encarregado de negocios de S. M. o rei de Sardenha, tendo partido para o Rio da Prata, incumbido de uma missão especial pelo seu governo, acreditou o Sr. conde Fè d'Ostiani durante a sua ausencia como encarregado de negocios.

O pessoal actual do corpo diplomatico estrangeiro consta do n. 4 do annexo **A**.

Corpo Consular.

Movimento do pessoal do corpo consular brasileiro.

As relações annexas sob n.º 5 e 6 — annexo **A** — mostram o pessoal do corpo consular brasileiro em paizes estrangeiros, e o destes no Imperio.

Pelo que respeita ao corpo consular brasileiro, vereis do quadro n.º 3 do mesmo annexo que foi chamado novamente ao serviço, com exercicio na Republica Oriental do Uruguay, o consul Luiz Henrique Ferreira de Aguiar, que se achava em disponibilidade activa; e que, havendo o governo imperial dado outro destino ao cidadão que exercia as funcções de consul geral nos Estados Unidos, julgou conveniente remover para ali o que se achava na Republica Oriental do Uruguay, nomeando para esta republica a Manoel Affonso de Freitas Amorim.

Forão tambem removidos, por conveniencia do serviço publico, da Prussia para a Sardenha, e vice-versa, os consules geraes que se achavam nestes paizes.

Criação de um consulado no reino de Angola.

Havendo o governo de S. M. Fidelissima concordado em admitir agentes consulares brasileiros em todos os portos das suas possessões ultramarinas, abertos ao commercio estrangeiro pelo decreto de 5 de Junho de 1844, resolveu o governo imperial nomear um consul para o Reino da Angola, com residencia em Loanda, onde se tornava mais necessaria a presença de um agente consular, tanto para zelar os interesses brasileiros, como para informar promptamente ao governo imperial de quacsquer tentativas, que por ventura se possão ainda arriscar no sentido de fazer reviver o extincto trafico de Africanos.

À proporção que a experiencia demonstrar a necessidade de agentes consulares em alguns outros pontos nas possessões Portuguezas da Costa d'Africa, não se descuidará o governo de S. M. o Imperador de providenciar a este respeito como fór conveniente.

Criação de um consulado geral na Confederação Helveta.

A necessidade de estudar de perto na Confederação Helvetica os meios de animar a emigração que dali principia a encaminhar-se para o imperio resolveu o governo á crear naquella paiz um consulado geral.

Estabelecimento de agentes consulares na fronteira do Imperio com a Republica do Uruguay.

Tem-se reconhecido a conveniencia de haver em alguns pontos da fronteira do Imperio com a Republica Oriental do Uruguay, agentes consulares que protejão os subditos Brasileiros, e evitem o contrabando que se faz pela dita fronteira.

De accordo com o governo da republica serão expedidas as ordens precisas para que sejam competentemente nomeados vice-consules no Serro Largo, Taquarémbo, Salto, Paysandú e Colonia.

Com o mesmo fim de proteger os subditos brasileiros, e fomentar o commercio, procurará o governo estabelecer iguaes agentes nos pontos da Confederação Argentina onde mais convier.

Igual estabelecimento em varios pontos da Confederação Argentina.

Podendo convir o estabelecimento de um consul brasileiro em Alexandria, autorizou o governo imperial ao ministro brasileiro em Portugal que sollicitasse do governo de S. M. F. a intervenção de seu agente junto do da Sublime Porta, affim de obter o Exequatur á carta patente, pela qual fôra nomeado André Popolany consul do Imperio naquella paiz.

Nomeação de um Consul em Alexandria.

O ministro brasileiro, tendo procedido ás diligencias precisas, conforme as instrucções que lhe forão dadas, reconheceu que o governo ottomano fazia depender o estabelecimento de agencias consulares em seus dominios da existencia prévia de tratados de commercio e navegação em que sejam expressamente estipuladas taes concessões: e, não havendo entre o governo imperial e o ottomano convenção alguma, tornou-se inteiramente impossivel a obtenção do exequatur sollicitado em favor do consul nomeado.

Motivos por que não foi levada a effecto aquella nomeação.

Foi em observancia de taes princípios, invariavelmente seguidos pelo governo ottomano, que elle admitiu em seus estados um consul do governo de S. M. Fidelissima, com quem em 20 de Março de 1843 havia celebrado um tratado de amizade, commercio e navegação.

Antes de passar a outro assumpto, cabe ainda entrar em uma expli-
cação, relativa aos consules brasileiros em geral.

Os artigos 6.º e 7.º do regulamento consular de 11 de Junho de 1847, delinham as habilitações que devem ter as pessoas que pretendem entrar na carreira consular, e sujeita-as a um exame. Estas disposições ainda não forão desenvolvidas por meio de um regulamento, como é indispensavel, para que possam ser bem executadas.

Habilitações para os consules brasileiros.

Como pelo art. 1.º do decreto n. 781 de 10 de Setembro do anno passado, foi o governo autorizado a reformar as secretarias de estado dos negocios estrangeiros, da Justiça e do Imperio, fazendo as necessarias modificações nos regulamentos dellas dependentes, authorisação esta cujo espirito parece comprehender, tanto a revisão dos regulamentos feitos para execução da lei que organisou o corpo diplomatico, como o regulamento consular já citado, o governo se prevalecerá daquelle decreto, se o julgar conveniente, para pôr em harmonia com a nova organização desta Secretaria, os outros ramos a que se estende a sua acção.

Intelligencia dada á authorisação que teve o governo para reformar a secretaria.

Commissão mixta brasileira e portugueza.

Usua de que devem partir as reclamações.

Proposta para proseguirem os trabalhos relativos as reclamações de particulares.

Entendem-se em que se regularissem os respectivos processos.

Ainda existe pendente a questão entre os commissarios brasileiros e portuguezes sobre a intelligencia do art. 3.^o relativo á época de que devem partir as reclamações de governo a governo.

Em consequencia desta divergencia, e não obstante as razões allegadas pelos commissarios brasileiros de que não podião proceder aquellas reclamações, senão do facto positivo e nacional da proclamação da independencia do Imperio, propuzêrão os mesmos commissarios que se tomasse conhecimento das reclamações de particulares por factos posteriores á mesma independencia, visto que a tal respeito estavam todos concordes, e se mareasse desde logo o quantum de cada una, para depois se resolver por qual dos dous governos correria o seu pagamento.

A esta proposição se oppozêrão os commissarios portuguezes, annuindo só a que fossem examinados os processos, e proferidos quaesquer despachos interlocutorios para os regularisar, reservando-se o seu conhecimento definitivo para depois que se entendessem os mesmos governos.

Da falta de accordo que tem encontrado os commissarios brasileiros da parte dos Portuguezes para proseguirem nos trabalhos da commissão, segundo as instrucções que tem recebido do governo imperial, tem resultado as delongas no proseguimento regular e terminação dos mesmos trabalhos.

Não consta que o governo de S. M. Fidelissima, depois de ter conhecimento, como não é possível que deixasse de ter, por participação de seus commissarios, do avizo que em 7 de Junho de 1853 dirigio o governo imperial aos commissarios brasileiros, tenha dado as precisas instrucções afim de que com estes se possão entender os commissarios portuguezes.

Salvo a garantia que presta o governo imperial ao de S. M. P.

O governo imperial dirigio-se ao ministro brasileiro em Lisboa para chamar sobre este assumpto a attenção do governo de S. M. Fidelissima, entendendo-se com elle sobre o modo de se attender definitivamente ás reclamações de que trata o art. 3.^o da convenção adicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825.

Os trabalhos da commissão mixta brasileira e portugueza, desde Maio de 1853 até 23 de Abril do corrente anno. — Annexo **B** — contém os mais amplos esclarecimentos sobre os pontos de divergencia que tem havido entre os commissarios dos dous paizes.

Commissão mixta brasileira e hespanhola.

Dificuldades entre os commissarios brasileiros e hespanhols.

Segundo vos communicuei no meu ultimo Relatorio, a liquidação das prezas hespanholas affectas á esta commissão ainda não se tinha podido dar andamento, em consequencia das duvidas pendentes na mesma

commissão sobre o modo por que devião ser liquidadas as quantias reclamadas, provenientes das perdas e damnos soffridos pelos donos dos bergantins *Santa Rita* e *Recuperador*, e da escuna *Ismenia* e barca *Sultana* apresadas no anno de 1820 e 1826.

A secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado, que fôra ouvida sobre estas duvidas, já apresentou o seu parecer.

Dar-vos-hei, á vista do Relatorio, que fez a mesma secção, uma abreviada noticia da captura e julgamento daquellas embarcações, da discussão diplomatica que deo causa á creação da commissão, das indemnisações exigidas pelos reclamantes e das questões dependentes de solução dos dous governos.

Captura e julgamento das embarcações.

No anno de 1820 forão apresados na costa d'Africa pela fragata portugueza *União*, como suspeitos de trafico illicito em portos exclusivamente de Portugal, os bergantins *Santa Rita* e *Recuperador*, aquelle no porto de Angola em 15 de Fevereiro, e este no de Loango em 8 de Outubro do mesmo anno, tendo ambos escravos a bordo com destino para Havana.

Bergantins *Santa Rita* e *Recuperador*.

Remettidos para esta capital, forão, mais de um anno depois, julgados máis presas, por sentenças do auditor da marinha e supremo conselho militar, sendo os seus cascos, o dinheiro achado a bordo, e o producto da arrematação dos escravos, que se achavão em deposito no banco, entregues aos interessados. Não contentes porém estes com isto, intentarão pelo juizo dos feitos da fazenda a acção de perdas e damnos.

Julgados máis presas.
Acção por perdas e damnos
pelo juizo dos feitos da fazenda.

Os interessados no bergantim *Santa Rita* perdêrão a acção por dous successivos accordãos do tribunal competente, e os que o erão no *Recuperador*, tendo-a levado ao ponto de razões finais, deixarão de proseguir. Uns e outros porém, recorrendo ao seu governo, tratarão de promover a acção da diplomacia.

Em 22 de Abril de 1826 foi apresada no porto de Bení na costa d'Africa, pelo brigue de guerra brasileiro *Empreendedor* a escuna *Ismenia* como suspeita de pirataria, e em 15 de Setembro do mesmo anno foi igualmente apresada dentro do porto da Bahia, pelo commandante do registro naval, a barca *Sultana*, que ali havia entrado, vinda da Ajudá, como suspeita tambem de pirataria, por causa da grande tripulação e armamento que tinha á bordo.

Escuna *Ismenia* e barca *Sultana*.

Remettidas uma e outra para esta capital, foi a *Ismenia*, passado mais de um anno, julgada má presa, por sentenças da primeira e segunda instancia, que a mandarão entregar com todos os seus pertences a quem de direito fosse, ficando-lhe salvo o direito de haver perdas e damnos.

Julgada máis presa.

A *Sultana* porém, tendo sido primeiramente condemnada por sentença

do supremo conselho militar, foi depois relaxada á vista de embargos, por outra sentença do mesmo tribunal, proferida em Novembro de 1828, mandando restituir o casco e pertences aos interessados. E pedindo estes, ainda por embargos, que fossem os apresadores condemnados a perdas e danos, foião indeferidos por terceira sentença, fundada em que havia existido a irregularidade dos papéis de bordo, que pera causa á captura, embora fosse essa causa destruída depois pelas novas provas offercidas, que justificáráo a relaxação do navio, sendo portanto o facto da mesma captura imputavel á negligência dos capturados, e não a malicia dos capttores.

Ação por perdas e danos
pelo juizo da fazenda.

Os interessados na escuna *Ismenia*, assim como tinham feito os da *Santa Rita* e *Recuperador*, intentáráo igualmente pelo juizo dos feitos a acção de perdas e danos. Mas por accordão de Março de 1835 julgou-se que tinham direito aos fretes, do tempo em que a dita escuna estivera empregada no serviço da armada nacional, contados de Novembro de 1826 a Dezembro de 1828, devendo, quanto ao mais, recorrer aos meios diplomaticos.

Discussão diplomatica e seus effeitos.

Ação diplomatica.

Os agentes dos reclamantes das quatro presas mencionadas, tendo esgotado ou abandonado os recursos, que ainda lhes offercião os nossos tribunaes ordinarios quanto á questão de perdas e danos, passarão a solicitar a intervenção do seu proprio governo.

Reconhecida pela corte de Madrid a nossa Independencia, o encarregado dos negocios de Hespanha em nota de 14 de Agosto de 1835, reclamou a indemnisação daquellas presas, a exemplo do que se havia praticado com as de outras nações, ajuntando certidões das sentenças, em virtude das quaes os navios *Santa Rita*, *Recuperador*, *Ismenia* e *Sultana*, havião sido julgados más presas pelos nossos proprios tribunaes; e suggerio a creação de um juizo arbitral para a liquidação e ajuste da mesma indemnisação.

Declina o governo admitir
aquella acção.

Respondeu o governo imperial áquella nota por outra de 25 do mesmo mez de Agosto, — que a sentença a favor de uma das ditas presas (a *Ismenia*) pendia ainda de appellação, e que a respeito das outras não se podia resolver sem que os reclamantes demonstrassem, pelos meios judiciais, que tinham direito a ser indemnizados pela fazenda publica.

Instancia.

Recebendo a nota do governo imperial o encarregado de negocios de S. M. Catholica declarou em 16 de Janeiro de 1836, que firmava o seu direito á indemnisação reclamada nas sentenças definitivas do conselho supremo militar e do almirantado, pelos quaes foi julgada injusta a captura dos navios, e insistio na conveniencia de crear-se uma commissão mixta.

Por nota de 4 de Fevereiro do mesmo anno de 1836, respondeu o governo imperial, que, sem authorisação da Assembléa Geral, não podia arredar dos tribunaes ordinarios o negocio, de que se tratava, para sujeita-lo a um juizo particular; mas que, reconhecendo as delongas e despesas soffridas pelos reclamantes hespanhóes, o mesmo governo submetterá o caso á referida assembléa para que decidisse se havia obrigação de indemnisar, e se devia ou não instituir-se o juizo arbitral.

Submettido o negocio ao poder legislativo.

O encarregado de negocios de Hespanha contestou por nota de 9 de Março do mesmo anno a competencia do poder legislativo para a decisão de um negocio, cujo exame e resolução, segundo o direito e pratica já seguida com as outras nações, pertencia exclusivamente ao poder executivo.

Impugnação desse arbitrio.

O governo imperial, em resposta á precedente nota, ponderou que o expediente de submeter-se este negocio á decisão da assembléa geral era o mais judicioso e legal, não só pelas razões allegadas na sua nota de 4 de Fevereiro, mas tambem, 1.º, porque duas das presas tinham sido feitas por uma fragata portugueza no tempo em que o Brasil ainda não era nação independente, e 2.º, porque no credito pedido para o pagamento de presas nenhuma menção se havia feito das hespanholas.

Razões que o justificam.

Combateu o encarregado de negocios hespanhol em nota de 20 do mesmo mez de Abril as novas razões ponderadas, reflectindo quanto á primeira que a jurisdicção territorial, conforme os principios do direito publico, confirmados pelo exemplo das nações mais cultas, era responsavel pelos danos causados em nome das autoridades do mesmo territorio; tanto mais que o Brasil, depois de constituir-se independente, em vez de remetter para Portugal as ditas presas com a fragata *União* (hoje *Ipiranga*) para ali serem julgadas, continuou a retê-las e submetteu-as ao juizo definitivo dos seus tribunaes; e quanto á segunda, que, embora na occasião de pedir-se o credito não se fallasse das presas hespanholas, era contudo certo que a assembléa geral não podia ignorar a existencia dellas por haverem sido mencionadas em relatorios do ministerio dos negocios estrangeiros.

Todos os papeis relativos a estas reclamações vos serão remettidos.

Remessa dos papeis ao poder legislativo.

Examinados pela commissão competente, cujo parecer foi approved, resolvesstes que fossem reenviados ao governo para que procedesse a respeito das ditas reclamações, segundo os principios de direito que devem regular a decisão de semelhantes materias.

São devolvidos ao governo para a competente direcção.

O governo imperial, continuando a discussão, annuo afinal em 5 de Junho de 1839 ao alvitre proposto pela legação de S. M. Catholica, de crear-se uma commissão mixta brasileira e hespanhola para a liquidação das presas *Santa Rita*, *Recuperador*, *Ismenia* e *Sullana*.

Creação de uma commissão mixta.

Installada a commissão mixta, os seus membros se reunirão pela

primeira vez em 6 de Agosto de 1841. Os seus trabalhos d'então até hoje resumem-se nos seguintes.

Liquidação simultanea de algumas reclamações brasileiras.

Logo naquella primeira reunião o commissario brasileiro declarou que não daria andamento ás reclamações hespanholas, sem que ao mesmo tempo se tratasse da liquidação de tres outras reclamações, a saber: duas de subditos Brasileiros, os herdeiros do Antonio Soares de Paiva, e o socio liquidante da casa de José Ludgero Gomes & C.*; e a terceira dos subditos hespanhões, a viuva Balmaceda e fillos: ficando outrossim entendido que a importancia destas reclamações seria encontrada no das reclamações hespanholas que se liquidassem.

Admittida ad referendum pelo ministro hespanhol.

O commissario hespanhol, por falta de instrucções, recusou admitir esta declaração, allegando que a commissão fôra instituida sómente para a liquidação das quatro referidas presas; e recorreu ao seu ministro nesta côrte, o qual lhe permittiu que se submettesse á mesma declaração, enquanto elle sollicitava do gabinete de Madrid, a quem referia o caso, a competente authorisação para a liquidação simultanea de umas e outras presas e para o encontro requerido.

Acceptação por parte do procurador dos reclamantes.

O procurador bastante dos reclamantes hespanhões accitou ao mesmo tempo a declaração do encontro, e comprometter-se a receber em pagamento a quitação do que se pagasse aqui aos reclamantes brasileiros.

Suspensão dos trabalhos.

Apezar deste accordo, os trabalhos da commissão ficáram suspensos, ou fosse porque o commissario hespanhol esperasse pela authorisação sollicitada ao seu governo, ou porque o procurador dos reclamantes deixasse de promover a liquidação das presas.

Entretanto o governo imperial, que já em aviso de 18 de Setembro de 1835 havia recommendado á legação brasileira em Madrid que promovesse ali a reclamação dos herdeiros de Soares de Paiva, participou á mesma legação em outro aviso de 24 de Janeiro de 1842 o que havia occorrido na commissão mixta.

O ministro brasileiro naquella côrte, dando conta do que fizera em virtude da recommendação daquelle aviso de 1835, disse em officio de 30 de Janeiro de 1841: que apenas se reconhecia ali a reclamação da viuva de Soares de Paiva, exigindo o pagamento de uma letra proveniente de trigo que por contracto com a municipalidade de Montevideo fornecêra ás tropas hespanholas em 1814, mas que não se tinham apresentado ao governo hespanhol os documentos legaes e comprobatorios da divida reclamada.

Approva o governo hespanhol o encontro das reclamações brasileiras.

O governo hespanhol accedeu por ultimo á declaração feita pelo commissario brasileiro, como constou ao governo imperial por officio da legação imperial em Madrid de 20 de Outubro de 1850, cobrindo a nota de 16 do mesmo mez do ministro de estado de S. M. Catholica o Marquez de Pidal.

Nesta nota se declara, que para terminar a liquidação das reclamações pendentes assim hespanholas como brasileiras, ia ser authorisado o com-

missario hespanhol a tratar de umas e outras, e a admitir o encontro dos respectivos creditos.

Indemnisações exigidas.

Removida a causa que desde 11 de Novembro de 1841 havia paralisado os trabalhos da comissão mixta, proseguio esta na liquidação que lhe fôra encarregada.

Proseguem os trabalhos da comissão.

Apresentarão-se então os reclamantes hespanhoes exigindo por indemnisação de capitães, perdas e danos, e juros de 6 % contados até 14 de Abril de 1851 as sommas seguintes:

Indemnisação dos reclamantes hespanhoes.

Pelo Bergantim <i>Santa Rita</i>	1,202:488:998
Pelo Bergantim <i>Recuperador</i>	1,514:802:426
Pela escuna <i>Ismonia</i>	231:626:315
Pela Barca <i>Sultana</i>	465:958:979
	3,414:876:718

Os reclamantes brasileiros, que tambem se apresentarão, exigirão indemnisação de lucros cessantes e juros dos seguintes capitães, á saber:

Indemnisação dos reclamantes brasileiros.

1.º Os herdeiros de Antonio Soares de Paiva da somma de 14,029 pesos fortes, valor de uma letra sacada a seu favor em 18 de Junho de 1814 pelo capitão general hespanhol em Montevideo sobre o thesouro geral de Hespanha, em pagamento, que não foi realizado, de trigos que aquelle negociante do Rio Grande do Sul fornecêra, por contracto, ás tropas hespanholas ali acantonadas.

2.º Os liquidantes ou representantes da casa de Ladgero Gomes da Silva & C.ª da somma de 13,796 pesos fortes, valor de uma letra sacada a sua ordem em 1814 sobre o capitão general das provincias do Rio da Prata, representando a importancia de objectos navaes, comprados áquelle negociante nesta cidade para fornecimento dos navios de guerra hespanhoes ali estacionados; a qual letra não tendo sido paga em Montevideo regressou ao Rio de Janeiro, e depois de revahidada pelo ministro hespanhol nesta corte foi apresentada ao thesouro geral de Hespanha, que tambem a não pagou.

Questões suscitadas na comissão mixta.

Á vista das reclamações apresentadas, e da exigencia dos interessados hespanhoes, cujos calculos e contas elevavão a indemninação das suas presas ao subido algarismo de 3,414 contos, forão logo suscitadas as seguintes questões entre os commissarios brasileiro e hespanhol:

Divergencia entre os commissarios sobre as liquidações hespanholas.

Quanto aos juros.

1.^a Se se devia contar juros do tempo em que estiverão suspensos os trabalhos da commissão.

O commissario brasileiro inclinou-se para a negativa, fundando-se em ter sido a interrupção proveniente da demora, havida em Madrid, na expedição da ordem só agora dada ao seu agente diplomatico nesta corte.

O commissario hespanhol sustentou a affirmativa, allegando que a interrupção fôra causada pela exigencia do Brasil a favor da liquidação simultanea de reclamações brasileiras, para as quaes não tinha sido creada a commissão mixta, sendo por isso forçoso recorrer a Madrid e sollicitar instruções do governo hespanhol.

Quanto aos danos emergentes.

2.^a Se se devia adoptar como base da liquidação o pagamento dos danos emergentes sómente, ou tambem dos lucros cessantes.

O commissario brasileiro, fundado no que se havia praticado a respeito das reclamações portuguezas, atteve-se aos danos emergentes sómente.

O commissario hespanhol, fundado tambem no aresto das reclamações inglezas, francezas, e norte-americanas, sustentou a indemnisação dos lucros cessantes.

Quanto ás soldadas da tripulação.

3.^a Se se devia pagar as soldadas das tripulações durante todo o tempo da detenção das presas, ou sómente a parte effectivamente paga pelos reclamantes.

O commissario brasileiro votou pelo pagamento parcial, fundado em que nos casos de sinistro, como foi o da captura, fica o dono do navio exonerado da ulterior obrigação de satisfazer taes soldadas.

O commissario hespanhol sustentou o pagamento total, pela razão de ser o mesmo dono, como representante do navio, responsavel pelas ditas soldadas, e por isso no caso de exigir a importancia dellas.

As precedentes questões forão submettidas pelo commissario brasileiro, em seus officios de 28 de Junho e 30 de Agosto de 1851, e na sua informação de 21 de Janeiro de 1852, á final decisão do governo imperial, e pelo procurador bastante dos reclamantes hespanhóes, em sua representação de 20 de Dezembro de 1851, á consideração do ministro de Hespanha nesta corte, o qual transmittio-a ao mesmo governo por nota de 7 de Janeiro de 1852.

Nesta representação o sobredito procurador bastante dos reclamantes hespanhóes, depois de impugnar as opiniões do commissario brasileiro, propóz, como base mais equitativa e expedita, para o ajuste da indemnisação dos lucros cessantes, quo, além dos capitães em desembolso e soldadas, se abone 100 por % sobre os capitães das negociações e juros correspondentes.

Esta lo das reclamações.

Habilitado o governo imperial com o luminoso parecer da secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado, procurará dar a conveniente direcção sobre cada uma das duvidas que

embaraço a final liquidação das reclamações brasileiras e hespanholas, que muito deseja o mesmo governo ver quanto antes terminada para attender como deyo aos interesses que representam as ditas reclamações.

Heranças.

Interpretação do art. 6.º § 1.º da Constituição do Imperio.

Ainda não foram resolvidas as duvidas que offerece o regulamento de 8 de Novembro de 1851 na parte fiscal, e no modo por que as autoridades do Imperio entendem dever concilia-lo com o decreto de 9 de Maio de 1842, e outras disposições em vigor, acerca da arrecadação e administração das heranças dos estrangeiros que fallecem no Imperio.

Duvidas que offerece o Regulamento de 8 de Novembro de 1851.

Subsistem ainda as difficuldades em se celebrar accordos com varios governos em consequencia da reciprocidade exigida pelo art. 21 daquelle regulamento.

Provenientes do art. 21 do dito Regulamento.

Destas difficuldades e duvidas tratei no meu relatorio do anno passado.

Varias legações estrangeiras nesta corte tem continuado a reclamar a attenção do governo imperial sobre este assumpto, que merece a séria attenção do mesmo governo.

Faço juntar a este relatorio (Annexo C) a correspondencia que tem havido com a legação de S. M. Britannica, sollicitando para os subditos de sua nação os mesmos favores de que gozão os subditos Francezes e outros.

Por esta correspondencia vereis que a mesma legação insta pela solução relativa á disposição do art. 6.º, § 1.º da Constituição do Imperio.

A legação imperial em Lisboa julgou conveniente dirigir-se ao governo de S. M. Fidelissima para acautelar os espolios dos subditos brasileiros que fallecem em Portugal e seus dominios, assim de evitar qualquer prejuizo que aos herdeiros dos mesmos possa occasionar o desvio da fazenda deixada, ou a mora da sua entrega, conforme se achia legislado no regulamento imperial de 8 de Novembro de 1851, e decreto com força de lei de 10 de Março de 1852, promulgado naquello reino, de que vos dei conhecimento no meu relatorio do anno passado, sollicitando a adopção de uma medida geral que definisse com clareza as obrigações impostas aos juizes territoriaes nos casos de que se trata.

Reclamações e providencias para a boa execução do accordo havido com o governo de S. M. F.

Accedendo á sollicitação da legação imperial, o governo de S. M. Fidelissima teve por acertado expedir, pela secretaria de estado dos negocios da justiça, ás presidencias das relações, e á procuradoria geral da corôa, a portaria de 16 de Dezembro do anno proximo passado, para que as autoridades judiciais e os agentes do ministerio publico possuão dar nos casos occorrentes, segundo lhes competir, prompta e cabal execução ao referido decreto de 10 de Março de 1852.

Explicações sobre o art.
2.º do Regulamento portuguez
de 20 de Dezembro de 1854.

Tendo sido publicado pelo governo de S. M. F. o regulamento de 20 de Dezembro de 1854, que determinou o modo de arrecadação das heranças, bens e cabedais das pessoas que fallecerem na India, e podendo originar-se de sua execução, pelo que respeita ao art. 34 daquelle regulamento, contestações futuras, em prejuizo dos interesses brasileiros, a legação imperial acautelou, por meio de explicações do respectivo ministro dos negócios estrangeiros, aquelles interesses.

As notas a este respeito trocadas com o governo de S. M. F. constão do mesmo Annexo.

Instrucções imperiaes para
acautelar heranças de subditos
brasileiros.

Constando ao governo imperial o fallecimento de alguns subditos Brasileiros nas possessões portuguezas da Costa d'Africa, expedio as necessarias instrucções aos seus agentes em Lisboa, assim de que os interessados nenhum prejuizo venhão a soffrer em seus bens.

Reciprocidade com a Fran-
ça.

Tendo fallecido em Paris um subdito Brasileiro, a legação imperial tem procurado manter, sob principios de reciprocidade, o consul brasileiro no gozo das prerogativas, que aos consules francezes no Brasil concedem as disposições do regulamento de 8 de Novembro de 1851, que servirão para completar a circular de 25 de Setembro de 1845, que determinou o principio que se devia observar na arrecadação e administração das heranças existentes no Imperio pertencentes a subditos Francezes que fallecem, com testamento ou sem elle.

A legação de S. M. o Imperador em Paris encetou a discussão a este respeito na nota n.º 11 do referido Annexo.

Trafico de escravos.

Repressão offical do trafico
no Imperio.

Cabe-me a satisfação de annunciar-vos que as apprehensões que havia de reapparecimento do trafico no Imperio podem-se dizer destruidos inteiramente do fundamento.

A vigilancia do governo imperial e das autoridades do paiz, que dentro e fóra d'elle tem sido chamadas a coadjuva-lo na prevenção desse crime, tem tido o resultado o mais completo.

O governo imperial não tem felizmente de lamentar um só desembarque de Africanos no territorio brasileiro.

É isto devido sem duvida á certeza que tem os que especulam com este abominavel trafico, de que as suas tentativas, por melhor concertadas que sejam, serão sempre frustradas pela vigilancia dos cruzeiros e pela actividade com que procedem as autoridades brasileiras.

A lei que decretastes e foi promulgada em 4 de Setembro de 1850, e os regulamentos expedidos pelo governo para a sua boa execução, attingirão mais de pressa ainda do que devia esperar-se, attento o estado desta questão no paiz, o fim que tivestes em vista.

Este resultado depõe em favor do espirito que domina em todas as classes da sociedade, e no ponto de vista internacional é sumamente honroso aos esforços que tem feito todo o paiz, e seus representantes para conseguir em tão pouco tempo extirpar um mal que encerrava todas as forças sociais, e adiava quasi sem termo os melhoramentos materiaes do paiz.

Dahi o facto notavel de abundancia de capitães no Imperio, e o impulso que com elles se tem dado a todos os ramos de industria e empresas uteis que tanto concorrem para o seu desenvolvimento futuro e real prosperidade.

Effeitos das medidas de repressão adoptadas no imperio.

Referir-vos-hei o que tem occorrido sobre este assumpto para vos convencerdes de que a repressão do trafico tem sido efficaz, depois que produziu os seus effeitos a lei de 4 de Setembro de 1850.

O governo imperial apenas tinha noticia de que alguma embarcação despachada em portos estrangeiros se destinava a receber Africanos na Costa d'Africa, expedia logo as precisas instrucções para que não fossem elles importados no Imperio.

Por meio das mais acertadas providencias conseguiu o governo imperial, segundo está persuadido, frustrar algumas tentativas de trafico.

As embarcações suspeitas tomavão outro destino, ou erão vendidas pelo desanimo de se poder levar a effeito aquellas criminosas empresas.

Assim vio afinal o governo imperial vendidos, em Bremen, o brigue *D. Pedro II*, que em Spezia se construira, segundo todas as probabilidades, para o trafico de escravos; e nos Estados-Unidos o brigue *Eletrina*, como innavegavel.

Difficil não é a tarefa, quando as leis são bem acollidas, e as penas certas.

Varios boatos corrêrão contudo de importação de Africanos em diversos pontos do Imperio; mas procedendo-se ás mais minuciosas averiguações pelas autoridades locais, conheceu-se sempre serem destituidas de fundamento as denuncias recebidas.

Suspeita mal fundada de importação de Africanos.

O boato mais notavel sobre que houve discussão com a legação de S. M. Britannica nesta corte, é o que consta das notas que se publicão com o annexo **D**.

Esta discussão versou sobre um pretendido desembarque na provincia do Rio Grande do Sul.

Este boato foi communicado ao respectivo presidente pelo consul de S. M. Britannica naquella provincia, declarando este que, por informações que haviam chegado ao seu conhecimento, constava terem ali aportado Africanos a bordo de um navio procedente da Costa d'Africa, os quaes passando para um hiato, deste desembarcárão, sendo logo distribuidos e internados.

Quando o presidente recebeu esta communicação já havia sido anteriormente informado, pela secretaria de estado dos negocios da justiça,

do propalado boato, e já haviam sido dadas todas as providencias necessarias para obstar a semelhante desembarque, se com effeito fosse elle tentado.

Não tinha porém havido tal desembarque, como se previu pelas averiguações feitas pelo presidente da provincia.

Disse-se depois que se effectuára aquella importação na provincia de Santa Catharina mas á vista tambem das averiguações a que se procedeo, viu-se igualmente que nesta provincia não tinha elle tido lugar.

A resolução do governo imperial revellida pelo governo britannico.

O governo de S. M. Britannica reconhece os esforços que tem feito o governo imperial; e hoje no ministerio de estrangeiros, no parlamento, na imprensa e na opinião publica da Grã-Bretanha não se duvida da efficaz repressão do trafico no Imperio.

Bill de Lord Aberdeen.

Dahi devia inferir o governo imperial a facilidade que encontraria no governo de S. M. Britannica para revogar em todas as suas partes o bill de 1845, que autorizou os navios de sua dita magestade a visitar e dar busca nos navios brasileiros, contra o que tem constantemente protestado o governo imperial.

De facto está sem execução.

De facto esse bill está sem execução, visto como, depois da correspondencia, que tive a honra de levar ao vosso conhecimento, acerca da visita praticada pelo brigade de guerra *Bonetta* no litoral nacional *Laguense*, nenhuma outra facto deu-se que obrigasse o mesmo governo a dirigir novas reclamações ao governo de S. M. Britannica.

Não foi porém revogado.

Não foi porém revogado ainda aquelle bill, como tem reclamado o governo imperial, que não pôde reconhecer no de S. M. Britannica o direito de fiscalisar a execução da lei brasileira, que impõe as mais rigorosas penas aos que se empregão no trafico com violação das convenções celebradas com a Grã-Bretanha, que o abolirão.

Tanto mais deve surpreender esta reluctancia do governo de S. M. Britannica, quanto é incontestavel que ás medidas legislativas que tendo decretado, e aos meios empregados pelo governo é exclusivamente devida a extinção do trafico no Imperio.

Lei de 3 de Junho de 1854, ampliou a competência dos auditores de marinha.

Entre aquellas medidas cabo aqui mencionar a lei n.º 731 de 5 de Junho do anno pasado, que ampliou a competencia dos auditores de marinha encarregados de julgar o crime do trafico em conformidade da lei de 4 de Setembro de 1850.

Emancipação de Africanos livres.

Discussão com a legação britannica sobre a lei de 25 de Dezembro de 1853.

A legação de S. M. Britannica continuou, depois do que vos foi presente no meu ultimo relatório, a insistir em modificações nas disposições do decreto n.º 1303 do 28 de Dezembro de 1853 para assegurar a completo emancipação dos Africanos, que estão empregados em serviço particular, e a conlégio dos que servem nos estabelecimentos publicos.

O governo imperial tem sustentado que as disposições consignadas no referido decreto attendem quanto é possível, nas actuaes circumstancias, á emancipação dos Africanos, que tem sido declarados livres, accrescentando que aquelles que se achão occupados nos estabelecimentos publicos não estão comprehendidos no mencionado decreto quanto á isenção dos serviços, aos quaes ficão ainda obrigados mesmo depois dos 14 annos até verificar-se a sua reexportação do imperio, vencendo porém depois daquelle prazo um salario, que lhes será arbitrado.

O governo imperial julga finda esta discussão, e certamente deve assim considerá-la, visto como ninguém pôde ter mais interesse do que o governo imperial em proteger esta classe de individuos, e assegurar-lhes o gozo e exercicio dos direitos que lhes competem.

Motivos por que o governo julga finda aquella discussão

Submetto á vossa consideração a correspondencia, que houve a este respeito nos documentos constantes do annexo D.

Colonisação.

Posto que este importante ramo de serviço publico esteja especialmente a cargo do ministerio do Imperio, pela repartição geral das terras publicas, todavia, havendo elle sido até ao presente tratado no extêrior pelas legações e consulados imperiaes, não posso dispensar-me do dever de apresentar-vos algumas considerações a tal respeito.

A necessidade de promover a emigração é tão geralmente reconhecida, que se torna desnecessaria qualquer demonstração nesse sentido. Cumpre porém estudar os meios de satisfazê-la: e quando se entra nesse estudo, que actualmente occupa a attenção de todos os governos collocados nas nossas condições, heza é convir em que, qualquer que seja a direcção, que se dê a esse importante serviço, são os capitães o principal meio a empregar.

Necessidade de promover a emigração.

Na demanda de colonos concorrem commoseo, em primeiro lugar, os Estados-Unidos, a Gran-Bretanha e a França; e estes dois últimos paizes, para cujas colonias ainda ha pouco tempo a emigração não affluía em escala tão ampla como para os Estados-Unidos, applicão na actualidade todos os meios que lhes parecem proprios para conseguí-lo, e para colher os lucros consideraveis, que pôde proporcionar á sua marinha mercante o transporte em grande escala daquelles, que procurão emigrar.

Concorrência com os Estados-Unidos, França e Gran-Bretanha.

É assim que, além dos regulamentos especiaes, e comissões creadas para semelhante fim, segundo os principios que tem adoptado, empregão aquelles dois governos sommas consideraveis, que no futuro lhes serão summamente productivas.

Conforme os dados estatísticos mais completos, no anno de 1854, emigrarão pelos portos de

Dados estatísticos.

Hamburgo	52:886
Bremen	76:875
Liverpool	210:742
Plymouth	16:494
Southampton	11:854
Antuerpia	25:843
Ao todo	<u>394:694</u>

Este algarismo porém não representa ainda a totalidade da emigração, pois não comprehende a que se effectuou por outros portos, e principalmente pelos de França, a qual parece ter tomado proporções tão consideráveis, que induzio o governo francez a promulgar um regulamento especial.

Em favor dos Estados-
Unidos.

Das estatisticas dos Estados-Unidos consta que só em Nova-York entrão naquelle mesmo anno de 1854 — 313:747 emigrantes!

Menos favoráveis para o
Brasil.

Pelo que respeita ao Brasil, os dados são incompletos. Segundo as informações collhidas pela repartição geral das terras publicas, entrão nas provincias do

Amazonas	107
Pará	739
Maranhão	218
Ceará	12
Piauí	4
Rio Grande do Norte	4
Parahyba	3
Alagoas	9
Bahia	172
Espirito Santo	36
S. Paulo	564
Santa Catharina	663
Rio de Janeiro	16:115
Ao todo	<u>18:646</u> emigrantes,

não comprehendidos os que se destinão ás demais provincias não mencionadas, e principalmente á do Rio Grande do Sul, para onde tem sido mais avultada a emigração allemã.

Meios que emprega a Grã-
Bretanha para promover a
emigração.

Como prova dos favores, que em outros paizes recebe a immigração, citarei o facto de haver o governo britannico adiantado as passagens aos 11,854 emigrantes, procedentes de Southampton, e 12,545 dos que se dirigirão de Plymouth para a Australia, achando-se a casa commercial Ross & Vidal, de Hamburgo, autorizada a fazer igual adiantamento a todos os que quizerem seguir para aquelle destino.

O corretor Bolten, da mesma praça, tem sido tambem incumbido de

contractar colonos para a Australia, por conta de alguns particulares, pagando os contractadores as passagens, sustentando e alojando os colonos os quaes ganharão 10 libras esterlinas no primeiro anno, e 20 no segundo.

Consta ao governo imperial que não menos importantes são os meios, Meios que emprega a França. que o governo francez emprega.

Com o fim de angariar colonos para a sua possessão na Africa manda elle offerecer na Allemanha e na Suissa passagem gratuita, e uma subvenção de 500 francos a cada familia, que para aquella colonia quizer emigrar. Tambem algumas republicas da America, como o Perú, Bolivia O Perú, Bolivia e Estado Oriental. e Estado Oriental do Uruguay, tem ultimamente nomeado agentes, que procurão com empenho atrahir a emigração para aquelles paizes, concedendo mesmo terras gratuitas.

Pelo que respeita ás disposições em que para com o Brasil se achão os paizes donde afflue a emigração, ha o seguinte:

Até os fins do anno de 1853 o espirito da população na Allemanha e na Suissa achava-se prevenido contra o Brasil por alguns escriptos apaixonados, e como taes suspeitos nas invectivas que nos dirigião. Alguns governos chegarão mesmo a tomar medidas tendentes a embaraçar completamente a emigração para o imperio. Prevenção na Allemanha contra o Brazil.

Entretanto daquella época para cá, tendo a imprensa allemã tomado a peito rebater aquellas falsas accusações com o poderoso argumento dos factos, operou-se uma favoravel reacção, que nos cumpre acoroçar e dirigir. Tendencias mais favoraveis.

Esta tendencia dos espiritos em favor da emigração para o Brasil ha de sem duvida tomar maiores proporções, quando fôrem conhecidos os resultados da missão, que o governo prussiano confiou ao cavalleiro de Levenhagen, cujo espirito recto e esclarecido, parece ter sabido apreciar devidamente a nossa situação e as vantagens consideraveis e reciprocas, que se achão ligadas ao desenvolvimento das relações de commercio e da emigração entre a Allemanha e o Brasil. Missão do Sr. Levenhagen.

O cavalleiro de Levenhagen tendo-se demorado nesta côrte alguns mezes, e visitado depois a colonia de Friburgo, emprehendeu ultimamente uma viagem ao sul do imperio afim de averiguar o estado das colonias ali estabelecidas: de lá acaba de voltar, e tenho motivos para crer que os dados e observações, que colheu em sua digressão, o levarão a formar um juizo que nos seja favoravel e tenda a facilitar a emigração para o imperio.

Em Fevereiro ultimo divulgou-se na Allemanha o conhecimento da lei n.º 304, de 30 de Novembro passado, promulgada pela assembléa legislativa provincial do Rio Grande do Sul, pela qual é consignada uma subvenção de 500000 a cada colono, e a venda de terras pelo prazo de cinco annos. Esta noticia, inexacta, porque não reproduzia todas as clausulas da lei, aliás ainda até hoje sem vigor pelos estorvos, que encontra na pratica, produziu uma tal sensação, que grande numero de Facto em apoio daquellas tendencias.

pessoas se apresentáram ao consul brasileiro, resolvidas a emigrar para aquella provincia.

Este facto demonstra as boas disposições, que predominão naquella paiz, e a necessidade de ser o governo imperial habilitado a realisar, quanto fôr possível, as condições, que a experiencia tem mostrado necessarias para que possamos concorrer com os demais governos, que promovem a emigração para os seus respectivos paizes.

Vantagens que nos proporciona a Suissa.

A Suissa, cuja emigração se havia encaminhado quasi exclusivamente para os Estados-Unidos; a Suissa, que, depois do infeliz ensaio feito em 1818, tinha permanecido como que interdita para o Brasil, tornou-se-nos gradualmente favoravel; e em abono desta asserção mencionarei a vinda dos colonos contractados pelo senador Vergueiro, com o encargo de indemnisar, dentro em quatro annos, os adiantamentos feitos pelas respectivas municipalidades.

Entretanto o governo imperial foi informado de que, não obstante as boas disposições, que para connosco se manifestavão, havia ainda duas difficuldades a vencer:

1.º A prestação de uma garantia pecuniaria em cada cantão, para se poder realisar o estabelecimento de agencias;

2.º A nomeação de um consul destinado a legalisar as transacções, que para semelhante fim fôr mister entabolar entre as municipalidades e os colonos de uma parte e os fazendeiros de outra.

Estas vantagens justificão a creação de um consulado naquella confederação.

Convencido da necessidade que ha de estudar de perto estas questões, resolveu o governo imperial propôr, como com effeito o fez, a S. M. o Imperador a creação de um consulado geral na Confederação Helvetica; e approvada esta medida por S. M. o Imperador, recabiu a nomeação em um cidadão intelligente, que ha de sem duvida concorrer para que os negocios marchem como convém, e se estabeleça uma confiança reciproca, que parecia não poder existir na situação anterior das cousas.

São estas as considerações, que julguei do meu dever sujeitar á vossa apreciação, sobre um assumpto, que aliás ha de ser amplamente tratado pelo ministerio do imperio.

Casamentos mixtos e evangelicos.

Ha um assumpto de maxima importancia que se liga a colonisação — os casamentos mixtos e evangelicos.

A religião protestante é tolerada no Brasil, mas não goza da mesma protecção que tem a do Estado, e dahi resultão muitas circumstancias que affectão sensivelmente os interesses dos colonos que a professão.

Os casamentos evangelicos devem ser sujeitos a certos condições de publicidade, e a um registro, para que possam produzir direitos civis.

O casamento entre duas pessoas uma protestante e outra catholica é nullo quando é celebrado por um cura protestante sem intervenção e licença da autoridade da igreja catholica.

É urgente uma medida legislativa que garanta os effeitos civis desses casamentos, e refiro-me a este respeito ao que vos tem de expôr o Sr. ministro da justiça.

PARTE POLITICA.

Neutralidade do Brasil na guerra do Oriente entre a Russia por uma parte e a França e a Inglaterra pela outra.

As legações de S. M. Britannica, e de S. M. o Imperador dos Francezes nesta corte, dirigirão-se em Maio do anno passado ao governo imperial, communicando-lhe, de ordem de seus governos, os principios que durante a guerra, em que não entrar com a Russia, tinham de regular o seu procedimento para com o commercio e navegação dos neutros.

Principios adoptados pela França e Gran-Bretanha.

Com esta communicação remetterão as referidas legações a declaração de guerra publicada em 28 de Março pelo governo de S. M. Britannica, e em 29 do mesmo mez pelo de S. M. o Imperador dos francezes, nos seguintes termos:

Declaração de guerra das potencias alliadas.

Que S. M. a rainha da Grã-Bretanha e Irlanda, e S. M. o Imperador dos francezes, tendo sido compellidas a tomar as armas em apoio de um alliado, desejavão tornar a guerra o menos onerosa, que fosse possível, ás potencias, com as quaes permanecião em-paz.

Principios por ellas adoptados.

Que afim de preservar o commercio dos neutros de todos os embargos que não fossem necessarios, Suas Magestades estavam dispostas por enquanto a prescindir de uma parte dos direitos que lhes pertencião, como potencias belligerantes, pela lei das nações.

Renuncia de alguns direitos como belligerantes.

Que era impossivel a Suas Magestades ceder do exercicio de seus direitos de apprehender os artigos de contrabando, e de evitar que os neutros levassem despachos do inimigo; e tinham de manter intacto, como potencias belligerantes, o direito de impedir que os neutros violassem qualquer bloqueio effectivo, que possão pôr com forças adequadas ás fortalezas, portos ou costas do inimigo.

Substituir o confisco de artigos de contrabando, e alguns outros.

Que os navios de Suas Magestades não apprehenderião a propriedade do inimigo carregada á bordo de um navio neutro, a não ser contrabando de guerra.

A propriedade empa conterá a carga inimiga.

Que não era da intenção de Suas Magestades reivindicar o direito de confiscar a propriedade neutra, não sendo contrabando de guerra, actuala á bordo de um navio inimigo.

A carga neutra sera livre a bordo de navio inimigo.

Declararão Suas Magestades por ultimo que, desejando diminuir quanto fosse possível os males da guerra, e restringir as operações desta ás forças regularmente organisadas do paiz, não era do seu intento actualmente dar carta de marca para autorisar armamentos de corsarios.

Não se admitt. cartas de corso.

Os governos de S. M. a rainha da Grã-Bretanha e de S. M. o Imperador dos francezes esperavão que fossem formalmente acolhidos por S. M. o Imperador do Brasil os principios adoptados naquella declaração.

Apreciando o governo imperial aquelles principios, que tem por fim diminuir quanto seja possível as consequências desastrosas, que do estado da guerra resultão sempre ao commercio dos neutros, entendeu comtudo que a renuncia feita por um belligerante do exercicio de alguns direitos que lhe pertencião, não era por si só sufficiente para regular o procedimento dos neutros com prejuizo dos direitos do outro belligerante.

Declaração de neutralidade
por parte do Brasil.

Desejando porém attender o mesmo governo aos interesses do commercio dos subditos brasileiros, e observar uma stricta neutralidade durante a guerra, que infelizmente existe entre a França e a Inglaterra de uma parte, e a Russia pela outra, resolveu adoptar as seguintes medidas:

Theor das ordens expedidas em sua conformidade pelo governo imperial.

1.^a Que nenhum corsario com bandeira russa possa ser armado ou aprisionado, ou admittido com suas prezas nos portos do Brasil.

2.^a Que os subditos brasileiros devem abster-se rigorosamente de tomar parte em armamentos de corsarios, ou em quaesquer outros actos oppositos aos deveres de uma stricta neutralidade.

E nesta conformidade fôrão expedidas as convenientes ordens e instrucções ás autoridades do imperio.

O governo imperial apressou-se a dar conhecimento desta resolução à legação de S. M. o Imperador de todas as Russias nesta côrte.

A legação de S. M. Britannica dirigio-se posteriormente ao governo imperial manifestando a esperanza, que tinha o seu governo, de que não seria no Brasil contrabido um emprestimo, que a Russia procurava obter, para a continuação da guerra que lhe havião declarado as potencias alliadas.

Em virtude desta manifestação, por parte do governo de S. M. Britannica, expedio o governo imperial as necessarias ordens para que não pudesse ser levado a effeito nas praças do Brasil, aquelle emprestimo, quando nellas fosse tentado; o que aliás não era de presumir.

A correspondencia havida sobre estes assumptos vai appensa no annexo E.

Navegação fluvial na parte do rio Amazonas e seus afluentes que corre pelo territorio Peruano.

Admittido o Brazil áquella navegação pelo decreto de 4 de Janeiro de 1854.

Já vos communiquei, no meu ultimo relatorio, que as nossas questões relativamente ao decreto do governo do Peru de 15 de Abril de 1853 havião sido terminadas pela promulgação de outro decreto com data de 4 de Janeiro de 1854.

Este ultimo decreto determinou:

« Art. 1.º Que os subditos brasileiros podem livremente navegar nos rios do Perú affluentes do Amazonas, conforme o art. 1.º do tratado de 23 de Outubro de 1851. »

Art. 2.º Que o governo designará em cada rio os portos em que possam carregar e descarregar as mercadorias os emprezarios que obtinhão ou tiverem obtido o privilegio da navegação a vapor, segundo o que foi estipulado no artigo 1.º adicional, § 5.º, do tratado com o Imperio do Brasil.

Art. 3.º Que se se pretender por parte de outros Estados que seus subditos sejam admittidos á navegação do Amazonas e seus confluentes na parte do territorio peruano, por se julgar com direito a ella em virtude dos tratados celebrados com a republica, o governo procederá, para a concessão ou recusa dos pedidos que lhe fôrem dirigidos, segundo o que estiver convencionado nos tratados vigentes, ou pelo modo e com as condições que julgar mais justas e convenientes.

Art. 4.º Que reconhecendo o governo Peruano o direito, que tem todos os ribeirinhos á navegação do Amazonas, reconhece tambem a necessidade de um accordo com elles sobre os regulamentos geraes de policia e mais medidas que para isso seja preciso adoptar.

Antes mesmo da publicação do decreto de 4 de Janeiro do anno proximo passado dirigio-se o ministro dos Estados-Unidos em Lima ao governo do Perú, por nota de 31 de Dezembro de 1853, para ser informado se os vapores brasileiros tinham licença para navegar a parte do rio Amazonas, situada no territorio peruano e no rio Huallaga até Yurimaguas, accrescentando que, se havia para os barcos brasileiros aquella concessão, devia tornar-se ella extensiva aos Americanos, conforme as estipulações dos arts. 2.º, 3.º e 10.º do tratado entre os Estados-Unidos e a Republica do Perú, de 26 de Julho de 1851, que outorgou aos cidadãos dos mesmos Estados todo e qualquer favor, privilegio e immuniidade que a respeito de commercio e navegação tiver sido ou fôr concedido pelo governo do Perú aos subditos brasileiros, dentro dos limites da Republica, e especialmente no que fôr relativo ao trafico, commercio e navegação do rio Amazonas ou seus tributarios.

O ministro das relações exteriores do Perú, em resposta áquella nota, declarou, em 16 de Janeiro do anno proximo passado, que os barcos brasileiros podião navegar nos confluentes ou tributarios do Amazonas, que correm no territorio da Republica, porque assim se pactuou no tratado celebrado com o Brasil, de 23 de Outubro de 1851, e por ser reciproca essa concessão, não podendo ella ser extensiva aos cidadãos e barcos dos Estados-Unidos, attendendo-se ao teor e sentido dos tres artigos do tratado, que em apoio de sua reclamação apresentava o ministro dos Estados-Unidos.

Na sua demonstração o ministro dos negocios estrangeiros do Perú fez sobresahir ás seguintes observações:

Reclamão os Estados-Unidos o mesmo favor pelo seu tratado de 26 de Julho de 1851.

Funda o Perú a concessão excepcional, feita ao Brasil, na convenção com este celebrada em 23 de Outubro de 1851.

Que não pôde os Estados-
Unidos offerecer a mesma
reciprocidade.

1.ª Que a declaração de se conceder aos subditos de um Estado os direitos de nação mais favorecida, suppõe sempre a reciprocidade por parte d'elle, ou sua submissão ás condições com que se concedêra á outra esses favores. Que o Perú permite aos subditos e barcos brasileiros a livre navegação em seus rios interiores, porque o governo do Brasil concede aos subditos e barcos do Perú igual franqueza e liberdade, e os Estados-Unidos não offerecem a mesma reciprocidade nem podem offerecê-la, porque não são ribeirinhos no Amazonas, sendo muito expresso o art. 3.º de seu tratado quando declara que devem gozar—gratuitamente—de todos os favores, privilegios ou isenções que fôrem concedidas á nação mais favorecida, se a concessão tiver sido gratuita, ou—mediante compensação—se tiver sido condicional.

Que a navegação fluvial
pertence só aos seus diversos
condominios.

2.ª Que a navegação fluvial pertencente a diversos condominios é uma obrigação internacional, emanada do senhorio que cada um tem no seu respectivo territorio e da situação que occupa em relação ás aguas navegaveis, e que esta servidão que é activa e passiva ao mesmo tempo entre o Brasil e o Perú, não se pôde transmitir a um terceiro pela vontade exclusiva de um participe.

Que só havia com o Brasil
um ensaio de navegação por
uma companhia Perú-Brasi-
leira.

3.ª Que o governo do Perú apenas fez com o do Brasil, em virtude da citada convenção, um ensaio da navegação do Amazonas, por meio de uma companhia formada com fundos peruanos e brasileiros, negocio exclusivo d'elles, que não pôde ser considerado como concessão feita a terceiro.

Que era prematura a con-
cessão reclamada pelos Es-
tados-Unidos.

4.ª Que o governo não pôde prematuramente adoptar uma politica; na actualidade, contraria aos seus proprios interesses; que os rios interiores até o proprio Maranhão não serão ainda explorados; não se tem assentado ainda nos meios mais convenientes para a sua navegação, nem se sabe quaes os lugares mais proprios para servirem de escala; que o commercio nessas paragens limita-se á simples permuta entre os selvagens e povos vizinhos; e portanto é de absoluta necessidade estabelecer primeiro a ordem e a regularidade nessas regiões solitarias, essenciaes para poder garantir-se convenientemente a vida e a prosperidade dos povoadores nacionaes e estrangeiros.

5.ª Que se á outras nações se permittisse commerciar pelos rios peruanos, poder-se-hia pedir o mesmo favor para os cidadãos americanos, mas nunca exigir, sem reciprocidade, privilegios commerciaes onde não ha trafico.

Argumentão os Estados-
Unidos com o espirito do de-
creto de 15 de Abril de 1833,
e a identidade dos dois tra-
tados.

Em resposta a esta nota, dirigio o ministro dos Estados-Unidos em Lima ao governo do Perú outra com data de 4 de Fevereiro do anno passado, declarando-lhe que os cidadãos dos Estados-Unidos, pelo tratado celebrado com o Perú em 26 de Julho de 1851, devem ser iguaes dos simultaneamente no pleno gozo dos direitos conferidos aos barcos e subditos brasileiros para navegarem nas aguas peruanas do Amazonas; que este direito foi reconhecido pelo mesmo governo na discus-

são, a que deu lugar a publicação do tratado feito com o Imperio do Brasil em 23 de Outubro do mesmo anno, e decreto que em consequencia foi expedido em data de 15 de Abril de 1853; e não pôde ser questionado sem uma completa inversão no cumprimento das obrigações contrahidas pelo governo do Perú para com o dos Estados-Unidos, e nem ser annullado nem alterado sob pretexto algum sem o consentimento do governo da União.

Acerescentou mais o ministro dos Estados-Unidos as seguintes reflexões :

1.º Que o tratado de 26 de Julho de 1851 admittio a navegação sob principios de reciprocidade, visto como os barcos peruanos podem frequentar os portos de Delaware, de James, do Mississipi, e outros rios da União abertos ao commercio estrangeiro, não sendo doutrina admissivel a de se exigir a contiguidade e identidade para constituir essa reciprocidade, tanto assim que, se o governo dos Estados-Unidos outorgasse a qualquer nação algum favor especial na navegação daquelles rios, o governo peruano difficilmente o creia justificado se elle recusasse admittir os barcos peruanos ao gozo desse favor sob pretexto de que o Perú não possui territorios contiguos aos mesmos rios.

Que os Estados-Unidos offerecem reciprocidade.

2.º Que, posto o canal principal do Amazonas formado das aguas que affluem dos seus tributarios navegaveis, que correm através de cinco nações soberanas, corra em quasi toda a sua totalidade pelo territorio brasileiro, não é uma razão para recusar-se o uso das aguas superiores e affluentes, porque o condominio daquelle canal começa só no ponto em que aquelles tributarios correm pelo territorio de outro Estado, e isto se deduz do que foi estipulado no art. 2.º do tratado entre o Brasil e o Perú, pois do contrario nenhum dos estados ribeirinhos poderia celebrar tratados com uma potencia estranha, abrindo seus rios ao commercio e navegação estrangeira, sem a permissão e consentimento dos outros Estados ribeirinhos, o que o privaria de um dos attributos inherentes a toda a nação soberana; e portanto, sendo admittido o Brasil a navegar os rios peruanos pelo tratado de 23 de Outubro de 1851, antes do qual não podião legalmente ser admittidos os vapores da companhia brasileira nas aguas peruanas do Amazonas, foi isto um favor e uma concessão feita ao Brasil, da qual devem participar immediatamente os Estados-Unidos segundo os termos de seu tratado de 26 de Julho de 1851.

Que o condominio não justifica a recusa da navegação nas aguas do Perú.

3.º Que os vapores que fazem a navegação do Amazonas entre o Brasil e o Perú pertencem a uma companhia subvencionada pelo Brasil com 80,000 pesos, que obteve um privilegio exclusivo do governo imperial para navegar o Amazonas por trinta annos com certas e determinadas condições.

Que os Estados-Unidos também por uma companhia podem fazer aquella navegação.

Que o decreto que concedeu aquelle privilegio foi publicado sem se consultar o governo do Perú, e sendo este ouvido, forão quasi em sua totalidade reprovadas as condições do contracto feito com o go-

verno imperial, á excepção do subsídio de 20,000 pesos, a que se obrigou o Perú, e que o Brasil garantio: facto este sufficiente para provar que a companhia não é um negocio proprio dos dois governos, não podendo portanto dali inferir-se que nos mesmos termos não possa a navegação ser feita por parte dos cidadãos dos Estados-Unidos.

Negão os Estados-Unidos que seja esta medida prematura.

4.º Que antes de concluirem os Estados-Unidos o seu tratado de 26 de Julho de 1851 tinham conhecimento dos immensos recursos naturaes que offerecem as comarcas peruanas banhadas pelo Amazonas e seus tributarios, e por conseguinte avaliavão toda a importancia da navegação daquelles rios; e elevando esta navegação a um ponto incalculavel o commercio entre os Estados-Unidos e o Perú, o governo desta republica não seguiria uma politica contraria aos seus interesses.

5.º Que se apesar de não se achar habilitado o governo do Perú para fixar as suas idéas sobre um assumpto, que ainda não está bem examinado, abre os seus rios interiores aos barcos do Brasil, em virtude do seu tratado com esta potencia, ha uma obrigação restricta para se respeitar o tratado celebrado com os Estados-Unidos, por ser este de data anterior á da convenção com o Brasil, e portanto qualquer passo que o governo do Perú dê em cumprimento das estipulações do tratado com o Brasil, prejudicando os direitos dos Estados-Unidos, será nullo e sem valor algum.

Protesta por parte dos Estados-Unidos.

Por ultimo protestou o ministro dos Estados-Unidos contra a interpretação que pretendia o governo do Perú dar ao tratado celebrado com os mesmos Estados por nota de 16 de Janeiro, e contra quaesquer actos, interpretações ou commentarios que diminuão, ou tendão a diminuir ou prejudicar o direito dos Estados-Unidos a serem postos em completa igualdade e identico gozo de vantagens com a nação mais favorecida dentro do territorio peruano.

Espirito da nota que deu lugar aquelle protesto.

Respondendo a este protesto declarou o ministro das relações exteriores, por nota de 28 de Fevereiro do anno proximo passado, que não pretendeu na sua anterior nota interpretar o tratado celebrado entre o Perú e os Estados-Unidos, e que, se examinando seus artigos, deduzio que elles não erão applicaveis nem davão apoio á reclamação interposta, não recorreu a interpretações caprichosas, senão somente ao seu sentido litteral e genuino.

Quando é permittido um protesto.

Que os protestos só devem ser empregados contra actos de violação de um direito, ou contra uma negativa ao cumprimento daquillo que é legitimamente devido, e no presente caso não se encontrão estas nem outras condições essenciaes de um acto tão solenne, para que possa ser admittido.

Que se exigindo o cumprimento de um tratado se arrogasse uma das partes contractantes o direito de decidir, só por si, o sentido genuino do mesmo, recusando-se a entrar em discussão e protestando ou empregando meios que o direito internacional não reco-

nhece, mudariam de natureza os tratados, e converter-se-hião em sentenças que uma potencia poderia pronunciar como juiz sobre a outra, destruindo assim as bases e os principios de igualdade e independência entre as nações.

Que admitindo mesmo que se possa considerar comprehendida nos artigos do tratado com os Estados-Unidos a navegação do Amazonas e seus tributarios, ainda assim não haveria motivo para um protesto, não tendo este outros effeitos legais além dos que resultão da justiça e bons fundamentos em que elle se basea.

O governo do Perú, em sua contestação, referindo-se á natureza diversa dos dous tratados, celebrados com o Brasil e os Estados-Unidos demonstrou que a obrigação contrahida com o primeiro sobre a navegação do Amazonas não podia ser extensiva a uma 3.^a potencia, sendo que a navegação dos rios foi sempre objecto de convenções especiaes que se não comprehendem nos termos genericos de um tratado de amizade, commercio e navegação.

Não é elle authorizada quando se dá intelligencia diversa a tratados de natureza diversa.

Esta foi a base de toda a discussão. O outro titulo do qual derivava o ministro dos Estados-Unidos a sua reclamação era o decreto de 15 de Abril de 1853; e quanto a este, declarou o ministro das relações exteriores do Perú que aquelle decreto era puramente economico e administrativo, não era um pacto, ou convenio, ou tratado nacional, para que lhe fosse precisa a acceitação de outro governo, e por isso podia ser ampliado, restringido ou revogado quando o governo do Perú o julgasse conveniente: e se fosse admissivel o principio de que uma lei ou decreto qualquer, favoravel aos interesses dos subditos de uma nação, não pudesse ser revogado sem o consentimento dessa nação, seria desconhecer a soberania das nações, e o direito que ellas tem de legislar.

O decreto de 15 de Abril sendo puramente administrativo podia ser alterado ou revogado.

O encarregado de negocios do S. M. Britannica em Lima em 14 de Fevereiro do anno passado participou ao governo do Perú que o seu governo, applaudindo a politica liberal adoptada pelo decreto de 15 de Abril de 1853, que franqueou a navegação, commercio e trafico nas aguas do Amazonas, na parte do littoral pertencente ao Perú até Nanta, aos navios e subditos brasileiros, e aos de nações que tivessem celebrado tratados com o Perú, pelos quaes fossem-lhes outorgados os direitos de nação mais favorecida, deu-lhe instruções para aconsellar ao governo do Perú quanto seria proveitoso ao proprio interesse dos estados ribeirinhos aquella navegação, mediante regulamentos que não puzessem embaraço algum ao commercio licito.

Reclamação do governo britannico em virtude do seu tratado de 19 de Abril de 1853.

Informou o agente do S. M. Britannica ao governo do Perú que igual conselho seria dado ao governo do Brasil, por intermedio do ministro britannico na corte do Rio de Janeiro, para induzi-lo a abrir ás bandeiras estrangeiras a navegação do Amazonas, pela sua foz, na parte em que este rio corre pelo territorio do imperio.

Conselho para a abertura do Amazonas.

Accrescentou aquelle agente que tal seria o effeito do decreto

de 15 de Abril de 1853; mas que adoptando-se uma politica diversa pelo decreto de 4 de Janeiro proximo passado, concedendo e ampliando aquella navigação unicamente aos barcos e subditos brasileiros, em virtude do tratado celebrado entre S. M. Britannica e a republica do Perú em 10 de Abril de 1850, que continha iguaes disposições que invocava a republica dos Estados-Unidos na correspondencia que haviam publicado os jornaes peruanos, via-se na necessidade de reclamar para os subditos de S. M. Britannica os mesmos direitos e privilegios concedidos aos subditos brasileiros em virtude do tratado fluvial celebrado entre o Brasil e o Perú em 23 de Outubro de 1851, em tudo o que dizia respeito ao commercio e navigação daquella parte do Amazonas e seus confluentes que correm dentro do territorio do Perú.

Reconhecimento dos direitos do Brasil pelo Perú.

O ministro das relações exteriores do governo do Perú em data de 15 de Março do anno passado respondeu ao encarregado de negocios de S. M. Britannica que, na expedição do decreto de 4 de Janeiro, havia-se limitado a reconhecer os direitos do Brasil reclamados pelo seu ministro contra o teor do art. 2.^o do decreto de 15 de Abril, fazendo desaparecer uma restricção, que continha este decreto, e que parecia contraria ás estipulações da convenção celebrada com aquella potencia.

Mesmas razões allegadas ao agente dos Estados-Unidos.

Resumindo o que havia discutido com o ministro dos Estados-Unidos sobre este assumpto, concluiu o ministro das relações exteriores do Perú que, como não era possível penetrar no territorio peruano por agua sem se ter accesso no Amazonas, pela sua foz, e isso não se poderia conseguir sem aquiescencia do governo do Brasil, o governo do Perú não podia conceder favores que estavam além da esphera de suas faculdades.

Convite feito aos estados ribeirinhos pela circular de 13 de Julho de 1853.

O governo imperial, segundo vos disse no relatorio do anno passado, recebeu um convite com a data de 13 de Julho de 1853 do governo do Perú para nomear um plenipotenciario, que com os dos estados ribeirinhos do Amazonas tomasse parte nas conferencias, que o governo daquella republica desejava ver abertas sobre a navigação daquella rio.

O encarregado de negocios de S. M. Britannica na sua correspondencia, alludida, com o governo do Perú entendeu que ficaria em duvida pela publicação daquello ultimo decreto do governo peruano se elle abandonava a conferencia proposta por aquelle convite.

Necessidade renhencia pelo decreto de 1853 de ajustarem elles entre si o assumpto da navigação.

O governo do Perú declarou que não negava nem deixava em duvida quanto antes havia feito para que os estados ribeirinhos se reunissem em conferencias e abrissem um protocollo, afim de regular a navigação do Amazonas: tão pouco havia retirado o seu convite, e se os seus desejos não se achavam realisados, a isto haviam obestado as circunstancias politicas da republica, e não ter sido elle ainda accito, e que, além disto, no artigo 4 do decreto de 4 de Janeiro reconhecia

o governo peruano o direito de todos os ribeirinhos, e a necessidade de ajustar com elles o interessante assumpto da navegação do Amazonas.

O pensamento que predomina no referido artigo 4.^o do decreto de 4 de Janeiro é o de um accôrdo entre os estados que tem parte no Amazonas, sobre os regulamentos de policia e outras medidas necessarias para tornar effectivo o gozo de navegar naquelle rio.

Este pensamento parece ser distincto do que apparece no convite que dirigio á legação imperial em Lima o ex-ministro das relações exteriores na sua circular de 13 de Julho de 1853.

O pensamento da circular é o de abrir a navegação ao commercio universal.

Não se trata mais de estabelecer as condições com que o Amazonas deve ser aberto ao commercio universal, mas simplesmente de fixar as regras a que deve estar sujeito o commercio dos ribeirinhos.

O do decreto é o de estabelecer as regras para regular o commercio dos ribeirinhos.

O governo imperial não recebeu nota alguma do governo do Perú, talvez pelas circumstancias por elle mencionadas, do critico estado do paiz, explicando em conformidade do decreto de 4 de Janeiro as suas novas disposições, modificativas da circular de 13 de Julho de 1853.

Estas disposições foram entretanto antecipadas pelo governo imperial em todas as suas negociações entabuladas e concluidas com todos os governos das republicas que participão das aguas, que affluem ao Amazonas.

Prevendo o governo imperial em diversas negociações este ultimo accôrdo.

A correspondencia havida a este respeito entre as legações dos Estados-Unidos e da Gran-Bretanha com o governo do Perú acha-se reunida no annexo F.

Navegação fluvial do rio Amazonas na parte em que corre pelo Imperio.

Cumpre-me agora informar-vos da correspondencia que sobre o mesmo assumpto tem havido entre o governo imperial e a legação dos Estados-Unidos nesta corte.

Em data de 31 de Outubro de 1853 a legação dos Estados-Unidos dirigio uma nota ao governo imperial, cobrindo uma breve exposição dos pontos que fizerão o objecto de uma conferencia havida com o ministro dos negocios estrangeiros do imperio em 28 do mesmo mez. relativamente não só a um tratado de commercio e navegação com aquelles estados, como sobre a navegação do Amazonas.

Conferencia com a legação dos Estados-Unidos.

Nesta exposição declarou o ministro dos Estados-Unidos que a navegação do Amazonas era assumpto de muito interesse para os cidadãos dos Estados-Unidos; que estes tinham relações commerciaes com varias republicas limitrophes do Brasil situadas na parte superior daquelle rio, e desejavam fazer aquelle commercio pelas aguas do Amazonas, precedendo consentimento do governo brasileiro.

Motivo porque se solicita a navegação para os cidadãos daquelles Estados.

Que o presidente dos Estados-Unidos desejava cultivar as mais ami-

gaveis relações com o governo do Brasil, e muito sentiria que soffressem ellas com a sua persistencia em uma politica, tão opposta á de todas as nações lançadas na carreira do progresso.

O Amazonas equiparado ao Oceano.

Aquella legação declarou que não derivava o direito de navegarem os barcos dos Estados-Unidos no Amazonas de algum tratado, e só a pertendião como um direito natural, como tinham o de navegar o Oceano; e que esse direito era autorizado pela lei internacional e a pratica seguida em sua conformidade pelo acto do congresso de Vienna de 1815; não desconhecendo que essa navegação devia estar sujeita a algumas restricções impostas pelas nações através de cujos territorios correm os rios navegaveis.

Razões allegadas.

Não admite o governo imperial a identidade.

Respondendo o governo imperial a esta nota em 13 de Setembro de 1854, declarou que não podia estar de accordo com o principio e doutrina em que se pretendia fundar a reclamação, assemelhando-se o Amazonas ao Oceano; que uma tal doutrina era repellida pelos principios do direito publico e das gentes, e não podia prevalecer senão pela substituição do principio, do interesse e da força aos do direito e justiça.

Precedentes dos Estados Unidos.

Que os Estados-Unidos jámais se prevalecerão dessa doutrina nas questões que sustentarão sobre a navegação de S. Lourenço e Mississipi com a Hespanha e a Inglaterra, não obstante serem nesse tempo ribeirinhos.

Basta o governo imperial a sua doutrina nos principios de direito publico e das gentes.

Que o governo imperial estava firmemente convencido de que não podia ser assemelhado ao Oceano um rio, de que o Brasil possui as suas margens na vasta extensão de 480 leguas, desde a foz do Amazonas até Tabatinga, limite do imperio.

Que, conquanto o Amazonas fosse em varios pontos assaz largo, todavia tem lugares estreitos, onde uma fortaleza só pôde prohibir a passagem, e a sua navegação não pôde ser feita sem o repetido uso de suas margens.

Que em summa o Brasil possui no Amazonas tudo quanto, segundo os principios recebidos, serve para provar a sua soberania sobre as aguas desse rio.

Motivos por que não pede ainda intervir ao commercio estrangeiro a navegação do Amazonas.

Aceroscentou o governo imperial que, sendo o Oceano indispensavel ao commercio do mundo inteiro, nas mesmas circumstancias se não acha o Amazonas, e que, ainda que o seu extenso valle, quando convenientemente povoado, possa dar vasto alimento ao commercio das nações, era actualmente quasi inteiramente deserto, de nenhum interesse e vantagem para as nações que não são ribeirinhas.

Pelo que respeita ao imperio.

Que a grande parte do Amazonas que pertence ao Brasil contém duas provincias, a do Pará na foz, e a do Amazonas no interior.

Que para o commercio da cidade do Pará é sufficiente o porto da cidade de Belém aberto ao commercio de todas as nações estrangeiras.

Que a população da provincia do Amazonas não excede a 30 mil almas, e sendo em grande parte de raça indigena, dá escasso consumo

aos productos da industria estrangeira, e por isso não sente a falta de um commercio directo com as nações productoras.

Isto quanto ao imperio.

Que menos populoso ainda é o departamento de Maymas pertencente á Republica do Perú, que occupa a parte superior do Amazonas.

Pelo que respeita ao Perú.

Que a população desta republica, que póde alimentar o commercio estrangeiro, está separada do valle do Amazonas pelos Andes, e o caminho natural para seus supprimentos quer no presente, quer no futuro será sempre o Pacifico.

Que os territorios occupados pelas republicas de Venezuela, Nova Granada e Equador, que tem affluentes que desaguão no Amazonas, são escassamente habitados, e ainda quando fosse a navegação do Amazonas aberta ao commercio do mundo, continuarião os centros das suas principaes cidades a ser suppridos exclusivamente pela navegação do Atlantico e Pacifico.

Pelo que respeita á Venezuela, Nova-Granada e Equador.

Que além disso ha a considerar que os affluentes do Amazonas, que passam pelo territorio dos cinco mencionados estados ribeirinhos, não podem ser navegados senão por embarcações de pequeno porte, incôpazes de navegar no Oceano, e boa parte desses affluentes precisa de obras e trabalhos hydraulicos destinados a facilitar essa mesma navegação.

Dificuldades que se encontram para se realizar a navegação.

Com estas considerações demonstrou o governo imperial que na actualidade não existem grandes interesses nem dos Estados-Unidos, nem de nenhuma outra nação, que possam servir de pretexto á pretensão immediata de navegar o Amazonas, não sendo entretanto a sua intenção conservar este rio fechado para sempre ao transitto e commercio estrangeiro, assumpto grave que não deve ser resolvido com precipitação, e sem as cautelas e seguranças precisas.

Não é entretanto intenção do governo fechar para sempre aquella navegação.

No intuito de estudar praticamente este objecto, em um rio, cujas margens estão pela maior parte desertas, e onde não podem ser applicaveis as regras, e providencias tomadas na Europa a respeito de rios cujas margens estão povoadas ha muitos seculos, celebrou o Brasil com a Republica do Perú o tratado de commercio e navegação fluvial de 23 de Outubro de 1851, e iniciou outras convenções com as republicas de Venezuela, Nova Granada, e Equador, concluindo com as duas primeiras republicas aquellas convenções que se achão ainda dependentes da approvação dos respectivos congressos.

Negociações entabuladas e realizadas por elle para a estudar praticamente.

Com o mesmo intuito promoveu a colonisação e commercio a vapor nas desertas margens do Amazonas, subsidiando para isso a uma companhia brasileira.

Contracto com uma companhia para a promover.

Declarou por ultimo á legação dos Estados-Unidos, como norma da sua politica fluvial, que chegada que seja a época de ser aberto o Amazonas ao commercio do mundo, quando o governo imperial o julgar opportuno, está elle decidido a não conceder a nenhuma nação a navegação daquello rio, na parte em que o Brasil possui ambas as margens, senão por meio

Só pode ser a navegação concedida por meio de convenções.

de convenções, que resguarlem o seu direito de propriedade, e proveção para que seja devidamente mantida a fiscalização e policia da navegação.

Inovação do contracto com a companhia para facilitar a navegação.

O governo imperial com o fim de ficar desembaraçado para abrir aquelle rio ao commercio do mundo, quando pudesse fazê-lo sem inconveniente, renovou por decreto n.º 1445, de 2 de Outubro do anno passado, o contracto celebrado com a companhia brasileira de navegação do Amazonas, em conformidade da autorisação concedida na segunda parte do art. 1.º do decreto n.º 726, de 3 de Outubro de 1853.

Por esta novação do seu contracto renunciou a companhia ao privilegio exclusivo, que lhe foi concedido pelo decreto n.º 1037, de 30 de Agosto de 1852, para a navegação a vapor do rio Amazonas, e a quaesquer outras vantagens outorgadas pelo mesmo decreto.

A novação daquelle contracto, e as condições que com elle baixarão encontra-la-heis no n.º 1 do Annexo **H**.

A companhia de commercio e navegação do Amazonas, como vereis, continúa a ser subvencionada pelo governo do Perú, segundo o que se acha estipulado na convenção de 23 de Outubro de 1851, e com um augmento de subvenção por parte do governo imperial.

Continua a discussão diplomatica com os Estados-Unidos.

Este assumpto ainda se acha dependente de discussão diplomatica com o governo dos Estados-Unidos, á vista de um projecto de tratado que me remetteu o ministro daquelles Estados nesta corte por nota de 6 de Dezembro do anno proximo passado, comprehendendo os pontos de uma conferencia que comigo teve em 28 de Outubro de 1853.

O art. 10 desse projecto acha-se redigido nos seguintes termos:

« Que S. M. o Imperador do Brasil, obriga-se a permittir que os cidadãos dos Estados-Unidos naveguem livremente, pelo rio Amazonas, em toda a sua extensão e largura dentro dos limites do imperio, com barcos por elles construidos ou de sua propriedade, tocando nos portos ou outros lugares das suas margens para se supprirem de combustivel e de provisões, ou fazerem os reparos, que sejam necessarios, para o proseguimento de suas viagens, sob a condição de que os Estados-Unidos, em qualquer dos seus portos, não impenhão, nem cobrem direito algum sobre o café produzido no dito imperio.

« Que fica entretanto expressamente concordado que este privilegio não se estenderá ao transporte de generos ou de passageiros de um porto ou lugar brasileiro para outro, reservando o Brasil exclusivamente para si esse direito. »

O governo imperial entendeu que devia remetter o dito projecto á secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado, alim de responder convenientemente á nota da legação dos Estados-Unidos.

O encarregado de negocios de S. M. Britannica em Lima, participando ao governo do Perú as instrucções que tinha tido do seu governo para aconsellar a abertura dos rios daquella republica ao commercio estrangeiro, accrescentou, que igual conselho seria dado ao governo imperial

pelo que diz respeito ás suas aguas interiores, por intermedio da legação de S. M. nesta corte.

Com effeito, o ministro de S. M. Britannica nesta corte dirigio ao governo imperial em 23 de Novembro de 1853 uma, nota expondo que a attenção do governo de S. M. Britannica tinha-se fixado ultimamente na importante questão da navegação do rio Amazonas a bem dos interesses do commercio.

Discussão sobre o mesmo assumpto com a legação de S. M. B.

Expóz o ministro de S. M. Britannica que o seu governo sabia que o governo dos Estados-Unidos havia sollicitado do da republica do Paraguay, e depois do do Brasil, a livre navegação do Amazonas; que o governo do Perú estava disposto a conceder aquella navegação por sua parte, mediante certos regulamentos e direitos, ás nações estrangeiras que tinham com elle tratados de commercio, e que já havia proposto ou ia propôr aos do Brasil, Nova Granada e Equador, por cujos territorios corre aquelle rio, algum accordo geral neste mesmo sentido; accrescentando que o governo da Bolivia havia publicado um decreto estabelecendo a livre navegação da parte que lhe pertence do rio Amazonas.

Motivos do consite que dirigio o governo de S. M. B. ao imperial.

Em consequencia do exposto, manifestou o ministro de S. M. Britannica que era para sentir que o governo imperial, em vez de seguir a mesma politica, se limitasse pelo seu tratado de 1851, celebrado com o Perú, a permittir a navegação daquelle rio aos respectivos estados ribeirinhos, e a conceder a uma companhia brasileira o privilegio exclusivo para aquella navegação por uma longa serie de annos.

Fundou-se o ministro de S. M. Britannica no seu tratado com o Perú e outros Estados da America do Sul, e no desejo de seu governo de cultivar e estender as suas relações commerciaes com o Brasil, para aconsellar por parte do seu governo a conveniencia de acabar com todas as restricções, e monopolio na parte do rio Amazonas, que pertence ao imperio, no proprio interesse deste.

O governo imperial respondendo á nota daquelle ministro em 29 de Dezembro do anno passado, mostrou a improcedencia das razões allegadas para o Brasil abrir a navegação dos seus rios, pelo lado do norte do Imperio, e reproduzio os argumentos, com que tinha respondido á nota do ministro dos Estados-Unidos de 31 de Outubro de 1853.

Mesmas razões allegadas á legação dos Estados-Unidos.

No annexo F faço juntar toda a correspondencia havida a este respeito com os ministros dos Estados-Unidos d'America e de S. M. Britannica.

Navegação na parte superior do rio Paraguay.

Informei-vos no meu Relatorio do anno proximo passado que o governo imperial não se oppunha a que se fizessem explorações no rio Paraguay e seus tributarios, acima do porto Albuquerque, aberto ao

commercio estrangeiro por decreto n. 1140 de 9 de Abril de 1853, mas que para este fim devião empregar-se barcos nacionaes.

A discussão sobre este assumpto progredio com a legação dos Estados-Unidos d'America.

Discussão sobre a navegação na parte superior do rio Paraguay.

Esta legação sollicitou novamente, por nota de 3 de Julho ultimo, a cooperação do governo imperial, para que o *Water Witch*, que havia sido pelo seu governo mandado explorar o rio Paraguay e seus confluente pertencentes ao Brasil, pudesse subir aquelle rio além do porto de Albuquerque.

O governo imperial declarou em 2 de Agosto que, se a expedição do *Water Witch* tinha unicamente por fim o adiantamento das sciencias, e a concessão do governo imperial não pudesse importar um exemplo, ou precedente, para a viagem de qualquer navio mercante ou de commercio, ou até de alguma embarcação exclusivamente de guerra, para dar ao dos Estados-Unidos uma nova prova de sua benevolencia e consideração, não teria duvida em permitir as explorações que pretendia fazer o commandante do *Water Witch* no rio Paraguay, além do porto de Albuquerque e seus affluentes, pertencentes ao Brasil.

Permitida aquella navegação ao *Water-Witch* por ser o seu objecto puramente scientifico.

O ministro dos Estados-Unidos, julgando-se autorizado para declarar que o objecto daquella commissão tinha por unico fim promover a causa das sciencias, e não constituiria um precedente para que pudessem navegar os tributarios do Rio da Prata embarcações quer de guerra, quer de commercio, o governo imperial entendeu, que, sem inconveniente, podia expedir, e expedio ordens e instrucções ao presidente da provincia de Matto Grosso para permitir as explorações do commandante do *Water Witch* no rio Paraguay acima de Albuquerque, e nos seus tributarios que pertencem ao Brasil.

O annexo G contém esta ultima correspondencia.

Relações do Brasil com o Paraguay.

Nominação do chefe de Esquadra para uma missão ao Paraguay.

O governo imperial, prestando toda a sua attenção ao estado em que se achavão as relações entre o imperio e a republica do Paraguay, segundo vos informei no ultimo relatorio, encarregou de uma missão especial junto do presidente daquella republica o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira.

Motivos para aquella missão.
Art. 3.º da convenção de 25 de dezembro de 1853.

E' sabido que pelo artigo terceiro da convenção de 25 de Dezembro de 1850 celebrada entre o governo imperial e a republica do Paraguay obrigárão-se os dous governos a auxiliar-se reciprocamente, assim de que a navegação do rio Paraná até o Rio da Prata ficasse livre para os subditos de ambas as nações.

Concessão da navegação dos rios da republica.

Desta estipulação resulta que o governo da republica reconheceu o direito do imperio á navegação do rio Paraguay, e obrigou-se a fran-

quear-lhe essa navegação, e a do Paraná na parte destes rios que lhe pertence.

Se o commercio brasileiro não pudesse subir e descer livremente pelo rio Paraguay, não haveria reciprocidade naquella estipulação, nem interesse especial para o Brasil, como evidentementeahi se presuppõe, em tornar-se livre aos subditos de ambas as nações a navegação daquelles rios.

Este direito é reciproco.

O governo do Paraguay, por cuja independencia tanto fez o governo imperial, devendo ás alianças e aos esforços do Brasil, sem o menor saerificio de sua parte, o poder navegar o Paraná até o Rio da Prata, já concedeu a differentes nações a navegação de seus rios, mas julgou-se com direito e justiça para recusar igual concessão á bandeira brasileira.

Igualdade de tratamento garantido pelo art. 1.º do decreto Paraguayno de 20 de maio de 1855.

A navegação do Paraná está aberta a todas as nações pelos actos dos governos de Buenos-Ayres e da Confederação Argentina, que a franquearão, mas o Brasil não pôde aproveitar-se della para chegar á provincia de Matto Grosso, porque o Paraguay prohibe-lhe a entrada e sahida dos barcos brasileiros pelos seus rios.

Desconhecimento deste principio.

O governo imperial abriu ao commercio nacional e estrangeiro o porto de Albuquerque naquella provincia. e o governo da republica tem até hoje interdito aquelle commercio á bandeira do Brasil, não obstante a sua qualidade de ribeirinho e as circumstancias especiaes acimo ponderadas.

Fundase mais o Brasil em razões especiaes, e na sua qualidade de ribeirinho.

Por outro lado, tendo-se obrigado S. M. o Imperador do Brasil, e o presidente da republica do Paraguay pelo artigo 15 do tratado de 20 de Dezembro de 1850 a nomear, logo que o permittissem as circumstancias, e dentro do prazo daquelle tratado, os seus plenipotenciarios afim de regularem, por outro, o commercio, navegação e limites entre ambos os paizes, o governo imperial apressou-se a dar andamento a estas negociações.

Art. 15 do tratado de 20 de dezembro de 1850.

Nenhum dos plenipotenciarios que o governo imperial nomeou pôde concluir o tratado, a que se obrigara o presidente da republica do Paraguay pelo artigo 15 da citada convenção.

Falta de cumprimento dos dotts mencionados artigos.

O ajuste sobre estas questões é independente da obrigação contrahida pelo governo da republica do Paraguay pelo artigo 3.º da mesma convenção.

A obrigação imposta no artigo 3.º não podia deixar ao governo do Paraguay pretexto algum para recusar-nos a livre navegação do rio Paraguay.

Além disto, depois dos tratados celebrados pelo presidente da republica com a França, Inglaterra, Estados-Unidos e Sardenha, aquella recusa seria uma offensa flagrante á vista dos compromissos dos artigos já mencionados do tratado de 25 de Dezembro de 1850.

Entretanto o governo da republica do Paraguay não se quiz prestar a nenhuma das negociações, allegando, entre outros pretextos, a necessidade de resolver-se primeiro a questão dos limites com o imperio.

Pretexto para não se celebrar o tratado de commercio e navegação.

O governo imperial facilitou a aceitação deste ultimo ajuste, fazendo ao da republica as mais amplas propostas, e fundando o seu direito em

Este pretexto era o de se ajustar primeiro o tratado de limites.

títulos que não podião ser contestadas; mas não pôde chegar a um accôrdo nessa questão, de cuja solução fazia dependentes o governo da republica quaesquer outros ajustes, em vista das pretensões absolutamente inadmissiveis do mesmo governo.

Passaportes dados ao agente brasileiro.

Quando o encarregado de negocios Filippe José Pereira Leal instava pelo cumprimento das obrigações expressa, e solemnemente contrahidas pelo governo do Paraguay, mandou-lhe este os seus passaportes por um modo violento e insolito, pretextando offensas e aggravos que não existião, e nunca poderião justificar semelhante procedimento e seus effeitos.

Assim é que os ajustes sobre commercio, navegação e limites ficarão adiados indefinidamente, e trancados os rios da republica á navegação brasileira.

Imprudencia dos motivos para aquelles passaportes.

Este ultimo acontecimento, dos passaportes dados sem razões que o pudessem justificar, pelo governo do Paraguay, moveu o governo de S. M. o Imperador a procurar uma solução a estas questões.

Objectos da missão ao Paraguay.

A missão especial enviada ao Paraguay teve pois por objecto :

1.º Reclamar uma satisfação pelo acto praticado com o encarregado de negocios do Brasil Filippe José Pereira Leal.

2.º Exigir que a navegação do rio Paraguay e do Paraná, na parte em que uma de suas margens pertence á republica do Paraguay, seja franqueada aos navios e subditos brasileiros, em virtude do art.º 3.º da convenção celebrada em 25 de Dezembro de 1850.

3.º Sollicitar a celebração do tratado de commercio, navegação e limites, á que está obrigado o governo do Paraguay, pelo art.º 15 da mesma convenção.

O governo imperial pretende fazer valer os seus direitos sem offensa nem prejuizo dos da republica.

Expedição que acompanhava aquella missão.

A missão do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira foi acompanhada de uma força naval. Esta força era apenas uma condição de dignidade nacional e um meio de attender a interesses assaz importantes do imperio.

Explicações dadas aos governos de Buenos-Ayres e da Confederação Argentina, sobre o fim e objecto da missão e expedição enviada pelo governo imperial á republica do Paraguay.

Fins da missão e expedição.

Des fins a que se destinava esta missão e expedição mandou o governo imperial dar conhecimento, em 10 de Dezembro proximo passado, aos governos do Estado de Buenos-Ayres e da Confederação Argentina, visto como a força naval que acompanhou o plenipotenciario brasileiro tinha de subir o rio Paraná.

O nosso ministro em Buenos-Ayres deu, em conferencia de 21 do referido mez, e depois por escripto em 13 de Janeiro ultimo, como se lio ordenára, ao respectivo ministro das relações exteriores, as devidas explicações.

Explicação ao governo de Buenos-Ayres.

Seguindo para o porto da cidade do Paraná no dia 3 de Janeiro ultimo para desempenhar igual commissão junto do governo da Confederação Argentina, e chegando ali no dia 6 do dito mez, sollicitou o referido ministro immediatamente uma conferencia com o respectivo ministro das relações exteriores.

Ditas ao governo da Confederação Argentina.

Esta conferencia teve lugar no dia 7.

Os governos de Buenos-Ayres e da Confederação Argentina ouvirão as explicações dadas por parte do governo imperial, relativamente ao fim a que se dirigia a missão e a expedição encarregada ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, com todas as demonstrações de reconhecimento pelo proceder franco e leal do governo do Brasil.

Com recolhimento daquellas explicações.

O Sr. Gutierrez, ministro das relações exteriores da Confederação, resumindo o pensamento do governo argentino acerca do importante assumpto de que se tratava, declarou que os motivos do procedimento do governo do Brasil estavam plenamente justificados; que o imperio estava no seu direito; e o da Confederação desejava, e persuadia-se, que o governo do Paraguay viria a ajustes razoaveis e decorosos para ambos os paizes sem rompimento de hostilidades, e no caso de dar-se este rompimento, ou qualquer outra emergencia, na qual pudesse convir a mediação de um governo amigo, o governo da Confederação Argentina se faria um prazer e uma honra em prestar os bons officios, que estivessem ao seu alcance, e que entretanto a esquadra brasileira podia contar com todos os auxilios que fossem compatíveis com a neutralidade.

O Sr. Gutierrez autorizou ao ministro brasileiro a levar esta resposta ao conhecimento do governo imperial, e ratificou tudo quanto nella continha em 8 de Janeiro.

Em 27 de Janeiro recebeu a legação imperial em Buenos-Ayres uma nota do Sr. Portella, na qual, referindo-se áquellas explicações, declara, que, posto tivesse apreciado altamente as intenções pacificas do imperio para com a republica do Paraguay, não podia deixar de representar contra o facto que acabava de ter lugar e affectava os direitos de soberania do Estado de Buenos-Ayres — a passagem de barcos brasileiros pelo rio Paraná na parte pertencente áquelle Estado sem previo consentimento.

Reclama o governo de Buenos-Ayres contra a subida de navios da expedição braz., sem previo consentimento.

Observou aquelle ministro que pelo regulamento do Estado de Buenos-Ayres de 24 de Novembro de 1852, approvado por acto da honrada assembléa geral de 2 de Setembro do anno proximo passado, documentos n.º 2 e 3 do annexo III, a navegação daquelle rio só é permittida aos barcos mercantes, e nunca aos de guerra, sem previa licença do governo, e que se alguns tinham subido aquelle rio sem esse previo consentimento, era porque a entrada nelle de um ou outro barco de

Para que não servisse de precedente.

guerra estrangeiro com fins innocentes e pacificos não importava o desconhecimento de seus direitos perfeitos ao mesmo rio.

Acrescentou o mesmo ministro que não deixava em silencio este acontecimento, para não se estabelecerem precedentes que podessem ser invocados para o futuro pelo imperio, ou por qualquer outra nação.

Não procedem aquelles argumentos.

A legação imperial em Buenos-Ayres respondeu a esta nota em 3 de Fevereiro do corrente anno, que lhe parecia não poder-se com razão estabelecer uma distincção entre os barcos de guerra de nações amigas, aos quaes se havia permittido, não obstante as leis da republica, a passagem livre do mesmo rio na parte que corre através do Estado de Buenos-Ayres, e os que compunhão a divisão naval do imperio depois das explicações francas e leaes dadas ao mesmo governo sobre os fins da missão e expedição brasileira no Paraguay, e á vista das relações de sincera amizade subsistente entre o imperio e aquelle Estado.

De ordem do governo imperial, a legação brasileira teve de dirigir outra nota datada de 23 de Março ultimo ao ministro das relações exteriores de Buenos-Ayres.

Declarou a legação imperial por esta nota:

Respeito do Brasil aos direitos daquelle Estado.

Que o governo de Buenos-Ayres, melhor do que qualquer outro governo, deve conhecer o respeito do governo imperial aos direitos de soberania das demais nações:

Que nunca pretendem, nem pretendia que seus vizinhos lhe fizessem concessões que não fossem communes ás outras nações, ou se não baseassem em justa e devida reciprocidade.

A passagem de navios de guerra, que tinham subido o Paraná, parecia authorisar a dos da expedição brasileira.

Que a lei de 18 de Outubro de 1852, e os actos posteriores que lhe derão execução, não exceptuavão expressamente a livre navegação dos navios de guerra, e segundo os estylos das nações civilisadas, a falta de prohibição neste caso devia entender-se como um consentimento.

Que, não obstante a distincção que fazia o governo do Estado de Buenos-Ayres entre a passagem do rio Paraná de um ou outro navio de guerra estrangeiro e a dos que pertencião á expedição destinada ao Paraguay, o governo imperial tinha motivos para erer que era conforme as intenções e actos do mesmo governo o procedimento contra que se reclamava.

Titulos especiaes em favor do Brasil para aquella navegação.

Que muito longe estava o governo imperial de querer suscitar difficuldades ao governo de Buenos-Ayres no exercicio de qualquer direito de soberania, nos rios que lhe pertencem, mas observava que, se alguma nação tinha para com os Estados argentinos titulos especiaes para se franquear a livre navegação do Paraná por navios de guerra, seguramente esta nação era o imperio do Brasil, como ribeirinho, e á vista das estipulações dos arts. 14 e 18 dos convenios que celebrara com os Estados de Entre-Rios e Corrientes em 29 de Maio e 21 de Novembro de 1851, nas quaes não se faz distincção alguma entre embarcações de guerra e de commercio.

Que fundado neste direito, e certo dos precedentes a que se referira o Sr. ministro das relações exteriores de Buenos-Ayres, o governo imperial podia julgar-se dispensado de declarar-lhe o objecto da missão que enviára ao Paraguay, e do destino da expedição naval sob o commando do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, não podendo portanto, depois da franqueza e deferencia com que foram dadas as explicações sobre o objecto, e fins pacíficos daquella missão, deixar de causar sensível sorpresa ao governo imperial os conceitos da nota do governo daquella republica.

Principalmente depois das explicações dadas do fim da expedição.

Que tanto mais devia isto surprender ao governo imperial, quanto era certo que o governo de Buenos-Ayres não podia, sem quebra da neutralidade, ter para com o Brasil um procedimento diverso do que tivera para com o governo do Paraguay, quando permittiu que o vapor *Taquary* subisse o Paraná sem lhe pôr o menor obstaculo, sendo aliás voz publica que elle conduzia grande porção de armamento, e o Paraguay se havia provido naquelle Estado de munições de guerra e tinha alistado voluntarios para o seu exercito e flotilha.

E pela neutralidade que deve guardar o governo de Buenos-Ayres.

Que o governo imperial enfim confia que as precedentes observações dirigidas ao governo do Estado de Buenos-Ayres não deixariam no seu animo a menor idéa de intenção, por parte do Brasil, de offender e desrespeitar os seus direitos de soberania.

O governo da Confederação Argentina, em nota de 30 de Janeiro, procedeu como tinha procedido o governo do Estado de Buenos-Ayres depois de passar pelo Paraná a esquadra brasileira.

Esta nota foi igualmente dirigida aos representantes das nações estrangeiras, acreditados junto daquelle governo, convidando-os a se trasladarem á cidade do Paraná.

Circular do Governo Argentino chamando o corpo diplomatico estrangeiro para o Paraná.

Para fazer este convite allegou o governo da Confederação, entre outros motivos, as circumstancias em que poderia ver-se collocado, no caso em que as difficuldades politicas que ameaçavam perturbar a paz entre o imperio e a republica do Paraguay, tomassem o caracter e as dimensões a que os expunha, entre outras causas, a força naval e de terra que acompanhava a missão do plenipotenciario brasileiro.

Apprehensões do governo da Confederação contra a politica do Brazil.

Estas manifestações eram inconsistentes com os principios de benevolencia e neutralidade que são devidas ao imperio, tanto pelas relações amigaveis que tem o governo imperial procurado sempre manter com os Estados vizinhos, como pela politica que se tem prescripto de não envolver-se nas suas lutas internas.

Era já um facto conhecido e aceito pelo governo da Confederação Argentina que o governo imperial na expedição que havia mandado ao Paraguay, se propunha obter por meios pacíficos, se possivel fosse, o que julgava por direito pertencer-lhe em virtude da convenção celebrada em 25 de Dezembro de 1850 com aquella republica.

Não procedera essas apprehensões á vista das explicações dadas.

Assim as apprehensões que se têm naquella circular não pudérão

deixar de surprender ao governo imperial, como já havia surpreendido a nota, tres dias antes expedida pelo governo do Estado de Buenos-Ayres.

O governo imperial ordenou pois ao novo agente nomeado junto da Confederação Argentina, o que já se acha acreditado junto do governo de Buenos-Ayres, que fizesse igualmente ao ministro das relações exteriores da Confederação, demonstrações identicas e correspondentes aos assumptos de que tratára este ministro em sua circular de 30 de Janeiro.

A residência daquelle nosso agente na cidade de Paraná foi prevista, tanto quanto era possível, nas instruções que lhe deu o governo imperial, antecipando assim o mesmo governo o objecto declarado na circular do governo da Confederação Argentina.

Prevenio o governo imperial o convite da confederação.

O resultado que vos vou agora communicar da missão e expedição confiada ao Sr. Pedro Ferreira de Oliveira patenteará melhor as vistas que teve o governo imperial na adopção das medidas que tomou para terminar as suas questões com a republica do Paraguay.

Encontrareis os documentos relativos a esta correspondencia no annexo I.

Expedição do chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira desde que sahio deste porto até a Assumpção.

Estado das negociações que fizerão o objecto de sua missão.

Sahio da expedição brasileira deste porto.

O chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira sahio deste porto no dia 10 de Dezembro do anno passado, sendo acompanhado por uma força naval: chegou a Montevideo no dia 15 do mesmo mez: e tomando no dia 16 o commando da divisão ali estacionada, partio no dia 22 para Buenos-Ayres.

Chegou ás Tres Bocas.

No dia 25 de Janeiro seguiu do porto de Buenos-Ayres para as illhas denominadas — Dos Hermanos —: chegou a 12 de Fevereiro á capital de Corrientes, e dali partio a expedição no dia 18 para as Tres Bocas, aonde chegou no dia 20 ás 11 1/2 horas da manhã.

Neste mesmo dia, ao approximar-se do porto do Cerrito, recebeu o dito chefe de esquadra um officio do commandante da policia do rio Paraguay, declarando-lhe que não haveria inconveniente algum em subir á Assumpção, uma vez que se dirigisse á republica em missão pacifica e diplomatica, e neste caso convidava-o a que fizesse conhecer, por uma nota ao ministro das relações exteriores da republica, o seu caracter publico, como era de estylo em casos taes.

Expedição que tomou no Cerrito, donde participou o plenipotenciario brasileiro e fim da missão.

Em resposta ao officio supra, dando na mesma data o commandante em chefe da esquadra brasileira todas as seguranças sobre o fim de sua missão, remetteu para ser encaminhada ao ministro de relações

exteriores da república uma nota, participando-lhe a posição que havia tomado no porto do Cerrito nas Tres Bocas, e que assim o fizesse constar ao presidente, bem como que S. M. o Imperador havia-lhe conferido plenos poderes para tratar e terminar as questões pendentes entre os dous governos.

O governo do Paraguay recebeu no dia 22 a nota supra, e no dia seguinte expediu a sua resposta concebida nos seguintes termos:

Satisfação com que foi recebido aquella missão.

« Que nutrido sempre o presidente da república os mais vivos e sinceros desejos de manter inalteráveis as relações de perfeita amizade e cordial intelligencia com o governo de S. M. o Imperador, recebia com a mais viva e lisongeira satisfação a noticia de que o mesmo augusto senhor se dispunha a enviar á república um agente diplomatico para o ajuste das questões pendentes entre os dous governos. »

Os sentimentos assim manifestados pelo governo do Paraguay confirmáram a esperança que nunca perdeu o governo de S. M. o Imperador de que a occurrencia dos passaportes dados ao encarregado de negocios do Brasil que se achava acreditado junto do mesmo governo, terminaria de um modo honroso, e sem que se alterassem as relações de paz entre as duas nações.

Assim pois, apesar das observações que se lêem naquella nota com referencia ao apparecimento da força naval do imperio nas aguas da república, declarou o governo da mesma república que estava prompto a receber o plenipotenciario brasileiro, e entrar com elle em uma discussão e negociação pacifica sobre as questões pendentes, uma vez que se afastasse das mesmas aguas aquella força.

O plenipotenciario brasileiro annuo a este pedido, cuja satisfação em nada prejudicava a sua missão, e antes era uma prova não equivocada da sinceridade dos desejos que havia manifestado em nome do governo imperial de manter a paz e amizade com os estados vizinhos.

Em consequencia dessa intelligencia, resolveu o chefe de esquadra commandante da força naval brasileira fazer fundear a esquadra do seu commando fóra da embocadura do Paraguay, e seguir no vapor, onde tinha a sua insignia, no dia 27 de FEVEREIRO para a Assumpção, em missão pacifica e diplomatica.

Subida do Rio Paraguay pelo plenipotenciario bras.

A subida do plenipotenciario brasileiro até a Assumpção não teve lugar no vapor *Amazonas*.

Com o fim de accelerar a viagem, passou o dito plenipotenciario para o vapor *Ypiranga*, chegando á Assumpção no dia 14 de Março.

No dia 15 ás 3 horas da tarde foi recebido o plenipotenciario brasileiro pelo presidente da república, tendo antes sido entregue ao ministro das relações exteriores a nota do governo imperial de 10 de Dezembro do anno proximo passado, em resposta á daquelle ministro de 12 de Agosto, de que vos dei conhecimento no relatorio desta repartição do anno proximo passado.

Recepção do plenipotenciario.

Comunicação ao governo do Paraguay do objecto das negociações.

Passaportes dados ao agente brasileiro no anno de 1853.

Princípios que se observão na despedida de um diplom.

Naquelle nota declarou o governo imperial que não podia considerar procedentes os motivos que levá-lo o governo da republica a praticar o acto violento de mandar os passaportes ao encarregado de negocios do Brasil, Philippe José Pereira Leal, pelas seguintes razões :

1.º Porque a despedida de qualquer agente diplomatico não pôde ser justificada senão em casos graves e urgentes, visto como o agente diplomatico não depende somente do governo, perante o qual está acreditado para a sua gestão.

2.º Porque o governo que obriga um agente a partir do paiz, junto do qual está acreditado, pondo termo ás suas funcções, nullifica a sua nomeação, que unicamente depende do governo do estado que lhe dá os poderes.

3.º Porque por aquelle facto os subditos do paiz, ao qual pertence aquelle agente, ficão privados do seu protector legitimo, e o chefe do estado e a nação sem terem quem os represente.

4.º Porque, sendo esta uma situação violenta, o governo que a crê perturba o exercicio de direitos que a lei internacional reconhece, e manda respeitar, não podendo assim proceder sem motivos imperiosos, os quaes não existião contra o encarregado de negocios do Brasil, a quem apenas se fazião imputações vagas, e destituidas de provas na nota do ministro de relações exteriores de 12 de Agosto do anno proximo passado.

Intelligencia previa com o governo de quem elle deriva a sua carta de crença.

5.º Porque, sendo de estylo, quando ha razoaveis queixas contra um agente, uma intelligencia previa com o governo, de quem elle tem a sua carta de crença, não havia assim procedido, no caso vertente, o governo da republica.

Satisfação reclamada.

Pelas razões expostas não julgava sufficiente o governo imperial a segurança que por nota de 12 de Agosto dera o ministro das relações exteriores da republica, de que receberia com a devida consideração qualquer outro agente que houvesse por bem S. M. o Imperador acreditar junto do governo da mesma republica, e exigia uma reparação que pudessem com honra e dignidade do Imperio pôr termo a esta desagradavel occurrencia.

Consiste para o ajuste das outras negociações.

O governo imperial deu igualmente conhecimento, pela sua mencionada nota de 10 de Dezembro, ao da Republica do Paraguay, dos outros objectos da missão do Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, convidando-o ao ajuste das negociações pendentes, afim de restabelecer-se entre os dous estados as relações de uma amigavel intelligencia.

Accetta o governo da republica aquelle convite.

O governo da republica do Paraguay accusando a recepção da nota acima por outra dirigida ao plenipotenciario brasileiro em data de 17 de Março, declarou a sua satisfação por ver chegada a occasião que assim lhe offerecia o governo imperial de se abrirem conferencias para o ajuste daquellas questões entre os dous estados, e que logo que lhe

fosse annunciado, segundo os estylos, o seu caracter representativo, se daria andamento ás correspondentes discussões.

Satisfez o plenipotenciario brasileiro ao objecto daquella nota, declarando officialmente em o dia 19 estar competentemente autorizado á pôr termo, por um ajuste razoavel, á desagradavel occurrencia de que tratava a do governo imperial de 10 de Dezenbro do anno proximo passado, e acllar-se unido tambem de plenos poderes para ajustar e concluir com o governo da republica as negociações interrompidas com a despedida do encarregado de negocios do Brasil Philippe José Pereira Leal.

Não podia aquelle plenipotenciario entrar no ajuste dos assumptos que devião fazer o objecto destas negociações, sem previo accordo sobre o modo da satisfação que reclamava do governo da republica, pelos passaportes dados ao encarregado de negocios do Brasil, e sobre este ponto versa a discussão que passo a referir-vos.

Questão principal para se poder entrar em negociações.

Sobre esta questão manifestou o ministro de relações exteriores que estava convencido de quanto importava, tanto á republica, como ao imperio do Brasil manter e estreitar boas e amigaveis relações; que este era e tinha sido o constante desejo do governo da republica, assegurando ao governo de S. M. o Imperador que mui longe do pensamento do presidente da republica estava querer offender no menor ponto a alta dignidade e decoro de S. M. o Imperador, nem romper ou alterar as relações amigaveis entre os dous governos, e que estava prompto e disposto para receber com as devidas considerações a qualquer agente que S. M. o Imperador quizesse enviar junto ao governo da republica.

Explicações do governo da republica.

Acrescentou o mesmo ministro que tão distante estava o presidente da republica de pensar que o deploravel incidente occorrido com o Sr. Leal alteraria, ou romperia aquellas relações, que continuou a manter com o consul geral de S. M. na Assumpção a mais perfeita harmonia, concluindo dahi que não era possível duvidar das boas e amigaveis disposições do governo da republica em chegar a um accordo pacifico a este respeito com o governo imperial, e que se não fosse sufficiente esta declaração, não se recusaria o mesmo governo a admitir tudo quanto parecesse ao plenipotenciario brasileiro razoavel e conveniente para torna-la mais completa.

O plenipotenciario brasileiro respondeu no dia 24 de Março que estava convencido dos sentimentos benevolos e conciliatorios manifestados pelo supremo governo da republica, mas entendia que, para a conveniente solução da questão, elle teria como completas e satisfactorias as explicações dadas, addicionando-se-lhes uma salva de vinte e um tiros de artilharia dada á bandeira brasileira arvorada em terra, e fazendo-se publicar em um dos jornacs do paiz a maneira amigavel e honrosa para ambos os governos, pela qual se punha termo á desintelligencia procedente da despedida do encarregado de negocios do Brasil.

Exigencia do plenipotenciario brasileiro.

O ministro das relações exteriores da republica respondeu a esta nota

Anue o governo da republica áquella exigencia.

do plenipotenciário brasileiro por outra que lhe dirigio no mesmo dia, declarando que o presidente da republica se prestava ao que lhe era assim indicado; e tudo quanto se ajustou foi cumprido no dia 25.

Apresentação da credencial do Plenipotenciário brasileiro.

Achando-se concluida esta questão, apresentou o Sr. Pedro Ferreira ao presidente da republica no dia 29 de Março a carta que o acreditava no caracter de plenipotenciário junto do supremo governo da republica.

O presidente da republica nomeou seu plenipotenciário para tratar dos assumptos de navegação, commercio e limites ao general D. Francisco Solano Lopez.

Principio das conferencias.

As conferencias entre os dous plenipotenciários já haviam começado. O que acabo de expor-vos consta dos documentos do anexo J.

Explicações dadas pelo governo de S. M. o Imperador dos francezes ao de S. M. Britannica e dos Estados-Unidos da America sobre a intelligencia pratica dos artigos 5.º, 6.º, e 7.º dos tratados celebrados em S. José de Flóres.

Tratado de S. José de Flóres celebrado entre a França, Grã-Bretanha e Estados-Unidos.

Segundo vos communiquei no relatorio do anno passado o governo imperial sollicitou em 7 de Novembro de 1853, por intermedio das legações deste imperio em Londres, Paris, e Washington, algumas explicações dos governos da Grã-Bretanha, França, e Estados-Unidos, acerca dos artigos 5.º, 6.º, e 7.º dos tratados, que aquellas potencias haviam celebrado em S. José de Flóres.

Explicação dada pelo governo Francez.

Communiquei naquelle relatorio as declarações, que ao nosso ministro em Paris deu o governo de S. M. o Imperador dos francezes, e agora passo a informar-vos das que dos outros dous governos receberam as legações deste imperio em Londres e Washington.

Ditos pelo governo de S. M. Britannica.

Quanto ao art. 5.º o governo de S. M. Britannica declarou em 29 de Abril do anno passado à nossa legação que desejava, tanto como o governo do Brasil, que a ilha de Martín Garcia não fosse transferida aos Estados-Unidos, nem a qualquer outra potencia europea, como parecia reccar o governo brasileiro; accrescentando que o fim daquelle artigo era assegurar, quanto fosse possível, a neutralidade daquella ilha, e prevenir que fosse ella occupada por qualquer estado, que podesse impedir a livre navegação dos rios do Prata e seus confluents, em prejuizo dos outros Estados ribeirinhos, e que tendo Buenos-Ayres e a republica oriental estabelecido, da maneira a mais clara, o principio da livre navegação dos rios, era evidente que aquella estipulação, em vez de interferir com os direitos daquelles estados, tendia antes a dar garantias ás intenções por elles manifestadas.

Pelo que respecta ao artigo 6.º observou o governo de S. M. Britannica, que não tollia este artigo qualquer bloqueio que, conforme o direito das gentes, e em caso de guerra, podesse pôr o Brasil aos portos particulares pertencentes a quaesquer estados ribeirinhos.

E por ultimo, referindo-se o governo de S. M. Britannica ao artigo 7.º, declarou que, longe de ter tido intenção alguma de restringir qualquer dos direitos, que o Brasil tivesse antes adquirido á livre navegação dos rios, foi levado, ao concluir este, bem como todos os outros artigos do tratado, sómente pelo desejo de assegurar a livre navegação dos rios para todas as nações do mundo.

Em nota de 16 de Novembro do anno passado o governo dos Estados Unidos declarou que nada deparava nos mencionados artigos do tratado, que celebrára com a confederação Argentina, que no menor ponto podesse offender os direitos do Brasil, e que no caso que houvesse alguma desintelligencia na interpretação daquelles artigos, procuraria o mesmo governo remove-la conforme os principios de justiça, regras do direito publico, e aquelles interesses do Brasil, que lhe cumpre respeitar, como de uma nação amiga.

Explicação pelo governo dos Estados-Unidos.

Com as declarações supra mencionadas, e com as que vos foram presentes dadas pelo governo de S. M. o Imperador dos francezes, no relatorio do anno passado, ficarão resguardados convenientemente os direitos do Brasil, na execução e intelligencia pratica dos artigos 5.º 6.º e 7.º dos tratados celebrados em S. José de Flôres com o presidente da confederação Argentina.

Resguardados os direitos do Brasil.

Estado Oriental do Uruguay.

Não tem occorrido no Estado Oriental do Uruguay movimento algum que tenha perturbado a paz e a tranquillidade publica.

No dia 26 de Novembro procedeu-se ali á eleição de representantes para a nova legislatura. Durante a eleição reinou a mais perfeita ordem, não tendo occorrido incidente algum desagradavel.

Eleição de Representantes.

Em conformidade das ordens do governo imperial, a divisão brasileira existente em Montevideo absteve-se de fazer serviço algum, sem exceptuar o de policia dentro da capital. Os destacamentos que guarnecião varios pontos da cidade recolherão-se aos quartois na noite de 25 de Novembro, e não voltarão ao serviço senão no dia 27.

Modo por que foi feita a eleição.

Nenhum destacamento da força brasileira foi mandado para os departamentos naquella occasião.

Este procedimento da nossa divisão produziu o melhor effeito, e foi acolhido como um signal de respeito á independencia e soberania da republica.

Em 5 de Agosto ultimo assignei com o ministro oriental nesta côrte um accordo, Documento n.º 2, do annexo L, com o fim de determinar

Accordo sobre o auxilio militar, que presta o Imperio á Republica.

com clareza o objecto, as condições e a duração do auxilio da força militar que o imperio presta á Republica Oriental do Uruguay.

Esse accordo foi em devido tempo ratificado por S. M. o Imperador, e pelo presidente da republica.

Ficou declarado :

Objecto do accordo.

Que o auxilio da força militar, que actualmente presta o imperio do Brasil á Republica Oriental do Uruguay, tinha e tem por unico objecto auxiliar o governo da dita republica, segundo o exigião e exigem as suas circumstancias, para fortificar a nacionalidade oriental por meio da paz interna e dos habitos constitucionaes, que fôr e é um dos fins principaes da alliança celebrada em 12 de Outubro de 1851.

Duração do auxilio.

Que a duração deste auxilio dependeria de accordo entre os dous governos, não podendo em caso algum exceder o actual periodo presidencial.

Que no mesmo dia em que lhe notificasse o governo da republica que se achava nas felizes circumstancias de poder dispensar a presença das tropas brasileiras no territorio oriental, ordenaria a completa e immediata evacuação do dito territorio por aquella força, devendo a evacuação effectuar-se no menor espaço de tempo possivel, não exdendo em caso algum a deus mezes, contados da data daquella notificação.

Acto previo.

Que o governo imperial poderia tambem, antes de findar o prazo, de que trata a declaração segunda, retirar a força em parte, ou no todo, comtanto que notificasse a sua resolução ao governo oriental com antecipação de um mez.

Atenção do accordo celebrado em Fevereiro de 1854 sobre as despesas que tivesse de fazer a força militar brasileira na republica.

Que, posto se houvesse estipulado, no accordo celebrado e approvedo pela honrada assembléa da republica para a entrada das forças imperiaes no territorio oriental, que as despesas que com ellas se fizesse correrião por conta da mesma republica, nos termos do artigo 10.º do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, o governo imperial, desejando dar mais uma prova não equívoca do desinteresse com que prestava aquelle auxilio, e de seu sincero anhelos de melhorar o porvir do Estado Oriental, convinha em acceder ao pedido do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario deste Estado, de alterar o mencionado accordo para aquelle caso somente nos termos seguintes :

Quanto a tropa de linha.

1.º Que os soldos ordinarios dos chefes, officiaes e soldados da tropa de linha da divisão brasileira, e o seu equipamento e armamento correrião por conta do Imperio.

Quanto á guarda nacional.

2.º Que todos os outros gastos feitos com a tropa de linha, com a unica excepção dos declarados no paragrapho antecedente, e todos os da guarda nacional, que fazia ou faz parte da dita divisão, sem excepção alguma, correrião por conta da republica.

Mantém-se o estipulado no art. 11 do tratado de alliança de 1851.

Concordou-se que permaneceria em pleno vigor, e seria applicado e cumprido, enquanto as circumstancias o aconselhassem, o artigo 11 do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, e especialmente o § 4.º do dito artigo que dispõe o seguinte :

« O governo da republica se obriga a tomar medidas efficazes para restabelecer e conservar a todos os habitantes da republica no pleno gozo das garantias que lho concedem os artigos 130, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146 e 147 da sua constituição. »

Concordou-se mais que o auxilio de força, prestado pelo governo imperial, não se estenderia além dos casos especificados no artigo 6.º do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, e pelo modo nelle determinado.

E' manifesto que, segundo o accordo mencionado, a permanencia da divisão brasileira em Montevideo não poderá ir além do dia 12 de Março de 1856, e posso assegurar-vos que o governo imperial deseja ardentemente que as circumstancias da republica permitão, antes mesmo daquelle prazo, o regresso da divisão para o imperio.

Prazo além do qual não poderá continuar a prestação daquelle auxilio.

Se isto não se tem já realisado é porque o governo oriental entendeu que, tendo sido fixado por um convenio o tempo da permanencia da divisão brasileira em Montevideo, não havia razão legitima, nem consideração attendivel, para anticipar-se a sua retirada, não tendo ainda decorrido tempo sufficiente depois do estabelecimento de uma ordem regular na republica.

Motivos por que não tem sido elle retirado.

Subsidio a Montevideo

Tendo o governo imperial sido autorizado pela lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853 a fornecer por empréstimo ao governo da republica oriental do Uruguay, enquanto julgasse conveniente, e sob as condições que tivesse por melhores, um subsidio, que não poderia exceder de 60,000 patações por mez, nem durar mais de um anno sem nova autorisação do corpo legislativo; nos termos da mesma lei, celebrou o governo imperial com aquella republica, em 1 de Junho ultimo, uma convenção (documento n.º 1 do annexo L.)

Convenção do subsidio.

A prestação do novo empréstimo autorizado pela referida lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853 verificou-se, em virtude de notas trocadas em Montevideo entre o governo da republica e a legação imperial, fornecendo o governo imperial 30,000 patações mensaes, a começar do mez de Dezembro do referido anno.

Começou o subsidio no mez de Dezembro de 1853.

Em virtude da nova convenção aquella quantia foi elevada a 60,000 patações mensaes, a contar do mez de Março, pagando o governo imperial a differença de 30 para 60,000 patações, correspondente aos mezes de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

Na razão de 60,000 patações mensaes.

A importancia da divida contrahida pelo governo da republica oriental do Uruguay por aquella empréstimo foi por conseguinte de 720,000 patações, ou 1,382:400:000 rs., como vereis da respectiva conta no annexo O.

Cessa o subsídio no mez de Novembro de 1854.

O governo imperial encontrou neste empréstimo a somma de 84,000 patações e seus respectivos juros, em virtude do contracto, que com o governo oriental celebrára em 9 de Maio de 1853 o barão de Mauá, na importância de 98,207 pesos, segundo fôra estipulado no art.º 7.º da convenção de subsídio, que submetto á vossa consideração.

Aviso previo de que não continuaria o mesmo subsídio.

O governo imperial fez com a devida antecipação ao governo da republica o aviso de que não continuaria a fornecer-lhe o subsídio além do mez de Novembro

Demarcação de limites entre o Imperio e o Estado Oriental do Uruguay.

Correcção da acta de 15 de Junho de 1853.

Participei-vos no relatorio do anno passado que o governo imperial, attendendo á reclamação feita pelo commissario oriental, e apoiada pelo respectivo governo, mandára corrigir a acta de 15 de Junho de 1853 trocada entre os dous governos sobre a linha do Chuy, na parte em que, tratando do 3.º marco, collocado na linha divisoria do Chuy ao pontal de S. Miguel, dizia—segue a linha pelas aguas deste arroio até a fez etc.—ordenando que na dita acta se inserissem as proprias palavras do tratado de 15 de Maio de 1852, que são as seguintes—segue a linha pela margem direita deste rio etc.

Novas actas.

Em consequencia desta decisão forão redigidas e assignadas pelos commissarios brasileiro e oriental duas outras actas (documentos ns. 4 e 5 do Annexo L) com a alteração indicada, as quaes forão trocadas entre os respectivos governos, sendo inutilisadas as primeiras na fórma do estylo.

Proseguimento da demarcação.

Os trabalhos da demarcação tem sido levados até a cochilla de Santa Anna.

Duvidas sobre o galho mais ao Sul do rio Jaguarão.

Tem havido entre os commissarios algumas duvidas sobre a escolha do galho mais ao sul do rio Jaguarão, a que se refere o § 2.º do art. 3.º do tratado de 12 de Outubro de 1851, e sobre a determinação do verdadeiro arroio S. Luiz.

É de crer porém que estas duvidas tenham uma solução razoavel, e prompta, e não embarcenc a continuação na demarcação.

Negociação de limites com a Guyana franceza e ingleza.

Renovação das negociações interrompidas em 1842.

O governo imperial conceio em que proseguisse em Paris a negociação interrompida em 1842 relativa aos limites do imperio com a Guyana franceza, e foi encarregado desta importante missão o Sr. visconde do Uruguay.

O Sr. visconde do Uruguay, que tão aprofundados estudos tem feito sobre todas as nossas questões de limites, empregará certamente todos os seus esforços para que se resolvão as duvidas, ácerca da verdadeira intelligencia do art. 8.º do tratado de Utrecht.

Nominação do plenipotenciário brasileiro.

Nobre o governo imperial a esperança de que por um ajuste com o governo de S. M. o Imperador dos Francêzes se termine esta questão de uma maneira satisfactoria para os dois paizes.

Só assim se acabarão as incertezas, do que se tem originado as complicações, sobrevindas por esta parte do imperio por causa de suas questões de limites.

O governo imperial tem igualmente em vista dar seguimento ás negociações, entabuladas em 1843 pelo conselheiro Araujo Ribeiro, para fixar os verdadeiros limites do Brasil com a Guyana ingleza.

Limites com a Guyana (Inglaterra).

Negociações sobre limites, navegação fluvial e extradição com o Equador, Venezuela e Nova Granada.

Communiquei-vos no meu ultimo Relatorio que o presidente da republica do Equador havia ratificado o tratado de extradição, que celebrára em Quito em 3 de Novembro de 1853 o ministro residente em missão especial naquella republica, e tendo-o tambem sido por S. M. o Imperador, a troca destas ratificações teve lugar em Paris, em 15 de Junho do anno proximo passado.

Troca das ratificações do tratado de extradição com o Equador.

As negociações de que foi incumbido o commendador Miguel Maria Lisboa não forão infructíferas; trocárão-se, durante ellas, entre os respectivos plenipotenciarios, algumas explicações, que forão consignadas em um protocollo.

Protocollo da negociação.

As declarações por parte do governo do Equador nesse protocollo podem ter algum dia applicação, no caso de termos de tratar com o Equador sobre limites e navegação fluvial.

Alcance do protocolo.

O governo do Equador allegou o estado excepcional, em que actualmente se acha a Republica, para não adoptar por ora a condição com que o Brasil lhe offereciaa liberdade de navegação em suas aguas do Amazonas, promettendo enviar a esta corte um ministro a quem se commetteria este importante assumpto.

Transferida a negociação sobre a navegação fluvial para esta corte.

A condição era a de declarar-se que — a navegação do Amazonas e seus tributarios pertence exclusivamente aos estados ribeirinhos.

Se tiver o Imperio de entender-se com a Republica do Equador sobre limites se prevalecerá da declaração do plenipotenciario equatoriano, de que o seu governo terá em consideração o *uti possidetis* como um principio para a fixação de seus limites com o Brasil.

Reconhecimento do *uti possidetis*.

A negociação com Venezuela sobre limites dura desde o anno de 1841.

Convite da Venezuela em 1841 para a celebração de um tratado de limites.

Em nota de 26 de Fevereiro do anno 1841 convidou o governo daquelle republica ao de S. M. o Imperador a enceta-la; tendo sido prevenido este convite pelo governo imperial, pela deliberação que já havia tomado, de enviar a Caracas um agente para entender-se com o gabinete venezuelano.

Antes porém que se tivessem collido os esclarecimentos necessarios, foi forçoso interromper a negociação, em consequencia da commoção politica porque passou aquella republica nos annos de 1847 e 1848.

Poucos annos depois o desejo de dar impulso á colonisação do Amazonas, de desenvolver os recursos da nova provincia creada sobre aquelle rio, e de assegurar mais os progressos daquellas regiões mediante a cooperação dos governos vizinhos, induzio o governo imperial a promover negociações com o Perú, Venezuela e Nova Granada, para conceder-lhes a livre navegação de suas aguas debaixo do principio de reciprocidade, navegação que fôra vedada rigorosamente pelos antigos tratados de 1750 e 1777 entre Hespanha e Portugal, e que o governo imperial tem sempre sustentado que só pôde ser concedida por convenção especial.

Reclamação para se removerem os obstaculos á livre communicação pela respectiva fronteira.

O governo de Venezuela reclamou em 1846 que se removessam os obstaculos que se oppunhão ao commercio e communicação interna entre os dois paizes pela respectiva fronteira.

Em 1848 escreveu o ministro de relações exteriores directamente ao de S. M. o Imperador sobre o mesmo assumpto.

Opportunidade para proseguirem as negociações.

Por este tempo teve o governo imperial noticia de que a republica de Venezuela gozava de paz, e pareceu-lhe então opportuna a occasião para proseguir nas negociações encetadas em 1841 e interrompidas em 1847.

Taes forão as circumstancias, que precederão a missão especial encarregada ao commendador Miguel Maria Lisboa.

Tratados celebrados com Venezuela.

Este ministro, como vos foi presente pelo ultimo Relatorio, negociou tratados de limites, navegação fluvial e extradição com o plenipotenciario venezuelano, pelos quaes foi reconhecido e desenvolvido o principio do *uti possidetis* para os limites, e concedida aos Venezuelanos, como ribeirinhos, a navegação do Amazonas e seus tributarios.

Reconhecimento do *uti possidetis*.

Estado desta negociação.

Os tratados de limites e navegação, approvados pela camara de senadores da republica, só pendem da approvação da dos representantes nas duas discussões, que ainda lhes faltão, e o governo imperial espera que a nova administração de Venezuela prestará a attenção devida a um assumpto, que foi iniciado por aquella Republica, e cuja solução deve preceder aos esforços que o governo imperial deseja, em commun com ella, empregar para a grande e urgente obra da colonisação do Valle do Amazonas.

Iguaes tratados com Nova Granada.

Iguaes tratados forão negociados em Bogotá com a republica da Nova Granada; mas a revolução, que sobreveio naquella republica em Abril

do anno passado, impedio que fossem elles tomados em consideração pelo congresso.

Recentemente soube o governo imperial que estava restabelecida a tranquillidade publica; e tem motivos para crer que não está distante o dia em que, ratificados os tratados que se negociarão, como é indispensavel, a Nova Granada tambem poderá cooperar com o Brasil para a magestosa e digna empresa da colonisação do Amazonas.

Estado das negociações.

O nosso ministro residente, ao remetter as suas recredenciações, acompanhou-as, por ordem do governo, de notas diplomaticas dirigidas aos ministros de relações exteriores do Equador, Venezuela e Nova Granada sobre o importante assumpto de que fôra encarregado.

Despedida do plenipotenciário brasileiro.

Antes de recolher-se a esta corte, tendo em attenção que aos trabalhos do barão de Humboldt são devidos em grande parte os conhecimentos geographicos que possuímos das regiões do Amazonas, communicou aquelle Ministro á este illustre sabio o resultado de sua negociação com Venezuela e Nova Granada, e delle recebeu uma resposta em que se reconhece a necessidade de se adoptar o principio de *uti possidetis*, como unico meio de sahir das longas incertezas, que nascem das vagas expressões do tratado de 1777, e se faz justiça aos esforços do governo imperial, para tirar as regiões do Amazonas do seu estado de isolamento, e para fazer desaparecer as antipathias que por tanto tempo subsistirão entre povos vizinhos.

Parecer do Barão de Humboldt apolando os tratados de limites celebrados com as ultimas republicas.

Qualquer que seja o resultado das negociações, que se achão pendentes, este nobre testemunho de um dos sabios mais distinctos e imparciais fará conhecer que, se ainda não se tem começado a colher os fructos de uma politica liberal e progressiva nas fronteiras de Venezuela e Nova Granada, como acontece na do Perú, não é certamente por falta de diligencias do governo do Brasil.

Os documentos relativos a todas estas negociações vão appensos no annexo K.

Relações com a republica do Perú.

O nosso ministro em Lima tem mantido com a republica do Perú as relações de estreita amizade, a que são chamados os dois paizes por mutuos interesses.

O governo imperial acaba de receber a participação que em 7 de Janeiro p. p. dirigio a S. M. o Imperador o Sr. general Don Ramiro Castilla de ter tomado a direcção da administração suprema naquella republica, e está certo de que continuará inalteravel com o novo governo a boa intelligencia em que estava com o que lhe precedeu.

Elevação ao governo supremo da republica do general Castilla.

No artigo 5.º do tratado que o Brasil celebrou com a republica do Perú em 23 de Outubro de 1851 estipulou-se—que não se permit-

tiria a introdução de — *negros escravos* — do Brasil no Perú, nem do Perú no Brasil.

Intelligencia sobre o sentido do art. 3.º da convenção de 23 de Outubro de 1853

Para evitar qualquer duvida que no futuro pudesse suscitar-se sobre o verdadeiro sentido da expressão — *negros escravos* — deu o governo imperial ordem ao ministro do Brasil em Lima, para declarar ao governo peruano que entendia que aquella disposição do artigo 3.º do tratado era applicavel a todos os escravos brasileiros ou peruanos de ambos os sexos e de raça africana, fosse qual fosse a côr que tivessem.

Concordando o governo peruano nessa intelligencia, foram trocadas entre aquelle governo e o nosso ministro as reversaes, que se achão impressas no Anexo L sob n.º 6 e 7.

Princípios que tem de regular a extradição de escravos, de que trata o mesmo artigo.

Tambem por meio de reversaes (documentos n.º 8 e 9 do mesmo Anexo) foram estabelecidas as seguintes regras para a extradição dos ditos escravos:.

1.º Que os escravos brasileiros serão reclamados, ou directamente, pelo governo imperial, ou por meio do seu representante na republica.

2.º Que a reclamação possa ser feita pelo presidente da provincia do Amazonas, no caso em que o escravo ou escravos reclamados pertençam a subditos brasileiros, residentes, ou estabelecidos na mesma provincia.

3.º Que tambem o possa ser pelo senhor do escravo, perante a autoridade competente do lugar em que elle estiver, quando o senhor fór em seguimento d'elle para havê-lo do territorio peruano, ou quando mandar tambem, em seu seguimento, um agente especialmente autorisado para o dito fim.

4.º Que esta reclamação deverá ser acompanhada de título, ou documento que, segundo as leis do Brasil, sirvão para provar a propriedade que se reclama.

5.º Que as despesas com a apprehensão e devolução do escravo ou escravos reclamados correrão por conta do reclamante.

Reclamações.

Nas extensas relações que o imperio hoje mantém pelo seu desenvolvimento commercial e social, um ou outro facto tem sido objecto de reclamação.

Acolhimento das reclamações dos subditos brasileiros por parte dos governos a quem vão dirigidos,

O governo imperial tem sempre encontrado as melhores disposições da parte dos outros governos para attender ás reclamações dos subditos brasileiros, que tem estado no caso de ser apoiadas; e se algumas ainda estão pendentes, é de esperar que sejam em tempo opportuno favoravelmente decididas.

Modo por que attende o governo imperial as reclamações estrangeiras.

O governo imperial tem por outro lado procurado tambem attender ás que lhe são submettidas pelos governos estrangeiros; e é para mim

satisfatorio ter de communicar-vos que dahi não tem vindo ao Imperio a menor complicação.

Varias destas reclamações referem-se ás nossas leis fiscaes, que o governo já tem modificado, e procurará modificar ainda, tanto quanto seja compativel com a necessidade de uma boa fiscalisação, e o nosso systema de alfândegas; não sendo sempre possivel dar uma solução favoravel, quando não se póde conciliar o pedido com aquellas leis.

Passo a mencionar-vos algumas dessas reclamações que, tanto pela sua natureza, como pelo estado em que se achão, quando vos apresentei o meu relatorio do anno proximo passado, não devo omitir nesta exposição; e se omitto outras que ainda estão pendentes, o governo imperial por isso não deixa de prestar-lhes séria attenção.

Reclamações Brasileiras.

Medidas legislativas sollicitadas pelo governo imperial ao de S. M. Fidelissima afim de remediar os inconvenientes, não previstos no codigo penal Portuguez, pelo que respeita á falsificação em Portugal, de moeda com curso legal no Imperio.

Já tive a honra de expor-vos, no meu preecedente relatorio, os ponderosos motivos, que induzirão o governo imperial a sollicitar do de S. M. Fidelissima a adopção de medidas legislativas e de administração, que, remediando os inconvenientes, não previstos no codigo penal Portuguez, promulgado por decreto de 10 de Dezembro de 1853, tornassem effectivas a prevenção e repressão do crime de falsificação de moeda brasileira, que tanto damno causava, pela sua reprodução e frequencia, ás importantes relações politicas e commerciaes dos dous paizes.

Falsificação de moeda.

No decurso das conferencias, que, sobre este assumpto, teve o ministro brasileiro em Lisboa, reconheceu-se que o meio mais prompto e effez de conciliar os interesses dos dous paizes, era a celebração de uma convenção especial.

Adoptado este expediente principiou immediatamente a negociação para a qual foi aquelle ministro munido das precisas instrucções pelo governo imperial: e só depois de muitas combinações é que foi possivel concordar nas estipulações, que devião ser comprehendidas na dita convenção, a qual foi assignada no dia 12 de Janeiro ultimo. Documento n.º 3 do Annexo L.

Convenção celebrada com o governo portuguez.

As principaes estipulações desta convenção são as seguintes:

Appliação das regras e penas estabelecidas pelos artigos 206 a 211 do codigo penal portuguez a todo aquelle, que, em territorio portuguez, commetter algum dos crimes nelles declarados, falsificando moeda metallica, que tenha curso legal no imperio, passando ou introduzindo moeda assim falsificada, ou expondo-a á venda.

Moeda metallica.

Papel moeda e outros títulos inferiores.

Appliação do artigo 215 do mesmo código aos falsificadores de papel moeda, notas do banco, bilhetes do theouro, ou quaesquer outros títulos autorizados por lei brasileira, e aos introductores e passadores de taes títulos assim falsificados.

Reciprocidade.

Reciprocidade por parte do Brasil para com Portugal na applicação das regras e penas, decretadas pelas leis do imperio para a punição daquelles crimes.

Submissão ás alterações da respectiva legislação penal.

Obrigaçào para ambos os paizes, no caso de ser a legislação penal de qualquer delles alterada, de punir os mencionados crimes, segundo as regras e com as penas que então se decretarem.

Medidas administrativas.

Emprego de medidas administrativas, necessarias para obstar a taes crimes, assim como para perseguir, processar, e punir os respectivos criminosos.

Competencia dos agentes consulares para a accusação.

Competencia tambem dos consules vice-consules, e seus procuradores, legalmente constituídos, além dos agentes do ministerio publico, para accusar os crimes de que se trata.

Extradicação.

Forão tambem estabelecidas as regras e condições que se devem observar na extradicação dos respectivos subditos que commetterem taes crimes em contravenção as sobreditas estipulações.

A necessidade de sancção legislativa para as respectivas ratificações.

Esta convenção tem de ser ratificada pelos dous governos, depois de approvada pelos respectivos poderes legislativos.

O governo do S. M. Fidelissima já a submetteo ao examo e sancção das camaras portuguezas, e o governo imperial se apressará tambem a sollicitar com urgencia a vossa approvação na parte correspondente.

Prejuizos causados a subditos Brasileiros por actos injustos dos cruzadores de S. M. Britannica.

Não pôde ainda o governo imperial chegar a um accordo com o de S. M. Britannica para se concluir a negociação, de que se achava encarregada a legação imperial em Londres para a celebração de um tratado sobre o trafico, e continúa a existencia do bill de 1845, que autorizou a visita e busca dos navios brasileiros pelos navios de guerra de S. M. Britannica.

Andamento das reclamações brasileiras penderdas de actos injustos dos cruzadores britannicos.

O governo imperial entendendo que, independentemente de quaesquer considerações que até aqui tem suspenso o andamento das reclamações penderdas, por causa de prejuizos causados aos subditos brasileiros, antes, e depois da promulgação daquelle bill, lhe cumpria insistir com o governo de S. M. Britannica nas indemnisações que lhes são devidas pelo mesmo governo, ordenou á legação do Brasil em Londres que apresentasse as convenientes reclamações áquelle governo, e ella prevenio estas ordens fazendo-me uma exposição sobre o estado de cada uma para se deliberar sobre a direcção que convenia dar-se-lhes.

Aguarda o governo mais algumas informações para expedir acertadas instrucções.

Abolição dos Direitos locais, e de corporação na Grã Bretanha para os navios brasileiros.

Informei-vos no relatório do anno proximo passado que o governo de S. M. Britannica não havia julgado sufficientes, as notas trocadas neste côrte em 1849, para igualar os navios brasileiros aos britannicos, quanto aos direitos locais ou de corporação, a cuja classe pertencem aquelles que serão cobrados no porto de Hull do navio brasileiro *Feliciano*, sob o título de pharoes e diques, mais elevados do que os que se cobrão sobre os navios britannicos, contra o que reclamára a legação imperial em Londres.

Direitos que demais pagou em Hull o navio brasileiro *Feliciano*.

O principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M. Britannica, por nota de 28 de Julho ultimo, communicou áquella legação que as ditas notas tinham unicamente por fim participar ao governo imperial a provavel adopção de uma nova lei de navegação, que habilitasse o governo de S. M. Britannica a fazer cessar quaesquer direitos differenciaes, restricções ou prohibições, nos portos da Grã-Bretanha, a favor dos navios das nações, que nos seus portos tratassem no mesmo pé dos nacionaes ou da nação mais favorecida os navios britannicos, e não alliviar desde logo daquelles direitos os ditos navios, para o que não se achava então autorizado o governo de S. M. Britannica, sem a celebração previa de um tratado, fundado nos principios de reciprocidade, podendo quando muito, em virtude do acto de navegação do parlamento britannico de 26 de Junho de 1849, conceder o mesmo governo aos navios brasileiros todos os privilegios conferidos por esse acto aos navios estrangeiros.

Não se achava o governo de S. M. Britannica autorizado para a restituição daquelles direitos.

Tendo porém o acto do parlamento de 8 de Agosto de 1852 autorizado o governo de S. M. Britannica, para sem dependencia de um tratado poder igualar os navios estrangeiros aos do Reino Unido, quanto aos direitos locais, uma vez que os navios britannicos nos portos da nação, a que aquelles navios pertencessem, fossem tambem igualados aos nacionaes, quanto aos mencionados direitos, o governo de S. M. Britannica expedio em 24 de Outubro de 1853, á vista da nota que lhe dirigio a legação imperial em Londres em 27 de Setembro do mesmo anno, as ordens precisas para alliviar os navios brasileiros dos direitos locais á que não estavam sujeitos os navios britannicos.

Authorisação dada pelo acto britannico de 8 de Agosto de 1852.

Ordens em sua conformidade expedidas em 24 de Outubro de 1853.

Entendeu o governo de S. M. Britannica que essas ordens não podião ter um effeito retroactivo, e por isso expressamente se declarou que só, da data da sua publicação, poderião gozar o commercio e navegação brasileira dos favores que por ellas lhes forão extensivos.

Em consequencia do que fica expellido a instancia que fez a legação imperial em Londres: para que fossem restituídos os direitos, que demais pagára no anno de 1853 na alfandega do porto de Hull,

com a denominação de pharoes e diques o navio brasileiro *Felicianna*, não pôde ter o resultado satisfactorio, que aguardava o governo imperial.

A correspondencia sobre esta reclamação consta dos documentos junto do annexo **M**.

Reclamação do subdito brasileiro Gumerindo de Mattos.

Extorsão de gado.

Este subdito brasileiro recorreo á legação imperial em Montevideo, para conseguir, por intermedio della, que o governo oriental lhe restituísse mil e quinhentas rezes, e cincoenta cavallos mansos, que lhe haviam sido extorquidos pelo finado Fructo Rivera.

Esta reclamação achava-se competentemente processada pela autoridade do departamento, onde tivéra lugar a extorsão, sendo indicadas as pessoas em cujo poder se achava o gado.

Nestas circumstancias foi ella apresentada pelo ministro brasileiro, e acolhida pelo governo da republica sob promessa de ser satisfeita na primeira phase favoravel que se manifestasse nas rendas publicas

Atendido pelo governo Oriental.

Seis mezes depois julgou a legação imperial que não era possível retardar por mais tempo a solução deste negocio, e conveio com o governo da Republica em que o reclamante receberia uma indemnisação de onze mil patações, sendo 5,700 á vista, e o resto em uma letra.

Importou em 11 mil patações.

Em 2 de Novembro do anno passado, fui informado pela legação imperial de que no dia 2 do mez antecedente havia sido paga a importância da mencionada letra, ficando assim completamente satisfeita esta justa reclamação.

Busca dada por uma força oriental em uma fazenda do subdito brasileiro Antonio Neto.

Atendida pelo governo Oriental.

Completando as informações que em meu precedente relatorio tive a honra de ministrar-vos á cerca desta reclamação tenho a satisfação de trazer ao vosso conhecimento que, segundo me communica o ministro brasileiro em Montevideo, em sua confidencial n.º 82 deste anno, acha-se aquelle negocio resolvido satisfactoriamente.

FRANÇA.

Reclamação do subdito brasileiro José Antonio de Figueiredo.

Carga de assucar apprehendida por um vapor de guerra francez a bordo de um navio russo.

José Antonio de Figueiredo.

Em sua viagem de Pernambuco para Valparaizo foi capturado, por um vapor de guerra francez, o brigue russo *Curiren*, fretado e carregado de as-

sucar pelo negociante brasileiro desta praça José Antonio de Figueiredo Junior.

O captor, tendo em consideração a natureza neutra da carga, e as circumstancias em que fôra capturado o navio, nenhuma duvida teve em entregar o carregamento, sob fiança, para esse fim dada pelo respectivo consignatario em Valparaizo.

Atendida pelo governo
Francez.

Informado deste negocio expedio o governo imperial á legação imperial em Paris as instrucções precisas para que reclamasse do governo francez o levantamento da fiança, o que com effeito foi realisado, como era de esperar, segundo me communicou em officio de 3 de Janeiro deste anno a mesma Legação.

SARDENHA.

Prisão em Genova do marinheiro brasileiro João José da Silveira, pertencente á tripolação da goleta sarda Rosario Segundo.

Em meu ultimo relatorio vos participei que, achando-se preso em Genova o marinheiro brasileiro João José da Silveira, accusado do crime de alta pirataria, tinham sido dadas á legação imperial em Turim as instrucções precisas para que fossem proporcionados áquelle subdito imperial todos os meios de defeza e soccorros de que carecesse.

Prisão de um marinheiro
bras. accusado de crime de
pirataria.

Tenho hoje a satisfação de communicar-vos que, não obstante as difficuldades que foi de mister vencer durante o curso do processo, foi afinal absolvido e posto em liberdade o dito marinheiro.

Reclamações Estrangeiras.

Desenvolvimento do Tratado de Commercio proposto pela Legação da Republica Oriental do Uruguay.

O ministro oriental nesta corte propôz ao governo imperial o desenvolvimento do tratado de commercio de 12 de Outubro de 1851, dando-lhe por base a mutua abolição de todo o imposto sobre os productos dos dous paizes, a concessão da navegação em commum da lagôa Mirim, e finalmente a execução do art. 19 do dito tratado relativo ao Recife do Salto Grande do Uruguay.

Modificação de tratados.

O governo imperial mandou ouvir sobre esta proposta a secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado.

Extradicação de criminosos.

Tendo havido alguns assassinatos na provincia do Rio Grande, e constando ao governo imperial que os assassinos e seus complices se refu-

Extradicação.

giavão no Estado Oriental, fôrão expedidas as convenientes ordens á Legação em Montevideo para que reclamasse do governo da republica a prisão e a entrega desses criminosos ás autoridades brasileiras da provincia do Rio Grande, se ali fossem encontrados, para serem por ellas devidamente processados.

Pessoas livres reduzidas á escravidão no Rio Grande.

Dando o ministro oriental conhecimento ao governo imperial que do Estado Oriental erão arrebatadas pessoas de côr livres para serem reduzidas á escravidão na provincia do Rio Grande do Sul, o governo imperial expedio as convenientes ordens para prevenir a continuação desse crime, e punir seus autores e complices.

Recommendou muito especialmente o governo imperial que fossem restituídas a liberdade as victimas de tamanha cobiça.

Essas ordens forão satisfactoriamente cumpridas pelas autoridades daquella provincia, que não cessão de perseguir os delinquentes, alguns dos quaes já tem sido postos em processo.

Reclamações britannicas.

Passaportes dados a estrangeiros.

Pedido para serem extensivas aos que sahem para fóra do imperio as disposições do decreto de 10 de Janeiro do corrente anno.

Passaporte considerado como medida de policia.

Os passaportes são geralmente considerados como um meio de policia para evitar que os criminosos, os devedores, ou os que se achão ligados a quaesquer obrigações pessoais, para com o governo, ou os particulares, escapem á justiça, ao pagamento de suas dividas ou ao cumprimento de seus deveres.

Passaporte considerado como meio de protecção.

A toda aquelle que pelo seu caracter, posição e costumes se acha fóra da acção da policia, o passaporte não serve então senão para que se lhe preste todas as attonções, e transite sem o menor embaraço das autoridades, perante as quaes tenha de ser apresentado.

Como medida de policia basta o visto da autoridade brasileira.

Como meio de policia, o passaporte pôde deixar de ser expedido pelas autoridades do paiz, por onde tem de transitar os estrangeiros; suppre este passaporte o visto da autoridade no passaporte que elles obtenhão das respectivas legações, consules ou vice-consules, e aquellas autoridades não o devem exigir da mesma maneira por que não o exigem para os nacionaes, com os quaes são os estrangeiros pela nossa legislação equiparados em todos os direitos civis, sem que por isso

ficarem isentos da responsabilidade por quaesquer obrigações sociaes ou individuaes que tenham contrahido.

Como meio da protecção, se o individuo está livre de toda a suspeita, a sollicitação do passaporte deve ser inteiramente espontanea. Como protecção deve ser o seu pedido espontaneo.

O governo imperial que de ha muito reconhecia os entraves postos á livre communicação de uns para outros portos, dos estrangeiros que nelles commercio, ou se entregão a qualquer outra industria, e a conveniencia de dar-se-lhes toda a liberdade compativel com a ordem publica, procurou removê-los com as disposições do decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro do corrente anno.

Este decreto determina que os estrangeiros sejam isentos do titulo de residencia, e permite que elles possam viajar dentro do imperio com o passaporte que trouxerem, e na falta deste, com o dos ministros, consules ou vice-consules respectivos, tendo o—visto—da autoridade brasileira. Isenta desses passaportes, quando viaja o estrangeiro pelo imperio.

Por occasião da promulgação deste decreto a legação de S. M. Britannica dirigio ao governo imperial uma nota em 30 daquelle mez, sollicitando em conformidade, e como complemento d'elle, que se ordenasse que aos estrangeiros fosse igualmente permitido sabir do imperio com o proprio passaporte, com que nelle tivessem entrado, ou com os que lhes dessem os seus respectivos ministros, consules ou vice-consules, sendo porém visados por uma autoridade brasileira, se fosse necessario. Reclama a legação britânica a mesma isenção para os que sahem do imperio.

O governo imperial julgou porém não poder annuir a este pedido, e assim o fez constar á mencionada legação, declarando-lhe que a isenção sollicitada ia de encontro ao art. 118 doCodigo do Processo, que manda que fiquem em vigor as leis então existentes sobre passaportes para paizes estrangeiros, segundo as quaes, tanto os estrangeiros como os cidadãos brasileiros, são obrigados neste caso a tirar passaporte. Não foi atendida pelo governo a vista do art. 118 do código do processo.

Nos documentos constantes do annexo III vereis a correspondencia havida a este respeito.

Vós tomareis este assumpto na consideração que vos merecer.

Reciprocidade sollicitada pela legação de S. M. Britannica para se permittir aos subditos das duas nações respectivamente o commercio de cabotagem.

Por uma nota datada de Setembro do anno proximo passado, e em virtude de instrucções do seu governo, convidou a legação de S. M. Britannica ao governo imperial a franquear o commercio costeiro do Brasil aos navios britannicos em troca das vantagens, que podem obter os do Brasil nos portos da Inglaterra, abertos ao commercio costeiro feito por navios estrangeiros. Convide para ser franquado aos subditos britannicos o commercio costeiro do Brasil.

O governo imperial respondendo áquelle legação lhe declarou que sentia não poder annuir aos desejos manifestados pelo governo de S. Não pôde annuir o governo imperial a esse convite.

M. Britannica, visto como, não permitindo o estado do commercio e navegação brasileira que, por emquanto, os navios deste imperio possão gozar das vantagens do commercio feito nas costas da Grã-Bretanha, não podia dar-se a reciprocidade offerecida pelo governo britannico.

Seria preciso para acceder o governo imperial áquelle convite a derogação das leis, que reservão para os subditos Brasileiros o commercio de cabotagem do Brasil; tinha de se tornar extensivo aquelle favor, pelo principio de igualdade que observa o Brasil nas suas relações, a todos os outros Estados, e neste caso a quasi unica navegação a que se entregão os subditos Brasileiros soffreria uma concorrência, que muito prejudicaria os interesses do Imperio.

Vereis a correspondencia trocada sobre este assumpto, no annexo M.

Reclamação de subditos britannicos para receberem a parte, que lhes compete das presas feitas na época da Independencia, e no Rio da Prata.

E para serem indemnizados de direitos individamente pagos em Monte-vidéo em 1827 e 1828.

O ministro de M. Britannica junto a esta cõrte continuá a instar a fim de que sejam resolvidas definitivamente as reclamações dos subditos de sua nação, ha muito tempo pendentes de solução do governo imperial.

Presas do tempo da independencia e da guerra do Rio da Prata.

Excesso de direitos pagos em Monte-vidéo em 1827 e 1828.

Procedem estas reclamações: 1.^a, da parte das presas feitas durante a luta da nossa Independencia e da guerra do Rio da Prata pelos navios de guerra da armada imperial, a que se julgão com direito alguns subditos de S. M. Britannica, que servirão naquelle tempo na mesma armada; 2.^a, da differença dos direitos que pagarão nos annos de 1827 e 1828 em Monte-vidéo, quando fazia parte do imperio do Brasil, algumas casas commerciaes britannicas por importação de mercadorias inglezas, que naquelle tempo erão conforme os tratados existentes entre este imperio e a Inglaterra sujeitas somente aos direitos de 15 por % como pagavão os subditos de S. M. o Imperador dos Francezes, em virtude do tratado celebrado em 6 de Junho de 1826.

Estas affectas á Assembléa Geral.

Achando-se já estas reclamações affectas á vossa decisão, julgo somente do meu dever chamar sobre ellas a vossa attenção, esperando que as tomareis na devida consideração, de sorte que na presente sessão não deixéis de habilitar o mesmo governo a dar a respectiva solução.

NOVA GRANADA.

Incursões no territorio de Nova-Granada.

O governo da republica da Nova Granada, por nota que dirigio ao ministro residente do imperio em 19 de Outubro de 1853, queixou-se de alguns abusos praticados na fronteira do Japurá contra indios do territorio reputado granadino; e o governo imperial, tendo ouvido o presidente da provincia do Amazonas, e sendo informado de que effectivamente um individuo, que naquella fronteira exercia o cargo de director de uma aldeia de indigenas, dera motivo para semelhantes queixas, recommendou áquelle presidente que continuasse a fazer todo o possivel para evitar a repetição de taes abusos, e mandou demittir do emprego o cidadão que os commettêra. Anexo **M**.

Actos de incursão no território de Nova Granada.

O gabinete granadino não deixará por certo de apreciar as providencias adoptadas pelo S. M. o Imperador neste assumpto, sentindo o governo imperial que não possam ser ellas tão completas, como seria de desejar, em consequencia das duvidas que subsistem sobre a extensão do dominio territorial do imperio e das republicas com as quaes confina.

Dificuldades, em quanto penderem as questões de limites.

Junta do credito publico.

Tendo sido concedida a dispensa do lugar de commissario imperial na junta de credito publico ao conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino, foi nomeado para esta commissão, por decreto de 30 de Maio do anno proximo passado, o secretario da legação imperial em Montevideo Antonio Pedro de Carvalho Borges.

Nomeação de um novo commissario brasileiro.

Do relatorio que vos apresento no annexo **N**, vereis o estado da divida oriental, cuja liquidção e classificação foi incumbida á junta de credito publico, bem como as disposições que á respeito da mesma divida tem sido tomadas pelo governo e camaras da Republica Oriental do Uruguay.

Estado da divida oriental.

Por officio de 3 do corrente mez, que acaba de receber o governo imperial do commissario brasileiro da junta do credito publico, vê-se que fôrão classificados pela junta, no mez de Abril, diversos creditos representando o valor de 789,303 pesos 628 réis, ficando convertida em titulos de divida publica a somma de 42:475,248 pesos 267 réis, e amortizada com os dez mil pesos correspondentes á amortização do mez de Março, a somma de 291,800 pesos.

Despezas do ministerio dos negocios estrangeiros do anno financeiro de 1853 a 1854.

Despeza do anno financeiro de 1853—1854

Pelo quadro demonstrativo dos creditos concedidos a este ministerio pela lei n.º 668 de 11 de Setembro de 1852, e pelos decretos n.º 1339 e 1340 de 28 de Fevereiro de 1854, que já vos foram presentes na sessão do anno proximo passado, bem como pelo das despesas que pelo mesmo ministerio se ordenarão no anno financeiro de 1853 a 1854, annexo O, vereis que em todas as verbas do orçamento respectivo ficou a favor dos creditos um saldo de Rs. 20:485:5713; sendo no § 1.º do art.º 4.º da referida lei, de 1:142:985; no § 2.º, de 13:218:728; no § 3.º, de 386:668; no § 4.º, de 4:565:265; e no § 5.º, de 1:172:064.

Credito supplementar.

Credito supplementar.

Não sendo sufficiente para satisfazer os vencimentos dos empregados em disponibilidade no corrente anno financeiro de 1854 a 1855 a quantia de 5:000:000 rs., que a lei n.º 719 de 28 de Setembro de 1853 consignou na verba do § 3.º do art.º 4.º, foi aberto por este ministerio um credito supplementar de 2:650:000 rs., como consta do decreto sob n.º 9 do annexo O, que espero será por vós definitivamente approvedo.

A exposição que precede este decreto, justifica a sua necessidade.

Orçamento para o proximo anno financeiro de 1856 a 1857.

Orçamento para o anno de 1856—1857.

No projecto de orçamento do ministerio a meu cargo para o anno financeiro de 1856 a 1857, que vos será apresentado na presente sessão pelo respectivo ministro (documento n.º 10 do annexo O) pedi para as despesas da verba « secretaria de estado » a quantia de 47:345:088 rs., mais 800:000 rs. do que vos foi pedido e votado para a mesma verba no proximo futuro anno financeiro de 1855 a 1856.

Deu lugar a este acrescimo de despeza o decreto n.º 737, de 28 de Junho do anno proximo findo, que sancionou a resolução da assembléa geral legislativa, em virtude da qual foram elevados os vencimentos dos correios da secretaria de estado á 1:000:000 rs., percebendo antes cada um 800:000 rs.

Pede para as despesas da verba « legações e consulados » a quantia de 392:775:000 rs., isto é, menos 25:500:000 rs., da quantia concedida para 1855 a 1856.

Esta differença provém das seguintes reduções: de 16:000:000 rs., destinados para a legação em Bolivia, que não está preenchida, de 3:000:000 rs., ordenado do consul geral no Perú, subsistindo o decreto de sua nomeação de 10 de Junho de 1835, de 12:000:000 rs., vencimentos dos alldidos ás legações em Nova Granada, Paraguay, Chile e Roma, lugares estes que se achão vagos: de 3:000:000 rs., nos vencimentos do secretario da legação em Londres e dos consules geraes em Montevideo e na Prussia, bem como de 200:000 rs., na consignação do expediente do consulado na Belgica, montando todas estas suppressões e reduções a 34:200:000 rs.

Tendo sido porém creado um consulado geral na Confederação Helvetica, e outro no reino de Angola, por assim convir ao serviço publico: e trazendo a criação destes consulados a despeza de 8:700:000 rs., ficou esta quantia de 34:200:000 rs., reduzida á mencionada de 25:500:000 rs.

Sollicito para pagamento dos empregados em disponibilidade no projecto de orçamento a quantia de 8:599:999 rs., mais 666:666 rs. do que havia pedido e foi votado para o anno financeiro de 1855 a 1856.

Esta differença que apparece para mais entre a quantia orçada e a votada, provém de se haver mandado considerar em disponibilidade mais um secretario de legação, tendo-se dado outro destino a um consul geral, que se achava em disponibilidade.

Para as verbas das despesas extraordinarias no exterior e no interior, do exercicio de 1856 a 1857, parecerão-me sufficientes as quantias que para estas despesas consignou a lei n.º 739 de 6 de Setembro de 1854, que deve reger no proximo futuro anno financeiro de 1855 a 1856.

São estas, Senhores, as informações que julgo dever levar ao vosso conhecimento.

Palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1855.

VISCONDE DE ABAETÉ.

ANNEXO A.

DOCUMENTOS OFFICIAES

SOBRE VARIOS ASSUMPTOS.

N. 1.

Relação do pessoal da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO.

O Ex.^{ma} Sr. Conselheiro Visconde de Abaeté.

Official maior.

O Conselheiro Joaquim Maria Nascences de Azambuja.

Officiaes.

José Joaquim Timotheo de Araujo.
Vicente Antonio da Costa, chefe da 1.^a secção.
Antonio José Cupertino do Amaral, chefe da 1.^a secção.
Manoel Ferreira Lagos, archivista.
Francisco José Pinheiro Guimarães, chefe da 2.^a secção.
Alexandre Affonso de Carvalho, chefe da 3.^a secção.
Antonio Gonçalves Dias, ausente em commissão.
João Carneiro do Amaral.

Amanuenses.

José Domingues de Attaide Moncorvo.
João Pereira de Andrada Junior (em commissão em Londres).
Joaquim Teixeira de Macedo.
Constancio Neri de Carvalho.
Americo de Castro.

Praticantes.

Carlos Frederico Lecor.
Frederico de Souza Reis e Carvalho.
Antonio Homem Bandeira do Amaral.
Pedro Pinheiro Guimarães.
Augusto de Paiva Freese Pinheiro.
Raymundo Pennaforte Alves Sacramento Black.

Porteiro e coadjuvador do archivista.

Reginaldo Claro Ribeiro.

Ajudante do Porteiro.

Francisco Servulo de Moura.

Correios.

Luiz da Cunha Pacheco.
Felixberto Deolindo Barbosa.
João Fernandes Pereira.
Firmino Milhão da Silva.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 2.

Relação das pessoas que compoem o corpo diplomatico do Brasil residente nos diversos Estados estrangeiros.

AMERICA.

Os Senhores :

Chile.

João da Costa Rego Monteiro, encarregado de negocios.

*Confederação Argentina.*Joaquim Thomaz do Amaral, encarregado de negocios.
Thomaz Fortunato de Brito, secretario de legação.*Estados-Unidos.*Conselheiro Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, secretario de legação.*Perú.*Conselheiro José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
João Duarte da Ponte Ribeiro, addido de 1.^a classe.
José de Souza Ferreira, addido de 2.^a classe.*Republica Oriental do Uruguay.*Conselheiro José Maria do Amarel, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Antonio Pedro de Carvalho Borges, secretario de legação.
Leonel Martiniano de Alencar, addido de 1.^a classe.

EUROPA.

*Missão especial em França, Inglaterra e Roma.*Conselheiro do Estado Visconde do Uruguay, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
João Belisario Soares de Souza, addido de 1.^a classe.*Austria.*Antonio José Lisboa, encarregado de negocios.
Francisco Maria Vello da Veiga, addido de 1.^a classe.*Belgica.*

Pedro Carvalho de Moraes, encarregado de negocios.

*Duas Sicílias.*Visconde de Santo Amaro, encarregado de negocios.
Francisco de Paula Souza e Mello, addido de 1.^a classe.

Estados Pontíficos e Toscana.

José Bernardo de Figueiredo, encarregado de negócios.

França.

Conselheiro José Marques Lisboa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

João Alves Loureiro, secretário de legação.

Henrique Luiz Ratton, addido de 1.^a classe.

José Marques de Souza Lisboa, addido de 1.^a classe.

Joaquim Ferreira de Sampaio, addido de 2.^a classe.

João Vieira de Carvalho, addido de 2.^a classe.

Aurelio Pinto Leite, addido de 2.^a classe.

Julio Constant Villeneuve, addido de 2.^a classe.

Manoel Odorico Mendes, addido de 2.^a classe.

Espanha.

Francisco Adolpho de Varnhagen, encarregado de negócios.

Hollanda.

Joaquim Caetano da Silva, encarregado de negócios.

Inglaterra.

Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Cezar Sauvan Vianna de Lima, secretário de legação.

Henrique Cavalcanti de Albuquerque, addido de 1.^a classe.

Caetano Maria de Paiva Lopes Gama, addido de 1.^a classe.

Virgilio Augusto Ribeiro de Carvalho, addido de 1.^a classe.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, addido de 2.^a classe.

Portugal.

Conselheiro Antonio Peregrino Maciel Monteiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

João José Ferreira dos Santos, secretário de legação.

Antonio José da Serra Gomes, addido de 1.^a classe.

Antonio Maria Dias Vianna Berquó, addido de 2.^a classe.

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, addido de 2.^a classe.

José Aniceto de Souza, addido de 2.^a classe.

Fernando Manoel Fernandes, addido de 2.^a classe.

José Maria da Gama Dias Berquó, addido de 2.^a classe.

*Prussia, Cidades Hanseaticas, Hannover, Grão-Ducados de Mecklenburgo Schwerin, Mecklenburgo
Strelitz e Oldemburgo.*

Marcos Antonio de Araujo, ministro residente.

Antonio José Duarte Gondina, secretário de legação.

Rodrigo Delfim Pereira, addido de 1.^a classe.

Russia.

José Ribeiro da Silva, encarregado de negócios.

Luiz Antonio de Sá Barbosa da Silva, addido de 1.^a classe.

Sardenha.

Domingos José Gonçalves de Magalhães, encarregado de negócios.

Suecia e Noruega, e Dinamarca.

José Sebastião Affonso de Carvalho, encarregado de negócios.

Secretaria de estado dos negócios estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

QUADRO dos empregados diplomaticos em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentados, e dos agentes consulares brasileiros, comprehendendo todas as commissões de que tem sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até ao presente.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES EM QUE FORÃO ACREDITADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
José Marques Lisboa	Nomeado	Official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.		21 Maio 1824
		Servio na mesma secretaria nos intervallos de varias commissões diplomaticas, regendo-a como official maior interino, por tres diferentes vezes.		
		Secretario da embaixada do Marquez de Palma.		17 Junho 1820
	Promovido	Encarregado de negocios e consul geral	Paizes Baixos	30 Janr. 1830
	Exonerado	Encarregado de negocios e consul geral	"	11 Julho 1831
	Nomeado	Encarregado de negocios e consul geral	Belgica	27 Fev. 1834
	Removido	Encarregado de negocios e consul geral	Estados-Unidos	28 Julho 1837
	"	Encarregado de negocios e consul geral	Grãa-Bretanha	22 Out. 1838
	Promovido	Ministro Residente	Paizes Baixos	16 Set. 1840
	"	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Grãa-Bretanha	1 Junho 1841
	Removido	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	França	27 Set. 1851
Sorgio Teixeira de Macedo	Nomeado	Secretario	"	25 Junho 1833
	Promovido	Encarregado de negocios	Portugal	26 Ag. 1834
	Removido	Encarregado de negocios	Sardenha e Roma	24 Abril 1837
	Acreditado tambem	Enc. de neg. por cred. de 11 Agosto 1837	Florença e Parma	
	Removido	Encarregado de negocios	França	28 Julho 1837
	Promovido	Ministro residente	Sardenha	12 Abril 1843
	Acreditado	Durante a missão d'Ar.º Rib.º em Londres	Paris	27 Abril 1843
	Removido	Ministro residente	Austria	7 Març. 1844
	Promovido	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	"	22 Fev. 1847
	Removido	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Estados Unidos	26 Julho 1848
	"	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Grãa-Bretanha	27 Set. 1851
José Maria do Amaral	Nomeado	Addido de 2.ª classe	"	14 Julho 1835
	Promovido	Addido de 1.ª classe servindo de secretario	Estados Unidos	22 Abril 1837
	Removido	Addido de 1.ª classe	Port. e Hespanha	23 Ag. 1839
	Nomeado	Secretaria interino	"	13 Jan. 1841
	Promovido	Secretario effectivo	Russia	6 Out. 1842
	"	Encarregado de negocios	Belgica	7 Maio 1846
	Removido	Encarregado de negocios	França	24 Nov. 1848
	Exonerado	Encarregado de negocios	"	25 Fev. 1851
	Promovido	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Republica Oriental do Uruguay	4 Janr. 1854
Franc.º Ign.º Carr.º Moreira	Nomeado	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Estados Unidos	18 Nov. 1851
José Francisco de Paula Cavaleanti d'Albuquerque	Nomeado	Encarregado de negocios	"	25 Jun. 1833
	Exonerado	Encarregado de negocios	"	28 Julho 1837
	Nomeado	Encarregado de negocios	Hespanha	6 Fev. 1838
	Promovido	Ministro residente	"	12 Abril 1842
	Exonerado	e posto em disponibilidade	"	15 Nov. 1851
	Promovido	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Peru	7 Junho 1852
Antonio Peregrino Maciel Monteiro	Nomeado	Enviado extr.º e ministro plenipotenciario	Portugal	3 Set. 1853
MINISTRO RESIDENTE.				
Marcos Antonio de Arango	"	Enc.º de Neg. interino e Consul Geral	Cid. Anseaticos	9 Maio 1836
	Acreditado tambem	Encarregado de negocios	Hanover, Oldemburgo, Mecklenburgo Schwerin e Mecklenburgo Strelitz	25 Nov. 1837
	Promovido	Ministro residente	Nos mesmos paizes e na Prussia	14 Nov. 1851

ENCARREGADOS DE NEGOCIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES EM QUE FORÃO ACREBITADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Visconde de Santo Amaro	Nomeado	Addido de 1.ª classe	Grã-Bretanha	31 Ag. 1825
	Removido	Addido de 1.ª classe	Austria	10 Abril 1826
	Promovido	Secretario	França	23 Out. 1829
	Nomeado	Secretario da embaixada do Marquez de Santo Amaro.		20 Abril 1830
		(Voltou para o Rio em 1831.)		
	Promovido	Encarregado de negocios	Belgica	17 Nov. 1838
	Exonerado	Encarregado de negocios	"	1 Jan. 1844
	Nomeado	Encarregado de negocios	Sardenha	14 Nov. 1851
	Removido	Encarregado de negocios	Napoles	12 Jan. 1854
Pedro Carvalho de Moraes	Nomeado	Addido de 2.ª classe	Paizes Baixos	21 Set. 1828
	Promovido	Secretario	França	30 Jan. 1837
	Removido	Secretario	Austria	20 Nov. 1843
	Exonerado	Secretario	"	28 Nov. 1844
	Nomeado	Encarregado de negocios	Prussia	16 Març. 1847
	Removido	Encarregado de negocios	Sardenha e Parma	10 Dez. 1847
	"	Encarregado de negocios	Belgica	14 Nov. 1851
José Sebastião Affonso de Carvalho	Nomeado	Addido de 2.ª classe	Suecia e Dinamarca	27 Fev. 1834
	Promovido	Addido de 1.ª classe	Espanha	24 Maio 1836
	"	Encarreg. de neg. int. e cons. ger.	Suecia, Noruega e Dinamarca	29 Ag. 1839
	"	Encarregado de negocios effectivo	Suecia, Noruega e Dinamarca	12 Jun. 1852
Domingos José Gonçalves de Magalhães	Nomeado	Addido de 1.ª classe	França	9 Jan. 1835
	Exonerado	Addido de 1.ª classe	"	20 Abril 1836
	Nomeado	Cons. ger. e encarreg. de neg. int.	Napoles	27 Set. 1847
	Exonerado	Sómente de consal geral.	"	6 Julh. 1850
	Promovido	Encarregado de negocios effectivo	"	14 Nov. 1851
	Removido	Encarregado de negocios effectivo	Sardenha	12 Jan. 1854
José Bernardo de Figueiredo	Nomeado	Addido de 1.ª classe	França	17 Març. 1835
	Exonerado	Addido de 1.ª classe	"	20 Abril 1836
	Nomeado	Addido de 1.ª classe	"	4 Jan. 1837
	Removido	Addido de 1.ª classe servindo de secretario	Roma e Sardenha	8 Abril 1839
	Promovido	Secretario effectivo	Roma	22 Julh. 1846
	Removido	Secretario effectivo	Napoles	6 Julh. 1850
	Promovido	Encarregado de negocios	Roma e Florença	30 Nov. 1851
		De 1840 até 1850, exerceu interinamente as funções de encarregado de negocios durante alguns menses em cada anno.		
Antonio José Lisboa	Nomeado	Secretario e consal geral	França	20 Abril 1836
	Exonerado	Sómente de Secretario	"	3 Jan. 1837
	Nomeado	Secretario	Confederação Argentina	13 Fev. 1840
	"	Secretario e encarreg. de neg. int.	Confederação Argentina	13 Jan. 1841
	Promovido	Encarregado de negocios	Paraguay	14 Març. 1842
	"	O que não tendo effeito continuou como secretario	Confederação Argentina	21 Jan. 1843
	Nomeado	Secretario	Portugal	1 Maio 1843
	Exonerado	Secretario		11 Out. 1844
	Nomeado	Encarregado de negocios	Belvia	11 Out. 1844

9

CONTINUAÇÃO DOS ENCARGADOS DE NEGÓCIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS		CATEGORIAS.	PAISES EM QUE FORÃO ACREDTADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Antonio José Lisboa	Exonerado Nomeado	Encarregado de negocios Encarregado de negocios	Bolivia Austria	1 Març. 1851 18 Nov. 1851
João da Costa Rego Monteiro	Nomeado	Adido de 1.ª classe	Peru e Bolivia (Onde permaneceu até 24 de Setembro de 1842.)	23 Març. 1840
	Removido	Adido de 1.ª classe	Paraguay	2 Març. 1841
	Promovido	Encarregado de negocios	Bolivia. (Onde func. até 26 Nov. 1846.)	12 Abril 1842
	Exonerado	Encarregado de negocios	Bolivia	17 Nov. 1843
Joaquim Thomaz do Amaral	Nomeado	Cons. ger. e encarreg. de neg. int.	Chile. (Onde servio até 5 Jun. 1851.)	8 Julh. 1848
	Removido	Encarregado de negocios	Bolivia	1 Març. 1851
	"	Encarregado de negocios	Chile	18 Nov. 1851
	Nomeado	Commissario arbitro da commissão mixta brasileira e ingleza	Serra Leoa	14 Out. 1840
	Exonerado	Commissario arbitro da commissão mixta brasileira e ingleza	"	14 Janh. 1842
	Mandado	Empregar com uma gratifi. na leg.	Grãa-Bretanha	4 Out. 1842
	Nomeado	Adido de 1.ª classe Servio como encarregado de negocios interino de 13 de Març. de 1850 a 1 de Junho 1851	"	17 Julh. 1845
	Promovido	Secretario	"	11 Nov. 1851
	Removido	Secretario	França	14 Ag. 1854
	Promovido	Encarregado de negocios	Confederação Argentina e Estado de Buenos-Ayres	25 Fev. 1855
José Ribeiro da Silva	Nomeado	Adido de 1.ª classe à missão do Barão de Cayrú	"	5 Dez. 1840
	"	Official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros	"	23 Julh. 1842
	Fimda	A missão na Europa	"	6 Fev. 1843
	Nomeado	Secretario	Russia	7 Maio 1846
	"	Para servir tambem de secretario	Prussia	10 Dez. 1847
	Removido	Secretario	Roma	6 Julh. 1850
	Promovido	Encarregado de negocios	Russia	1 Set. 1851
Francisco Adolpho Varnhagen	Nomeado	Adido de 1.ª classe	Portugal	19 Maio 1842
	Removido	Adido da 1.ª classe	Hispanha	4 Jan. 1847
	Promovido	Secretario	"	8 Janh. 1847
	"	Encarregado de negocios	"	14 Nov. 1851
Felippe José Pereira Leal	Nomeado	Adido de 1.ª classe servindo de secretario	Republ. Oriental do Uruguay	31 Maio 1843
	Promovido	"	Estados Unidos	1 Fev. 1845
	Exonerado	"	"	24 Nov. 1848
	Promovido	Encarregado de negocios	Paraguay	29 Març. 1852
Joaquim Cretano da Silva	Nomeado	Encarregado de negocios Tambem consul geral	Paizes Baixos	11 Nov. 1851
	"	"	"	8 Fev. 1851

SECRETARIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES PARA ONDE FORÃO NOMEADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Antonio José Duarte Gondim	Nomeado	Addido de 2. ^a classe	Portugal	16 Jan. 1839
	Promovido	Addido de 1. ^a classe	"	23 Ag. 1843
	"	Secretario	Estados Unidos	24 Nov. 1848
João Alves Loureiro	Removido	Servio de encarregado de negocios de 1 de Junho a 17 de Novembro de 1851.	Prussia, Cidades Anseaticas, Hanover, Oldemburgo, Mecklemburgo Schwerin, e Mecklemburgo Sirelitz	1 Set. 1851
	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	Grã-Bretanha	8 Junh. 1849
	Promovido	Secretario	França	25 Fev. 1851
João José Ferreira dos Santos	Removido	Servio como encarregado de nego- cios interino de 22 de Abril de 1851 a 5 de Janeiro de 1852	Grã-Bretanha	14 Ag. 1854
	"	Secretario	França	3 Març. 1855
	Nomeado	"	Portugal	10 Abril 1848
Cezar Savan Vianna de Lima	Nomeado	Servio de encarregado de negocios interino de 3 de Junho a 26 de Dezembro de 1848		
	Promovido	Addido de 2. ^a classe	Austria	30 Junh. 1846
	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	"	23 Set. 1850
	tambem Promovido	Addido de 1. ^a classe	Prussia	12 Dez. 1851
	Removido	Secretario	Confederação Argentina Grã-Bretanha	3 Ag. 1853 3 Març. 1855
Thomaz Fortunato de Brito	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	Roma, Toscana, Sardenha e Parma	25 Jan. 1847
		Por despacho de 24 de Março de 1851, foi transferido para a lega- ção de Turim, e pelo de 13 de Março de 1852, ficou servindo sômente em Roma e Toscana.		
	Mandado servir Promovido	Unicamente Secretario	Roma Confederação Argentina, e Estado de Buenos-Ayres	26 Abril 1852 3 Març. 1855
Antonio Pedro de Carvalho Borges	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	Paraguay	9 Nov. 1848
	Removido	Addido de 1. ^a classe	Repub. Oriental do Uruguay	15 Jan. 1852
	Promovido	Secretario	"	20 Jan. 1855
Francisco Xavier da Costa Aguilar de Andrada	Nomeado	Addido de 1. ^a classe	Estados Unidos	22 Març. 1852
	Promovido	Secretario	"	24 Fev. 1855

ADDIDOS DE PRIMEIRA CLASSE.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAIZES PARA ONDE FORÃO NOMEADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Rodrigo Delfim Pereira	Nomeado	Addido de 2. ^a Classe serv. de Secr.	França	28 Fev. 1840
	Promovido	" 1. ^a "	Estados Unidos	4 Dez. 1840
	Removido	" " "	Grã-Bretanha	10 Fev. 1843
	"	" " "	França	10 Ag. 1848
	"	" " "	Prússia	3 Ag. 1853
Henrique Luiz Raton	Nomeado	" 2. ^a Classe	França	24 Ag. 1843
	Removido	" " "	Portugal	25 Set. 1847
	"	" " "	França	12 Març. 1849
	Promovido	" 1. ^a "	"	17 Ag. 1849
Antonio José da Serra Gomes	Nomeado	" 2. ^a "	Portugal	9 Julho 1843
	Promovido	" 1. ^a "	"	23 Set. 1850
		Servio de Secretario de Janeiro a Agosto de 1831		
José Marques de Souza Lisboa	Nomeado	Addido de 2. ^a Classe	Grã-Bretanha	20 Dez. 1848
	Promovido	" 1. ^a "	"	2 Abril 1851
	Removido	" " "	França	13 Fev. 1852
Henrique Cavalcanti d'Albuquerque	Nomeado	" " "	Grã-Bretanha	5 Nov. 1850
João Duarte da Ponte Ribeiro	Nomeado	" 1. ^a " a Missão Espec.	Republicas do Pacifico	25 Fev. 1851
	"	" " "	Peru	14 Janr. 1853
	"	" " "	Napoles	8 Maio 1852
Franc. de Paula Souza e Mello	"	" " "		
Caetano Maria de Paiva Lopes	"	" " "	Grã-Bretanha	26 Març. 1852
Gama	"	" " "	Austria	26 Març. 1852
Franc. Maria Velho da Veiga	"	" " "		
Luiz Antonio de Sá Barbosa da Silva	"	" " "	Russia	26 Març. 1852
Leonel Martiniano de Alencar	"	" " "	Republica Oriental do Uruguay	15 Abril 1854
Harmodio de Toledo Marcondes de Montezuma	"	" " "	Confederação Argentina	31 Maio 1854
Virgilio Augusto Ribeiro de Carvalho	"	" 2. ^a "	Lisboa	4 Nov. 1852
	Promovido	" 1. ^a "	Grã-Bretanha	5 Set. 1852
João Belisario S. Souza	Nomeado	" " "	França, Grã-Bretanha, Roma	28 Dez. 1854

ADDIDOS DE SEGUNDA CLASSE.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAIZES PARA ONDE FORÃO NOMEADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Aurelio Pinto Leite	Nomeado	Addido de 2. ^a classe	França	22 Junh. 1854
Custodio Teixeira Leite	"	" " "	"	23 Junh. 1847
Francisco de Lemos de Faria	"	" " "	"	20 Març. 1849
Pereira d'Azeredo Coutinho	"	" " "	"	14 Ag. 1848
Josquin Ferreira de Sampaio	"	" " "	"	15 Abril 1853
Julio Constant Villeneuve	"	" " "	"	28 Març. 1854
João Vieira de Carvalho	"	" " "	"	11 Nov. 1853
Manoel Odorico Mendes	"	" " "	Peru	1 Març. 1851
José de Souza Ferreira	"	" " "	Grã-Bretanha	12 Julh. 1852
Carlos Teixeira Leite	"	" " "	"	2 Fev. 1854
Honorio Hermeto Carn. Leão	"	" " "	Portugal	24 Maio 1854
Fernando Manoel Fernandes	"	" " "	"	29 Març. 1852
José Aniceto de Souza	"	" " "	"	8 Ag. 1854
José M. ^a da Gama Dias Berquó	"	" " "	"	9 Març. 1847
Ant. ^a M. ^a Dias Vianna Berquó	"	" " "	"	8 Ag. 1854
José M. ^a Dias Vianna Berquó	"	" " "	"	

CONSULES GERAES.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES PARA ONDE FORÃO NOMEADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Joaquim Per. * Vianna de Lima	Nomeado	Consul	Gibraltar	22 Janr. 1826
	Exonerado	"	"	10 Fev. 1835
	Nomeado	Consul Geral	Espanha	20 Abril 1836
	Exonerado	"	"	28 Julho 1837
	Nomeado	"	Trieste e Fiume	5 Març. 1838
Juvencio Maciel da Rocha	Nomeado	Adido 2.ª Classe	França	16 Abril 1831
	Promovido	" 1.ª "	Estados Unidos	20 Junh. 1836
	Nomeado	Dito, dito servindo de Cons. Geral	França	13 Març. 1837
José Francisco Guimarães	Nomeado	Consul Geral	Espanha	8 Maio 1835
	Exonerado	"	"	20 Abril 1836
	Nomeado	"	Prussia, Saxonia, e Hannover	15 Set. 1837
	Exonerado	"	"	23 Març. 1840
	Nomeado	"	Confederação Helvética	24 Nov. 1854
Antonio de Souza Ferreira	Nomeado	Adido de 1.ª Classe	Peru	10 Julh. 1835
	Acreditado também	Encarregado de Negocios interino	"	4 Out. 1844
	Exonerado sómente	"	"	7 Junh. 1852
Luiz Henrique Fer. * de Aguiar	Nomeado	Adido de 2.ª Classe	Estados Unidos	28 Nov. 1837
	Incumbido	do Consulado Geral	"	16 Abril 1841
	Nomeado	"	"	12 Abril 1842
	Exonerado	"	"	10 Març. 1852
	Posto	em disponibilidade activa com 800\$	"	5 Abril 1852
	Nomeado	Consul Geral	Republica Oriental do Uruguay	2 Fev. 1854
Vicente Ferreira da Silva	Removido	"	Estados Unidos	7 Nov. 1854
	Nomeado	"	Portugal	10 Maio 1839
	"	Commissario Juiz da Commissão Mixta Brasileira e Inglesa	Serra Leoa	14 Abril 1840
Homenegildo Fred. * Niteroi	Exonerado	"	"	29 Jan. 1844
	Nomeado	Cons. Ger. e Encarreg. Neg. int.	Republica de Liberia	5 Nov. 1850
	Exonerado	"	"	11 Maio 1853
	Nomeado	Consul	Angola	23 Ag. 1854
João Diego Starz	"	Consul Geral	Prussia	12 Abril 1842
	Removido	"	Sardenha, Toscana, e Parma	30 Maio 1854
John Pascoe Grenfell	Nomeado	"	Grã-Bretanha	1 Julho 1846
Ernesto Ant. * de Souza Leconte	"	"	Espanha	2 Març. 1844
	"	"	"	19 Junh. 1845
	Exonerado	"	Grecia	25 Jan. 1847
	Nomeado	"	Sardenha e Toscana	21 Dez. 1849
	Removido	"	"	"
	Nomeado também	"	Parma	16 Junh. 1852
Frederico Magno de Abranches	Removido	"	Prussia	30 Maio 1854
	"	"	Cayenna	5 Dez. 1850
	Nomeado	"	Cidades Anseaticas	18 Nov. 1851
José Lucio Corrêa	"	"	Confederação Argentina	21 Junh. 1852
João Carlos Pereira Pinto	"	"	"	"
Felix Peixoto de Brito Mello	"	"	Espanha	14 Out. 1853
Amaro José dos San** Barbosa	"	"	Paraguay	17 Jan. 1853

AGENTES DIPLOMATICOS QUE SE ACHÃO EM DISPONIBILIDADE.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES EM QUE FORÃO ACREDITADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Duarte da Ponte Ribeiro	Nomeado	Consul Geral	Espanha	29 Maio 1826
	"	Dito, e Encarregado de Negocios Interino	Peru, e Chile	10 Fevereiro 1829
	Exonerado	Encarregado de Negocios Interino	"	29 Novem. 1831
	Nomeado	"	Estados Mexicanos	12 Julho 1833
	Exonerado	"	"	6 Fev. 1835
	Nomeado	"	Peru e Bolivia	6 Julho 1836
	Finda a	Missão para ser incumbido de outra.	"	17 Agosto 1837
	Nomeado	Official da Secretaria d'Estados dos Negocios Estrangeiros, e Chefe da Terceira Secção	"	23 Novem. 1841
	"	Ministro Residente	Confederação Argentina	12 Abril 1842
	Exonerado	"	"	29 Janeiro 1844
	Nomeado	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial	Nas Republicas do Chile, Bolivia, Peru, Equador, Venezuela, e Nova Granada	25 Fev. 1854
	"	Em effeito essa missão quanto Missão	a Nova Granada e Equador	10 Março 1852
Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond	Finda a	"	"	25 Julho 1852
	Exonerado	Da Secretaria d'Estrangeiros, e considerado em disponibilidade activa	"	3 Janeiro 1853
	Nomeado	Encarregados de Negocios Interino e Consul Geral	Prussia, Saxonia, Cidades Anseaticas	
	"	"	Hannover, Mecklenburgo-Schwerin, e Mecklenburgo-Strelitz	2 Setembro 1830
	"	Encarregado de Negocios	Sardenha	9 Maio 1834
	"	Ministro Residente	Roma, Florença, Parma, e Nápoles	6 Fev. 1835
	"	"	Roma, e Florença	8 Abril 1836
	Acreditado tambem	"	Turin	11 Maio 1836
	Nomeado	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	Portugal	24 Abril 1837
	Exonerado e	Posto em disponibilidade activa	"	6 Agosto 1833
	Nomeado	Adido de 2.ª Classe	Galia-Bretanha	15 Dezem. 1828
Miguel Maria Lisboa	Promovido	Secretario	"	29 Novem. 1831
	Exonerado	"	"	6 Abril 1836
	Promovido	Encarregado de Negocios	Chile	21 Abril 1838
	Promovido	"	Venezuela	12 Abril 1842
	Exonerado	"	"	23 Agosto 1847
	Posto em	Commissão na Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros por Avisos de 23 de Agosto de 1847 e 29 de Fev. de 1849.	"	
	Nomeado	Ministro Residente	Bolivia	18 Novem. 1851
	"	" em Missão Especial em	Venezuela, Equador, e Nova Granada	10 Março 1852
	Exonerado e	Posto em disponibilidade activa na Secretaria dos Negocios Estrangeiros	"	25 Agosto 1853
	Nomeado	Consul Geral e Encarreg. Negocios Interino	Austria	29 Novem. 1834
	"	Secretario	"	10 Dezem. 1835
	"	Consul Geral e Encarreg. Negocios Interino	Hollanda e Belgica	28 Julho 1837
João Alves de Brito	Exonerado somente	"	Hollanda	9 Setem. 1837
	Nomeado	Secretario	Russia	10 Outubro 1838
	Exonerado	"	"	30 Dezem. 1844
	Nomeado	"	Austria	2 Dezem. 1844
	Exonerado, e	Posto em disponibilidade inactiva	"	7 Julho 1855
	Nomeado	Adido 2.ª Classe	França	3 Julho 1850
	Promovido	Adido de 1.ª Classe incumb. do cons. ger. servindo de Secretario	"	13 Junho 1852
	Removido	Dito	Roma	14 Março 1854
	Exonerado	"	"	4 Junho 1855
	Nomeado	Secretario	Austria	28 Julho 1837
	Exonerado	"	"	17 Março 1842
	Nomeado	Dito e Encarregado de Negocios Interino	Russia	5 Fev. 1850
Luiz Pereira Sodré	Removido	"	Estados Unidos	1 Setem. 1851
	Acreditado	"	"	7 Janeiro 1852
	Exonerado e	Encarregado de Negocios Interino	"	22 Março 1852
	Posto em disponibilidade activa	"	"	

AGENTES DIPLOMATICOS QUE SE ACHÃO APOSENTADOS.

NOMES DOS EMPREGADOS.		CATEGORIAS.	PAISES EM QUE FORÃO ACREDITADOS.	DATAS DOS DECRETOS.
Luiz Montinho de Lima Alvares e Silva	Nomeado	Official da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros		7 Maio 1822
		Encarregado de Negocios	Estados Unidos	12 Ag. 1822
	"	Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros		22 Fev. 1824
	"	Encarregado de Negocios	Roma	27 Nov. 1827
	"	"	"	3 Maio 1832
	"	"	"	28 Fev. 1834
	Promovido	Enviado Extr. e Minist. Plenipot.	França	27 Nov. 1837
	Exonerado	"	"	"
	Nomeado	"	Confederação Argentina	27 Maio 1841
	Removido	"	Roma	12 Abril 1842
	Acreditado	tambem	Toscana	31 Ag. 1842
	"	"	Sardenha e Parma	19 Abril 1845
	Exonerado	"	"	10 Dez. 1847
	"	e posto em disponibilidade	Roma	3 Nov. 1851
José de Araujo Ribeiro	Aposentado	Com 3:200:000 rs. por ter trinta e seis annos de serviço		23 Abril 1852
	Nomeado	Secretario	Napoles	24 Julh. 1826
	Removido	"	França	18 Junh. 1828
	Nomeado	Encarregado de Negocios	Estados Unidos	29 Dez. 1828
	Promovido	Enviado Extr. e Minist. Plenipot.	Grã-Bretanha	2 Dez. 1833
	Exonerado	"	"	30 Janr. 1835
	Nomeado	"	Portugal, além de comprimentar a Rainha	28 Ag. 1834
	"	"	França	1 Dez. 1837
	Mandado	"	Grã-Bretanha, em Missão Esp.	27 Abril 1838
	Exonerado	Missão Especial	Grã-Bretanha, voltando para a de França	24 Nov. 1848
	Aposentado	Com 2:453:333 rs.		19 Janr. 1854
Augusto de Paiva	Nomeado	Addido de 1.ª Classe	Grã-Bretanha	19 Julh. 1828
	Removido	"	Estados Unidos	24 Janr. 1829
	Nomeado	"	Grã-Bretanha	1 Abril 1833
	Promovido	Secretario.	"	13 Marc. 1842
	Aposentado	Com 931:060 rs.		3 Nov. 1851

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 4.

Relação das pessoas que compoem o corpo diplomatico estrangeiro.

AMERICA.

Estados-Unidos.

Os Senhores :

William Trousdale, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 William Grayson Mann, secretario de legação.
 Charles William Trousdale, addido.

Republica Oriental do Uruguay.

D. Andrés Lamas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 D. Juan Jose Soto, secretario de legação.

EUROPA.

Austria.

Hypolito de Sonnleithner, ministro residente.

Belgica.

José Lannoy, ministro residente (ausente).
 Eduardo Pecher, encarregado da legação.

Duas Sicilias.

Barão D. Antonio Wenspeare, encarregado de negocios (nomeado).
 Ernesto de Merolla, encarregado de negocios interino.

Estados Pontificios.

Monsenhor Marino Marini, encarregado de negocios.

França.

Cavalleiro L. de Saint Georges, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 Conde Alfredo de Brossard, secretario de legação.

Grã-Bretanha.

Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
 William Stafford Jerningham, secretario de legação (ausente).
 John Morgan, chancellor.
 Henry Capel Loft, addido de primeira classe.

Espanha.

D. Fabricio Potestad, ministro residente.
 D. Julião Basabe Alencar Salazar, secretario de legação (nomeado).

Portugal.

José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (ausente).
 João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Mello, encarregado de negócios interino.
 Jorge Firmo Loureiro, adido.

Prússia.

L. Leventhagen, encarregado de negócios interino, em missão especial.
 Guilherme Linde, chanceler da legação.

Rússia.

O. d'Ewers, encarregado de negócios.

Sardenha.

Marcel Cerrutti, encarregado de negócios (ausente), em missão especial no Rio da Prata.
 Conde Alexandre Fé d'Ostiani, encarregado de negócios interino.

Suecia e Noruega.

Laurenço Gustavo Morsing, encarregado de negócios.

Secretaria de estado dos negócios estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 5.

Mapa demonstrativo dos agentes consulares do Brasil residentes nos diversos portos estrangeiros.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Austria.....	Consul geral.		Joaquim Pereira Vianna de Lima	Trieste.
		Vice-consul.	Carlos Sporer	Fiume.
		Idem.	Luiz Cornet	Venezia.
Belgica.....	Idem.		João Pereira da Costa Motta	Bruxellas.
		Idem.	Eduardo Wielmaker	Idem.
		Idem.	Melchior Kramp	Antuerpia.
		Idem.	Constant Verhaege	Gand.
	Consul.		Julio de Nagelmakers	Liège.
Bremen.....	Consul Geral.		José Lucio Correa.	
		Idem.	Francisco Frederico Proste	Bremen.
Chile.....		Idem.	José Henrique Pearson	Valparaizo.
Confederação Argentina.....	Idem.		João Carlos Pereira Pinto	Buenos-Ayres.
Dinamarca.....	Idem.		José Sebastião Affonso de Carvalho.	Copenhague.
	Consul honorario.		João Frederico Bruservitz	Gothemburgo.
		Idem.	João Antonio H. Garrigue	Copenhague.
		Idem.	Nicolão H. Kuntzow	Christiansund.
		Idem.	Carlos Theodoro Aueman	Altona.
		Idem.	Fredegodo Frederico Paterson	Elseneur.
		Idem.	João Schroeder	Gluckstadt.
Duas Sicilias.....	Consul geral.		Antonio Nacterio	Napoles.
		Idem.	Jacome Daniel Ruosh	Palermo.
		Idem.	Antonio Lipari	Trapani.
		Idem.	Gregorio Moralli	Cotrone.
		Idem.	Emmanuel Signorille	Bari.
		Idem.	Thomas Laquidara	Mellazzo.
		Idem.	Emygalio Coppa	Pescara.
		Idem.	Vicenzo d'Fredita	Taranto.
Ducado de Parma.....	Idem.		João Diogo Starz.	
Estados Unidos.....	Idem.		Luiz Henrique Ferreira d'Aguilar.	New-York.
		Idem.	Luiz Frederico Figanère	Idem.
		Idem.	Meyer Meyers	Norfolk.
		Idem.	Archibald Foster	Boston.
		Idem.	Eduardo S. Sayres	Philadelphia.
		Idem.	Herman Baldwin	Richmond.
		Idem.	Gustavo Street	Charleston.
		Idem.	Bartholomeo Valls	New-Orleans.

AGENTES CONSULARES DO BRASIL.

PAISES.	CONSOLES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Grã-Bretanha, Irlanda, e seus Dominios		Vice-consul.	James Mac Adam, junior.	Belfast.
		Idem.	David Brown.	Cardiff.
		Idem.	Jonathan Binns Were.	Melbourne (Australia).
		Idem.	Eduardo Hodges.	Ramsgate.
Guyana Franceza	Consul Geral.		Frederico Magno de Abranches.	Cayenna.
Hamburgo	Idem.		José Lucio Corrêa.	Hamburgo.
	Chancellor do consulado geral.		Barão Fred. Guilherme de Linstow.	Idem.
	Consul honorario.		Joaquim David Hirsch.	Idem.
		Idem.	Luiz Courvoisier.	Idem.
Hannover	Consul geral.		José Lucio Corrêa.	
Hespanha	Idem.		Felix Peixoto de Brito e Mello.	Cadiz.
		Idem.	José Gonçalves de Faria.	Barcellona.
		Idem.	Domingos Theilig.	Tarragona.
		Idem.	Fernando Arola.	Gerona.
		Idem.	José Díez Prado.	Vigo.
	Consul honorario.		Thomaz de Arssu y Lopes.	Malaga.
		Idem.	Andrés Perfumo.	Cornalha.
		Idem.	Thomaz José Epalza.	Bilbao em Biscaia.
		Idem.	D. Mateo Bover y Oliver.	Palma e Ilha Mayorca.
		Idem.	Ramon Serapio Eguiquiza.	Santander.
		Idem.	José Miguel Fernandes.	Havana.
	Idem.		Angelo Maria Castrisiones.	Cadiz.
		Idem.	José Crosa.	Ilhas Canarias.
		Idem.	Miguel Bonich.	Valencia.
		Idem.	D. José Lourenço Negrão.	Manilha.
		Idem.	Jayme Uhler.	Minorca.
		Idem.	José Lerdo de Tejada.	Sevilla.
		Idem.	José Gadia y Morato.	Alicante.
Lubeck	Consul Geral.		José Lucio Corrêa.	
		Idem.	J. C. Klugman.	Lubeck.
Mecklemburgo-Schwerin	Idem.		José Lucio Corrêa.	
Mecklemburgo-Strelitz	Idem.		José Lucio Corrêa.	
Nova Granada		Idem.	José Marcellino Hurtado.	Panamá.
		Idem.	D. Pedro Macia.	Cartagena.
Oldemburgo	Idem.		José Lucio Corrêa.	
Paraguay	Idem.		Amaro José dos Santos Barbosa.	Assumpção.
Paizes Baixos	Idem.		Joaquim Caetano da Silva.	Haya.
		Idem.	G. Von Westerloo.	Amsterdam.

AGENTES CONSULARES DO BRASIL.

PAISES.	CONSULS.	VICE-CONSULS.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Paizes Baixos.		Vice-consul.	Jacques H. G. Van der Keen.	Rotterdam.
		Idem.	Arius Johannes Rodenhuis.	Harlingen.
Peru.	Consul Geral.		Antonio de Souza Ferreira.	Lima.
Portugal e seus Domínios.	Idem.		Vicente Ferreira da Silva.	Lisboa.
		Idem.	Marcellino José Tavares.	Idem.
		Idem.	Antonio Joaquim Pereira de Faria.	Porto.
		Idem.	Joaquim José Tavares.	Faro.
		Idem.	Francisco Boaventura Rodrigues.	Ericeira.
		Idem.	José Maria Duarte.	Setúbal.
		Idem.	Ignacio Miguel Hirsch.	Belem.
		Idem.	Antonio Barbosa Lobo Vianna.	Lagos.
		Idem.	Joaquim M. F. T. V. Bittencourt.	Ilha de Santa Maria.
		Idem.	Antonio José Ferreira Rocha.	Ilha do Pico.
		Idem.	José Pinto Soares.	Villa do Conde.
		Idem.	Luiz Thomé de Miranda.	Ilha da Madeira.
		Idem.	José Philippe Dart.	Ilha Terceira.
		Idem.	Joaquim Antonio de Mendonça e Menezes (nomeado).	" Terceira.
		Idem.	João Baptista da Silva Santos.	" da Boa Vista.
		Idem.	Luiz Antonio Cardoso de Mello.	" de Maio.
		Idem.	Manoel José Ribeiro.	" de S. Miguel.
		Idem.	José Antonio Martins.	" do Sal.
		Idem.	Francisco da Cruz da Silva Reis.	" do Fayal.
		Idem.	Thomaz de Souza Machado.	" Graciosa.
		Idem.	João Antonio Martins.	" de S. Vicente.
		Idem.	Antonio Pereira de Borja.	" de S. Thiago.
		Idem.	Manoel Antonio das Chagas.	Tavira.
		Idem.	José Caetano da Silva.	Vianna do Minho.
		Idem.	Diego José Guerreiro.	Villa Nova do Portimão.
Reino de Angola.	Idem.		Hermenegildo Frederico Niteroi.	Loanda.
Prussia.	Idem.		Ernesto Antonio de Souza Leconte.	Berlin.
		Idem.	Paulo C. W. Golicke.	Sietlin.
Roma e Estados Pontificios.	Idem.		Vicente Savj.	Ancona.
		Idem.	Paulo Meregh.	Idem.
Russia.	Idem.		H. Augusto Hauptvogel.	S. Petersburgo.
		Idem.	João Scholtz.	Idem.
		Idem.	Nicolão Hill, junior.	Riga.
		Idem.	Eduardo Fabiano Höppner.	Reval.
		Idem.	Vicente Napoleão Rossi.	Odessa.
		Idem.	Frederico Kraft.	Moscow.
Sardenha.	Idem.		João Diogo Sturz.	Genova.
		Idem.	Luiz Nicolay.	Idem.
		Idem.	Jacome Agostinho Carbone.	Golfo de Genova.
		Idem.	Caetano Urbano.	Cagliari.
		Idem.	José Boloquini.	Lerici.
		Idem.	Luiz Joaquim Sauvignac.	Nizza.

AGENTES CONSULARES DO BRASIL.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Sardenha		Vice-consul.	Jozé Muzio	Savona.
Suecia e Noruega.	Consul geral.	Idem.	José Sebastião Affonso de Carvalho.	Bergem.
		Idem.	Carlos Know	Geile.
		Idem.	Goran Frederico Goranson . . .	Nyköping.
		Idem.	Conrado Stal	Stockholmo.
	Consul honorario.	Idem.	Gabriel de la Grange	Trondyhjem.
			Anton Mathias Jenssen	
Suissa	Consul geral.		José Francisco Guimarães . . .	Genebra.
Toscana	Idem.		João Diogo Sturz.	
	Consul honorario.		Nicoláo Manteri	Liorne.
Uruguay	Consul geral.		Manoel Affonso de Freitas Amorim.	Montevideo.
		Idem.	Joaquim Vieira Braga, junior. . .	Idem.
		Idem.	João Manoel da Costa Pereira. . .	Maldonado.
Venezuela		Idem.	João Röhl	Laguayra.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 6.

**Mappa demonstrativo dos agentes consulares estrangeiros residentes
nos diversos portos do Imperio.**

Paises.	Consules.	Vice Consules.	Nomes.	Locaes onde residem.
Austria	Consul geral. Consul.	 Vice-consul. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem.	Fernando Schmid..... J. G. Lohmann..... José Barbosa Cordeiro..... Clemente José da Silva Nunes..... Joaquim Francisco Fernandes..... Julio Tegetmayer..... Virgilio José da Porciuncula..... Gustavo Wedekind..... João Winter.....	Rio de Janeiro. Bahia. Ceará. Maranhão. Pará. Pernambuco. Rio Gr. do Sul. Santos. Sergipe.
Baden	Idem.		Eduardo Laemmert.....	Rio de Janeiro.
Baviera	Consul geral.	Idem. Idem. Idem. Idem. Idem.	Vago. Joaquim Jorge Monteiro..... Joaquim Thomaz de Faria..... Manoel João de Amorim..... José Luiz Cardoso de Salles..... Antonio Ferreira Cardoso.....	Bahia. Campos. Pernambuco. Porto Alegre. Rio Gr. do Sul.
Belgica	Idem. Consul. Idem. Idem. Idem. Idem. Idem.		Eduardo Pecher..... Prospero Caumont..... Henrique Season..... Joaquim Antonio Alves..... Luiz Antonio de Sequeira..... Pedro Sinclair..... Henrique Schütel..... Gustavo Wedekind.....	Rio de Janeiro. Bahia. Maranhão. Pará. Pernambuco. Rio Gr. do Sul. St.ª Catharina. Santos.
Bolivia	Idem.		Antonio da Costa Bogo Monteiro.....	Pernambuco.
Bremen	Consul Geral. Consul. Idem.	 Idem. Idem. Idem.	Alex. Jorge Moste (serve interinam). Victor Schaumann..... J. H. Lambert..... Henrique M. Brum..... C. A. Fraeb..... Jorge F. Metzler..... Gustavo Wedekind.....	Rio de Janeiro. Bahia. Pernambuco. Porto Alegre. Rio Gr. do Sul. Santos.
Buenos-Ayres...	Consul geral int. Consul.		Daniel Milberg..... F. Edmundo Schau.....	Rio de Janeiro. Bahia.
Chile	Idem. Idem. Idem.	 Idem.	L. F. Crocco..... Luiz da Rocha Santos..... Henrique de la Rocque..... Antonio Pereira da Costa.....	Idem. Maranhão. Pará. Paranáguá.

AGENTES CONSULARES ESTRANGEIROS.

PAISES	CONSULES.	VICE CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Estados Pontificios.....		Vice-consul.	Francisco José de Mattos Pimenta.	Rio de Janeiro.
		Idem.	Antonio da Cunha Sobrinho.....	Pará.
		Idem.	Elias Baptista da Silva.....	Pernambuco.
		Idem.	Antonio Luiz Pereira da Costa....	Porto-Alegre.
		Idem.	Francisco Fernandes de Mesquita.	Rio Gr.º do Sul.
Francia.....	Consul.		Marie Joseph Edmond Breuil.....	Rio de Janeiro.
	Chanc. da leg. e		Theodoro Taunay.....	Idem.
	Cons. honorario.		Francisco de Castelnau.....	Bahia.
	Consul.	Idem.	Julio Lambert.....	Campos.
		Ag. Cons.	Luiz Maubas.....	Caravellas.
		Vice-consul.	Lavallée.....	Ceará.
		Idem.	Emile Rouzé.....	Maranhão.
	Idem.	Idem.	E. Eveillard.....	Pará.
	Idem.		Julio Pianelli (serve interinamente	
			M. Durat Saint-André).....	Pernambuco.
		Idem.	Noel Paulo Baptiste d'Ornano.....	Porto Alegre.
		Idem.	Adolpho Hugentobler.....	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	Leoncio Aubé.....	St.ª Catharina.
		Idem.	Aristides Garnier.....	Angra dos Reis.
		Idem.	Alfredo Dorival.....	S. Paulo e Santos
Grã-Bretanha....	Idem.		João Julio Collings Westwood...	Rio de Janeiro.
		Idem.	James Burnett (ausente).....	Alagôas.
	Idem.		João Morgan Junior.....	Bahia.
		Idem.	James Whetherell.....	Idem.
	Idem.		Henrique Walter Ovenden.....	Maranhão.
	Idem.		Samuel Vines.....	Pará.
		Idem.	Watson Uredenburg.....	Parahyba do N.
	Idem.		Henrique A. Cowper.....	Pernambuco.
		Idem.	Benjamin Avelin.....	Porto Alegre.
	Idem.		H. Prendergast Vereker.....	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	Guilherme Frederico Wigg.....	Idem.
	Idem.		Randall Callander.....	St.ª Catharina.
		Idem.	Carlos Bowser.....	S. João da Bar.
		Idem.	João S. Stoddart.....	Ceará.
		Idem.	Manoel Claudio de Oliveira.....	Paranaguá.
		Idem.	Guilherme Whitaker.....	Santos.
Grecia.....	Idem.		Henrique Riedy.....	Rio de Janeiro.
		Idem.	Candido Soares de Mello.....	Idem.
		Idem.	Antonio da Cunha Soares Guimarães	Pernambuco.
		Idem.	Francisco José da Silva Araujo...	Rio Gr.º do Sul.
Grão Ducado de Hesse.....	Consul geral.		Augusto Heyn.....	Rio de Janeiro.
		Idem.	João José Pereira Bastos.....	Campos.
		Idem.	Euphrasio Lopes de Araujo.....	Rio Gr.º do Sul.
Ducado de Parma.	Consul.		Joaquim José Alves.....	Maranhão.
Hamburgo.....	Consul geral.		H. Liebich (serve interinamente	
			Fernando Schmid).....	Rio de Janeiro.
		Idem.	Hamton Jorge Demriss.....	Alagôas.
	Consul.		C. Auguste Gultzow.....	Bahia.
		Idem.	Antonio José Francisco da Cruz...	Campos.

AGENTES CONSULARES ESTRANGEIROS.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LOCARES ONDE RESIDEM.
Hamburgo		Vice-consul.	João Gualberto da Costa.	Maranhão.
		Idem.	Joaquim Francisco Fernandes.	Pará.
		Idem.	Julio Tegetmayer.	Pernambuco.
		Idem.	C. N. Fraeb.	Porto-Alegre.
		Idem.	Antonio Martins de Freitas Junior.	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	José Gonçalves dos Santos Silva.	Santa Catharina.
		Idem.	Cezar Hartem.	Colon. D. Franc.
		Idem.	Christiano Diestel.	Sergipe.
		Idem.	Gustavo Wedekind.	Santos.
Hannover.....	Consul		Augusto Heyn.	Rio de Janeiro.
	Idem.		Frederico Gültzow.	Bahia.
		Idem.	Joaquim da Costa Pinenta.	Campos.
	Idem.		Miguel Bryan y Levermoor.	Pernambuco.
		Idem.	Felix Joaquim Borman.	Porto-Alegre.
	Idem.		C. H. Claussen.	Rio Gr.º do Sul.
Hespanha		Idem.	Antonio de Aranaga.	Rio de Janeiro.
		Idem.	Francisco Xavier Machado.	Bahia.
		Idem.	Raymundo Franco de Miranda.	Campos.
		Idem.	Martinho Borges.	Ceará.
	Idem.		Joaquim José Alves.	Maranhão.
		Idem.	Joaquim José Alves Junior.	Idem.
		Idem.	Manoel Onety.	Pará.
		Idem.	Francisco Alvares de Souza Carvalho.	Parahyba.
		Idem.	João Pereira Machado.	Porto-Alegre.
		Idem.	Paulo Goycochea.	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	Bento Ferreira da Silva.	Santa Cath.
		Idem.	Manoel Miró.	Paranaguá.
		Idem.	Ramon Pero.	Santos.
Hollanda.....	Consul geral.		Carlos Joaquim Wylep.	Rio de Janeiro.
	Chanc. do C. geral		João Filippe Rodner.	Idem.
	Consul.		Francisco Leciaque.	Bahia.
		Idem.	Constantino Cardozo Guimarães.	Campos.
		Idem.	Joaquim M. da Cruz Guimarães.	Ceará.
		Idem.	Francisco Gaudencio da Costa.	Pará.
	Idem.		G. A. Brender à Brandis, (serve interinamente P. von Söhsten).	Pernambuco.
		Idem.	A. J. Rodrigues Ferreira Junior.	Porto-Alegre.
		Idem.	Jorge Matheos Heaton.	Santa Cathar.º
		Idem.	Gustavo Wedekind.	Santos.
Lubeck.....	Consul geral.		Alexandre Avé Lallémant.	Rio de Janeiro.
	Consul.		João Frederico Lütjeus.	Bahia.
		Idem.	João de Oliveira Guimarães.	Campos.
		Idem.	Antonio Marques de Amorim.	Pernambuco.
		Idem.	Manoel Pereira da Silva Lima.	Porto-Alegre.
		Idem.	Miguel Tito de Sá.	Rio Gr.º do Sul.
Mecklenburgo-Schwerin.....	Consul geral.		L. von Bönninghausen.	Rio de Janeiro.
		Idem.	Theodoro Teixeira Gomes.	Bahia.
	Consul.		Antonio de Moraes Gomes Ferreira.	Pernambuco.
Mecklenburgo-Strelitz.....	Idem.		Justiniano José de Araujo.	Bahia.
	Idem.		José Antonio de Araujo.	Pernambuco.

AGENTES CONSULARES ESTRANGEIROS.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LEGACIAS ONDE RESIDEM.
Nova Granada...	Consul.		João André Cogoy	Rio de Janeiro.
Oldemburgo....	Idem. Idem.		João Liberalli	Idem.
		Vice-consul.	Theodoro Teixeira Gomes.	Bahia.
		Idem.	Luiz Manoel Gonçalves de Lemos	Idem.
			G. H. Praeger	Pernambuco.
Peru.....	Idem. Idem. Idem.		José Romaguera	Rio de Janeiro.
			Joaquim Pereira Marinho	Bahia.
			João Ignácio de Medeiros Rego	Pernambuco.
		Idem.	Antonio José Duarte Junior	Idem.
Portugal.....	Consul geral. Chanc. do Cons.		Conselheiro João Baptista Moreira	Rio de Janeiro.
			Jeronimo José Duarte Silva	Idem.
		Idem.	Bernardo Ribeiro de Carvalho	Idem.
		Idem.	João de Almeida Monteiro (serve interimamente Manoel Antonio Supardo)	Alagoas.
		Idem.	Alexandre Paulo de Brito e Amorim	Amazonas.
		Idem.	José Maria dos Reis Trovão	Angra dos Reis.
	Consul. Chancellor.		José Agostinho de Salles	Bahia.
			Gregorio Anselmo Ribeiro Marques	Idem.
		Idem.	Valentim Albino da Cunha Bessa	Rio das Contas.
		Idem.	João Lopes de Azevedo	Cabo Frio.
		Idem.	José Custódio Ozorio	Campos.
	Consul.		Manoel Cactano de Gouvêa	Ceará.
		Idem.	Jeronimo Antonio Leite	Espirito Santo.
		Idem.	José Francisco Guimarães	Itaguahy.
	Chancellor do vice consulado.		Joaquim da Silva Torres	Idem.
		Idem.	José Antonio da Silva (serve interi- namente J. J. de Queiroz Aze- vedo)	Iguape.
	Consul interino.		Leonardo Pinheiro da Cunha Car- neiro	Maranhão.
		Idem.	Francisco José de Magalhães	Mangaraba.
	Consul.		Fernando José da Silva	Pará.
		Idem.	Felix José Pereira Sczeszello	Idem.
		Idem.	Pedro Antonio Bernardino (serve interimamente Francisco Ferreira de Norões)	Parahyba do N.
		Idem.	Joaquim Candido Correa	Paranaguá.
		Idem.	Manoel José de Araujo Machado	Itapemerim.
	Idem.		Antonio Maria do Amaral Ribeiro	Porto-Alegre.
		Idem.	João Luiz Martins	Macahé.
		Idem.	José Antonio de Mello	Paraty.
		Idem.	Paulino José Coelho Bastos	Piahy.
		Idem.	Francisco Luiz Ribeiro	Pelotas.
	Idem.		Joaquim Baptista Moreira	Pernambuco.
		Idem.	Miguel José Alves	Idem.
		Idem.	João Barbosa Coelho	Rio Gr. do Sul.
		Idem.	Joaquim Ignácio Pereira Junior	Rio Gr. do N.
		Idem.	J. G. dos Santos Silva Junior	Santa Cathar.
		Idem.	Francisco Alves da Cunha (serve interimamente V. J. G. Car- mello)	Santos.
	Id. interino.		Ignacio Antonio Cardoso	S. Mathias.

AGENTES CONSULARES ESTRANGEIROS.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Portugal		Vice-consul.	Francisco Antonio da Silva	Sergipe.
		Idem.	Manoel José Vieira Macedo	S. Sebastião.
		Idem.	José Francisco Ferreira	Santarém.
		Idem.	José Thomaz Pinto de Magalhães	S. João da Barra.
		Idem.	Joaquim Victorino da Cunha	Ubatuba.
		Idem.	Vicente José Gonçalves de Souza	Victoria.
Prussia	Consul.		Victor Heymann	Rio de Janeiro.
		Idem.	C. A. Kleinschmidt (serve interinamente L. Bleil)	Bahia.
	Idem.		Gustavo H. Praeger	Pernambuco.
	Idem.	Idem.	Christiano Thomsen	Rio Gr.º do Sul.
	Idem.		Augusto Tappenbeck	Pará.
		Idem.	Fernando Toeltzer	Porto-Alegre.
		Idem.	Theodoro Wille (serve interinamente Leopoldo Diedrichsen)	Santos.
Republica Oriental do Uruguay	Consul geral.		Manoel Moreira de Castro	Rio de Janeiro.
		Idem.	Paulo Joaquim Telles Junior	Alagoas.
		Idem.	José Antonio de Freitas	Bahia.
		Idem.	João Manoel de Souza	Campos.
		Idem.	José Dias Macielra	Ceará.
		Idem.	Carlos Henrique da Rocha	Maranhão.
		Idem.	Henrique Antonio Strauss	Pará.
	Consul.		Alexandre Gutierrez	Paranaguá.
		Idem.	José Pinto de Amorim	Idem.
		Idem.	Antonio Valentin da Silva Barroca	Pernambuco.
		Idem.	Manoel José Teixeira Junior	Porto-Alegre.
	Idem.		Santiago Rodriguez	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	D. Alejandro Ortiz	Idem.
		Idem.	João Antonio de Souza Flores	St.ª Catharina.
		Idem.	Joaquim da Silva Pinto	Santos.
Roma		Id. interino.	Northerto Joaquim José Guedes	Pernambuco.
Russia	Consul geral.		Conde de Zabielo (serve interinamente Fernando Schmid)	Rio de Janeiro.
		V. G. prov.	Francisco Leciague	Bahia.
		Vice-consul.	Bernardo Antonio de Passos	Campos.
		Idem.	José Pio Machado	Ceará.
		Ag. consular	João Gualberto da Costa	Maranhão.
		Vice-consul.	José Candido de Barros (serve interinamente A. d'Almeida Rodrigues Isaac)	Pernambuco.
		Idem.	Augusto Eduardo da Costa	Pará.
		Idem.	Francisco José da C. Vieira	Porto-Alegre.
		Idem.	João Francisco Gonçalves	Rio Gr.º do Sul.
		Idem.	Roberto Trompowsky	St.ª Catharina.
		Idem.	C. Archembaud Glennie	Santos.
Sardenha	Idem. Chancelier.		Marcel Cerruti (ausente)	Rio de Janeiro.
		Idem.	Urbano da Costa	Idem.
		Idem.	João Baptista Sechino (serve interinamente C. Sechino)	Bahia.
		Idem.	Francisco Caudencio da Costa J.º	Pará.
		Idem.	Francisco F. Pinheiro	Paranaguá.
		Idem.	Ernesto Schraun	Pernambuco.

AGENTES CONSULARES ESTRANGEIROS.

PAISES.	CONSULES.	VICE-CONSULES.	NOMES.	LUGARES ONDE RESIDEM.
Sardenha.....		Vice-consul. Idem. Idem. Idem.	Antonio de F. Barreto de Queiroz. Antonio da Silva Ferreira Tigre.. Henrique Schütel..... José Vergueiro.....	Porto-Alegre. Rio Gr.º do Sul. St.ª Catharina. Santos.
Saxonia.....	Consul.	Idem. Idem.	David Mörs..... João Antonio Rodrigues Passos.. José Luiz Lopes da Silva.....	Rio de Janeiro. Campos. Rio Gr.º do Sul.
Suecia e Noruega.	Consul geral. Consul. Idem.	Ag. consul. Vice-consul. Idem. Idem. Idem. Id. interino.	Lourenço Gustavo Morsing..... José Maxwell Junior..... David Lindgren..... Luiz de Siqueira Tinoco..... Carl L. P. Rocck..... Wenceslão Joaquim Alves Leite.. Thomaz Messeier..... Eduardo Winn..... Gustavo Wedekind.....	Rio de Janeiro. Idem. Bahia. Campos. Pernambuco. Porto Alegre. Rio Gr.º do Sul. Sergipe. Santos.
Suissa.....	Consul geral. Consul. Idem. Idem.	Ag. consul. Vice-consul. Idem. Idem. Idem.	J. F. Emery..... Augusto Decosterd..... Lucas José de Alvarenga..... Antonio Sardenberg..... Luiz Brelaz..... João Jacques Loppacher..... José Pinto da Fonseca Guimarães.. José Vicente Tourinho Filho.....	Rio de Janeiro. Bahia. Campos. Macahé e Cabo Frio. Pará. Pernambuco. Porto Alegre. Rio G.º do Sul.
Toscana.....		Idem.	Joaquim da Costa Barradas.....	Maranhão.
Turquia.....	Cons. ger. provis.		João Samuel (serve interinamente D. Kenny).....	Rio de Janeiro.
Württemberg....	Consul. Idem.	Idem. Idem. Idem.	Carlos Luiz Meyer..... Carlos Duschek..... Manoel Pereira Rosa..... Joaquim José Ferreira Barbosa.. José de Souza Gomes.....	Idem. Bahia. Pernambuco. Porto-Alegre. Rio Gr.º do Sul.

Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

JOAQUIM MARIA NASCENTES D'AZAMBUJA.

N. 7.

Representação do official maior da repartição dos negocios estrangeiros ao respectivo ministro e secretario de estado.

Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.

Os decretos de nomeação do official maior, officiaes e porteiro da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, fundando-se no artigo 41 do regulamento respectivo, considerão como parte integrante de seus vencimentos os emolumentos, que sempre foi de lei e stylo perceber-se em conformidade de uma tabella organisaada pelo governo, sendo este o motivo por que são tão limitados os ordenados fixos.

Que taes emolumentos fazem parte dos vencimentos é evidente não só pela razão já allegada, como porque o thesouro publico assim o tem constantemente reconhecido pelo facto de comprehendê-los na percepção do imposto dos 5 %.

Os emolumentos provenientes das nomeações de empregados, dos beneplacitos aos agentes consulares, e de outros títulos, não avultão.

São mais importantes os que resultão dos passaportes concedidos a estrangeiros em viagem para as provincias do imperio, e aos nacionaes e estrangeiros que delle se ausentão.

A tabella annexa sob n.^o 1, contendo os algarismos relativos á receita de emolumentos effectuada nos ultimos tres annos, demonstra claramente a veracidade daquella asserção.

A vista desta tabella, V. Ex.^a se convencerá de que a importancia dos passaportes, concedidos aos estrangeiros para dentro do imperio, é o duplo dos emolumentos provenientes das nomeações e beneplacitos;— e que, deduzida ella do total da receita em cada um dos tres annos ali indicados, ficaria o dito total reduzido a 11:936,870 — 11:186,360 — 14:279,590 réis.

A proporção que tem crescido a carestia do paiz, o corpo legislativo por si directamente, ou sob proposta do governo imperial, tem elevado os vencimentos de quasi todos os funcionarios publicos; e aos empregos novos, creados em virtude de authorisação legislativa, tem-se estipulado retribuições, senão sufficientes, attento o estado de nossas rendas, ao menos mais em relação com o estado do paiz e com os serviços, que taes vencimentos remunerão.

Este facto prova que o governo imperial reconhece a necessidade de elevar os vencimentos daquelles empregados que se achão mal retribuidos, entre os quaes não podem deixar de ser contemplados os das secretarias de estado, tanto pelas exigencias de sua posição official, como pelos encargos, que sobre elles posão.

Fundados na justiça de sua causa, e nas precedentes considerações, esperão os officiaes da secretaria de estado dos negocios estrangeiros que, na reforma a que o governo imperial está authorisado a proceder, sejam melhoradas as suas circumstancias, resultado este, que será facil attingir, sem grande onus para os cofres publicos, se prevalecendo a idéa mais geralmente recebida, fôrem a elles recolhidos todos os emolumentos que a secretaria tem estado no direito de receber.

Entretanto não se tendo ainda podido realisar essa reforma, por considerações especiaes, e convindo por outro lado adoptar a medida constante do decreto n.^o 1531 de 10 de Janeiro ultimo, que permite aos estrangeiros viajar dentro do imperio sem dependencia de passaporte concedido pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, ficarão com a execução deste decreto consideravelmente reduzidos os vencimentos dos respectivos officiaes.

A' vista do exposto, cabe-me o dever de, na qualidade de chefe da secretaria, demonstrar o direito incontestavel que os seus empregados tem a uma indemnisação pelo desfalque que estão soffrendo naquelles vencimentos.

Cumpro este dever submettendo á apreciação de V. Ex.^a as tabellas annexas sob n.^o 2, 3 e 4, baseadas nas publicações do *Jornal do Commercio*, e apresentando circumstanciadamente o movimento diario dos passageiros deste para outros portos do imperio durante os mezes de Fevereiro, Março e Abril.

Por estas tabellas verá V. Ex.^a que, havendo sahido em Fevereiro 163, em Março 143 e em Abril 128 estrangeiros, cada um dos quaes teria pago pelo seu passaporte 6\$400 rs., forão os officiaes da secretaria de estado dos negocios estrangeiros prejudicados no 1.^o mez em 1:043\$203 réis, no 2.^o em 915\$200 réis, e no 3.^o em 825\$200 réis.

Comparando a receita dos emolumentos relativa aos annos anteriores, se reconhece haver ella gradualmente crescido na proporção do desenvolvimento, que, de anno para anno, vão tendo a população, o commercio, e a navegação a vapor.

Da observação deste facto resulta que aquelle prejuizo, estando sujeito ás mesmas condições de progresso nas relações indicadas, ha de necessariamente crescer em igual proporção.

Cabe ainda fazer uma ultima reflexão não menos valiosa.

A tabella pela qual a secretaria de estado dos negocios estrangeiros se regula na percepção dos emolumentos, bem longe de haver sido augmentada proporcionalmente á depreciação por que tem passado a nossa moeda, é ainda, em geral, a mesma que vigorava em época anterior á independencia do imperio; e se alguma differença tem soffrido é para menos; e a permanencia que nella tem havido contrasta notavelmente com o augmento consideravel, que com justa razão se tem dado nos emolumentos das outras secretarias de estado.

Para demonstrar até á ultima evidencia o direito que a secretaria de estado dos negocios estrangeiros tinha á expedição dos passaportes concedidos a estrangeiros em viagem deste para outros portos do imperio, peço licença a V. Ex.^a para juntar sob n.^o 5 uma breve exposição apoiada na legislação respectiva.

A' vista do exposto, sendo incontestavel que, por lei, os emolumentos fazem parte dos vencimentos dos officiaes de secretaria, que a suppressão dos passaportes mencionados motivou nelles uma redução consideravel, e que com esta torna-se-lhes impossivel manter uma decente subsistencia, confião os empregados da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, interessados neste negocio, que V. Ex.^a, tomando em consideração as justas razões allegadas, se dignará providenciar para que sejam indemnizados do prejuizo que actualmente estão soffrendo, e para esse fim lembirão que, tomando-se por base os rendimentos que deixarão de perceber, correspondentes aos mezos de Fevereiro, Março e Abril, se lixe uma sufficiente gratificação para cada um, recebendo o official-maior a parte que lhe compete, e regulando-se pela mesma forma a indemnisação devida, desde que o Decreto n.^o 1531 foi posto em execução, até que se realice a reforma da secretaria, na qual tem de ser marcados convenientemente os respectivos vencimentos.

Tenho a honra de ser—Do V. Ex.^a

Muito attento venerador e obediente servidor

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

TABELLA N. 1.

Classificação dos emolumentos arrecadados na Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em 1852, 1853 e 1854.

ANNOS.	Reaplicios e nomeações.	PASSAPORTES.		TOTAL.
		A estrangeiros para o Imperio.	A estrangeiros e nacionaes para fora do Imperio.	
1852	2:559\$600	4:591\$440	9:377\$270	16:528\$310
1853	2:221\$900	5:570\$480	8:966\$560	16:756\$840
1854	4:838\$600	4:769\$600	12:440\$900	19:049\$100

TABELLA N.º 2.

Demonstração dos estrangeiros, que durante o mez de Fevereiro sahirão deste porto para as provincias do Imperio sem solicitar passaporte pela Secretaria do Estado dos Negocios Estrangeiros, como dispõe o decreto n.º 1531 de 14 de Janeiro de 1855.

NACIONALIDADES.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	TOTA.
Portuguezes.....	2	5	..	1	..	5	5	..	6	1	3	7	5	6	..	22	3	0	..	2	15	..	..	..	12	6	4	..	118
Brasileiros.....	..	..	..	1	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Ingleses.....	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	0
Franceses.....	..	..	..	..	..	4	..	..	..	..	..	..	..	2	..	3	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..	..	6
Protestantes.....	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	16
Catholicos.....	..	..	..	..	..	..	..	4	..	6	4	1	5	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	0
Allegados.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Barthos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Austriacos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1
Negociantes.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Manobreciros.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Outros.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
	2	5	..	1	..	8	10	2	6	10	1	2	12	7	..	13	6	1	..	4	15	4	..	..	12	6	12	..	103

N.º 2. Este mappa é formado das declarações de saída de viajantes feitas pelo Jornal do Commercio.

MAPA N.º 3.

Demonstração das pessoas que no mês de Março de 1855, e em virtude do decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855, saíram do porto do Rio de Janeiro para outros do Império sem solicitar passaporte pela Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros.

Nacionalidade.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total.
Portuguezes...	1	1	...	4	0	7	...	3	1	...	7	4	4	6	4	...	4	...	24	...	1	...	3	...	5	2	2	...	2	3	...	94
Brasileiros...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	8
Inglezes...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	5
Espanhoes...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	7
Franceses...	...	...	...	...	1	...	...	...	1	...	...	3	...	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	16
Suecos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
Americanos...	...	...	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	10
Albaneses...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
Italianos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	11
Gregos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	6
Sonhos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
Argentinos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
Americanos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1
Peruanos...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	2
Danubios...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	163
	1	1	...	1	2	12	...	3	14	4	...	16	0	2	16	0	...	4	...	30	...	5	...	6	...	9	2	2	...	5	3	163

A. N. Os 158 passaportes a 4,75-400 lreptão em 88. 213,25-200

MAPPA N.º 4.

Demonstração das pessoas que no mez de Abril de 1855, e em virtude do decreto n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855, sahindo do porto do Rio de Janeiro para os navios do Império sem solicitar passaporto pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

NACIONALIDADES.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	TOTAL.
Portuguezes.....	6	..	11	1	2	..	..	..	..	8	20	..	..	..	7	..	41	43	..	..	..	..	..	..	2	14	..	..	..	..	21
Franceses.....	2	..	..	5	..	..	..	..	..	1	1	..	..	4	..	..	9	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	9
Americanos.....	1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7
Parcos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4	..	..	..	..	3
Brasileiros.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7
Hispanhicos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	9
Inglezes.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4	..	..	2	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Russos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	5	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Belgas.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Prussianos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	4
Suecos.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4
Dinamarqueses.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Allemaes.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
	8	..	12	2	2	..	..	..	..	10	27	..	..	3	9	..	30	15	..	..	..	..	..	..	..	14	18	..	..	..	128

Reprodução de 1855 postscripta a 1855 em de 1855

Officio do official maior da repartição dos negocios estrangeiros ao respectivo ministro e secretario de estado, demonstrando o direito que tem os empregados da mesma repartição aos emolumentos provenientes dos passaportes e especialmente dos que lhes competião por aquelles que erão expedidos a estrangeiros que viajào dentro do imperio.

Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Maio de 1855.

10.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.

Até Janeiro deste anno os estrangeiros, que desta corte e provincia do Rio de Janeiro pretendião viajar para dentro do imperio, e, tanto os nacionaes como os estrangeiros, que tinham de ausentar-se delle, sollicitavão passaporte pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, procedendo legitimação de policia; formalidade esta da qual só se prescindia quando o passaporte era requerido por algum membro do corpo diplomatico ou consular, ou por pessoa notavel que delle tinha urgencia, e que se fazia attingir por pessoa idonea.

O ministerio dos negocios da justiça, por aviso de 15 Dezembro de 1842, e de accordo com o que lhe fôra proposto pelo de estrangeiros em 26 de Novembro do mesmo anno, dispensou em taes casos a referida legitimação, ficando a cargo do official maior desta secretaria de estado o remetter mensalmente ao chefe de policia da corte uma relação dos passaportes assim concedidos.

O decreto n.º 1531, de 10 de Janeiro do corrente anno, alterou em parte, pelo que respeita aos estrangeiros, a legislação acima exposta, permitindo que elles viajem dentro do imperio com o passaporte com que houverem nelle entrado, e, na falta deste, com o dos ministros, consules, ou vice-consules respectivos, tendo o visto gratuito da autoridade brasileira.

O direito, que a secretaria de estado dos negocios estrangeiros tinha de expedir passaportes nos casos acima especificados, não foi a princípio bem definido.

Dos documentos inclusos vê-se que ainda depois da independencia do imperio, vigorava o decreto de 2 de Dezembro de 1820, pelo qual era permittido indistinctamente a qualquer dos ministros da corte expedir na corte os passaportes sollicitados por estrangeiros e nacionaes, tanto para fóra como para o interior do Brasil.

A medida que se foi augmentando a frequência de estrangeiros pela facilidade de comunicação entre o imperio e os demais paizes, foram-se tambem fazendo sentir na mesma proporção, os inconvenientes, que resultavão da semelhante confusão em um ramo de serviço, que, por sua natureza, exigia concentração.

E pois, a necessidade de regularisar este serviço motivou o accordo, que em 11 de Janeiro de 1826,—documento n.º 1—, se effectuou entre os differentes ministerios, pelo qual foi assentado que a secretaria de estado dos negocios estrangeiros seria exclusivamente incumbida de lavrar passaportes aos estrangeiros, que se destinassem a qualquer ponto do imperio.

Entretanto, não tendo sido inteiramente efficaç este accordo, dirigio a secretaria de estrangeiros ao governo imperial, em 7 de Março de 1836, a representação sob n.º 2—, a qual foi atendida pelo decreto de 2 de Maio do mesmo anno,—documento n.º 3—.

Assim de harmonisar a disposição do alvará de 2 de Dezembro de 1820 com o art. 206 doCodigo de Processo Criminal, marcou aquelle decreto os casos em que os passaportes devião ser expedidos por um, e não por outro ministerio, determinando que os nacionaes, em viagem para fóra do imperio, sendo empregados publicos, militares ou ecclesiasticos, os requeressem aos ministerios de que dependessem, devendo sollicitá-los pelo do imperio todos os que não pertencessem a alguma repartição da fazenda, justiça, guerra ou marinha.

Quanto aos estrangeiros, foi convertida em lei, no citado decreto, a disposição do accordo já mencionada, mandando-se que todos os que houvessem de viajar para fóra do imperio,

ou desta para outras provincias, pedissem passaporte ao ministerio dos negocios estrangeiros.

Este decreto precisou os casos em que aos differentes ministerios cabia o direito de expedir passaportes para fóra; mas deixando de concentrar essa attribuição em uma só secretaria de estado, não remediou, como convinha, o mal, que havia motivado as justas representações dos nossos agentes no exterior, e principalmente do consul em Portugal, contra os inconvenientes, que provinham da diversidade de assignaturas, que figuravam em taes títulos.

Foi porém este inconveniente removido pelo art.º 29 do regulamento de 26 de Fevereiro de 1842.

Este artigo estipulou: — « que os passaportes a nacionaes e estrangeiros para fóra do paiz seriam dados na corte e provincia do Rio de Janeiro pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, sob pena de serem tidos por falsos. »

Esta disposição referia-se unicamente aos passaportes concedidos para o exterior; porque das anteriores disposições legislativas bem patente estava que os estrangeiros, em viagem pelo interior, deverião requerê-los na conformidade do Decreto de 2 de Maio de 1836, e pela maneira anteriormente marcada.

Entretanto, tendo-se ainda suscitado algumas duvidas a tal respeito, o Ex.º Sr. conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, então ministro dos negocios estrangeiros, demonstrou ser aquelle o genuino sentido do Decreto de 2 de Maio de 1836, combinado com o art.º 77 do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, documento n.º 4 e artigos 29 e 41 do Decreto n.º 135, de 26 de Fevereiro do mesmo anno, documentos n.ºs 5 e 6.

E fundado nestas disposições pediu em 14 de Março de 1842, documento n.º 7, aos ministros da justiça e imperio, os Ex.ºs conselheiros viscondes do Uruguay e do Sapucahy, que se servissem dar as ordens necessarias para que se ficasse entendendo que, segundo a verdadeira intelligencia da lei, era tambem da competencia exclusiva da secretaria de estado dos negocios estrangeiros expedir passaportes na corte aos estrangeiros que viajassem no interior do Brasil.

Nisto assentáram os dous referidos ministros do Imperio e justiça, como consta dos respectivos avisos de 18 de Março e 18 de Abril (documentos n.ºs 8 e 9).

Para completar as informações que acabo de dar a V. Ex.ª, cumpre-me juntar os documentos que decorrem de n.ºs 10 a 16, que mostram as providencias que, posteriormente aquella data de 18 de Abril, ainda foi de mister adoptar para regularisar o serviço dos passaportes.

Tendo submettido ao conhecimento de V. Ex.ª em resumo todas as phases por que tem passado o negocio de que me tenho occupado, resta-me aproveitar mais esta oportunidade para assegurar a V. Ex.ª da minha mais alta estima e distincta consideração.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

Documentos a que se refere o officio supra.

N. 1.

Tendo tomado em consideração a representação que Vm. me fez sobre o não dever ser privada essa secretaria de estado de lavrar exclusivamente os passaportes aos estrangeiros que se destinarem a qualquer parte deste imperio, tenho de lhe participar, para regulamento da secretaria de estado, que, havendo conferido com os mais ministros e secretarios de estado a esse respeito, os mesmos ficarão de accordo em não mandar expedir taes passaportes pelas suas repartições.

Deos Guarde a Vm. Paço, em 11 de Janeiro de 1826.

VISCONDE DE SANTO AMARO.

Sr. Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva.

Representação da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros 7 de Março de 1836.

Senhor.

Os officiaes da secretaria de estado dos negocios estrangeiros submissa e respeitosa mente representão: que sendo o decreto de 2 de Dezembro de 1820 a legislação vigente, que prevenindo abusos em prejuizo da segurança e tranquillidade publica, regulou o modo de se expedirem os passaportes: acontece que desprezada a genuina intelligencia da mesma lei, se tem cahido no abuso de julgar que é livre a qualquer das secretarias de estado expedir taes títulos, assim a estrangeiros que transitão pelo imperio, como a estrangeiros ou mesmo nacionaes, que se destinão a outros paizes: pretendendo-se para conseguir tal irregularidade e confusão, que a frase « sem que vá munida do competente passaporte ou portaria expedida e assignada, partindo da côrte ou provincia, onde ella estiver, por um dos meus ministros e secretarios de estado: e das outras provincias etc. » se tome isolada da que no mesmo § a esclarece e determina, a saber: « a pessoa ou pessoas que pretenderem tirar passaportes, não sendo officiaes militares ou expressos ou pessoas incumbidas de commissão da meu real serviço, ou empregados publicos nacionaes ou estrangeiros, de uma qualificação tal, que se tenha delles todo o conhecimento, deverão impreterivelmente apresentar na competente secretaria de estado, attestado ou passe, assignado pelo intendente geral da policia, pelo qual se possa expedir o passaporte com a segurança precisa, sendo na côrte ou provincia em que ella estiver, e sendo nas outras provincias deverão, etc. »

Uma tal confusão, senhor, é fertil em inconvenientes graves: e se fosse preciso apresentar provas, ellas se achão na correspondencia do nosso consul geral em Portugal, e até nas explicações que a este respeito tem já sido pedidas por diplomatas estrangeiros nesta côrte.

Quando finalmente a boa ordem não seja por si o melhor argumento para sustentar a obvia intelligencia da lei neste ponto, os supplicantes mostram ainda pelos documentos juntos que não somente lhes pertencem os emolumentos derivados de taes passaportes, como que por accordo unanime, entre todos os ministerios, se deliberou em 1826, que unicamente pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros se deverião expedir esses títulos: por isso que já nesse anno se começou a querer, como ora se quer, torcer o genuino sentido da lei, sem curar nem dos danos que se seguem, nem da direitão dos supplicantes: por isso P. a V. M. Imperial Se Digne mandar expedir as ordens necessarias para que de uma vez cesse o mencionado abuso.

— E R. M.

Bento da Silva Lisboa.

José Domingues de Ataíde Moncorvo.

Antonio de Souza Dias.

Manoel Candido de Miranda.

Roberto da Silva dos Santos Pereira.

Candido Manoel de Miranda.

Despacho. — Deferidos com o decreto de 2 deste mez. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1836

J. I. BORGES.

Documento a que se refere a representação supra.

Sou servido approvar a nova Pauta dos emolumentos dos officiaes da secretaria de estado dos negocios estrangeiros e da guerra, na conformidade do plano que fizerão subir á minha real presença, e que com esta baixa assignada pelo marquez de Aguiar, do meu conselho de estado.

ministro assistente ao despacho, encarregado interinamente da mesma repartição dos negócios estrangeiros e da guerra, havendo por derogada, e de nenhum effeito, a que há servido approvar pelo meu real decreto de 13 de Maio de 1808, visto que convinha alterar alguns artigos da mesma, e acrescentar outros que depois occorrem. O mesmo Marquez de Aguiar o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1815. — (Com a rubrica de S. A. R.)

Planta dos emolumentos, que baixou o Decreto supra.

Decreto de nomeação de embaixador	80s000
" de enviados e ministros plenipotenciários	50s000
" de ministro residente, conselheiros e secretarios de legação	32s000
Carta patente de consul geral	38s400
" " " Consul	32s000
Confirmação de Vice-Consules	25s500
Decreto de confirmação de juiz conservador	38s400
Passaportes para estrangeiros ou Portuguezes para portos estran- geiros	6s400
Sendo para pessoa com sequito, pagará mais por cada um . . .	2s000

N 3

Decreto de 2 de Maio de 1836.

O Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, autorizado pelo § 12 do art. 102 da constituição do imperio, querendo regular explicitamente a disposição do alvará de 2 de Dezembro de 1820, na parte respectiva á solicitação dos passaportes ali requeridos para viajar dentro e fóra do Imperio, em harmonia com o art. 206 doCodigo do Processo Criminal, ordena que todo o estrangeiro que viajar de uma para outra provincia, ou sair para fóra do imperio, solicite o seu passaporte na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, e que os nacionaes que viajarem para fóra do Imperio o solicitem tambem conforme a seguinte regra: — Os militares do exercito na secretaria de estado dos negocios da guerra, e os da armada na secretaria de estado dos negocios da marinha, e os juizes e mais officiaes adherentes á repartição da justiça, assim como os ecclesiasticos a esta respectiva secretaria: os officiaes de fazenda á secretaria do tribunal do thesouro, e todos os mais que não pertencem por seus empregos á qualquer das repartições apontadas, á secretaria de estado dos negocios do imperio: levando todas por taes passaportes o emolumento que lhes estiver marcado em lei em seu respectivo regimento, precedendo sempre a habilitação da policia ou o conhecimento individual do proprio ministro de estado que houver de assignar o passaporte. José Ignacio Borges, ministro e secretario do estado dos negocios do imperio, e encarregado interinamente dos negocios estrangeiros o tenha assim entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1836, decimo quinto da independencia e do imperio.

Diogo Antonio Feijó.

José Ignacio Borges.

N. 4.

Artigo 77 do Regulamento n.º 120, de 31 de Janeiro de 1842.

São competentes na corte e nas capitães das províncias para conceder passaportes—os ministros e secretários de estado, pela maneira até agora praticada, os presidentes das províncias e os chefes de polícia. Fora dessas capitães são competentes os delegados; e nas cidades, villas ou freguezias, em que não residirem delegados, poderão os subdelegados concedê-los, ainda mesmo a estrangeiros; porém os que forem dados pelos ditos subdelegados somente terão vigor dentro da provincia.

N. 5.

Artigo 29 do Regulamento para a reforma da secretaria de estado dos negocios estrangeiros que acompanhou o Decreto n.º 135, de 26 de Fevereiro de 1842.

« Os passaportes a nacionaes e estrangeiros, para fora do imperio, serão dados na corte e provincia do Rio de Janeiro, pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, sob pena de serem fidos por falsos. »

N. 6.

Artigo 41 do decreto n.º 135—de 26 de Fevereiro de 1842.

Continuára a perceber-se por esta secretaria de estado os mesmos emolumentos até agora percebidos, dos quaes, depois de deduzida a despesa com a impressão lithographica dos passaportes, ou de diplomas, de que provenhão taes emolumentos, se fará divisão pelos officiaes della em effectivo serviço, por partes iguaes, sendo tambem uma dessas partes dividida com igualdade entre o porteiro e o seu ajudante. Nenhum porém terá direito nos emolumentos, se por qualquer motivo deixar de empregar-se no serviço da secretaria por mais de trinta dias; salvo o caso de molestia notoria, ou a espontanea generosidade da maioria dos empregados, á quem taes emolumentos competem.

N. 7.

Accordo entre os senhores ministros dos negocios estrangeiros, do imperio e justiça regularizando a expedição de passaportes.

1842.

III.º o Ex.º Sr. — Tendo sido pratica regular, e constante, despacharem-se por esta secretaria de estado dos negocios estrangeiros, todos os estrangeiros, que sahem desta para qualquer outra provincia do imperio, o que está de accordo com o artigo 77 do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro do anno corrente, quando estabelece que « são competentes na corte para conceder passaportes os ministros e secretários de estado pela maneira até agora praticada, e com o artigo 41 do decreto n.º 135 de 26 de Fevereiro do

mesmo anno continuará a perceber-se por esta secretaria de estado os mesmos emolumentos até agora percebidos » — todavia, para que da disposição do artigo 29 do mesmo decreto declarando que os passaportes a nacionaes e estrangeiros, para fóra do imperio, serão dados na corte e provincia do Rio de Janeiro pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, se não entenda derogada aquella primeira disposição, quanto aos estrangeiros, que se despachão para as provincias do imperio, isto é, que pôde o passaporte dar-se por qualquer outra das secretarias de estado, por isso que esta especie não veio especialmente contida no sobredito artigo 29, cumpre-me dirigir-me a V. Ex.^a, para que, servindo-se dar neste sentido as ordens necessarias, se evite uma intelligencia contraria, que, além de não ser a genuína, traria o inconveniente de não possuir esta secretaria de estado o registo completo do movimento de todos os estrangeiros, de quem a mesma secretaria é a repartição privativa.

Deos guarde a V.^a Ex.^a Paço, em 14 de Março de 1842.

AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO.

Srs. Paulino José Soares de Souza, e Candido José de Araujo Vianna.

N. 8.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Tendo sido dadas pela repartição a meu cargo as providencias que em aviso de 14 do corrente, V. Ex.^a exige, para que se fique na intelligencia de que pela secretaria de estado a cargo de V. Ex.^a se devem expedir os passaportes a todos os estrangeiros que sahem desta para qualquer outra provincia do imperio: assim o communico a V. Ex.^a para seu conhecimento.

Deos guarde a V. Ex.^a—Paço, em 18 de Março de 1842.

CANDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANNA.

Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

N. 9.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Tenho a honra de declarar a V. Ex.^a, em resposta ao aviso que me dirigio em 14 do mez proximo passado, que nenhuma duvida ha em continuar a pratica seguida na repartição dos negocios estrangeiros a cargo de V. Ex.^a, de por ella dar-se passaportes aos estrangeiros, que tiverem de sahir desta corte para qualquer provincia do imperio, pois que isso mesmo se deduz da letra do artigo 77 do regulamento n.^o 120 de 31 de Janeiro do corrente anno; ficando V. Ex.^a na intelligencia de que ora se expede ordem nesse sentido ao chefe do policia interino.

Deos guarde a V. Ex.^a—Paço, em 18 de Abril de 1842.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

N. 10.

Accordo entre os Srs. ministros dos negocios estrangeiros e da justiça para mais regularidade na expedição de passaportes.

1842.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Acensando o recebimento do aviso que V. Ex.^a me dirigio em data de 19 do corrente mez, cobrindo dous officios do desembargador chefe de policia, que versavão

sobre o facto de haver-se expedido por esta secretaria de estado alguns passaportes, indopontemente de legitimação da policia; tenho a honra de communicar á V. Ex.^a as inclusas informações dadas a tal respeito, tanto pelo official-maior interino da mesma secretaria de estado, como pelo official José Joaquim Timotheo de Araujo, que se acha incumbido de passar os ditos passaportes; e por ellas verá V. Ex.^a que não houve irregularidade na expedição referida, como talvez poderia parecer, pois que os artigos 33 e 35 do regulamento de 26 de Fevereiro do corrente anno a permitem, uma vez que seja a pedido e sob a responsabilidade de agentes diplomaticos ou consulares, acreditados nesta corte junto do governo de S. M. o Imperador, como fiz patente a V. Ex.^a, obsequio este, cuja recusação não é certamente compativel com a delicadeza e attentões que todos os governos tem com os agentes das nações amigas.

Concordando porém com V. Ex.^a em que convém para mais regularidade do expediente da repartição de policia, que esses casos extraordinarios lhe sejam communicados; determino nesta data ao referido official-maior, que quando algum membro do corpo diplomatico ou consular, ou pessoa notavel pedir com urgencia um passaporte por circumstancias que occorão, acompanhando a sua responsabilidade por escripto, remetta elle o dito documento com o seu visto ao mesmo desembargador chefe de policia, o qual dispensando os tres annueios que determina o art. 72 do regulamento policial, mandará immediatamente entregar a necessaria legitimação ao portador, ficando na secretaria da policia o documento em questão, depois do que se dará então o passaporte requerido. Parecendo-me que desta sorte se concilia o negocio que deu origem a esta correspondencia, rogo a V. Ex.^a se sirva expedir as ordens convenientes neste sentido.

Deos guarde a V. Ex.^a Paço, em 26 de Novembro de 1842.

AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA CONTINHO.

Sr. Paulino José Soares de Souza.

N. 11.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Communico a V. Ex.^a, para seu conhecimento, que nesta data tenho ordenado ao desembargador chefe de policia, que proceda de conformidade com as medidas indicadas por V. Ex.^a em aviso de 26 do mez passado, que lhe transmitti por cópia, para mais regularidade na expedição dos passaportes pela repartição a cargo de V. Ex.^a

Deos guarde a V. Ex.^a Paço, em 12 de Dezembro de 1842.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

N. 12.

Propondo o desembargador chefe de policia, em officio datado de hontem, que seria mais regular, quando a secretaria de estado dos negocios estrangeiros tivesse de expedir passaportes, nos casos indicados no aviso que V. Ex.^a me dirigio com data de 26 do mez passado, que fosse dispensada a legitimação da policia, bastando que a ella remettesse mensalmente o respectivo official-maior uma lista dos passaportes expedidos nos referidos casos, passo ás mãos de V. Ex.^a o mencionado officio, que terá a bondade de devolver-me, assim de que V. Ex.^a se sirva declarar-me se convém na medida lembrada pelo sobredito chefe de policia.

Deos guarde a V. Ex.^a Paço, em 13 de Dezembro de 1842.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

N. 13.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Recebi o aviso de 12 do corrente, em que V. Ex.^a manda proceder de conformidade com as providencias tomadas a respeito das legitimações pela repartição dos nego-

cios estrangeiros, e immediatamente expedi a portaria da copia inclusa. Entretanto permitirá V. Ex.^a que lhe observe que me parece mais regular, que no caso de pedir algum membro do corpo diplomatico ou consular, ou pessoa notavel, com urgencia, um passaporte, empenhando a sua responsabilidade por escripto, se expeça pela secretaria dos negocios estrangeiros o passaporte independente de legitimação, não só porque não tendo a policia de exercitar fiscalisação alguma, nestas hypotheses, a legitimação não pôde prestar utilidade, por isso mesmo que a sua expedição se torna inteiramente material, mas tambem porque não pôde servir senão para demorar a expedição de um passaporte urgente, e por consequencia para fazer desmerecer em grande parte o obsequio que se quer fazer; bastaria que o official-maior da secretaria dos negocios estrangeiros enviasse á da policia mensalmente uma lista dos passaportes expedidos por tal motivo. Entretanto V. Ex.^a mandará o que julgar conveniente.

Deos guarde a V. Ex.^a Secretaria da policia, 14 de Dezembro de 1842.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.

EUZEBIO DE QUEIROZ COITINHO MATTOSO CAMARA.

N. 14

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tenho a honra de significar a V. Ex.^a, em resposta ao seu aviso de 15 do corrente mez, que concordo com a medida proposta pelo desembargador chefe de policia, no officio de 14, que V. Ex.^a me communicou, e ora devolvo; e nesta data ordeno ao official maior interino desta repartição, que remetta mensalmente ao dito chefe de policia uma lista dos passaportes expedidos por esta secretaria de estado nos casos urgentes mencionados no dito officio.

Deos guarde a V. Ex.^a—Paço, em 30 de Dezembro de 1842.

AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COITINHO.

Sr. Paulino José Soares de Souza.

N. 15.

Confirmação dos accordos havidos sobre passaportes.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 19 de Novembro de 1853.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Tendo sido pratica regular e constante desta secretaria de estado expedir os passaportes de todos os que pretendem viajar para fóra do imperio, e dos estrangeiros que desta corte e provincia do Rio de Janeiro, se dirigem a qualquer das suas provincias, foi neste sentido lavrado o aviso de 14 de Março de 1842, respondido pelo de um dos antecessores de V. Ex.^a, datado de 18 de Abril do mesmo anno.

Esta pratica de longos annos foi ultimamente alterada pelo actual chefe de policia desta corte, que se julgou autorizado a conceder passaportes aos estrangeiros, que viajam para dentro do imperio, não obstante a publicação official da mesma policia, que se lê no *Jornal do Commercio* n.º 109, de 23 de Abril de 1842, de que a esta secretaria de estado competia a expedição de taes passaportes, como se deduzia e deduz do artigo 77, do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro do dito anno.

A' vista do exposto, vou rogar á V. Ex.^a, para regularidade do serviço e no interesse dos empregados desta repartição, que com semelhante procedimento soffrem e continuarão a soffrer, enquanto V. Ex.^a não tomar providencias em contrario, haja de lembrar ao dito chefe

de policia a execucao do aviso que aquella repartiçao se dirigio pela secretaria da justica em data de 18 de Abril de 1842.

Deos guarde a V. Ex.^a

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 16.

Ministerio dos negocios da justica.—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1853.

M.^{to} e Ex.^{ma} Sr.—Levo ao conhecimento de V. Ex.^a, em resposta ao seu aviso de 19 do corrente mez, que nesta data se expede ordem ao desembargador chefe de policia da corte para fazer suspender a concessão de passaportes passados por aquella repartiçao aos estrangeiros que pretendem viajar dentro do imperio.

Deos guarde a V. Ex.^a

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAUJO.

Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

ANEXO B.

Commissão Mixta brasileira e portugueza.

Commissão mixta Brasileira e Portuguesa do art. 3.º da convenção adicional ao Tratado de 29 de Agosto de 1825.

*Relatorio dos trabalhos da Commissão mixta Brasileira e Portuguesa desde Maio de
1853 a Abril de 1854.*

Em sessão de 18 de Maio de 1853, sob n.º 443, declarou o commissario portuguez o conselheiro João Baptista Moreira que, havendo S. M. F. attendido á sua pretensão de exonerar-lo de vogal da commissão apresentava os autos de reclamações, que lhe foram distribuidos.

Em sessão de 25 de Maio de 1853, sob n.º 444, apresentarão os commissarios brasileiros uma portaria com data de 23, que lhes foi dirigida pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, declarando que o governo de S. M. F. a pedido do Sr. João Baptista Moreira o exonerára de vogal da commissão mixta; nomeando para o substituir o bacharel Adriano Ernesto de Castilho Barreto, e que com este continuasse a commissão nos seus trabalhos.

Em sessão de 1.º de Junho de 1853, sob n.º 445, compareceu o bacharel Adriano Ernesto de Castilho Barreto, e apresentou o decreto, por copia, de 9 de Abril do corrente anno, pelo qual S. M. F. o nomeára vogal desta commissão para substituir o conselheiro João Baptista Moreira. O que foi participado pelos commissarios brasileiros em officio de 3 deste mez.

Em sessão de 8 de Junho de 1853, sob n.º 446, foi apresentada uma reclamação de Zumaran & C., na qualidade de cessionario de varios credores por dinheiro emprestado em os annos de 1822 e 1823 para manutenção das tropas em Montevideo.

Nesta sessão declararão os commissarios brasileiros que tendo levado á consideração do seu governo a discordancia sobre a execução do artigo terceiro da convenção, e a contestação que fizerão ao recurso ponderado pelos seus collegas da interferencia do representante da nação mediadora, tinham a communicar a solução que tiverão sobre aquelles pontos em portaria de 7 deste mez, que foi transcripta na acta e a essa portaria nos referimos, como documento sob n.º 1.

A portaria responderão os commissarios brasileiros em officio de 17 do mesmo mez, e contra essa decisão protestarão os commissarios portuguezes, declarando que n'uma das primeiras sessões desenvolverião os principios em que o baseavão.

Em sessão de 15 de Junho de 1853, sob n.º 447, declararão os commissarios portuguezes que por occorrença de trabalhos não apresentavão hoje as observações, com que pretendião sustentar o protesto que havião feito na última sessão. O commissario Castilho recebeu os autos, de que havia feito entrega o ex-commissario Moreira.

Em sessão de 22 de Junho de 1853, sob n.º 448, apresentarão os commissarios portuguezes a sustentação do protesto, que havião feito na sessão de 8 deste mez, e foi transcripta na acta, bem como a resumida declaração dos commissarios brasileiros a esse respeito.

Em sessão de 6 de Julho de 1853 sob n.º 449 apresentarão os commissarios brasileiros algumas reflexões tendentes a esclarecer a opinião do governo imperial sobre o artigo 3.º da convenção, quanto á época das despesas, da qual diseordavão os commissarios portuguezes, segundo as observações que tinham feito na sessão antecedente. As reflexões foram transcriptas na acta, e dellas remetterão copia, e das observações a que se referem, em officio de 8 de Julho de 1853. A's peças que acompanharão o mencionado officio nos reportamos (documentos sob n.º 2 e 3).

Os commissarios portuguezes declararão que responderião áquellas reflexões.

Em sessão de 3 de Agosto de 1853, sob n.º 453, foi apresentado um requerimento de Pedro José de Souza, na qualidade de cabeça e inventariante do casal de seu fallecido pai Pedro José Honorato de Souza, reclamando o pagamento de um barco e escravos marinheiros, de que se apossarão as tropas portuguezas na provincia da Bahia, na occasião da independencia do Brasil.

Em sessão de 10 de Agosto de 1853, sob n.º 454, foram apresentados dois requerimentos de Philippe José Gonçalves, na qualidade de cessionário de Manoel Francisco Teixeira, pedindo para juntar ás respectivas reclamações os documentos, que provavam pertencer-lhe esses créditos.

Em sessão de 24 de Agosto de 1853, sob n.º 456, apresentáram os commissarios portuguezes as reflexões prometidas na sessão de 6 do mez proximo passado, ás quaes responderão os commissarios brasileiros na sessão de 31 do mesmo mez; e foi tudo transcripto nas respectivas actas, e remettidas pelos commissarios brasileiros copias dessas peças em officio do primeiro de Setembro, e a ellas nos reportamos (documentos sob n.º 4 e 5).

Em sessão do 14 de Setembro de 1853, sob n.º 458, concordou a commissão em pedir-se ao governo imperial a reclamação n.º 351 de Pedro José Honorato de Souza, a qual existia na secretaria de estado dos negócios estrangeiros com outros papeis ali depositados pelos commissarios da commissão mixta do artigo 8 do tratado de 29 de Agosto de 1825: cuja reclamação versa sobre o mesmo objecto da reclamação apresentada por Pedro José de Souza.

Em sessão de 16 de Novembro de 1853, sob n.º 462, foram apresentadas tres reclamações de Zumaran & C. e de Antonio de Arana, como cessionario de varios credores por dinheiro emprestado em os annos de 1822 e 1823 para a despesa com as tropas em Montevideo.

Em sessão de 26 Abril de 1854, sob n.º 466, foi presente um requerimento de João Gonçalves de Zuniga, cessionário de Florencio Carril, e de Pedro Lima, reclamando o pagamento de 2:881:960, por despesas feitas em os annos de 1822 e 1823 pelas tropas em Montevideo.

Propuzerão novamente os commissarios brasileiros entrar-se na liquidação das reclamações de particulares, que estivessem instruidas de documentos attendiveis, fazendo-se a liquidação com a reserva já lembrada de ficar a designação do devedor para quando se fizesse a classificação das despesas a cargo de cada um dos governos, afim de adiantar-se este trabalho, em quanto estivesse pendente a discordancia sobre a época das despesas de que trata o artigo terceiro da convenção. A proposta foi acompanhada de varias reflexões, expendidas em um memorandum, ao que ficarão de responder os commissarios portuguezes. Do memorandum offerecemos copia sob n.º 6.

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1854.

FRUCTOSO LUIZ DA MOTTA,
BARÃO DO RIO BONITO.

Documentos a que se refere o Relatorio supra.

N. 1.

Aciso do governo imperial aos commissarios brasileiros da commissão mixta brasileira e portugueza.

Rio de Janeiro, 7 de Junho de 1853.

Tenho presentes os officios que VV. Ex. e M. me dirigirão com datas de 14 de Outubro, 3 e 30 de Dezembro do anno proximo passado, e 27 de Janeiro, 12 de Fevereiro, 5 de Março e 5 de Abril do corrente anno, communicando:

1.º A divergencia havida na commissão sobre a intelligencia que se deve dar ao art.º 3.º da Convenção de 1825, relativamente á época de que devem partir as reclamações de governo a governo, pretendendo os commissarios portuguezes que deve ella começar no anno de 1815, e sustentando VV. Ex. e M. que semelhantes reclamações não podem ser relativas senão ás tropas que se moverão por motivo da nossa Independencia.

2.º Que á vista desta divergencia se lembrarão os commissarios portuguezes de invocar

o recurso á potencia mediadora de que trata o art.º 8.º do Tratado de 1825, não o admitindo VV. Ex. e M. por não ter sido expressamente estipulado, não obstante a referencia que ao art.º 8.º do tratado faz o art.º 3.º da convenção addicional, por dizer unicamente respeito á forma por que devia ser composta a comissão deste artigo.

3.º Que sendo em consequencia addida a discussão sobre as reclamações de governo a governo, propozêrão VV. Ex. e M. o andamento das particulares para serem liquidadas, declarando-se nas sentenças depender seu pagamento da classificação por qual dos dous governos deve ser paga a sua importância, ao que não annuirão os commissarios portuguezes, e só a que fossem distribuidas, para se aliantarem os trabalhos preparatorios, as reclamações de particulares a fim de serem examinadas por todos os commissarios, e proferirem-se despachos interlocutorios naquellas que não estivessem instruidas com os documentos necessarios.

Inteirado de tudo quanto VV. Ex. e M. me communicão nos referidos officios, passo a responder aos differentes pontos sobre que pedem instrucções.

O governo imperial entendeu sempre, e ainda entende, que ao art.º 3.º da Convenção de 1825 não se pôde dar uma intelligencia diversa daquella que se achia declarada nas instrucções que VV. Ex. e M. recebêrão com data de 17 de Março de 1840, relativamente ás reclamações de governo a governo.

Basta attender-se á natureza das reclamações de que trata aquelle artigo para se concluir que não pôde comprehender outras anteriores á época da Independencia do Imperio. Se não fosse essa a intenção dos negociadores, determinar-se-lia expressamente desde quando começaria a obrigação dos dous governos. Não foi um ou outro movimento que tivesse havido em um ou outro ponto para a independencia que tiverão em mente os dous governos, quando estipulárão aquella obrigação, e sim o facto positivo e nacional da proclamação daquella independencia. Portanto procedêrão VV. Ex. e M. bem em sustentar a intelligencia que o governo imperial tem sempre dado ao referido art.º 3.º, e só devem admittir na liquidação das reclamações de governo a governo as provenientes do movimento de tropas por occasião da mesma Independencia.

O governo imperial não pôde convir em que se invoque a interferencia da potencia mediadora no caso de empate de votos nessa comissão: recurso este que foi expressamente estipulado no art.º 8.º para a comissão que este creou, mas não no art.º 3.º da convenção addicional ao mesmo tratado.

Approvo que VV. Ex. e M. concordassem em se occuparem dos trabalhos preparatorios das reclamações de particulares, e recommendo-lhes que nelles prosigão.

O que lhes communico para sua intelligencia e governo.

Deos Guarde a VV. Ex. e M.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Srs. João Pereira Darrigue Faro e Fructuoso Luiz da Motta.

N. 2.

Observações dos commissarios portuguezes a respeito da execução do art.º 3.º da convenção addicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825, apresentadas na sessão de 22 de Junho proximo passado.

Os commissarios portuguezes sentem muito ter de discordar da opinião dos seus collegas, e talvez de repetir as mesmas idéas que já em outras sessões tem apresentado; mas tratando desta vez mais desenvolvidamente a especie, animão-se a esperar que os seus collegas mudem de opinião.

« Desde quando se devem liquidar as reclamações reciprocas sobre transporte de tropas e despesas feitas com as mesmas tropas? »

« É ou não chegada a necessidade da potencia mediadora? »

Por parte dos Srs. commissarios brasileiros entende-se:

Quanto ao primeiro ponto — que a convenção só podia ter em vista as reclamações de despesas de transportes *depois* da independencia do Brasil, tanto pelo que diz respeito ás tropas lusitanas que se achassem no imperio e Montevideo, como ás brasileiras que estivessem em Portugal; porque se não fosse essa a intenção dos negociadores, determinar-se-hia expressamente *desde quando* começava a obrigação dos dous governos.

Quanto ao segundo — É decisão do governo imperial que não tem lugar a intervenção da potencia mediadora, porque esse recurso foi expressamente estipulado no artigo 8.º do tratado para a comissão que este criou; mas não no art.º 3.º da convenção adicional ao mesmo tratado. Vejamos.

Quanto ao primeiro ponto: Reconhecem os commissarios portuguezes que não está expressamente determinado *desde quando* se deve começar a contar a obrigação dos dous governos; mas também não de os Srs. commissarios brasileiros convir em que do mesmo modo se não achia declarado que as reclamações *só podem ter lugar* sobre despesas feitas *depois* da independencia do Brasil; e por consequencia onde a letra da lei não é clara, cumpre que a boa hermeneutica recorra ao espirito della e á razão.

Deste indispensavel exame resulta aos commissarios portuguezes a convicção de que o tratado adicional só teve em vista attender á justiça e direito, onde estes se achassem, e portanto que a primeira época para contar as reclamações deve datar do anno de 1815.

Foi desde esse anno que a divisão de voluntarios reaes *d'El-Rei* foi mandada para o Rio de Janeiro, por ordem da, então metropole, e a expensas della, seguindo-se depois varias outras tropas para outras provincias do Brasil, isto antes de ser proclamada a independencia do Imperio, sendo de notar que os cofres do Brasil não concorreram com um soldo sequer para a dispendiosissima guerra peninsular que abalara toda a Europa.

O querer reduzir as reclamações sómente á época posterior á independencia, importa fuzê-las descer a proporções mesquinhas e de nenhum alcance, para as quizes não valia a pena de fazer um tratado adicional.

Do exposto já se vê por natural consequencia que as despesas feitas com o transporte de tropas para o Brasil, sua estada aqui e regresso para Portugal das mesmas tropas, tem necessariamente de ser pagas pelo Brasil.

É verdade que as instrucções imperiaes dadas aos Srs. commissarios brasileiros em 17 de Março de 1840, fixão a época a contar *depois da independencia do Brasil*; mas permita-se aos commissarios portuguezes observar que essa intelligencia não dimana da letra do tratado — não vem da sua razão — nem pôde ser obrigatoria para o governo portuguez, porque é dada só por uma das potencias signatarias, sem accordo e approvação da outra.

É aqui occasião muito opportuna de notar que tal interpretação é impossivel, porque *depois* da independencia do Brasil não houve tropas brasileiras em Portugal, não sendo portanto possivel ao Brasil fazer reclamação do que não era credor.

E uma consideração muito importante apresentão os commissarios portuguezes á muito boa fé, honra e bom senso dos Srs. commissarios brasileiros, e é a seguinte: A intelligencia que assim se pretende dar ao § 3.º da convenção adicional parece estar em manifesta contradicção com o espirito do tratado de 29 de Agosto de 1825; porquanto esse tratado não teve sómente em vista a independencia do Brasil; mas propriamente a divisão amigavel da familia portugueza em dous diversos estados, como é expresso no mesmo tratado. Nesta divisão desigualissima de interesses pesarão nas duas conchas da balança: — n'uma o Brasil *com tudo a ganhar* — n'outra Portugal *com tudo a perder*! Era pois reclamado pela razão e pela justiça que Portugal tivesse uma compensação, aliás insignificante e insignificantissima de interesses reaes — do engrandecimento e prosperidade que via fugir-lhe. Portugal, depois que a sede da monarchia se transferio para o Rio de Janeiro, vio-se obrigado a fazer grandissimas despesas com o transporte de tropas para o Brasil, e so ellas foram feitas por ordem do governo commum para integridade da monarchia (circunstancia que os commissarios portuguezes não esquecem, nem precisão esquecer), comtudo foram esses grandissimos sacrificios feitos todos em beneficio do Brasil, que só, *exclusiva e unicamente* veio, pelo facto da sua independencia, a colher todo o resultado e beneficio dos incommodos, sacrificios, vidas perdidas e despesas feitas. Se pois era de justiça que a convenção e tratado não contivessem só interesses unilateraes, que a razão e o direito prescrevem,

bem o reconheceu o mesmo tratado, quando no art.º 1.º da convenção adicional ao tratado de 1823 se declararam extintas as reclamações de governo a governo, havendo contudo todo o cuidado em exceptuar dessa *extinção* no art.º 3.º as reclamações sobre transportes de tropas e despesas feitas com as mesmas tropas.

Quanto á segunda época das reclamações, que é a do começo dos movimentos que no Brasil tiveram lugar quando aqui se quiz proclamar a Independência, deve ella fixar-se depois de Novembro de 1821 até ao fim de 1823, porque seria clamorosa injustiça que os commissarios portuguezes estão bem longe de attribuir á muito provada honra do gabinete imperial, o pretender deixar a cargo de Portugal todas as despesas, quando era o Brasil quem só havia lucrado, havendo firmado a sua Independência sem arriscar combate e tendo conservado aqui as tropas portuguezas, enquanto ellas lhe convierão.

Fazendo pois uma recapitulação breve dos principios exactos e verdadeiros que temos adduzido, é nossa firme opinião que duas são as épocas para contar as reclamações na forma do art.º 3.º

A primeira pertencem a cargo do Brasil:

1.º As despesas feitas com a divisão de voluntarios reaes d'El-Rei, quer seja por causa de ajuste para a sahida de Montevideo, quer seja por outro qualquer motivo; *primo* — porque taes tropas não combaterão contra a Independência do Brasil; *secundo* — porque aquella praça nunca se considerou dependente de Portugal, e a substituição de umas tropas por outras, foi acto da politica brasileira, sem influencia do governo residente em Lisboa; *tertio* — porque o governo imperial, nas suas modernissimas relações com a republica do Prata, aproveitou, como podia e devia, as vantagens resultantes dos tratados antigamente contrahidos por Portugal, os quaes por fim de contas tornando-se exclusivamente brasileiros, occasionarão essas gloriosas expedições, e mesmo a posse do territorio oriental, que já formou parte do Imperio brasileiro. Parece pois claro que não podendo interpretar-se o artigo em questão como relativo a um periodo mui curto e a um objecto mui insignificante, o que de nenhum modo justificaria uma convenção internacional, e menos ainda (permitta-se dizê-lo) o modo com que tal artigo foi inserto em clausulas secretas, não podião as altas partes contractantes, no acto de exercerem semelhante interpretação, ter em vista senão deixar essas despesas (aliás na minima parte, por ser evidente que em taes guerras e expedições, os transportes significão uma verba proporcionalmente insignificante) a cargo da nação a quem unicamente ellas aproveitarão. Esse ponto não permite a historia, quasi contemporanea, que se conteste. Poderia motivo de pendor ou interesse brasileiro pôr em duvida a satisfação do gastos, cujos resultados se suppozessesem haver sido prejudiciaes á sua Independência; mas não haveria nem pendor, nem interesse em contestar a satisfação de gastos, de que o proprio Brasil foi o unico a aproveitar; e todavia no pé em que o negocio se achava parece que o governo brasileiro reconhece claramente os primeiros direitos e hesita em satisfazer os segundos; *quarto*. — porque não consta aos commissarios portuguezes que o seu governo tivesse, ou tenha ainda hoje conhecimento da convenção ajustada entrê o general Lecór por parte do Brasil, e D. Alvaro da Costa, como general da divisão; em consequencia do que, nem approvou aquella convenção, nem deve julgar-se ligado por ella, até porque este ultimo official não recebeu autorização para o commando que assumio.

2.º As despesas feitas com as tropas da divisão do general Avilez, que não forão para o Brasil com o fim de fazer a guerra ao Imperio, não tendo o governo portuguez influido directa ou indirectamente para os acontecimentos em que ellas figurarão, depois que El-Rei o Sr. D. João VI voltou para Lisboa, e ninguém é responsavel por factos não seus.

3.º As despesas feitas no Brasil com as tropas do coronel Madeira, salvo depois que ellas receberam ordem para se opporem á Independência, porque só desde então seguem a regra estabelecida para essa época.

Pertencem á segunda época: — Algumas das despesas feitas com as expedições que de Portugal forão mandadas nesta segunda época para obstar á projectada Independência.

Quanto ao segundo ponto: — Parece aos commissarios portuguezes que está rigorosamente chegada a occasião de sujeitarem os dous governos as suas duvidas ao representante da Potencia mediadora.

Nem se diga que esse recurso só foi estipulado no art.º 8.º do tratado, mas não no art.º 3.º da convenção adicional: porque a segunda parte do art.º 3.º reza assim:

« Para a liquidação destas reclamações haverá uma comissão mista, formada e regulada pela mesma maneira que se acha estabelecida no art.º 8.º do tratado. »

Se pois esta comissão a que pertencemos é formada e regulada pelo mesmo systema do art.º 8.º; se este determina que se sujeite a decisão á resolução do poder mediador quando houver *empate*; se effectivamente este se dá, porque enquanto durão as discussões ha divergencia; mas desde que a questão se sujeita a votos, ha *empate* logo que entre quatro votantes, dous opinão por um lado e dous por outro, é de obvia intuição que o caso de *empate* se deu, e que o determinado no art.º 3.º da convenção subordinado ao § 8.º do tratado chegou em toda sua plenitude.

Nem contra o peso desta razão se argumente objectando que não tinha lugar a intervenção de terceiro por não haver questão sobre *quantitativo* algum, porquanto o art.º 3.º não falla no *quantum*, mas sómente na liquidação das reclamações; mas se a primeira base della é o fixar a época, se esta está virtualmente entendida debaixo do termo generico — liquidação —, parece aos commissarios portuguezes que outra qualquer decisão que não seja esta, fóra ir de encontro á letra textualmente clara do art.º 3.º, a menos que os dous governos não entendão mais conveniente decidir entre si quaesquer duvidas, já pela perfeita harmonia das duas nações e dos dous governos, já finalmente pela boa fé com que ambos elles tem caminhado neste negocio.

Entretanto, por mais assentada que esteja a opinião dos commissarios portuguezes, podem contudo estar em erro, e por isso vão de novo levar ao conhecimento do seu governo a ultima resposta dada pelos Srs. commissarios brasileiros.

N. 3.

Reflexões dos commissarios brasileiros em resposta ás observações dos commissarios portuguezes de 22 de Junho proximo passado.

Os commissarios brasileiros apresentam algumas reflexões tendentes a esclarecer a opinião do governo imperial sobre o artigo 3.º da convenção quanto á época das despesas, da qual discordão os Srs. commissarios portuguezes, segundo as observações que fizeram em a sessão antecedente.

Dizem os nossos illustres collegas que no artigo 3.º da convenção não está expressamente determinado desde quando se deve contar a obrigação dos governos, o que não sendo clara a letra da lei, cumpre recorrer ao espirito della, e que desse exame resulta a convicção de comprehender o artigo as despesas desde 1815.

Para sustentar essa convicção apresentarão os nossos collegas algumas considerações, como a de que o Tratado não teve só em vista a independencia do Brasil, mas propriamente a divisão amigavel da familia portugueza em dous Estados, e que nesta divisão pesarão desiguallissimos interesses — o Brasil com tudo a ganhar, o Portugal com tudo a perder.

A todas essas considerações dizemos concisamente que o artigo 1.º da convenção parece não assentar em outras razões.

Quanto ao exame do artigo 3.º da convenção, permittão os nossos collegas a nossa franca declaração de que não podemos accitar a sua conclusão, porque não é para nós duvidosa a intelligencia do artigo; o que pretendemos demonstrar pelas seguintes reflexões:

Sendo o artigo 3.º da convenção seguimento do artigo 1.º, é preciso consultar este para se conhecer o alcance ou força daquelle.

Não consta por documentos ou papeis avulsos, nem por explicações que da parte do governo de Portugal se apresentasse aos negociadores do Tratado e Convenção addicional, reclamações parciais sobre quaesquer objectos que formassem as alludidas reclamações do artigo 1.º da Convenção. Consta porém que o plenipotenciario portuguez propuzera em

globo haver do Brasil uma quantia excedente á somma de dous milhões de libras esterlinas concordada naquello artigo, e que da parte do Brasil houve unicamente condição previamente manifestada pelo governo imperial do reconhecimento da independencia do Imperio pelo governo de Portugal.

A idéa inculcada no referido artigo 1.º de reclamações reciprocas, é meramente diplomatica, pelo que fica ponderado; pois o que natural e razoavelmente deve entender-se, é que o Brasil tomou uma parte na divida publica da nação portugueza, por ter sido um dos reinos dessa monarchia. E é de crer que pesadas e attendidas fossem as considerações ora invocadas pelos nossos collegas.

E notaremos que a maior parte dessa divida proveio necessariamente das despesas extraordinarias com a guerra peninsular e com as tropas vindas para o Brasil e Montevideo, e por alguns outros motivos; e tomando o Brasil um bom quinhão nessa divida concorreu para todas essas despesas, feitas até o regresso do Senhor D. João VI, cuja totalidade constava nas repartições publicas de Portugal.

A reflexão que acabamos de fazer enfraquece provavelmente a allegação dos nossos collegas de não ter concorrido o Brasil com um seitel para a guerra peninsular, e seja permittido ponderar tambem que pelo erario do Brasil se fez a despesa com a casa real, foi paga a folha diplomatica, pensões a fidalgos e outras despesas de alguma consideração, fazendo-se, no periodo em que a corte esteve no Rio de Janeiro, uma avultada despesa commum ao reino unido.

Para que o artigo 3.º da convenção tivesse effeito tão retroactivo, como pretende o governo de Portugal na sua reclamação, seria necessaria uma declaração expressa, como praticarão os negociadores, por meio de reversaes, a respeito da palavra — acções — do artigo 6.º do Tratado. E' claro pois não ter sido essa a intenção dos negociadores, aliás terião feito a competente declaração.

Em presença das reflexões expendidas, parece evidente que a excepção do artigo 3.º da convenção é relativa a despesas cuja totalidade ignoravão os governos, e não havendo por liquidar outras despesas dessa natureza, senão as que havião feito as tropas desde a proclamação da independencia do Brasil, parece clara a intenção dos negociadores de — quando se deve contar a obrigação dos governos — e para liquidar e classificar essas despesas foi creada a commissão mixta, não sendo essas despesas tão pequenas, segundo nos parece, que não merecessem a honra de uma convenção. Se na occasião do tratado constasse a importancia de todas essas despesas não haveria o artigo 3.º da Convenção, pois que á vista dessas sommas terião concordado os negociadores em mais ou menos alguns centos de libras esterlinas no ajuste do artigo 1.º.

Sobre a interferencia da potencia mediadora estipulada para a commissão do artigo 8.º do Tratado, reportamo-nos ás reflexões que fizemos em sessão de 8 de Fevereiro deste anno, e vem a ser, em resumo, que nas liquidações a cargo da commissão não pôde dar-se empate, e que a interpretação dos artigos da Convenção compete aos dous governos, sendo essas opiniões manifestadas pelos respectivos commissarios que tratarão de as esclarecer, e assim aconteceu naquella commissão, e consequentemente é levada á reconsideração dos dous governos a discordancia de suas opiniões sobre a época das despesas, a qual, resolvida que seja, seguir-se-ha o trabalho da classificação dessas despesas.

Quanto ás observações dos nossos collegas relativas á divisão de voluntarios reaes que esteve destacada em Montevideo, faremos algumas reflexões quando se tratar da classificação das despesas, limitando-nos agora a ponderar que a despesa com essa divisão foi positivamente determinada a cargo de Portugal, recommendando-se em uma dessas ordens regias que não fosse pelos rendimentos do Brasil supprida essa despesa.

Terminamos as nossas reflexões na persuasão de havermos demonstrado a exactidão da intelligencia do governo imperial para a execução do artigo 3.º da Convenção, e muito nos lisonjearemos se tivermos acertado, e neste sentido animamo-nos a esperar que os nossos collegas modifiquem a sua opinião pelos esclarecimentos que sob reflexões suas sollicitão do governo de S. M. Fidelissima.

Em 6 de Julho de 1853.

N. 4.

Declaração dos commissarios portuguezes apresentada na sessão de 24 de Agosto de 1853.

Os commissarios portuguezes estão altamente convencidos de que os seus illustres collegas produzirão em boa fé as observações que apresentarão na sessão do dia 6 do passado; mas nem ellas nos parecem procedentes, nem de modo algum refutação do que ponderámos na sessão de 22 de Junho passado. Mais tarde decidirão entre si os dous governos amigos, quaes de nós estavam em erro.

É nossa convicção que nada tem o artigo 1.º com o 3.º da convenção, ainda mesmo presumindo como certo que os dous milhões de libras esterlinas de que falla o artigo 1.º fossem dados como indemnisação da divida portugueza, quando aliás o fôrão, como era de rigorosa justiça, em diminutissima compensação de importantes objectos, que ficarão no Brasil, como fortalezas, artilharias, vasos de guerra, edificios publicos, estabelecimentos &c. &c. O artigo 3.º é uma disposição isolada, determinada, de natureza restricta, comprehendendo uma excepção, e portanto nada tem com a materia do artigo 1.º porque faz um corpo á parte.

Não consta aos commissarios portuguezes que em nenhum dos tratados se regulasse a divisão da divida nacional, e é obvio e sabido que as despesas feitas pelo erario do Rio de Janeiro, de que fazem menção os nossos respeitaveis collegas, não podem nem remotamente pôr-se a par da que fez Portugal com a guerra chamada peninsular.

As reclamações reciprocas do artigo 3.º são necessariamente retroactivas, já porque esse o espirito e por ventura a letra do mesmo — artigo — já porque a razão e a justiça exigem que pague o beneficio, quem d'elle tira proveito, e todo foi elle a pró do imperio, que com as tropas que pediu conservou-se, defendeu-se, batalhou e tornou-se independente, sem perder, como aliás succederia inevitavelmente, porção alguma do seu territorio.

Insistimos por ultimo, em que por estar chegada a discordancia entre os commissarios das duas nações, e por consequencia o empate, força é cumprirmos as nossas leis, sujeitando mutuamente os motivos de nossas insistencias á potencia mediadora.

No mais ficão firmes nas suas idéas anteriormente emitidas.

N. 5.

Reflexões dos commissarios brasileiros á declaração dos commissarios portuguezes, apresentadas na sessão de 31 de Agosto.

Os commissarios brasileiros não respondem com a extensão que exige a declaração feita pelos seus illustres collegas em a sessão de 24 deste mez, porque aguardão a resolução dos dous governos sobre os pontos principaes da mesma declaração, e por isso limitão-se agora a pequenas reflexões.

A declaração dos nossos collegas parece ter por fim satisfazer apenas ao cumprimento do que disserão na sessão de 6 de Julho proximo passado, pois que a discordancia de que ella trata foi já levada pelos nossos collegas á consideração do seu governo, e é neste sentido que tomamos a resposta ás nossas reflexões, dizendo simplesmente os nossos

collegas que ellas não procedem nem refutão as suas observações; aliás ficaríamos na alternativa ou de que não merecião ellas entrar em analyse, ou de que erão tão valiosas que não consentião refutação conveniente. Seja o que fôr, acompanhamos os nossos collegas na sua esperança de que os dous governos hão de resolver a discordancia de que se trata com aquelle acerto, a que só elles podem chegar.

Quanto á supposição de que os dous milhões de libras sterlingas são relativos a fortalezas, artilharia, palacios, etc., limitamo-nos a ponderar que temos como exacta e nobre a nossa idéa a respeito dessa somma.

A opinião de que a materia do art. 3.º não cabe no art. 1.º da convenção parece-nos não ter lugar em presença do mesmo art. 3.º, que principia:— Ficão exceptuadas da — regra — estabelecida no art. 1.º as reclamações, etc.

A respeito do empate que os nossos collegas entendem haver, recorrendo á proposição de que havendo discordancia é consequencia haver empate, temos a ponderar que definir ou explicar a lei compete ao seu autor, e não ao executor della. E notaremos que os dous governos regularão e explicarão os arts. 6 e 7 do tratado, e explicarão aos seus commissarios o sentido do art. 3.º da convenção, a qual é o desenvolvimento do art. 9.º

Reservamos para outra occasião, se fôr preciso, fazermos algumas reflexões relativas ao proveito, de que fallão os nossos collegas, do serviço da tropa do exercito de Portugal, que esteve no Brasil.

Muito desejamos que o sábio governo de S. M. Fidelissima concorde com a justa opinião do governo imperial na intelligencia do art. 3.º da convenção.

N. 6.

MEMORANDUM

no qual tratão os commissarios brasileiros de esclarecer a opinião do governo imperial para a execução do art. 3.º da convenção additional ao tratado de 29 de Agosto de 1825.

Insistindo os senhores commissarios portuguezes na sua opinião, quanto á intelligencia daquelle artigo, e no recurso que lhes parece regular para resolver a discordancia da comissão sobre esses pontos, entendem os commissarios brasileiros que devem pela sua parte evitar uma demora excessiva em chegar-se a um accordo a esse respeito, tendo em lembrança a delonga havida da parte do governo de Portugal para com o incidente das reclamações de particulares. Pretendem pois os commissarios brasileiros reproduzir as reflexões, que fizeram, respondendo ás observações dos senhores commissarios portuguezes, e constão das actas das respectivas sessões, sobre o ponto em que versa a discordancia — época das despesas do art. 3.º da convenção. —

Para adiantar-se os trabalhos da comissão propuzemos na sessão do 1.º de Dezembro de 1852, entrar-se na liquidação das reclamações de particulares, ficando a designação do devedor para quando se tratasse de classificar as despesas a cargo de cada um dos governos. trabalho a que os senhores commissarios portuguezes escusarão-se, prestando-se sómente a despachos interlocutorios.

Tendo porém decorrido algum tempo sem haver accordo algum a respeito da discordancia sobre a época das despesas, apresentamos novamente a proposta a respeito das reclamações de particulares, no mesmo sentido de adiantar-se esses trabalhos; e pareceu-nos tambem acertado acompanhar a proposta com este Memorandum, para explicarmos quanto é justa e razoavel esta exigencia, e tratarmos mais extensamente da questão principal, afim de mostrarmos que bem entendida é a opinião de governo imperial para a execução do art. 3.º da convenção, e

que não tem lugar o recurso invocado pelos Srs. commissarios portuguezes para resolver a discordancia de que se trata.

Principiaremos dando algumas razões para justificarmos a nossa proposta relativa ás reclamações de particulares.

1.^a O estado tão precario dos reclamantes que estariam pagos ha muitos annos, se não estivessem inhibidos do uso dos meios ordinarios, por terem os governos remettido esses credores para a commissão mixta.

2.^a Não pôde a commissão classificar as despesas todas sem que estejam liquidadas aquellas reclamações; e conveniente parece tambem constar a importancia dessas despesas, antes de chegar-se a qualquer accordo sobre a discordancia pendente.

3.^a Os negociadores do tratado e convenção tiveram certamente em vista a brevidade da liquidação desses créditos, mas tem decorrido trinta annos sem resultado algum para os credores por fornecimento de viveres, dinheiros e navios para manutenção e transporte de tropas em os annos de 1822 e 1823.

Ponderadas, como ficão, algumas razões a respeito da proposta, entraremos nas reflexões, que vamos additar, relativas ao art. 3.^o da convenção, recordando previamente alguns factos mais importantes do Brasil desde 1808, por terem toda a relação com o tratado de 29 de Agosto de 1825, e com algumas idéas apresentadas pelos Srs. commissarios portuguezes nas suas observações sobre a questão.

A chegada do Sr. D. João VI. ao Brasil, assentando na cidade do Rio Janeiro a sede da monarchia, teve a consequencia natural de franquar a todo o mundo relações directas, tanto commerciaes como politicas.

Emancipado o Brasil do estado colonial, e accidentalmente metropole, seguiu-se crear-se secretarias de estado, tribunaes superiores e outras estações publicas, e regularisar-se o exercito e marinha, ficando em completa independencia a todos esses respeito.

Um movimento popular havido em Portugal foi o que animou a tropa destacada no Rio de Janeiro para o violentado regresso do Sr. D. João VI.

Constituir-se o Brasil —nação independente— separando-se da monarchia portugueza, foi um acto previsto; e consequente á retirada do Sr. D. João VI.

As tropas do exercito de Portugal no Brasil, não adherindo ao echo do Ypiranga — Independencia — puzeram-se em attitude hostil, desligando-se do governo brasileiro.

Foi pois consequencia necessaria recorrer o governo aos meios conducentes para o regresso desses soldados ao seu exercito, assim como os reforços de tropa mandada de Portugal para auxiliar a pretensão de dominar o Brasil.

Reconhecida pelo governo de Portugal a impossibilidade de embaraçar a independencia do Brasil, interveio o gabinete britannico, e celebrou-se o tratado de 29 de Agosto de 1825, e a convenção secreta adicional, dando o Brasil a Portugal uma somma em moeda ingleza.

O tratado assentou necessariamente em algumas razões, assim como a somma que o Brasil deu, e a este respeito declaramos já nas anteriores reflexões a nossa opinião, a qual temos ainda como cordata e nobre.

Além daquella somma estipulada no art. 1.^o da convenção, concordarão os negociadores na indemnisação de despesas com tropas, fazendo-se o art. 3.^o da convenção.

E porque se fez esse artigo? Por ignorar-se a importancia dessa despesa, aliás ficaria tudo assado no art. 1.^o com mais ou menos alguns centos de libras esterlinas, para o que não haveria embaraço algum, especialmente em ajuste reservado, como foi a convenção.

Ora, não estando liquidadas, nem pagas pelos dous governos todas as despesas de fornecimentos e transportes de tropas desde a proclamação da independencia do Brasil, não hesitão os commissarios brasileiros, nem pôde razoavelmente hesitar-se, sobre as despesas de que trata o art. 3.^o da convenção. Para que este artigo tivesse outro alcance deverião apparecer declarações expressas, se motivo tivesse havido para fazer-se a convenção com a ambiguidade, que se lhe quer emprestar, e tanto mais indispensaveis seriam semelhantes declarações relativamente á divisão de voluntarios reacs, de que adiante trataremos.

Os Srs. commissarios portuguezes nas suas observações aventarão algumas idéas, em que não tocámos quando respondimos a essas observações, mas a proposito nos parece offerecemos agora algumas reflexões a respeito.

1.^a idéa. Que o fim mais proprio do tratado fôra a divisão amigavel da familia portugueza.

Não duvidamos das benevolas intenções do Sr. D. João VI para com os Brasileiros, pois seria

obscurcecer os seus actos de acertada politica, que preparáramos a independencia do Brasil, determinada pela invasão dos Francezes na Peninsula. Quanto porém ao governo que dirigia os negocios de Portugal, quando os Brasileiros proclamáramos a sua perfeita independencia, diremos que esse governo tratou de embaraçar aquella natural declaração, ordenando a designação das provincias do seu governo central, a abolição dos tribunaes superiores, a retirada do principe imperial, e outras disposições, que os Brasileiros não acceptarão.

2.^a idéa. Referindo-se os Srs. commissarios portuguezes á somma estipulada no art. 1.^o da convenção, reflectirão que no Brasil haviam fortalezas, artilharia, palacios, edificios, etc.

Offerecemos a esta idéa as reflexões, que por vezes temos feito, relativas áquella somma, e diremos mais que os negociadores do tratado não tiveram, nem podião ter semelhante idéa de venda e compra, porque parece impropria. Outras foram certamente as razões em que assentou aquelle accordo, como fosse a dívida publica da nação Portugueza, e tanto que não consta por maneira alguma que o negociador por parte de Portugal fallasse naquelles objectos para o art. 1.^o da convenção.

3.^a idéa. Que as tropas foram pedidas do Brasil, que dellas tivera proveito, e tambem dos tratados com a Hespanha, alludindo aos ultimos acontecimentos do Rio da Prata.

Os destacamentos para o Brasil vierão, não pedidos, mas por ordem do Sr. D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, assim como a divisão de voluntarios reaes para Montevideo, e quanto á occupação daquella praça, teve naturalmente um motivo, mas alheio ao Brasil, pois que a despesa com essa divisão foi positivamente determinada a cargo de Portugal, para ser paga pelos rendimentos proprios daquelle Reino, com exclusão de qualquer rendimento do Brasil, como consta das respectivas ordens regias.

Nada diremos quanto aos tratados por ignorarmos que tivessem elles influencia alguma na queda de Rosas, nem para os ajustes ultimamente feitos com o governo de Montevideo.

4.^a idéa. O Brasil não perdeu territorio na sua independencia.

É uma verdade, pois não se deslocou provincia alguma, reconhecendo todas o governo imperial. Notaremos porém a contraposição de acautelar-se no tratado não aceitar o Brasil a adherência de alguma possessão portugueza.

Das reflexões que ficão expendidas, e das que anteriormente fizemos, ás quaes nos reportamos, resulta a convicção de ser justa e razoavel a opinião do governo imperial para a execução do art. 3.^o da convenção,—que as despesas desse art. são relativas ás tropas, que se removerão pelo motivo da independencia do Brasil.

Esta conclusão parece mui coherente, havendo ainda em abono della o seguinte: Os negociadores do tratado e convenção não ignoráram a força das ordens regias, e que para invalidar e alterar essas disposições seriam necessárias declarações expressas e claras, especialmente a respeito da divisão de voluntarios reaes, e tanto assim o entenderão elles que por meio de reversaes explicáram a comprehensão da palavra—*Ações*—do art. 6.^o do tratado, para um objecto relativamente pequenino á vista do ponto de que se trata. Deixaremos pois de lembrar a convenção de 13 de Novembro de 1823 do barão da Laguna com o general commandante daquella divisão.

Trataremos agora de mostrar que não ha motivo para invocarem os Srs. commissarios portuguezes a interferencia do representante da potencia mediadora, e que não tem lugar semelhante interferencia na actual commissão. Principiaremos transcrevendo o art. 8.^o do tratado.

« Uma commissão mixta nomeada por ambos os governos, composta de Brasileiros e Portuguezes em numero igual, estabelecida onde os respectivos governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a materia dos artigos 6.^o e 7.^o, entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um anno depois de formada a commissão, e que no caso de empate nos votos será decidida a questão pelo representante da potencia mediadora. »

Sendo a regra para aquella commissão examinar a materia dos artigos, é claro que aos dous governos competia entrar no exame do espirito desses artigos para resolverem as discordancias occorridas na commissão sobre a execução litteral dos mesmos artigos, e assim o fizeram por meio do convenio de 20 de Outubro de 1836. Nos trabalhos proprios da commissão não houve empate algum.

A convenção adicional ao tratado é o desenvolvimento do artigo 9.^o do mesmo tratado, e sendo restricto o trabalho da commissão do art. 3.^o da convenção a liquidar as reclama-

cos de que trata o mesmo artigo, é consequência natural recorrerem os commissarios aos seus governos em qualquer discordancia na execução litteral dos mesmos artigos, o que teve já lugar a respeito das reclamações de particulares, questão resolvida no fim de dez annos, reinstallando-se a commissão em consequencia desse accordo. E' pois clara não intervir o representante da nação mediadora para interpretar o explicar os artigos do tratado.

Além das razões ponderadas sobre a interferencia de vogal neutro, notaremos mais que da disposição do art. 8.º do tratado foi só preceito para a commissão do art. 3.º da convenção a formação della, pois não teve lugar o limite de um anno para serem feitas as reclamações; e consequentemente não cabe nesta commissão semelhante interferencia. Acrescendo que nos trabalhos proprios da commissão não pôde haver motivo para empate, como ponderámos em outra occasião.

Em presença deste additamento ás nossas anteriores reflexões parece concluir-se com evidencia que as despesas, que motivão o art. 3.º da convenção, são aquellas, cuja importancia total os negociadores ignorão, por não estarem liquidadas e pagas; e consequentemente demonstrado fica quaes são essas despesas. E vê-se tambem com clareza competir aos dois governos a analyse dos artigos do tratado, e entrará certamente no exame do art. 9.º, se preciso for, para explicarem a convenção, pois que é ella a expressão desse artigo.

Os commissarios brasileiros mostrão por este modo que da parte do governo imperial ha o desejo de cumprir o art. 3.º da convenção addicional ao tratado do reconhecimento da Independencia do Brasil pelo governo de Portugal.

A razão e a reverencia aos tratados aconselhão chegar-se a um accordo judicioso, e nessa esperanza terminamos as nossas reflexões, afim de cumprir-se reciprocamente o art. 9.º do tratado de 29 de Agosto de 1825, executando-se o art. 3.º da convenção addicional ao mesmo tratado.

Caso porém, posto que não esperado, persistão os Srs. commissarios portuguezes na pretensão do effeito retroactivo, que querem ver no dito art. 3.º, licrá a questão para ser tratada rectamente pelo governo imperial com o gabinete de S. M. Fidelissima, suspendendo-se no entretanto as sessões da commissão, quando os Srs. commissarios portuguezes não queirão proseguir nos trabalhos, liquidando-se as reclamações de particulares como havemos proposto.

Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1854.

FRUCTOSO LUIZ DA MOTA.
Barão do Rio Bonito.

N. 7.

Observações dos Commissarios Portuguezes em resposta á proposta e memorandum dos Commissarios Brasileiros de 26 de Abril de 1854.

Estavão persuadidos os commissarios portuguezes de haverem levado a convicção ao fundo da razão de seus nobres collegas com o que expuzerão nas sessões de 1 de Dezembro de 1852, 26 de Janeiro, 2 de Março, 22 de Junho, e 30 de Março de 1853; e mais os robustecia nesta supposição o silencio desde então guardado: mas o memorandum, apresentado na sessão de 26 do passado Abril, fazendo evaporar o agradável engano, em que se achavão, obriga-os a responder, a sustentar os seus principios, e a reforçar rapidamente os seus argumentos.

Suppõem os commissarios portuguezes que em tudo quanto vão dizer, são expositores fieis da opinião do seu muito illustrado governo: mas de fôrma alguma se entenda que preten-

dem dar ao seu governo, que nesta comissão tem a honra de representar, a solidariedade e responsabilidade do que passam a ponderar, porque podem estar em erro; e portanto tendo de elevar esta resposta á presença de S. M. Fidelíssima, vem ella a ser, para com os seus illustres collegas, a exposição dos sentimentos dos commissarios portuguezes, e para com o governo portuguez uma memoria ad referendum, que ou irá buscar a sua sanctão, que muito os lisonjeará, ou a sua desapprovação, a que curvarão a frente.

Os commissarios portuguezes lerão pois com religiosa attenção o habil memorandum, com que os Srs. commissarios brasileiros pretendêrão justificar a sua convicção:

1.º de que o art. 3.º da citada convenção tacitamente subentende as reflexões, que se dignão indicar:

2.º que apesar de divergencia de opiniões no seio da comissão, não cabe neste caso o desempate ao representante da potencia mediadora.

Tão recentes e palpitantes são ainda os successos, que nos separão da época, em que formavamos uma só familia—tão ponderosas susceptibilidades poderião ainda adulterar o pensamento que se emitisse em pontos talvez inerceedores de ratificação, que se lêem nas ponderações dos nossos collegas, que os commissarios portuguezes se condemnão em parte a respeitoso silencio, que de fórma alguma se tome á conta de acquiescencia, mas sim pela persuasão de que na hypothese vertente certa ordem de raciocinios pôde ser dispensada.

E em realidade, os esforços feitos no memorandum mostrão que a these adversa só pôde offuscar por engenhosamente defendida, porém desviada do seu natural terreno. É sem esforço que sob o ponto de vista portuguez, se julga dever tratar-se a questão. No memorandum soccorrem-se os Srs. commissarios a interpretações violentadas, e a supposto e mui controvertível espirito. Os commissarios portuguezes pretendem que se decida singelamente a questão, e tal qual foi apresentada por ambos os governos: pensão estes que a lei das leis, por onde os trabalhos da comissão devem reger-se é o tratado, que deu origem á nossa propria existencia: pensão finalmente no outro axioma de direito universal, de que ao espirito das leis se não recorre senão em casos dados, quando a sua letra admittir duas interpretações.

Porém em que pontos do originario tratado houve algum dos accórdos, que, por ambos os governos estipulados, admittão a distincção lembrada pelos Srs. commissarios brasileiros, ou aonde descobrem ambiguidade, sequer, nas disposições que ora estudamos?

O artigo 1.º do tratado convio em que o governo do Brasil satisfizesse ao de Portugal uma quantia dada, em vista das reclamações apresentadas de governo a governo, ficando com esta somma extincto o direito a indemnisações desta natureza. O art. 3.º porém exprimio-se desta sorte: « Ficão exceptuadas da regra estabelecida no 1.º artigo as reclamações reciprocas sobre transportes de tropas, e despesas feitas com as mesmas. »

Nada mais eloquente do que esta singela citação!

O art. 1.º comprehenden a totalidade das reclamações, que por mil titulos Portugal podia fazer valer sobre o Brasil; mas logo o artigo 3.º declarou que naquella englobada liquidação se não comprehendão os gastos feitos com tropas e seus transportes.

Pretendem em presença de tão formal declaração os Srs. commissarios brasileiros, que os gastos de tropas e seus transportes, em contradicção com a lei, por onde se devem regular, fiquem todas a cargo de uma só das partes contractantes! É impossivel, porque o tratado não apresentou limitação alguma, nem de tempo, nem de quantia, nem de circumstancias, e por consequencia um tribunal creado por uma mesma convenção não pôde legislar por sobre ella, e contra ella.

Talvez que os nossos muito illustrados collegas se dignem ainda reconsiderar esta sua pretensão, attendendo a que a base de todos os tratados é internacionalmente a mesma, que rege os contractos entre particulares *do ut des, facio ut facias*. Muitas porém forão as vantagens, que o Brasil recolheu desses movimentos de tropas portuguezas; e qual seria nesse caso a compensação?

Concedamos tudo quanto aprouver aos Srs. commissarios brasileiros, mas não duvidarão elles concordar, sem duvida, nos seguintes pontos de historica evidencia.

Tomando como exemplo um dos objectos mais longamente debatidos no memorandum, o movimento das tropas de voluntarios reaes de El-Rei, dirmos que pouco ou nada importa por que cofres então mandava fazer seus gastos o soberano, que sendo-o de toda a monarchia portugueza, reunia a esse tempo em suas mãos magestática omnipotencia. Nessa época não se pensava ainda na possibilidade de uma desmembração de territorio; e nada em taes circumstancias

significa a escolha dos cofres, que tacs despesas abonava, como se a ordem, que hoje legalmente fosse dada para a entrega de fundos por qualquer das provincias do imperio, deixasse de ser acto do governo geral igualmente obrigatorio para elle.

Não compete aos commissarios portuguezes penetrar nos altos pensamentos politicos do gabinete da sua nação: não padeco porém duvida, pela successão das declarações, tratados, e actos, talvez desde o tempo de Americo Vespucio e do Sr. rei D. Manoel, que o pensamento constante dos Srs. Reis de Portugal foi considerar a fundação de um dos mais vastos imperios do globo, abraçado, ou na propriedade do territorio, ou na sua influencia sobre elle, pelos dous braços de gigante, Amazonas e Prata.

É da mais evidente intuição que os enormes sacrificios feitos nos terrenos cisplatinos de 1810 a 1820 não podião de forma alguma interessar ao Portugal europeu.

Um grande problema de pacificação e influencia, que fomos resolver em Montevideo, interessava e interessou *unira e exclusivamente* ao já então reino, e depois imperio do Brasil. As hordas selvagens, que anarchisavão aquellas vastas regiões, e as fazião retrogradar na estrada da civilização, não amocagvão certamente nem o bem-estar, nem a riqueza, nem a segurança de Portugal, de que o separavão 2.500 leguas: ameaçavão sim ao reino do Brasil, porque esses territorios são limitrophes, porque essas incursões assumirão um aspecto perigoso, porque a vertigem revolucionaria e republicana, que se apoderava das terras de origem hespanhola correria ardente, como a lava de vulcão, por dentro do territorio de origem portugueza, se a tempo não fosse contida.

Os voluntarios reaes de um rei, de atinadissima politica dessa época, forão o cordão sanitario, que impedio o Brasil de se contaminar.

Fora pois um arbitrio cruel e escandaloso, se, estabelecida posteriormente a separação entre os dous paizes, ficassem os omnimodos sacrificios a cargo da nação, que nada lucrara, revertendo todos em exclusivo proveito daquella, que depois nem com uns poucos seitis concorresse para o primordial elemento da sua propria grandeza!

Foi com intenção, aliás levada á effectividade do engrandecimento, segurança e futuro do Brasil, que a flôr dos exercitos portuguezes, depois de aguerrida, e amestrada nas victoriosas campanhas com o heróe do seculo, veio fazer o sacrificio do seu sangue ás margens do Uruguay, e que Portugal se despovoou de numerosos e valentes braços. E o Brasil em proveito do qual tudo redundou, nem sequer satisfaria os gastos effectivos verificados com esses seus defensores?!!

Não desejão os nobres commissarios brasileiros mais ardentemente do que o governo portuguez, a completa e definitiva liquidação das reclamações internacionaes, mas entendem indispensavel que n'um amigavel e claro accôrdo se estipulem as regras pelas quaes se hão de guiar. Conhecidas estas, o trabalho tornar-se-ha simples e rapido: antes disso é impossivel proceder com acerto.

Será porém este um dos casos para sollicitar a interpretação authentica por parte dos dous governos, que temos a honra de servir?

Suppondo que a opinião de ambos seja a que os seus commissarios tem defendido, não se daria aqui (e então em mais alta esphera) a divergencia que se suscitou? E interpretando de modos oppostos o mesmo artigo as duas altas partes contractantes, no exercicio ambas de sua soberania, poderia deixar de recorrer-se á decisão da potencia mediadora, que interveio como garante no tratado em questão?

Os commissarios portuguezes entendem que nenhuma prova mais evidente podião dar da confiança, que depositão na lealdade da doutrina, que sustentão, do que invocando para decidir a questão a arbitragem de uma potencia desinteressada e amiga, e de cuja imparcialidade se não pôde duvidar. E' incontestavel que todos os membros desta commissão pugnão honrosamente por principios, de que estão convencidos; porém se não houver a fortuna de alcançar-se neste ponto uma maioria, nenhum outro expediente parece possivel senão o proposto pelos commissarios portuguezes.

Parece-nos violentadissima a interpretação com que os Srs. commissarios brasileiros pretendem excluir a potencia mediadora das funcções, que pelas duas convenções, lhe forão assignadas; e ainda neste caso força é repellar que uma vez que se não confunda e atropelle a letra mui clara daquellas disposições, a solução parece tão liquida, que nem dá lugar a contraversia. O artigo 3.º deixando para ulterior liquidação as reclamações sobre transportes de tropas, acrescenta que « Para a liquidação destas reclamações haverá uma

comissão mista regulada pela mesma maneira que a do artigo 8.º do tratado; » e nesse artigo 8.º se lê—« que no caso de empate nos votos será decidida a questão pelo representante da potencia mediadora. »

A comissão mista de que falla o tratado, é esta. Sobre objecto de reclamações ou despesas destas tropas, houve empate na votação; por consequencia não pôde deixar de se applicar o expediente previsto no proprio tratado, que serve de guia ás nossas deliberações.

Não podem os commissarios portuguezes attingir claramente ao que se refere a época de retroactividade denunciada no ultimo paragrapho do respeitavel memorandum. Retroactivas são todas as disposições desse tratado, excepto o reconhecimento da independencia. Retroactivas são sempre as convenções de todos quantos tratados se tem feito, e se hão de fazer no mundo, na parte em que regulão o passado.

Repetem os commissarios portuguezes que não sabem o que tiverão em vista os negociadores, quando fizerão o acto adicional, nem lhes é licito entrar nesse exame com o escalpello da hermeneutica, e menos ainda interpretar, nem admitir o iniquo processo de *tendências*, mas insistem em que a letra clara deile repelle como absurda a idéa de que taes credores não sejam do Brasil, essencialmente dos navios que o governo brasileiro fretou, ou dos que a autoridade brasileira forçou a conduzir tropas de umas para outras de suas provincias, sendo aliás inquestionavelmente certo e claro que essa despesa corria só, e toda, a cargo do governo portador e forçador.

Repellem os commissarios portuguezes com toda a força a insinuação de ser o seu governo o culpado nas demoras dos trabalhos desta comissão, quando aliás o governo portuguez authorizou desde o começo os seus commissarios para cuidarem activamente dos julgamentos a seu cargo, tendo sempre em vista o religioso cumprimento dos artigos 3.º e 9.º do tratado. Nem era mesmo possível que o governo portuguez, além de ter sempre por base a honra em todas as suas determinações, pretendesse concorrer para multiplicar obstaculos quando é elle incontestavelmente credor de avultadas sommas.

Releve-se pois que desviemos a ponta da espada para o peito que no-la impelle, asseverando que os Srs. commissarios brasileiros são os culpados da demora, pelos factos de não admitirem os recursos marcados claramente no tratado, declarando que não levar a discordancia da comissão ao conhecimento do governo imperial: do qual não só nunca tiveram melhoramento de instruções, mas até se mandou fechar a comissão por mero arbitrio do governo imperial, sem sciencia, audiencia, approvação ou consentimento do governo portuguez, que era bilateralmente igual representante da comissão, facto este que obrigou os commissarios portuguezes a protestar em sessão de 4 de Março de 1848.

Depois deste procedimento entendeu e decretou o governo imperial mandar liquidar pelos seus dignissimos commissarios as reclamações de particulares, e pagar aos reclamantes brasileiros, e assim o declarou o respectivo ministro ás camaras: mas essa determinação teve por unico resultado o passarem os autos aos Srs. commissarios, onde estiverão annos, até que afinal se dirigio o governo do Brasil ao ministro de Portugal nesta corte para o fim de combinarem nos meios de evitar procrastinações, ao que o governo de S. M. F. aquiesceu com a melhor vontade, como cousa que lhe estava no coração, decidindo-se que cederia Portugal da insistencia em não admitir as reclamações de particulares, e o Brasil da de se oppôr á liquidação das de governo a governo.

Reinstallou-se pois a comissão aos 11 de Outubro de 1852, mas os Srs. commissarios brasileiros declararão que nenhuma insinuação tinham para conhecer das reclamações de governo a governo, o que dependia do accordo a tomar entre as duas nações, fixando a época donde devião começar a contar-se as despesas feitas com as tropas, em consequencia do que se passou a liquidar os pedidos dos particulares, mas os commissarios portuguezes que em tal não podião, nem devião assenhar, convierão, para adiantar trabalho, em procederem a exame dos autos, e a proferirem os despachos interlocutorios afim de ficarem promptos para julgamento.

Assim se tem feito e assim se deve continuar.

E como, porque, ou para que se ha de já tratar de fixar as quantias reclamadas pelos particulares, se ainda está em questão a época—e a qual dos governos pertence o pagamento? Este accordo é o cardo rei: antes d'elle tudo é immaturo.

E tal parece (com o que muito se lisongeão os commissarios portuguezes) ser a decisão do

governo imperial, e a intelligencia dada pelo Ill.^{mo} ministro dos negocios estrangeiros o Ex.^{mo} Sr. Antonio Paulino Lima de Alencar, quando no seu relatório apresentado á assembleia geral legislativa em 14 do passado Maio se exprimio assim:

« Os commissarios portuguezes só annuirão a que as causas dos particulares fossem distribuidas para se adiantarem os trabalhos preparatorios, e depois de examinados se proberem os despachos interlocutorios, naquelles que não estivessem instruidos com os documentos necessarios. »

O governo imperial approvou que proseguissem nos termos acima os trabalhos relativos a reclamações de particulares.

Em presença pois de todas estas considerações rapidas, e do mais que havemos anteriormente desenvolvido, e pelo conhecimento ganho na pratica da justiça de nossos illustrados collegas, nutrem os commissarios portuguezes a convicção de que o acrisolado patriotismo daquelles os não arrastará ao ponto de desmentir a imparcialidade, que deve ser o primeiro timbre de instituições desta ordem; e por isso esperão ainda que com amigavel accordo venha a admitir princípios, que parecem de eterna justiça, e que não vão adiante do que estabeleceu o seu respectivo ministro da coroa.

Se porém lhes conber o dissabor de observar que por inhabilidade sua uma questão tão clara houvesse deixado de ser apresentada em sua verdadeira luz, esperão ainda afortunadamente que os nobres commissarios brasileiros consentirão que o triumpho dos verdadeiros princípios appareça pela forma marcada na lei, que nos rege, ficando á meliação da respeitavel potencia, que interiere no tratado, uma solução imparcial, e que, digna das tres nações, será recebida com o devido respeito e acatamento.

N. 8.

Reflexões dos commissarios brasileiros ás antecedentes observações apresentadas pelos commissarios portuguezes, na sessão do 31 de Maio de 1854.

Do relatório do ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros apresentado no dia 14 do mez proximo passado, á assembleia geral legislativa, consta que o governo imperial procurará entender-se com o governo de S. M. Fidelissima sobre as difficuldades que empecem os trabalhos da commissão.

Em consequência desta deliberação, limitão-se os commissarios brasileiros a levar ao conhecimento do governo imperial, a resposta dos Srs. commissarios portuguezes de 31 do mez antecedente ao nosso Memorandum de 26 de Abril. Não devendo porém, ficar desaperechidas algumas reflexões sobre factos pessoais, vamos dar uma simples explicação a esse respeito.

Principião os Srs. commissarios portuguezes a sua resposta dizendo — estão persuadidos os commissarios portuguezes de haverem levado a convicção ao fundo do coração de seus nobres collegas com o que expuzerão nas sessões de 1 de Dezembro de 1852, 26 de Janeiro, 2 de Março, 22 de Junho e 30 de Março de 1853; e mais os robustecia nesta supposição o silencio desde então guardado etc.

A estas citações dos Srs. commissarios portuguezes temos a acrescentar as sessões de 9 de Fevereiro, 8 de Junho e 6 de Julho de 1853, tendo sido presente na sessão de 8 de Junho a portaria com data de 7 do mesmo mez, que nos foi dirigida pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros dando solução por parte do governo imperial ás discordancias da commissão, portaria esta que foi transcripta na mesma acta, e bem assim a declaração do protesto dos Srs. commissarios portuguezes contra essa solução, protesto que ratificarão na sessão de 22 do mesmo mez, ao qual responderão os commissarios brasileiros na sessão de 6 de Julho.

Em Dezembro de 1852, propuzemos liquidar-se as reclamações de particulares, para adiantar esse trabalho, no entanto que estava pendente a discordancia da commissão sobre a epoca das despesas.

Na sessão de 8 de Junho foi presente á solução do governo imperial aquella discordância, e contra ella protestarão os Srs. commissarios portuguezes. Decorrerão dez mezes, celebrando a commissão as suas sessões e tratando da exame das reclamações de particulares para proferirem-se despachos interlocutorios naquellas que delles precisassem. E achando-se habilitadas algumas das reclamações para serem liquidadas propozemos novamente essa liquidação pelas mesmas razões e modo lembrado na proposta de Dezembro de 1852.

Dos factos expendidos que convicção resultará? E onde esteve o silencio a que se allude?

Reflectirão os nossos illustres collegas, ou pretendirão dar uma explicação a respeito da palavra—retroactiva.—A esta reflexão diremos que em a nossa resposta ao protesto dos Srs. commissarios portuguezes, a qual foi lançada na acta da sessão de 6 de Julho de 1853, encontra-se a phrase—effeito tão retroactivo—, posto que nos parecezesse desnecessario o adverbio, e por isso o omitimos no Memorandum; pois sendo a convenção datada de 1825, e as despesas de que ella trata, em que sempre concordámos, desde a independência do Brasil em 1821, é claro termos empregado a palavra—quanto á força, que se quer dar á convenção, e não quanto á data, ou effeito natural della.

Dizem os nossos illustres collegas que da parte do governo de Portugal não tem vindo a procrastinação dos trabalhos da commissão, e sim dos commissarios brasileiros. Ora vejamos.

Formou-se a commissão em 1836, e até 1842 lê-se nas actas das sessões — que não tinham os commissarios portuguezes instrucções do seu governo para entrarem nos trabalhos da commissão, as quaes receberam nesse anno como declararão, apresentando inesperadamente a opinião de excluir-se as reclamações de particulares, dando uma intelligencia ao art. 3.º da convenção em opposição á explicita e authentica deliberação do seu governo a respeito desses credores. A questão durou até 1852, anno em que o governo de Portugal, ou antes respeitando a sua primeira deliberação, em virtude da qual vierão os reclamantes ás commissões mixtas.

Á vista destes factos, fica em despejo a imputação aos commissarios brasileiros.

Os nossos nobres collegas, referindo-se ás reclamações de particulares, ponderarão que essas despesas são todas a cargo do Brasil, e que os navios forão afretados pelo governo brasileiro. A este respeito limitamo-nos a recordar que muitas das ditas reclamações, vistas já pelos Srs. commissarios portuguezes, são fundadas em documentos passados por autoridades sob o commando do general portuguez D. Alvaro da Costa de Souza Macedo.

N. 9.

Reflexões dos commissarios portuguezes apresentadas na sessão de 2 de Agosto de 1854, em resposta ás observações dos commissarios brasileiros feitas na sessão de 7 de Junho proximo passado.

Os commissarios portuguezes farão apenas succintissimas reflexões ao que por parte de seus nobres collegas foi apresentado em sessão de 7 de Junho passado.

Tão valentes e ponderosos forão os argumentos produzidos na sessão 338, aliás não refutados na sessão 343, que os commissarios portuguezes não quizerão, para não assumir gravissima responsabilidade, e comprometter o governo da sua nação, admitir as reclamações de particulares, o que só mais tarde veio a acordar-se pelas únicas entidades que tinham direito de o fazer, que erão os dois governos. Não havia pois da nossa parte, nem da do governo, que representamos, opposição acintosa com o fim de protelar, mas consciencia do justo, e a convicção de que era razoavel a nossa opposição sobre materia, em nosso entender, tão evidente.

Quanto á época de retroactividade, já largamente havemos sustentado o modo unico de se entender e cumprir o tratado.

Já os commissarios portuguezes disserão, e repetem, que nunca reconhecerão, nem

reconhecem como obrigatórias para o seu governo as determinações do commandante do facto D. Alvaro.

Em tempo competente, que não é agora, será ventilada essa questão, se antes disso as duas nações não houverem diplomaticamente resolvido a duvida, que aliás para nós o não é.

E' verdade que o nobre ministro dos negocios estrangeiros declarou em seu ultimo relatório, que procuraria entender-se com o governo de S. M. F.; mas tambem é verdade que logo em seguida disse que em conformidade com o ponderado por nós ficava sustada a decisão das reclamações finaes dos particulares, continuando apenas com os despachos interlocutorios dos respectivos processos; por consequencia os nossos illustres collegas não podem ir adiante desta vontade, e decisão; e a insistencia, se é officiosa, não é de certo official.

N. 10.

Relatorio dos trabalhos da commissão mixta Brasileira e Portuguesa desde 28 de Abril de 1854 remetido ao governo imperial com officio de 23 de Abril do corrente anno.

Em 28 de Abril do anno passado, foi remettido á secretaria de estado dos negocios estrangeiros, o relatório da commissão mixta brasileira e portugueza installada nesta corte para liquidação das despesas feitas com o transporte e outros objectos relativos a tropas, segundo foi estipulado no art. 3.º da convenção de 29 de Agosto de 1825.

Por esse relatório, e pelos anteriores, bem como pelas participações parciaes que em diferentes occasiões tem sido dirigidas á mesma secretaria, tem o governo imperial conhecimento de que a commissão começou os seus trabalhos em 8 de Novembro de 1836, mas que infelizmente veio logo entorpecê-los a falta de accordo entre os commissarios brasileiros e portuguezes, pretendendo estes que a commissão tomasse sómente conhecimento daquellas reclamações, que pelos respectivos governos lhes fossem enviadas, enquanto os primeiros forão de voto que não só dessas, mas tambem daquellas que por particulares lhe fossem apresentadas, devia occupar-se a commissão.

O governo portuguez reconheceu a razão, que assistia aos commissarios brasileiros, e por isso ordenou aos de sua nação, que umas e outras estavão sujeitas ao juizo da commissão.

Mas nem por isso puderão desde logo seguir os trabalhos desimpedidamente, porquanto não fixando o artigo da convenção época desde a qual se contasse o direito a reclamar, nova divergencia se suscitou; pretendendo os commissarios brasileiros que só se podião admitir reclamações por empréstimos ou fornecimentos posteriores á independencia; e os Portuguezes que desde 1815 se devia contar.

Ao governo imperial tem sido presentes as razões, que de parte a parte tem sido produzidas, Parece que nada mais claro que a razão que assiste aos commissarios brasileiros.

Não se fixando na convenção de 29 de Agosto época alguma, é evidente que não pôde ella referir-se senão áquella em que aconteceu o facto, que lhe deu origem. Esse facto foi a independencia do Brasil: foi elle que separou os interesses deste dos de sua antiga metropole, e que por isso tornou necessario saber a quem pertencia o pagamento de despesas feitas com as respectivas forças militares das duas nações. Até então vantajoso poderia ser para o systema de contabilidade admittido nos dous erários, de Lisboa e Rio de Janeiro, conhecer para quem tinhão sido applicados quaesquer fundos levantados ou fornecimentos feitos: mas para esse trabalho bastaria um qualquer empregado de qualquer dos dous erários: e quando não fosse feito com mathematica exactidão, ainda assim para ninguém haveria lesão, poisque esses dous erários erão, permitta-se a expressão, duas caixas da mesma casa, e por consequencia com os mesmos interesses. Mas a nomeação de uma commissão mixta suppoe necessariamente interesses diversos: esta diversidade porém só começou com a independencia.

E mais ainda. Havendo o governo imperial pelo art. 1.º da convenção convindo em dar ao portuguez a somma de dous milhões de libras esterlinas, extinguindo assim de ambas as partes todas e quaesquer reclamações, exceptuando sómente pelo art. 3.º aquellas que proviessem de transporte de tropas ou fornecimentos feitos para ellas, é evidente que aquelles dous milhões serão fornecidos pelos factos anteriores á independencia e que as reclamações para que foi creada uma commissão especial, só tem lugar pelos factos posteriores a ella.

E quando não seja a independencia do Brasil a época, de que deve datar a commissão, como nenhuma outra se acha marcada no artigo da convenção, e como o pretendido interesse que asseverão os commissarios portuguezes tem começo, na descoberta do Brasil, sendo que desde então por muitas vezes vierão tropas de Portugal para elle, razão nenhuma haveria para que até lá não remontassem as reclamações. Um semelhante modo de raciocinar pois prova de mais, o que em boa logica é o mesmo que nada provar.

Estas e outras muitas razões, para cujo desenvolvimento não é este lugar proprio, porém que em occasiões opportunas tem sido feitas aos commissarios portuguezes, e que tem sido levadas ao conhecimento do governo imperial, cuja approvação tem merecido, não tem podido levar a convicção ao animo daquelles commissarios; o que tem feito paralisar os trabalhos, e nua poderão ter decidido andamento enquanto os dous governos não chegarem a accordo, visto que pelo relatório do anno passado apresentado ao corpo legislativo pela repartição dos negocios estrangeiros soube a commissão que a este respeito procurava o governo imperial entender-se com o portuguez, rejeitado o arbitrio de recorrer-se ao ministro da potencia mediadora (a Inglaterra) como aliás pretendião os commissarios portuguezes, mas que foi repellido pelos brasileiros por não se achar contido no art. 3.º da convenção, ponto, que ainda mereceo a approvação do governo imperial.

Os commissarios brasileiros, vendo que assim ainda por muito tempo não poderião progredir desembaraçados os trabalhos da commissão, propuzerão aos portuguezes que se tomasse conhecimento das reclamações de particulares por factos posteriores á independencia, visto que a tal respeito estavam todos concordes, marcando desde logo o quantum de cada uno, deixando para depois do accordo dos dous governos a classificação daquella a quem tocaria o pagamento, bem como a decisão de quaesquer outras reclamações, de que por ventura por esse accordo lhes competisse conhecer.

A tão justa proposição se oppuzerão ainda os commissarios portuguezes, annuindo sómente a que fossem sendo examinados os processos, e proferidos quaesquer despachos interlocutorios, que conviessem para a sua regularisação, ficando o conhecimento definitivo para depois que fôsse tomado e conhecido o accordo dos dous governos. E neste sentido tem progredido os trabalhos da commissão.

De tudo o que dito fica muito, e mais por extenso, e com muito mais individuação, tem tido conhecimento o governo imperial, quer como dito foi acima, pelos relatorios annuaes, que á sua presença tem subido, quer pelos officios, que em occasiões opportunas lhe tem sido dirigidos.

Durante o tempo que decorre desde 28 de Abril do anno passado até hoje a commissão sómente se reuniu em os dias 31 de Maio, 7 de Junho, e 2 de Agosto do mesmo anno, e 3 de Abril deste.

Em o primeiro apresentarão os commissarios portuguezes uma série de observações em resposta ao memorandum, que lhes tinha sido apresentado, o proposta que lhes tinha sido feito anteriormente de se ir tomando conhecimento das reclamações de particulares, marcando-se desde logo o quantum de cada uma, deixando para depois a classificação dellas e conhecimento de outras. Essas observações forão levadas ao conhecimento do governo imperial com officio de 12 de Julho ultimo. Nellas tornarão os commissarios portuguezes a reviver a questão da época, desde que tem cabimento as reclamações, pretendendo que os sacrificios feitos no hoje Estado Oriental desde 1810 até 1820 em nada interessavam o Portugal europeu, e sómente o Brasil, a cujo cargo por consequencia devem ficar as despesas das tropas para ali mandadas vir; e que não se tendo chegado a accordo a esse respeito, não podia deixar de recorrer-se á intervenção da potencia mediadora.

Vê-se claramente que estas razões nada affectão a proposta feita; e assim foi respondido e demonstrado em a sessão de 7 de Junho, não se entrando nessa occasião em longos desenvolvimentos, porque não seria mais que repetir o que já havia sido dito, ou dizer cousas que de todos são sabidas.

Dizer que a luta sustentada desde 1810 a 1820 no hoje Estado Oriental em nada interessava

o Portugal europeu, é querer fazer remontar a época da divisão da família portugueza em duas nações independentes áquelle tempo, é não conhecer que o que interessava o Portugal americano (permitta-se-nos a expressão) interessava o Portugal das outras tres partes do mundo: é desconhecer que a fazer-se essa separação, essa luta sobretudo desde 1815 mais interessava o Portugal europeu, pois que ninguém ignora que um dos motivos da occupação de Montevideo foi a não restituição de Olivença pelos Hespanhóes na paz geral: é desconhecer que para conter a banda oriental foram em todo o tempo bastantes os Brasileiros, como não só o provarão as guerras do seculo passado, mas ainda no actual as campanhas de 1811 e 1812, e as de 1816 e 1817, em que, apesar de se achar uma divisão de tropas portuguezas em Montevideo, todavia nem uma só praça della se achou em Catalan, e nos mais recontros, que nesses dous annos se derão, e que antequilibrão para sempre o poder de Artigas.

E tanto o mesmo rei que então nos governava conheceu que a occupação de Montevideo era mais de interesse europeu que americano, que não só não se contentou em mandar fazer uma escripturação separada das despesas feitas com a divisão de voluntarios, como ordenou que taes despesas ficassem a cargo do erario de Lisboa, não consentindo que do erario do Rio de Janeiro sahisse para esse objecto um só vintem.

Apezar dessa resposta dada, e apezar destas e outras razões que saltão aos olhos, insistirão os commissarios portuguezes, apresentando novas reflexões na sessão de 2 de Agosto, como foi levado ao conhecimento do governo imperial em 7 do mesmo mez.

É uma especie de protesto para que não pareceisse que annuão ao que pelos commissarios brasileiros fora dito.

Haahi porém uma idéa, que aos commissarios brasileiros parece estranha: dizem que nunca reconhecerão, nem reconhecerem como obrigatorias para o seu governo as determinações do commandante de facto D. Alvaro, accrescentando que em tempo competente será ventilada essa questão.

Os commissarios brasileiros vêm já aqui o germen de uma nova questão, que a não ser resolvida desde já por mutuo accordo dos dous governos terá de por muito tempo empecer os trabalhos da commissão. Parece singular que se não queira reconhecer os actos praticados por D. Alvaro, quando existindo uma força portugueza em Montevideo, foi elle o seu commandante, ou porque para isso tivesse designação, ou porque pela legislação militar portugueza lhe pertencesse, sendo certo que o governo portuguez o deixou morrer em paz, sem que nunca por excesso ou abuso de poder o punisse.

A disciplina militar exige que em toda a parte onde existir uma força, haja ao mesmo tempo um commandante para ella, e até tem marcado quem deva elle ser. A esse commandante obedecerão todos, e é elle, ou em seu nome que se dão todas as ordens, e quem provê a todas as necessidades. E D. Alvaro foi commandante em Montevideo.

Entretanto, sendo já conhecida a opinião dos commissarios portuguezes, conveniente parece que seja esta questão resolvida quanto antes. Talvez seja essa a razão por que se oppoem elles a fixar o quantum das reclamações particulares.

A ultima sessão da commissão foi em 3 de Abril ultimo: nella o Ex.^{mo} visconde do Rio Bonito apresentou o decreto de 16 de Março, que o exonerou do lugar de vogal della, e Thomaz José Pinto Serqueira, outro da mesma data, nomeando-o em substituição: ambos os decretos tiveram o seu effeito. E por esta razão entregou o primeiro os autos que tinha em seu poder, que foram passados ao segundo.

Durante este anno nenhuma nova reclamação appareceu na commissão.

Da relação junta se verá que existem até hoje quarenta e oito reclamações, montando a Rs. 6,348:755:158, sendo a que mais avulta a do governo portuguez, na importancia de Rs. 3,843:761:137. É porém facil de ver que aquella somma terá de ser muito diminuida.

No exame destas reclamações continuão os commissarios, trabalho fastidioso e impróprio pela natureza dos documentos que as instruem, e para cada um dos quaes é necessario olhar com accurada attenção: sendo preciso que todos sejam examinados por todos os commissarios, do que vem que cada substituição na commissão traz a necessidade de novos exames. Todavia, terminadas as questões que hoje são tratadas pelo governo, terminado será em breve, ao que parece, o trabalho da commissão, que por sua parte, ao menos de si o dizem os commissarios brasileiros, não se poupa para levar a breve e bom fim.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1855.—THOMAZ JOSÉ PINTO SERQUEIRA.—FRUCTOSO LUIZ DA MOTA.

Documento a que se refere o relatório que precede dos Commissarios Brasileiros.

**Relação das reclamações entradas na Comissão Mixta
Brasileira e Portuguesa
do art. 3.º da Convenção até 23 de Abril de 1853.**

N.º	NOMES DOS RECLAMANTES.	QUANTIAS RECLAMADAS.
1	Manoel dos Passos Correa	156:863\$074
2	Filippe José das Neves	9:472\$874
3	Manoel Maria da Costa Posser.	31:550\$000
4	João Ventura Rodrigues	27:177\$100
5	Robert Showden	11:901\$728
6	Francisco da Sales Souza Tavares Carla.	3:243\$000
7	Joaquim Luiz Soares.	2:096\$847
8	Fernando Moralles	21:423\$000
9	Carlos Smith	21:197\$910
10	Francisco José de Amorim.	3:385\$550
11	O Governo Portuguez	3,843:761\$137
12	A Comissão Liquidadora do Banco do Brasil, cessionaria de João Gomes Lou- reiro & Filho	138:804\$000
13	Carlos Smith	16:300\$000
14	João da Silva Paranhos.	114:285\$120
15	Francisco de Sales Souza Tavares Carla, (é duplicata)	\$
16	O Governo Brasileiro	1,208:586\$124
17	Manoel Francisco Teixeira	384\$000
18	Inocencio José Fomes	10:828\$800
19	O Corpo do Commercio de Montevideo	106:522\$900
20	Idem	65:780\$000
21	João Viaz.	10:931\$150
22	Domingos Vasquez	19:735\$000
23	João Jakson	3:973\$700
24	Francisco de Souza Lobo.	29:220\$000
25	Idem	29:220\$000
26	Antonio José da Oliveira Barreiros.	96:632\$135
27	Idem	33:899\$325
28	Manoel Fernandes Lima.	12:093\$100
29	Idem	2:893\$700
30	Carneiro Bellens & C.	81:517\$820
31	João Benito Blanco	49:400\$000
32	João Ventura Rodrigues.	9:828\$550
33	Gabriel da Costa Carvalho & Filho.	11:081\$812
34	D. Joanna Maria de Araújo e Francisco Martins da Costa	12:561\$923
35	Manoel Francisco Teixeira	17:718\$660
36	Luiz da Costa Guimarães	4:179\$360
37	Joaquim Ferreira Alves.	9:156\$600
38	Domingos Lingo	6:830\$127
39	Zumaran & C.	13:427\$529
40	Idem	18:685\$100
41	Idem	12:953\$660
42	Idem	16:294\$831
43	Idem	6:183\$060
44	Pedro José de Souza.	17:776\$000
45	Antonio de Aranaça.	5:903\$430
46	Idem	4:139\$030
47	Idem	10:065\$400
48	João Gomes de Zaniga.	2:881\$960
	Rs.	6,348:755\$158

ANNEXO C.

HERANÇAS

**Interpretação do art. 6.º § 1.º da Constituição
do Imperio.**

Correspondencia entre o governo imperial e a legação de S. M. B. sobre o modo de serem arrecadadas e administradas as heranças dos subditos estrangeiros que fallecem no imperio e a interpretação do art. 6.º § 1.º da Constituição Brasileira.

N. 1.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 81. — Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1854.

Senhor. — Tendo recebido do conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M., um despacho com a data de 8 de Maio ultimo, com referencia á nota n.º 50, que tive a honra de dirigir a V. Ex.ª em 24 de Abril proximo passado, e que tratava das leis brasileiras sobre heranças, como affectando os subditos estrangeiros, e dos regulamentos ácerca das attribuições dos consules estrangeiros no Brasil, peço licença para levar ao conhecimento de V. Ex.ª as observações que se contém no dito despacho.

Os consules e subditos estrangeiros estão na Grãa-Bretanha sujeitos inteiramente ás leis e jurisdição ingleza em todos os casos civis e crimes; e como é impossivel alterar as leis da Grãa-Bretanha para pô-las de accordo com as do Brasil, se insistisse o governo imperial na reciprocidade aquelle respeito, os subditos britannicos terião de ficar sujeitos em todos aquelles casos á lei brasileira.

Pergunta-se agora e com razão: uma tal reciprocidade apparentemente bem entendida não redundaria em uma real e substancial injustiça para os subditos britannicos? Seria por ventura agradável, por exemplo, ao governo brasileiro se o de S. M. Britannica applicasse esse principio rigorosamente aos subditos do imperio residentes na Grãa-Bretanha, e os tivesse de tratar exactamente como o são os subditos britannicos no Brasil?

Os estrangeiros todos não são no Brasil tratados da mesma maneira como acontece na Inglaterra. Os Francezes, por exemplo, gozão de muitos privilegios de que não gozão os subditos britannicos e os outros estrangeiros. O principio portanto de igualdade de tratamento não é observado pelo governo do Brasil; e do facto de procurarem governos estrangeiros privilegios, por via de excepção, e de serem elles concedidos pelo governo imperial, pôde inferir-se que, para serem protegidos os interesses dos estrangeiros que residem e commercião no Brasil, não se tem julgado sufficiente iguala-los em tratamento aos subditos brasileiros.

O governo brasileiro deve desejar promover a residencia no Brasil de negociantes britannicos, que empregão os seus capitães e commercião com tanto proveito para os interesses do Brasil.

Se elle porém sujeita-os absolutamente ás leis do Brasil, quanto ao modo de disporem de seus bens, obterá um effeito inteiramente contrario, pois os obrigará a conservarem-se com seus capitães, tanto quanto seja possivel fóra do alcance da jurisdição brasileira.

Além disto; sendo tão consideravel no commercio do Brasil o que elle faz com a Grãa-Bretanha, é de esperar que os subditos desta, que commercião no Brasil, sejão pelo menos collocados sob o pé da nação a mais favorecida, sobretudo quando se observa que muito menos

consideravel é o commercio que fazem os Francezes, os quaes gozão entretanto de tão importantes privilegios.

Tendo a honra de submeter a V. Ex.^a estas observações do principal secretario do estado dos negocios estrangeiros de S. M., estou certo de que ellas merecerão a seria e favoravel consideração do governo imperial, na solução das questões, que fazem o seu objecto, que lhes é devida, e que se deve aguardar de um governo esclarecido, como é o governo imperial, e de seus amigaveis sentimentos para com a Grã-Bretanha.

Preraleço-me desta occasião para reiterar a V. Ex.^a as expressões da minha alta estima e consideração.

H. F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo. etc.

N. 2.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 110. — Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1854.

Sr. — Tendo transmittido ao conde de Clarendon uma copia da nota n.º 50 de 24 de Abrii ultimo que tire a honra de dirigir a V. Ex.^a sobre o objecto dos vexames de que os subditos Britannicos residentes neste paiz se queixão, pelo que respeita aos regulamentos brasileiros, quanto ao direito de poderem dispor de seus bens por testamento, e ao modo de serem administrados por sua morte, e tambem quanto á nacionalidade dos filhos nascidos de estrangeiros residentes no Brasil, recebi um despacho de S. S.^a informando-me que o governo de S. M. approva inteiramente aquella nota.

Fazendo-me esta communicação, o conde de Clarendon ordenou-me que informasse a V. Ex.^a que a minha nota e o memorandum do Sr. consul Westwood que a acompanhou, merecerão toda a consideração do governo de Sua Magestade, como a fiel expressão do modo por que elle aprecia os motivos de queixa que tem os subditos britannicos no Brasil.

S. S.^a recommendou-me portanto que recorresse por parte do governo de S. M. ao de S. M. o Imperador para que não permita que continuem estes gravames, entendendo que assim procedendo-se, ao mesmo tempo que se não deroga a dignidade nem se prejudica os interesses do Brasil, attende-se ao bem estar e socego dos subditos britannicos que residem nelle e promovem-se aquelles sentimentos amigaveis entre os dous paizes, que ambos os governos tem por dever animar.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a a segurança da minha perfeita estima e distincta consideração.

HENRY FRANCIS HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 3.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 22. — Legação Britannica. Rio de Janeiro, 16 de Março de 1855.

Sr. — Nas minhas notas n.º 50 de 24 de Abril, 84 de 10 de Junho, e 110 de 10 de Agosto do anno passado, assim como em repetidas communicações verbaes, tive a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª os gravames, que soffrião os subditos Britannicos, em consequencia da execução da legislação brasileira sobre as heranças, e administração dos bens dos estrangeiros que fallecem no imperio, e de manifestar quaes erão as idéas do governo de Sua Magestade a este respeito, e os motivos que tinha para esperar que os subditos Britannicos fossem nesta parte, ao menos, tratados como os subditos da nação mais favorecida, isto é, no mesmo pé dos subditos francezes.

Por diversas vezes teve V. Ex.ª a bondade de assegurar-me das boas disposições em que estava o governo imperial de rever aquelles regulamentos com o fim de introduzir nelles modificações, pelas quaes fossem removidas ao menos algumas das queixas de que tenho sido orgão; e no relatorio apresentado á assemblea legislativa em 13 de Maio ultimo, V. Ex.ª tratou das controversias havidas com os governos estrangeiros por motivo da execução do regulamento brasileiro de 9 de Maio de 1842, á vista do que dispunha o decreto de 8 de Novembro de 1851 e em consequencia da lei brasileira sobre a nacionalidade, como era estabelecida no artigo 6.º da constituição.

Noquelle relatorio teve V. Ex.ª a bondade de publicar, como eu o desejava, conjunctamente com outra correspondencia da legação de Sua Magestade, a minha nota acima referida n.º 50 de 24 de Abril ultimo, e os documentos que lhe forão annexos.

Porém, posto que já tenha decorrido desde então quasi um anno, depois que resumi com V. Ex.ª a discussão dessas questões, debatidas e tratadas entre o governo de S. Magestade e o Imperial, desde que terminou o tratado de amizade e commercio entre a Grã Bretanha e o Brasil, não tem ellas ainda tido uma solução reduzida a acto.

Em uma conferencia, que tive a honra de ter com V. Ex.ª em 13 de Outubro ultimo, declarou-me V. Ex.ª que tinha em consideração a revisão dos regulamentos sobre a administração dos bens deixados por estrangeiros que fallecem no Brasil e o assumpto das attribuições consulares, e que brevemente se tomaria uma resolução, dizendo-me V. Ex.ª; que algumas modificações serião introduzidas quanto ao principio da reciprocidade; e quanto á questão da alteração da legislação brasileira relativa á nacionalidade dos filhos nascidos no Brasil de pais estrangeiros. declarou-me V. Ex.ª que ella apresentava difficuldades maiores e constitucionaes, que não podião ser decididas sem o concurso do corpo legislativo.

Se bem me lembro, a ultima occasião em que tive a honra de fallar a V. Ex.ª sobre as questões das heranças e attribuições consulares foi em 29 de Janeiro ultimo, informando-me V. Ex.ª que o presidente do conselho havia nomeado um empregado da sua repartição para fazer um relatorio sobre ellas, mas que aquelle empregado não o havia terminado ainda.

Considerando que o tempo passa, e que não ha negocio em que o governo de Sua Magestade tome maior interesse, do que o que faz o objecto desta nota, peço licença para sobre elle chamar de novo a attenção de V. Ex.ª, na esperanza de que V. Ex.ª estará brevemente habilitado a annunciar-me uma solução conforme com os desejos do governo de Sua Magestade.

Prevaleço-me desta occasião para renovar a V. Ex.ª as seguranças de minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Visconde de Albuquerque, etc.

N. 4.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 10. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 19 de Março de 1855.

Tenho presente a nota que sob n.º 22 me dirigio em 16 do corrente o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. a Rainha da Grã-Bretanha.

Nessa nota chama o Sr. Howard a minha attenção para as suas anteriores de n.º 50 de 24 de Abril, n.º 84 de 16 de Junho, e n.º 110 de 10 de Agosto do anno passado, pedindo-me ao mesmo tempo uma solução ás queixas, constantes de todas ellas, dos gravames, que diz terem soffrido os subditos de sua nação, em consequencia da execução da lei brasileira, relativa á administração dos bens deixados pelos estrangeiros que morrem no Brasil, e acrescentando que o seu governo tem toda a razão para esperar, que os subditos britannicos serão equiparados no Brasil nos das nações mais favorecidas, isto é, aos subditos francezes.

Tendo lido com toda a attenção a nota do Sr. Howard, a qual, além do que fica dito, trata tambem da questão sobre a nacionalidade dos filhos que nascem no Brasil de pais estrangeiros, só me cumpre por ora assegurar-lhe, em resposta, que o governo imperial occupa-se seriamente do objecto de sua dita nota, e apesar de não ter ainda podido ser resolvido, pelas difficuldades que apresenta, espera o mesmo governo, que o será com a brevidade que for possível.

Aproveito a occasião para reiterar ao Sr. Howard os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

VISCONDE DE ARAUJO.

Ao Sr. Henry F. Howard, etc.

Ordens expedidas em 16 de Dezembro de 1854 pelo governo de S. M. Fidelissima para a fiel execução do accôrdo celebrado com o Brasil sobre a arrecadação e administração das heranças de subditos Brasileiros fallecidos em Portugal e seus domínios.

N. 5.

Nota da legação imperial em Lisboa ao governo de S. M. Fidelissima.

Legação imperial do Brasil. — Lisboa, 30 de Novembro de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nesta corte, tem a honra de dirigir-se ao Sr. visconde de Athouguia, ministro e secretario de estado das relações exteriores neste reino, a fim não só de chamar a attenção de S. Ex.ª sobre a irregularidade praticada pelo juiz do direito de Almada no objecto, que constitue o assumpto da communicação junta do consulado geral do Brasil nesta capital, senão tambem de sollicitar a exacta observancia do

real decreto de 10 de Março de 1852, o qual em reciprocidade ás garantias atiaçadas pela legislação brasileira aos subditos Portuguezes no que toca a arrecadação e administração dos bens deixados em caso de óbito occorrido no Imperio, estabelecem formalmente as regras pelas quaes se devem dirigir os respectivos juizes portuguezes na arrecadação dos espólios dos Brasileiros fallecidos em Portugal e seus domínios. Como o Sr. visconde de Athoia facilmente verificará á vista do officio referido, o espólio do subdito Brasileiro José Joaquim Simões fallecido, no Lazareto em 17 de Julho da anno corrente, tem-se conservado até hoje em poder do mencionado juiz, sem que se hajão observado as formalidades estatuidas no decreto citado, arredando-se assim a legal intervenção do consulado brasileiro nas operações á que se deve proceder para proteger e garantir os direitos dos interessados, que residem no Brasil.

Não entra no proposito do abaixo assignado por um só momento em duvida a rectidão e integridade do juiz do direito de Almada na omissão assignalada; muito pelo contrario se compraz elle em reconhecer-las. Sem embargo devendo tal omissão attribuir-se á insciencia da legislação de que se trata por effeito da sua novidade, é esta uma valiosa razão para que o abaixo assignado leve o presente facto á apreciação do Sr. visconde de Athoia, affim de se procurar vulgarisar pelos meios que parecerem convenientes a doutrina do referido decreto, assim como as obrigações, que aos juizes são prescriptas nos casos como o de que se trata.

Importando firmar de uma maneira pratica e inconfussa a execução dos princípios que os dous governos tem adoptado na materia em questão, affim de se removerem no futuro as duvidas e contestações, que da sua inobservancia podem derivar, o abaixo assignado julga prevenir os desejos do Sr. visconde de Athoia offerecendo á sua consideração o facto, que acaba de relatar; e ainda por esta occasião espera a expedição das necessarias ordens affim de que por uma medida geral se acantelem taes inconvenientes.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para repetir ao Sr. visconde de Athoia as expressões da sua distinta estima, e mui encarecida consideração.

ANTONIO PEREGRINO MACIEL MONTEIRO.

N. 6.

Nota do governo de S. M. Fidelissima á legação imperial em Lisboa

Paez, em 2 de Dezembro de 1854.

M.^{to} o Ex.^{to} Sr.—Tive a honra de receber a nota que V. Ex.^a se serviu dirigir-me em 30 de Novembro ultimo, chamando a attenção do governo de S. Magestade sobre o procedimento do juiz do direito d'Almada, com o espólio do subdito Brasileiro José Joaquim Simões, e pedindo a adopção de providencias adequadas para que sejo fielmente cumpridas as formalidades prescriptas no decreto de 10 de Março de 1852, que estabelecem as regras que devião seguir-se na arrecadação e administração das heranças dos subditos Brasileiros fallecidos neste Reino.

Vou dar conhecimento da sobrelita nota ao Sr. ministro da justiça, rogando ao mesmo tempo a S. Ex.^a, que haja de tomar o seu conteúdo na devida consideração, e reserve-me communicar opportunamente á V. Ex.^a a resposta que receber sobre este negocio.

Renovo por esta occasião á V. Ex.^a os protestos da minha alta consideração.

Visconde de Athoia

Sr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

N. 7.

Nota do governo de S. M. Fidelissima á legação imperial em Lisboa.

Pago, em 19 de Dezembro de 1854.

Ill.^{ma} e Ex.^{ta} Sr.—Em additamento á minha nota de 2 do corrente, tenho a honra de participar a V. Ex.^{ta}, que em officio de 16 do referido mez me communicou o Sr. ministro da justiça ter naquella data expedido circular ás presidencias das relações e á procuradoria geral da corôa (como V. Ex.^{ta} poderá ver no *Diario do hoje*) para que as autoridades judicias e os agentes do ministerio publico possuão dar nos casos occorrentes, segundo lhes competir, prompta e cabal execução ao decreto de 10 de Março de 1852, relativo a arrecadação e administração das heranças de subditos Brasileiros fallecidos em Portugal e seus domínios; ordenando outro sim á presidencia da relação de Lisboa que, averiguando o que ha no juizo de direito da Almada, respectivamente ao expolio do subdito Brasileiro José Joaquim Simões, finado em 17 de Julho proximo passado, e dando as instruções que se mostrarem convenientes em vista do dito decreto, informe depois com o seu parecer. Renovo por esta occasião a V. Ex.^{ta} os protestos da minha alta consideração.

VISCONDE DE ATHOUEIA.

Ao Sr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

Portaria a que se refere a nota acima.

REPARTIÇÃO DA JUSTIÇA.

Manda S. M. el-rei, regente em nome do rei, que o conselheiro presidente da relação de Lisboa, tendo em vista o decreto com força de lei de 10 de Março de 1852, publicado no *Diario do Governo* n.^o 73 com os artigos do regulamento a que se refere, sobre o modo como se devem haver as autoridades judicias portuguezas na arrecadação e administração das heranças de subditos brasileiros fallecidos em Portugal e seus domínios, em reciprocidade do que se pratica no imperio do Brasil acerca dos espolios de subditos portuguezes ali fallecidos, dê inteiro conhecimento do mesmo decreto ás autoridades judicias do districto da Relação a que preside, além de que ellas possuão prestar-lhe, nos casos occorrentes, a mais prompta e cabal execução, como é de interesse publico.

Pago, em 16 de Dezembro de 1854.

FREDERICO GUILHERME DA SILVA PEREIRA.

Identicas aos conselheiros presidentes das relações do Porto e dos Açores; e ao conselheiro procurador da corôa, para conhecimento dos magistrados e agentes do ministerio publico.

Intelligencia do art. 34 do Decreto do governo de S. M. F. de 10 de Dezembro do anno proximo passado sobre a arrecadação das heranças, bens e cabedaes dos defuntos e ausentes no Estado da India.

N. 8.

DECRETO.

Portugal. — Ministerio dos negocios da marinha e ultramar.

Serção do Ultramar.

Havendo o governador geral do Estado da India submettido á regia approvação, em officio de 11 de Julho de 1853, o regimento que para a arrecadação e administração das heranças,

bens e cabedae dos defuntos e ausentes no dito Estado, fôra organizado pela respectiva junta da fazenda, na conformidade do artigo 6.º do decreto de 18 de Setembro de 1844, e pelo mesmo governador geral, com o voto do conselho do governo, mandado executar por portaria de 10 de Junho do dito anno, em razão da urgente necessidade que assim o reclamava: hei por bem, em nome de el-rei, conformando-me com o parecer do conselho ultramarino, em consulta de 4 de Agosto do corrente anno, e usando da faculdade concedida pelo paragrapho 1.º do artigo 15 do acto adicional á carta constitucional da monarchia, depois de ouvido o conselho de ministros, approvar o sobredito regimento, o qual faz parte deste decreto, e com elle baixa assignado pelo respectivo ministro e secretario de estado. O visconde d'Athoquia, par do reino, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e dos da marinha e ultramar, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de Dezembro de 1854. — REI, Regente. — *Visconde d'Athoquia.*

**REGIMENTO PARA A ARRECADAÇÃO DAS HERANÇAS, E CABEDAE DOS DEFUNTOS
E AUSENTES NO ESTADO DA INDIA.**

CAPITULO I.

Da arrecadação e administração das heranças, bens e cabedae dos defuntos e ausentes.

Art. 1.º A jurisdição voluntaria e administrativa sobre as heranças, bens e cabedae dos defuntos e ausentes, sem herdeiros legitimos, ou testamentarios, no Estado da India, compete á junta da fazenda publica do mesmo Estado, nos termos do decreto de 18 de Setembro de 1844.

Art. 2.º Proceder-se-ha porém á arrecadação das mesmas heranças, bens e cabedae até a effectiva venda de todo o espolio, em hasta publica, pelos juizes de direito das comarcas de Goa, Salsete e Bardez, e provincias annexas das novas conquistas, e pelos juizes das praças de Damão e Dio.

Art. 3.º Logo que cada um dos mesmos juizes tiver noticia de haver fallecido, ou ausentado-se da respectiva comarca para lugar incerto, algum individuo cuja herança, bens e cabedae devão ser arrecadados por parte da fazenda dos defuntos e ausentes, comparecerá com o respectivo escrivão, na casa da residencia do defunto ou ausente, para, em presença de tres testemunhas e dous louvados, para este fim nomeados, proceder ao inventario do espolio.

§ unico. Para que desde logo se possa proceder ao inventario, e afim de evitar o descaminho dos bens ou heranças, a pessoa cu cuja casa alguém, que não seja natural do paiz, fallecer ou della se ausentar para lugar incerto, será obrigada a participa-lo immediatamente ao juiz da respectiva comarca, sob pena de uma multa de 400 xerafins, em conformidade do cap. 3.º, *in fine*, do regimento de 10 de Dezembro de 1613.

Art. 4.º Findo o inventario, será tudo entregue a um depositario, competentemente nomeado, com as formalidades, e debaixo das penas estabelecidas no capitulo 9.º do regimento de 10 de Dezembro de 1613, para ser conduzido ao respectivo deposito, afim de se proceder á sua venda em hasta publica.

Art. 5.º A autoridade competente porá á disposição dos juizes de direito nas comarcas de Goa, Salsete e Bardez, e provincias annexas das novas conquistas, e nos estabelecimentos de Damão e Dio, sempre que lh'a requisitarem, a força necessaria para a boa guarda dos ditos bens, enquanto não fôrem inventariados e arrecadados.

§ unico. A cada praça empregada neste serviço se abonará, enquanto elle durar, uma gratificação igual á metade do seu vencimento diario.

Art. 6.º Os bens e cabedae de negociantes fallecidos, com sociedade, serão arrecadados, administrados e liquidados pelo socio que sobreviver; e, sendo mais de dous os socios, por aquelle que tinha o direito de gerir, e, na falta deste, pelo liquidatario em que accordarem.

§ unico. A disposição deste artigo não deroga a da parte final do artigo 699 do Codigo Commercial.

Art. 7.º Os bens e cabedae dos individuos fallecidos, devedores a negociantes por quantias devidamente legalizadas, provenientes de transacções commerciaes, e que excedão a 400 rs., serão do mesmo modo arrecadados, administrados e liquidados por dous dos credores que melhor garantia offerecerem, nomeados pela junta, sobre proposta dos mesmos credores.

§ unico. Estes administradores, assim nomeados, só poderão arrecadar, administrar e liquidar o que baste para completo pagamento da divida legalizada.

Art. 8.º Os bens e cabedacs das heranças a que se refereia os dous artigos antecedentes, serão entregues por inventario, a que deverá assistir o juiz de direito respectivo, ao socio gerente, ou aos administradores, além do os liquidar; devendo, no prazo de dous annos, prestar contas perante a junta da fazenda, e recolher no respectivo cofre o producto que pertencer ás ditas heranças; não podendo a junta entrar na administração dos mesmos bens e cabedacs antes de findar este prazo, nos termos prescriptos no artigo 2.º do alvará de 17 de Junho de 1766, na parte em que diz: — Findo porém o tempo de dous annos, poderá o juizo dos defuntos e ausentes entrar na administração dos bens e heranças dos socios fallecidos e dos devedores a negociantes, tomando contas ao administrador nomeado da sua administração, mas sem despezas de esportulas.

Art. 9.º Quando houver de proceder-se á venda dos bens que menciona o artigo 6.º e 7.º, será ella sempre feita em hasta publica com assistencia, não só do socio gerente, ou dos administradores, mas tambem dos empregados respectivos, guardando-se em tudo as mesmas formalidades que estão em pratica a respeito de arrematações de outros quaesquer bens de defuntos e ausentes, e applicando-se aos contraventores desta disposição as penas cominadas no capitulo 5.º do regimento de 10 de Dezembro de 1613.

§ unico. No caso de rateio, ou de integral pagamento de dividas aos credores, de que tratão os artigos 6.º e 7.º, será um ou outro sempre determinado pela junta da fazenda, e publicado no Boletim Official, depois de obtidos pela contadoria os esclarecimentos necessarios.

Art. 10.º Havendo testamento, será este cumprido pelos testamenteiros, a quem as respectivas heranças devem ser entregues por meio de inventario, a que a junta da fazenda mandará proceder. Os testamenteiros prestarão contas perante a mesma junta, e entrarão no cofre com o producto que se liquidar, dentro de um anno e uma mez, a contar da morte do testador; salvo se este em seu testamento expressamente isentar o testamenteiro dessa obrigação, em cujo caso nenhuma autoridade se intrometterá na gerencia da herança.

§ 1.º Exceptua-se a hypothese de constar á junta da fazenda, por um modo authenticico, que o testamenteiro delapida os bens e cabedacs da herança, porque neste caso pôde a junta entrar na administração dos mesmos bens, nos termos que prescreve o alvará de 17 de Junho de 1766, na parte que já fica mencionada no artigo 8.º do presente regimento.

§ 2.º Quando porém a junta reconhecer que ha causas justificadas para se prorogar o termo de um anno e uma mez, poderá conceder-se a prorrogação, contanto que não exceda de onze mezes; vindo a ser dous annos o maximo do prazo, dentro do qual os testamenteiros devem prestar as suas contas.

Art. 11.º Se durante o referido prazo, ou enquanto existir no cofre dos defuntos e ausentes o producto das heranças mencionadas no artigo precedente, se apresentar por si, ou por seu procurador devidamente autorizado, o herdeiro legitimo ou instituido no testamento, devidamente habilitado, a junta da fazenda devolverá ao herdeiro toda a acção e direito que até então lhe competia.

§ 1.º A autoridade competente, depois de aberto qualquer testamento, mandará logo extrahir uma cópia d'elle, que remetterá no prazo de 24 horas ao juiz de direito encarregado da arrecadação dos bens dos defuntos e ausentes do seu districto, além de se verificar se elle deverá intervir na arrecadação do respectivo espolio. Quando assim deva ser, a referida cópia, será junta por termo ao inventario respectivo. Pela fazenda do defunto será satisfeito o salario devido pela extracção da cópia.

§ 2.º A junta da fazenda mandará registar do original, em livro para isso destinado, todos os testamentos em que fór interessada a fazenda dos defuntos e ausentes.

CAPITULO II.

Das inventarios, venda de bens, processos para pagamento de dividas e mais despezas e escripturação e cargo da secção da contadoria geral do Estado, respecticos aos defuntos e ausentes.

Art. 12.º Haverá na repartição da contadoria geral uma secção de contabilidade para a escripturação do producto dos espolios dos defuntos e ausentes.

Art. 13.º Aberto o inventario, se começará por deferir ás pessoas que morarem na casa em que residia o defuncto ou ausente, aos vizinhos mais proximos e a outros quaesquer individuos que parecer poderem ter noticia do que elle possuia, juramento de manifestarem, ou declararem tudo que pertencer ao espolio: sendo todas perguntadas sobre a naturalidade, idade, estado e filiação do fallecido, ou ausente, e bem assim se sabem ter havido furto ou extravio no mesmo espolio.

Art. 14.º Tomadas as declarações exigidas no artigo antecedente, descrever-se-hão em seguida, em addições distinctas e numeradas, todos os bens e cabedaes que se encontrarem, como dinheiro, joias, bens moveis, semoventes, e de raiz, e tambem as dividas activas e passivas, direitos e acções que constarem de livros de escripturação, ou titulos legaes.

Art. 15.º A junta da fazenda publica enviará todos os trimestres ao ministerio da marinha e ultramar relação circumstanciada de todas as heranças que se tiverem arrecadado, assim como cópia das listas mortuarias que os parochos e as autoridades competentes devem remetter á mesma junta.

Art. 16.º Todos os bens e cabedaes serão vendidos em hasta publica, a quem mais der, com as solemnidades da lei e estylo, debaixo da pena cominada no capitulo 5.º do regimento de 10 de Dezembro de 1613 *in principio*.

Art. 17.º Os bens de raiz não poderão ser vendidos, mas serão arrendados em praça, entrando o seu rendimento no colre respectivo.

Poderão porém ser vendidos:

1.º Os predios urbanos em casos de imminente risco de ruina ou deterioração;

2.º Tanto os predios urbanos como os rusticos, quando o preço seja indispensavel para pagamento de credores devidamente habilitados.

Quaesquer predios, tanto rusticos como urbanos, só poderão ser vendidos, em hasta publica, precedendo deliberação da junta da fazenda.

Art. 18.º E' prohibido a qualquer empregado da arrecadação dos bens dos defunctos e ausentes arrematar por si, ou por interposta pessoa, objectos pertencentes aos respectivos espolios; entendendo-se esta prohibição nos mesmos termos e sob as mesmas penas que marca o capitulo 5.º do regimento de 10 de Dezembro de 1613.

Art. 19.º Os inventarios serão feitos em papel sellado da taxa legal á custa do espolio respectivo.

Art. 20.º Verificada a venda do espolio, o juiz inventariante remetterá á junta da fazenda publica o respectivo producto com os autos do inventario e todos os mais papeis relativos.

Art. 21.º Pagar-se-hão, por deliberação da junta, a requerimento dos interessados:

1.º As letras de cambio cujo vencimento fôr posterior ao fallecimento ou ausencia das pessoas por ellas obrigadas;

2.º As dividas que constarem por escripturas publicas, ou por documentos, que em direito se considerem equivalentes;

3.º As dividas que, não excedendo a 100:000 rs., fõrem justificadas perante o juiz de direito da comarca, ou ordinario do julgado, com audiencia do ministerio publico; ficando responsaveis por semelhantes pagamentos aquelles que os ordenarem, com falta de alguma das solemnidades da lei e estylo. Os documentos originaes justificativos dos pagamentos já effectuados serão remettidos pela junta da fazenda na primeira embarcação que subir para o reino, nos termos do artigo 7.º do decreto de 18 de Setembro de 1844;

4.º As despesas do funeral, que serão feitas com attenção á qualidade da pessoa do fallecido e ás forças do espolio, não podendo porém taes despesas exceder nunca á quantia de 300 xerafins;

5.º Os salarios que se deverem aos criados do fallecido.

Art. 22.º Tambem por deliberação da junta, a requerimento dos interessados, se entregarão quaesquer penhores, depositos, consignações e fazendas que se acharem no espolio do defuncto ou ausente, precedendo as provas que vão designadas no numero 2.º do artigo antecedente, e com as mesmas cautelas e cominações que nelle se estabelecem para o caso, que foltam as solemnidades da lei e estylo.

Art. 23.º Haverá na respectiva secção da contadoria, devidamente rubricados e encerrados, os livros que fõrem precisos para se escripturar com clareza e regularidade tudo quanto pertencer aos bens dos defunctos e ausentes; ficando incursos nas disposições do capitulo 2.º do regimento de 10 de Dezembro de 1613, os que escreverem alguma receita ou despesa em livros que não estejam assim competentemente rubricados e encerrados.

Art. 24.º E' expressamente prohibido a qualquer empregado levar para fóra da competente secção, livros, inventarios, appensos, testamentos ou outros quaesquer papeis, sob pena de uma multa de 20:000 fôrtes: ficando sujeitos ás penas que lhes deverem ser impostas em processo criminal, nos casos de subtracção, suppressão ou descaminho de qualesquer dos mencionados papeis e documentos.

Art. 25.º A junta, não havendo inconveniente, poderá permittir que os interessados examinem na competente secção, em presença de um empregado, quaesquer papeis relativos a negocios da fazenda dos defuntos e ausentes; pagando a título de emolumentos uma quantia igual ao vencimento diario do empregado que para este fim fór distribuido do serviço.

Art. 26.º Pelas liquidações e certidões, a requerimento do partes, levar-se-hão os emolumentos marcados na tabella da junta da fazenda; e por outros quaesquer processos, o que se contar pela tabella judicial em vigor na comarca.

CAPITULO III.

Da remessa do producto dos espolios para o deposito publico de Lisboa.

Art. 27.º Logo que pela respectiva secção da contadoria da junta da fazenda se hajão liquidado os productos dos espolios dos defuntos e ausentes, a mesma junta ordenará a sua remessa para o deposito publico de Lisboa, pelo modo estabelecido no artigo 7.º do decreto de 18 de Setembro de 1844, e conjunctamente se remetterão os inventarios originaes, testamentos e mais papeis, bem como uma conta, devidamente documentada, de todas as despesas que se tiverem feito e dos pagamentos de dividas, ou de rateios, quando os haja, ficando cópia de tudo nos competentes livros de registo.

Art. 28.º As despesas provenientes de fretes, quando se devão pagar da remessa dos mesmos productos para o deposito publico, ou do seguro que delles se fizer, serão pagos em Lisboa pelo mesmo deposito á custa do respectivo espolio.

CAPITULO IV.

Disposições especiaes para os estabelecimentos de Damão e Dio.

Art. 29.º Nas praças de Damão e Dio, devendo os productos dos espolios dos defuntos e ausentes ser recolhidos nas respectivas feitorias, com as formalidades prescriptas neste regimento, os adjuntos das mesmas praças os remetterão opportunamente á junta da fazenda publica, com os inventarios e mais papeis que lhes fôrem relativos.

Art. 30.º Os mesmos adjuntos só poderão mandar satisfazer as despesas dos funeraes e o pagamento dos salarios dos criados, ficando todas as mais despesas e pagamentos, sejam elles de que natureza fôrem, sujeitos á deliberação da junta da fazenda publica.

CAPITULO V.

Da arrecadação das heranças dos que fallecerem em viagem, ou em algum dos portos da provincia.

Art. 31.º Fallecendo alguma pessoa a bordo dos navios nacionaes, ou seja em viagem ou em algum dos portos do dito Estado, os capitães, mestres ou pilotos dos navios, mandarão logo fazer inventario, na presença de duas testemunhas, conforme dispõe o artigo 1475 do Codigo Commercial, de todos os bens e cabedoes que se lhe acharem, devendo o inventario ser assignado pelo capitão, mestre ou piloto, e pelas referidas testemunhas.

Art. 32.º Assim que os navios derem fundo no porto de Gôa, os capitães, mestres ou pilotos entregarão os sobreditos bens e cabedoes, juntamente com o seu inventario, á junta da fazenda publica, que procederá a respeito delles do mesmo modo que está determinado para os bens dos que morrem em terra. A junta da fazenda fará entrega delles ao juiz de direito das ilhas, para seguir os termos indicados nos artigos 2.º e 4.º

§ unico. Se os navios se destinarem para Damão ou Dio, a entrega do espolio será feita aos adjuntos daquelles estabelecimentos.

CAPITULO VI.

Da arrecadação das heranças dos militares arregimentados que fallecerem.

Art. 33.º Os commandantes dos corpos remetterão ao cofre dos defuntos e ausentes o producto da venda dos espolios dos officiaes e soldados dos mesmos corpos que fallecerem sem herdeiros presentes; devendo esta venda ser feita no proprio quartel e local do fallecimento, e a remessa do seu producto, acompanhada dos respectivos inventarios, a que, em todo o caso, deverão ter procedido os ditos commandantes. Esta disposição porém não será applicavel aos espolios de officiaes que residão fóra de quartéis, propriamente ditos, porque neste caso proceder-se-ha em conformidade com o artigo 3.º

§ unico. Se, por alguma razão especial, se reconhecer e provar que convém mais aos interesses da fazenda e dos respectivos herdeiros não vender os espolios, mas remetter os proprios objectos de que elles se compoem para o cofre dos defuntos e ausentes, o commandante do respectivo corpo consultará logo a junta sobre a conveniencia da remessa, e com sua resolução a fará effectiva, acompanhando-a do competente inventario.

CAPITULO VII.

Das heranças, bens e cabedaes dos estrangeiros defuntos e ausentes.

Art. 34.º As heranças, bens e cabedaes dos estrangeiros defuntos ou ausentes, sem herdeiros presentes, legitimos ou testamentarios, serão arrecadados na conformidade do disposto neste regimento, excepto no caso de haver agentes consulares a quem tal arrecadação pertença, em virtude de tratados com as respectivas nações.

Disposições geraes.

Art. 35.º As despesas do material para a arrecadação e administração das heranças, bens e cabedaes dos defuntos e ausentes; os emolumentos dos empregados de fazenda e justiça, regulados pelas respectivas tabellas e a gratificação ás praças de pret de que trata o artigo 5.º, § unico deste regimento, será tudo pago, mediante previa liquidação da contadoria, e despacho da junta da fazenda publica, pelo producto dos espolios recolhidos no respectivo cofre.

Secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de Dezembro de 1854.

VISCONDE D'ATOUGUA.

N. 9.

Nota da legação imperial em Lisboa ao governo de S. M. Fidelissima.

Legação imperial do Brasil. — Lisboa, 28 de Janeiro de 1855.

III.ª e Ex.ª Sr. — Por Decreto de 10 de Dezembro do anno findo, houve o governo de S. M. Fidelissima por bem promulgar o Regulamento para a arrecadação das heranças, bens e cabedaes dos defuntos e ausentes no Estado da India, que se lê no *Diário do Governo* n.º 14; e referindo-se no Cap. 7.º, art. 34 ás heranças, bens e cabedaes dos estrangeiros defuntos e ausentes, estabelece o mesmo Decreto como limitação ás regras adoptadas para os subditos portuguezes o precípua caso de haver agentes consulares a quem tal arrecadação pertença em virtude de tratados com as respectivas nações.

Pelo Decreto de 10 de Março de 1852, do governo fidelissimo, as garantias contidas na mencionada excepção foram concedidas aos subditos de S. M. o Imperador do Brasil em reciprocidade ás immunições de igual natureza outorgadas aos Portuguezes pelo Decreto

imperial de 8 de Novembro de 1851, que regulou o modo e a forma de arrecadação e administração das heranças e bens dos estrangeiros fallecidos no imperio do Brasil.

Por effeito deste accordo é manifesto que a arrecadação dos espólios dos Brasileiros fallecidos na India deve ser regulada segundo a generalidade dos principios estabelecidos no referido Decreto de 10 de Março de 1852. Esta doutrina é clara e evidente, e não pôde deixar de ser aceita e professada pelo governo de S. M. Fidelissima.

Todavia, podendo succeder, que na execução do Decreto novissimo se suscitem duvidas acerca da verdadeira intelligencia da palavra — Tratado — que no citado art. 34 se acha consignada, a qual com boa ou má fé pôde ser definida e entendida no presente caso como um pacto celebrado entre o governo fidelissimo e outro qualquer, revestido de todas as formalidades externas usadas no direito internacional, em cujas condições não está o ajuste firmado entre os governos do Brasil e de Portugal, embora as obrigações e direitos que delle reciprocamente derivão tenham a mesma força e virtude; por estes motivos o abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nesta corte, julga do seu dever dirigir-se ao Sr. visconde de Athoгуia, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, afim de sollicitar do governo de S. M. Fidelissima a interpretação authentica do artigo em questão, em ordem a acutelar-se no futuro qualquer funesta ambiguidade pela qual se possa pôr em duvida os direitos dos subditos de S. M. o Imperador do Brasil, no que toca á arrecadação das heranças e bens dos que fallecerem no Estado da India.

O abaixo assignado está bem certo de que a expressão — Tratados — foi empregada na verbalisação do artigo referido em sentido lato, e comprehensivo de todos os accordos e ajustes a que se achia ligado o governo de S. M. Fidelissima, seja qual for sua forma ou caracter; sem embargo, no intento de evitar os inconvenientes apontados, antecipa-se elle a provocar a explieção supradita, a qual não poderá deixar de ser concebida em termos claros e explicitos, e em tudo conforme com os principios acima expostos.

Por esta occasião o abaixo assignado tem a honra de renovar a S. Ex.^a o Sr. visconde de Athoгуia as seguranças da sua distincta estima e elevada consideração.

ANTONIO PEREGRINO MACIEL MONTEIRO.

A S. Ex.^a o Sr. visconde de Athoгуia, etc.

N. 10.

Nota da legação de S. M. F. á legação imperial em Lisboa.

Pago. em 21 de Fevereiro de 1855.

M.^{to} e Ex.^{to} Sr. — Em additamento á minha nota de 8 do corrente, accusando a recepção da que V. Ex.^a se servio dirigir-me em 28 de Janeiro ultimo, na qual pedia uma declaração authentica sobre a verdadeira intelligencia da palavra *Tratados*, consignada no art. 34 do Regimento, para a arrecadação das heranças, bens e cabedaes dos defuntos e ausentes no Estado da India, approved pelo Decreto de 20 de Dezembro do anno proximo passado: tenho a honra de dizer a V. Ex.^a, em referencia a um officio que recebi do ministerio da marinha com data de 15 deste mez, que o governo de S. Magestade não teve de modo algum em mente no emprego da palavra — *Tratados* —, consignado no referido artigo, o restringir ou contrariar o que sobre tal assumpto estivesse estipulado com os governos das nações estrangeiras, quer fosse por meio de convenções, ou de trocas de notas ou de publicações de decretos, pelos quaes fossem concedidas quaesquer garantias aos respectivos subditos das mesmas nações.

Esperando que V. Ex.^a ficará satisfeito com esta declaração, prevaleço-me desta oportunidade para renovar-lhe os protestos da minha alta consideração.

VISCONDE DE ATHOГUIA.

Sr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

Arrecadação de heranças dos subditos brasileiros em França.

N. 11.

Nota da legação imperial em França ao governo francez.

Legação imperial do Brasil em França. — Paris, em 18 de Janeiro de 1855.

Sr. ministro. — V. Ex.^a sabe que as attribuições do corpo consular no Brasil foram definidas pelo Regulamento annexo ao Decreto de 8 de Novembro de 1851, e que muitos artigos deste referem-se a participação dos consules estrangeiros das formalidades requeridas nas successões *ab intestato* reclamadas pelos seus compatriotas.

Não pedirei portanto a V. Ex.^a, em semelhante assumpto, poderes mais extensos para os consules estrangeiros do que aquelles, cuja reciprocidade foi concedida aos consules francezes no Brasil.

Entretanto, Sr. ministro, se a vossa legislação fosse mais ampla a este respeito, haveria equidade em não recusar-se este beneficio aos agentes consulares do meu paiz, nos casos excepçionaes que fossem submettidos á judiciosa decisão de V. Ex.^a

É sobre um caso desta natureza que vou ter a honra de chamar a attenção de V. Ex.^a No dia 4 de Janeiro ultimo falleceu em Paris o Sr. José Antonio Marques Braga, subdito brasileiro, deixando um filho, do primeiro matrimonio, nascido e domiciliado no Brasil, e dois outros menores do segundo matrimonio, nascidos em França e que ali estão em companhia de sua mãe.

A maneira de proceder quanto ao primeiro destes herdeiros do Sr. Braga, é simples e clara, o Sr. consul geral do Brasil não prevê difficuldade alguma no cumprimento dos deveres que lhe são impostos em favor do seu concidadão ausente.

Os filhos mais moços do Sr. Braga podem, em tempo opportuno, optar a sua nacionalidade; mas, não sendo francezes, tem incontestavel direito á protecção do consul geral do Brasil, por isso que elle a deve estender a todos os menores que são brasileiros, ou que o possam vir a ser, nos termos do art. 2.^o de nossa Constituição.

Esta consideração não é todavia a unica que me parece chamar a intervenção do consul geral em tudo quanto for relativo á herança do Sr. Braga. Este, antes de contrahir segundas nupcias, tinha a obrigação de liquidar a herança de sua primeira mulher, e de dar contas a seu filho: ignora-se se estas operações tiverão lugar, e o Sr. consul geral cre com razão, ao que me parece, que todo o activo actual deve estar sujeito á essa liquidação.

Por convite deste funcionario, o juiz de paz do districto compareceu em casa do fallecido, e, de accordo com elle, puzerão-se os sellos, que vão ser tirados.

Estas formalidades foram preenchidas com o consentimento da Sra. Braga, mas ella parece agora estar sob outras influencias, sustentando que o seu tabelião deve proceder ao inventario em presença do consul geral do Brasil.

Para evitar qualquer conflicto deste genero, e tornar effectiva a protecção do consul geral para os fins acima designados, ouso pedir-vos, Sr. ministro, queirais fazer com que os direitos deste funcionario fiquem intactos, concedendo-lhe ao mesmo tempo a assistencia e apoio necessarios para que justiça seja feita a quem de direito.

Aceitai, Sr. ministro, as novas seguranças da mais alta consideração com a qual tenho a honra de ser, Sr. ministro,

De V. Ex.^a muito humilde e obediente servo,

José Marques Lisboa.

A S. Ex.^a o Sr. Drouyn de Lhuys, etc.

ANNEXO D.

TRAFICO DE ESCRAVOS.

Emancipação de Africanos livres.

Correspondencia entre o governo imperial e a legação de S. M. Britannica sobre um pretendido desembarque de Africanos na provincia do Rio Grande do Sul, ou de Santa Catharina.

N. I.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 77. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 12 de Agosto de 1854.

O consul de S. M. Britannica, na provincia do Rio Grande do Sul, communicou ao respectivo presidente a noticia de que tivera lugar nos dias 11 ou 12 de Junho ultimo um desembarque de Africanos na barra de um arroyo que denomina Iguay, nas fronteiras da mesma provincia, pouco distante da villa das Torres; accrescentando que, conforme as informações que havia recebido, os Africanos tinham ido em um navio procedente da Costa d'Africa, havião-se passado para bordo de um hiate, e deste desembarcado no ponto supra indicado, sendo logo depois disto distribuidos e internados.

O presidente da referida provincia, tendo já anteriormente sido prevenido pelo Sr. ministro da justiça de um projectado desembarque de Africanos ali, deu immediatamente todas as ordens e providencias para impedi-lo.

Pelas participações recebidas de dous officiaes encarregados da policia da costa, e que foram mandados syndicar dos factos denunciados, consta que semelhante desembarque não se effectuou na dita provincia.

O respectivo presidente, receiando porém que elle se effectuasse pela barra do Araranguá, na provincia de Santa Catharina, fez seguir, sem perda de tempo, para aquelle lugar outro official de policia com parte da escolta, que se achava na villa das Torres, não sómente para averiguar semelhantes factos, como tambem para obstar aquelle desembarque, se dali se approximasse o navio suspeito, indo munido de ordem para não deixar aquella posição sem ser rendido por pessoa de confiança do presidente da provincia de Santa Catharina, a quem igualmente dava parte de todo o occorrido.

A' vista pois do que levo ao conhecimento do Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nesta communicacão, vê-se que a noticia, que dera o consul de S. M. Britannica sobre o desembarque de Africanos pelo rio Iguay, na primeira das mencionadas provincias, onde nenhum existe com esta denominação, é destituida de fundamento; o que ainda confirmão as participações que tem recebido o governo imperial, dos commandantes do nosso cruzeiro nas costas das citadas provincias.

Prevaleço-me desta occasião para renovar ao Sr. Howard as expressões da minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LEMPO DE ABREO.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 2.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 110. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1854.

Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota de V. Ex.ª de 12 do corrente, communicando-me que, á vista das noticias recebidas pelo governo imperial, é destituida de fundamento a que dá Mr. Vereker, consul de S. M. no Rio Grande do Sul, ao presidente da dita provincia, ácerca de um boato de desembarque de Africanos nas fronteiras da mesma provincia; e peço licença para informar a V. Ex.ª que transmitti copia da dita nota ao principal secretario de estado de S. M. na repartição dos negocios estrangeiros, pelo vapor que sahio deste porto ao dia 15 do corrente para Southampton.

Devo accrescentar que recebi de Mr. Vereker copias da correspondencia que tivera com o presidente do Rio Grande, ácerca deste boato de desembarque de Africanos, e aprovei o haver elle levado esta noticia ao conhecimento do presidente.

O consul Callander igualmente forneceu-me copias da sua correspondencia com o presidente da provincia de Santa Catharina sobre o mesmo objecto, e aprovei tambem o seu procedimento.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex.ª as expressões da minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 3.

Nota do governo imperial á legação da S. M. Britannica.

N. 56. — Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, 9 de Setembro de 1854.

Tenho a honra de passar ás mãos do Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, nas incluzas copias os officios que acabo de receber dos presidentes das provincias de S. Pedro e Santa Catharina, datados de 27 de Agosto e do 1.º do corrente, acompanhando o primeiro a copia de um officio do consul de Sua dita Magestade no Rio Grande, e o segundo uma serie de documentos marcados de n.ºs 1 a 15, por onde verá o Sr. Howard, não só que todas as participações que tem chegado ao conhecimento daquelles delegados do governo imperial sobre o desembarque de Africanos nas costas daquellas provincias são accordes em negar que semelhante facto se dêse, como tambem que estas autoridades continuão a empregar a maior vigilancia e cuidado para que não se pratique alli um crime tão contrario ás leis e á civilisação, como é o contrabando de Africanos.

Prevaleço-me desta opportunidade para reiterar ao Sr. Howard os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 4.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 90. — Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, 15 de Setembro de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de remetter por copia ao Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, o officio junto, dirigido ao chefe de esquadra, encarregado do quartel general da marinha pelo chefe de divisão, commandante da estação naval do Rio de Janeiro, incluindo copia de outro do 1.º tenente commandante do vapor de guerra *Recife*.

O governo imperial exigio deste commandante informações ácerca do desembarque de Africanos, que o consul de S. M. Britannica na cidade do Rio Grande declarou ao presidente da provincia ter havido nos dias 11 ou 12 de Junho ultimo, em um lugar, que elle denominou Iguaçu, e o Sr. Howard verá que o commandante do vapor, fazendo uma circumstanciada exposição de tudo quanto occorreu no tempo em que elle esteve empregado no cruzeiro entre a ilha de Santa Catharina e o Rio Grande do Sul, não hesita em manifestar ao governo imperial a persuasão, em que está, de que nenhum desembarque de Africanos houve, durante o tempo do seu cruzeiro, nas costas da provincia de Santa Catharina, nem na do Rio Grande do Sul.

Estas informações, dadas pelo 1.º tenente commandante do vapor *Recife*, combinão inteiramente com todas as outras, que tem sido transmittidas ao governo imperial, e de que o abaixo assignado já deu conhecimento ao Sr. Howard na sua nota de 12 de Agosto ultimo sob n.º 77, e de 9 do corrente n.º 86, e parecem confirmar a inexactidão dos boatos, que se espalhárão ácerca do desembarque de Africanos denunciado ao consul de S. M. Britannica na cidade do Rio Grande.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Howard as expressões da sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

Ao Sr. Henry F. Howard.

Discussão entre o governo britannico e a legação imperial em Londres sobre a revogação do bill conhecido pelo titulo de « Brazilian slave trade act of 1843. »

N. 5.

Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. Britannica.

Legação imperial do Brasil. — Londres, 27 de Junho de 1854.

My Lord. — Acabo de ler com pezar e surpresa, nos jornaes desta manhã, o extracto dos discursos pronunciados na camara dos commons por lord John Russell e lord Palmerston em resposta ás opiniões exprimidas por M. Milner Gibson e M. Bright sobre a opporrtunidade e justiça que haveria em se revogar o bill conhecido sob o titulo de *Brazilian slave trade act of 1843*. E' sobretudo contra certas asserções de lord Palmerston que devo protestar.

Parece-me inutil tornar á questão — se o governo inglez podia ter o direito de expedir este acto.

A discussão a este respeito seria interminável, posto que desde o principio pronunciáram-se, em favor do Brasil, as autoridades as mais competentes; taes como:

1.º Lord Aberdeen e o duque de Wellington que combaterão, e mesmo protestarão, depois da sua adopção, contra uma semelhante medida, baseada nas mesmas pretensões, e em circumstancias identicas proposta ao parlamento, em 1839, contra Portugal.

2.º O eminente juriconsulto inglez, depois chanceller do reino, lord Truro, que combaten o bill, em 1845, na camara dos communs.

3.º Finalmente a suprema corte de appellação, composta dos quinze grandes juizes da Inglaterra, reunidos em Westminster, a qual no processo contra a tripolação da *Felicidade*, em 1845, negou ás autoridades inglezas o direito de visitar e capturar as embarcações brasileiras que fizessem o trafico de negros.

Deixando pois a este bill de 1845 seu character de um — expediente politico — aceito por lord Aberdeen contra seus principios e a seu grande pezar, começarei por fazer sobresahir o erro em que se achão lord Palmerston e lord John Russell, quando crêm que nas circumstancias presentes o governo britannico pôde deixa-lo subsistir sem faltar a seus compromissos.

No despacho dirigido ao ministro britannico no Rio de Janeiro por lord Aberdeen, datado de 2 de Julho de 1845, com o fim de ser apresentado ao governo do Brasil, e que foi publicado por ordem do parlamento, acha-se a seguinte promessa:

« They (Her Majesty's Government) will be ready, so soon as any measures of the Brazilian Government shall enable them to do so, to recommend to Parliament to repeal the bill now about to be brought forward; but whilst the present state of things continues, and until either the slave Trade of Brazil shall have entirely ceased, or the Brazilian Government shall have entered into an engagement with Great Britain jointly to carry into execution the declared intentions of the Parties to the Convention of 1826, that course will not be open to them. »

Não ha a menor duvida de que se tenham verificado as condições desta promessa. E em um assumpto tão delicado não é permitido crer que se tenha o direito de estender o *so soon* deste despacho a um periodo ainda indefinidamente distante. A causa allegada para a adopção do bill, isto é, a continuação do trafico por contrabando em grande escala, deixou de existir. O contrabando não se faz mais absolutamente ha quasi dois annos, e já ha quatro, que ficou reduzido a proporções comparativamente insignificantes.

Lord John Russell disse que nenhuma disposição por meio de tratado podia substituir o bill; entretanto é mister repetir que um tratado crearia direitos, e o bill não se basea senão no da força. Este estado de cousas é odioso, e ainda se torna mais desde que desapareceu a causa allegada para usar deste direito da força.

Lord Palmerston, assim como lord John Russell, tem attribuido a cessação do trafico no Brasil a este bill de 1845; entretanto o effeito deste bill foi justamente o contrario, o trafico triplicou depois de sua adopção: isto é, o numero de negros importados por contrabando no Brasil, que nos annos precedentes montava apenas a 20 mil, immediatamente depois do bill subiu, em 1846, a 50 mil; em 1847, a 56 mil; em 1848, a 60 mil; e em 1849, a 54 mil. A razão disto é simples. Não é possível reprimir o trafico senão pela acção das autoridades brasileiras. Os cruzadores britannicos nunca o poderão conseguir: o bill tirava toda a força e todo o prestigio áquellas autoridades brasileiras que, arrostando a torrente da opinião, procuravão oppôr-se ao trafico.

A extensão do mal porém servio de correctivo, fazendo nascer um justo terror pelas consequencias que um semelhante estado de cousas preparava para o futuro; e assim é que uma reacção na opinião publica se operou, e que uma medida legislativa efficaz para reprimir o trafico foi proposta ás camaras desde a sessão de 1848. No fim deste anno formou-se um novo ministerio, adoptando como programma de sua politica, entre outras medidas, a da repressão efficaz do trafico. Uma dissolução da camara fez com que a sessão de 1849 não começasse senão em Janeiro de 1850. Os ministros da justiça e de estrangeiros sollicitarão, logo depois da abertura das camaras, a prompta adopção das medidas legislativas necessarias. O desfavor contra o trafico augmentou-se com o apparecimento da febre amarella importada na Bahia por um navio negreiro.

Se pois aquelle bill teve alguma influencia sobre a questão do trafico, foi em concorrer indirectamente para que fosse elle levado a proporções que nunca até então tinha alcançado.

O trafico de negros não era porém um crime, só dos Portuguezes ou Brasileiros. Todas as nações christãs da Europa, que fundarão colonias na America, commetterão o mesmo crime; a Grã-Bretanha não o abandonou senão em 1807, isto é, muito tempo depois de ter perdido a sua mais rica colonia de escravos.

O Brasil não foi o ultimo, porém um dos ultimos que seguiu o seu exemplo; por esta consideração:

O Brasil no que faz nunca se precipita, sua marcha é lenta, mas sempre segura, e nunca recua.

Assim é de crêr que, deixado a si só, sem pressão alguma estrangeira, a abolição do tráfico viria por si mesma, como veio a liberdade da imprensa, o jury, o governo representativo, a tolerancia religiosa, e tantos outros benefícios de uma civilização avançada. Já em 1823 a abolição do tráfico tinha sido proposta á assembléa constituinte.

O governo do Brasil é conhecido pela sua escrupulosa exactidão em cumprir seus compromissos. Em todos os paizes contudo os governos são forçados a curvar-se perante a opinião, e esta nem sempre é esclarecida ou justa. Mesmo a lord Palmerston e lord John Russell ainda ultimamente o parlamento de uma nação, que contém oito milhões de catholicos, recusou algumas libras esterlinas para dar-se, nas prisões, as consolações e exhortações religiosas aos catholicos.

Passo agora aos mais graves equívocos de lord Palmerston. Nada mais tendo a dizer quanto ao discurso de lord John Russell, devo contudo manifestar o meu reconhecimento pela maneira porque se exprimio, segundo o que me referio uma pessoa presente, sobre as relações que tive a honra de entreter com elle na sua mui curta estada no *Foreign Office*.

Lord Palmerston crê que o bill de 1845 só foi posto em execução em 1850; engana-se. O effeito do bill era unicamente autorisar a visita e captura dos navios negreiros com bandeira brasileira e submettê-los ao julgamento dos tribunaes inglezes do almirantado, e elle foi immediatamente posto em execução. Em 1850 lord Palmerston, sendo ministro dos negocios estrangeiros, ordenou que esta visita e captura fossem feitas *mesmo nas aguas do Brasil*. Estas ordens começaram então a ser executadas com uma violencia inaudita.

O governo do Brasil mostrou ao ministro inglez que nesse momento estava elle mesmo empenhado a pôr seriamente termo ao tráfico, e que não obteria as medidas necessarias do corpo legislativo, se taes violencias continuassem: foi então que o ministro e o almirante inglez consentirão, em 13 de Julho, em suspendê-las. Lord Palmerston, alludindo a esta suspensão, disse no parlamento: - *The slave trade revived instantly and for 3 or 4 months went on just as bad as before. This led to a remonstrance from our minister and a threat to put the act in force.* . . .

Evidentemente a memoria falhou ao nobre lord, ou elle leu a nota de Mr. Hudson ao governo brasileiro, datada de 11 de Janeiro de 1851, sem ler a resposta e sem examinar os factos. A suspensão das violencias foi concordada em 13 de Julho; a 4 de Setembro uma lei, cujos effeitos confirmão a sua sahedoria e alcance, tinha passado nas duas camaras e estava sancionada pelo Imperador; a 14 de Outubro um regulamento do governo era publicado; tinham-se expedido instrucções ás autoridades encarregadas de sua execução; tinha sido lagar uma escolha conveniente destas autoridades; a applicação destas medidas fazia-se sentir; e nenhuma destas medidas poderia ter sido tomada debaixo da influencia das violencias dos cruzadores inglezes.

Verdade é que Mr. Hudson dirigio em 11 de Janeiro de 1851 uma nota ao governo brasileiro, queixando-se de certos factos e declarando que não continuava mais a suspensão das violencias. Mas o ministro brasileiro respondeu-lhe mostrando que a maior parte dos factos de que elle se queixava erão exaggerados, que uns erão anteriores ao dia 13 de Julho, outros absolutamente imaginarios, e outros haviam occorrido quando não podia ainda ter execução nas provincias a nova lei; e por ultimo demonstrava, por algarismos significativos, sua boa fé e os bons resultados dos seus esforços:

Que nos seis mezes de 1850, durante os quaes a suspensão das violencias dos cruzadores tinha tido lugar, o numero dos negros desembarcados por contrabando subia apenas a cinco mil, enquanto que nos mezes correspondentes, de 1847, este numero tinha sido de vinte e quatro mil; nos de 1848, de vinte e sete mil; nos de 1849, de vinte e tres mil; e finalmente que pelas diligencias do cruzeiro e das autoridades brasileiras mil e dozeentos Africanos haviam sido apprehendidos e restituídos a liberdade.

Assim nada ha mais incorrecto do que o asserção que escapou a lord Palmerston, e que mais acima citei textualmente.

É satisfactorio acrescentar que em 1851 o numero total dos negros desembarcados por contrabando diminuiu ainda, e não se elevou senão a tres mil; resultando dahi ter o ministerio de lord Derby e de lord Malmesbury prohibido, desde o principio de 1852, aos cruzadores inglezes de visitar e capturar embarcações brasileiras nas aguas do Imperio.

A repressão continuou entretanto a ser feita pelo cruzeiro e pelas autoridades brasileiras. Em 1852 o numero dos negros desembarcados não excedeu a setecentos, e desde Novembro de 1852 até ás ultimas noticias, um só desembarque de negros não se havia effectuado nas costas do Brasil.

De certo tempo para cá o bill de 1845 nenhuma applicação teve, porque os cruzadores inglezes não poderão apprehender navio algum negreiro coberto com a bandeira do Brasil; mas o bill está ainda em vigor. Este bill é uma offensa aos direitos do Brasil e não tem outra base senão a força. O governo do Brasil protesta contra sua adopção, e declarou sempre que o considerava como um acto de guerra. Não podendo oppôr força a força abertamente, nunca procurou empregar meios de hostilidade, que poderiam prejudicar o commercio e os interesses dos particulares.

Entretanto os negociantes e fabricantes inglezes estão sempre assustados com este estado desagradavel e delicado, em que se achão as relações dos dois governos; e observe que quando os repre-

sentantes dos grandes centros manufactureiros e commerciaes da Inglaterra manifestão suas inquietações no parlamento, os ministros de S. Magestade Britannica apressão-se em declarar que suas relações com o Brasil são muito amigaveis.

Parece pois que uma politica que espera tudo da justiça e da generosidade de uma nação forte e gloriosa, não é aquella que obtém os melhores resultados, e que, se em vez de modificar os pontos das suas alfandegas de uma maneira favoravel ao consumo das mercadorias inglezas, se em lugar de diminuir de dous terços os direitos de ancoragem e abolir todo o direito differencial sobre a navegação, se em lugar de conceder o que o governo britannico reclamava, ácerca dos bens de inglezes fallecidos intestados, e de satisfazer as vistas do governo britannico nas relações politicas com outros paizes, o Brasil tivesse adoptado um systema inteiramente opposto, poderia ter colhido por sua parte maiores vantagens.

Finalmente, ha no discurso de lord Palmerston proposições que me parecem não só injustas, senão tambem improprias destas relações amigaveis que, apesar de tudo, subsistem ainda entre os dous governos.

« The Brazilian government was composed of persons favorable to the slave trade. »

E' a um ministerio que teve a gloria de acabar com o trafico que estas palavras parecem applicar-se :

As relações que tive a honra de entreter sempre com o nobre lord, desde a minha chegada a este paiz; as informações que recebi de mim com prazer, algumas das quaes reproduzio no seu discurso, induzirão-me sempre a aguardar da sua parte sentimentos mais benevolos e mais justos para com o governo que tenho a honra de representar.

Pode ser todavia, e assim m'o asseguro, que a exposição feita pelos jornaes sobre um debate que tivera lugar depois da meia noite, contenha muitas inexactidões, e espero que deste numero sejam muitas das proposições que acabo de combater.

Resta-me, mylord, um favor a pedir-vos, e espero me concedereis, que é de dar á esta resposta, que o meu dever me obriga a dirigir aos dous sabios e honrados ministros, a mesma publicidade que tiveram as suas asserções.

Tenho a honra de ser, com a mais elevada e distincta consideração, de V. Ex.^a muito humilde e muito obediente servidor.

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

A S. Ex.^a o muito honrado conde de Clarendon.

N. 6.

Nota do governo britannico á legação imperial em Londres.

Ministerio dos negocios estrangeiros. 6 de Julho de 1851.

Tenho a honra de accusar a recepção da vossa carta de 27 do mez passado, referindo-se á discussão que teve lugar na camara dos communs, no dia antecedente, sobre o acto do parlamento de 1845, relativo ao trafico de escravos feito pelo Brasil, e queixando-se de terem lord John Russell e o visconde de Palmerston, no decurso daquella discussão, attribuido a cessação do trafico no Brasil á influencia do acto de que se trata.

Seja-me permitido observar-vos em resposta, que, posto o governo brasileiro mereça todos os louvores pelos esforços que tem feito desde 1851 para a suppressão do trafico de Africanos: e cumpriam-se para mim muito mais agradavel encarregar exclusivamente o que tem sido feito pelo Brasil nestes dous ultimos annos, e não recorrer a um passado desagradavel, que mostra o procedimento que elle teve durante os 26 annos anteriores pelo que diz respeito ás obrigações que contrahio o Brasil para com a Grãa-Bretanha, pelo tratado de 23 de Novembro de 1826; comtudo vejo-me na necessidade de exprimir a minha sincera convicção de que a existencia do acto de 1845, e mais particularmente a execução vigorosa que se lhe deu no anno de 1850, contribuíram materialmente para alcançar-se o bom resultado que hoje tem este negocio.

Quanto a este ponto, posso appellar para o testemunho de um distincto ministro brasileiro que tomou parte proeminente nas discussões, a que elle deu lugar. Retiro-me ao Sr. Paulino José Soares de Souza, cujas declarações relativamente ao salutar effeito produzido pelos esforços dos cruzadores britannicos, mesmo no anno de 1850, acha-se no relatorio annexo de uma conversação, que o fidalgo Mr. Southern teve com S. Ex.^a, em 1852.

Tenho igualmente de chamar a vossa attenção sobre o facto de ter o ministro brasileiro dos negocios estrangeiros informado, no corrente anno, ao ministro de S. M. no Rio de Janeiro, da chegada, que se esperava, de tres navios negreiros ás costas do Brasil. Estas communicações foram feitas a Mr. Howard naturalmente para que elle pudesse recorrer aos commandantes da estação naval britannica, para prestar sua cooperação com o fim de prevenir essas violações, que se receiavam, do tratado e lei brasileira; e parece-me que, se o governo de S. M. propozesse ao parlamento a revogação do acto de 1845, incorreria em uma grave responsabilidade, e privar-se-hia, sem motivo, dos meios de coadjuvar efficazmente o governo brasileiro, com o seu apoio, para mallograr os planos dos traficantes, cuja actividade na costa d'África tem consideravelmente augmentado nestes ultimos tempos.

Tenho a honra de ser com a mais alta consideração, Sr. cavalleiro, vosso muito obediente servo

CLARENDON.

Ao cavalleiro de Macedo.

N. 7.

Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. Britannica.

Legação imperial na Gran-Bretanha, em 7 de Julho de 1854.

My Lord. — Recbi a carta com que me honrastes em data de hontem, respondendo á minha de 27 do mez passado.

Vós vos dignastes de tomar em consideração uma das observações, que tive a honra de vos offerecer, parecendo que muitas outras não merecerão a vossa attenção, o que me obriga a voltar a ellas, apezar de minha repugnancia em tomar o vosso tempo.

Segundo o que o lord presidente do conselho, e o secretario de estado da repartição do interior tinham dito na camara dos communs, o bill de 1845 parece accito pelo governo do Brasil, e eu havia rogado a V. Ex.^a que evitasse que o parlamento deliberasse sob esta impressão.

O governo imperial considerou sempre este bill como uma oppressão, como um acto de guerra. Se então o governo britannico tinha um motivo para fazê-lo (o que o governo imperial não admite); este motivo, no dizer e opinião de todo o mundo, cessou. A condição estabelecida por lord Aberdeen para revogar o bill realisou-se; a continuação do bill hoje não é pois baseada nem no direito, nem na necessidade, e nem na politica. Está em opposição ás promessas feitas ao Brasil e ás condições sob as quaes o parlamento adoptou o bill. Entretanto a linguagem proferida perante o parlamento, e que ficou sem resposta, não lhe dá este caracter.

Lord Palmerston disse no parlamento que o bill não tinha sido posto em execução senão em 1850. isto é uma confusão dos effeitos do bill com certas ordens emanadas mesmo de lord Palmerston. Convém que o parlamento não fique possuido desta impressão errônea.

Lord Palmerston disse mais que, logo que em Julho de 1850 o bill foi suspenso pelo ministro e pelo almirante britannico (elle queria fallar das suas ordens violentas), o trafico começou a fazer-se por contrabando com a mesma força que anteriormente.

Tive a honra de mostrar por algarismos e factos que o nobre lord se havia enganado.

Devo ainda rectificar um ponto comparativamente de pouca importancia. V. Ex.^a, assim como lord Palmerston datão a abolição legal do trafico no Brasil da época da assignatura do tratado de 1826. Não é exacto: o tratado estipulou que o trafico devia cessar em 1830; e durou elle portanto por meio de contrabando 21 annos, e não 20.

O parlamento, em regra geral, não toma a responsabilidade das relações diplomaticas. O que se passa nos paizes longinquoos lhe merece pouca attenção; as discussões em outro parlamento são esquecidas facilmente, e é induzi-lo a erro deixa-lo ignorar o verdadeiro estado das relações com o Brasil, relativamente a estas questões.

Os grandes juizes de Inglaterra declararão em 1843, no processo da tripolação da *Felicidade*, que os cruzadores inglezes não tendo direito algum de apprehender navios brasileiros, as victimas de uma semelhante apprehensão, resistindo, usavam do seu direito de legitima defesa, e não podião ser punidas. Assim o parlamento faz uma lei contra a qual o poder judiciario declara que se tem o direito de resistir.

Este estado de cousas, My Lord, é por demais odioso e insustentavel. Entretanto é o que os ministros de S. M. Britannica declarão preferivel a qualquer estipulação de tratado.

Chego agora. My Lord, ao unico ponto sobre que vos dignastes responder-me. O governo do Brasil tem sempre sustentado e provado, por factos, que não forão nem os cruzadores inglezes, nem os tribunaes do almirantado, e por consequente nem o bill de 1845, nem as violencias de 1850, que puzerão termo ao trafico. V. Ex.^a me diz em resposta, que estas violencias e este bill, sós, decidirão o governo imperial a tomar as medidas que tomou. Em apoio desta asserção vós me apresentais uma communicação de M. Southern, referindo uma conversação com o ministro dos negocios estrangeiros o senador Paulino José Soares de Souza, na qual M. Southern assegura que este ministro lhe dissera que o argumento, deduzido da attitude da Grã-Bretanha, era quanto bastava para convencer os possuidores, vendedores, e compradores de negros, da necessidade de abolir o trafico.

Posto que mais generalizada do que devêra ser, a communicação de M. Southern não infirma em cousa alguma a minha argumentação.

Uns são oppostos ao trafico e mesmo á escravidão por escrúpulos religiosos; outros por principio de philantropia e caridade; e outros ainda por considerações politicas de nacionalidade e organização social. Uns se inquietão a respeito da segurança interior e exterior do paiz; outros recuão em presença da reprobção universal; alguns tem por sagrado todo o compromisso a que se liga a fé nacional; outros finalmente impressionão-se, temendo os effeitos da inimizade de uma nação poderosa que, reclamando a execução de um tratado, está no seu direito.

Todo o mundo convirá sem difficuldade que os argumentos baseados nas considerações religiosas, moraes, politicas e economicas, achão sempre uma resposta. Não aronice o mesmo quanto aos factos.

A apreciação das forças relativas dos dous paizes é facil: a decisão da Grã-Bretanha estava manifestada por actos; a extensão do mal que ella podia causar facilmente se comprehendia. Aquelles pois que não estão convencidos pelos outros argumentos, poderião sê-lo por aquelles actos. Eis ahí o que o ministro brasileiro disse a M. Southern. Isto não se acha de modo algum em opposição á allegação sempre feita por nós, de que as violencias inglezas servião para dar aos negreiros a apparencia (que elles sabião bem explorar) de victimas da sua dedicação aos interesses agricolas do Brasil. E' muito verdade que homens, oppostos pelos seus principios ao trafico, acreditavão que não se devia ceder á pressão estrangeira. Esta era uma das maiores difficuldades do governo brasileiro, e o que por mais tempo demorou a mudança da opinião publica, pronunciada tão tarde contra este trafico.

Admittido mesmo que o bill de 1845 e as ordens violentas de 1850, considerados como actos de guerra, tem tido por effeito o decidir ou tornar possível a marcha do governo brasileiro (o que elle não admitte de modo algum), se estes actos pudêrão grangear novos partidarios para a causa da abolição do trafico, já conseguirão tudo isto, e produzirão o que tinham de produzir. Desde que não ha mais motivo de guerra, nem pressão a exercer, o bill deve ser revogado, como o forão as ordens violentas de 1850.

A existencia deste bill não serve pois mais do que para continuar o mal que elle produziu no principio, quer dizer, dar popularidade aos negreiros e fazer considerar a abolição do trafico como negocio dos inglezes. Então se dizia: não é contra o trafico que elles se dirigem, o seu fim é destruir a marinha mercante brasileira, e intervir nos negocios internos do paiz. A continuação do bill dá apparencia de verdade a esta accusação.

Não ha duvida que o trafico pôde reviver se a vigilancia dos governos afrouxar. Esta vigilancia será mais efficaz se tiver por base a boa intelligencia entre os dous governos. Estou munido de plenos poderes e prompto para assignar um tratado com o fim de estabelecer esta boa intelligencia, mas devo perder a esperanza de concordar com o governo britannico, se os ministros de S. M. Britannica crêm que o estado actual de cousas é preferivel a um tratado.

Não posso deixar de adairar-me. My Lord, de vos ver empregar, como argumento contra o Brasil, o que devia ser tomado como uma prova exuberante da boa fé do governo e do seu desejo de marchar de accordo com a Grã-Bretanha. Esta tem tratados que regulão o direito de visita com quasi todas as nações commerciantes. Os negreiros se cobrem com todos os pavilhões, por isso que pertencem a todos os paizes. O governo do Brasil apressa-se a advertir ás autoridades britannicas dos planos dos negreiros que chegão ao seu conhecimento, para que, na parte que lhes toca, procurem ellas impedir que se realizem. A conclusão que V. Ex.^a tira desta maneira de proceder é que *sem o estado violento e odioso creado pelo bill, a Grã-Bretanha seria privada dos meios de coadjuvar o governo do Brasil para nulligrar aquelles planos!*

Eis aqui um modo de raciocinar que me teria podido fazer perder toda a esperanza de obter justiça, se eu não tivesse tanta confiança na da causa que defendo, e na lealdade do governo britannico.

Tenho a honra de ser com a mais alta e distincta consideração

De V. Ex.^a muito humilde e obediente servidor.

SERGIO TEIXEIRA DE MACHO.

A S. Ex.^a o muito honrado conde de Clarendon.

N. 8.

DECRETO N.º 731 — DE 5 DE JUNHO DE 1854.

Declara desde quando deve ter lugar a competencia dos auditores de marinha para processar e julgar os réos mencionados no artigo 3.º da lei n.º 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativa de importação de escravos.

Hei por bem sancionar, e mandar que se execute a resolução seguinte da assembleia geral legislativa :

Art. 1.º A competencia dos auditores de marinha, para processar e julgar os réos mencionados no artigo terceiro da lei numero quinhentos e oitenta e um de quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, terá lugar depois da publicação da presente resolução, ainda quando a perseguição dos delinquentes e dos escravos desembarcados não se realize no acto do desembarque, e se faça posteriormente logo que a autoridade publica tiver noticia do desembarque, qualquer que seja a distancia da costa em que elles se achem.

Art. 2.º Será punido com as penas de tentativa de importação de escravos, processado e julgado pelos ditos auditores, o cidadão brasileiro, aonde quer que resida, e o estrangeiro residente no Brasil, que fôr dono, capitão ou mestre, piloto ou contra-mestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação, que se occupe no trafico de escravos, continuando, em relação aos que importarem para o Brasil, a disposição da lei de quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta.

Esta disposição não comprehende o cidadão brasileiro residente em paiz estrangeiro, que ali já tiver sido processado e julgado pelo mesmo crime.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do meu conselho. ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em cinco de Junho de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 9.

Nota da legação britannica ao governo imperial.

N.º 122. — Rio de Janeiro, 8 de Setembro de 1854.

Sr. — Tenho a honra de informar a V. Ex.ª que havendo transmittido ao conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M., uma copia do decreto imperial de 5 de Junho ultimo que sancionou a lei, para tornar mais effectiva a repressão do trafico de Africanos adoptada pela assembleia geral do Brasil, recebi de S. Ex.ª um despacho do dia 24 de Julho, expressando a satisfação que teve o governo de S. M. com a publicação daquelle decreto.

Aproveito-me da occasião para renovar a V. Ex.ª as seguranças de minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu. etc.

Correspondencia entre o governo imperial e o de S. M. Britannica sobre a emancipação de Africanos livres.

N. 10.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 70. — Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1854.

Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota de V. Ex.ª, n.º 41, de 8 do corrente, em resposta á minha de 3 de Março ultimo, n.º 22, sobre a questão da emancipação dos Africanos livres, e de informar-vos que transmittirei uma copia della, para conhecimento do governo de S. M., cuja approvação á primeira nota, que sobre este objecto dirige a V. Ex.ª em 13 de Janeiro ultimo, já en communiquei a V. Ex.ª.

Sem entrar em uma discussão sobre todos os pontos da nota de V. Ex.ª, o que traria repetições de minha parte, não posso deixar de notar a sexta observação que faz V. Ex.ª « que os Africanos livres empregados nas repartições e estabelecimentos publicos não estão comprehendidos no decreto de 28 de Dezembro, quanto á isenção dos serviços, aos quaes ficão obrigados mesmo depois dos quatorze annos, até que se verifique a exportação, vencendo porém, depois desse prazo, um salario que lhes será arbitrado. »

Seja-me permittido ponderar a V. Ex.ª que o artigo 3.º do alvará de 26 de Janeiro de 1818 prescreveu para esses Africanos igualmente o termo de quatorze annos de serviços, podendo este tempo ser reduzido, como disse na minha nota de 3 de Março, o que V. Ex.ª admite pôde ter lugar; que, posto não se tenha perdido de vista a idéa da reexportação, contudo esta medida está por enquanto adiada indefinidamente; que por consequencia para uma grande parte dos Africanos livres empregados nas repartições publicas não ha esperanza de sua completa emancipação; que portanto estes gozarão de menor grão de liberdade do que os alugados a individuos particulares, quando aquella medida a seu respeito venha a ser levada a effeito; que o artigo 7.º do regulamento das commissões mixtas, annexo á convenção adicional de 28 de Julho de 1817, quando determina « que os escravos que receberem certidões de sua emancipação da commissão mixta, serão entregues ao governo, em cujo territorio estiver estabelecida a commissão que os haja emancipado, para serem elles empregados como criados, ou trabalhadores livres » accrescenta estas palavras: « cada um dos dous governos obriga-se a garantir a liberdade daquelles individuos que respectivamente lhe fôrem consignados. »

Certamente não podia ter sido a intenção das partes contractantes prolongar o periodo dos serviços dos Africanos, a ellas consignados, ao ponto a que tem sido, e parece que ainda tem de ser, o dos negros empregados nas repartições publicas do Brasil. Que assim não tem procedido o governo britannico, V. Ex.ª bem o sabe.

Tendo a maior parte, como não é duvidoso, dos Africanos assim empregados sido emancipados pela commissão mixta, julgo-me autorizado a interessar-me pelo destino delles, e mais particularmente pela emancipação daquelles que d'entre elles forão capturados pelos cruzadores britannicos e entregues ás autoridades brasileiras.

V. Ex.ª allega que o caso do Africano Claudio, que citei na minha nota de 3 de Março, não parece procedente, visto ser anterior ao decreto de 1853, e versar sobre reexportação e não sobre emancipação. Se assim é, pôde-se perguntar porque não se lhe fornecêrão os meios pecuniarios para habilita-lo a sair do paiz?

Prevaleço-me desta occasião para renovar a V. Ex.ª a segurança da minha distincta consideração e estima.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Lima de Abreu, etc.

N. 11.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 62. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 15 de Julho de 1854.

Tenho a honra de accusar a recepção da nota que me dirigio, sob n.º 70 e data de 15 de Maio ultimo. O Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, na qual, referido-se á minha nota n.º 41 de 8 do dito mez, em que respondi á do Sr. Howard n.º 22 de 3 de Março sobre a questão de emancipação dos Africanos livres, diz que não pôde deixar de notar a observação que eu fizera na minha referida nota de 8 de Março de que os Africanos livres occupados nas repartições e estabelecimentos publicos não estão comprehendidos no decreto de 28 de Dezembro de 1853, quanto á isenção dos serviços, aos quaes lição obrigados, mesmo depois dos 14 annos, até verificar-se a reexportação, vencendo porém depois desse prazo um salario que lhes será arbitrado.

O Sr. Howard, para impugnar aquella observação, procede de premissas que não podem ser admitidas. Presuppõe que os Africanos empregados nas repartições publicas não são livres, ou não gozão de liberdade: este presuppuesto não é exacto, a menos que se não considere escravo o colono, o soldado, o orphão que presta serviços por soldadas, o marinhoiro, etc.

A estas observações do Sr. Howard responderei que esta excepção funda-se no perigo ou inconveniente, que resultaria para a ordem publica de derramar-se na população, aonde ainda existem tantos escravos, esse grande numero de Africanos empregados nas repartições publicas.

Releva acrescentar que em muitos casos talvez esses infelizes, pela maior parte sem a precisa experiencia, correrião a contingencia de serem reduzidos á escravidão pela fraude e sedacção, e que este estado de sujeição, em que se achão nas repartições publicas, tem de durar e durará até que a sua reexportação se possa verificar.

Nenhuma procedencia tem os argumentos fundados na convenção de 28 de Julho de 1817, porque são bem poucos os Africanos que, emancipados em vista della, se achão nas repartições publicas. e para serem applicaveis esses argumentos, seria preciso presuppôr que os ditos Africanos empregados nas repartições publicas estão privados do direito de liberdade.

De certo não se pôde negar ao governo imperial o direito de sujeitar a uma residencia, a um regimen, a um trabalho retribuido esses Africanos, quando a plena liberdade delles é incompativel com a ordem publica, quando além disto esta sujeição é provisoria e até em beneficio dos ditos Africanos.

Com estes fundamentos julgo responder satisfactoriamente á referida nota do Sr. Howard, a quem reitero por esta occasião as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABBEIO.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 12.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 91. — Rio de Janeiro, Julho 17 de 1854.

Senhor. — Tenho a honra de informar a V. Ex.ª que recebi, no correr do mez passado, um despacho do conde de Clarendon, principal secretario de estado de S. M. na repartição dos negocios estrangeiros, informando-me de que o governo de S. M. approva completamente a nota que dirigí a V. Ex.ª no dia

3 de Março ultimo sobre a emancipação dos Africanos livres, em resposta a de V. Ex.^a de 3 do mez anterior.

Tenho ao mesmo tempo a honra de accusar a recepção da nota de V. Ex.^a n.^o 62 de 15 do corrente sobre o mesmo objecto, da qual não deixarei de transmittir uma copia ao meu governo pela primeira oportunidade.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a as expressões da minha perfeita estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc., etc., etc.

N. 13.

Nota de governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.^o 63.—Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros. em 18 de Julho de 1854.

Accuso a recepção da nota que me dirigio em data de hontem o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, participando-me ter recebido uma despacho do seu governo approvando a nota do Sr. Howard de 3 de Março ultimo sobre o assumpto da emancipação dos Africanos livres, em resposta á deste ministerio de 3 de Fevereiro.

Communica-me ao mesmo tempo o Sr. Howard achar-se de posse da minha ultima nota sobre o mesmo assumpto, datada de 15 do corrente mez, e me informa que não deixará de a transmittir ao governo de S. M. Britannica, por copia, na primeira occasião opportuna.

Sciende da apreciação que fez o governo de S. M. Britannica da discussão de que se trata, cumpre-me dizer ao Sr. Howard que o de S. M. o Imperador continua a pensar que as disposições, consignadas no decreto de 28 de Dezembro do anno proximo passado, attendem quanto é possível, nas actuaes circumstancias, á emancipação dos Africanos que tem sido declarados livres, e não duvidará entretanto fazer no mesmo decreto as alterações que a experiencia aconselhar, no sentido de favorecer aquelles Africanos, logo que isto se possa fazer sem inconveniente.

Aproveito-me desta occasião para renovar ao Sr. Howard os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 14.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.^o 161.—Legação de S. M. Britannica.—Rio de Janeiro. 25 de Julho de 1854.

Sr. — Tive a honra de receber a nota n.^o 63, de 18 do corrente, que me dirigio V. Ex.^a em resposta á minha de n.^o 45, com a data do dia antecedente.

Estou persuadido de que o governo de S. M. receberá com satisfação a segurança, que dá o governo imperial, de que não ha de hesitar em fazer, no decreto imperial de 28 de Dezembro do anno passado, relativamente aos Africanos livres em serviço de particulares, aquellas alterações recommendadas pela experiencia com o fim de beneficiar aquelles Africanos, logo que isto se possa fazer sem inconveniente.

Pelo que porém me diz V. Ex.^a que o governo imperial continua a pensar que as disposições,

contidas naquelle decreto, attendem quanto é possível, nas actuaes circumstancias, á emancipação dos Africanos a quem elle se refere, peço licença para observar, que, segundo informações que mui recentemente recebi, existem muitos Africanos que, ou por obstaculos postos por seus actuaes amos, ou em consequencia das difficuldades que encontram nas formalidades para poderem requerer sua emancipação, como exige o decreto, não podem alcança-la, e portanto mais me confirmo na opinião que tomei a liberdade de expôr em minhas notas anteriores, de que é para desejar quanto antes a modificação daquelle decreto.

Repetindo que estou convencido de que o governo de S. M. receberá com prazer a segurança acima mencionada, na nota de V. Ex.^a de 18 do corrente, ácerca do decreto imperial de 28 de Dezembro ultimo, não creio que elle estará disposto a reconhecer a analogia que V. Ex.^a procura encontrar na sua nota n.^o 62, de 15 do corrente, e na qual funda V. Ex.^a principalmente seus argumentos, em resposta aos que se contém na minha de n.^o 70, de 15 de Maio, entre a condição dos Africanos livres empregados nas repartições publicas e a dos colonos, dos orphãos, dos soldados e dos marinheiros que servem por paga.

A condição dos primeiros parece-me pelo contrario ser inteiramente differente.

Quaesquer contractos feitos com o colono, o são por livre vontade deste, e geralmente se fazem, como creio, por um certo prazo, e ainda que, quando elle deixa seu paiz natal, possa ter resolvido não voltar mais para alli, não poucas vezes acontece que o faça.

O periodo em que o orphão chega á maioridade é definido e fixado por lei.

O soldado e o marinheiro, ou se alista ou é alistado, segundo a legislação do paiz a que pertence, por um limitado numero de annos, findos os quaes ficam em perfeita liberdade.

Mas qual é a condição de um Africano na posição de um destes empregados nas repartições publicas?

Foi elle arrancado ha annos da sua patria, e transportado para uma terra estrangeira distante. Ahi tendo sido declarado livre, é em tudo o mais escravo, e a sua emancipação fica adiada indefinidamente, e dependente de sua reexportação.

Pôde-se, e com razão, entrar em duvida se essa reexportação se realisará quando se considera que perto de 23 annos hão decorrido, desde que na lei de 7 de Novembro de 1831 se annunciou a intenção de se exportar os Africanos illegalmente introduzidos no imperio, e que durante todo este tempo nada se tem feito para levar a effeito essa intenção, antes pelo contrario informo-me V. Ex.^a, na sua nota de 3 de Fevereiro ultimo, que difficuldades invenciveis tinham até agora impedido a sua realisação.

A vista disto, julgo que completamente está justificada a minha asserção, de que os Africanos livres de que se trata, entre os quaes admite V. Ex.^a que ha alguns, bem que poucos, emancipados pela commissão mixta, creada pela convenção de 28 de Julho de 1817, não estão em uma condição analoga á daquella classe de pessoas, a que se refere a nota de V. Ex.^a, n.^o 62, de 15 do corrente.

Pelo que se lê na nota de V. Ex.^a, sob n.^o 41, de 8 de Maio ultimo, e á que V. Ex.^a allude na de n.^o 62, de que os mesmos Africanos, depois de 14 annos de serviço, terão de receber um salario que se lhes arbitrasse, observarei a V. Ex.^a que, se sou bem informado, aquelles Africanos recebem, sem distincção, em alguns estabelecimentos publicos, além de roupa e sustento, a pequena somma de 80 réis por dia, e que em outros desses estabelecimentos não se lhes dá retribuição alguma pecuniaria.

Parece portanto que as medidas por V. Ex.^a annunciadas não tem sido levadas a effeito.

Offerecendo estas observações a V. Ex.^a, devo acrescentar que por maneira alguma desconheço as considerações da ordem publica, que tornão necessarias as medidas de cautela para a manumissão de uma tão numerosa classe, como é a dos Africanos emancipados, que se achão empregados no serviço publico, se não se effectuar a sua reexportação. Mas deve suppôr-se que, visto terem elles estado por tanto tempo debaixo da inspecção immediata das autoridades imperiaes, devidamente se cuidou no seu ensino e educação, com o fim de prepara-los para uma completa liberdade.

Prevaleço-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha perfeita estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Linpo de Abreo.

N. 15.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 72. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 28 de Julho de 1854.

Accuso o recebimento da nota n.º 101 que em 25 do mez corrente me dirigio o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, na qual faz ainda algumas observações sobre a necessidade de se modificar o decreto de 28 de Dezembro do anno proximo findo para assegurar a completa emancipação dos Africanos que estão empregados em serviço particular e a condição dos que servem nos estabelecimentos publicos.

Tendo-me dirigido ao Sr. ministro da justiça ácerca do assumpto desta nota reserve-me depois de ouvir a S. Ex.ª para responder opportunamente ao Sr. Howard, a quem reitero por esta occasião os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. Henry F. Howard

N. 16.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 115. — Legação de S. M. Britannica. Rio de Janeiro. 10 de Agosto de 1854.

Sr. — Tenho a honra de informar a V. Ex.ª, que tendo transmittido ao conde de Clarendon, principal secretario de estado de S. M. na repartição dos negocios estrangeiros, copias da nota que V. Ex.ª me dirigio sob n.º 41 e data de 8 de Maio ultimo sobre a questão da emancipação dos Africanos livres, e da minha nota em resposta n.º 70 de 15 do mesmo mez, recebi um despacho de S. S.ª em que me ordena que communique a V. Ex.ª que o governo de S. M. approva completamente as observações contidas na minha mencionada nota ácerca da condição dos Africanos livres, e que o governo de S. M. toma o maior interesse pela sorte desta infeliz classe de pessoas, e que se julga na obrigação de lhes assegurar toda a protecção e privilegios a que tem direito.

Aproveito-me desta oportunidade para reiterar a V. Ex.ª as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 17.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 78. — Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, em 12 de Agosto de 1854.

Accuso o recebimento da nota n.º 115 que me passou em 10 do corrente o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, pela qual communica ter levado ao conhecimento do seu governo, copia da minha nota n.º 41 de 8 de Maio sobre a questão da emancipação dos Africanos livres, e a da resposta do Sr. Howard datada de 15 do mesmo mez, e declara que recebera ordem para participar-me que o governo de Sua dita Magestade approva inteiramente as observações contidas na supracitada nota do Sr. Howard relativamente á condição dos ditos Africanos livres, concluindo o Sr. Howard que o governo de S. M. Britannica toma o maior interesse na sorte desta desgraçada classe de individuos, e que se julga na obrigação de lhes assegurar a protecção e privilegios a que tem direito.

Já tive a honra de expôr na minha anterior nota de 15 de Julho proximo findo, sob n.º 62, as razões em que se funda o governo imperial para julgar que os Africanos livres occupados nas repartições publicas não estão comprehendidos no decreto de 28 de Dezembro de 1853 quanto á isenção dos serviços a que ficão obrigados mesmo depois de 14 annos até verificar-se a sua reexportação, vencendo porém depois desse prazo um salario que lhes será arbitrado; e agora nada mais tenho a accrescentar senão que o governo de S. M. o Imperador toma tambem pela sua parte todo o interesse a favor destes individuos, e procurará protegê-los tanto quanto puder.

Renovo ao Sr. Howard as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 18.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 130. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1854.

Na minha nota n.º 115 de 10 de Agosto passado tive a honra de informar a V. Ex.ª de que o governo de S. M. havia inteiramente approvado as observações contidas na minha nota n.º 70 de 15 de Maio deste anno acerca da condição dos Africanos livres empregados nas repartições e estabelecimentos publicos do imperio.

Havendo transmittido ao conde de Clarendon, principal secretario de estado de S. M. na repartição dos negocios estrangeiros, em officio datado de 10 de Agosto ultimo, copias das notas de V. Ex.ª n.º 62 de 15, n.º 63 de 18, e n.º 72 de 28 de Julho ultimo, e bem assim das minhas em resposta a V. Ex.ª sob n.º 94 de 17, e 101 de 25 do mesmo mez, e da minha acima mencionada n.º 115, todas relativas aos Africanos livres, quer empregados no serviço publico, ou no de particulares, tenho a honra de informar a V. Ex.ª que agora acabo de receber um despacho de S. S.ª, datado de 2 do mez passado, approvando o meu procedimento no assumpto de que se trata.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex.ª as expressões da minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

ANNEXO E.

**Princípios que resolverão adoptar
S. M. a Rainha da Grãa Bretanha e Irlanda
e S. M. o Imperador dos Francezes
em relação aos neutros, na actual guerra que tem
com a Russia.**

NÃO SE ADMITIRÃO CARTAS DE CORSO.

O BLOQUEIO PARA SER VALIDO DEVERÁ SER EFFECTIVO.

A BANDEIRA NEUTRA COBRE A CARGA INIMIGA, NÃO SENDO CONTRABANDO DE GUERRA.

**A CARGA NEUTRA FICARÁ LIVRE SOB A BANDEIRA INIMIGA NÃO SENDO
CONTRABANDO DE GUERRA.**

ACQUIESCENCIA DO BRASIL A ESTES PRINCIPIOS.

DECLARAÇÃO DE SUA NEUTRALIDADE.

Guerra entre a Turquia, a Grã-Bretanha e França por um lado e a Russia por outro.

Correspondencia com a legação de S. M. B.

**Aquiescencia do Brasil, como potencia neutra, aos principios
adoptados por S. M. B. durante a presente guerra.**

N. I.

Nota da Legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 58. — Rio de Janeiro. — Legação de S. M. Britannica, em 9 de Maio de 1854.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, recebeu ordens do seu governo para fazer a S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil, a seguinte communicação:

S. M. a Rainha do reino unido da Grã-Bretanha e Irlanda, e S. M. o Imperador dos Francezes, sendo forçados a tomar as armas com o fim de repellir a aggressão de S. M. o Imperador da Russia contra o Imperio Ottomano, e desejando diminuir o mais possivel as consequências desastrosas que para o commercio resultariam do estado de guerra, resolverão por enquanto não autorisar a expedição de cartas de corso.

Communicando esta resolução, Suas Magestades julgão conveniente fazer conhecer ao mesmo tempo os principios que tem de regular o seu procedimento durante aquella guerra pelo que respeita à navegação e commercio dos neutros.

S. M. a Rainha do reino unido da Grã-Bretanha e Irlanda publicou nesta conformidade a declaração junta que é identica á que foi publicada por S. M. o Imperador dos Francezes.

Restringindo por esta fórma aos mais estreitos limites o exercicio de seus direitos como belligerantes, os governos alliados esperão com confiança que os governos dos paizes que tiverem de guardar a neutralidade durante esta guerra fação todos os esforços para impôr aos seus subditos a necessidade de observar a mais stricta neutralidade.

O governo de S. M. Britannica nutre toda a esperança de que o governo brasileiro receberá com satisfação a communicação da resolução que em commun tomarão os dous governos alliados, e de que por via de uma justa reciprocidade providenciara assim de que nenhum corsario com a bandeira russa se esquipe, se aprovisione ou seja admittido com as suas presas nos portos do Brasil, e outrosim que os subditos brasileiros se abstenhão rigorosamente de tomar parte em armamentos desta natureza, ou em qualquer outra medida que se opponha aos deveres de uma stricta neutralidade.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, as seguranças de sua mais distincta consideração e estima.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc., etc., etc.

H. F. HOWARD.

Documento a que se refere a nota precedente.

Declaração dos princípios adoptados por S. M. Britannica.

Westminster, 28 de Março de 1854.

S. M. a Rainha do reino unido da Grã Bretanha e Irlanda tendo sido compellida a tomar as armas em apoio de um aliada, deseja tornar a guerra o menos onerosa que for possível ás potencias com as quaes lie em paz.

Afim de preservar o commercio dos neutros de todos os embarços que não sejam necessários, S. M. está disposta por enquanto a prescindir de uma parte que lie pertence como potencia belligerante em virtude do direito das gentes.

E' impossivel a S. M. renunciar ao exercicio de seu direito de apprehender artigos de contrabando de guerra, e de evitar que os neutros levem despachos do inimigo, e deve manter como belligerante o direito de prevenir que elles violem qualquer bloqueio effectivo que se tenha de pôr com forças sufficientes ás fortalezas, portos ou costas do inimigo.

Porém S. M. não usará do direito de apprehender a propriedade do inimigo carregada a bordo de um navio neutro, a não ser contrabando de guerra.

Não é da intenção de S. M. reclamar o direito de confiscar a propriedade neutra, não sendo contrabando de guerra, achada a bordo dos navios inimigos, e declara mais que desejando diminuir o mais possível os males da guerra, e restringir seus effeitos ás forças regularmente organisadas da paz não é sua intenção actualmente expedir cartas de marca para armar corsarios.

N. 2.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 15 de Maio de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota que com a data de 9 do corrente mez lie dirigia o Sr. Henry Francis Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, na qual lie communicada a resolução tomada por S. M. a Rainha da Grã Bretanha e Irlanda e S. M. o Imperador dos Franceses de não autorisar, na guerra que actualmente tem de sustentar com S. M. o Imperador de todas as Russias, a expedição de cartas de corsa.

O Sr. Howard fazendo esta communicação acrescenta que SS. MM. julgão conveniente fazer conhecer ao mesmo tempo os principios que tem de regular o seu procedimento durante aquella guerra para com a navegação e commercio dos neutros em conformidade da declaração que acompanha a referida nota do Sr. Howard, e que é identica á que foi publicada por S. M. o Imperador dos Franceses.

Restringindo, segundo aquella declaração, aos mais estreitos limites o exercicio de seus direitos como belligerantes, informa o Sr. Howard que os dous governos alliados esperão com confiança que os governos dos paizes que tiverem de guardar a neutralidade durante essa guerra farão todos os esforços para que seus subditos observem a mais rigorosa neutralidade.

Assim que, diz o Sr. Howard, o governo de S. M. Britannica nutre toda a esperanza de que o governo brasileiro receberá com satisfação a communicação da resolução que em commun tomárão os dous governos alliados, e de que por via de uma justa reciprocidade providenciara áfim de que nenhum corsario com a bandeira Russa se esquipe, se aproveitasse

ou seja admittido com as suas presas nos portos do Brasil, e outrossim que os subditos brasileiros se abstenham absolutamente de tomar parte em armamentos desta natureza ou em qualquer outra medida que se opponha aos deveres de uma stricta neutralidade.

O abaixo assignado tendo levado a nota do Sr. Howard ao alto conhecimento de S. M. o Imperador, seu augusta soberano, está autorizado para responder que o governo imperial muito aprecia os principios contidos na declaração, que acompanhou a referida nota, tendo por fim diminuir, quanto seja passivel, as consequências desastrosas, que do estado de guerra resultão sempre ao commercio.

Alguns destes principios tem sido já observados pelo Brasil como potencia belligerante.

O abaixo assignado pede licença para dizer que a renuncia feita por um belligerante do exercicio de alguns direitos, que lhe pertencem, não é por si só sufficiente para regular o procedimento dos neutros com prejuizo dos direitos do outro belligerante.

O governo imperial annue todavia ao pedido feito na nota do Sr. Howard fundado nos principios de neutralidade que deve prescrever-se na presente guerra.

E' doutrina admittida pelos melhores publicistas que uma nação, que tem resolvido conservar-se neutra em qualquer guerra, deve velar com cuidado para que nenhum dos belligerantes arme nos seus portos navios de guerra, nem corsarios, e bem assim para que os seus subditos não aceitem cartas de marca de um dos belligerantes, sirvão a bordo dos seus corsarios, ou pratiquem quaesquer outros actos oppositos aos deveres de uma stricta neutralidade.

Fundado nestas maximas de direito internacional, que tem sido reconhecidos pelo direito convencional, entende o governo imperial que não deve tolerar semelhantes actos nos portos do imperio.

Em consequencia do que fica exposto, o governo de S. M. o Imperador expedirá as convenientes ordens e instrucções:

1.º Para que nenhum corsario com bandeira Russa possa ser armado, ou aprovisionado, ou admittido com suas presas nos portos do Brasil.

2.º Para que os subditos brasileiros se abstenham rigorosamente de tomar parte em armamentos de corsarios ou em quaesquer medidas oppositas aos deveres de uma stricta neutralidade.

Prevaleço-me da occasião para reiterar ao Sr. Sr. Howard as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LEMOS DE ALMEIDA.

Ao Sr. Henry Francis Howard, etc.

N. 3.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 71. — Rio de Janeiro, 16 de Maio de 1871.

Senhor.—Tenho a honra de accusar a recepção, á noite passada, da nota de V. Ex.ª datada de hontem, em resposta á minha de 9 do corrente, communicando os principios que a Grã-Bretanha e a França resolverão ter para com os neutros durante a presente guerra, e de informar a V. Ex.ª que apressei-me em transmittir uma copia della esta manhã ao principal secretario do estado dos negocios estrangeiros de S. Magestade pelo vapor da real companhia de Southampton.

Pego licença a V. Ex.ª para exprimir-lhe tambem a minha convicção, de que o governo de S. Magestade será informado com particular satisfação da acquiescencia do governo imperial aos

princípios assim manifestados, lem como da promptidão com que o governo imperial acolheu os pedidos que tive a honra de fazer na minha mencionada nota, em conformidade das ordens do conde de Clarendon, parecendo-me que assim também se attende aos interesses do Brasil, cujo bem-estar e prosperidade o governo de S. Magestade tem em tanta consideração. Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha distincta consideração e estima.

H. F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc.

N. 4.

Nota da legação Britannica ao governo imperial.

N.^o 167.—Legação Britannica.—Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1854.

Senhor. — Tendo transmittido ao conde de Clarendon, principal secretario do estado dos negocios estrangeiros de S. M., uma copia da nota que V. Ex.^a me fez a honra de dirigir a 13 de Maio ultimo, annunciando ter o governo imperial annuido ás sollicitações relativas á neutralidade do Brasil na actual guerra entre a Grã-Bretanha, a França e a Turquia por um lado, e a Russia por outro, como se acha declarado na minha nota de 9 do mesmo mez, recebi ordem para comunicar a V. Ex.^a os agradecimentos do governo de S. Magestade pela promptidão com que o governo imperial respondeu áquella sollicitação, e pelas amigaveis seguranças que me deu sobre o assumpto.

Prevaleço-me desta occasião para renovar a V. Ex.^a as expressões de minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc.

Correspondencia com a legação de S. M. o Imperador dos Francezes.

Aquiescencia do Brasil como potencia neutra aos principios adoptados por S. M. durante a presente guerra.

N. 5.

Nota do governo de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo imperial.

Legação de França no Brasil. — Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1854.

Sr. ministro. — Annuncia-me meu governo a remessa de uma nota que deveria passar a V. Ex.^a, relativamente á posição dos neutros na guerra que infelizmente acaba de apparecer. Não tendo ainda chegado ás minhas mãos este documento, contra a minha expectação, creio não dever differir por mais tempo o dar conhecimento a V. Ex.^a, Sr. ministro, do complexo de suas vistas; e com este fim, tenho a honra de vos transmittir um despacho que a este respeito me dirigio o Sr. Drouyn de Lhuys.

Estou certo que V. Ex.^a observará naquelle despacho que os principios que o governo de S. M. Imperial adoptou nesta grave questão são favoraveis aos interesses commerciaes das nações neutras, e ao mesmo tempo a esperança que nutre S. M., de que estas mesmas potencias, assim como seus subditos, observem a mais rigorosa neutralidade.

Acceptai a segurança da alta consideração com a qual tenho a honra de ser, Sr. ministro,

De V. Ex.^a muito humilde e muito obediente servidor,

F. DE GRELING.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 6.

Nota do governo imperial á legação de S. M. o Imperador dos Francezes.

N. 13. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 18 de Maio de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota que com a data de 10 do corrente lhe dirigio o Sr. F. de Greling, encarregado de negocios de S. M. o Imperador dos Francezes.

O Sr. de Greling tem a bondade de dizer ao abaixo assignado que o seu governo lhe annunciára a remessa de uma nota que deveria passar ao abaixo assignado, relativamente á

posição dos neutros na guerra que infelizmente acaba de apparecer; mas que não tendo, contra a sua expectação, chegado ainda ás suas mãos este documento, entenderá que não devia differir por mais tempo o dar conhecimento ao abaixo assignado do complexo das suas vistas, e com este fim transmitta o Sr. Greling ao abaixo assignado um despacho que lhe fôr dirigido a este respeito por S. Ex.^a o Sr. Drouyn de Lhuys.

Deste despacho resulta que os governos de S. M. o Imperador dos Francezes, e de S. M. a Rainha da Grã-Bretanha, concordarão n'uma declaração que deve regular na presente guerra.

Segundo esta declaração, a intenção de não expedir cartas de marca é officialmente annunciada; a necessidade do bloqueio effectivo é admittida; a bandeira neutra deve cobrir a carga, e a carga neutra ficará livre sob a bandeira inimiga.

O Sr. de Greling acrescenta na sua nota que elle não hesita em que o abaixo assignado reconheça quanto são favoraveis aos interesses commerciaes das nações neutras os principios que o governo imperial adoptou nesta grave questão, e manifesta a esperança que nutre de que estas mesmas potencias, assim como os respectivos subditos observarão a mais rigorosa neutralidade.

O abaixo assignado, tendo levado ao alto conhecimento de S. M. o Imperador, seu Augusto Soberano, a nota do Sr. de Greling, e os documentos que a acompanhão, está autorizado para responder que o governo imperial muito aprecia os principios confididos no despacho de S. Ex.^a o Sr. Drouyn de Lhuys, tendo por fim diminuir quanto é possível as consequências desastrosas que do estado de guerra resultão sempre ao commercio.

Tanto maior é a satisfação do governo imperial por ver admittidos estes principios na presente guerra, quanto é certo que alguns delles já tem sido observados pelo Brasil como potencia belligerante, e todos elles merecem ser adoptados como base de um código marítimo universal.

Entretanto o abaixo assignado pede licença para dizer que a renuncia feita por um belligerante do exercicio de alguns direitos que lhe pertencem não é por si só sufficiente para regular o procedimento dos neutros, com prejuizo dos direitos do outro belligerante.

Mas o governo de S. M. o Imperador do Brasil, desejando attender aos interesses do commercio dos subditos brasileiros, e observar uma stricta neutralidade durante a guerra que infelizmente existe entre a França e a Grã-Bretanha por uma parte e a Russia pela outra, resolveu adoptar as seguintes medidas:

1.^a Que nenhum corsario com bandeira russa possa ser armado, ou aprovisionado ou admittido com suas presas nos portos do Brasil.

2.^a Que os subditos brasileiros devem abster-se rigorosamente de tomar parte em armamentos de corsarios ou em quaesquer outros actos oppositos aos deveres de uma stricta neutralidade.

Estas resoluções que são autorizadas pela legislação do imperio, e que se conformão com os principios de stricta neutralidade que o governo imperial se tem prescripto, mostrarão ao Sr. de Greling o sincero desejo que anima o governo de S. M. o Imperador de conservar intactas as relações de amizade e perfeita intelligencia entre o imperio do Brasil e os outros governos.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. de Greling, encarregado de negocios de S. M. o Imperador dos Francezes, a segurança de sua estima e consideração.

ANTONIO PAULINO LEMOS DE ABREU.

Ao Sr. F. de Greling, etc.

N. 7.

Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo do Brasil.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1854.

Sr. ministro. — Recebi a nota que V. Ex.^a me fez a honra de dirigir, em data de hontem, sobre a stricta neutralidade do Brasil na guerra que acaba desgraçadamente de apparecer na Europa. Eu me apressarei em a transmitir pela primeira occasião a meu governo, e persuadindo-me que elle sera informado com viva satisfação das medidas que o governo de S. M. o Imperador do Brasil resolveu adoptar nesta circumstancia.

Como tive a honra de declarar verbalmente a V. Ex.^a na entrevista que teve a bondade de conceder-me em 13 deste mez, nunca duvidei de que o gabinete de que V. Ex.^a tão dignamente faz parte, não accedesse ás vistas da França consignadas na declaração e no despacho que foram annexos á minha nota de 10 deste mez.

O Brasil, que tem sido sempre animado de principios tão liberaes, de que já tem dado tantas provas na qualidade de potencia belligerante, não podia renegar um passado glorioso e renunciar aquelles principios de que tem sido sempre illustre defensor. O grande imperio da America do Sul, que, de accordo com a França, consagrou por um ajuste diplomatico as regras que se devião observar em caso de bloqueio, e que procurando a liberdade e a extensão das transacções commerciaes, combateu victoriosamente no Prata uma tyrannia retrograda, não podia deixar de dar sua adhesão plena e inteira ás bases consignadas na declaração do governo de S. M. Imperial.

Terei muito prazer em communicar ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros em Paris a cooperação do Brasil para um fim tão nobre, como é o de restringir as consequências desastrosas da guerra para o commercio, e de communicar-lhe as bellas palavras de V. Ex.^a que os principios contidos na declaração da França « são dignos de ser adoptados como base de um codigo marítimo universal. » O Sr. Drouyn de Lhuys verá nisso um precioso penhor do desejo que anima o governo de S. M. o Imperador do Brasil, de manter as relações de boa amizade e de perfeita intelligencia entre o Brasil e a França, relações que meu governo, estou autorizado a dar essa segurança formal a V. Ex.^a, aprecia no mais alto gráo, sendo o fim constante de seus mais vivos esforços desenvolvê-las cada vez mais.

Felicitando-me por fazer esta declaração a V. Ex.^a, aproveito-me da occasião para pedir-lhe queira aceitar a nova segurança da alta consideração com a qual tenho a honra de ser, Sr. Ministro,

De V. Ex.^a muito humilde e muito obediente servidor,

F. DE GRELING.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, etc.

N. 8.

Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezas ao governo do Brasil.

Legação de França no Brasil. — Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1854.

Sr. Ministro. — Tenho a honra de dirigir a V. Ex.^a a nota inclusa relativa á posição dos neutros na guerra actual, cuja proxima remessa annunciei na minha nota de 10 do mez passado, e de que recebi a minuta só pelo paquete chegado bontem de Inglaterra.

O governo brasileiro já tomou uma decisão sobre esta questão e declarou que desejava guardar uma stricta neutralidade.

Parece-me que as medidas que adoptou e de que V. Ex.^a se servio dar-me conhecimento a 18 do mez passado, são conformes aos desejos expressos pelo governo de Sua Magestade Imperial, e podem servir de resposta á nota aqui junta que fui encarregado de transmittir-lhe.

Eu vos pediria, Sr. Ministro, de communicar-me se partilhais minha opinião a este respeito e de remetter-me a vossa resposta antes da saída do paquete inglez. Aproveito-me da occasião para reiterar a V. Ex.^a a segurança da alta consideração com a qual tenho a honra de ser, Sr. Ministro,

De V. Ex.^a muito humilde e obediente servidor

F. DE GRELING.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, etc.

Documentos a que se refere a nota acima.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Paris em 31 de Março de 1854.

Sr. — O Monitor de hoje publica a declaração do governo francez relativamente aos neutros, assim como o relatorio que apresentei ao Imperador submettendo-a á sua alta approvação. Com este meu despacho vos remetto copias destes dous documentos.

O governo de S. M. Britannica promulgou, por sua parte, a mesma declaração.

No momento em que os dous governos tomão as armas em defesa commum de um alliado, não podião dar uma prova mais patente do perfeito accôrdo de seus sentimentos e do espirito de solidariedade que os une, do que adoptando as mesmas resoluções em uma materia sobre a qual, até aqui, os seus principios havião sido tão differentes.

Penetrado desta sollicitude que a França tem sempre testemunhado pelos neutros, o governo do Imperador tinha-se desde muito tempo preocupado das graves questões que se ligão á neutralidade para preparar a solução dellas no sentido o mais favoravel aos interesses das nações com as quaes fica em paz.

Tenho a satisfação de reconhecer que achei o governo de S. M. Britannica animado dos mesmos desejos, já penetrado da idéa de deixar os neutros no gozo de todas as vantagens que não fosse absolutamente necessario restringir-se em consequencia das necessidades indispensaveis da guerra.

Foi nesta conformidade que foi dictada a declaração adoptada pelos dous governos; e não hesito em dizer que não ha um só documento desta natureza concebido em termos tão favoraveis.

A intenção de não expedir cartas de corso é nelle officialmente annuciada;
A necessidade de bloqueio effectivo é admittida;

A bandeira neutra cobrirá a carga, e portanto a carga neutra ficará livre sob a bandeira inimiga.

Taes são as vantagens que serão garantidas ao commercio durante a guerra; e mesmo, quando ella termine, esta declaração commum ficará sendo um precedente importante para a neutralidade.

Mas, se a união intima da França e da Inglaterra permittio que se consagrasse um systema tão vantajoso para as nações neutras, têm estas por si uma obrigação mais restricta de respeitar inteiramente os direitos dos belligerantes. Temos pois razão para esperar que os governos neutros não praticarão acto algum que possa ter um caracter hostil, e antes se apressarão a adoptar todas as medidas necessarias para que seus subditos se abstenham de proceder de qualquer maneira em opposição aos deveres de uma rigorosa neutralidade.

Eu vos dirigirei sem demora um projecto de nota cuja redacção será feita de accordo com o governo de S. M. Britannica, para notificardes a presente declaração ao governo junto do qual vos achais acreditado.

Acceptai, Sr., a segurança de minha alta consideração.

DROUYN DE LUYX.

Ao Sr. F. de Greling.

Ministerio dos negocios estrangeiros.

Exposição ao Imperador.

Senhor. — Em uma época em que as relações maritimas e os interesses commerciaes occupão um tão vasto lugar na existencia das nações, é do dever de uma nação que se vê compellida a fazer a guerra, adoptar as necessarias medidas para adoçar quanto seja possível os seus effeitos, deixando ao commercio dos povos neutros todas as facilidades compatíveis com este estado de hostilidade a que procurão ficar estranhos.

Mas não basta que os belligerantes tenham o pensamento intimo de respeitar sempre os direitos dos neutros; devem além disto esforçar-se por acalmar, com antecipação, estas inquietações que o commercio está sempre tão disposto a acolher, e não deixar subsistir duvida alguma sobre os principios que elles pretendem applicar.

Um regulamento sobre os deveres dos neutros poderia parecer uma especie de attentado contra a soberania das nações que querem guardar a neutralidade, e uma declaração espontanea dos principios, em conformidade dos quaes um belligerante promette regular o seu procedimento, parece ser pelo contrario o testemunho o mais formal que elle possa dar de seu respeito pelos direitos das outras nações.

É com este pensamento que, depois de accordo havido com o governo de S. M. Britannica, tenho a honra de submeter á alta approvação de V. M. a declaração seguinte.

Sou, com respeito, Senhor, de V. M. o muito humilde e muito obediente servo e subdito fiel

DROUYN DE LUYX.

Approvo.

NAPOLEÃO.

Paris, em 29 de Março de 1854.

Declaração dos princípios que adoptou S. M. o Imperador dos Francezes para com os neutros e acerca de corsarios na guerra contra a Russia.

Palacio das Tuilherias, em 29 de Março de 1854.

S. M. o Imperador dos Francezes, tendo sido forçado a tomar as armas em apoio de um alliado, deseja tornar a guerra o menos onerosa que fôr possível ás potencias com as quaes fica em paz.

Afim de preservar o commercio dos neutros de todo o embarço inutil, S. Magestade consente, por enquanto, em renunciar a uma parte dos direitos que lhe pertencem como potencia belligerante, em virtude do direito das gentes.

E' impossivel a S. M. renunciar ao exercicio de seu direito de apprehender os artigos de contrabando de guerra, e de evitar que os neutros transportem os despachos do inimigo. Deve tambem manter intacto seu direito como potencia belligerante, de impedir que os neutros violem qualquer bloqueio effectivo que tenha de ser posto com forças sufficientes ás fortalezas, portos ou costas do inimigo.

Mas os navios de S. M. não apprehenderão a propriedade do inimigo carregada a bordo de um navio neutro, a não ser esta propriedade contrabando de guerra.

Não é da intenção de S. Magestade reivindicar o direito de confiscar a propriedade dos neutros, não sendo contrabando de guerra, achada a bordo dos navios inimigos.

Declara mais S. Magestade que, desejando diminuir o mais possivel os males da guerra e restringir as suas operações ás forças do Estado regularmente organisadas, não tem por ora a intenção de conceder cartas de marca para autorisar o armamento de corsarios.

N. 9.

Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo do Brasil.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1854.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de França no Brasil, recebeu ordem de seu governo para dirigir a S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, a communicação seguinte:

S. M. o Imperador dos Francezes e S. M. a Rainha do reino unido da Grã-Bretanha vão achar-se na necessidade de recorrer á força das armas para repellar as aggressões de S. M. o Imperador da Russia contra o Imperio Ottomano.

Querendo diminuir, quanto seja possivel, as funestas consequencias que resultarão para o commercio do estado de guerra, resolverão SS. MM. não autorisar, por enquanto, a expedição de cartas de marca, e fazer conhecer ao mesmo tempo com esta resolução os princípios que pretendem applicar á navegação e ao commercio dos neutros durante aquella guerra.

E' com este fim que S. M. o Imperador dos Francezes fez publicar a declaração aqui junta, identica á que S. M. a Rainha do reino unido da Grã-Bretanha e Irlanda tambem fez publicar.

Restringindo aos mais estreitos limites o exercicio de seus direitos como belligerantes, os governos alliados devem contar com os sinceros esforços dos governos, que se conservem neutros, para fazer observar pelos seus subditos as obrigações da neutralidade a mais absoluta.

Por conseguinte, o governo de S. M. o Imperador dos Francezes confia que o governo do Brasil acollerá com satisfação a comunicação das resoluções tomadas em common entre os dous governos alliados, e de que, por via de uma justa reciprocidade, providenciara além que nenhum corsario com o pavilhão russo possa ser armado, nem aprovisionado, nem admitido com suas presas nos portos brasileiros, e para que seus subditos se abstenham rigorosamente de tomar parte em armamentos deste genero, ou em qualquer outra medida opposta aos deveres de uma strieta neutralidade.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo as seguranças da alta estima e consideração com que tem a honra de ser

De V. Ex.^a muito humilde e obediente servo

F. DE GRELING.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc., etc., etc.

N. 10.

N.º 16. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Junho de 1854.

Accuso o recebimento da nota que me dirigio em data de Lontem o Sr. F. de Greling, encarregado de negocios de S. M. o Imperador dos Francezes, remettendo-me outra da mesma data cobrindo a declaração do procedimento que pretendem ter SS. MM. o Imperador dos Francezes e a Rainha da Grãa-Bretanha para com os neutros, na presente guerra que sustentão contra a Russia: o que já fizera objecto da que me passou o Sr. de Greling em 10 do mez proximo passado.

Tendo em 18 de Maio, em resposta a esta ultima nota, manifestado o apreço que fazia o governo imperial dos principios enutidos no despacho de S. Ex.^a o Sr. Drouyn de Lhuys, de que teve a bondade de dar-me conhecimento o Sr. de Greling, tendo por fim diminuir quanto fosse possivel as consequencias desastrosas que do estado de guerra resultão sempre ao commercio, e ao mesmo tempo declarado que, desejando o governo de S. M. o Imperador do Brasil attender aos interesses do commercio dos subditos brasileiros e observar uma strieta neutralidade durante aquella guerra, havia resolvido adoptar as medidas que se expressão na mencionada nota de 18 de Maio, nada tenho no presente a acrescentar em resposta ás notas que acaba de dirigir-me o Sr. de Greling que ficão satisfeitas com as precedentes declarações, em conformidade das quaes tem sido expedidas pelo governo imperial as precisas ordens, para que sejam striitamente observadas no Imperio.

Prevaleço-me desta occasião para renovar ao Sr. de Greling as expressões da minha estima e consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. F. de Greling.

Correspondencia com a legação de S. M. o Imperador de Todas as Russias.

N. 11.

Declaração da legação de S. M. o Imperador de Todas as Russias da posição que como potencia neutra tomará o Brasil na guerra de S. M. com a França e Inglaterra.

N.º 2.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 15 de Maio de 1854.

O abaixo assignado, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu ordem de S. M. o Imperador, seu Augusto Soberano, para fazer a seguinte declaração ao Sr. conde Medem, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador de Todas as Russias:

O governo de S. M. o Imperador do Brasil, attendendo aos interesses dos subditos brasileiros, e desejando observar uma stricta neutralidade durante a guerra que infelizmente existe entre a Russia de uma parte, e a Grã-Bretanha e a França da outra, tem, de conformidade com os principios de direito internacional, e com a legislação do paiz, adoptado as seguintes resoluções:

1.º Nenhum corsario com bandeira de qualquer das potencias belligerantes poderá ser armado, ou aprovisionado ou admittido com suas presas nos portos do imperio.

2.º É prohibido aos subditos brasileiros tomar parte em armamento de corsarios ou em quaesquer outras medidas oppostas aos deveres de uma stricta neutralidade.

Para a effectiva execução das resoluções acima mencionadas, o governo de S. M. o Imperador tem expedido as convenientes ordens e instruções ás autoridades do Imperio.

O abaixo assignado, fazendo esta communicação ao Sr. conde Medem, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador de Todas as Russias, assim de que se digne leva-la ao conhecimento do seu governo, prevalece-se da occasião para renovar-lhe as seguranças de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. conde Medem, etc.

Ordens expedidas, em conformidade da correspondencia que precede, para que não se admittão corsarios nos portos brasileiros, e nem se pratiquem no Imperio actos alguns oppostos aos deveres de uma stricta neutralidade.

N. 12.

Circular aos presidentes das provincias.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 18 de Maio de 1854.

Ill.ª e Ex.ª Sr. — Tenho a honra de remetter a V. Ex.ª, na copia junta, o aviso que com a data de 15 do corrente mez foi por este ministerio expedido aos da justiça, marinha e guerra, communicando-lhes as resoluções que o governo de S. M. o Imperador julgou dever adoptar durante a guerra que infelizmente existe, declarada entre a Grã-Bretanha e a França por uma parte, e a Russia pela outra.

Estas resoluções são as seguintes:

1.º Que nenhum corsario com a bandeira de qualquer das potencias belligerantes poderá ser armado, ou aprovisionado ou admittido com suas presas nos portos do imperio.

2.º Que os subditos brasileiros não poderão tomar parte em armamento de corsarios ou em quaesquer outros actos oppostos aos deveres de uma stricta neutralidade.

As resoluções que ficam mencionadas são em parte fundadas no direito internacional que regula as obrigações dos neutros em tempo de guerra, e em parte na legislação do paiz, e forão aconselhadas pelo dever, que tem o governo de S. M. o Imperador de attender aos interesses do commercio dos subditos brasileiros, e de observar na presente guerra uma stricta neutralidade.

Contudo a execução das medidas, que deixo referidas, não é isenta de difficuldades e complicações, e é isto o que cumpre acutelar.

Parece-me acertado que, antes de V. Ex.ª mandar proceder a respeito de qualquer navio que esteja nos nossos portos, por se dizer que está no caso da resolução do governo, que determina que nenhum corsario com bandeira de qualquer das potencias belligerantes possa ser armado, ou aprovisionado ou admittido com as suas presas dentro dos portos do imperio, procure verificar a circumstancia de que o navio é corsario, ou seja á vista dos papeis de bordo ou por actos notorios de corso, que já tenha praticado.

Estas diligencias deverão ser encarregadas aos auditores de marinha nos lugares em que os houver, e aos respectivos juizes de direito ou seus substitutos, aonde não houver auditores de marinha, e se pelas diligencias se provar que o navio é corsario, deverá impedir-se o seu armamento ou aprovisionamento e mandar-se sair do porto.

A entrada nos nossos portos de corsarios com presas é expressamente vedada; mas se ella se verificar por algum caso de força maior, cumpre que V. Ex.ª os mande immediatamente sair do porto.

Todas as indagações que V. Ex.ª mandar fazer para este fim deverão ser reduzidas a escripto, e transmitidas depois ao governo de S. M. o Imperador.

Tenho tambem por muito conveniente que V. Ex.ª, no caso de quaesquer indagações e medidas que tomar, proceda, tanto quanto fôr possível, de accordo e com conhecimento dos agentes consulares da Grã-Bretanha e da França, bem como da nação a que se disser que pertence o navio, contra o qual houver suspeitas de ser corsario.

Procedendo assim o governo de S. M. o Imperador mostrará a lealdade, e boa fé, com que deseja conciliar a rigorosa execução das medidas que adoptou com os meios de evitar difficuldades, e toda a especie de desintelligencia com os governos com quem conserva relações de amizade.

A circumspecção e prudencia de V. Ex.ª affianção que as medidas do governo de S. M. o Imperador serão executadas sem que appareção inconvenientes no porto dessa capital.

Para que o mesmo aconteça nos outros portos da provincia, aonde possão entrar embarcações estrangeiras, é indispensavel que V. Ex.ª exerça a mais activa vigilancia sobre as respectivas autoridades, e lhes explique as instrucções do governo de S. M. o Imperador.

Prevaleço-me da occasião para renovar a V. Ex.ª as seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

A S. Ex.ª o Sr. Presidente da Provincia de...

Correspondencia com a legação de S. M. Britannica para que não se consinta nas praças do Brasil, como potencia neutra, emprestimo algum por parte do governo de S. M. o Imperador de Todas as Russias.

N. 13.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 105. — Legação Britannica, Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1854.

Sr. Em conformidade com as instruções que recebi do conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de Sua Magestade, tenho a honra de declarar a V. Ex.ª que o governo de sua dita magestade espera que o governo imperial não consentirá que o emprestimo, que pretende contrahir a Russia para sustentar a guerra, seja feito no mercado monetario brasileiro, para que não venha ella a ser auxiliada por uma potencia que declarou a sua intenção de ficar neutra.

Esperando que V. Ex.ª me habilitará com brevidade a communicar ao conde de Clarendon a aquiescencia do governo imperial a este respeito, prevaleço-me da occasião para renovar a V. Ex.ª a segurança da minha alta estima e distincta consideração.

A. S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, etc.

HENRY F. HOWARD.

N. 14.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 79. — Rio de Janeiro, Ministério dos Negocios Estrangeiros, em 14 de Agosto de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota que com a data de 10 do corrente mez lhe dirigio o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica.

Nesta nota communica o Sr. Howard ao abaixo assignado, de conformidade com as instruções que recebera do conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M., que o seu governo espera que o governo imperial não consentirá que o emprestimo que a Russia procura obter para sustentar a guerra, se faça nas praças do Brasil, pois por este meio ficaria ella auxiliada por uma potencia que declarou a sua intenção de ficar neutra.

O abaixo assignado, em resposta á referida nota, tem a honra de dizer ao Sr. Howard, que, supposto não seja de esperar que o governo da Russia procure o mercado monetario do Brasil para nelle effectuar um emprestimo, todavia o governo de S. M. o Imperador, no caso de que isto venha a acontecer, está disposto a empregar todos os meios permitidos pelas leis, a fim de que não possa ter lugar uma tal operação, satisfazendo assim aos desejos manifestados pelo governo de S. M. Britannica.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Howard os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

Ao Sr. Henry F. Howard.

ANNEXO F.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

DO

AMAZONAS E SEUS TRIBUTARIOS

Discussão entre as legações dos Estados-Unidos e de S. M. Britannica em Lima, para serem extensivos aos subditos Americanos e da Grãa Bretanha os mesmos favores concedidos aos subditos Brasileiros, pelo decreto peruano de 4 de Janeiro de 1854, em virtude da convenção celebrada entre o Perú e o Brasil em 23 de Outubro de 1853.

Correspondencia entre as legações dos Estados-Unidos d'America e de S. M. Britannica e o governo imperial convidando o Brasil a abrir o rio Amazonas, na parte em que corre pelo Imperio, as bandeiras estrangeiras.

Discussão entre a legação dos Estados-Unidos e o governo do Perú sobre se devem ser extensivos aos cidadãos daquelles Estados os mesmos favores concedidos aos subditos brasileiros pelo decreto de 4 de Janeiro de 1854.

N. 1.

Nota do ministro dos Estados-Unidos em Lima ao governo do Perú.

Lima, 31 de Dezembro de 1854.

Foi chamada a attenção do abaixo assignado para um aviso publicado no *Mensageiro*, gazeta desta capital, sob a epigraphe — *Derrotero de los pueblos y leguas de distancia de punto á punto, y los de arribada para la navegacion del vapor Rio Negro en el Amazonas.*

O *Rio Negro* sendo um dos vapores pertencentes á companhia estabelecida por Irenco Evangelista de Souza, em virtude de um privilegio concedido pelo governo brasileiro, e por consequencia embarcação brasileira, o abaixo assignado tem a honra de dirigir-se a S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan, ministro dos negocios estrangeiros, para ser informado — se o governo peruano permitirá que vapores brasileiros daquela companhia naveguem a parte do rio Amazonas que se acha dentro do territorio da Republica, e igualmente o rio Huallaga até Yurimaguas.

Pelo artigo 1.^o do decreto de 15 de Abril ultimo, o governo do Perú declarou que a navegação, trafico e commercio nas aguas do Amazonas são livres para os navios e subditos brasileiros até Nauta, na foz do Ucayali; e pelo artigo 2.^o, que os cidadãos e subditos de outras nações que tem tratados com o Perú, pelos quaes gozão dos direitos da nação mais favorecida, serão tambem admittidos a participar da dita navegação e commercio do Amazonas.

Portanto, se os vapores brasileiros são admittidos a navegar e a commerciar nos rios peruanos até Yurimaguas, igualmente os navios dos Estados-Unidos tem direito ao mesmo privilegio em virtude das estipulações dos arts. 2.^o, 3.^o e 10 do tratado entre os Estados-Unidos da America e a Republica do Perú de 26 de Julho de 1851; e o abaixo assignado em conformidade delles reclama por esta nota para os cidadãos dos Estados-Unidos todo e qualquer favor, privilegio e immuni-dades que a respeito de commercio ou navegação tiverem sido ou fôrem concedidos pelo governo peruano aos subditos do Brasil dentro dos limites da Republica, e especialmente no que fór relativo ao commercio, trafico e navegação do rio Amazonas e seus affluentes ou tributarios.

O abaixo assignado tem nesta occasião o prazer de offerecer a S. Ex.^a o Sr. ministro dos negocios estrangeiros a segurança de sua mais distincta consideração.

J. RANDOLPH CLAY.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan, ministro dos negocios estrangeiros.

N. 2.

Nota do governo da Republica do Perú ao ministro dos Estados-Unidos da America.

Lima, 16 de Janeiro de 1854.

O ministro de relações exteriores tem a honra de accusar a recepção da nota de S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos do 31 de Dezembro, em que manifesta o seu desejo de saber — se os vapores brasileiros terão licença para navegar na parte do rio Amazonas, situada no territorio peruano, e no rio Huallaga até Yurimaguas, e conclue reclamando que, se se concede essa licença aos barcos brasileiros, também se deve conceder aos americanos, conforme os tratados vigentes que existem entre os governos do Perú e dos Estados-Unidos.

Os barcos brasileiros podem navegar nos confluentes ou tributarios do Amazonas que correm no territorio da Republica, porque assim se estipulou no tratado celebrado com o Brasil, e por ser reciproca esta concessão. Ainda que pelo artigo 1.^o do decreto de 15 de Abril de 1853 se tivesse marcado como termo da navegação o ponto de Nauta, na foz do Ucayali, o governo do Brasil reclamou contra semelhante limitação, fazendo observações tão fundadas que o governo do Perú as considerou justas e apoiadas no teor do tratado celebrado com S. M. I.

Mas daqui não se pôde deduzir que tal concessão seja extensiva aos subditos e navios dos Estados-Unidos; o que se torna mais sensível e evidente, examinando-se com attenção o teor e sentido dos tres artigos do tratado, que em apoio de sua reclamação cita S. Ex.^a o Sr. Clay.

O artigo segundo, na parte que diz respeito ao commercio e navegação, diz assim: « A Republica do Perú e os Estados-Unidos da America convêm mutuamente em que haverá liberdade reciproca de commercio e navegação entre seus respectivos territorios e cidadãos. Os cidadãos de qualquer das duas Republicas poderão frequentar com seus barcos todas as costas, portos e lugares da outra em que se permite o commercio estrangeiro... Os ditos cidadãos gozarão de inteira liberdade para commerciar em toda a parte do territorio da outra, segundo as regras estabelecidas pelas respectivas leis de commercio. »

Este artigo não pôde servir de fundamento para reclamar-se a navegação dos rios interiores da Republica, que não foi estipulada nem concedida senão para as costas, isto é, nas margens do mar e nas terras que lhes ficam proximas. Ali pois, os navios americanos podem ir fazer o commercio, e não no interior dos rios: suas margens e as terras proximas chamão-se ribeiras. Sendo claras e precisas as palavras empregadas neste artigo, não devemos afastar-nos, sem poderosas razões, do uso e applicação que ellas tem na linguagem commum.

O artigo terceiro diz: « As duas altas partes contractantes se obrigão e compromettem a não conceder favor, privilegio ou isenção alguma, sobre commercio e navegação, a outras nações, sem torna-las também immediatamente extensivos aos cidadãos da outra parte contractante, que gozará d'elles gratuitamente, se a concessão houver sido gratuita, ou mediante igual compensação ou outro equivalente, que se ajustará de mutuo accordo, se a concessão tiver sido condicional. »

Bem claro é, e conforme com o que fica anteriormente exposto, o sentido deste artigo, sendo apenas necessario acrescentar ligeiras reflexões. A ampliação ou declaração de considerar e conceder aos subditos de um Estado os direitos da nação mais favorecida, supõe sempre a reciprocidade por parte d'elle, ou sua submissão ás condições com que se concederão a outra esses favores. O Perú permite aos subditos e barcos do Brasil a livre navegação em seus rios interiores, porque o Imperio concede aos barcos e cidadãos do Perú igual franqueza e liberdade nos seus. Os Estados-Unidos não offerceem a mesma reciprocidade nem podem offerceê-la, porque não são ribeirinhos no Amazonas; por conseguinte de forma alguma podem exigi-la, porque só devem gozar gratuitamente dos favores, privilegios ou isenções estipuladas no artigo 3.^o, se a concessão tiver sido gratuita, ou mediante compensação, se tiver sido condicional.

Assim pois, o texto do tratado também não favorece o pedido de S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos.

A navegação por barcos de vapor estipulada entre os governos do Perú e do Brasil, como limitrophes, ribeirinhos, e participando das aguas do Amazonas, não pôde ser reclamada pelo governo dos Estados-Unidos, ainda que o texto dos artigos copiados fosse mais explicito. A companhia formada com fundos dos governos peruano e brasileiro, e destinada a navegar nas aguas communs e comprehendidas dentro do territorio de ambos os Estados, é negocio proprio d'elles,

que não pôde considerar-se como concessão feita a um terceiro, e se outro a pretendesse, viria a sollicitar favores que mutuamente nos concedemos, e a que não pôde caber o direito de nação mais favorecida, por não intervir um terceiro estranho.

Os cidadãos e barcos peruanos tem o direito de navegar no Amazonas, porque o Perú, como Estado ribeirinho, participa delle em common com todos os Estados limitrophes, e porque as aguas de seus rios contribuem para o cabedal daquelle. Pela mesma razão, sendo o Perú um dos socios e condominos nos gozos desta navegação, não pôde transmittir por si só direitos absolutos que só elles tem. Um socio não dispõe por sua vontade de interesses communs, ainda que goze delles em toda a extensão que corresponde á sociedade inteira. Não ha, pois, razão que o obrigue a communicar a outros amigos, por serem amigos, direitos tão ligados aos de seus socios. A navegação fluvial, pertencente a diversos condominos, é uma servidão internacional emanada do senhorio que cada um tem em seu respectivo territorio, e da situação que occupa em relação ás aguas navegaveis: esta servidão, que é activa e passiva ao mesmo tempo entre os condominos que gozão della porque *tambem a soffrem*, não pôde transmittir-se a um terceiro pela vontade exclusiva de um participante.

O governo americano sustenta e pratica com o maior rigor as regras e doutrinas do direito internacional sobre o dominio e uso dos rios, permitindo tão sómente a entrada nos portos situados na sua foz; mas não o commercio nem a navegação inter-ribeirinha. É tão restricto neste ponto que, apesar da falta de barcos menores na California para navegar os rios com o fim de descobrir terrenos auríferos, não permittio aos barcos estrangeiros, senão como grande favor, e sómente nos primeiros mezes, que fizessem a navegação fluvial, prohibindo-a depois absolutamente, e mesmo impedindo que baixassem os que tinham subido e não podião regressar antes do prazo marcado.

O artigo 10 do tratado com os Estados-Unidos, que cita S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, diz: « Desejando a Republica do Perú augmentar a communicação entre os pontos de sua costa, por meio da navegação a vapor, compromette-se desde já a conceder a qualquer cidadão ou cidadãos dos Estados-Unidos, que estabelecerem uma linha de vapores para navegar com regularidade entre os diferentes portos de entrada no territorio peruano, os mesmos privilegios para embarcar ou desembarcar carga ou frete, entrar nos portos intermedios com o fim de receber ou desembarcar passageiros e suas equipagens, dinheiro e prata em barras, levar as malas de correios, formar depositos para carvão, estabelecer machinas e estaleiros para reparar e querenar os vapores, e todos os demais favores de que goze qualquer outra sociedade ou companhia. »

Se no texto dos artigos anteriores não encontra apoio, como entende o abaixo assignado, a reclamação de S. Ex.^a o Sr. Clay, menos pôde tê-lo neste artigo, que claramente se limita á navegação oceanica, e não á fluvial, que não tem existido nem ainda existe no Perú.

Se se tratasse de conceder um privilegio a subditos de outra nação para navegar por vapor nos portos conhecidos, para embarcar ou desembarcar carga, etc., e cidadãos americanos reclamam-se igual concessão. o artigo seria bem trazido, observando-se a reciprocidade e cumprindo-se as demais condições impostas a outros. O que se estipula para a navegação maritima não pôde estender-se á fluvial; tanto assim que para esta foi sempre necessario celebrar tratados especiaes. Só no artigo 17 do que foi celebrado com os Estados-Unidos se faz menção dos rios, para serem admitidos nelles e tratados com humanidade os barcos e cidadãos americanos que se abrigassem em seus portos, por causa de pirataria, falta de viveres e outros casos de sinistro. Este artigo explica o espirito dos outros, é uma prova do que se tem dito, e contraria a intenção de S. Ex.^a o Sr. Clay.

Nem o Amazonas, nem os rios tributarios pertencentes ao Perú tem estado, nem ainda estão abertos ao commercio estrangeiro. O tratado com o Brasil, longe de abri-los, declarou e reconheceu o principio de que sua navegação deve pertencer exclusivamente aos Estados ribeirinhos. Por este tratado nada se concedeu a outras potencias, cuja applicação possa reclamar o governo da União, allegando os direitos de nação favorecida.

O commercio nos rios interiores de um paiz, cuja navegação lhe pertence exclusivamente, a concessão de privilegios, e o estabelecimento de companhias, não se podem exigir como emanção de tratados geraes, senão no caso de se achar isto estipulado especialmente e de uma maneira clara; não bastando para obter estes favores, conjecturas ou interpretações. Quando se celebrou o tratado com os Estados-Unidos estavam apenas ventiladas, se não erão desconhecidas as idéas e importancia da navegação do Amazonas e seus tributarios, nem era objecto de interesse esta navegação para que se pudesse suppôr comprehendida em um tratado geral de commercio e navegação.

O Imperador do Brasil foi quem promoveu aquella empresa, e seus esforços e os tratados que tem celebrado chamarão depois a attenção geral.

O governo do Perú não pôde adoptar uma politica contraria a seus proprios interesses, e aos progressos do seculo. Deve respeitar os seus tratados com o Brasil, e não fixar prematuramente suas idéas e opiniões sobre um assumpto que não está bem examinado. Os rios interiores, e até o proprio

Maranhão não estão explorados e conhecidos, não se sabe quaes os meios mais convenientes para a sua navegação, nem os productos que servirão para o commercio, nem os sitios ou lugares mais adaptados para as escalas de navegação. A acção do governo deve limitar-se primeiramente a estabelecer a ordem e a regularidade nessas regiões selvagens e solitarias para poder garantir a vida e a propriedade dos povoadores nacionaes e estrangeiros.

O commercio nessas comarcas é reduzido a simples permutas entre os selvagens e os povos vizinhos, e não ha nenhum com os estrangeiros que possa merecer esse nome. Se se permitisse a outros o commercio pelos rios, poderia elle ser reclamado para os cidadãos americanos; mas não exigir sem reciprocidade privilegios commerciaes onde não ha trafico. Tudo quanto poderia solicitar-se do Perú, e este conceder, seria quando muito um porto para a entrada e descarga dos navios, se todos os ribeirinhos conviessem em abrir o Amazonas ao commercio estrangeiro. Nessas comarcas tem entrado alguns viajantes naturalistas e curiosos, sem que o governo peruano se tenha negado aos seus desejos; porém a navegação fluvial, que não se acha estabelecida, não se pôde conceder sem que antes se dêem os respectivos regulamentos.

Desejoso o governo peruano de atrahir a emigração, a industria e o commercio a seus rios interiores, e á parte do Amazonas que rega suas margens, tem-se esforcado por estabelecer nestas colonias e introduzir naquelles pequenos vapores para a sua exploração. Tendo-se comprometido com o Brasil para a formação de uma companhia que navegue por vapor o Amazonas, não conseguiu vê-la estabelecida como desejava. Este facto proprio e peculiar de ambos os governos não pôde servir de precedente favoravel ás reclamações de S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario dos Estados-Unidos.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para offerecer a S. Ex.^a o Sr. Clay as seguranças da sua consideração e apreço.

JOSE GREGORIO PAZ SOLDAN.

A S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos.

N. 3.

Nota do ministro dos Estados-Unidos ao governo do Perú.

Legação dos Estados-Unidos. — Lima, 4 de Fevereiro de 1854.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos d'America, recebeu a nota que S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan heuve por bem dirigir-lhe em 13 do mez proximo passado, communicando-lhe a interpretação que dá S. Ex.^a aos artigos 2.^o, 3.^o e 10.^o do tratado de amizade, commercio e navegação entre os Estados-Unidos e a Republica do Perú, deduzindo dahi consequencias que o abaixo assignado não accitaria, quando mesmo se puzesse em duvida a admissão de navios dos Estados-Unidos nas aguas peruanas do Amazonas, como assumpto que devesse ser discutido e ainda estivesse por decidir. Porém não é este o caso, e S. Ex.^a equivocon-se no objecto e fim que teve em vista o abaixo assignado, julgando que em sua nota de 31 de Dezembro ultimo desejava elle saber se os barcos e cidadãos dos Estados-Unidos podião navegar e communicar no Amazonas e seus afluentes dentro do territorio peruano; porquanto o direito de fazê-lo é perfeito, e seu exercicio começa desde que se admitta naquellas aguas um só barco ou subdito brasileiro.

O objecto a que se propoz o abaixo assignado dirigindo aquella nota ao Ex.^{ma} Sr. ministro das relações exteriores, foi simplesmente saber com certeza se se admittirão barcos e subditos brasileiros a navegar e commerciar no Amazonas e no Huallaga até Yurimaguas, para reclamar a mesma franqueza para os cidadãos e barcos dos Estados-Unidos.

O abaixo assignado não tinha necessidade de perguntar se aos cidadãos dos Estados-Unidos seria permitido tomar parte no commercio e navegação pelas aguas peruanas do Amazonas, porquanto os direitos conferidos pelo tratado citado já havião sido confirmados pelo decreto de 15 de Abril de 1853, especialmente pelo que dispoz o artigo 2.^o, que é como segue:

Os súditos e cidadãos de outras nações, que tem igualmente tratados com o Perú, pelos quaes gozem dos direitos da nação mais favorecida, ou a quem se devão conceder os mesmos direitos pelo que diz respeito a commercio e navegação, de accordo com os ditos tratados, poderão, no caso de não haver a entrada nas aguas do Amazonas, gozar no litoral do Perú dos mesmos direitos concedidos aos barcos e súditos brasileiros pelo artigo anterior.

O artigo 3.º declara portos habilitados os de Loreto e Nauta para o commercio estrangeiro.

Portanto, á vista deste decreto, é evidente que o governo do Perú reconheceu que os cidadãos e barcos das nações que tem tratados de navegação e commercio com a Republica devem ter o mesmo direito de transitar pelas aguas peruanas do Amazonas, que era concedido aos súditos e barcos brasileiros; e sendo os Estados-Unidos uma das nações especialmente indicadas, o direito de seus cidadãos a essa navegação e commercio foi expressamente reconhecido e confirmado. Se pudesse haver alguma duvida acerca desta decisão do governo peruano em favor dos Estados-Unidos, foi ella desvanecida por accordos officiaes do abaixo assignado com o predecessor de S. Ex.º no ministerio, D. José Manuel Tirado, cujas notas foram publicadas.

Fácil é ao abaixo assignado demonstrar isto sem receio de ser refutado: é para este fim citará chronologicamente o que tem occorrido sobre esta questão.

O tratado entre o Perú e o Brasil, assignado em Lima a 23 de Outubro de 1851, cujas ratificações foram trocadas no Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1852, foi communicado officialmente ao abaixo assignado em 9 de Março de 1853, ou pouco antes. Nesse dia o abaixo assignado dirigio uma nota ao ministro de relações exteriores, na qual, depois de citar os artigos do dito tratado de navegação e commercio do Amazonas por barcos a vapor, referindo-se aos artigos 2.º, 3.º, e 10.º do tratado celebrado entre os Estados-Unidos e o Perú, em 26 de Julho de 1851, e apoiando-se nelles, teve a honra de pedir formalmente ao governo peruano que adoptasse medidas que assegurassem aos cidadãos dos Estados-Unidos o pleno gozo de todos os favores, privilegios, vantagens e immunições ao commercio e navegação daquelle rio e seus tributarios, por barcos de vapor ou de vela, como tinha sido concedido ao Imperio do Brasil pela convenção de commercio e navegação havida e seus artigos separados celebrados em Lima entre a Republica do Perú e S. M. o Imperador do Brasil, em 23 de Outubro de 1851.

Assim, pois, o abaixo assignado, logo que se lhe communicou o tratado, pediu ao governo do Perú officialmente que os cidadãos e barcos dos Estados-Unidos fossem postos precisa e identicamente, pelo que dizia respeito ao commercio e navegação das aguas peruanas do Amazonas, no mesmo pé dos súditos brasileiros. O tratado entre os Estados-Unidos e o Perú é de data anterior ao que se assignou entre o Perú e o Brasil, e como as estipulações daquelle são mui liberaes e claras, tendo em vista outorgar as partes contratantes a seus respectivos cidadãos qualquer favor que concedessem a outras nações, o abaixo assignado sollicitou em sua mencionada nota apenas aquillo a que os Estados-Unidos tinham um direito incontestavel.

Depois que passou o abaixo assignado ao governo peruano a dita nota, teve quasi diarias entrevistas officiaes com o Sr. Tirado, ministro de relações exteriores, examinando-se a fundo e recolhendo S. Ex.º o direito que os cidadãos dos Estados-Unidos tem de navegar e commerciar nas aguas peruanas do Amazonas, no mesmo pé e nos mesmos termos dos súditos do Brasil.

Isto é tão certo, que em varias occasiões informei ao abaixo assignado S. Ex.º que seu governo não podia dar uma resposta mais favoravel á nota de 9 de Março do que expedindo a este respeito um decreto. Com effeito, publicou-se o decreto de 15 de Abril, e em outra occasião repetio o Sr. Tirado ao abaixo assignado que podia considerar aquelle acto como uma resposta á sua nota e uma acquiescencia ao seu pedido de serem extensivos, no mesmo pé de igualdade, aos cidadãos dos Estados-Unidos os favores concedidos aos súditos do Brasil nos rios peruanos.

Para que S. Ex.º se convença ainda mais de que o governo peruano reconhece positivamente o direito reclamado pelo abaixo assignado em favor dos cidadãos dos Estados-Unidos, lembrará o abaixo assignado que por suggestão sua inserio-se a palavra « Loreto » no artigo 3.º do decreto de 15 de Abril.

Em 30 de Abril de 1853 o Sr. Cavalcanti de Albuquerque, ministro do Brasil em Lima, dirigio uma nota ao ministro de relações exteriores negando a qualquer governo, por cujo territorio passe o Amazonas, o direito de celebrar com outro que não se ache nas mesmas circunstancias, tratado algum ou convenção de navegação sem o consentimento do Brasil.

Esta doutrina extraordinaria, que, se fosse levada a effeito, converteria as provincias do Perú e das outras Republicas vizinhas além dos Andes, dependentes do Brasil, por serem os seus rios tributarios do canal central do Amazonas, foi convenientemente repellida pelo Sr. Tirado em sua réplica de 20 de Julho ultimo, na qual, depois de defender o decreto e de citar os artigos 2.º e 3.º do tratado entre o Perú e a Gran-Bretanha, disse:

« Artigos analogos e quasi concebidos nos mesmos termos se encontram no tratado que existe com a Republica dos Estados-Unidos; e desde que se tratava de conceder ao governo do Brasil a entrada dos seus súditos aos portos do Amazonas, quaesquer que sejam os principios geraes do direito, o Perú estava obrigado a declarar extensivos os mesmos favores aos navios daquellas

nações, com quem tem os referidos tratados, durante o prazo da duração destes, no caso de que os ditos navios obtivessem entrada nas aguas do Amazonas.

« Espero que V. Ex.^a terá por sufficientes as explicações desta nota, quanto aos motivos das disposições dos artigos 1.^o e 2.^o do decreto de 15 de Abril, e não verá nellas senão a execução das obrigações internacionaes do Perú para com outros estados. »

Estas opiniões e declarações officiaes do ministro de relações exteriores são bem explicitas; porém se fôrem precisas mais provas para demonstrar que o governo peruano reconhece irrevoavelmente o direito dos cidadãos dos Estados-Unidos de navegar e commerciar nas aguas do Amazonas, se encontrará no seguinte extracto de outra nota do Sr. Tirado ao ministro do Brasil, datada de 30 de Setembro de 1853, respondendo ao protesto que o Sr. Cavalcanti lhe dirigio no dia 1.^o do mesmo mez. Ali diz o Sr. Tirado:

« Não posso deixar agora de insistir em que se a navegação do Amazonas deve considerar-se um direito privativo dos povos ribeirinhos, quer seja por princípios de direito commum, quer pela intelligencia daquella clausula do tratado com o Brasil a que alludi, o Perú não pôde negar aos subditos de outras nações, com quem tem tratados, o direito de entrar naquelles *lujares* situados nas margens do Amazonas e em territorio peruano, aonde permita que ventão os subditos brasileiros, em consequencia de ter sido este direito da parte dessas nações assegurado por estipulações anteriores, entre as quaes citei a V. Ex.^a, em minha referida nota de 20 de Junho, um artigo expresso do tratado previgente com o governo de S. M. Britannica, e alludi a outro artigo do mesmo alcance e significação consignado em um tratado feito com os Estados-Unidos.

« Tanto menos podia este governo negar essa participação do direito de accesso pelo Amazonas durante o prazo dos ditos tratados, que o representante dos Estados-Unidos nesta capital, logo que se publicou a convenção celebrada com o Brasil, dirigio-me uma nota datada de 9 de Março ultimo, da qual V. Ex.^a tem conhecimento por informação minha verbal, em que reclama esse direito, alludindo expressamente a essa mesma clausula do artigo 2.^o do tratado em que se falla da navegação exclusiva dos Estados ribeirinhos. »

Como este governo não pôde encontrar razão plausivel para sustentar essa recusa, ou prohibição, de entrar no rio aos subditos das nações com quem tem tratados, em que se prevê essa concessão, nem deixar de satisfazer a reclamações apoiadas assim em seu texto, ainda quando não houvesse considerações de qualquer outro genero, e de um caracter voluntario, a declaração do artigo 2.^o do decreto de 15 de Abril era para elle obrigatoria.

« O que o Perú reconhece é: que tendo o direito da navegação no Amazonas como Estado ribeirinho, ainda que esta navegação seja exclusiva dos povos que se achão nas mesmas circumstancias, não pôde negar o accesso aos pontos de seu territorio que banha aquelle rio aos cidadãos de Estados que estipuláram em seu favor este gozo, no caso de ser concedido igual accesso aos cidadãos de qualquer outro. »

Os tratados concluidos com as solemnidades que a lei internacional exige tem igual força quando não estão em contradicção um com outro: se o estão real ou apparentemente, a nação com quem se celebrou o tratado mais antigo deve ser preferida em tudo aquillo, a que se oppoem as estipulações de um tratado posterior com outro nação.

« Se houver collisão entre dois tratados com duas diferentes potencias prefere o mais antigo, diz Vattel, liv. 2.^o cap. 17 § 315. »

O cumprimento das estipulações de um tratado com uma nação, oppositas a outras já celebradas em outro tratado com diversa nação, prejudicando os direitos adquiridos por esta, seria uma inversão na ordem de cumprir as obrigações, que não é permittida nem tolerada pela lei internacional. Por consequente, o Perú não pôde levar a effeito o estipulado com o Brasil sobre a navegação e commercio no Amazonas e seus tributarios, sem igualmente simultaneamente no pleno gozo dos mesmos direitos os cidadãos dos Estados-Unidos.

Fica, pois, demonstrado que esses direitos não podem ser questionaveis, nem estar sujeitos a contestação. O governo peruano decidiu officialmente esta questão em favor dos cidadãos dos Estados-Unidos, e esta decisão não pôde ser revogada nem alterada sob pretexto algum, sem o consentimento do governo dos Estados-Unidos. E de toda a evidencia que a resolução de um governo em uma questão que envolve princípios e interesses direitos adquiridos por outras nações, não pôde ser annullada por mero arbitrio. Os direitos adquiridos pelo tratado de 23 de Julho de 1851, e confirmados pelo decreto de 15 de Abril de 1853, são positivos e perfectos; e se o Perú recusasse cumprir as suas obrigações, não só desmereceria do alto caracter que o tem distinguido na observancia de seus pactos, mas tambem faria uma injuria aos Estados-Unidos.

O abaixo assignado podia concluir aqui esta communicação sem acrescentar uma só palavra mais, por não ser necessario, pois tem inteira confiança na boa fé do governo peruano e na força e efficacia do tratado e decreto já citados. Contudo, em demonstração de sua consideração para com o governo do Perú, e para manifestar-lhe que não fuge de discutir este assumpto, não obstante já

ter elle sido decidido expressa e definitivamente, o abaixo assignado entrará no exame das opiniões contidas na nota do Ex.^{mo} Sr. ministro de relações exteriores, datada de 16 do corrente, para remover do animo de S. Ex.^a até a mais pequena duvida.

Observa S. Ex.^a que « os barcos brasileiros podem navegar nos confluentes ou tributarios do Amazonas que correm ao territorio da Republica, porque assim se estipulou no tratado celebrado com o Brasil, e por ser reciproca esta concessão; e que dali não se pôde deduzir, que tal concessão seja extensiva aos subditos e navios dos Estados-Unidos; o que se torna mais sensível e evidente examinando-se com attenção o teor e o sentido dos tres artigos do tratado que, em apoio de sua reclamação, cita S. Ex.^a o Sr. Clay. »

Depois de citar algumas disposições do artigo 2.^o do tratado feito com os Estados-Unidos, diz S. Ex.^a que « este artigo não pôde servir de fundamento para reclamar a navegação dos rios interiores da Republica, que não foi estipulada nem concedida senão para as costas, isto é, nas margens do mar e nas terras que lhes ficam proximas. Ali, pois, os navios americanos podem ir fazer o commercio e não no interior dos rios: suas margens e as terras proximas chamão-se riberas. »

O desejo dos dous governos quando celebrarão o tratado de commercio de 26 de Julho de 1851, achá-se expresso no preambulo, sendo o de « collocar as suas relações commerciaes sobre as bases as mais liberaes. » Portanto, a sua intenção foi promover a navegação e o commercio reciproco largamente, e concederem-se, sem restricções, todas as vantagens concedidas a nação mais favorecida. O tratado é tambem providente em suas estipulações, quando dispõe sobre os portos e lugares abertos ao commercio estrangeiro na occasião de assignar-se aquelle pacto, mas tambem sobre os que posteriormente se abrissem. Garantia aos respectivos cidadãos todos os favores presentes ou futuros de que gozasse qualquer outra nação.

A mente e luz que tiveram em vista as altas partes contractantes, expressados nos artigos 2.^o, 3.^o e 10 do tratado com os Estados-Unidos, são tão claros que applica-se-lhes a primeira e principal regra de interpretação dos tratados, a saber: « Não deve interpretar-se aquillo que não carece de interpretação, e quando as palavras de um tratado são tão claras e precisas que seu sentido é evidente e não conduz ao absurdo, não ha razão para desprezar a sua significação natural. » (Vattel, liv. 2.^a cap. 17 § 233.)

Se as palavras são claras como se empregão no uso common, não é necessario, é superfluo esgotar o vocabulario para fazer certa a intenção das contractantes.

O abaixo assignado não pôde convir em que o tratado entre os Estados-Unidos e o Perú se refira somente á navegação *maritima*, segundo a interpretação restrictiva que se quer dar ao artigo 2.^o A palavra « navegação » tem um sentido geral, e é applicavel tanto aos rios como aos mares; de outro modo seria preciso estipular em separado sobre a navegação maritima e a navegação fluvial; distincção esta que nunca se encontrou em tratado algum de commercio e navegação.

As palavras usadas nos artigos do tratado que S. Ex.^a cita são identicas ás que ordinariamente emprega o governo dos Estados-Unidos em seus tratados de commercio, e nunca se pretendem, como presentemente, fazer differença entre navegação maritima e navegação fluvial.

Pelo tratado de 26 de Julho de 1851 os Estados-Unidos concedem ao Perú o direito de entrar e commerciar em todos os portos mercantes da União, sem estabelecer differença entre portos situados nas costas do mar, como Boston e Charleston, ou no interior de bahias, como Nova York, ou nas dos rios navegaveis, como os de Philadelphia, Nova Orleans, Richmond e outros. Os termos do tratado comprehendem todos os portos abertos ou que se abrirem ao commercio estrangeiro.

O Perú contrahiu as mesmas obrigações.

Portanto, quando o governo peruano abriu a navegação fluvial, e estabeleceu portos mercantes em *de entrada* no Amazonas, os Estados-Unidos adquirirão o direito de frequentá-los, baseado na principio de reciprocidade, base do tratado.

O artigo 2.^o estipula que haverá reciproca liberdade de commercio e navegação entre seus respectivos territorios e cidadãos, « não entre o Perú e as costas dos Estados-Unidos no Atlantico com exclusão das do Pacifico; não entre os Estados-Unidos e o Perú áquem dos Andes, com exclusão do Perú além dos Andes; mas sim geralmente entre a totalidade dos territorios de uma e de outra nação.

Continuando no mesmo intento liberal e lato, aquelle artigo estabelece que « os cidadãos de qualquer das republicas poderão frequentar com seus navios todas as costas, portos e *lugares* da entra em que se permite o commercio estrangeiro, manifestando assim claramente o designio que os contractantes tiveram de franquear todos os seus portos; e não obstante S. Ex.^a disse que os barcos dos Estados-Unidos não podem frequentar os rios interiores do Perú, porque sua margem e a terra vizinha a elles « *chamam ribeira*. »

Certamente o abaixo assignado não esperava que o distincto ministro de relações exteriores quizesse restringir dessa maneira suas vistas ou sua linguagem, discutindo uma questão grande, que afecta interesses internacionaes. Contudo, como S. Ex.^a insiste na emissão da palavra *ribeira*, o abaixo

assignado deve fazer-lhe observar que na palavra *lugares* comprehendem-se todos os pontos do território peruano a que um navio possa chegar, logo que se abram ao commercio das nações estrangeiras, o Brasil, por exemplo, ou outros. É absolutamente necessario inserir em um tratado a palavra que comprehenda em totalidade, tanto quanto seja possível, a intenção dos contractantes; e nenhuma palavra é mais comprehensiva do que *places* no idioma inglez ou *lugares* no castelhano. Se fosse preciso mais, os contractantes terião de entrar em uma especificação detalhada de costas, praias, ribeiras, golfos, margens de rio e qualquer outro lugar que serve de limite às aguas. Demais, quem diz *lugar*, diz *ribeira* e diz *costa*, porque ambas são *lugares* na aceitação legal e commum da palavra.

No artigo mencionado não se faz menção de *ilhas* como lugares a que possam chegar navios dos Estados-Unidos; não obstante o que, fundeão nas ilhas de Chincha, e partem dali conforme os regulamentos de commercio.

Finalmente, os cidadãos de ambas as republicas podem entrar em todos os portos de cada uma dellas, em que o commercio estrangeiro é permitido, isto é, em todos os *portos marítimos*, quer sejam marítimos, quer fluviais. Por conseguinte, é claro que os cidadãos dos Estados-Unidos podem frequentar todos aquelles lugares que frequentarem os súbditos do Brasil nas costas do mar e nas margens dos rios.

Agora examinará o abaixo assignado as estipulações dos artigos 3.º e 10.º do tratado entre os Estados-Unidos e o Perú para demonstrar que a interpretação que a elles dá S. Ex.ª, é erronea.

Referindo-se S. Ex. ao artigo 3.º, diz: « A ampliação ou declaração de considerar e conceder aos súbditos de um estado os direitos da nação mais favorecida, supõe sempre a reciprocidade desta, ou sua submissão ás condições com que se concederão á outra esses favores. »

O Perú permite aos súbditos e navios do Brasil a livre navegação de seus rios interiores, porque o imperio concede aos navios e cidadãos do Perú igual franqueza e liberdade nos seus. »

Os Estados-Unidos não offerecem a mesma reciprocidade, nem podem offerecê-la, porque não são ribeirinhos no Amazonas. »

Com o devido respeito á opinião de S. Ex.ª deve observar o abaixo assignado, que o governo dos Estados-Unidos offerece reciprocidade ao Perú na navegação fluvial, visto que os navios peruanos podem frequentar os portos de Delaware, de James, de Mississipi e de outros rios da União abertos ao commercio estrangeiro. Além disto, é para o abaixo assignado uma doutrina inteiramente nova a de se exigir contiguidade, e identidade para constituir reciprocidade.

Pelo artigo 3.º do tratado, de que se trata, as partes contractantes « se obrigão e compromettem a não conceder favor, privilegio ou isenção alguma sobre commercio e navegação a outras nações sem torná-las tambem immediatamente extensivos aos cidadãos da outra parte contractante, que *ex potiori* gratuitamente se a concessão houver sido gratuita, ou mediante igual compensação, ou outra equivalente que se ajustará de mutuo accordo, se a concessão tiver sido condicional. »

O espirito deste artigo é enquerder ás partes interessadas o gozo dos direitos outorgados por uma dellas a qualquer outra nação, e suas estipulações olhão para o futuro pela natureza da materia de que tratao, e pelo emprego do verbo *in futuro* quando se falla de concessões gratuitas e condicionaes.

As palavras « sobre commercio e navegação » tem um significado tão extenso, que comprehende tanto o commercio e navegação marítima, como o commercio e navegação fluvial. Se o negociador peruano tivesse a intenção de excluir os rios da republica, te-los-hia exceptuado expressamente.

Nada diz aquelle artigo acerca da posição geographica dos paizes, e o abaixo assignado não pôde convir no principio de que, por não se achar o território dos Estados-Unidos contiguo ao Amazonas, os cidadãos da União não podem ser comprehendidos nos favores ou privilegios concedidos pelo Perú dentro de suas aguas á outras nações. Tanto é assim que o abaixo assignado julga que se os Estados-Unidos outorgassem a qualquer nação alguma favor especial na navegação do Mississipi, do Delaware ou dos rios da California, o governo Peruano difficilmente creeria justificado o dos Estados-Unidos, se este recusasse admitir os navios daquela nação sob pretexto de que o Perú não possui territorio contiguo aos ditos rios.

Declara S. Ex.ª depois, que os Estados-Unidos não podem pedir que sejam collocados sob o mesmo pé em que está o Brasil nos rios peruanos, porque a companhia de vapores que agora navega no Amazonas foi estabelecida com fundos das duas nações, e é um negocio proprio dellas; que a navegação d'aquelle rio pertence em commun ás nações ribeirinhas, donde se infere que o Perú, como uma dellas, não pôde conceder direitos que por si só não possua; que pertencendo a navegação fluvial aos ribeirinhos, é uma *servidão* internacional encanada no dominio em seus respectivos territorios, e de sua posição relativa sobre as aguas navegáveis; e finalmente que sendo esta servidão activa e passiva ao mesmo tempo, pois as partes interessadas a gozam, porque tambem a soffrem, não pôde ser transmitida a um terceiro pela vontade exclusiva de um particípe.

Formão o Amazonas os effluentes que correm através do territorio de seis nações soberanas, cinco das quaes são donas de rios tributarios navegáveis, cujo curso total está comprehendido dentro de seus proprios territorios até descaer no canal central possuido pelo Brasil. Como cada destas cinco nações contribue com suas aguas a formar o canal central, este tem a ser uma via publica mediterranea para entrar e sair cada qual em seus domínios. Sober o canal central, ou Amazonas, que corre *quasi totus*

mente pelo territorio do Brasil, nenhuma das nações tem jurisdição exclusiva, porque nenhuma é dona de todas as aguas que o formão.

Por ser o canal do Amazonas uma via publica internacional, não se infere dahi que suas cabeceiras e afluentes o sejam tambem, quando por inteiro corraõ através do territorio de um dos estados ribeirinhos. Bolivia, por exemplo, domina todo o curso do Mamoré e do Beni, até sua confluencia com o Itenes, os quaes formão o Madeira; e o Perú domina sobre o Ucayali e o Huallaga. A posição de ambos estes estados lhes derão sempre direito ao uso innocente do Baixo Amazonas, por terem jurisdição original e exclusiva sobre as aguas superiores, que podem seguir até o Oceano.

O *condomínio no canal central do Amazonas* começa desde o ponto em que os afluentes de uma das nações ribeirinhas cortão a sua fronteira e correm pela territorio do outro estado. Porém dahi não se infere que o Brasil como possuidor da foz do Amazonas, tenha sempre tido o direito de transitto pelas aguas superiores alheias, ou o que é mais extraordinario, que tenha tido dominio e jurisdição originaes sobre aquellas aguas, quando na realidade o domínio que exerce, começa desde os lugares em que os rios alheios entrão em seu territorio. Dizer o contrario seria incorrer em uma inversão de terminos inaceitaveis. Se existe, pois, *condomínio* entre as nações ribeirinhas, principia este para o Brasil nos limites do imperio e não antes. Isto é virtualmente reconhecido pelo Brasil e pelo Perú segundo os termos do artigo 2.º de seu tratado, onde se diz que a navegação «no Amazonas desde sua desembocadura até o litoral do Perú, deve pertencer nos respectivos estados ribeirinhos.»

Pelo que respeita à paridade que S. Ex. deseja estabelecer entre as *servidões* descriptas pela lei civil, quando se trata do *direito de passagem* («via — alter») por um predio alheio, e o *direito de transitto* internacional por um rio common, julga o abaixo assignado superfluo deter-se em demonstrar que não é possível admitir-se uma tal paridade. Basta-lhe indicar que se ambos os casos fossem identicos, nenhum dos estados ribeirinhos poderia celebrar tratados com uma potencia estranha abrindo seus rios à navegação e commercio estrangeiros, sem a permissão e consentimento dos outros ribeirinhos; pois de outra sorte se veria realmente privado de um dos attributos inherentes a toda nação soberana.

Sendo, portanto, claro que os navios brasileiros não podião legalmente navegar nos rios peruanos antes do tratado de 23 de Outubro de 1851, a admissão dos vapores da companhia brasileira das aguas peruanas do Amazonas foi uma concessão, ou favor outorgado ao Brasil, do qual devem participar immediatamente os Estados-Unidos segundo os termos do tratado de 26 de Julho de 1851.

Nos documentos publicados vê-se que o governo brasileiro, por decreto de 30 de Agosto de 1852, concedeu a Ireneu Evangelista de Souza privilegio exclusivo para navegar por vapor o Amazonas durante 30 annos. Esta concessão foi feita, a pedido de Souza, e sob as condições impostas pelo governo imperial; como são a de não ter a companhia um capital menor de 600,000 pesos; que o governo brasileiro subministraria 80,000 pesos annuaes por espaço de 15 annos em auxilio da companhia; e que garantia o subsidio annual de 20,000 pesos, prometido pelo Perú durante cinco annos.

Publicou-se este decreto sem ser consultado o governo peruano, e sem estabelecer nem assegurar o menor favor para os cidadãos do Perú. Depois que Souza obtive de seu governo o privilegio exclusivo, propoz ao consul geral peruano no Rio de Janeiro, D. Evaristo Gomez Sanchez, que ratificasse as condições do contracto de navegação na parte concernente ao Perú. O consul geral celebrou estipulações com Souza, presidente da companhia de navegação, as quaes, excepto o subsidio de 20,000 pesos concedidos pelo tratado de 1851, forão desapprovadas quasi totalmente pelo governo peruano, fundando-se o Sr. Tirado, então ministro de relações exteriores, em varias razões, e entre ellas na «de que o governo do Perú não conceder a companhia privilegio exclusivo para a navegação do Amazonas; lhe subministraria os auxilios a que se comprometteu no tratado celebrado com o Imperador do Brasil em 23 de Outubro de 1851; porém não poderá impedir que se forme qualquer outra empresa com o mesmo fim.»

Isto, e o facto de que o capital não está reduzido às quotas subministradas pelo Perú e pelo Brasil, é sufficiente para provar que a companhia não é um negocio proprio dos dous governos, formada com seus fundos e realizada por sua conta.

Tambem ha outros pontos relativos à organização da companhia, pelos quaes se vem ao conhecimento de que esta pertence exclusivamente a simples particulares. No contracto não se faz menção de nenhum dos dous governos como tendo parte na empresa; o presidente da companhia é um subdito brasileiro; e provavelmente o maior numero dos accionistas são brasileiros; o decreto de 30 de Agosto de 1852 não diz: que o Brasil ou o Perú tenham fundos na empresa, nem sejam participantes dos lucros ou perdas della; e por ultimo, não chegou ao conhecimento do abaixo assignado que entre os accionistas haja cidadãos peruanos. Portanto, encarando-se de todos os lados, esta é uma companhia particular brasileira, em cuja direcção o governo do Perú não poderá intervir nem para vigiar seus actos, devendo cingir-se a velar na observancia das regras de policia que estabeleça nas aguas e portos peruanos.

O governo do Perú não recebeu compensação do Brasil pelos favores outorgados aos subditos do Imperio, visto que o Perú sempre teve direito ao uso innocente do Baixo Amazonas.

De sorte que o Perú não pôde reclamar compensação dos Estados-Unidos para admitir que os seus cidadãos naveguem e commerciem nos rios do Perú. Se ha alguma duvida sobre conceder-se equitalmente para aquella admissão, viria ella a ser se o governo peruano está ou não obrigado a dar annual-

mente 20.000 pesos á primeira companhia organizada por cidadãos dos Estados Unidos, que estabelecer uma linha de vapores no Amazonas.

Referindo-se ás estipulações do art. 10 do tratado entre os Estados-Unidos e o Perú, observa S. Ex.^a que « ellas se limitão á navegação oceanica e não á fluvial, que não tem existido nem ainda existe no Perú, que a que se estipulou para a navegação marítima não pôde estender-se á fluvial, e assim é que para a última foi necessario celebrar tratados especiaes. »

Não é necessario que o abaixo assignado repita o que já tem dito acerca da natureza previdente e comprehensiva dos tratados de commercio e navegação. O objecto de suas estipulações é não só regular as relações commerciaes que existem entre as partes interessadas como também providenciar sobre as futuras, e prever questões com terceiros. A palavra navegação é de uma significação geral, e comprehendendo tanto a marítima como a dos rios, nos paizes em que esta ultima é permitida. É certo que nos rios peruanos não navegavam vapores quando se assignou o tratado de 23 de Julho de 1851; porém já navegão nellos os brasileiros fazendo viagens regulares entre Nauta e Pará, em virtude de um tratado de data posterior com o Brasil, uma vez estabelecida a navegação, permitindo-se esta aos súbditos do Brasil, também deve ser franqueada aos cidadãos dos Estados-Unidos.

Relatando S. Ex.^a ao rigor com que o governo dos Estados-Unidos mantém as regras e doutrinas da lei internacional relativamente ao dominio e uso dos rios, apraz-lhe dizer que, não obstante a falta de navios pequenos na California para navegar os rios, com o fim de descobrir terrenos auríferos, não permittido aos navios estrangeiros senão como grande favor, e somente nos primeiros mezes, que fizessem a navegação fluvial, prohibindo-a depois absolutamente, e mesmo impedindo que baixassem os que haviam subido, e não puderão regressar antes do prazo marcado.

Os rios dos Estados-Unidos, incluindo os da Alta California, nasceram e correm em sua totalidade dentro do territorio da república, e nenhuma porção delles, exceptuando o Columbia e o St. John, pertence á potencia estrangeira: não ha ali ribeirinhos participantes do direito de navegar, e os Estados-Unidos tem soberania exclusiva sobre aquelles rios.

É muito provavel que não se tenha permittido aos navios estrangeiros frequentar os rios da Alta California: porém esta prohibição não ha de ter sido limitada aos navios peruanos. Se alguma favor particular tivesse sido concedido a qualquer nação, o governo dos Estados-Unidos o teria feito extensivo ao Perú para o fiel cumprimento do estipulado em seus tratados.

Quanto ao commercio e navegação por vapores no Amazonas dentro do territorio peruano, os Estados-Unidos pedem somente que os seus cidadãos participem dos mesmos favores outorgados a qualquer sociedade ou companhia, aos quaes tem elles direito perfeito tanto pela espirito como pela letra do tratado.

A menção que se faz de rios, no art. 17 do tratado com os Estados-Unidos, é puramente *accidental*. Religio-se aquelle artigo para o caso excepcional de um navio que em perigo de naufragio buscasse protecção em porto peruano, quer viesse destinado com seu carregamento a esta república, quer á outra nação. Portanto, o dito artigo não pôde ser interpretado de maneira que forme regra geral sobre o commercio e navegação ordinaria entre os Estados-Unidos e o Perú.

Resto ao abaixo assignado refutar brevemente as observações contidas nos ultimos paragraphos da nota de S. Ex.^a

Diz S. Ex.^a: « Nem o Amazonas nem os rios tributarios pertencentes ao Perú tem estado, nem ainda estão abertos ao commercio estrangeiro. » Então não se comprehende como é que os vapores brasileiros fazem o commercio e navegação até Nauta. O Brasil e o Perú são nações independentes, e tão estranhas uma para com a outra, como o Perú e os Estados-Unidos, apesar da identidade que parece querer estabelecer S. Ex.^a entre as duas primeiras, fundando-se em serem limitrophes. Enquanto o Perú e o Brasil não se unem sob um mesmo governo, é incontestavel que formão duas nações reciprocamente *estrangeiras*, e que os favores concedidos por uma á outra collocão a que os recebe na condição de « nação favorecida. »

A declaração que faz o art. 2.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851 de « que a navegação do Amazonas desde sua descobrimento até o littoral do Perú deve pertencer exclusivamente aos Estados ribeirinhos », só ás partes contractantes impõe obrigação, e de nenhum modo aos demais ribeirinhos: não estabelecerem em « principio » na opinião do abaixo assignado, pois para isto teria sido necessario o consentimento previo das outras nações interessadas, que, longe de tê-lo prestado, apparecem, duas dellas, promulgando a livre navegação de seus respectivos rios tributarios do Amazonas.

Parece que o ministro de relações exteriores admite virtualmente a inefficacia da declaração mencionada, pois, fallando do direito de navegar o Amazonas, possuido em common pelos ribeirinhos, affirma S. Ex.^a que « um socio não dispõe por sua vontade de interesses communs, ainda que os goze em toda a extensão que corresponde á sociedade inteira ». Por conseguinte, se as facultades de cada nação ribeirinha estão assim limitadas, uma convenção entre duas dellas não basta para estabelecer « principio » restringindo os direitos das demais.

Assegura S. Ex.^a que « quando se celebrou o tratado com os Estados-Unidos estavam apenas ventilladas, senão erão desconhecidas, as idéas e importancia da navegação do Amazonas e seus tributarios, nem era objecto de interesse para que pudessem suppr-se comprehendida em um tratado geral de commercio e nave-

gação. O Imperador do Brasil foi quem promoveu aquella empresa, e seus esforços e os tratados que celebrou chamam a attenção geral.»

Antes de concluir o tratado de 26 de Julho de 1851, o governo e os cidadãos dos Estados-Unidos tinham reconhecido das immensas produções naturaes que offerecem as comarcas banhadas pelo Amazonas e seus tributarios, e por conseguinte apreciavam em toda a sua importancia a navegação daquelles rios. Isto é tão certo, que Mr. Gazzam, cidadão dos Estados-Unidos, apresentou propostas ao governo imperial em 1847 para estabelecer uma linha de vapores desde o Pará até a barra do Rio Negro, e desejava estabelecer outros que navegassem os rios peruanos. O abaixo assignado communicou as bases desta empresa em a nota dirigida a D. Felippe Pardo, ministro das relações exteriores, em 7 de Junho de 1848. O governo Peruano escusou-se de aceitar aquellas propostas enquanto não se tivesse ajustado a demarcação de limites entre a republica e o Brasil. Nada se disse então acerca de vistas politicas, ou falta de poder, para admitir navios estrangeiros nos rios peruanos.

Outras propostas de um cidadão dos Estados-Unidos para navegar por vapor os rios e estabelecer colonias nas provincias orientaes do Perú, foram apresentadas pelo abaixo assignado a S. Ex.^a o presidente da republica em Maio de 1851 por intermedio do Sr. general Torrico, ministro geral naquello tempo, e essas tambem não foram repellidas pelo governo, mas sim demorada a sua acceitação por um igual motivo.

Celebrando-se o tratado de amizade, commercio e navegação que coube ao abaixo assignado a honra de assignar em Lima em 26 de Julho de 1851, teve-se presente a livre navegação do Amazonas e seus tributarios, assumpto este que elle discutio largamente poucas semanas depois, quando se celebrava a convenção entre o Perú e o Brasil.

O abaixo assignado creê que estes factos bastarão para convencer a S. Ex.^a de que a navegação e o commercio no Amazonas são considerados pelo governo dos Estados-Unidos como assumpto de grande importancia, e de maneira alguma desconhecido quando se celebrou o tratado de Julho de 1851.

Tambem observa S. Ex.^a que « o governo do Perú não pôde adoptar uma politica contraria a seus proprios interesses e aos progressos do seculo. » Certamente o abaixo assignado se acha muito longe de o desejar, mas julga que abrindo-se aos cidadãos dos Estados-Unidos a navegação do Amazonas e seus tributarios, e augmentando-se a um ponto incalculavel o commercio entre os Estados-Unidos e o Perú, o governo desta Republica não seguiria uma politica contraria a seus proprios interesses. Nem pôde comprehender de que maneira se justificariam — os progressos do seculo — pelo facto de se alimentar nas provincias orientaes da Republica a navegação e commercio com um povo, cujas permutas com as provincias occidentaes, ou do Pacifico, trauverão a ellas em 1850 125 navios com a lotação de 45,705 toneladas, subindo este movimento em 1853 a 236 navios com a lotação de 149,446 toneladas. Crear embarcacoes ao livre accesso dos navios e cidadãos daquella nação em todos os portos peruanos seria, na opinião do abaixo assignado, adoptar uma politica contraria aos verdadeiros interesses de ambos os paizes, e não muito accorde com o espirito do presente seculo.

O governo peruano manifesta anhelos por attrahir a emigração, a industria e o commercio aos territorios banhados por seus rios interiores e por uma secção do Amazonas. Mas é evidente que isto não se conseguirá restringindo-se a navegação dos rios e confiando-se a colonisação dos territorios ao que possa fazer uma nação — que determina a velocidade de seus vapores a oito milhas por hora como termo medio. — que declara que os colonos a cujos esforços terão de abater-se as selvas do Amazonas, serão oriundos dos paizes que ella menciona, ou *Indios*, — e que por espaço de trezentos annos tem mantido os vastos desertos que a rodeão no estado em que sahirão do seio da criação.

« O Perú, acrescenta S. Ex.^a, tem que respeitar os tratados com o Brasil, e não deve fixar prematuramente suas idéas e opiniões sobre um assumpto que não está bem examinado. » O Perú está obrigado mais especialmente a respeitar o seu tratado com os Estados-Unidos, porque, segundo se disse antes, os deveres que por elle lhe foram impostos são de data anterior aos do convenio com o Brasil. Qualquer passo, portanto, que o governo do Perú dê em cumprimento das estipulações do tratado com o Brasil prejudicando os direitos dos Estados-Unidos, segundo seu tratado vigente, será *ex post facto* nullo e de nenhum valor.

Considerando, pois, que pelo tratado de 26 de Julho de 1851 concedeu o governo peruano solemnemente em igualar dentro de seu territorio, portos, e lugares, o commercio e a navegação que fizerem os cidadãos dos Estados-Unidos ao commercio e navegação da nação mais favorecida: e que pelo decreto de 15 de Abril de 1853 e outros actos officiaes reconheceu o governo peruano, com toda a formalidade, o direito dos cidadãos dos Estados-Unidos a commerciar e navegar nas aguas do Amazonas pertencentes ao Perú, nos mesmos termos em que o fazem os subditos do Brasil; o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, respeitosa, mas formalmente, protesta contra a interpretação que se intenta dar ao citado tratado de 26 de Julho de 1851 em a nota que lhe dirigio S. Ex.^a o Sr. ministro das relações

exteriores do Perú, com data de 16 de Janeiro de 1854, e protesta contra quaesquer outros actos, interpretações ou commentarios que diminuão ou tendão a diminuir ou prejudicar o direito dos Estados-Unidos a ser postos em completa igualdade e em identico gozo de vantagens com a nação mais favorecida dentro do territorio peruano.

O tratado vigente é o quarto que sobre commercio e navegação se tem feito entre os Estados-Unidos e o Perú: os tres anteriores foram reprovados pelo congresso peruano, apesar de terem sido negociados por plenipotenciarios que ambas as potencias acreditaram em devida forma, e ratificados pelo presidente dos Estados-Unidos com accordo e consentimento do senado.

O vivo desejo que abriga o governo dos Estados-Unidos de cultivar as intimas relações com o Perú o impedia de ver nessas repetidas repulsa de estipulações sollemnes uma demonstração de sentimentos pouco amigaveis. Porém se na primeira occasião que se offerece de apreciar e executar o que foi estabelecido no tratado vigente, o governo peruano adoptar interpretações pelas quaes se prive os Estados-Unidos das vantagens concedidas pelo Perú á nação mais favorecida, postergando os direitos que os Estados-Unidos tem adquirido, e tem, o governo do abaixo assignado não poderá ver neste procedimento uma prova dos desejos que o Perú tem manifestado de conservar as relações amigaveis entre esta Republica e a dos Estados-Unidos.

O abaixo assignado tem, com este motivo, a honra de assegurar a S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores, sua mais distincta consideração e apreço

J. RANDOLPH CLAY.

A S. Ex.^a o Sr. D. J. Gregorio Paz Soldan.

N. 4.

Nota do governo da Republica do Perú ao ministro dos Estados-Unidos da America.

Ministerio de governo e relações exteriores. — Lima, 28 de Fevereiro de 1854.

O ministro das relações exteriores do Perú tem a honra de accusar a recepção da nota que S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America lhe dirigio com data de 4 de Fevereiro, na qual protesta contra a interpretação que na nota que em 16 de Janeiro lhe dirigio o abaixo assignado se pretende dar ao tratado celebrado com os mesmos Estados; e bem assim contra quaesquer actos, interpretações ou commentarios que diminuão ou tendão a diminuir ou affectar o direito dos Estados-Unidos de gozar no pé da mais completa igualdade de todas as vantagens concedidas á nação mais favorecida dentro do territorio peruano.

Antes de entrar na discussão dos pontos principaes daquelle nota, seja permitido ao abaixo assignado fazer duas observações acerca do protesto que lhe dirigio S. Ex.^a o Sr. Clay.

Primeira. Que a nota ministerial de 16 de Janeiro só se limitou a dar uma resposta á reclamação que em 31 de Dezembro ultimo lhe dirigio S. Ex.^a o Sr. Clay, sem que o abaixo assignado tivesse a intenção de interpretar o tratado celebrado entre o Perú e os Estados-Unidos. Se examinando os artigos do dito tratado no sentido claro e litteral que offerecem, deduzio o abaixo assignado que estes não erão applicaveis nem apoiavão a reclamação interposta, não recorreu a interpretações caprichosas, mas apresentou tão sómente a sua applicação simples e litteral.

Segunda. Que os protestos só devem ser empregados contra os actos de verdadeira violação de um direito, ou contra uma recusa de cumprir o que é legitimamente devido. No presente protesto não se encontram estas e outras condições essenciaes e inseparaveis de um acto tão sollemne, para que possa ser admittido. Cada um dos signatarios de um tratado pôde entender diversamente um ou mais de seus artigos sem que essa intelligencia possa ser qualificada pelo outro de infracção ou violação. Um recente exemplo offerece a questão, que ha annos se agita entre a Gran-Bretanha e os Estados-Unidos.

S. Ex.^a o Sr. presidente Pierce disse no ultimo congresso americano: « Durante alguns annos a Gran-Bretanha interpretou o artigo 1.^o da convenção de 20 de Abril de 1818 relativa á pescaria na costa nordeste, como se elle excluísse os nossos cidadãos de alguns lugares de pesca, a que tiveram livre accesso durante quasi um quarto de seculo depois da data da dita convenção.

« Os Estados-Unidos nunca acquiescerão a uma tal intelligencia, antes reclamarão sempre para os seus pescadores todos os direitos de que por tanto tempo gozarão sem serem molestados. Com

o fim de remover todas as difficuldades a este respeito, de ampliar os direitos dos nossos pescadores além dos limites prescriptos pela convenção de 1818, e de regularisar o commercio entre os Estados-Unidos e as provincias britannicas da America do Norte, entabou-se uma negociação com bons auspícios de um resultado favoravel. »

Esta autoridade, que S. Ex.^a o Sr. Clay não pôde recusar, o convencerá de que são bem cabidas as reflexões supra. Embora cada nação entendesse de diverso modo o artigo do tratado de 1818, nenhuma imputou nem considerou a outra como o tendo violado, e ambas concordarão em pôr termo ás suas questões por meio de novas negociações.

Se, exigindo o cumprimento de um tratado, se arrogasse uma das partes o direito de decidir por si só seu genuino sentido e quizesse que a outra se submettesse á sua decisão, recusando-se a entrar em exame e discussão, e protestando ou empregando meios que o direito internacional não reconhece, mudariam então de natureza os tratados e converter-se-hião estes em sentenças que uma potencia impuzesse a outra como seu juiz, e ficarião assim destruidas as bases e os principios de igualdade e independencia entre as nações.

« Quando um tratado publico apresenta sentido dubio só pôde ser authenticamente interpretado por uma declaração das partes contractantes, ou dos arbitros para quem ellas tenham appellado. A propria questão preta de saber — se o sentido é ou não duvidoso — pôde ser decidida por uma *convenção semelhante*. A interpretação dada pelas partes contractantes pôde revestir-se de todas as formulas que em geral constituem a validade de um tratado publico: ella pôde ter lugar em artigos additionaes ou supplementares ou por meio de um tratado explicativo. O terceiro, a cujo arbitrio tenha sido submettida a interpretação, deve cingir-se ás regras geraes de interpretação grammatical e logica. » (Klüber, Direito das Gentes, part. 2.^a tit. 11 secç. 1.^a cap. 11 § 163.)

Mas, considerando pelo lado mais favoravel a reclamação de S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario, e admitindo mesmo que seja dubio o sentido dos artigos do tratado, e que se possa ter como nelles comprehendida a navegação do Amazonas e seus tributarios, ainda assim não haveria motivo para um protesto, nem o governo peruano poderia admiti-lo. Os protestos não tem outros effeitos legais além dos que resultão da justiça e motivos em que se apoiam.

Estabelecidas estas duas premissas, passará o abaixo assignado a examinar as razões com que S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario pretende provar, que o governo do Perú já decidiu officialmente o caso a favor dos cidadãos americanos, e não pôde revogar sua decisão sem o consentimento do governo dos Estados-Unidos.

Em apoio desta pretensão cita S. Ex.^a o Sr. Clay o artigo 2.^o do decreto de 15 de Abril de 1853, que reconhece nos cidadãos e natios americanos o direito de transitar pelo Amazonas da mesma forma por que foi concedido aos subditos e navios brasileiros; accrescentando que as duvidas que poderiam levantar-se serão removidas por accordo official, e entrevistas diarias com o Sr. Tirado, nas quaes este admittio o direito dos Estados-Unidos, asseverando que o governo não podia dar uma resposta mais favoravel do que com o referido decreto, em cujo artigo 3.^o se inserio a palavra — Loretto —, a pedido do Sr. Clay. Que quando o tratado celebrado com o Brasil lhe fôra officialmente communicado em 9 de Março de 1853, ou antes, requisitára elle formalmente do governo peruano a adopção de medidas que assegurassem aos cidadãos americanos o gozo pleno dos favores, privilegios, vantagens e immunições no commercio e navegação do rio Amazonas e seus tributarios como fôra concedidos ao Brasil; que nas communicações officiaes entre os Srs. Cavalcanti e Tirado, reconheçera este irrevogavelmente o direito que tinham os cidadãos e navios americanos de entrar nas aguas do Amazonas e seus confluents, no caso de obterem accesso a essas aguas; que dando-se collisão entre dous tratados, prefere o mais antigo; que o Perú não podia levar a effeito as estipulações feitas com o Brasil, sem conceder o mesmo aos cidadãos americanos; que os direitos adquiridos pelo tratado e o decreto de Abril são positivos e perfectos, não podendo ser corceados sem se irrogar uma injuria aos Estados-Unidos.

O cumprimento dos tratados e o decreto de Abril são pois em substancia os dous pontos em que S. Ex.^a o Sr. Clay fanda as suas reclamações, e donde deriva as razões e argumentos contidos na primeira parte da sua nota, a que o abaixo assignado se propõe responder, esperando que S. Ex.^a o Sr. Clay com a sua reconhecida intelligencia e probidade, bem como o governo que representa, se convenção de que o governo peruano nenhuma intenção tem de violar a fê dos tratados, desejando sómente que sejam interpretados com justiça, e conforme as regras e principios do direito internacional; que se por enquanto não pôde satisfazer aos desejos de S. Ex.^a e de seu governo, é sómente porque o vedão outros compromissos e razões poderosas a que não pôde deixar de attender, e porque entende que não se acha obrigado pelo tratado de 1851, celebrado entre ambos os governos, a fazer a concessão que delle se exige. Nesta nota, bem como na de 16 de Janeiro, se demonstrou e demonstra-se, que o governo peruano não violou o tratado com os Estados-Unidos.

Por mais que tenha examinado a materia, não pôde o abaixo assignado descobrir esse direito claro, positivo, irrevogavel e reconhecido em favor dos Estados-Unidos pelo decreto de Abril e actos posteriores do Sr. Tirado. Desde que aquelle decreto se publicou até o dia 4 de Janeiro, em que o go-

verno reconhecem a justiça com que reclamou o plenipotenciário do Brasil contra o art. 2.º do dito decreto, não se encontra nos archivos da secretaria deste ministério um unico documento escripto, em que appareça admitido e reconhecido o direito que S. Ex.ª o Sr. Clay suppõe adquirido, em consequencia da nota datada de 6 de Março de 1852, dirigida ao Sr. Tirado. Por maior alancee que tenha a opinião deste Sr. manifestada em favor do digno representante dos Estados-Unidos, não se resolveu elle a consignar em uma nota o que o Sr. Clay assegura ter-lhe dito verbalmente.

Esta omissão não podia ser involuntaria nem casual, mas prudentemente calculada, em consequencia da posição em que se achava collocado o Sr. Tirado por causa dos protestos e reclamações pendentes do Brasil. Enquanto continuavam estas, e durava a questão e discussão, ninguém podia adquirir legitimamente titulos nem direitos em prejuizo dos que ao Brasil dava o tratado, porque *nenhum direito prevalece contra outro direito*.

Se o direito adquirido pelos cidadãos da União para navegar nas aguas do Amazonas se funda no decreto de Abril, segue-se necessariamente que tendo-se-lhes imposto por elle a condição de obterem a entrada de quem quer que seja o seu possuidor, ficarão sujeitos a uma restricção que se lhes não poderia impôr, se o decreto lhes declarasse livre a navegação do Amazonas e seus tributarios, e que não pôde ter lugar reclamação alguma contra o Perú, enquanto se não alancee aquella concessão.

A disposição do art. 2.º a ninguém dizia respeito em particular: era a enunciação geral de um pensamento abstracto, que não obrigava individualmente o Perú para com nenhum estado ou nação. Tendo-se reclamado e protestado contra este decreto apenas foi publicado, não podia elle dar lugar a adquirir-se posse de direito, visto como se entrepunha ao cumprimento de um tratado, e cercava direitos realmente adquiridos por este. Aquelle decreto sendo puramente economico e administrativo, não era um pacto, uma convenção ou tratado nacional para que tornasse necessaria a acceitação por parte de outro governo; podia ser revogado, ampliado ou restringido quando o governo que o promulgou o julgasse conveniente aos interesses de seu povo e cidadãos. Se fosse admissivel o principio de que uma lei ou decreto qualquer, favoravel aos interesses de subditos estrangeiros, não pôde ser revogada sem o consentimento daquelles governos, para cujos subditos restringe alguns gozos ou concessões, seria forçoso desconhecer a soberania das nações e o direito que ellas tem de legislar em seu paiz a respeito dos seus proprios interesses.

As communicações havidas entre S. Ex.ª o Sr. Cavalcanti de Albuquerque e o Sr. Tirado não se podem considerar como um reconhecimento claro ou irrevogavel em favor dos Estados-Unidos, assim como tambem as respostas do representante do Brasil não poderão servir de fundamento sufficiente para uma denegação, se não concorressem outras razões. Estes documentos não são decisivos, nem tem outro caracter além do de exposições das partes interessadas que discutem o seu direito; são os meios de adquiri-lo e torna-lo claro, mas não importão o seu reconhecimento, que só pôde ter lugar por uma convenção reciproca e por um acto solemne, como foi o decreto de 4 de Janeiro. Nestas peças diplomaticas se discutem os direitos entre o Brasil e o Perú, e não outros, pois que não era este o seu objecto ou fim.

Os direitos de um terceiro não se reconhecem por meios indirectos, nem por controversias que se suscitão entre outros. A denegação dos direitos do Brasil ou a sua limitação, não tendo chegado a ser actos consummados, não podem conferir direitos positivos aos Estados-Unidos. Ainda mesmo suppondo consummados estes actos, nem por isso importão elles concessões feitas a outro, mormente quando este ultimo não tem concorrido nem tomado parte na questão.

Nem no decreto de Abril, nem em acto algum official escripto, dirigido e communicado a S. Ex.ª o Sr. Clay apparece o caso decidido pelo Sr. Tirado a favor dos cidadãos dos Estados-Unidos. As promessas e sua admissão devera ser reciprocamente acciias para serem exequiveis e poderem produzir obrigação. Se versão sobre a intelligencia de documentos escriptos, devem consignar-se no protocollo respectivo: se se referem ao cumprimento de um tratado, devem observar-se tambem formalidades semelhantes áquellas que o abaixo assignado já indicou, citando a doutrina de Klüber, á qual accrescentará a de Martens. Diz este: «As conferencias verbaes tem só por objecto preparar a marcha de um negocio e facilitar sua intelligencia por escripto. Fixado o objecto e resultado de uma conferencia, lavra-se o protocollo, visto como toda a explicação dada *por escripto* que tenha de ser considerada como *notificação official e obrigatória, deve ser assignada.*» (Manual diplomatico cap. 6.º § 35.)

Mr. Webster, ministro de estado do governo americano, sustentou os mesmos principios no sen officio de 8 de Junho de 1852 ao Sr. M.ª Curdy:

«Nenhum governo estrangeiro, disse elle, em seu representante, pôde com razão julgar-se offendido pelos ditos proferidos por um empregado do governo no seu caracter particular. Só as communicações officiaes se podem considerar como a expressão dos sentimentos e vistas do governo dos Estados-Unidos. Sendo estas communicações de um caracter amigavel, não tem o governo estrangeiro razão ou direito para inferir que não ha nellas sinceridade para recorrer a outras fontes que pareçam indicar os verdadeiros sentimentos do governo.»

Muito sente o abaixo assignado não ter encontrado por escripto os accordos, conferencias e outros actos passados entre o Sr. Tirado e S. Ex.ª o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos

Estados-Unidos. A sua leitura e redacção bastariam para indicarem os termos pelos quaes foram reconhecidos os direitos reclamados. Em assumptos graves que envolvem interesses dos povos, nem sempre é a memoria o mais seguro archivo.

Examinando os documentos officiaes a este respeito, deduz-se sem a menor dúvida, que o Sr. Tirado seguiu para com o representante dos Estados-Unidos uma conducta amigavel, mas que a nada se compromettera por escripto.

O que até aqui se tem dito seria sufficiente para fixarem respondidas as observações que fez S. Ex.^a o Sr. Clay, e para justificar a conducta que o governo peruano julgou dever seguir na questão pendente sobre a navegação do Amazonas. Mas tendo S. Ex.^a analysado largamente as opiniões que o abaixo assignado emittiu na sua nota de 16 de Janeiro, julga-se este obrigado a defendê-las, ainda que seja de um modo breve.

Quaesquer que sejam as bases de liberalidade em que se basêa o tratado e a intenção com que foi celebrado, força é na sua applicação sujeitar-se ás palavras e ao sentido natural que estas tem no uso commum. Se pelo art. 3.^o do tratado celebrado entre os Estados-Unidos e o Perú se obrigáram as duas partes a tornar extensivos a seus respectivos cidadãos os privilegios e favores que concederem a outra nação, se declarou tambem « que elles os gozariam gratuitamente, se a concessão tiver sido gratuita, ou mediante compensação determinada por mutuo accordo se a concessão tiver sido condicional. » Nos termos deste artigo, era indispensavel antes de solicitar-se o favor reclamado, entrar no ajuste quanto á compensação. Por uma regra invariavel do direito das gentes a ampliação de favores é sempre reciproca.

Reconhecendo S. Ex.^a o Sr. Clay a justiça desta observação, disse que os Estados-Unidos offerecem reciprocidade, permitindo que os Peruanos frequentem os portos dos rios Delaware, James e Mississipi. *abertos ao commercio estrangeiro*, o que não satisfaz, por não ser este um favor especial para os Peruanos em compensação de outro, mas sim um direito geral de que elles gozão, por estarem os ditos portos abertos ao commercio estrangeiro, aos quaes seriam admittidos ainda mesmo sem tratados.

« A palavra *navegação* tem um sentido geral, e é applicavel tanto aos mares como aos rios: de outra sorte seria necessario estipular em separado sobre a navegação maritima e a navegação fluvial; distincção esta que nunca se encontrou em tratado algum de commercio e navegação. Os Americanos podem frequentar com seus navios as costas e lugares do Perú. Quem diz *lugar* diz *ribeiras e costas*. No tratado não se faz menção de *ilhas*, e contudo vão os Americanos ás ilhas de Chíncha. Se podem entrar nos portos maritimos, o podem tambem nos fluviaes. Se o negociador peruano tivesse querido excluir os rios da republica, os teria exceptuado expressamente. »

É facil responder concludentemente a esta serie de proposições apresentadas com mais pompa e aparato do que solidez na nota de S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America.

Embora a palavra *navegação* se applique, segundo os casos, aos mares, lagos e rios, não é isto só sufficiente para concluir-se que um tratado geral de commercio e navegação os comprehende todos. É pois necessario estipular em separado, a respeito da navegação fluvial para que esta se possa comprehender entre os favores de um tratado, e não se limite unicamente á maritima; distincção de que ha muitos exemplos.

O Escalda tornou-se navegavel em consequencia da paz feita em Munster entre a Hespanha e as provincias unidas dos Paizes Baixos; o Vistula, em virtude de tratado de Tilsit, assignado pela França e Russia; e no congresso de Vienna regulou-se a navegação dos rios que, em seu curso navegavel, separão ou atravessão diferentes Estados. Nos termos do acto final devião os seus artigos applicar-se tambem á navegação do Pó, e á dos rios e canaes existentes em toda a extensão da antiga Polonia. Os mesmos principios foram adoptados para a navegação de outras aguas e rios que separão os Estados austríacos da Baviera.

Estes exemplos, e outros mais, que poderiam ser citados farão conhecer a S. Ex.^a o Sr. Clay que a navegação fluvial não se presume nem se deduz de uma palavra generica. Todos os escriptores de direito internacional ou maritimo, de commercio e navegação, fallão sempre de ambas as especies desta, distinguindo uma da outra. No tratado com os Estados-Unidos não se incluiu a palavra — rios — que em outros apparece. Um facto positivo é sempre mais convincente do que argumentos negativos.

Quando se estipulou o tratado de 1851 não estava ainda estabelecida no Perú a navegação fluvial, e ainda agora só se dão para ella os primeiros passos, pelo que não podia ser objecto de um tratado, nem entrar nas vistas e intenção das partes contractantes.

Os cidadãos americanos podem frequentar com seus navios as costas a que tem direito. Os seus navios podem visitar os portos, mas não os lugares, porque nestes só podem entrar individuos. Nem sempre quem diz *lugar*, diz *ribeiras e costas*; porque estas subdivisões de um territorio estão sujeitas ás alterações que sobre ellas tenham estabelecido as leis, os costumes e os tratados. As ilhas de Chíncha estão abertas a todas as bandeiras, e não podião, sem injustiça, ser fechadas aos cidadãos

americanos. De tudo isto não se deduz que tenham elles tambem o direito de navegar nos rios interiores. Se o negociador americano tivesse tido a intenção de incluí-los no tratado, te-los-hia comprehendido expressamente.

Para dar mais força ao que fica dito, não será superfluo fazer mais uma reflexão. Pelo decreto de Abril não podiam os navios que navegassem o Amazonas passar de Nauta, na foz do Ucayali, o que importava fechar este rio e o Huakaga á navegação estrangeira. Se o tratado conferia aos cidadãos americanos o direito de navegar em suas aguas, S. Ex.^a o Sr. Clay teria reclamado contra esta prohibição; não o fez, e comtudo insiste em sustentar que subsiste aquelle decreto; o que prova que o direito á navegação fluvial não pôde deduzir-se do tratado, e sim unicamente de um acto livre do governo, que pôde reformar-lo ou altera-lo.

Para fugir a este argumento, diz S. Ex.^a que reclama para seus concidadãos esta concessão por ter ella sido feita ao Brasil, porém sem outorgar a reciprocidade ou compensação equivalente regulada por accordo commun. Se os Peruanos tem direito de navegar o Amazonas como condomínios em toda a sua extensão, não tem o mesmo direito de entrar nos tributarios que pertencem ao Brasil. S. Ex.^a o Sr. Clay reconheceu « que os rios que nascem e correm inteiramente dentro do territorio de uma nação, sem que porção alguma dos mesmos pertença a potencia estrangeira, nem haja ribeirinhos os que participem do direito de navega-los, são da exclusiva soberania do Estado em que se achão. »

S. Ex.^a diz « que o Brasil não offerece ao Perú compensação concedendo-lhe o direito do uso innocente das aguas do baixo Amazonas, porque esta Republica sempre o teve; e que portanto os Estados-Unidos não estão tambem obrigados a compensação alguma. » Não é na navegação do baixo Amazonas que se deve procurar a reciprocidade, mas na dos rios internos brasileiros abertos pelo tratado aos cidadãos peruanos, e que, como observa S. Ex.^a, pertencem exclusivamente ao proprietario do territorio em que correm estes rios.

Esta concessão reciproca ou equivalente não foi concedida ao Perú pelo governo americano, o que claramente se deduz das palavras da nota em que se falla da navegação dos rios dos Estados-Unidos e da alta California.

O governo do Brasil dá para a navegação do Amazonas 80,000 pesos; e para obtê-la nos rios interiores do Perú concede a dos seus, e o commercio na extensão de mais de 400 leguas pelas suas margens ao longo do canal commun.

Os Estados-Unidos não podem offerecer igual compensação, porque não concederão aos Peruanos a navegação e commercio do Sacramento e do Mississippi, sem ampliar esta concessão a outras nações, o que não é provavel que fizessem. Mas, suppondo mesmo que a concedessem, não seria isso uma compensação adequada e equivalente que se pudesse aceitar. A reciprocidade deve ser real e positiva, e não illusoria. Em troca de um beneficio real, é preciso conceder-se outro tambem real. Tornando extensivos aos cidadãos americanos os privilegios concedidos aos brasileiros, entrariam aquelles no gozo de beneficios reaes, e não os peruanos que nenhum proveito podem tirar da abertura dos rios americanos.

Admitte igualmente S. Ex.^a que o canal central do Amazonas é uma via publica mediterranea para cada um dos ribeirinhos entrar e sair dos seus domínios, e que sobre esse canal central nenhuma das duas nações tem jurisdicção exclusiva, porque nenhuma dellas é dona de todas as aguas que o formão. Reconhecendo S. Ex.^a este principio, parece reconhecer tambem a doutrina do abaixo assignado, de que o Perú como condominio ou socio, não pôde alienar nem conceder direitos que não possue exclusivamente.

Segundo os principios estabelecidos por S. Ex.^a, segue-se que ficão os súditos do Brasil excluidos da navegação das aguas superiores do Amazonas, e que se existe condominio entre nações ribeirinhas, principia para o Brasil nos limites do imperio, e não antes, conforme o teor do artigo 2.^o do tratado com o Perú.

O abaixo assignado entende que cada socio nas cousas communes tem o direito de gozar inteiramente e da mesma forma que os outros consocios, pela simples razão de ter cada um contribuido para formação do fundo commun com uma parte do seu. Sendo o Amazonas formado com os rios de cinco nações, tem ellas o direito de navegar tanto nas suas aguas superiores como nas inferiores. Os rios das nações que se achão na parte superior vassão as suas aguas nos rios inferiores, com o que se estabelece uma servidão real. Em compensação da passagem que dão pelo seu territorio as aguas superiores, causando-lhes inundações e cheias, adquirem o direito de navegação na parte superior, bem como os desta tem o direito de descorem pelos seus rios até ao mar como desceria o tronco levado pelas aguas.

Este serviço e prestação mutua de aguas, esgotos, terras e correntes constituem a comunidade de direitos, gozos e obrigações. Seria pois uma injustiça negar, meramente em razão da sua posição, a navegação da parte superior aos que della gozão na parte inferior. As vias publicas internacionaes gozão-se em toda a sua extensão, e não só directa mas tambem inversamente.

O canal commun possui-se em commun para a navegação, e para os usos innocentes dos condomínios, mas não para franquear-se a terceiros, sem o consentimento de todos. Isto em nada se oppõe

a soberania de cada Estado, porque nenhum a tem no canal, sendo esta incompatível com a propriedade. Mas este condomínio não obsta a que um dos Estados permita a navegação nos seus proprios rios e o commercio nas suas margens.

Julga S. Ex.^a superfluo demonstrar « que não pôde haver paridade entre a servidão civil (via, iter) e o direito de transitio internacional por um rio commun. »

« Apesar de sua independencia, reconhecem os Estados nos seus territorios servidões publicas a favor de outros. »

A divisão das servidões, tal como o direito civil as admite, em reaes e pessoas, rusticas e urbanas, continuas e não continuas, não é applicavel ao direito das gentes. As servidões affirmativas e negativas, unilateraes e reciprocas, embora sejam justas, não são uteis. Longo de renunciarem assim aos attributos inherentes a todas as nações soberanas, é essencial, diz Klüber, para que um direito possa reputar-se servidão publica, que as duas partes contractantes sejam Estados independentes; além de que aquelle a quem pertence o direito, seja, no seu exercicio, independente do Estado que soffre a servidão. Toda a servidão publica é real para ambas as partes, podendo o seu objecto ser não só os direitos de soberania, mas também os direitos sujeitos ás leis civis, contanto que a servidão reconheça ao mesmo tempo a soberania sobre o exercicio desses mesmos direitos. (Direito das gentes, 2.^a parte, tit. 2.^o §§ 137 e 138.)

Proseguindo em suas reflexões, diz S. Ex.^a « que a companhia Souza não é um negocio proprio dos dous governos formado com os seus fundos, e realizado por sua conta, pois que só pertence a particulares. »

No tratado com o Brasil sómente se estipulou que os governos peruano e brasileiro auxiliariam durante cinco annos, com uma somma pecuniaria a primeira empresa que se formasse, convido os dous governos nos respectivos pontos até onde deverião navegar os barcos de vapor. O teor deste artigo é a explicação mais satisfactoria que se pôde dar ás reflexões de S. Ex.^a.

Se o Sr. Evangelista de Souza propoz-se a organizar uma companhia exclusiva, o governo peruano, cingindo-se ao texto do tratado, nem accitou as propostas, nem concedeu um privilegio; e analysando este ponto, diz S. Ex.^a que, a existir alguma duvida, limita-se ella a saber — se o Perú quizerá dar como compensação equivalente 20.000 pesos á primeira companhia americana que se formar para navegar o Amazonas, sem que se obrigue a coisa alguma o governo dos Estados-Unidos.

O aliaxo assignado não julga do seu dever responder a esta insinuação.

Nem o Amazonas, nem os seus tributarios pertencentes ao Perú estão, nem ainda estiverão abertos ao commercio estrangeiro, e se vapores brasileiros navegam e commerciam até Nauta, fazem apenas o commercio interno, peculiar a povos ribeirinhos, e a que tem direito por todas as razões expostas.

A declaração que faz o artigo 2.^o do tratado com o Brasil de que a navegação do Amazonas deve pertencer exclusivamente aos Estados ribeirinhos, não estipula nem impõe uma nova obrigação, nem mesmo estabelece um principio; porque é de eterna verdade, e de incontestavel evidencia, que a navegação de um rio commun pertence a todas as nações que contribuem com suas agoas para a formação do canal commun. Os direitos naturaes dos homens ou das nações não se estipulam: declaram-se ou applicam-se; e bem longe de se desconhecer na declaração do tratado o direito das outras nações interessadas, o Perú e o Brasil o reconhecerão e o proclamarão. Se alguma dellas tem promulgado a livre navegação de seus respectivos rios, tributarios do Amazonas, no uso de seus direitos e de sua soberania no proprio territorio, o que não pôde estender-se a territorios alheios ou aos rios communs.

O governo dos Estados-Unidos reconheceu de uma maneira explicita os direitos do Brasil, e os communs dos Estados ribeirinhos no Amazonas, e foi por isso que o presidente disse em sua mensagem no ultimo congresso: « Alguns dos Estados da America do Sul tem grande interesse em assegurar a livre navegação do Amazonas, e é para contar-se razoavelmente com a sua cooperação para tal fim. Ao passo que melhor se vão comprehendendo as vantagens das livres relações commerciaes entre as nações, mais liberaes se vão tornando as idéas a respeito dos direitos communs de todas ao livre uso daquelles meios que a natureza proporcionou ás communicações internacionaes. E de esperar que o Brasil ponha a sua politica de accordo com estas idéas illustradas, liberacs e moracs, removendo todas as restricções desnecessarias, que impedem o livre uso de um rio que atravessa tantos Estados e uma tão grande parte do continente. »

As diversas pretensões das cidadãos americanos em 1847, 1848 e 1851, para que se lhes permitisse navegar o Amazonas e seus tributarios, e estabelecer uma linha de vapores, nada provão contra o que fica dito, e ainda menos sendo certo, que taes pretensões não tiveram caracter algum official, nem merecerão accitação. Contra o texto dos artigos de um tratado nada valem as discussões, por mais amplas que fossem, havidas depois da sua celebração.

Nunca, depois do descobrimento da America, se deixou de conhecer que no interior de nossas montanhas e nas margens do Amazonas e seus tributarios existe um fertil manancial de riquezas, com que a natureza quiz favorecer os povos da America do Sul. Os congressos e os governos da republica fizeram leis e decretos para explora-los, fizeram despesas e concederão privilegios para attrahir a immi-

gração, e excitar e fomentar os interesses industriais e commerciaes; mas ainda não havia chegado a época da realisação de tão benéficos projectos, pelo que parecerão esquecidos e desprezados, até que se celebrou o tratado em 1851, dez annos depois de dados os primeiros passos pelos governos do Perú e do Brasil para uma convenção, cujo objecto era promover e facilitar as reciprocas transacções dos cidadãos e subditos de ambas as nações nas fronteiras e rios communs; convenção que nunca chegou a ser ratificada em consequencia das circumstancias politicas da republica.

De nada serve lembrar que o tratado ora em vigor entre o Perú e os Estados-Unidos é o quarto que se celebrou a respeito da navegação e commercio. O de 30 de Novembro de 1836 terminou expirado o prazo dos doze annos, fixado para a sua duração, tendo-o o governo peruano cumprido religiosamente. Se contra elle houve queixas e protestos, foi porque D. Andres Santa Cruz, que o estipulou, carecia de representação legal, não querendo a republica reconhecer ou autorisar com o seu silencio o poder dos usurpadores da autoridade suprema, embora de facto e na pratica soffresse as consequencias. Duas vezes projectou-se celebrar outro, porém sem resultado. O segundo é o que está em vigor, e que o governo do Perú cumprirá e respeitará da maneira a mais solemne; e se entende elle que alguns de seus artigos não tem a applicação que se lhes quer dar, nem por isso se deve dizer que os interpreta, infringe ou illude. De sua boa fé tem S. Ex.^a o Sr. Clay uma prova no respeito que na actualidade tributa ao que foi celebrado com o Brasil. Os Estados-Unidos formão uma das nações mais poderosas do mundo; o Brasil é um Estado joven, menos forte e poderoso; e o Perú, fraco como é, tem de ceder á força da sua justiça, sentindo não poder satisfazer completamente aos desejos de S. Ex.^a o Sr. Clay.

Não é de esperar que o governo da União se queixe, ou se julgue offendido pela conducta que o governo peruano se vê obrigado a seguir pela necessidade de cumprir as obrigações positivas contraídas para com o imperio, e que, qualquer que seja a sua natureza, redundem ellas em seu proveito ou prejuizo, fundão-se n'um tratado que liga o Perú a deveres inevitaveis.

Nem seria digno da magnanimidade do governo americano disputar ao Brasil e ao Perú um pequeno theatro para estimular a sua actividade, agora que estes principião a despertar da inercia que a ambos se tem lançado em rosto. A industria e a energia dos Americanos tem por theatro o mundo inteiro.

O abaixo assignado conclue offerecendo a S. Ex.^a o Sr. Clay, enviado extraordinario e ministro-plenipotenciario os respeito e estima com que tem de assignar-se seu obediente e humilde servidor.

JOSÉ G. PAZ SOLDAN.

A S. Ex.^a o Sr. J. Randolpho Clay.

Discussão entre a legação de S. M. B. e o governo do Perú para se franquear aos subditos e barcos britannicos os mesmos favores concedidos aos subditos brasileiros, na parte das aguas do Amazonas pertencentes áquella Republica.

N. 5.

Nota da legação britannica em Lima ao governo do Perú.

Lima, 14 de Fevereiro de 1854.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica no Perú, leu na *Gazeta Official* um decreto do Ex.^{mo} Sr. presidente do Perú, de 4 de Janeiro ultimo, publicado em data mais recente, no qual se declara ser elle explicativo do que se expedio em 15 de Abril de 1853.

O abaixo assignado julga do seu dever dirigir a S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan, ministro de relações exteriores, algumas observações sobre esse decreto, que, posto esteja concebido em termos explicativos, parece desviar-se daquella politica que o governo peruano tem seguido até aqui a respeito da questão do rio Amazonas e seus confluentes.

O objecto evidente que teve em vista o ministerio anterior foi abrir quanto fosse possível a navegação daquelles rios, e o abaixo assignado recebeu em devido tempo instrucções do governo da Rainha para fazer ver ao do Perú, quanto seria conveniente para os interesses dos Estados ribeirinhos, que franqueasse a todo o mundo a navegação do Amazonas e seus confluentes, mediante regulamentos que não puzessem o menor embaraço ao commercio licito.

O abaixo assignado tem igualmente a honra de informar ao governo peruano que o de S. M. Rainha havia de dar igual conselho ao governo do Brasil, por intermedio do ministro britannico residente no Rio de Janeiro.

A influencia da illustrada politica do Perú a este respeito, e a interpretação liberal dada aos tratados existentes, bem como o facto de não terem sido ratificadas algumas das convenções propostas pelo governo brasileiro nos Estados ribeirinhos, terão produzido indubitavelmente o devido effeito no animo do governo de S. M. L., para o induzir a franquear a navegação da foz do Amazonas, o que depende da vontade do Brasil; e o abaixo assignado não trepida em dizer que esta mudança repentina de politica, por parte do Perú, será vista com sentimento pelo governo da Rainha, e muito mais desde que deixa em duvida se se abandona por enquanto a conferencia, proposta nos Estados ribeirinhos, na nota circular do ministerio de relações exteriores do Perú de 13 de Julho de 1853.

O abaixo assignado prescinde de fazer observação alguma sobre as notas trocadas entre S. Ex.^a e o ministro dos Estados-Unidos, e publicadas no *Peruano*, na parte que diz respeito á força e á importancia de certos artigos do tratado de commercio existente entre o Perú e os Estados-Unidos, e se era a intenção dos dous governos conceder aos Estados-Unidos o direito da navegação fluvial na parte do Amazonas que banha o Perú; é ainda menos da competencia do abaixo assignado julgar se os termos do tratado do Perú com os Estados-Unidos apoiam a reclamação feita pelo ministro dos mesmos Estados.

Sejão quaes forem as dvidas envolvidas nas estipulações de outros tratados, as disposições do tratado de commercio, amizade e navegação, celebrado entre S. M. Britannica e a Republica do Perú, e assignado em 10 de Abril de 1850, são claras e explicitas. No artigo 2.^o desse tratado se estipulou: « Que haverá uma liberdade reciproca de commercio entre todos os dominios de S. M. Britannica e os territorios da Republica do Perú. Os subditos e cidadãos de cada um dos dous paizes respectivamente, poderão chegar livremente e com segurança com os seus navios e carregamentos a todos os lugares, portos e rios nos territorios da outra nação, onde é permitido o commercio com outras nações; e podem estar e residir em qualquer porto dos ditos territorios respectivamente; alugar e occupar as casas e armazens que necessitem; e commerciar por atacado e a retalho em toda especie de productos, manufacturas e mercadorias de commercio licito, gozando das mesmas isenções e privilegios e sujeitos ás mesmas leis, decretos e usos estabelecidos de que gozão e a que estão sujeitos os nacionaes.

Em virtude deste artigo do tratado, que colloca a Gran-Bretanha no pé da nação mais favorecida, o abaixo assignado reclamou para os subditos de S. M. Britannica todos os direitos e privilegios de qualquer especie, que o governo peruano haja concedido ou conceda no futuro aos subditos do Imperador do Brasil, aos cidadãos dos Estados-Unidos, ou aos subditos e cidadãos de outra qualquer nação; e porquanto a palavra — rios — está explicitamente mencionada no já citado artigo, o abaixo assignado reclama especialmente para os subditos de S. M. Britannica os mesmos direitos e privilegios concedidos aos cidadãos peruanos e subditos brasileiros, pelo tratado fluvial, concluido entre o Brasil e o Perú, em tudo quanto disser respeito ao commercio e navegação daquella parte dos rios do Amazonas e seus confluentes, que correm dentro dos limites da Republica do Perú.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para renovar a S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan as seguranças de sua alta consideração.

E. H. SULLIVAN.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Gregorio Paz Soldan, etc.

N. 6.

Nota do governo da república do Perú á legação de S. M. Britannica.
Lima, 13 de Março de 1854.

As occupações de que me tenho visto rodeado, não me permitirão responder á nota de V. S.^a de 14 de Fevereiro, pela qual, apoiando-se nas disposições do art. 2.^o do tratado celebrado entre a república do Perú e S. M. Britannica, solicita e reclama para seus súditos os direitos e privilégios de qualquer classe, que o governo peruano haja concedido ou conceder aos súditos do Imperador do Brasil, aos cidadãos dos Estados-Unidos, ou a outra qualquer nação.

O governo peruano, expedindo o decreto de 4 de Janeiro, não se desviou da política que tem seguido a respeito da navegação do Amazonas, e de seus afluentes: limitou-se unicamente a reconhecer os direitos do Brasil, reclamados pelo seu representante contra o teor do art. 2.^o do decreto de 13 de Abril de 1853.

O decreto de 4 de Janeiro fez desaparecer uma restrição, que continha o de 13 de Abril, e que parecia contrariar ao que foi estipulado com o Brasil, sem derogar as outras disposições que continha, acerca da formação de colônias, admissão de emigrados, isenção de impostos, demarcação de distritos e criação de autoridades locais. Tudo o que dependia exclusivamente do governo peruano, e que não affectava direitos de terceiro, nem o cumprimento dos tratados, ficou em vigor. Os emigrados que queirão introduzir-se e colonisar as margens do Maranhão, do Ucayali ou do Huallaga, são e serão admitidos pelo governo peruano com sujeição ás leis e regulamentos nacionaes.

Não desconhece o governo do Perú quanto seria conveniente para os estados ribeirinhos, abrir a navegação dos seus rios ao commercio em suas margens, e nas terras proximas; porém a questão agitada entre os governos do Brasil, dos Estados-Unidos e do Perú sobre a navegação do Amazonas, não é uma questão de interesse politico ou de utilidade commercial; versa unicamente sobre a applicação que deve dar-se aos tratados.

O governo do Perú não retirou, nem deixou duvidoso quanto havia antes feito para que os estados ribeirinhos se reunissem em conferencias e abrissem um protocollo, afim de regular a navegação do Amazonas; não retirou a nota circular de 13 de Julho de 1853, e se os seus desejos não se achão realisados, tem sido tanto por não o permitirem as circumstancias politicas da república, como por não ter ainda sido acito o seu convite. No art. 4.^o do decreto de Janeiro reconhece o governo peruano o direito de todos os ribeirinhos, e a necessidade de com elles regular o interessante assumpto da navegação do Amazonas.

Esta simples explicação bastará para fazer desaparecer qualquer sentimento que tenha podido produzir no governo de S. M. Britannica o decreto de Janeiro, que deve ser por elle em sua alta sabedoria julgado da maneira mais honrosa e favoravel ao governo do Perú e ás suas justas intenções.

As notas trocadas entre este ministerio e S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos farão conhecer as verdadeiras razões, que obrigarão o governo do Perú a expedir o seu citado decreto, e deixarão justificado o seu procedimento.

O art. 2.^o do tratado de S. M. Britannica diz: « Os súditos e cidadãos do Perú e da Gran-Bretanha podem entrar livremente, e com segurança, com os seus navios e carregamentos em todos os lugares, portos e rios nos territorios de outra nação onde seja permitido o commercio com outras. »

Segundo o teor deste artigo, os súditos britannicos poderão entrar nos rios Ucayali, Huallaga e outros situados no territorio peruano, e cujo dominio lhe pertence exclusivamente, quando a sua navegação seja permitida a outras nações.

As convenções celebradas com o Brasil são concessões reciprocas e mutuas feitas em troca de outros favores. Pelo art. 3.^o do tratado celebrado entre o Perú e S. M. Britannica estipulou-se que os favores, privilégios e concessões que se fizessem a outra nação seriam applicaveis aos súditos e cidadãos das duas partes contractantes, gratuitamente, se a concessão fosse gratuita, ou mediante compensação ou coisa equivalente, que se ajustaria de commun accordo, se a concessão tivesse sido convencional. Este artigo faz comprehender que as concessões do art. 2.^o erão as existentes quando se celebrou o tratado, e que as que foram feitas posteriormente a elle a outras nações ficão sujeitas ás regras de reciprocidade segundo a sua natureza. Tambem podem os súditos de S. M. Britannica frequentar as margens do Maranhão, tratar e commerciar nellas, se obtiverem a entrada do Brasil e dos demais estados, para navegar sobre o canal commun do Amazonas.

Bem sabe o Sr. encarregado de negócios que a navegação nos citados rios não está bem conhecida, e que ainda não chegarão os pequenos vapores mandados construir para explorá-los. Não se tem feito

os regulamentos commerciaes, não se tem adquirido informações exactas, nem ainda se podem garantir a propriedade e vida dos colonos nessas regiões solitarias e semibarbaras, cujo commercio em geral é pequeno e limitado a simples trocas. O tratado com o Brasil não pôde qualificar-se ou encerrar-se senão como um ensaio: o seu resultado apenas servirá para indicar o que deva fazer-se com o fim de atrahir povoação a essas vastas regiões. O commercio não pôde fazer-se sem segurança, sem dados, nem conhecimentos locais: quando se obtiverem e se fôrão os respectivos regulamentos, será mais lisonjeiro para o governo receber os navios britannicos nas aguas dos rios navegaveis pertencentes ao Perú, e poder prestar-lhes a protecção e auxilio de que são credores, não só pelos tratados, como também pelos sentimentos de humanidade que reclamão o progresso do século e a industria do mundo.

Seria offender o governo do Perú attribuir-lhe idéas contrarias ás que se tem geralmente adoptado para o desenvolvimento da industria e do commercio, e para o bem-estar do género humano. O seu interesse, a sua conveniência, a religião e as luzes do século lhe ensinão que não deve negar aos homens abrigo, alimento e occupação em desertos e matas sómente habitadas por animaes selvagens e ferozes. As immensas planicies que existem entre o Cayali e o Huallaga, e que formão as *pampas* do Sacramento, não podem ficar indefinidamente fechadas á industria humana.

Mas, como não é possível penetrar nelas por agua sem entrar antes no Amazonas, e como isto não pôde conseguir-se sem obter-se previamente a aquiescencia do governo do Brasil, segundo o reconhece o Sr. encarregado de negocios, o governo do Perú se limitará a cumprir os tratados e a conceder o que esteja na esphera de suas faculdades.

Tenho a honra de ser

Do V. S. muito attento servidor

José G. Paz Setoyx.

Ao Sr. encarregado de negocios de S. M. Britannica.

Correspondencia entre a legação dos Estados-Unidos da America e o governo imperial sobre a abertura do Amazonas aos cidadãos daquelles Estados.

N. 7.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1853.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de remetter inclusa a S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, uma breve exposição dos pontos, que fizerão objecto de uma conferencia particular que tive com S. Ex.^a na casa de sua residencia no dia 28 do corrente.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para reiterar a S. Ex.^a as expressões do seu alto respeito e distincta consideração.

W. TROESDALE.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Exposição a que se refere a nota supra.

Em conformidade com o que V. Ex.^a me suggerio, remetto uma breve exposição dos pontos de que tratei em conferencia no dia 28 do corrente.

Por parte do governo dos Estados-Unidos chamaei a attenção de V. Ex.^a sobre um tratado de commercio e navegação com o governo do Brasil.

Disse que como tinha havido ultimamente no Brasil uma mudança no ministerio, não tinha conhecimento do que pensava o novo governo acerca de um tratado com os Estados-Unidos. Tendo sido a ultima administração opposta áquella idéa, eu esperava que a actual considerasse este assumpto differentemente.

Accrescentei, que o commercio entre o Brasil e os Estados Unidos era consideravel; que nós tínhamos importado livre de direitos café do Brasil durante o ultimo anno financeiro findo, em 30 de Junho, para mais de trinta milhões de dollars, de seu valor, e que a nossa importação no Brasil, no mesmo periodo não chegava a tres milhões de dollars, sobre os quaes havíamos pago elevados direitos; que os consules do Brasil nos Estados-Unidos eram collocados no pé da nação mais favorecida, ao mesmo tempo que os nossos interesses soffrião sempre no Brasil por falta dos mesmos privilegios concedidos aos nossos consules, e que desejavamos um tratado em que se definissem distinctamente os nossos direitos, para os quaes pudessemos recorrer quando assim conviesse.

Declarei tambem que a navegação do Rio Amazonas, era objecto de muito interesse para os cidadãos dos Estados-Unidos; que elles tinham relações commerciaes com varias republicas hespanholas situadas nas margens superiores daquelle rio, e desejavam fazer aquelle commercio pelas aguas do Amazonas com previo e livre consentimento do governo brasileiro.

Que o presidente deseja cultivar as mais amigaveis relações com o governo do Brasil, e muito sentiria que fossem essas relações affectadas, por persistir elle em uma politica tão opposta a todas as idéas liberaes de nações civilisadas e em progresso.

Que não derivamos o nosso direito de navegar o Amazonas de um tratado, mas o consideravamos como um direito natural, como era o de navegar o oceano, via commun das nações; e assim o autorizava o direito das gentes e a pratica seguida em sua conformidade, como foi adoptado pelos Soberanos confederados na Europa, reunidos no congresso de Vienna em 1815.

Entendi que esta navegação podia estar sujeita, segundo os usos, a algumas restricções postas pelas nações, através de cujos territorios correm aquelles rios navegaveis, mas que o direito a estas restricções não autorizava o de excluir taes rios do uso commun das nações.

Forão estes os pontos submittidos, segundo me lembro, á consideração de V. Ex.^a, não tendo sido os mesmos reduzidos a escripto.

N. 8.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

N.º 10.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 13 de Setembro de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que sob n.º 9, e data de 31 de Outubro do anno proximo passado, lhe dirigio o Sr. William Trousdale, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, cobrindo uma breve exposição dos pontos que forão objecto de uma conferencia que ambos tiveram em 28 do dito mez, e que são relativos aos assumptos de um tratado de commercio e navegação entre o Brasil e os Estados-Unidos, e á navegação do Amazonas.

O abaixo assignado, julga satisfazer aos desejos que por vezes lhe tem manifestado o Sr. Trousdale, incluindo aqui uma breve exposição do modo por que o governo imperial considera esses dous assumptos, e prevalece-se da occasião para reiterar-lhe as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Ao Sr. William Trousdale, etc.

Memorandum a que se refere a nota antecedente.

O governo de S. M. o Imperador, pelo que toca ao convite do governo dos Estados-Unidos de celebrar com o do Brasil um tratado de amizade, commercio e navegação, persiste no proposito já manifestado na nota dirigida ao Sr. David Tod em data de 22 de Abril de 1851.

No estado em que se acha a industria do Brasil ainda pouco adiantada, o governo imperial crê que a celebração de taes tratados não convém por ora aos interesses do paiz; e pois a sua recusa funda-se em um systema que, sendo adoptado para com todas as nações, não poderia ser mantido se alguma excepção se fizesse.

Não desconhece o governo imperial a importancia do commercio do Brasil com os Estados-Unidos, e o grande consumo que nelles se faz de um dos seus principaes productos — o café — que é importado livre de direitos. E convencido plenamente das vantagens que resultão para o Brasil do maior desenvolvimento desse commercio, está o governo imperial disposto a facilitar esse desenvolvimento por todos os meios a seu alcance, independentemente de tratados. Este objecto será considerado na Tarifa, cuja reforma se acha confiada ao estudo do conselho de estado.

Pelo que pertence á pretensão da livre navegação do Amazonas, que o Sr. Trousdale declara ser um objecto de interesse para os cidadãos dos Estados-Unidos, o governo imperial não pôde estar de accordo com o principio e doutrina em que se pretende fundar esta reclamação, assemelhando-se o Amazonas ao oceano. Entende o governo imperial que semelhante doutrina, aliás nova, e apresentada pela primeira vez, é repellida pelos principios do direito publico e das gentes, e não pôde prevalecer senão pela substituição do principio do interesse e da força aos do direito e justiça.

Os Estados-Unidos jámais se prevalecerão della nas questões que sustentarão sobre a navegação do Mississipi e do S. Lourenço com a Hespanha e a Inglaterra. Os Estados-Unidos tinham contudo nesse tempo em seu favor a circumstancia de serem ribeirinhos, e são comparativamente menores o espaço que possui a Inglaterra na bocca do S. Lourenço, e aquelle que então occupava a Hespanha na bocca do Mississipi.

O governo imperial está firmemente convencido de que não pôde ser assemelhado ao oceano, um rio, do qual o Brasil possui ambas as margens na vasta extensão de 180 leguas, que tantas vão da foz do Amazonas á Tabatinga, limite do imperio. Comquanto o Amazonas seja em varios pontos assaz largo, contudo tem lugares estreitos, onde uma fortaleza pôde impedir a passagem, e a sua navegação não poderá ser feita sem o uso repellido de suas margens.

O Brasil possui dous terços de sua extensão navegavel, tem na sua entrada as fortalezas de Macapá e Gurupá, e rio acima os fortes de Mezargão, Duas Barras, S. José do Rio Içá e de Tabatinga, e em ambas as margens, cidades, villas e povoações. O Brasil portanto possui no Amazonas tudo quanto, segundo os principios recebidos, serve para provar a sua soberania sobre as aguas deste rio.

O oceano serve de communicação a todas as nações do globo, e a sua navegação é indispensavel a muitas, que populosas e poderosas como são, não poderiam subsistir sem o extenso commercio que por elle fazem.

Nas mesmas circumstancias não se acha o Amazonas. Ainda que o seu extenso valle, quando convenientemente povoado, possa dar vasto alimento ao commercio das nações; contudo estando esse valle quasi inteiramente deserto, nem a sua navegação é indispensavel, nem mesmo pôde no estado actual ser de interesse e vantagem para as nações que não são ribeirinhas.

A grande parte do valle do Amazonas que pertence ao Brasil contém duas provincias, a do Pará na foz e a do Amazonas no interior. Para o commercio da provincia do Pará, é sufficiente o porto da cidade de Belem aberto a todas as nações estrangeiras. A população da provincia do Amazonas não excede a trinta mil almas, e sendo em grande parte de raça indigena dá escasso consumo aos productos da industria estrangeira, e por isso não sente a necessidade de um commercio directo com as nações productoras. Menos populoso ainda é o departamento de Maynas pertencente ao Perú, que occupa a parte superior do Amazonas.

A população desta republica, que pôde alimentar o commercio estrangeiro, está separada do valle do Amazonas pelos Andes, e o caminho natural para os seus supprimentos, quer no presente, quer no futuro, será sempre o Pacifico. Os territorios occupados pela republica de Venezuela, Nova-Granada e Equador, que tem affluentes que desaguão no Amazonas, são escassamente habitados. Os centros das principaes cidades e povoações dessas republicas, nunca poderiam ser vantajosamente suppridas pela navegação do Amazonas. Ainda quando ella fosse aberta ao commercio do mundo, continuariam elles a ser suppridos exclusivamente pela navegação do Atlantico e Pacifico.

Além disto, os affluentes do Amazonas que passam por esses territorios e que podem ser

navegados, não o serão jámais senão por embarcações de pequeno porte, incapazes de navegar no oceano, e boa parte dellas precisa de obras e trabalhos hydraulicos destinados a facilitar essa mesma navegação. Todas essas circumstancias demonstrão que na actualidade não existem grandes interesses nem dos Estados-Unidos, nem de nenhuma outra nação que possam servir de pretexto á pretensão immediata de navegar o Amazonas.

Não é da intenção do governo imperial conservar o Amazonas fechado para sempre ao trânsito e commercio estrangeiro; a sua abertura porém não lhe parece ainda opportuna. É um assumpto grave, que deve ser resolvido sem precipitação, e com as cautelas e seguranças que a sua importância exige.

No intuito de estudar praticamente este objecto em um rio, cujas margens estão pela maior parte desertas, e onde não podem ser applicaveis as regras e providencias tomadas na Europa a respeito de rios, cujas margens estão povoadas desde muitos seculos, celebrou o Brasil com a república do Pará o tratado de commercio e navegação fluvial de 23 de Outubro de 1851. Este tratado, que deve durar seis annos, ainda não completou dous de execução.

Foi elle espontaneamente iniciado pelo governo imperial, que teria celebrado semelhantes com as outras republicas, que podem tirar vantagem da navegação do Amazonas, se ellas se mostrassem desejosas de a obter, e viessem a um accordo sobre as convenções que devem preceder a esta concessão por parte do Brasil. No mesmo intuito de estudar praticamente o assumpto e igualmente no de promover a colonisação e commercio nas desertas margens do Amazonas, estabeleceu o governo imperial em suas aguas a navegação a vapor, subsidiando para isso a uma Companhia de nacoes, a quem concedeu o privilegio exclusivo para essa navegação em o referido rio por espaço de 30 annos. Bem que este espaço não parecesse excessivo para tal estudo, e para o desenvolvimento do commercio nacional, contudo o governo imperial, desejoso de ficar desembaraçado para abrir o Amazonas ao commercio do mundo em mais curto espaço, quando se julgue devidamente preparado para isso, obteve da referida Companhia a cessão do seu privilegio, mediante um avultado augmento de subvenção.

Chegada essa época, cuja opportuidade deve ser exclusivamente apreciada pelo governo imperial, está elle decidido a não conceder a nenhuma nação a navegação do rio Amazonas, na parte em que o Brasil possui ambas as margens, senão por meio de convenções, que resguardem o seu direito de propriedade e que acutadem o contrabando, provendo para que seja devidamente mantida a fiscalisação e policia da navegação.

Na opinião do governo imperial, o acto do congresso de Vienna citado pelo Sr. Trousdale, constitue mero direito convencional, que sómente regula e obriga as potencias que nelle convierão e que o estipuláram.

Este acto não foi admittido pela Europa em geral, e menos para todo o mundo. Ainda é mui recente a data em que a Inglaterra e a França reconhecerão em tratados que a navegação do Paraná era uma navegação interior da Confederação Argentina em commun com o Estado Oriental.

Discussão entre a legação de S. M. Britannica e o governo imperial sobre a abertura do Amazonas ás bandeiras das nações estrangeiras na parte que pertence ao Imperio.

N. 10.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 7. — Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1854.

Senhor. — O governo de S. M. tem ultimamente fixado especial attenção sobre a importante questão da navegação do rio Amazonas, no interesse do commercio.

O governo de S. M. soube que o governo dos Estados-Unidos d'America do Norte, fundando-se no seu tratado de commercio e navegação com o Perú no anno de 1851, sollicitára do governo da republica, como creio que depois o fez tambem do governo do Brasil, o direito á livre navegação do Amazonas; e que o governo do Perú pela sua parte estava disposto a abrir, mediante certos regulamentos e direitos, a navegação daquelle rio ás nações estrangeiras que com elle tinham tratados de commercio, e que já tinha proposto, ou ia propôr, algum accordo geral neste sentido aos governos do Brasil, de Nova-Granada e do Equador, por cujos territorios corre aquelle rio.

O governo da Bolivia tambem já publicou um decreto estabelecendo a livre navegação na parte que lhe pertence daquelle rio.

E' para sentir que até agora os actos do governo imperial, limitando pelo seu tratado de 1851 com o Perú a navegação do Amazonas aos respectivos Estados ribeirinhos, e concedendo a uma companhia brasileira o privilegio exclusivo de navegar este rio por barcos de vapor por uma longa serie de annos, não tenha mostrado aquella marcha liberal de politica que devia esperar-se de um tão esclarecido governo.

O governo de S. M. contudo, a quem os seus tratados com o Perú e outros Estados da America do Sul, bem como o seu desejo de cultivar e estender as suas relações commerciaes com o Brasil, inspirão um profundo interesse pela livre navegação do Amazonas, está persuadido de que o Brasil não permanecerá áquem daquelles Estados d'America do Sul que já abrião os seus rios ás bandeiras estrangeiras, antes adoptará uma politica ácerca desta questão igualmente amigavel para com as nações estrangeiras, e consentanea com os seus proprios interesses.

Tive portanto instrucções do conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. Magestade, para envidar todos os esforços a fim de convencer ao governo imperial de quanto importa acabar com todas as restricções e monopolios na parte do rio Amazonas que pertence ao Brasil; e como creio que as camaras brasileiras, antes do encerramento da sua ultima sessão, derão ao governo imperial poder discrecionario de resgatar o privilegio exclusivo acima mencionado que tinha sido concedido a uma companhia brasileira, concluo que o governo imperial não ha de achar nisso a menor difficuldade.

O governo de S. Magestade, como observa o conde de Clarendon, está certo de que se o governo imperial quizer prestar a esta questão a sua séria consideração, não deixará de chegar á conclusão de que os interesses commerciaes do Brasil receberão grande impulso e beneficio com a abertura da navegação das aguas inferiores do Amazonas ás nações estrangeiras; desenvolvendo-se assim os grandes recursos daquelle parte do Imperio, através da qual corre aquelle magestoso rio.

Tenho portanto a honra de pedir a V. Ex.ª que apresente os desejos e sentimentos do meu governo, que acabo de assim expôr resumidamente a V. Ex.ª, á consideração especial do governo imperial, e confio que V. Ex.ª em breve me habilitará a dar ao conde

de Clarendon uma decisão favorável sobre um assumpto de tanta importancia para os interesses da Gran-Bretanha.

Aproveito a occasião para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha distincta consideração e estima.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 10.

Nota da legação britannica ao governo imperial.

N.º 152.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1854.

Senhor.—Pego licença para lembrar a V. Ex.^a que ainda não fui favorecido com uma resposta á nota n.º 7 que tive a honra de dirigir-lhe em 23 de Novembro de 1853, instando, em conformidade das instrucções de meu governo, para que o governo imperial abra ás bandeiras das nações estrangeiras a navegação daquella parte do rio Amazonas que pertence ao Brasil.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex.^a as seguranças de minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. visconde de Abaeté, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, etc.

N. 11.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 121.—Rio de Janeiro. Ministério dos negocios estrangeiros, em 29 de Dezembro de 1853.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar recebida em devido tempo a nota do Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, datada de 23 de Novembro do anno proximo passado.

O Sr. Howard lembra ao abaixo assignado a resposta desta nota por outra que acaba de dirigir-lhe com a data de 18 do corrente mez.

Na primeira das referidas notas expõe o Sr. Howard que a attenção do governo de S. M. Britannica tem-se fixado ultimamente na importante questão, com relação aos interesses do commercio, da navegação do rio Amazonas.

Diz o Sr. Howard que o governo de S. M. soube que o governo dos Estados-Unidos da America do Norte, fundando-se no seu tratado de commercio e navegação celebrado com o Perú no anno de 1851, sollicitára do governo daquella republica, como o Sr. Howard ouviu que tambem sollicitára depois o governo do Brasil, o direito á livre navegação do Amazonas: que o governo do Perú, pela sua parte, desejava abrir debaixo de certos regulamentos e direitos a

navegação daquelle rio ás nações estrangeiras, que com elle tinham tratados de commercio; e que ao governo do Brasil e aos das republicas de Nova Granada e Equador, por cujos territórios corre o rio Amazonas, ou tinha já proposto ou estava a propôr algum accordo geral neste mesmo sentido.

Observa outrosim o Sr. Howard que o governo de Bolivia já havia publicado um decreto estabelecendo a livre navegação da parte que lhe pertence daquelle rio.

Diz mais o Sr. Howard que é para sentir que até agora os actos do governo imperial, limitando pelo tratado de 1851 com o Perú a navegação do Amazonas aos respectivos Estados ribeirinhos, e concedendo a uma companhia brasileira o privilegio exclusivo de navegar este rio por barcos de vapor por uma longa serie de annos, não tenham mostrado aquella marcha liberal de politica que devia esperar-se de um tão esclarecido governo.

Acerescenta o Sr. Howard que o governo de S. M., a quem os seus tratados com o Perú, e outros Estados da America do Sul, bem como o seu desejo de cultivar, e estender as suas relações commerciaes com o Brasil, inspirão um profundo interesse pela livre navegação do Amazonas, está persuadido de que o Brasil, não permanecerá áquem daquelles Estados da America do Sul, que, ha mais tempo, abrião os seus rios ás bandeiras estrangeiras; antes adoptará uma politica, ácerca desta questão, igualmente amigavel para com as nações estrangeiras, e consentanea com seus proprios interesses.

Por todos estes motivos o Sr. Howard declara que teve instrucções do conde de Clarendon, principal secretario de estado de S. M. na repartição dos negocios estrangeiros, para empregar todos os esforços afim de convencer o governo imperial de quanto importa acabar com todas as restricções, e monopolios na parte do rio Amazonas que pertence ao Brasil, e como o Sr. Howard sabe que a assemblea geral legislativa, antes de fechada a ultima sessão, deu ao governo o poder discrecionario de resgatar o privilegio exclusivo acima mencionado, que tinha sido concedido a uma companhia brasileira, conclue dali que o governo imperial não ha de mostrar difficuldade alguma a este respeito.

O Sr. Howard expõe tambem que o governo de S. M. está certo de que, se o governo imperial applicar a esta questão a sua seria consideração, não deixará de chegar á conclusão de que os interesses commerciaes do Brasil receberão grande impulso, e beneficio pela abertura da navegação das aguas inferiores do Amazonas ás bandeiras estrangeiras, desenvolvendo-se assim os grandes recursos daquelle parte do imperio, através da qual corre aquelle magestoso rio.

O Sr. Howard, manifestando assim os desejos, e sentimentos do seu governo, áfim de que o governo imperial haja de prestar-lhes especial attenção, espera que o abaixo assignado o habilitará para transmittir ao conde de Clarendon uma decisão favoravel ácerca de uma questão de tanta importancia para os interesses da Gran-Bretanha.

Respondendo á nota do Sr. Howard, o abaixo assignado pede licença para recordar algumas declarações, que já teve a honra de fazer ao Sr. Howard na conferencia de 23 de Novembro do anno proximo passado na occasião, em que o Sr. Howard entregou aquella nota ao abaixo assignado depois de ter exposto o objecto que ella continha.

Estas declarações podem explicar alguns factos, a que o Sr. Howard se refere na mesma nota.

O abaixo assignado, se bem se lembra, disse ao Sr. Howard naquella conferencia que o governo do Perú, por decreto de 15 de Abril daquelle anno declarára com effeito que tendo celebrado com o Brasil em 23 de Novembro de 1851 uma convenção especial de commercio e navegação fluvial, ficava facultado aos subditos e cidadãos das outras nações, que tinham igualmente tratados com o Perú, e segundo elles o tratamento da nação mais favorecida, o gozarem no littoral do Perú de todos os direitos concedidos aos navios, e subditos brasileiros, habilitando para este effeito a todas as bandeiras indistinctamente os portos de Loreto e Nauta na foz do Ucayali.

Observou porém o abaixo assignado que aquella concessão feita a todas as nações, ainda que não ribeirinhas, era dependente de uma condição, inserta expressamente naquella decreto, a saber que ellas obtivessem a entrada nas aguas do Amazonas.

Disse mais o abaixo assignado que para levar a effeito as vistas com que fôra publicado o decreto de 15 de Abril, o governo do Perú dirigira ao de S. M. o Imperador, assim como aos de todos os estados, que tem direitos sobre o Amazonas, uma circular convidando-os para celebrar, por meio de plenipotenciarios, que deverião reunir-se em Lima, o protocollo das conferencias, que o governo do Perú desejava ver abertas ácerca das condições, que conviria estabelecer para a navegação daquelle rio. Disse mais o abaixo assignado que o governo dos Estados-Unidos da

América do Norte, prevalecendo-se do seu tratado com o Perú, e do decreto de 15 de Abril, havia encarregado o seu ministro nesta corte para entender-se a este respeito com o governo imperial, o que elle fizera, não por meio de notas, mas em uma conferencia com o abaixo assignado, procurando nella saber qual a opinião do governo imperial acerca do direito que tinham os estados, que se achão situados nas cabeceiras do Amazonas para sahirem ao Oceano.

A opinião emitida nessa conferencia pelo ministro dos Estados-Unidos foi que por direito das gentes a nação que possui a parte superior de um rio tem o direito de navegar a parte inferior, e que, embora tenham os ribeirinhas o direito de regular essa navegação, não tem o direito de vedar as suas aguas ás outras bandeiras.

A opinião porém do governo imperial é, e assim o exprimio o abaixo assignado, que só por ajustes, e convenções podião os ribeirinhos ter o direito de navegar os rios, que correm por outros estados, e que sem estes ajustes e convenções, como senhores, e possuidores de suas margens, tinham o direito incontestavel de excluir, cada um na parte que lhe pertence, a outras nações ou fossem ribeirinhas ou não, de sua navegação.

Acrescentou o abaixo assignado que, á vista disto, o governo do Perú não podia ceder o que não era seu, nem pelo facto do haver franqueado ás outras nações, com quem tem tratados, a navegação da parte superior do Amazonas, que corre pelo seu territorio, podia concluir-se que ficava livre, sem audiencia, e accordo do Brasil, a parte inferior em toda a sua vasta extensão desde a foz do rio até Tabatinga, extremidade da fronteira do Brasil com aquella republica.

Na mesma occasião o abaixo assignado declarou ao Sr. Howard que ainda lhe parecia extemporanea a resolução, por parte do governo do Brasil, de franquear a navegação do Amazonas a todas as nações estrangeiras, que não fossem ribeirinhas. O abaixo assignado allegou então as razões que tinha para assim pensar, e agora permittir-se-lhe reproduzir algumas dessas razões, e acrescentar outras, esclarecendo esta questão, em que consiste o principal objecto da nota do Sr. Howard.

É sabido que o valle do Amazonas, ainda que extenso, está quasi inteiramente deserto.

A sua navegação não é pois indispensavel, nem mesmo no estado actual pôde ser de interesse e vantagem para as nações que não são ribeirinhas.

A grande parte do valle do Amazonas que pertence ao Brasil, contém duas provincias, a do Pará na foz e a do Amazonas no interior.

Para o commercio da provincia do Pará é sufficiente o porto da cidade de Belem aberto a todas as nações estrangeiras.

A população da provincia do Amazonas não excede a mil almas, e esta sendo em grande parte de raça indigena, dá escasso consumo aos productos da industria estrangeira, e por isso não sente a necessidade de um commercio directo com as nações productoras.

Menos populoso é ainda o departamento de Maynas, pertencente ao Perú, que occupa a parte superior do Amazonas.

Os seus habitantes, em maxima parte indios semi-barbaros, muito escasso consumo fazem das mercadorias estrangeiras. Os productos de sua exportação são tão insignificantes que o pequeno vapor da Companhia do Amazonas, queahi fez no corrente anno somente quatro viagens, não ficou em nenhuma dellas abarrotado, e viagem fez em que não trouxe passageiro algum. Nesse departamento não ha nenhuma grande cultura de generos proprios para serem exportados e para entreterem o commercio. A mesma cultura dos generos alimenticios é escassa, porque os habitantes tirão a maior parte do seu sustento do producto da pesca. Os unicos generos de exportação são os recolhidos da producção natural e espontanea dos bosques sem cultura. Para a exportação destes, os habitantes do Maynas preferem suas toscas canoas e pequenos barcos, que os conduzem aos mercados do Pará com menor despesa do que seria necessario para fazê-las conduzir em vapores ou grandes barcos.

A população do Perú, que pôde alimentar o commercio estrangeiro, está separada do valle do Amazonas pelos Andes, e o caminho natural para os seus suprimentos, quer no presente, quer no futuro, será sempre o Pacifico.

Os territorios occupados pelas republicas de Venezuela, Nova Granada e Equador, que tem affluentes navegaveis, que desaguão no Amazonas, são escassamente habitados.

Não obstante serem estes territorios vastissimos e proprios para grande cultura de generos coloniaces, comtudo, por falta de população e pela indolencia dos habitantes que se alimentão com a pesca, e satisfazem as suas pequenas necessidades com o producto dos fructos espontaneos

dos bosques, estão elles ainda mais atrasados do que o departamento de Maynas pertencente ao Perú.

As principaes cidades, e povoações dessas republicas estão collocadas em posição tal que nunca serão vantajosamente suppridas pela navegação do Amazonas.

Ainda quando esta fosse aberta ao commercio do mundo, continuarião aquellas cidades e povoações a ser suppridas exclusivamente pela navegação do Atlântico e Pacifico.

Além disto, os afluentes do Amazonas, que passam por esses territorios, e que podem ser navegados, não o serão jámais senão por embarcações de pequeno porte incapazes de navegar no Oceano, e boa parte delles precisa de obras, e trabalhos hydraulicos destinados a facilitar essa mesma navegação.

O decreto do governo de Bolivia a que o Sr. Howard allude em sua nota não pôde prejudicar os direitos do governo imperial.

Procedem contra este decreto os mesmos argumentos produzidos a respeito do de 15 de Abril do anno passado do governo do Perú, e que consta ter sido declarado por outro de 4 de Janeiro do corrente anno.

O decreto do governo de Bolivia é por demais irrisorio. Esta republica não possui territorio algum nas margens do Amazonas. O Madeira é o unico dos confluentes deste grande rio que por seus tributarios Beni e Momoré poderia levar barcos ao territorio desta republica no departamento de Moxos, se a isso se não oppuzessem obstaculos naturaes que não poderião ser vencidos pelas forças reunidas do Brasil e Bolivia.

Estes obstaculos consistem, sem fallar nas correntezas, em vinte e tantas grandes cachoeiras, que se estendem pelo espaço do cerca de setenta leguas e começam a apparecer no territorio em que ambas as margens do Madeira pertencem ao Brasil.

No seculo passado a navegação deste rio era feita por canoas que partião da cidade de Matto Grosso, situada na margem do Guaporé, e se fazia livremente por extensissimo espaço acima das cachoeiras e por cerca de duzentas leguas abaixo dellos. Na zona das cachoeiras no espaço de cerca de setenta leguas as canoas erão arrastadas por terra a braços dos remadores em vinte e sete diferentes lugares alguns na extensão de duas e tres leguas.

Todas estas circumstancias demonstrão que na actualidade não existem grandes interesses nem para Gran-Bretanha nem para nenhuma outra nação, que possam servir de motivo á pretensão immediata de navegar o Amazonas.

O S. Lourenço offerecia muito differentes vantagens ao commercio dos Estados-Unidos, principalmente antes da creação de estradas de ferro que derão sahida aos productos navegaveis nos lagos situados na parte superior do dito rio; não obstante, é muito recente a concessão que fez o governo britannico de sua navegação á bandeira americana.

Não é da intenção do governo imperial conservar o Amazonas fechado para sempre ao commercio estrangeiro.

A sua abertura porém não lhe parece ainda opportuna.

É um assumpto grave, que deve ser resolvido sem precipitação, e com as cautelas, e seguranças, que a sua importancia exige.

No intuito de estudar praticamente este objecto em um rio, cujas margens estão pela maior parte desertas, e onde não podem ser applicaveis as regras e providencias tomadas na Europa a respeito de rios, cujas margens estão povoadas desde muitos seculos, celebrou o Brasil com a republica do Perú o tratado de commercio e navegação fluvial de 23 de Outubro de 1851.

Este tratado, que deve durar seis annos, tem apenas pouco mais de dois de execução.

Foi elle espontaneamente iniciado pelo governo imperial, que teria celebrado semelhantes com outras republicas, que podem tirar vantagens da navegação do Amazonas, se ellas se mostrassem desejosas de obtê-la, e viessem a um accordo sobre as condições, que devem preceder a essa concessão por parte do Brasil.

Neste caso estarião as republicas de Venezuela, e Nova Granada, e Equador.

No mesmo intento de estudar praticamente o assumpto, e igualmente no de promover a colonisação, e commercio nas desertas margens do Amazonas, estabeleceu o governo imperial em suas aguas a navegação a vapor, subsidiando para isso a uma companhia de nacionaes, a quem concedeu privilegio exclusivo para essa navegação em o referido rio por espaço de 30 annos.

Bem que este espaço não pareceasse demasiado para tal estudo, e para o desenvolvimento do commercio nacional, contudo o governo imperial, desejando ficar desembaraçado para abrir o Amazonas ao commercio do mundo, quando se julgar devidamente preparado para isso,

obteve da referida companhia a cessão do seu privilegio, mediante um avultado augmento da subvenção.

Chegada essa época, cuja oportunidade deve ser exclusivamente apreciada pelo governo imperial, está elle decidido a não conceder a nem uma nação a navegação do rio Amazonas, na parte em que o Brasil possui ambas as margens, senão por meio de convenções, que resguardem o seu direito de propriedade, e acautelem o contrabando, provendo de modo que sejam devidamente mantidas a fiscalização e a policia da navegação.

O abaixo assignado, tendo exposto francamente ao Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, a opinião do governo imperial ácerca do objecto de suas notas de 23 de Novembro de 1853, e 18 do corrente mez, prevaleceu-se da occasião para renovar-lhe os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

VISCONDE DE ABAETÉ.

Ao Sr. Henry F. Howard.

N. 12.

Nota da Legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 157. — Legação de S. M. Britannica. — Rio de Janeiro 31. de Dezembro de 1854.

Senhor. — Tenho a honra de accusar o recebimento da nota de V. Ex.ª n.º 121, datada de 29 do corrente, em resposta ás minhas de 23 de Novembro de 1853, e de 18 deste mez e anno, sobre o assumpto da navegação do rio Amazonas, e de informar a V. Ex.ª que não deixarei de transmitir uma copia della pelo primeiro paquete ao principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.ª a segurança de minha mais alta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.ª o Sr. visconde de Abaeté, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

ANNEXO G.

NAVEGAÇÃO DOS AFFLUENTES DO RIO DA PRATA

**Correspondencia sobre aquella navegação na parte
superior do rio Paraguay.**

Exploração dos tributarios do Rio da Prata pelo vapor « Water-Witch » dos Estados-Unidos da America.

N. 1.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

N.º 33.—Legação dos Estados-Unidos.—Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1854.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que julga do seu dever chamar a attenção do governo do Brasil sobre o assumpto da exploração dos tributarios do Rio da Prata, e ainda tratar da questão do privilegio de subir o rio Paraguay até ao termo de sua navegação, sollicitando mais uma vez o assentimento e cooperação do governo imperial a que se realice aquella empreza.

Este assumpto foi convenientemente discutido pelo predecessor do abaixo assignado em repetidas communicacões dirigidas ao governo do Brasil, e a ellas se reportando o abaixo assignado, não creê necessario por emquanto addicionar-lhes outros argumentos.

Cumpre recordar que a expedição encarregada ao « Water-Witch » pelo presidente dos Estados-Unidos, tem unicamente por fim promover o commercio e o adiantamento da sciencia; e o commandante do « Water-Witch » o capitão Thomas Jefferson Page, que a dirige, tendo-se adiantado em desempenho de seus arduos deveres no territorio do Brasil, tanto quanto lhe permittio a cooperação do governo imperial, torna-se agora necessario sollicitar que essa cooperação se estenda ao termo a que se propõe aquella empreza, concedendo-se-lhe, ao menos as facilidades até aqui obtidas, para que se termine a navegação do Paraguay.

Espera e confia o abaixo assignado que o governo do Brasil, reconsiderando este assumpto, annuirá a que se preencha completamente o fim daquella expedição.

Aguardando o abaixo assignado uma resposta, no mais breve tempo possivel, renova a S. Ex.ª as seguranças de sua estima e distincta consideração.

WILLIAM TROUSDALE.

A S. Ex.ª o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc.

N. 2.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos da America nesta corte.

N.º 7.—Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 2 de Agosto de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota que com a data de 3 do mez proximo passado lhe dirigio o Sr. William Trousdale, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos.

O Sr. Trousdale expõe nesta nota, que julga do seu dever chamar a attenção do governo do Brasil para a exploração dos tributários do Rio da Prata, e solicita mais uma vez a approvação e cooperação do mesmo governo para que o « Water-Witch » possa subir o rio Paraguay até o termo da sua viagem.

Acerrescenta o Sr. Trousdale que este assumpto dera lugar a repetidas communicações de seu antecessor ao governo imperial, e referindo-se a ellas, não creê necessario produzir outros argumentos para as reforçar.

Recorda outro-tanto o Sr. Trousdale que a expedição encarregada ao « Water-Witch » pelo presidente dos Estados-Unidos tem unicamente por fim o desenvolvimento do commercio e das sciencias, e que tendo-se o commandante do « Water-Witch » adiantado no territorio do Brasil, em desempenho de seus arduos deveres, tanto quanto lhe permitirão as autoridades brasileiras, torna-se necessario agora solicitar a cooperação do governo imperial, para que seja levada ao cabo essa empreza, concedendo-se-lhe, ao menos, as facilidades até aqui obtidas para que se termine a navegação do Paraguay.

Nutro o Sr. Trousdale a esperanza de que, reconsiderando o governo do Brasil este assumpto, annuirá a que se preencha completamente o objecto daquelle expedição.

O abaixo assignado, tendo levado a nota do Sr. Trousdale ao alto commercio de S. M. o Imperador, seu Augusto Sobrano, tem a honra de dizer em resposta ao Sr. Trousdale que, se a expedição do « Water-Witch », de que é commandante o tenente Thômas Jefferson Page, tem unicamente por fim o adiantamento das sciencias, e nada tem em vista que possa importar um exemplo ou precedente para a viagem de qualquer navio mercante ou de commercio, e até de uma embarcação exclusivamente de guerra, como declaram o antecessor do Sr. Trousdale em notas do 19 de Agosto e 21 de Setembro do anno proximo passado, o governo imperial, desejando dar ao dos Estados-Unidos uma nova prova de sua benevolencia e consideração, não terá duvida em permitir as explorações que pretende fazer o commandante do vapor « Water-Witch » no Rio Paraguay, além de Albuquerque, e nos seus affluentes, que pertencem ao Brasil, e neste sentido expedirá as necessarias ordens e instrucções ao presidente da provincia de Matto Grosso, logo que tiver recebido do Sr. Trousdale uma resposta de accordo com o pensamento das citadas notas.

O governo imperial, por decreto do 11 de Abril de 1853, já declarou aberta ao commercio estrangeiro o porto de Albuquerque, povoação situada sobre a margem occidental do Paraguay acima da Bahia Negra, e não julga conveniente dar maior desenvolvimento á esta medida para promover e facilitar o commercio com a provincia de Matto Grosso, porquanto as despesas que serão indispensaveis para prover á fiscalisação dos direitos e a outros muitos objectos, não poderão ser de modo algum compensadas com as vantagens que poderão resultar áquella provincia e ao imperio do commercio estrangeiro, cumprindo esperar que as circumstancias habilitem ao governo imperial para poder dar á politica liberal que o anima uma execução que somente será benefica aos interesses do paiz, quando for opportuna.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Trousdale as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

Ao Sr. William Trousdale, etc.

N. 3.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

N.º 57. — Legação dos Estados Unidos. — Rio de Janeiro 4 de Agosto de 1854.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados Unidos, apresenta seus cumprimentos a S. Ex.ª, o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e tem a honra

de accusar a recepção da comunicação de S. Ex.^a de 2 do corrente, a qual contém a informação, que S. M. o Imperador, e o governo do Brasil, a quem a nota do abaixo assignado de 3 de Julho ultimo fora presente, solicitando o privilegio para poder o vapor de guerra dos Estados Unidos « Water-Witch » explorar o rio Paraguay até onde for navegavel, e para obter o assentimento e cooperação do governo do Brasil, para que se preencha o fim original daquelle expedição, havia consentido no que se pedia na referida nota, sob a condição de que o abaixo assignado responderia á comunicação de S. Ex.^a de 2 do corrente, confirmando as declarações feitas pelo Senhor Roberto C. Schenck nas suas notas ao secretario do estado dos negocios estrangeiros do governo do Brasil, sobre o objecto da exploração pelo vapor « Water-Witch » dos tributarios do Rio da Prata.

O abaixo assignado não recebeu copia das instrucções dadas pelo presidente dos Estados Unidos ao tenente T. J. Page, commandante do vapor dos Estados-Unidos « Water-Witch » á breca da exploração dos tributarios do Rio da Prata; todas as informações que tem o abaixo assignado sobre este objecto procedem de informações de outra fonte. Uma carta do tenente T. J. Page ao Sr. Fernando Coxe, secretario da legação dos Estados-Unidos na corte do Brasil de 26 de Abril de 1853, diz que a expedição tem puramente por fim promover o commercio e adiantar a sciencia. O Sr. Coxe, na sua nota da mesma data de 26 de Abril de 1853 ao secretario de estado dos negocios estrangeiros, tratando do tenente Page, diz: « Este official teve do presidente dos Estados Unidos, a muito interessante e importante commissão de explorar todos os rios que affluem ao Rio da Prata, e sem duvida que o resultado da expedição seria da maior importancia para o mundo commercial e scientifico. »

Pela comunicação de Mr. Schenck ao secretario de estado dos negocios estrangeiros de 19 de Agosto de 1853, ver-se-ha que elle usa desta linguagem: « De outra sorte o abaixo assignado não pôde comprehender o motivo por que uma empresa, que é puramente nacional, projectada com o unico e especial fim do adiantamento das sciencias, seja equiparada a especulações commerciaes e particulares, e sujeita a considerações, que só se podem applicar a viagens ordinarias. »

Ainda em nota de 7 de Outubro de 1853, ao ministro o secretario de estado dos negocios estrangeiros, fallando da acção do governo do Brasil, diz o Sr. Schenck: « Não pôde consentir que o vapor « Water-Witch », mandado pelos Estados Unidos para uma expedição puramente scientifica, suba além daquelle ponto. »

E ainda mais, o tenente T. J. Page, em uma recente communicação ao abaixo assignado, fallando da recusa do governo imperial em permitir-lhe a exploração dos tributarios do Rio da Prata, diz que não é possivel que seja o fim unico do governo impedir uma expedição, que tem por unico objecto, o adiantamento das sciencias. »

A vista do exposto, julga-se o abaixo assignado autorizado a declarar que o objecto da expedição do « Water-Witch », nos tributarios do Rio da Prata, tem por fim promover a causa das sciencias, e não poderá constituir um precedente para que possam navegar aquelles rios embarcações quer de guerra, quer de commercio.

O governo dos Estados Unidos apreciará devidamente este acto de benevolencia e amizade da parte do governo do Brasil, que estreitará sem duvida mais ainda as relações que ligão os dois governos.

O abaixo assignado aguarda a prompta solução final deste negocio e aproveita-se da occasião para renovar a S. Ex.^a as seguranças de sua alta estima e distincta consideração.

W. TROUSDALE.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu etc.

N. 4.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos nesta corte.

N. 9.—Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, em 7 de Agosto de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota, que com a data de 4 do corrente mez lhe dirigio o Sr. William Trousdale, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos em resposta á nota datada do dia 2 do referido mez, na qual o abaixo assignado declarou ao Sr. William Trousdale que se a expedição do *Water-Witch*, de que é commandante o tenente Thomas Jefferson Page, tem unicamente por fim o adiantamento das sciencias, e nada tem em vista que possa importar um exemplo ou precedente para a viagem de qualquer navio mercante, ou de commercio, e até de uma embarcação exclusivamente de guerra, não terá duvida o governo de S. M. o Imperador em permittir as explorações que pretende fazer o commandante do referido vapor *Water-Witch* no rio Paraguay além de Albuquerque, e nos seus afluentes, que pertencem ao Brasil.

Respondendo á nota do abaixo assignado, o Sr. William Trousdale, diz que não receberá copia das instrucções dadas pelo presidente dos Estados-Unidos ao tenente Thomas Jefferson Page, commandante do vapor *Water-Witch* ácerca da exploração dos tributarios do Rio da Prata; porém referindo-se a diversos documentos, de que faz menção, conclue o Sr. Trousdale, que se julga autorizado para dizer que o objecto da exploração do *Water-Witch* nos tributarios do Rio da Prata tem por fim promover a causa da sciencia, e não poderá constituir um precedente para que possam navegar aquelles rios embarcações quer de guerra, quer de commercio.

A vista pois da segurança que dá o Sr. William Trousdale, o abaixo assignado tem a honra de communicar-lhe, em resposta á sua nota de 4 do corrente mez, que nesta mesma data se expedem ordens e instrucções ao presidente da provincia de Matto Grosso para permittir e facilitar as explorações do commandante do *Water-Witch* no Rio Paraguay, acima de Albuquerque, e nos seus tributarios, que pertencem ao Brasil.

O abaixo assignado muito se compraz de que este acto seja apreciado pelo governo dos Estados-Unidos como uma prova da consideração que lhe consagra o governo de S. M. o Imperador e concorra para estreitar e fortificar cada vez mais os vinculos de amizade que ligão os dous governos.

O abaixo assignado fazendo esta communicação ao Sr. William Trousdale, prevalece-se da occasião para renovar-lhe as seguranças de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

Ao Sr. William Trousdale, etc

N. 5.

Ordem expedida pelo governo imperial ao presidente da provincia de Matto Grosso para permittir as explorações do vapor norte americano Water-Witch, acima do porto de Albuquerque.

N. 12.—Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros em 7 de Agosto de 1854.

M.^{mo} e Ex.^{to} Sr.—Instando o ministro dos Estados-Unidos para que o vapor *Water-Witch* possa explorar o rio Paraguay acima do porto Albuquerque e seus tributarios que pertencem ao Brasil, como verá V. Ex.^a da copia inclusa sob n. 1, respondi-lhe com a nota da copia n. 2 declarando-lhe que nisso conviria o governo imperial, se a expedição do *Water-Witch*, de que é commandante o tenente Thomas Jefferson Page, tem unicamente por fim o adiantamento das sciencias, e nada tem em vista que possa importar um exemplo ou precedente para a viagem de qualquer navio mercante ou de commercio, e até de uma embarcação exclusivamente de guerra.

O ministro americano, respondendo a esta minha nota julgou-se autorizado para asseverar-me por nota da copia n. 3, que a expedição do *Water-Witch* nos tributarios do rio da Prata tem por fim unicamente promover a causa da sciencia, e não poderá constituir um precedente para que possam navegar aquelles rios embarcações quer, de guerra quer de commercio.

À vista desta segurança, respondi-lhe, copia n. 4, que o governo imperial desejando dar ao dos Estado-Unidos uma nova prova de sua consideração, expediria nesta data ordens e instruções a V. Ex.^a para permittir e facilitar as explorações do commandante do *Water-Witch* no rio Paraguay acima do Albuquerque, e em seus tributarios pertencentes ao Brasil.

V. Ex.^a se instruirá completamente pelas copias, a que me refiro, da discussão a este respeito havida com o ministro dos Estados-Unidos, e só me cumpre recomendar, referindo-me a ellas, que nenhum embarço se deve oppôr á exploração daquelle vapor pelos rios mencionados para que possa conseguir o objecto da exploração, devendo V. Ex.^a dar nesta conformidade as ordens convenientes ás respectivas autoridades.

Aproveito a occasião para reiterar a V. Ex.^a as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

A S. Ex.^a o Sr. presidente da provincia de Matto Grosso, etc., etc., etc.



ANEXO H.

LEIS E DECRETOS SOBRE A NAVEGAÇÃO FLUVIAL.

Leis e Decretos sobre a navegação fluvial.

N. 1.

DECRETO N.º 1445 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1854.

Innova o contracto celebrado pelo governo imperial com a companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.

Toimando em consideração o que me representou o barão de Mauá, pedindo inovação do contracto celebrado pelo governo com a companhia de Navegação e Commercio do Amazonas: Hei por bem, em virtude da autorização concedida na segunda parte do art. 1.º do decreto n.º 726 de 3 de Outubro de 1853, innovar o referido contracto, segundo as condições que com este baixão, assignadas por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, do meu conselho, ministro e secretario d'estado dos negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

LUIZ PEDREIRA DO COUTO FERRAZ.

Condições com que é innovado o contracto com a companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.

1.º A companhia renuncia ao privilegio exclusivo que lhe foi concedido pelo decreto n.º 1037 de 30 de Agosto de 1852 para a navegação a vapor do rio Amazonas, e a quaesquer outras vantagens outorgadas pelo mesmo decreto que não estejam declaradas no contracto celebrado nesta data com a dita companhia.

Obriga-se a dita companhia a navegar o rio Amazonas e os seus affluentes, considerando entre elles o Tocantins, por meio de barcos de vapor nas linhas abaixo declaradas, tocando em cada uma dellas nos portos que forem designados nos regulamentos da companhia de accordo com os presidentes das provincias do Pará e Amazonas, e sujeitando-se nesta parte ás alterações que forem aconselhadas pelo bem publico, combinado com os interesses razoaveis da empresa.

2.º A primeira linha, que a companhia se obriga a navegar, partirá da cidade de Belém, na provincia do Pará, até á cidade da Barra na embocadura do Rio Negro.

Os vapores, que ella empregar nesta linha, devem ter capacidade para conduzir duzentas toneladas de carga, além do combustivel necessario para a viagem, e em beliches pelo menos sessenta passageiros. Terão a marcha regular de doze milhas por hora, salvo contrariedades filhas da força das correntes do rio ou de outros de semelhante natureza; e deverão fazer duas viagens por mez a começar do dia primeiro de Janeiro de mil oitocentos

e cincoenta e cinco, e desde esta época começarão a prevalecer as presentes estipulações, continuando a vigorar até então as do contracto anterior.

O governo pagará á companhia, de subvenção por viagem redonda no serviço desta linha, a quantia de doze contos de réis por espaço de dezoito annos contados da data acima declarada, ficando entendido que, se a companhia augmentar o numero das viagens, não poderá por ellas exigir subvenção.

3.^a A segunda linha principiará da cidade da Barra do Rio Negro até á povoação de Nauta na Republica do Perú. Nesta linha fará a companhia as viagens designadas no accordo com o governo do Perú; e tendo-se já passado o primeiro anno, e devendo findar o segundo no primeiro de Setembro do anno de mil oitocentos e cincoenta e cinco, desta data em diante realisará a companhia seis viagens redondas em cada anno.

Pelo serviço desta linha receberá a companhia a subvenção que der o governo do Perú, cujo pagamento comtudo o governo imperial garante, realisando-o pela mesma forma estabelecida na condição antecedente, não sendo nunca menor de quarenta contos de réis por anno, repartidos pelo numero de viagens.

4.^a Se o serviço desta segunda linha tiver de continuar, o que o governo imperial deverá declarar até o fim do anno de mil oitocentos e cincoenta e seis, a companhia será obrigada pelas mesmas condições a fazer uma viagem cada mez.

5.^a A terceira linha partirá da cidade de Belém, e seguindo pelo rio Tocantins, chegará até á villa de Baixo, tocando na cidade de Cametá, onde o vapor se demorará, tanto na ida como na volta, seis horas pelo menos.

Os vapores desta linha farão duas viagens por mez durante os primeiros cinco annos, e quatro nos cinco seguintes, ficando obrigada a companhia a fazer com que haja ao menos uma viagem mensal sem subvenção alguma depois que se findar o segundo prazo, e durante o resto do tempo marcado na condição segunda.

Os vapores da mesma linha, além de commodos para passageiros, devem ter capacidade para a carga igual á dos vapores *Marajó* e *Rio Negro*, e nunca menor do que a necessaria para a carga de setenta toneladas.

O governo imperial assegura á companhia para este serviço uma subvenção até o prazo de dez annos pela seguinte forma:

Nos primeiros cinco annos de um conto de réis por viagem redonda: nos ultimos cinco de quinhentos mil réis tambem por viagem redonda.

6.^a A quarta linha partirá da cidade da Barra pelo Rio Negro, e terminará em Santa Isabel. Nesta linha haverá uma viagem por mez durante os primeiros cinco annos, e duas durante os cinco seguintes, pagando o governo imperial a subvenção de cinco contos de réis por viagem redonda durante o primeiro prazo; e de dous contos e quinhentos mil réis no segundo; ficando obrigada a companhia a fazer com que haja ao menos uma viagem mensal sem subvenção alguma depois que se findar o segundo prazo, e durante o resto do tempo marcado na condição segunda.

Estes vapores terão commodos para passageiros e capacidade para a mesma quantidade de carga (setenta toneladas) que os da terceira linha. O governo imperial poderá determinar que os vapores desta linha façam algumas viagens da cidade da Barra até qualquer ponto do Rio Branco, contanto que a extensão a percorrer pelo vapor não seja maior do que a da Barra a Santa Isabel; ficando porém entendido que por este facto não terá a companhia direito algum a maior subsidio, mas somente á compensação das viagens feitas até o Rio Branco com a diminuição no numero de outras tantas a Santa Isabel.

O governo terá o direito de mandar examinar os vapores, assim de verificar se preenchem as condições estipuladas.

7.^a Quando, em consequencia de sinistros ou de inconveniente de força maior, os vapores não completarem viagem redonda, o governo pagará somente a quantia correspondente á distancia navegada, calculada pelo numero de milhas em relação ao preço da viagem redonda.

8.^a Os vapores da companhia serão nacionalizados brasileiros, seja qual for o lugar da sua construcção, e ficará isenta a acquisição delles de quaesquer direitos de transferencia de propriedade ou matricula. Observar-se-ha a respeito de suas tripolações o mesmo que se pratica com as das embarcações nacionaes.

9.^a Se a companhia deixar de realisar o numero estipulado de viagens, e nos periodos

designados, salva a disposição da condição 7.ª, não só perderá a quantia correspondente às viagens que de menos fizer, mas também incorrerá na multa, que lhe será imposta pelo governo imperial, e cobrada administrativamente, de um a quatro contos de réis por cada falta, e na pena de perda de subvenção se a navegação for interrompida por mais de seis meses.

10.ª Os vapores da companhia transportarão gratuitamente as malas do correio e a correspondência official, os respectivos commandantes serão obrigados a recebê-las e entregá-las nas estações competentes, dando os convenientes recibos, e exigindo-os por sua parte das agencias ou pessoas por estas devidamente autorizadas.

11.ª Será também gratuito o transporte em cada viagem dos ditos vapores: 1.º até o numero de quatro passageiros de estado, mas sem comedorias; 2.º até o numero de dez praças de pret, recrutas ou colonos também sem comedorias; 3.º de quaesquer sommas de dinheiro pertencentes aos cofres publicos; 4.º de uma carga por conta do governo imperial não excedente a duas toneladas.

Quando os passageiros, tanto de uma como de outra classe acima referidas, fôrem em numero superior ao que fica estipulado, serão suas passagens pagas com o abatimento da quarta parte do preço ordinario, segundo a qualidade dos mesmos passageiros; e bem assim por tudo quanto fôr por ordem do governo imperial conduzido, pagará este dez por cento menos do que o preço estipulado para os particulares.

12.ª Em caso de remessa por parte do governo imperial de pólvora ou de quaesquer outros generos sujeitos á explosão, poderá o transporte ser realizado em barcos proprios rebocados pelos vapores da companhia, pagando o mesmo governo por este serviço o frete que fôr convencionado, comtanto porém que a lotação daquelles barcos não exceda de cincoenta toneladas.

13.ª A companhia organizará e submeterá á approvação do governo imperial, até o dia 1.º de Dezembro do corrente anno, uma tabella definitiva dos preços das passagens e fretes das cargas que por conta dos particulares houver de transportar nos seus vapores, não lhes sendo licito altera-la para mais sem prévia autorização do mesmo governo.

14.ª São concedidos gratuitamente á companhia setenta territorios de duas leguas em quadro cada um em terrenos devolutos, sendo dez á margem direita do Rio Javary, dez a ambas as margens e lagos adjacentes do Purús, vinte ás margens do Amazonas, dez ás margens do Madeira, dez ás do Rio Negro e Tapajoz, e dez a quaesquer outras margens dos afluentes do Amazonas em que convier á companhia formar com approvação do governo imperial aldeamentos de indios, estabelecimentos agricolas ou industriaes.

Os territorios concedidos serão medidos á custa da companhia na fórma do regulamento das medições de 8 de Maio deste anno.

15.ª Em compensação fica a companhia obrigada a fundar doze Colonias, sendo uma ás margens do Javary, duas ás do Purús, quatro ás do Amazonas, uma ás do Madeira, e quatro ás dos Rios Negro e Tapajoz, nos lugares que fôrem approvados pelo governo imperial.

Cada uma destas Colonias terá pelo menos seiscentos colonos importados á custa e diligencias da companhia, todos de origem europeia, e das nações que o governo imperial designar expressamente para cada uma.

A metade do numero das ditas Colonias será fundada pelo menos dentro dos primeiros cinco annos, e o resto dentro dos outros cinco ao mais tardar.

16.ª As Colonias, que a companhia fundar, gozarão das mesmas vantagens concedidas ou que se concederem a iguaes estabelecimentos no imperio, uma vez que se não oppoñão ás circumstancias especiaes das localidades, e ás conveniencias administrativas.

17.ª O governo imperial dará á companhia efficaz protecção na qual se comprehende o auxilio de destacamentos militares, precedendo reclamação da mesma companhia, sendo verificada pelo mesmo governo a necessidade das providencias.

18.ª São concedidos gratuitamente á companhia os terrenos de marinha que houver devolutos em frente dos terrenos ou predios que a mesma companhia possui na Cidade de Belém, e em quaesquer povoações ou outras localidades do alto ou baixo Amazonas e seus afluentes, para nelles edificar as pontes, telheiros e edificios que julgar necessarios ao abrigo dos passageiros, acondicionamento, embarque e desembarque dos generos que transportar, devendo a extensão de taes terrenos ser regulada pelo governo imperial.

10.ª A companhia incorrerá na multa de um a dous contos de réis, que será imposta e cobrada pela maneira declarada na condição 9.ª, se faltar a qualquer das condições estipuladas.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1854.

LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERREAZ.

N. 2.

Regulamento expedido pelo governo do Estado de Buenos-Ayres para a navegação do rio Paraná na parte que lhe pertence.

Repartição do governo. — Buenos-Ayres, 24 de Novembro de 1852.

Considerando que a lei da honrada sala de representantes de 18 do mez proximo passado, que declarou livre o commercio e a navegação do rio Paraná para todas as nações, na parte que pertence á provincia de Buenos-Ayres, autorizou o poder executivo a fazer o respectivo regulamento, em virtude do qual deve effectuar-se o dito commercio e navegação:

O governo resolveu e decreta:

Art. 1.º Todos os navios mercantes, qualquer que seja a sua bandeira, procedencia e tonelagem, poderão navegar livremente as aguas do Paraná, sem serem sujeitos a visitas, estadias, nem arribadas forçadas, e sem que a título de transito possam ser onerados com imposto algum, direitos ou alcavalas por parte da provincia.

Art. 2.º Será permitido aos navios mercantes de que trata o artigo anterior, procedentes de portos estrangeiros, que se dirijão com carregamentos ás costas da provincia no Paraná, arribar a qualquer dos portos da provincia por accidente, porém só poderão dar a sua entrada nos portos do dito rio pertencentes a ella, que forem habilitados para o commercio exterior, onde serão admittidos á carga e descarga, preenchendo as mesmas formalidades e pagando os mesmos direitos de porto e de alfandega que se cobrão no porto e alfandega de Buenos-Ayres.

Art. 3.º Os navios estrangeiros que naveguem o Paraná, só poderão entrar e sair pelo canal principal do Paraná Quazú, quer os ditos navios se dirijão a portos da provincia, ou a portos das provincias argentinas e nações estrangeiras, situadas mais acima do rio, quer procedão destes: ficando o Paraná de las Palmas e outros rios menores reservados exclusivamente para a navegação de cabotagem.

Art. 4.º Os navios estrangeiros que passem de cento e vinte toneladas poderão tomar na alfandega de Buenos-Ayres mercadorias despachadas para o consumo, com direcção a portos da provincia no Paraná, e tomar carga de retorno nos portos habilitados para a cabotagem.

Art. 5.º Os navios estrangeiros de que trata o artigo anterior, poderão igualmente tomar mercadorias em transito na alfandega de Buenos-Ayres para conduzi-las por via do Paraná, porém pelo que toca á provincia só poderão descarregal-as nos portos de deposito que ella tenha no dito rio.

Art. 6.º Quando um navio estrangeiro sair do porto de Buenos Ayres conduzindo mercadorias despachadas ou em transito com direcção ás provincias argentinas ou nações estrangeiras situadas mais acima do rio, poderá fazel-o sem sujeitar-se a mais formalidades do que as exigidas em iguaes casos dos navios nacionaes na alfandega de Buenos-Ayres.

Art. 7.º Declara-se o porto de S. Nicolas dos Arroios no Paraná, portio maior de transito e de deposito habilitado para o commercio estrangeiro.

Art. 8.º O presente decreto regulamentar será submittido á sala dos representantes para sua approvação, pondo-se em execução logo que pelo ministerio da fazenda se expeça o decreto

respectivo estabelecendo no porto de S. Nicolas dos Arroyos as repartições que forem necessarias para a arrecadação das rendas e vigilancia do porto.

Art. 9.º Communique-se, publique-se e remetta-se para o registro official.

ALSINA.

Bartolomeo Mitre.

N. 3.

Lei do Estado de Buenos-Ayres approvando aquelle Regulamento.

Buenos-Ayres, 2 de Setembro de 1854.

O senado e comara de representantes do Estado de Buenos-Ayres reunidos em assembléa geral, sancionarão com força de Lei o seguinte:

Art. 1.º Approva-se o decreto expedido pelo poder executivo com data de 24 de Novembro de 1852 regularisando a navegação do Paraná na parte que pertence ao Estado de Buenos-Ayres;

Art. 2.º Communique-se ao poder executivo.

MANUEL MARIA ESCALADA.

JOSÉ MARIA GUTIERRES, secretario.

N. 4.

Decreto que estabelece as garantias e seguranças de que devem gozar em suas pessoas e interesses os estrangeiros residentes no territorio da Republica do Paraguay.

Assumpção, 20 de Maio de 1845.

O supremo governo da Republica:

Considerando que convém promover e cultivar a amizade, boa intelligencia e harmonia com as potencias estrangeiras, e que para este fim é necessario instruir as autoridades do paiz do systema que segue, e fará observar para protecção dos subditos estrangeiros, em virtude e em conformidade das leis fundamentais do estado, e de seus principios politicos e commerciaes, decreta que se observem pontualmente as disposições seguintes:

Art. 1.º O supremo governo da republica manterá como principio geral e inalteravel em suas relações politicas com as potencias estrangeiras uma perfeita e absoluta igualdade; de modo que em identidade de caso e de circumstancias não concederá a uma nação, privilegios, franquezas nem vantagens algumas, que não sejam concedidas a outras.

Art. 2.º Por consequente todo e qualquer estrangeiro poderá vir aos portos da republica abertos ao commercio estrangeiro, e praticar todas as suas transacções com inteira liberdade.

Art. 3.º Enquanto o governo considera subsistentes as circumstancias que o obrigarão a habilitar os ditos portos para os estrangeiros, não poderão estes internar-se em outros lugares sem uma licença especial do mesmo governo.

Art. 4.º Todo o estrangeiro durante a sua permanencia na republica gozará da mais completa liberdade no seu commercio, e no exercicio de sua industria; sua pessoa gozará igualmente da mais completa protecção e segurança, uma vez que respeite as autoridades e leis do Estado.

Art. 5.º Todo o estrangeiro fica isento do serviço militar forçado de mar ou de terra, de exações ou requisições militares, de contribuições extraordinarias, e só pagará as ordinarias estabelecidas para os nacionaes, com a pequena differença que marca a lei entre nacionaes e estrangeiros.

Art. 6.º Nenhum estrangeiro será perseguido ou molestado por motivos de religião, uma vez que o seu culto especial não seja publico, e se respeite a do estado, seus ministros, seus usos e costumes publicos.

Art. 7.º Os estrangeiros não são obrigados a commetter seus negocios a pessoa alguma, ou a corretores: gozão a este respeito das mesmas garantias que os nacionaes.

Art. 8.º Os capitães, effeitos, e bens de qualquer classe dos estrangeiros residentes no territorio da republica, quer estejam confiados ao Estado, quer a particulares, serão respeitadas e inviolaveis em tempo de paz ou de guerra.

Art. 9.º De conformidade com o principio reconhecido no artigo anterior no caso de algum rompimento entre a republica e alguma nação estrangeira, os subditos ou cidadãos desta, residentes nos dominios da republica poderão permanecer nelles, e continuar sem interrupção o seu commercio e industria, conduzindo-se com a devida fidelidade e não violando de modo algum as leis e disposições vigentes.

Art. 10.º Pela exportação dos productos da republica não pagará imposto algum superior ao que pagarem os nacionaes.

Art. 11.º O supremo governo da republica pôde fazer sair della, tanto no tempo de paz como no de guerra, todo o estrangeiro que pelo seu máo comportamento der lugar a esta medida, devendo conceder-se-lhe um prazo sufficiente para regular seus negocios.

Art. 12.º Todo o estrangeiro residente na republica tem o direito de dispôr de sua propriedade, por testamento, ou por qualquer forma que tenha por conveniente.

Art. 13.º No caso de fallecer algum estrangeiro no territorio da republica sem haver feito testamento, seus bens serão conservados na forma ordenada no artigo seguinte para serem entregues a seus herdeiros *ab intestato*, ou a seus credores, se apparecerem.

Art. 14.º No caso do artigo anterior, isto é, do fallecimento de algum estrangeiro sem testamento, o juiz de seu districto com a assistencia de dous individuos honrados da mesma nação do fallecido, e na falta destes, com dous vizinhos, procederá com a possível brevidade a formar o inventario de todos os bens que houver deixado, e pondo-os em segurança, dará conta ao governo com o inventario, para que proveja ao deposito, conforme o permitta a natureza dos bens.

Art. 15.º Logo em seguida se annunciará pela imprensa o dito fallecimento *ab intestato* para conhecimento dos interessados. Se algum se apresentar como herdeiro ou credor, será ouvido segundo os tramites do direito.

Art. 16.º Não apparecendo interessados, ou se os processos se demorarem, de sorte que os bens possam deteriorar-se, se venderão em hasta publica, e seu producto ficará a cargo do thesoureiro e collecter geral.

Art. 17.º No caso dos interessados não se habilitarem legalmente, ou não appareção por espaço de dous annos da data da publicação ordenada no precedente artigo 15.º, decorrido este prazo será adjudicado ao thesouro nacional.

Art. 18.º Os bens que forem entregues a estrangeiros descendentes ou ascendentes legitimos de estrangeiros, que fallecerem com testamento ou sem elle, pagarão no acto da entrega o imposto de cinco por cento. Quando for entregue a quaesquer outros estrangeiros herdeiros que não sejam descendentes, ou ascendentes, quer em virtude de testamento, ou de heranças intestadas, pagarão dez por cento.

E para que chegue a noticia de todos, publique-se na forma do estylo, e dê-se ao registro nacional.

CARLOS ANTONIO LOPEZ.

ANDRÉS GILL, secretario do supremo governo.

N. 5.

Decreto da Republica do Paraguay excluindo os navios de guerra estrangeiros da navegação dos rios da mesma Republica.

Viva a Republica do Paraguay!

O presidente da Republica, considerando que a abertura dos rios desta Republica á bandeira mercante das nações a que se refere a lei de 20 de Maio de 1845, e que posteriormente foi estipulada no tratado de 15 de Julho de 1852, com a Confederação Argentina, e nos de 4 de Março de 1853 com a Inglaterra, França, Sardenha e Estados Unidos, assenta sob a base geral de prosperar o commercio interior e costeiro da nossa Republica, sem que este principio possa estender-se a especulações que, longe de serem mercantis, são puramente bellicas e assustadoras:

Considerando que os rios do interior da Republica são conhecidos quanto pôde ser necessario, e que não convém, particularmente nas presentes circumstancias, que navios de guerra estrangeiros sulquem os rios do Paraguay e seus afluentes:

Resolve e decreta:

Art. 1.º Da navegação dos rios da Republica são excluidos os navios de guerra estrangeiros.

Art. 2.º A exploração dos rios do Alto Paraguay, ou comprehendão o territorio da Republica, ou o de outros Estados limitrophes, não se fará pelo fluvial do Baixo Paraguay enquanto estiver pendente a demarcação de fronteiras com as potencias conterraneas — Brasil e Bolivia.

Communique-se aos governos signatarios dos ditos tratados, e publique-se no *Semanario de Arispa*.

Assumpção, capital da Republica do Paraguay, aos 3 de Outubro de 1854. 42.º da independencia nacional.

CARLOS ANTONIO LOPEZ.

José Falcon.

N. 6.

Decreto do presidente da republica do Paraguay explicando e declarando o de 3 de Outubro de 1854, que prohibio aos navios de guerra estrangeiros entrar nos rios da mesma republica sem previa licença do governo.

Assumpção, 22 de Março de 1855.

Viva a republica do Paraguay!

O presidente da republica:

Desejando evitar que ao Decreto de 3 de Outubro de 1854, que prohibe aos navios de guerra estrangeiros entrar nas aguas da republica, sem previa licença, se dê uma extensão impropria, julgou-se conveniente precisar aquelle Decreto, limitando-se aos termos que o supremo governo teve em vista, que foi impedir que o seu territorio fosse violado pela força, ou que se abusasse desta no porto: e para este fim se expedia a seguinte declaração:

Art.º 1.º O artigo primeiro do Decreto de 3 de Outubro de 1854, que prohibe aos navios de guerra estrangeiros entrar nos rios da republica, sem prévia licença do governo, não é extensivo aos vapores de guerra estrangeiros que as potencias, que tem tratados de commercio com a republica e agentes diplomaticos ou consulares na capital, mandem ao porto da Assumpção para serviço de sua correspondencia, ou transporte de algum agente diplomatico.

Art.º 2.º Recommenda-se que todo o vapor de guerra que, em conformidade do artigo precedente, entrar nas aguas da republica, dê fundo em frente ao commando da policia fluvial da bocca do rio Paraguay, e participe qual a sua nacionalidade e o objecto da sua vinda á capital.

Art.º 3.º Communique-se esta disposição pelo ministerio dos negocios estrangeiros da republica, aos governos signatarios dos ditos tratados, e publique-se no *Semanario de Arisos*.

CARLOS ANTONIO LOPEZ.

ANNEXO I.

**Explicações dadas aos governos de Buenos-Ayres
e da Confederação Argentina
sobre o fim e objecto da expedição enviada pelo
governo imperial á Republica do Paraguay.**

N. 1.

Explicações dadas ao governo do Estado de Buenos-Ayres pela legação do Brasil naquelle Estado sobre o fim e objecto da missão e expedição brasileira mandada á republica do Paraguay.

Nota do governo de Buenos-Ayres á legação do Brasil.

Ministerio de governo e relações exteriores. — Buenos-Ayres, 27 de Dezembro de 1854.

O governo do Estado autorizou ao abaixo assignado para dirigir-se á V. Ex.^a, como tem a honra de fazê-lo, manifestando-lhe que ha tempos a voz publica fez chegar ao seu conhecimento que uma expedição naval do imperio do Brasil, deve subir o Paraná até o Paraguay, a cujo respeito teve o governo algumas informações confidenciaes de V. Ex.^a

Foi recebida uma nota em que a capitania do porto expõe que o chefe de esquadra do Brasil nestas aguas lhe participa haver fretado alguns navios nacionaes para transportes no rio e seus afluentes, em consequencia do que sollicitava para elles as correspondentes isenções tanto pelo que toca á navegação como ao despacho.

Os deveres que impõe ao governo do Estado a neutralidade da sua bandeira nas questões entre nações amigas, bem como as leis do Estado relativas á navegação interior dos rios, obrigão o governo a sollicitar a V. Ex.^a se sirva transmittir-lhe os informações que julgue convenientes para que possa o mesmo governo resolver sobre este incidente com conhecimento de causa.

Com este motivo o abaixo assignado renova a V. Ex.^a as distinctas seguranças de seu maior apreço e consideração.

IRENEU PORTELA.

A S. Ex.^a o Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

N. 2.

Nota da legação do Brasil em Buenos-Ayres ao governo do mesmo estado.

Legação do Imperio do Brasil. — Buenos-Ayres, 13 de Janeiro de 1855.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador do Brasil, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Confederação Argentina, teve a honra de receber a nota que lhe dirigio S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores do Estado de Buenos-Ayres com data de 27 de Dezembro ultimo, exigindo informações acerca da expedição naval do imperio do Brasil, que se dirige ao Paraguay, e acerca da participação que o chefe de esquadra commandante em chefe das forças brasileiras no Rio da Prata fez á capitania do porto de Buenos-Ayres de que tinha fretado algumas embarcações argentinas para serviço de transportes da esquadra imperial.

O abaixo assignado não respondeu anteriormente á citada nota porque necessitava para isso de algumas informações que ultimamente lhe foram ministradas.

Emquanto pois á primeira parte da indicada nota do 27 de Dezembro, parece ao abaixo assignado que, nas explicações dadas ao governo do Estado de Buenos-Ayres, e a que S. Ex.^a faz referência, não poderá o mesmo governo deixar de ver mais um facto característico da lealdade e justiça da politica do Brasil, assim como da deferencia, consideração e benevolencia do governo imperial para com o governo, de que faz parte S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores.

Emquanto, porém, á segunda parte da nota a que se responde, tem o abaixo assignado de levar ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. ministro que o commandante em chefe da esquadra, na participação endereçada ao capitão do porto de Buenos-Ayres, não fez mais do que accommodar-se aos usos e estylos dos portos de Buenos-Ayres e Montevideo, dos quaes usos e estylos o Sr. chefe de esquadra tem cabal conhecimento por haver já commandado durante alguns annos as forças imperiaes estacionadas no Rio da Prata.

Estas participações tem unicamente por fim fazer constar ás autoridades locais dos portos que certas embarcações, até então empregadas no commercio, passam a ser empregadas no serviço da esquadra, e isto para os fins que são consentaneos com os estylos do paiz, e com os principios de direito das gentes, estylos e principios com as quaes está persuadido o abaixo assignado que o governo do Estado de Buenos-Ayres não deixará de conformar-se.

Mas como parece temer o governo do Estado de Buenos-Ayres que o procedimento dos agentes brasileiros importe alguma quebra da neutralidade, que o mesmo governo deseja guardar nas questões pendentes entre o imperio do Brasil e a republica do Paraguay, toma o mesmo abaixo assignado a liberdade de observar que não ha declaração de guerra nem rompimento de hostilidades, e que as explicações dadas ao Ex.^{ma} Sr. governador, e a S. Ex.^a o Sr. ministro pelo mesmo abaixo assignado, devem ter feito conhecer como são pacíficas as intenções do governo de S. M. o Imperador do Brasil para com o governo da republica do Paraguay.

Isto posto, o abaixo assignado se persuade de que tem dado as informações exigidas pela nota a que acaba de ter a honra de responder.

O abaixo assignado aproveita-se da occasião para reiterar os votos da elevada consideração e respeito que tributa á pessoa de S. Ex.^a o Sr. ministro.

RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES.

A S. Ex.^a o Sr. Ireneu Portela.

N. 3.

Nota do governo de Buenos-Ayres á legação do Brasil no mesmo Estado.

Ministerio de governo e relações exteriores.—Buenos-Ayres, 27 de Janeiro de 1855.

O abaixo assignado teve a honra de levar ao conhecimento do seu governo a nota de V. Ex.^a datada de 13 do corrente, em que accusa o recebimento da do mesmo abaixo assignado de 27 de Dezembro proximo passado, exigindo algumas informações acerca da expedição naval que o imperio envia ao Paraguay, e da participação que á capitania do porto dirigio o chefe de esquadra do Brasil por ter fretado alguns navios mercantes para o serviço de transportes da expedição, para os quaes solicitava certas isenções.

V. Ex.^a responde nessa nota, quanto á primeira parte da do abaixo assignado, que creê que nas explicações, dadas ao governo por V. Ex.^a, não poderá este deixar de ver um facto característico da lealdade e justiça da politica do Brasil, assim como da consideração e benevolencia do governo imperial para com o do Estado.

E quanto á segunda, que o chefe da esquadra de S. M. não fez mais do que accommodar-se aos usos e estylos diplomaticos dos portos de Buenos-Ayres e Montevideo; e que aquella participação tem unicamente por fim fazer constar ás autoridades locais do porto

as embarcações que se havia fretado para os fins que são consentaneos com os estylos e usos do paiz e com os principios do direito das gentes.

Por ultimo que este procedimento não importa para o governo de Buenos-Ayres quebra da neutralidade, visto que V. Ex.^a declara terminantemente que não ha declaração de guerra nem rompimento de hostilidades, e que as explicações dadas por V. Ex.^a ao governo devem ter feito conhecer que as intenções do imperio para com a republica do Paraguay são pacificas.

O governo do Estado, inteirado desta nota de V. Ex.^a, não pôde deixar de apreciar altamente as declarações com que V. Ex.^a a termina, e que revela as intenções pacificas do imperio do Brasil para com a republica do Paraguay, e nada mais restava para encerrar-se esta correspondencia, do que significar a V. Ex.^a seus desejos e esperanças de que, quaesquer que sejam as differenças que possam existir entre ambos os paizes, terminarião honrosa e amigavelmente, se um facto que acaba de ter lugar e que affecta os direitos e soberania do Estado de Buenos-Ayres, não collocasse o governo no indeclinavel dever de fazer a V. Ex.^a as seguintes observações.

O governo recebeu parte official de que na noite de 25 se internou pelo Paraná e fundeu proximo ás illas denominadas *Das Hermanas* um comboio de nove transportes brasileiros, protegido por um brigue-escuna de guerra; e que hontem se encaminhavão em igual direcção mais tres barcos de guerra tambem brasileiros.

Outorgada a navegação do Paraná só aos navios mercantes, segundo terá V. Ex.^a observado pela lei de 18 de Outubro de 1852, decreto regulamentar de 24 de Novembro do mesmo anno, approvedo pela honrada assembleia geral em 2 de Setembro ultimo, o governo nunca esteve, nem está disposto a abandonar seus direitos de soberania do territorio fluvial do Estado, os quaes aliás tem sido reconhecidos, entre outras, por uma das primeiras nações: porquanto o primeiro navio de guerra inglez que penetrou no dito rio, depois de declarada livre a sua navegação aos navios mercantes, fê-lo com previo consentimento do governo, concedido a pedido do Ex.^{mo} Sr. ministro plenipotenciario, cavalleiro Sir Charles Hotham.

Se posteriormente annuo o governo que se internassem no Paraná navios de guerra de nações amigas, sem ter concedido antes seu beneplacito, como dono de uma grande parte desse rio, fê-lo não só pela amizade e consideração que o animão para com as nações amigas, senão tambem porque a entrada de um ou outro navio de guerra estrangeiro, com fins innocentes e pacificos, não era por elle considerada como um desconhecimento de seus direitos perfectos ao rio Paraná desde sua embocadura até onde termina o territorio da Estado por essa parte.

No presente caso porém, tendo-se já internado no Paraná uma parte da força naval do imperio nestas agguas, sem solicitar previamente o consentimento para a sua passagem pelo nosso territorio fluvial, o governo erê por este acto que tacitamente se desconheceu seus direitos de perfeita soberania naquella parte de seu territorio, segundo está sancionado por leis do paiz, de que V. Ex.^a tem conhecimento.

Posto que, á vista das declarações de V. Ex.^a quanto aos sentimentos pacificos que animão ao governo de S. M. para com a republica do Paraguay, deva persuadir-se o governo do Estado, que não levão fim algum hostil os mencionados navios de guerra internados no Paraná, e esta circumstancia induza o governo a encerrar este desconhecimento tacito de seu dominio territorial debaixo de um ponto de vista menos grave, não pôde, em guarda de seus direitos perfectos de soberania naquella parte de seu territorio, deixar passar em silencio este acontecimento; e é por este motivo, e para não deixar estabelecidos precedentes que possam ser invocados no futuro pelo mesmo imperio, ou por qualquer outra nação, que o governo faz a V. Ex.^a as observações contidas nesta nota, em desempenho dos seus deveres.

O abaixo assignado aproveita esta nova occasião para reiterar a V. Ex.^a as seguranças de sua perfeita estima e consideração.

IRENEU PORTELA.

A S. Ex.^a o Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

N. 4.

Nota da legação do Brasil em Buenos-Ayres ao governo do mesmo Estado.

Legação imperial do Brasil na Confederação Argentina, 3 de Fevereiro de 1855.

Ao abaixo assignado, encarregado dos negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, cabe a honra de accusar a recepção da nota de S. Ex.^a o Sr. Dr. D. Ireneu Portela, ministro de relações exteriores do Estado de Buenos-Ayres, datada de 27 de Janeiro proximo passado, na qual, depois de ter-se dignado significar que o Ex.^{mo} Governo, de que S. Ex.^a o Sr. ministro faz parte, não pôde deixar de altamente apreciar as declarações contidas na nota desta legação de 13 do referido mez, as quaes confirmão as que anteriormente tinham sido feitas, tendentes a explicar as intenções pacificas do governo imperial para com o Paraguay, e o fim igualmente pacifico da divisão naval que se destina áquella Republica. diz S. Ex.^a o Sr. ministro que tendo entrado no Paraná essas forças do Brasil sem previo consentimento do governo do Estado, se vê no inderclinavel dever de fazer, como com effeito faz, algumas observações a esse respeito.

S. Ex.^a assevera que varios vasos de guerra de nações estrangeiras tem entrado no Paraná sem restricção alguma por ser innocente e pacifico o seu fim, e pertencerem a potencias amigas do Estado de Buenos-Ayres. Ao abaixo assignado não parece que se possa com razão estabelecer uma distincção entre esses vasos de guerra e os que compoem a divisão nacional do Imperio, a que S. Ex.^a allude, desde que a respeito da mesma foram dadas por esta legação, e devidamente apreciadas pelo Ex.^{mo} Governo, as mais francas e boas explicações, e desde que felizmente existem as melhores e mais cordões relações de sincera amizade e benevolencia entre o Imperio e este Estado. Entretanto o abaixo assignado levará ao conhecimento do governo de S. M. o Imperador, seu Augusto Soberano, o teor da supramencionada nota de S. Ex.^a o Sr. ministro.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex.^a a segurança da sua distincta consideração e particular apreço.

A S. Ex.^a o Sr. Dr. D. Ireneu Portela.

CESAR SAUVAN VIANNA DE LIMA.

N. 5.

Nota da legação imperial em Buenos-Ayres ao governo do mesmo Estado.

Legação imperial do Brasil. — Buenos-Ayres, 23 de Março de 1855.

O abaixo assignado, encarregado dos negocios interino de S. M. o Imperador do Brasil, tem a honra de levar ao conhecimento do seu governo a nota datada de 27 de Janeiro ultimo, que S. Ex.^a o Sr. Dr. D. Ireneu Portela, ministro das relações exteriores, dirigio a esta legação, respondendo ás explicações por ella dadas em data de 13 do dito mez, relativamente á expedição naval do Imperio, e á communicação que o respectivo chefe dirigira ao capitão do porto de Buenos-Ayres por ter fretado alguns navios mercantes para servirem de transportes a mesma expedição.

Havendo o governo de Buenos-Ayres, segundo a declaração do Sr. Portela, julgado satisfatorias as explicações com que o antecessor do abaixo assignado procurou desvanecer os

rescrupulos manifestados pelo mesmo Sr. Portela ácerca do facto da communicacão acima alludida do fretamento de alguns navios mercantes, o abaixo assignado, em cumprimento das ordens do seu governo, limitar-se-ha a considerar a segunda parte da nota do Sr. ministro das relações exteriores.

Diz S. Ex.^a que no facto de ter a expedição naval do Imperio subido o Paraná sem previa permissão do governo de Buenos-Ayres, enxerga este um desconhecimento tacito dos seus direitos de perfeita soberania sobre a parte daquelle rio que pertence ao Estado de Buenos-Ayres.

A lei de 18 de Outubro de 1852, e o decreto regulamentar de 24 de Novembro do mesmo anno, acrescenta S. Ex.^a, outorgarão a livre navegacão aos navios mercantes. Os precedentes de navios de guerra estrangeiros que usarão dessa franqueza sem previo consentimento, não constituem direito, forão tolerados pelos sentimentos de amizade e consideracão em que abunda o governo de Buenos-Ayres para com as nações amigas, e porque tratava-se então de um ou outro navio de guerra que em suas viagens tinham fins innocentes e pacíficos.

No mesmo caso não está, segundo declara a nota de S. Ex.^a o Sr. Portela, a expedição do Imperio, conquanto o governo de Buenos-Ayres deva suppô-la sem designios hostis á república do Paraguay, attentas as declarações feitas pela legação imperial. Esta circumstancia apenas induz o governo de Buenos-Ayres a encarar esse desconhecimento tacito do seu dominio territorial debaixo de um ponto de vista menos grave.

Termina o Sr. Portela, declarando que as observações contidas em sua nota de 27 de Janeiro tem unicamente por fim, em guarda dos direitos do seu paiz, assignalar um acontecimento que pôde no futuro ser invocado como precedente pelo mesmo Imperio, ou por alguma outra potencia.

O abaixo assignado teve ordem para responder ao Sr. ministro das relações exteriores que são injustas, em relação ao Imperio do Brasil, as apprehensões que S. Ex.^a manifesta em a nota dirigida a esta legação.

O governo de Buenos-Ayres, melhor do que qualquer outro, deve conhecer o respeito do governo imperial aos direitos de soberania das demais nações. O governo imperial se compraz em acreditar que ainda está vivo na memoria dos governos e povos argentinos o seu leal e generoso procedimento na alliança contra o ex-dictador Rosas.

Nunca pretendeu, nem pretende hoje que seus vizinhos lhe fação concessões, que não sejam communs ás outras nações, ou se não fundem em justa e effectiva reciprocidade. Mas por isso mesmo tem direito a esperar que se lhe não recuse aquillo que a todos em geral se tem permitido.

A lei de 18 de Outubro de 1852, promulgada pelo governo de Buenos-Ayres, não exceptua expressamente da livre navegacão que ella outorgara aos navios de guerra, e segundo os estylos das nações civilizadas, a falta de prohibição nestes casos deve entender-se como um consentimento tacito, visto como o principio de protecção que os navios de guerra prestão aos de commercio, autorisa por si a entrada daquelles em todos os lugares em que entrarem estes.

Além disto, S. Ex.^a o Sr. Portela reconhece, e menciona que navios de guerra estrangeiros tem subido e descido o Paraná sem previa e especial licença do governo de Buenos-Ayres.

E' certo que o Sr. ministro procura na sua nota explicar estes factos, e o abaixo assignado não se propoe contestar estas explicações, mas apenas observará que o governo imperial tinha motivos para persuadir-se que era conforme ás intenções e actos do governo de Buenos-Ayres o procedimento contra que ora se reclama.

Contudo o governo imperial está muito longe de querer suscitar difficuldades ao governo de Buenos-Ayres no exercicio de qualquer direito de soberania nos rios que lhe pertencem, e por isso não pretende reclamar para si favores de navegacão que não sejam concedidos a outras nações em igualdade de circumstancias.

O abaixo assignado porém pede licença para dizer a S. Ex.^a o Sr. Portela que se alguma nação tem para com os Estados Argentinos titulos especiaes á livre navegacão do Paraná por navios de guerra, seguramente essa nação é o Imperio do Brasil. Fallão em seu favor a qualidade de ribeirinho, e as estipulações dos artigos 14 e 18 das memoraveis convenções que celebrára com os Estados de Entré-Rios e de Corrientes, em 29 de Maio e 21 de Novembro de 1851.

Estas convenções, permitindo a livre navegacão do Paraná e dos mais affluentes do Rio da Prata, na parte em que os Estados alliados são ribeirinhos, ás suas embarcações, não fizerão

distinção alguma entre embarcações de guerra e de commercio, accrescendo que o objecto e os fins da alliança devião tornar necessaria a presença de embarcações de guerra naquelles rios, aonde com effeito ellas tiverão de entrar.

O governo imperial acredita que o de Buenos-Ayres não desconhecerá o direito que aquellas estipulações derão ao Brasil, que á qualidade de ribeirinho reunia então a de alliado, e que por sua parte cumprio religiosamente os encargos dessa alliança.

Fundado nesse direito, e certo dos precedentes a que se referio o Sr. Portela, o governo imperial poderia julgar-se dispensado de declarar ao de Buenos-Ayres o objecto da missão commettida ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, e de prevent-lo a respeito do destino da expedição naval sob o commando em chefe do mesmo general. Sabe porém o Sr. Portela que mui diverso foi o procedimento do governo imperial, cuja franqueza, deferencia e amizade para com os outros Estados vizinhos e amigos não podião em taes circumstancias manifestar-se de um modo mais positivo.

A legação imperial declarou ao governo de Buenos-Ayres o objecto honroso e pacifico da missão do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, e os invariaveis sentimentos de paz que dictarão as instrucções dadas a este agente para solver pacificamente as questões pendentes entre o Imperio e a Republica do Paraguay.

Militando a respeito do Imperio as circumstancias especiaes que o abaixo assignado teve a honra de recordar a S. Ex.^a o Sr. Portela, e havendo precedido ao movimento da expedição imperial pelas aguas do Paraná as explicações confidenciaes acima alludidas, causarão a mais sensível sorpresa ao governo imperial os conceitos da nota do Sr. Portela.

As intenções do governo imperial relativamente á Republica do Paraguay são tão amigaveis e pacificas hoje, quanto o forão sempre, como a legação imperial o disse e repete. Se, porém, o que não é de esperar, o governo do Paraguay, olvidando-se de suas antigas e estreitas relações com o Imperio, desconhecendo os direitos perfectos deste, accendesse a guerra entre os dous paizes, ainda hontem alliados e amigos, nem uma quebra de neutralidade haveria da parte do governo de Buenos-Ayres no facto que faz o objecto principal da nota de S. Ex.^a o Sr. Portela.

O governo de Buenos-Ayres procedeu para com o Brasil do mesmo modo que havia procedido para com o Paraguay. O vapor de guerra « Taquary », pertencente áquella Republica, subiu o Paraná sem que encontrasse mais obstaculo que os vasos de guerra brasileiros. Segunda a voz publica, esse vapor conduziu grande porção de armamento, e o governo do Paraguay ainda recentemente conseguiu prover-se de munições de guerra neste paiz, e nelle tem alistado voluntarios para o seu exercito e flotilha.

O governo de Buenos-Ayres deve reconhecer que nestas circumstancias o Imperio não podia apresentar-se desarmado nas aguas do Paraná, nem deixar as suas fronteiras de Matto Grosso expostas ao damno que lhe podem causar actos hostis praticados pelo governo do Paraguay.

O governo imperial não se apresentou armado para intimidar ou ameaçar, mas unicamente para defender-se.

O governo imperial confia que as observações da presente nota serão acollidas pelo governo de Buenos-Ayres com o mesmo espirito de justiça, moderação e amizade, que as dictou, e guiará sempre as relações do Imperio com os Estados vizinhos, podendo o abaixo assignado asseverar a S. Ex.^a o Sr. Portela, ministro das relações exteriores do Estado de Buenos Ayres, que o governo de S. M. o Imperador não tem a intenção de offender, antes respeitara como deve, e é do seu interesse, os direitos de perfeita soberania sobre a parte do rio Paraná que pertence ao Estado de Buenos-Ayres.

O abaixo assignado aproveita-se da occasião para reiterar a S. Ex.^a o Sr. Portela as seguranças de sua perfeita estima e distincta consideração.

CESAR SALVAY VIANNA DE LIMA.

A S. Ex.^a o Sr. D. Ireneu Portela.

Explicações dadas ao governo da Confederação Argentina pelo ministro brasileiro junto della acreditado, sobre o fim e objecto da expedição enviada pelo governo imperial á Republica do Paraguay.

N. 6.

Officio da Legação Brasileira na Confederação Argentina ao governo Imperial.

Legação do imperio do Brasil na Confederação Argentina.—Buenos-Ayres, 12 de Janeiro de 1855.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—No dia 3 do corrente mez de Janeiro sahi do porto de Buenos-Ayres a bordo do *Magé* com destino ao porto da cidade do Paraná. Chegado ao meu destino em o dia 6. sollicitei immediatamente uma conferencia com o ministro de relações exteriores da Confederação Argentina D. João Maria Gutierrez.

Teve lugar a conferencia no dia 7, e nella dei ao governo da Confederação na pessoa do seu ministro as explicações que V. Ex.^a, por despacho reservado de 10 de Dezembro ultimo, me determinou que dêsse ao dito governo, e que são relativas á expedição que o governo imperial envia ao Paraguay. Estas explicações foram ouvidas com todas as demonstrações de reconhecimento pelo proceder franco e leal do governo do Brasil; e o Sr. Gutierrez, resumindo o pensamento do governo argentino ácerca do importante assumpto de que se tratava, me disse que os motivos por que obra o governo do Brasil estão plenamente justificados; que o imperio, nos meios de que lança mão, está no seu direito; que o governo da Confederação deseja e se persuade de que o governo do Paraguay virá a ajustes razoaveis, e decorosos para ambos os paizes sem rompimento de hostilidades; que, no caso de que haja guerra, ou em outra qualquer emergencia na qual possa convir a mediação de um governo amigo, o governo da Confederação Argentina se fará um prazer e uma honra em prestar os bons officios que estejam ao seu alcance: e que entretanto a esquadra brasileira pôde contar com todos os auxilios, que são compatíveis com a neutralidade. Acrescentou o Sr. Gutierrez que me autorizava a levar officialmente esta resposta ao conhecimento do governo imperial: e agradecendo eu a S. Ex.^a tanto a resposta que havia dado ás explicações, como esta autorização, dei por concluida a conferencia.

Terminada assim a commissão, de que V. Ex.^a me havia encarregado, sahi do porto do Paraná em do que rege, e cheguei aqui hontem das duas para as tres horas da tarde.

Deos guarde a V. Ex.^a

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Visconde de Abaeté.

RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES.

**Circular dirigida pelo governo da Confederação Argentina
aos agentes diplomaticos acreditados junto della.
Convite para se trasladarem á cidade do Paraná.
Motivos por que foi feito aquelle convite.**

N. 7.

Nota do governo da Confederação Argentina á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores. — Paraná, 30 de Janeiro de 1855.

O governo da Confederação Argentina junto ao qual está V. Ex.^a dignamente acreditado, organizado já em seus diversos ramos, e residindo na capital que lhe designou a lei, começa a desempenhar as suas funcções com a vontade e os meios sufficientes para cumprir os compromissos que tem contrahido perante a Confederação e as nações amigas.

Sabe V. Ex.^a quanta importancia dá este mesmo governo ás suas relações com as nações a que se acha ligado por tratados, por uma sincera amizade, ou pelos simples vinculos do direito das gentes, e não quer occultar que um dos elementos com que conta, é a influencia moral que essas mesmas relações podem dar-lhe para a completa reorganisação economica e social em que se acha comprometido seriamente.

O governo da Confederação, reconhecido e devidamente julgado no exterior, tem tido a honra de receber provas não equivocadas da benevolencia e boas disposições das grandes potencias, manifestadas por documentos valiosos e pela nomeação de ministros e de agentes diplomaticos acreditados junto delle, com o que os governos de que estes dependem tem manifestado a intenção e desejos de estreitar e manter a amizade que felizmente os liga com o da Confederação, e de contribuir para todos os objectos que pertencem á acção e intervenção da diplomacia.

E em virtude destas considerações que estou autorizado para dirigir-me a V. Ex.^a afim de chamar ligeiramente a attenção do V. Ex.^a sobre as circumstancias especiais em que poderia muito bem ver-se o governo da Confederação, no caso em que as difficuldades politicas que ameaçam perturbar a paz entre os Estados limitrophes do Imperio do Brasil e da Republica do Paraguay tomassem o caracter e as dimensões a que os expõe, entre outras causas, o consideravel apparatus de força naval e de terra, que, segundo dados officiaes, se prepara a empregar aquella primeira potencia.

Tanto um como outro Estado são completamente independentes, e não existe entre ambos nenhuma outra differença senão aquella que provém da sua importancia, da sua população e antiguidade na ordem de nações independentes. Ambos tem direito a discutir e ajustar os seus interesses e relações, segundo as intenções da sua politica, e o que aconselha a reciproca conveniencia. Porém ao mesmo tempo não se occulta a V. Ex.^a que a situação geographica da Confederação, seus antecedentes, e a previsão da missão que é chamada a desempenhar para o futuro, especialmente para favorecer o progresso da civilisação e da independencia dos Estados americanos que lhe são vizinhos, impõe-lhe a obrigação inderelivel de attender com sollicitude a todo o movimento ou acto, cuja marcha ou desenvolvimento pudesse afastar a Confederação do desempenho daquella missão benefica, na qual nunca empregaria senão o direito, nem outra força senão aquella que lhe dêem as obrigações, cujo cumprimento tivesse direito de reclamar.

São factos de que V. Ex.^a tem conhecimento a occupação do Estado Oriental do Urugua por uma divisão consideravel pertencente ao exercito do Imperio do Brasil, e os preparat

tivos navaes que actualmente se fazem nas aguas do Prata pelo mesmo Imperio com o fim de subir o rio Paraná até a cidade da Assumpção.

Por mais favoravel que seja o conceito de justo e de leal que merece ao governo da Confederação o de S. M. o Imperador D. Pedro II, desmereceria infinitamente ante a opinião, se, na presença daquelles dous factos, não tratasse de manifestar-se avisado sobre as complicações possíveis, que poderá trazer consigo essa attitudo bellica e dominadora por parte de uma nação americana, que tão essencialmente differe em suas formas politicas das demais nações deste continente, circumstancia que unida a outras muitas sublevão temores e inquietações na opinião que nem um governo serio e representativo deve desattender.

Além disto, V. Ex.^a sabe que estes paizes são novos no exercicio de um direito com que ainda os povos não estão familiarisados, e que o Imperio do Brasil ainda não tem querido incorporar á longa lista de suas generosas adopções das boas idéas.

Fallo da livre navegação dos rios da Confederação, em virtude da qual sulcará livremente a esquadra de guerra imperial até onde o desempenho da sua commissão o exigir.

Esta circumstancia, perante essa mesma opinião a que alludí ha pouco, imprime um caracter especial nos factos que immediatamente se preparão entre a Republica do Paraguay e o Imperio, e é natural que o governo que reconhece e sustenta esse principio de livre navegação, trate de proceder de maneira que nunca se possa pôr em duvida a justiça do principio nem os seus beneficios a favor da civilisação e felicidade destes povos.

Desejava pois o governo da Confederação que a honra, de que ao principio fallou, de ver representado junto della ao governo de S. M. o Imperador do Brasil na pessoa benemerita de V. Ex.^a se verificasse nos momentos actuaes, para que o caracter de que V. Ex.^a está revestido, sua reconhecida prudencia e tacto nos negocios publicos, ajudassem a dar maior acerto a algumas deliberações do gabinete argentino, que possão mui bem exigir os factos que de passagem tive a honra de recordar a V. Ex.^a

Concluirei supplicando a V. Ex.^a se sirva trasladar-se por algum tempo para esta capital, em vista das considerações já expostas, e na intelligencia de que assim terá mais uma occasião para manifestar ao governo da Confederação a boa vontade que V. Ex.^a lhe dispensa como meio para cultivar a amizade a que aspira tanto o governo de V. Ex.^a como o da Confederação Argentina.

Tenho a honra de saudar a V. Ex.^a com a maior consideração e apreço, com que sou
De V. Ex.^a attento servidor

JUAN MARIA GUTIERRES.

A S. Ex.^a o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, Rodrigo de Souza da Silva Pontes.



ANNEXO J.

MISSÃO BRASILEIRA NA REPUBLICA DO PARAGUAY

**Apresentação do Sr. Pedro Ferreira de Oliveira,
encarregado daquella missão
ao presidente da Republica.**

**Satisfação do Governo da Republica,
ao de S. M. o Imperador,
pelos passaportes dados ao agente brasileiro
em Assumpção no anno de 1853.**

**Principio de negociações sobre as outras questões
pendentes com o mesmo governo.**

Expedição do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira desde que sahio deste porto até Assumpção. Estado das negociações que fizerão o objecto da sua missão.

N. 1.

Officio do commandante da policia fluvial ao commandante em chefe da esquadra brasileira.

Viva a Republica do Paraguay! — Porto do Cerrito, 20 de Fevereiro de 1855

O abaixo assignado, commandante da policia fluvial da bocca do rio Paraguay, tem a honra de dirigir-se a V. Ex.^a para dizer-lhe que nenhum inconveniente haverá em que V. Ex.^a suba á Assumpção, se, como cre o abaixo assignado, vem á republica em missão pacifica e diplomatica, munido das garantias que o direito das gentes concede a todo o agente diplomatico.

Nesta conformidade, V. Ex.^a se servirá dirigir-se ao ministerio de relações exteriores da republica, fazendo-lhe saber seu caracter, como é costume em taes casos, para cujo fim o abaixo assignado põe á disposição de V. Ex.^a as postas do serviço publico, e não duvida que receberá logo uma resposta satisfactoria daquelle ministerio.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos annos.

FRANCISCO XAVIER GONSALVES.

M.^o e Ex.^o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, etc.

N. 2.

Officio do commandante em chefe da esquadra brasileira ao commandante da navegação fluvial no Cerrito.

Commando em chefe da esquadra Brasileira na bocca do Paraguay, a bordo do vapor "Amazonas," 20 de Fevereiro de 1855.

M.^o Sr. — O abaixo assignado, chefe de esquadra, e commandante em chefe das forças navies do S. M. o Imperador do Brasil no Rio da Prata, e seus affluentes, teve a honra de receber o officio do Sr. Francisco Xavier Gonsalves, commandante da policia fluvial na bocca do rio Paraguay, em que lhe participa que nenhum inconveniente havia em que o abaixo assignado siga á Assumpção, porque cre que o abaixo assignado vem á Republica do Paraguay em missão pacifica e diplomatica, munido das garantias que o direito das gentes concede a todo o agente diplomatico; e que nessa conformidade se sirva dirigir-se ao ministerio de relações exteriores da Republica, fazendo conhecer seu caracter, como é costume fazer-

se em taes casos ; para cujo fim põe á disposição do abaixo assignado as postas do serviço publico : e não duvida que receberá muito prompto uma resposta satisfactoria do ministerio expressado.

O abaixo assignado tem a honra de fazer sciente ao Sr. commandante Gonsalves de que a sua crença é exacta , quando suppõe que a missão do abaixo assignado no Paraguay é pacifica e diplomatica , e que vem munido das garantias necessarias em taes casos ; para cujo fim remette ao Sr. commandante o officio incluso para o Ex.^{ma} Sr. ministro de relações exteriores para que se sirva fazê-lo seguir ao seu destino immediatamente.

O abaixo assignado previne ao Sr. Gonsalves de que aguardará a resposta do Sr. ministro de relações exteriores pelo tempo de seis dias contados de hoje ao meio dia ; findas as quaes , não tendo resposta satisfactoria , continuará a sua viagem até a Assumpção.

Deos guarde a V. S.^a

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

III.^{ma} Sr. Francisco Xavier Gonsalves

N. 3.

Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao ministro de relações exteriores da Republica.

Commando em chefe da esquadra brasileira na bocca do rio Paraguay, a bordo do vapor « Amazonas, » 20 de Fevereiro de 1855.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—O abaixo assignado, chefe de esquadra e commandante em chefe das forças navaes de S. M. o Imperador do Brasil no Rio da Prata e seus affluentes, tem a honra de participar a S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores da Republica do Paraguay, para que se digne levar ao conhecimento do Ex.^{ma} Sr. presidente da mesma Republica, que hoje ás 11 horas e meia da manhã, quando se approximou com a esquadra do seu commando ao porto do Cerrito nas Tres Boccas, recebeu um officio do commandante da policia fluvial do dito porto, no qual lhe participa, que, crendo ser a missão do abaixo assignado pacifica e diplomatica, nenhuma duvida havia em que o abaixo assignado seguisse á Assumpção, munido das garantias, que o direito das gentes concede a todo o agente diplomatico ; e que nesta conformidade se servisse o abaixo assignado dirigir-se a S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores, para cujo fim punha á disposição do abaixo assignado as postas do serviço publico : e que não duvidava de que receberia resposta prompta e satisfactoria.

O abaixo assignado mandou perguntar ao referido commandante, qual o espaço de tempo necessario para ter resposta de S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores ; ao que respondeu, que não seria em menos de quatro dias.

O abaixo assignado, em vista da nenhuma duvida, que ha, de poder seguir até a Assumpção em missão pacifica e diplomatica, resolveu fundear a esquadra do seu commando em frente do porto do Cerrito nas Tres Boccas, e participar a S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores, para que se digne levar ao conhecimento do Ex.^{ma} Sr. presidente da Republica, que S. M. o Imperador do Brasil, augusto soberano do abaixo assignado, dignou-se confiar-lhe plenos poderes para tratar e terminar, se fôr possível, por meios pacificos e honrosos a ambos os governos, as questões pendentes entre o do imperio e o da Republica do Paraguay.

O abaixo assignado, ao fazer esta participação a S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores, tem a satisfação de significar a S. Ex.^a, que se acha animado das mais lisongeiras esperanças de corresponder á confiança, que nelle depositou o seu augusto soberano, satisfazendo aos

sentimentos, que Elle nutre pela conservação da paz e amizade entre o imperio e as nações vizinhas; e por isso querendo o abaixo assignado dar uma prova de taes sentimentos, aguardará no ponto, em que se acha com a esquadra do seu commando, não os quatro dias, que diz o commandante já referido, serem necessarios para receber a resposta desta nota, mas sim seis, contados desde hoje ás doze do dia, findos os quaes seguirá sua marcha até a Assumpção, aonde apresentará seus plenos poderes, se durante a viagem não fôr hostilisada a força do seu commando: no que confia o abaixo assignado, porque assim o exige o bem e os interesses das duas nações.

O abaixo assignado prevalece-se da presente oportunidade para apresentar a S. Ex.^a os seus respeitosaes cumprimentos.

Deos guarde a V. Ex.^a

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. ministro de relações exteriores da Republica do Paraguay.

N. 4.

Nota do ministro das relações exteriores do Paraguay ao commandante em chefe da esquadra brasileira.

Viva a Republica do Paraguay!

Assumpção, 23 de Fevereiro de 1855.

O abaixo assignado, ministro e secretario interino das relações exteriores da Republica do Paraguay, recebeu hontem a nota de V. Ex.^a datada de 20, ao meio dia, na bocca do Rio Paraguay, na qual V. Ex.^a, em consequencia do officio, que lhe dirigio o commandante da policia fluvial no porto do Cerrito, communicando-lhe que, se sua missão era diplomatica e pacifica, fosse servido dirigir-se a este ministerio, na certeza de que obteria prompta e satisfactoria resposta, participa-lhe que contando poder seguir até a Assumpção em missão pacifica, fundeára a esquadra de seu commando em frente do porto do Cerrito, para fazer saber ao governo da republica que S. M. o Imperador do Brasil se dignára confiar-lhe plenos poderes para tratar e terminar, se fôr possível, e por meios pacificos e honrosos a ambos os governos, as questões pendentes entre elles, assegurando V. Ex.^a achar-se animado das mais lisongeiras esperanças de corresponder á confiança de seu augusto soberano, satisfazendo aos sentimentos que Elle nutre pela conservação da paz, e amizade entre o imperio e as nações vizinhas, e que por consequencia esperará não os quatro dias que, segundo diz, lhe havia assegurado o commandante de policia fluvial serem necessarios para receber a resposta, mas sim seis, contados do dia 20 ao meio dia, findos os quaes seguirá sua marcha.

O abaixo assignado levou ao conhecimento do Ex.^{mo} Sr. presidente da republica o conteúdo da nota de V. Ex.^a, e recebeu ordem de S. Ex.^a para communicar-lhe que, tendo e conservando sempre os mais vivos e sinceros desejos de manter inalteraveis as relações de perfeita amizade e cordial intelligencia com o governo de S. M. Imperial, recebeu com a mais viva e lisongeira satisfação os primeiros annuncios de que S. M. o Imperador se dispunha a enviar ao Paraguay um agente diplomatico para ajustar as questões pendentes entre ambos os governos: sua satisfação e esperança porecerão preenchidas quando vio que S. M. o Imperador, na abertura das camaras, assegurava em sua mensagem, que o

incidente que tinha occorrido com seu encarregado de negocios na republica não alteraria a paz entre os dois Estados.

S. Ex.^a o Sr. presidente comprazia-se com esta idéa e esperança, e preparava-se para dar ao enviado de Sua Magestade a mais explicita e solenne prova, de que, como disse na nota de 12 de Agosto de 1853 e mais documentos a ella annexos, da qual até hoje não se teve um só aviso de recepção, nas disposições tomadas para com o ultimo encarregado de negocios no Paraguay, não tinha havido a menor intenção de fazer a mais ligeira offensa ao Brasil, nem attentar contra a dignidade do seu governo, quando lhe chegarão novos annuncios de que o governo do mesmo augusto Imperador preparava uma expedição naval, e reunia um exercito no territorio de Missões, tudo com destino ao Paraguay.

Taes annuncios erão muy próprios para inspirar duvidas e temores: mas S. Ex.^a o Sr. presidente da republica, esperando receber alguma communicação, como era natural e de uso entre todas as nações, persistio em sua confiança de que se chegaria a uma solução pacifica e decorosa das questões pendentes, apesar de saber que no Rio da Prata se reunião forças navaes, e um exercito em S. Borja.

Sem embargo de não receber queixa ou reclamação que pudesse justificar tal armamento, S. Ex.^a o Sr. presidente continuou na mais completa inacção, esperando sempre que essas forças reunidas no Rio da Prata não virião ao Paraguay, senão quando se tivessem esgotado todos os meios pacificos, e se conhecesse que erão inúteis todos os esforços tendentes a uma solução pacifica.

Na opinião do mesmo Sr. presidente, não só era possível, como até muy facil, o accordo das questões pendentes: tanto mais que estava tão sinceramente disposto a qualquer concessão razoavel e decorosa, que só esperava a chegada do agente de S. M. o Imperador para terminar qualquer desintelligencia.

Porém, quando soube que V. Ex.^a entrava no Paraná com uma esquadra imponente, e que o subia do mesmo modo, sem annunciar a sua vinda nem o objecto della, se dissiparão todas as illesões e esperanças, vio com o mais profundo pezar fechada toda a via de communicação amigavel e discussão pacifica: a honra e a dignidade de estado independente lhe impunão o dever e a necessidade de negar-se a toda a communicação e negociação iniciada e continuada de laixio do poder e ameaça da forza: semelhante fórma em uma missão diplomatica, quando lhe não precede reclamação alguma, a que o Paraguay tivesse desattendido, é insolita, injuriosa, offensiva e humilhante sem necessidade.

S. Ex.^a o Sr. presidente da republica se achava perfeita e sinceramente disposto a receber a V. Ex.^a ou a qualquer outro que S. M. o Imperador houvesse por bem enviar ao Paraguay para o ajuste dos negocios pendentes, desde que se apresentasse na fórma e termos de que usão todas as nações: porém, á vista dessa attitude hostil que tomou o governo de S. M. o Imperador, desse apparato bellico e essas intimações peremptorias com que V. Ex.^a annuncia a sua missão, a honra e a susceptibilidade do povo paraguayo não lhe permittem receber a V. Ex.^a no character diplomatico.

Supposto que com o simples apresto e armamento se fazem já ao governo paraguayo e á republica uma injuria e offensa gravissima, S. Ex.^a o Sr. presidente da republica, cedendo aos desejos que o animão de conservar relações amigaveis e benevolas com o Brasil, se esquivae dessa injuria, e está prompto a receber a V. Ex.^a, e a entrar em uma discussão e negociação pacifica, se V. Ex.^a quizer mandar subir para fora das aguas da republica a esquadra do seu commando, e subir á Assumpção no navio que o conduz, na intelligencia de que esta concessão, depois do decreto de 3 de Outubro ultimo, se faz em favor de V. Ex.^a por considerações particulares para com o Imperio. Este passo consularia perfeitamente o credito e a honra do governo de Sua Magestade: seria em tudo conforme ao character pacifico e moderado de S. M. o Imperador: seria a prova inequivoca da sinceridade dos desejos que proclama de manter a paz e amizade com os Estados vizinhos; e o meio unico e seguro de chegar-se a concluir um arranjo amigavel.

Se V. Ex.^a quizer dar este passo preliminar, tão justo, opulativo e honroso para o governo de S. M. o Imperador, e se servir fazê-lo saber ao Sr. commandante da policia fluvial na bocca do rio Paraguay, a quem se faz nesta data a conveniente communicação, nenhuma difficuldade terá em subir com o seu navio até esta capital, annunciar o seu

caracter, apresentar os poderes com que o honrou o seu augusto soberano, e realizar a esperança que alimenta de corresponder dignamente a essa alta confiança.

Se por desgraça para ambos os Estados, V. Ex.^a não quizer prestar-se a este acto conciliatorio, e insistir em subir o rio Paraguay com a sua força naval, V. Ex.^a terá iniciado as hostilidades á republica; carregará com a responsabilidade de aggressor gratuito, e não provocado, e porá a republica na indeclinavel necessidade de defender-se, sem attentar para o resultado que terá a luta, nem deter-se ante a superioridade de poder e força de que V. Ex.^a dispõe. Este terrivel e penoso, porém indeclinavel dever, lhe impõe a sua honra e dignidade, como disse o abaixo assignado.

Tendo o abaixo assignado cumprido com as ordens de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica, resta-lhe somente assegurar a V. Ex.^a a sua mui distincta consideração.

Deos guarde a V. Ex.^a muitos annos.

JOSÉ FALCON.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, etc.

N. 5.

Officio do commandante em chefe de esquadra brasileira ao commandante da policia fluvial na bocca do Rio Paraguay.

Comando em chefe da esquadra brasileira a bordo do vapor *Amazonas* na bocca do Paraguay, 26 de Fevereiro de 1855.

Ill.^{ma} Sr. — Em virtude do que me communicou em nota firmada na Assumpção em 23 do corrente mez o Ex.^{ma} Sr. ministro e secretario de estado interino de relações exteriores, por ordem que recebeu do Ex.^{ma} Sr. presidente da republica, previno e faço sciente a V. S.^a, como commandante da policia fluvial na bocca do Rio Paraguay, que tenho deliberado fazer fundear a esquadra do meu commando fóra da embocadura do Paragnay, e que seguirei no vapor onde tenho a minha insignia amanhã pela manhã para o Assumpção em missão pacifica e diplomatica; aviso que faço a V. S.^a por assim m'o haver indicado S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores na referida nota.

Junto remetto a nota para S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores, e rogo a V. S.^a a faça seguir a seu destino, pois serve para accusar o recebimento da que o mesmo Ex.^{ma} Sr. ministro me dirigio.

Deos guarde a V. S.^a

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

Ao Ill.^{ma} Sr. D. Francisco Xavier Gonçalves.

N. 6.

Officio do commandante em chefe da esquadra brasileira ao ministro de relações exteriores do Paraguay.

Commando em chefe da esquadra brasileira na bocca do Paraguay, 26 de Fevereiro de 1855.

O abaixo assignado, chefe de esquadra e commandante em chefe das forças navaes de S. M. o Imperador do Brasil no rio da Prata, etc., accusa o recebimento da nota que S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores D. José Falcon lhe dirigio por ordem do Ex.^{mo} Sr. presidente da republica do Paraguay, datada da Assumpção, em 23 do corrente mez.

O abaixo assignado, sciente do que na dita nota expende o Ex.^{mo} Sr. ministro de relações exteriores, roga a S. Ex.^a que se sirva levar ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica, que relevo ao abaixo assignado não responder áquellos topicos da referida nota, com que o abaixo assignado não concorda; porque o curto espaço de tempo não o permite; e mesmo por julgar que este seu procedimento interessa, e não prejudica á missão justa, pacifica e conciliadora, de que o incumbio o seu augusto soberano.

Limita-se pois o abaixo assignado a fazer sciente a S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores D. José Falcon, de que, querendo dar uma prova dos sentimentos pacificos e conciliatorios, que o animão, annuo á proposta que se lhe faz, na dita nota, de fondear a esquadra do seu commando fóra das aguas da republica, e seguirá viagem na embarcação, em que se achá a sua insignia, até a Assumpção amanhã, pela manhã, afim de apresentar os plenos poderes para tratar.

O abaixo assignado avisou ao commandante da policia fluvial na embocadura do Rio Paraguay da deliberação que tomou, conforme na referida nota se lhe indica, e prevalece-se desta occasião para apresentar a S. Ex.^a os seus respeitosos cumprimentos.

Deos guarde a V. Ex.^a por muitos annos.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. José Falcon.

N. 7.

Nota do governo imperial ao da republica do Paraguay.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Dezembro de 1854.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu em devido tempo a nota que em 12 de Agosto do anno proximo passado lhe dirigio por ordem do Ex.^{mo} presidente da republica do Paraguay, o Sr. D. Benito Varella, ministro interino das relações exteriores da mesma republica.

O Sr. D. Benito Varella transmittio com a sua nota ao abaixo assignado copias legalizadas das notas de 10, 11 e 12 do mencionado mez de Agosto. Estas notas contém a correspondencia que houve entre o Sr. D. Benito Varella e o encarregado de negocios do Brasil Philippe José Pereira Leal, correspondencia que terminou pelo acto de mandar o governo do Paraguay os passaportes ao encarregado de negocios do Brasil.

O Sr. D. Benito Varella pede ao abaixo assignado que haja de levar tudo ao alto conhecimento de S. M. o Imperador, e assegurar-lhe que este desagradavel acontecimento está longe de alterar os laços e amigaveis sentimentos do governo da republica, o qual

deseja e espera conservar e estreitar as suas boas relações com o de S. M. o Imperador, e está sempre disposto a receber e a dar a devida consideração a qualquer agente diplomatico no character em quo S. M. queira acreditar-lo na republica.

O abaixo assignado fez presente a S. M. o Imperador, seu augusto soberano, a nota do Sr. D. Benito Varella com a correspondencia, por copia, que a acompanha, e acha-se autorisado para responder que o governo imperial não pôde considerar procedentes os motivos que levárão o governo da republica a praticar o acto violento de mandar os passaportes ao encarregado de negocios do Brasil o Sr. Philippe José Pereira Leal.

A despedida de qualquer agente diplomatico não pôde ser justificada senão em casos graves e urgentes, visto como o agente diplomatico não depende sómente do governo perante o qual está acreditado para a sua gestão.

Não é elle quem lhe dá poderes, mas sim o governo que nomda.

A despedida de um agente diplomatico nullificando a nomeação, offende as prerogativas de quem a faz.

Além disto, pela despedida do agente diplomatico, os interesses dos subditos do paiz, ao qual elle pertence, ficão privados do seu protector legitimo, e o seu soberano e a nação sem terem quem os represente.

E' uma situação violenta, e o governo que a erea, perturbando o exercicio de direitos que a lei internacional reconhece e manda respeitar, não pôde proceder assim sem motivos imperiosos.

Ora, os factos que se articulão contra o encarregado de negocios do Brasil em a nota de 10 de Agosto, consistindo em imputações vagas, e destituídas de provas e de verosimilhança, estão longe de satisfazer ás condições que ficão estabelecidas.

O encarregado de negocios do Brasil protestou contra aquelles imputações na sua nota de 11 do referido mez, e sendo ouvido sobre esses factos logo que chegou a esta cõrte, provou perante o governo imperial a injustiça, e nenhum fundamento das arguições, mostrando que elle procedera sempre de accordo com as intrucções que tinha, as quaes lhe recommendavão a maior consideração e respeito para com a pessoa de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica.

O governo da republica nunca prevenio o de S. M. o Imperador de que o encarregado de negocios do Brasil se afastasse dos principios que lhe havião sido prescriptos nas intrucções.

Despedio-o sem ter intelligencia alguma previa com o governo imperial.

Este acto não se concilia com os sentimentos que o Sr. D. Benito Varella manifesta por ordem do Ex.^{mo} presidente na sua nota de 12 de Agosto dirigida ao abaixo assignado, quando assegura que o governo da republica está disposto a receber, e a dar a devida consideração a qualquer agente diplomatico que S. M. o Imperador queira acreditar na republica. Nenhuma garantia pôde ter o governo imperial de que não se pratique de futuro o mesmo acto a respeito de qualquer outro agente diplomatico que haja de nomear.

Sendo isto assim, o governo imperial não pôde aceitar como satisfactorias as explicações que o Sr. D. Benito Varella dá na sua nota de 12 de Agosto, e por isso reclama uma reparação que possa considerar-se sufficiente e efficaz.

Para obtê-la, o governo imperial tem dado as necessarias intrucções ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, e espera que o Sr. ministro, tomando as ordens de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica do Paraguay, concorde com aquelle chefe de esquadra em um ajuste razoavel que ponha termo a esta desagradavel occurrencia por um modo satisfactorio.

Por outra parte, desejando o governo, de conformidade com a convenção celebrada entre o imperio e a republica em 25 de Dezembro de 1850, regular as relações que devem existir entre os dous Estados, e que não podem ser adiadas sem prejuizo, e comprometimento de graves interesses, tem dado plenos poderes ao chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, para ajustar e concluir com o governo da republica as negociações que ficarão interrompidas pela despedida do encarregado de negocios Philippe José Pereira Leal.

Estas negociações consistem no tratado de navegação e commercio, e no de limites, a que se obrigou o governo da republica pela convenção de 25 de Dezembro de 1850.

Pelo art. 3.^o desta convenção S. M. o Imperador do Brasil e o presidente da republica

do Paraguay comprometterão-se a auxiliar-se reciprocamente afim de que a navegação do rio Paraná até o rio da Prata ficasse livre para os subditos de ambas as nações.

A liberdade desta navegação para o Paraguay foi obtida da maneira a mais completa em consequencia da queda do dictador Rosas, para a qual concorreu o Brasil, como é notorio, com immensos sacrificios.

Até então o Paraguay estava sequestrado ao commercio do mundo.

Depois desta época, o governo do Paraguay, entrando no livre gozo desta navegação, passou a celebrar tratados, concedendo a diversas nações a navegação do rio Paraguay na parte que lhe pertence.

O governo do Paraguay tem-se entretanto negado a fazer a mesma concessão ao do Brasil, que, além do direito que lhe confere a convenção de 25 de Dezembro de 1850, é ribeirinho do Paraguay, possuindo a margem oriental deste rio desde a confluencia do Apa até a Bahia Negra, e ambas as margens da Bahia Negra para cima.

E' evidente pois, que o governo imperial cumprio religiosamente pela sua parte a estipulação do art. 3.º da convenção de 25 de Dezembro de 1850.

Outro tanto não tem feito o governo do Paraguay, que, longe de auxiliar o governo imperial para obter a navegação do Paraná até o rio da Prata, torna hoje esta navegação impossivel, ou sem vantagem para o Brasil, negando-lhe a do rio Paraguay, o mesmo a do Paraná na parte que lhe pertence.

O governo imperial, portanto, pedindo a navegação do rio Paraguay, na parte que pertence á republica deste nome, pede o cumprimento da estipulação contida no art. 3.º da convenção de 25 de Dezembro de 1850. Pede um direito que não lhe pôde ser negado, nem contestado.

Pelo art. 15 da citada convenção de 25 de Dezembro de 1850, S. M. o Imperador do Brasil e o presidente da republica do Paraguay obrigirão-se a nomear, logo que as *circunstancias* o permittissem, plenipotenciarios que regulassem por outro tratado o commercio, navegação e limites entre ambos os paizes.

E' uma estipulação esta que amplia a do artigo 3.º, mas uma é independente da outra, e o governo imperial entende que a navegação do rio Paraguay, na parte que pertence ao governo da republica, acha-se virtualmente concedida ao Brasil pelo artigo 3.º.

As circunstancias proprias para a nomeação dos plenipotenciarios, a que se refere o artigo 15 da convenção de 25 de Dezembro, realisirão-se logo que o poder do dictador Rosas desapareceu diante das armas victoriosas dos alliados.

Foi por isso que o governo imperial, para regular o tratado, a que allude o artigo 15 da convenção, nomeou, primeiramente, o brigadeiro Pedro de Alcantara Bellegarde, e depois o capitão-tenente Philippe José Pereira Leal.

Nem um nem outro destes plenipotenciarios pôde concluir esta negociação pelas duvidas e objecções, que encontrirão da parte do governo da republica do Paraguay.

O governo do Paraguay pretextou a necessidade de resolver antes de tudo a questão de limites com o imperio, e ao mesmo tempo excluiu as propostas que o governo imperial lhe fez, contendo aliás as mais amplas concessões.

O governo imperial propôz o adiamento do tratado de limites, contentando-se com o tratado de navegação e commercio.

O governo do Paraguay repellio esta proposta.

A despedida do encarregado de negocios, Philippe José Pereira Leal, coincidio com as instancias que elle fazia perante o governo da republica para celebrar os dois tratados mencionados, ou, pelo menos, o de commercio e navegação.

O governo imperial, no intuito de fazer cessar esta situação, e de restabelecer sobre bases solidas as relações, que devem existir entre os dois estados, segundo os direitos que lhe confere a convenção de 1850 celebrada com o fim de promover interesses reciprocos, manda offerecer á consideração do governo da republica um projecto de tratado, regulando o commercio, navegação, limites entre o imperio e a republica.

O governo imperial, no que respeita ao commercio e navegação, pede as mesmas concessões, que o governo da republica tem feito a outras nações, com os desenvolvimentos que as circunstancias de ser ribeirinho torna indispensaveis, e pelo que pertence a limites a linha divisoria que se propõe, fundando-se no principio do « *uti possidetis* », é sem contestação muito favoravel á republica do Paraguay.

As concessões do governo imperial não podem nesta parte ir além das que se fazem no projecto.

O governo imperial nutre a esperança de que o da republica aceitará de bom grado o projecto de tratado, que lhe será offerecido pelo seu plenipotenciario, terminando-se assim as questões pendentes, e restabelecendo-se entre os dous estados as relações de uma amigavel intelligencia, que tanto devem concorrer para consolidar a paz entre os dous estados, e para promover os interesses de sua industria e commercio.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para offerecer ao Sr. D. Benito Varella os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

Visconde de ADAETE'.

A S.^a Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores da republica do Paraguay, etc.

N. 8.

Nota do governo da Republica ao commandante em chefe da esquadra brasileira em resposta á precedente.

Viva a Republica do Paraguay!

Assumpção, 17 de Março de 1855.

O abaixo assignado, ministro e secretario de estado interino das relações exteriores, tomou em consideração a nota que V. Ex.^a se serviu entregar-lhe, dirigida pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador ao desta Republica, com data de 10 de Dezembro passado, annunciando que com o fim de restabelecer, como disse, sobre bases solidas, as relações que devem existir entre os dous Estados, conferio a V. Ex.^a plenos poderes para ajustar e concluir com o governo da Republica as negociações pendentes sobre os pontos que menciona a citada nota de 10 de Dezembro.

O abaixo assignado levou ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. presidente da Republica o conteúdo da nota do Sr. ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador, e lhe ordenou de communicar a V. Ex.^a que é satisfactorio ao governo da Republica que o de S. M. Imperial lhe offereça a occasião, que sempre desejou, e que circumstancias desgracaveis tem impedido de abrir conferencias, exame e discussão tranquilla para o ajuste de todas as questões pendentes entre ambos os governos.

Portanto, o abaixo assignado pôde assegurar a V. Ex.^a que logo que annuncie o seu caracter, na forma do estilo, será recebido, e o supremo governo nomeará o commissario ou commissarios que dêem principio ás conferencias com V. Ex.^a, e entrem no exame e discussão do projecto, de que diz a nota de S. Ex.^a o Sr. ministro dos negocios estrangeiros ser V. Ex.^a o portador.

Tendo cumprido o abaixo assignado as ordens do Ex.^{mo} Sr. presidente, só lhe resta felicitar a V. Ex.^a pela sua feliz chegada á capital da Republica, e offerecer-lhe novamente sua mui distincta consideração.

JOSÉ FALCON.

A S. Ex.^a o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira.

N. 9.

Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da Republica.

Vapor Ypiranga no porto da cidade da Assumpção do Paraguay, 19 de Março de 1855.

O abaixo assignado, chefe de esquadra e commandante em chefe das forças navaes do S. M. o Imperador do Brasil no Rio da Prata, e seu plenipotenciario junto ao supremo governo da Republica do Paraguay, recebeu a nota que S. Ex.^a o Sr. D. José Faleon, ministro e secretario de estado de relações exteriores da mesma republica, se servio dirigir-lhe com data de 17 do corrente mez, na qual S. Ex.^a diz que tomou em consideração a nota que o abaixo assignado lhe entregara, dirigida pelo Ex.^{mo} Sr. ministro dos negocios estrangeiros de Sua Magestade o Imperador ao de igual classe desta republica, com data de 10 de Dezembro passado, annunciando que, com o objecto de restabelecer sobre bases solidas as relações que devem existir entre os dous Estados, S. M. o Imperador conferia ao abaixo assignado plenos poderes para ajustar com o governo da republica as negociações pendentes sobre os pontos que menciona a referida nota de 10 de Dezembro.

Diz mais S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores, que levou ao conhecimento do S. Ex.^a o Sr. presidente da republica o conteúdo da nota do Ex.^{mo} Sr. ministro dos negocios estrangeiros do S. M. o Imperador, e que lhe foi ordenado pelo mesmo Ex.^{mo} Sr. presidente dizer ao abaixo assignado, que é satisfactorio ao governo da republica que o de S. M. Imperial lhe apresente a occasião, que tem sempre desejado, e que desgraçadas circumstancias tem impedido de abrir conferencias, exame e discussão tranquilla para o arranjo de todas as questões pendentes entre ambos os governos.

Finalmente S. Ex.^a diz poder assegurar ao abaixo assignado que será recebido, logo que annunciar o seu caracter nas formas usuaes, e que o supremo governo nomeará commissario ou commissarios que abráo as conferencias e entrem no exame e discussão do projecto de que trata a referida nota do Ex.^{mo} ministro dos negocios estrangeiros do S. M. o Imperador.

O abaixo assignado, tomando na devida consideração tudo quanto o supremo governo da republica mandou exprimir-lhe, muito se lisongea do apreço que elle dá ao proceder do governo de S. M. o Imperador, quando declara que lhe é satisfactorio haver o mesmo governo apresentado a occasião, sempre desejada pelo supremo governo da republica, de se abrirem as conferencias, exame e discussão tranquilla para o desenlace das questões pendentes entre os dous governos.

O abaixo assignado, em resposta ao que S. Ex.^a indica na citada nota relativamente ao annunciar o seu caracter official, faz sciente a S. Ex.^a, para que se sirva levar ao conhecimento do supremo governo da republica, que o abaixo assignado se acha competentemente autorizado, conforme menciona a nota de 10 de Dezembro do ministerio dos negocios estrangeiros do imperio, para fazer um ajuste razoavel que ponha termo à desagradavel occorrença de que trata a sobredita nota.

O abaixo assignado faz tambem sciente a S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores, affin de que se digne levar ao conhecimento do supremo governo da republica, que o governo de S. M. o Imperador tem dado ao abaixo assignado plenos poderes para ajustar e concluir com o governo da republica as negociações, que ficarão interrompidas pela despedida do encarregado de negocios Filipe José Pereira Leal; negociações estas que tem por objecto um tratado de navegação e commercio, e um de limites, que estabelecerão e regulam sobre bases solidas as relações de paz e amizade entre os dous Estados, e que não podem ser aliadas sem prejuizo e comprometimento de graves interesses.

Logo que for communicada ao abaixo assignado a nomeação do commissario ou commissarios para o ajuste de que está encarregado, comparecerá no ponto destinado, no dia e hora que se marcar, e ali se tratará da occasião opportuna em que deve ter a honra de apresentar ao supremo governo da republica a carta credencial, em que S. M. o Imperador

do Brasil acredita ao abaixo assignado como seu plenipotenciário junto ao mesmo supremo governo.

Prevalecendo-se desta oportunidade, o abaixo assignado agradece cordialmente a S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores a felicitação que lhe dirige pela sua feliz chegada a este porto; e reitera a S. Ex.^a a expressão de sua distincta consideração e de seus respeitosos cumprimentos.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

A S. Ex. o Sr. D. José Falcão, etc.

N. 10.

Nota do governo da republica ao commandante em chefe da esquadra brasileira.

Vita a Republica do Paraguay!—Assumpção em 23 de Março de 1855.

O abaixo assignado recebeu a nota que lhe dirigio V. Ex.^a em 19 do corrente, respondendo á do abaixo assignado de 17, em que de novo communico achar-se competentemente autorizado, como o refere a nota de 10 de Dezembro ultimo, do ministro dos negocios estrangeiros do imperio, para fazer um ajuste razoavel que ponha termo á desagradavel occurrencia, que desgradamente teve lugar com o encarregado de negocios de S. M. I. o Sr. Philippe José Pereira Leal; e que tem tambem plenos poderes para ajustar e concluir as negociações que ficarão interrompidas pela despedida do mencionada Sr. Leal.

S. Ex.^a o Sr. presidente da republica, sciante da nota de V. Ex.^a, ordenou ao abaixo assignado que communicasse a V. Ex.^a que o supremo governo da republica, convencido do quanto importa á republica, e bem assim ao imperio do Brasil, manter e estreitar boas e amigaveis relações entre ambos os governos e paizes, tem feito sempre quanto tem julgado conducente a este importante objecto; estava e está perfeitamente disposto a proceder sempre no sentido de manter e estreitar essas relações. Assim que, foi-lhe sobremaneira penoso ver-se impellido a adoptar para com o encarregado de negocios de S. M. o Imperador a medida extrema, que não pôde evitar, porque assim o exigia irremediavelmente a situação excepcional do Paraguay.

S. Ex.^a o Sr. presidente julga que é de summa conveniencia não entrar em uma justificação mais ampla de seu procedimento a respeito daquelle deploravel incidente, que, no interesse de ambas as partes, deve ser lançado no mais completo olvido, na certeza que deve ter o governo de S. M. Imperial, do que mui longe estava do pensamento de S. Ex.^a o Sr. presidente offender no menor ponto a alta dignidade e decore de S. M. o Imperador, nem romper, ou alterar as relações amigaveis entre ambos os governos, como apressou-se a manifestar ao governo de S. M. I. em nota de 12 de Agosto de 1853, repetindo novamente, nesta occasião, o que então disse, que achava-se prompto, e disposto a receber, com as devidas considerações, a qualquer agente que S. M. o Imperador quizesse enviar junto do governo Paraguay, como o havia feito, com todo o esmero, com os ministros de S. M. I. antecessores do Sr. Leal, que receberão sempre de S. Ex.^a o Sr. presidente todas as demonstrações da mais cordial amizade.

Tão longe estava S. Ex.^a o Sr. presidente de pensar que o deploravel incidente occorrido com o Sr. Leal alterasse, e rompesse suas boas relações com o governo de S. M. Imperial, que continuou mantendo as melhores relações de boa intelligencia com o consul geral de S. M. Imperial na Assumpção, e ainda mais o confirmou que não estavam alteradas as boas relações entre ambos os governos a noticia que teve de que a fortaleza do Rio de Janeiro respondera promptamente ás salvas que em seu transito, pela habia da corte, fez ao pavilhão brasileiro o vapor de guerra paraguay « Taquary. »

Actos tão significativos dos sentimentos benevolos de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica para com o governo de S. M. Imperial devem persuadir a este das boas e amigaveis disposições

que mantém, e que lhe será muito satisfactorio poder entrar novamente em uma discussão pacífica e amigável das questões que ficarão pendentes á saída do Sr. Leal.

Se V. Ex.^a julga que esta declaração satisfaz a todas as explicações que possa exigir a dignidade e decoro do S. M. o Imperador, S. Ex.^a o Sr. presidente confia em que V. Ex.^a não terá duvida em entrar na negociação dessas questões de navegação e limites.

Se V. Ex.^a julgar que é necessario accrescentar-se alguma coisa mais a esta declaração, para que seja tão completa como o possa desejar o governo imperial, sirva-se V. Ex.^a de o communicar; porquanto, se fôr decorosa para ambas as partes, S. Ex.^a o Sr. presidente não se negará ao que seja razoavel e conveniente.

O abaixo assignado, ministro e secretario de estado interino das relações exteriores da república, tem a honra de offerrecer de novo a V. Ex.^a a sua mais distincta consideração.

JOSÉ FALCON.

Ao Ex.^{mo} Sr. Pedro Ferreira de Oliveira.

N. 11.

Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da Republica.

Vapor de guerra brasileiro *Ypiranga*, surto no porto da cidade d'Assumpção do Paraguay, em 24 de Março de 1855:

O abaixo assignado recebeu a nota que com data de hontem lhe dirigio S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, na qual, communicando que o Ex.^{mo} Sr. Presidente da republica do Paraguay, convencido do quanto importa á republica e ao imperio manter e estreitar boas e amigáveis relações entre ambos os governos e paizes, tem feito tudo aquillo que ha julgado conducente a tal fim; e protestando que no procedimento, havido com o encarregado de negocios do Brasil Filippe José Pereira Leal, esteve muito longe da mente do mesmo Ex.^{mo} Sr. presidente fazer a mais leve offensa á alta dignidade e decoro de S. M. o Imperador do Brasil, e menos ainda romper e alterar as relações amigáveis existentes entre os dois governos, assegura que o Ex.^{mo} Sr. presidente da republica para tornar tão completa, quanto fôr desejavel, esta declaração, não negará ao abaixo assignado aquillo que o mesmo abaixo assignado julgar necessario addicionar, sendo tal addicionamento razoavel, conveniente e decoroso para ambas as partes.

O abaixo assignado deu o mais subido apreço, e tomou na mais seria consideração as declarações do supremo governo da república; e convencido da existencia dos sentimentos benevolos e conciliatorios manifestados pelo mesmo supremo governo, julga do seu dever ponderar o seguinte:

A questão de que se trata é da ordem daquellas em que o governo do paiz, que se considera offendido nos seus direitos de independencia e soberania, se vê obrigado a proceder de modo que, na conclusão dellas, não fique o menor vislumbre de quebra da dignidade nacional. Ora, a materia em questão tem sido considerada pelo publico brasileiro, e por seu governo da natureza dessas, de que falla o abaixo assignado, como se vê no teor da nota expedida a 10 de Dezembro ultimo pelo ministro dos negocios estrangeiros.

Quando os interesses de duas nações vizinhas e sempre amigas recommendão que se mantenha a paz, e se estreitem as relações de amizade; e quando os respectivos governos estão animados dos desejos, que a correspondencia do abaixo assignado com S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon tem reciprocamente manifestado, a solução de taes questões é facil.

Sendo assim, o abaixo assignado, em vista das instruções que recebeu do governo imperial, reputará completas e satisfactorias as explicações dadas, addicionando-se-lhes uma salva de vinte e um tiros de artilheria dada á bandeira brasileira arvorada em terra, e

fazendo-se publica em um dos jornaes do paiz a maneira amigavel, e para ambos os governos honrosa, pela qual se pôz termo á questão procedente da despedida do encarregado de negocios do Brasil o Sr. Philippe José Pereira Leal:

Esta salva será immediatamente respondida com outra de igual numero de tiros pelo vapor de guerra brasileiro Ypiranga, que conservará nesse acto içada no tope de prôa a bandeira nacional desta republica.

O abaixo assignado espera que esta sua proposta tão razoavel, conveniente e decorosa para ambas as partes, será aceita pelo supremo governo da republica, visto ser um meio que tem sido adoptado por differentes nações, inclusive o imperio do Brasil, para pôr termo a questões de semelhante entidade.

Prevalecendo-se de mais esta oportunidade, o abaixo assignado reitera a S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, etc.

N. 12.

Nota do governo do Paraguay ao commandante em chefe da esquadra brasileira.

Viva a republica do Paraguay! Assumpção, 24 de Março de 1855.

O abaixo assignado recoben e levou ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. presidente da republica a nota de V. Ex.^a desta data, e tem a honra de dizer-lhe que recebeu a ordem de comprimentar e felicitar a V. Ex.^a, em seu nome, pela conclusão honrosa do desagradavel incidente da despedida do Sr. Philippe José Pereira Leal.

Prestando-se S. Ex.^a o Sr. presidente ao que V. Ex.^a indica em sua nota, a que o abaixo assignado responde, ordenou que amanhã, ao nascer do sol, uma bateria de terra salve ao pavilhão brasileiro, arvorado a par do pavilhão paraguayo, com vinte e um tiros: e que esta agradavel noticia se faça publica hoje mesmo.

É tudo quanto o abaixo assignado tem a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a para os fins convenientes, e ao fazê-lo, seja-lhe permittido accrescentar seus cumprimentos e felicitação particular, e a segurança de sua mais distincta consideração.

JOSÉ FALCON.

A S. Ex.^a o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira.

N. 13.

Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da republica.

Vapor de guerra brasileiro *Ypiranga* surto no porto da cidade da Assumpção, 24 de Março de 1855.

O abaixo assignado acaba de receber com o maior prazer a nota, em que S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon lhe annuncia que o Ex.^{mo} Sr. presidente desta republica, prestando-se ao que lhe havia sido indicado pelo mesmo abaixo assignado em sua nota de hoje, tem ordenado que amanhã ao nascer do sol uma bateria de terra dê uma salva de 21 tiros á bandeira brasileira; e mais ainda, que esta agradavel noticia seja publicada hoje mesmo.

À vista de tão lisongeiros communicações, o abaixo assignado se apressa a assegurar a S. Ex.^a que a salva á bandeira brasileira será immediata e semelhantemente correspondida por outra, conforme foi prometido em sua nota de hoje.

O abaixo assignado roga a S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, tenha a bondade de levar ao conhecimento do Ex.^{mo} Sr. presidente que muito respeitosa e cordialmente agradece os cumprimentos e felicitação, com que se dignou honra-lo.

Finalmente o abaixo assignado retribue com justa reciprocidade os cumprimentos e felicitação que lhe dirige o Sr. D. José Falcon, a quem nesta occasião reitera as seguranças de sua perfeita estima e distincta consideração.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon.

N. 14.

Nota do commandante da esquadra Brasileira ao governo da Republica.

Vapor de guerra Brasileiro *Ypiranga* no porto da cidade da Assumpção, 26 de Março de 1855.

O abaixo assignado roga a S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, ministro de relações exteriores, se sirva levar ao conhecimento do Ex.^{mo} Sr. presidente da republica que o abaixo assignado tem o mais vivo prazer em dirigir ao mesmo Ex.^{mo} Sr. presidente e á nação Paraguaya, suas cordiaes e sinceras felicitações pelo decoroso accordo a que se chegou, realiado hontem com o solemne acto, que teve lugar ao nascer do sol, da salva em terra á bandeira Brasileira, a que correspondeu semelhantemente o vapor de guerra brasileiro *Ypiranga*; acto que restabeleceu as relações diplomaticas entre o governo de S. M. o Imperador do Brasil e o da Republica do Paraguay, conforme se desejava, e convém a ambas as nações.

O abaixo assignado considerará sempre como um dos actos mais honrosos de sua vida publica, o ter, em conformidade das ordens e instrucções de seu governo, cooperado para tão feliz acontecimento; e julga poder lisongear-se de que lhe caberá ainda a felicidade

de desempenhar do mesmo modo as demais partes da missão com que o honrou seu Augusto Soberano.

O abaixo assignado espera, que S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, depois de receber as convenientes ordens do Ex.^{mo} Sr. presidente, lhe communicará qual o dia e hora, em que o mesmo Ex.^{mo} Sr. poderá receber ao abaixo assignado, afim de ter lugar a apresentação da carta, pela qual S. M. o Imperador do Brasil o accredita como seu plenipotenciario junto ao supremo governo desta republica.

Digne-se S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon aceitar do abaixo assignado as seguranças de sua perfeita estima e distincta consideração.

PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Falcon, etc.

Apresentação do Sr. Pedro Ferreira de Oliveira ao Presidente da Republica no caracter de plenipotenciario brasileiro.

N. 15.

Nota do governo da Republica ao Sr. Pedro Ferreira de Oliveira.

Viva a Republica do Paraguay!

Assumpção, em 28 de Março de 1855.

O abaixo assignado, depois de haver recebido as ordens do Ex.^{mo} Sr. presidente da republica, tem a honra de informar a V. Ex.^a que amanhã quinta feira 29 do corrente, ás 11 horas da manhã, receberá S. Ex.^a no palacio do governo, em audiencia publica, a carta que accredita a V. Ex.^a, na qualidade de plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, para celebrar um tratado de limites, e outro de commercio e navegação.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar a V. Ex.^a sua distincta consideração.

JOSÉ FALCON.

A S. Ex.^a o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, etc.

N. 16.

Nomeação do plenipotenciario Paraguay para conferenciar com o Brasileiro.

Viva a Republica do Paraguay!

Assumpção, em 31 de Março de 1855.

O abaixo assignado recebeu a nota que V. Ex.^a se servio dirigir-lhe hontem, acompanhando um projecto de tratado de commercio, navegação e limites, para que o leve ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. presidente.

S. Ex.^a ordenou ao abaixo assignado que dissesse a V. Ex.^a que se lhe devolve o projecto para que se entenda, ácerca do seu conteúdo, com o plenipotenciário que S. Ex.^a o Sr. presidente nomeou, o qual comunicará a V. Ex.^a sua nomeação, e fixará, de accordo com V. Ex.^a, o lugar, dia e hora, em que devão começar as suas conferencias, e discussões.

Havendo o abaixo assignado cumprido esta ordem suprema, só lhe resta assegurar a V. Ex.^a da sua mais distincta consideração.

José FALCON.

A S. Ex.^a o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira, etc.

N. 17.

Nota do plenipotenciário Paraguayo ao de S. M. o Imperador.

Assumpção, em 2 de Abril de 1855.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Havendo recebido do Ex.^{ma} Sr. presidente da republica plenos poderes, para negociar com V. Ex.^a o ajuste das questões pendentes entre o Imperio e a Republica sobre limites, navegação e commercio, tenho a honra de assim o levar ao conhecimento de V. Ex.^a e de rogar-lhe que, se não houver inconveniente, se sirva comparecer amanhã pelas 10 horas da manhã no ministerio das relações exteriores, onde esperará por V. Ex.^a o seu muito attento servidor.

FRANCISCO S. LOPEZ.

A S. Ex.^a o Sr. Pedro Ferreira de Oliveira.

ANEXO K.

NEGOCIAÇÕES

SOBRE

LIMITES, NAVEGAÇÃO FLUVIAL E EXTRADIÇÃO

COM AS REPUBLICAS

DO EQUADOR, VENEZUELA E NOVA GRANADA.

Tratado de extradição.

N. 1.

Tratado de extradição celebrado entre S. M. o Imperador do Brasil e a república do Equador.

Nós o Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que se ajustou e assignou na cidade de Quito aos tres dias do mez de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e tres, entre nós e o presidente da república do Equador, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos necessarios plenos poderes, um tratado de extradição do teor seguinte:

Em Nome da Santissima Trindade

Sua Magestade o Imperador do Brasil e a república do Equador, reconhecendo a necessidade de estabelecer regras espezias e conformes com as instituições politicas que os regem, para a entrega reciproca de criminosos e desertores, e de prover á segurança de suas fronteiras, accordarão em celebrar para este fim um tratado, e nomearão seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brasil ao Sr. Miguel Maria Lisboa, commendador da Ordem de Christo e seu ministro residente junto á república do Equador; e S. Ex.^a o presidente da república do Equador ao Sr. Theodoro Gomez de la Torre, coronel dos exercitos da república e secretario de estado dos despachos de guerra e marinha: os quaes, depois de terem trocado os seus plenos poderes respectivos, que forão achados em boa e devida forma, convierão nos artigos seguintes:

Artigo 1.^o

Sua Magestade o Imperador do Brasil e a república do Equador se obrigão a não dar

Tratado de estradicion de grandes criminales celebrado entre la republica del Ecuador y S. M. el Emperador del Brasil.

José Maria Urvina, presidente de la república del Ecuador etc. etc. etc.

A todos los que las presentes vieren salud!
Por cuanto entre la republica del Ecuador y S. Magestad el Emperador del Brasil, se concluyó y firmó en la capital de Quito el dia tres de Noviembre del año del señor de mil ocho cientos cincuenta y tres, por medio de plenipotenciarios suficientemente autorizados por ambas partes, un tratado de estradicion de grandes criminales; cuyo tenor, palabra por palabra, es el siguiente:

En el nombre de la Santissima e individua Trinidad.

La republica del Ecuador y S. M. el Emperador del Brasil, conociendo la necesidad que tienen de establecer reglas espeziales y conformes con las instituciones politicas que los rijen, para la entrega reciproca de los criminales y desertores, y de proveer á la seguridad de sus fronteras, han acordado celebrar para este fin un tratado, y nombraron sus plenipotenciarios, á saber:

S. E. el presidente de la republica del Ecuador, al Sñr. Teodoro Gomez de la Torre, coronel de la republica y ministro secretario de estado en el departamento de guerra y marina, y

S. Magestad el Emperador del Brasil al Sñr. Miguel Maria Lisboa, comendador de la orden de Christo, y ministro residente cerca de la republica del Ecuador; los cuales, despues de haber canjando sus plenos poderes respectivos, que fueron encontrados en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

Articulo 1.^o

La republica del Ecuador y S. Magestad el Emperador del Brasil, se obligan á no dar asilo

asilo em seus respectivos territorios aos grandes criminosos: e se prestão á sua reciproca extradicação, sempre que concorrão as seguintes condições:

1.^a Quando os crimes pelos quaes se reclame a extradicação tiverem sido commettidos no territorio do governo reclamante.

2.^a Quando os crimes forem, por sua gravidade, capazes de pôr em risco a moral e a segurança dos povos, como os de assassinato atrevido, envenenamento, incendio, roubo, bancarrota fraudulenta, fabricação ou introdução de moeda metálica falsa ou de qualquer papel que circule como moeda nas escripturas publicas, falsificação de escripturas publicas, de notas de bancos autorisados ou de letras de cambio, subtração de dinheiros ou de fundos, commettida por depositarios publicos, ou por empregados, a cuja guarda estejam confiados.

3.^a Quando os crimes estiverem provados de maneira que as leis do paiz, do qual se reclame a extradicação, justificassem a prisão e accusação, se o crime fosse commettido dentro da sua jurisdicção.

4.^a Quando o criminoso for reclamado directamente ou por intermedio do representante da nação em que tiver tido lugar o delicto.

Artigo 2.^o

A extradicação não terá lugar:

1.^a Se o criminoso reclamado for natural ou cidadão do paiz, a cujo governo se fizer a reclamação.

2.^a Por crimes politicos, e quando tiver sido concedida a extradicação pelos enumerados no artigo antecedente, não poderá o criminoso ser processado ou punido pelos ditos crimes politicos anteriores á sua entrega, nem pelos que com elles tiverem conexão.

Artigo 3.^o

Fica entendido que se o individuo criminoso em mais de um estado for reclamado, antes da sua entrega pelos respectivos governos, será attendido de preferencia aquelle em cujo territorio tiver commettido o maior delicto, e sendo de igual gravidade, o que houver reclamado primeiro.

Artigo 4.^o

Fica tambem entendido que se o individuo, cuja entrega se reclamar, tiver commettido

em seus respectivos territorios, á los grandes criminales; y se prestan a su reciproca extradición, siempre que concurren las siguientes condiciones:

1.^a Cuando los delitos por los que se reclame la extradición, hubieren sido cometidos en el territorio del gobierno reclamante.

2.^a Cuando los delitos fueren por su gravedad capaces de poner en riesgo la moral y la seguridad de los dos pueblos, como el asesinato atrevido, el envenenamiento, el incendio, el robo, la bancarrota fraudulenta, la fabricación ó introducción de moneda metálica falsa, ó de cualquier papel que circule como moneda en las oficinas publicas, la falsificación de escripturas publicas, de notas de bancos autorisados, ó de letras de cambio, la sustracción de dineros ó de fondos cometida por depositarios publicos, ó por empleados a cuya custodia hubieren sido confiados.

3.^a Cuando los delitos estuvieren probados, de manera que las leyes del país que reclame la extradición del criminal, justificasen la prisión, y la acusación, si el delito hubiese sido cometido dentro de su jurisdicción.

4.^a Cuando el deliniente sea reclamado directamente, ó por medio de los representantes de la nación donde hubiere sido cometido el delito.

Artículo 2.^o

La extradición no tendrá lugar: 1.^a, si el criminal reclamado fuere natural ó ciudadano del país á cuyo gobierno se dirija la reclamación; 2.^a, por delitos politicos; y aun cuando hubiere sido concedida la extradición por los delitos comprendidos en el artículo anterior, no podrá el criminal ser procesado ni castigado por los delitos politicos anteriores á su entrega, ni por los que con ellas tubieren conexión.

Artículo 3.^o

Queda entendido: que si un individuo criminal en mas de un estado, fuere reclamado por los respectivos gobiernos, antes de su entrega será attendido de preferencia, aquel en cuyo territorio hubiese sido cometido el mayor delicto; y siendo de igual gravedad, aquel que primero hubiere reclamado.

Artículo 4.^o

Queda tambem entendido: que si un individuo, cuya entrega se reclamare, hubiere co-

algum crime no paiz, onde se refugia, e por elle fôr processado, a sua extradicação só poderá ter lugar depois de soffrer a pena, ou no caso de extradicação.

Artigo 5.º

As despezas que se fizerem com a prisão, detenção e transporte do criminoso, correrão por conta do governo que o reclamar.

Artigo 6.º

As duas altas partes contractantes se obrigão a não receber em seus estados, sciente e voluntariamente, assim como a não empregar em seu serviço, individuos que desertarem do serviço militar de mar ou de terra da outra, devendo ser presos e entregues os soldados e marinheiros desertores, logo que fôrem competentemente reclamados, com a condição de que a parte que os receber se obrigará a commutar a pena, em que tiverem incorrido pela deserção, se fôr esta punida com a pena capital, segundo a legislação do paiz reclamante.

Artigo 7.º

As duas altas partes contractantes se obrigão tambem a tomar todas as medidas, que estiverem a seu alcance, para impedir que os individuos do territorio de uma dellas sejam seduzidos ou violentados para passar-se ao territorio da outra.

Artigo 8.º

O presente tratado será ratificado por Sua Magestade o Imperador do Brasil e pelo presidente da republica do Equador, com o consentimento e approvação do congresso da mesma; e as ratificações serão trocadas no termo de doze mezes, ou antes, se fôr possível.

Em testemunho do que, nós os plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil e da republica do Equador, em virtude de nossos plenos poderes, assignámos este tratado e lhe fizemos pôr o sello do nosso uso.

Feito na cidade de Quito aos tres dias do mez de Novembro do Anno do Senhor de mil oitocentos e cincoenta e tres.

(L. S.) MIGUEL MARIA LISBOA.
(L. S.) TEODORO GOMEZ DE LA TORRE.

metido algum delicto en el país donde se refugió, y por ello fuere procesado, su estradicion solo tendrá lugar despues de sufrir la pena, ó en caso de absolucion.

Artículo 5.º

Los gastos que se hicieren en la persecucion, arresto y transporte de los delinquentes, seran de cuenta del gobierno que haga el reclamo.

Artículo 6.º

Las dos altas partes contratantes se obligan á no recibir en sus estados, voluntariamente y á sabiendas, así como á no emplear en su servicio, individuos que desertaren del servicio militar de mar ó tierra del otro estado, debiendo ser presos y entregados los soldados y marineros desertores, luego que fueren competentemente reclamados, bajo la condicion de que la parte que los recibe se obliga a commutar la pena en que hubieren incurrido por la desercion, siempre que estubiere señalada pena capital, segun la legislacion del país reclamante.

Artículo 7.º

Las dos altas partes contratantes se obligan tambien á tomar todas las medidas que estubieren á su alcance, para impedir que los individuos del territorio de una de ellas sean seducidos ó violentados para pasar-se al territorio de la otra.

Artículo 8.º

El presente tratado será ratificado por el presidente de la republica del Ecuador con conocimiento e aprobacion del congreso de la misma, y por S. Magestad el Emperador del Brasil, y las ratificaciones seran canjeadas en el termino de doce mezes, ó antes si fuere posible.

En testimonio de lo qual, nos los plenipotenciarios de la Republica del Ecuador y de S. Magestad el Emperador del Brasil, en virtud de nuestros plenos poderes, firmamos este tratado y le hicimos poner el sello de nuestro uso.

Fecho en la ciudad de Quito, a tres dias del mes de Noviembre del año del Señor de mil ocho cientos cincuenta y tres.

(L. S.) TEODORO GOMEZ DE LA TORRE.
(L. S.) MIGUEL MARIA LISBOA.

E sendo-nos presente o mesmo tratado, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por nós tudo o que nelle se contém, o approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente o damos por firme e valioso para sempre, promettendo em fé e palavra imperial observá-lo e cumpri-lo inviolavelmente, e fazê-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, fizemos passar a presente carta, por nós assignada, sellada com o sello grande das armas do imperio e referendada pelo nosso ministro e secretario de estado abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos cinco dias do mez de Abril do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

(L. S.) PEDRO, IMPERADOR (com guarda).

ANTONIO PAULINO LIXPO DE ABREU.

Por tanto, visto y examinado el referido tratado de estradicion de grandes criminales, previa la aprobacion del congreso, hemos venido, en uso de la facultad que nos concede la atribucion 9.ª del articulo 68 de la constitucion de la república, en ratificar el antedicho tratado, como por las presentes lo ratificamos y declaramos aceptado, confirmado y obligatorio en todas y cada una de las clausulas y estipulaciones en él contenidas, empeñando y comprometiendo solemnemente á su fiel y esata observancia, por parte del Ecuador, la fé y el honor nacional.

En testimonio de lo cual, hemos hecho expedir las presentes, firmadas de nuestra mano, selladas con el gran sello de la república y referendadas por el ministro secretario de estado en el departamento de relaciones exteriores, en Quito á veinte ocho de Noviembre de mil ocho cientos cincuenta y tres, noveno de la libertad.

(L. S.)

JOSÉ MARIA ERVINA.

El ministro de relaciones exteriores,

MARCOS ESPINER.

N. 2.

Protocolo da negociação do tratado entre o Brasil e o Equador sobre extradicação, comprehendendo as questões de navegação fluvial e limites de que fôra encarregado perante aquella república o commendador Miguel Maria Lisboa.

Aos tres dias do mez de Novembro de 1853, nesta cidade de Quito capital da republica do Equador, em uma das salas do ministerio de guerra e marinha, se reunirão o Ex.^{ma} Sr. Miguel Maria Lisboa, commendador da ordem de Christo, ministro residente de S. M. o Imperador do Brasil em missão especial junto á republica do Equador, o plenipotenciario para negociar tratados com esta republica, e o Sr. coronel Tendoro Gomez de la Torre, ministro e secretario de estado nos departamentos de guerra e marinha, e plenipotenciario nomeado para celebrar tratados com o Brasil. Os ditos plenipotenciarios apresentarão os authographos de seus respectivos plenos poderes, que forão examinados e achados em boa e devida forma, e treçarão copias authenticas.

Entrando em conferencia, disse o plenipotenciario brasileiro: que havendo elle offerecido á consideração do governo do Equador, em nota de 17 de Outubro proximo passado dous projectos de tratados, um de extradicação e outro de navegação fluvial, propunha que se tomassem os ditos projectos por base da negociação, principiando-se pelo tratado de extradicação.

O plenipotenciario por parte do equador convêto nesta proposição; e havendo-se procedido ao exame do projecto de tratado de extradicação, foi approvedo até o artigo 7.º fazendo-se neste a modificação de empregar a palavra *indivíduos* em lugar da palavra *indios*, contida no projecto:

para que a disposição do dito artigo fosse extensiva a toda a classe de pessoas. Supprimio-se o artigo 8.º do projecto; porque as leis do Equador o repellam, e porque no artigo 7.º modificado estão comprehendidos os individuos de todas as castas. Não se approvou o artigo 9.º do projecto; porque expuzerão os Srs. ministros que a fixação de limites entre o Brasil e o Equador era propria de um tratado especial, a cujo respeito declarou o Sr. ministro do Equador que não duvidava que seu governo teria presente o *uti possidetis* como um principio para quando se tenha de fixar os limites com o Brasil. O artigo 10.º do projecto foi approvado. Concederão os plenipotenciarios que se lavrasse o tratado para que seus exemplares pudessem ser assignados na proxima conferencia.

Tomando em consideração o projecto de convenção sobre navegação fluvial, proposto pelo plenipotenciario brasileiro, disse este: que-lhe constava que no congresso da republica tratava-se, sem duvida sem a intervenção do poder executivo, de um projecto de lei que declarava abertos a todas as nações do mundo certos portos em alguns rios tributarios do Amazonas que só erão accessiveis pela foz do dito Amazonas, e julgava do seu dever chamar a attenção do governo do Equador para os inconvenientes que pudessem resultar da approvação de uma medida, que, além de ser inteiramente insufficiente por si só para conseguir os fins que se tinha em vista, porque sua applicação pratica dependia do consentimento do Brasil, lhe parecia de certo modo offensiva ao mesmo Brasil, cujos direitos de soberania sobre o baixo Amazonas erão menos-cabados, entretanto que, sem consulta-lo e sem obter o seu consentimento, concedião-se a nações estrangeiras e longinquas vantagens que não poderião ser aproveitadas sem um transitó pelo seu territorio, no que o imperio ainda não tinha concordado. Disse, que não via a necessidade que tinham os cidadãos de nações maritimas, longinquas, de commerciar com o Amazonas em barcos de sua propria bandeira, e que antes lhe parecia que o facto de não quererem servir-se de barcos brasileiros ou do Equador importava certa falta de confiança nas leis e regulamentos maritimos destas nações, que não lhes era de modo algum lisongeira.

Accrescentou: que pedia ao plenipotenciario do Equador lhe declarasse explicita e categoricamente, se seu governo lencionava sustentar ou sancionar a lei em questão, porque, no caso affirmativo, elle por sua parte declararia que não podia prescindir da clausula contida no artigo 4.º do seu projecto, a saber: *que a navegação do Amazonas e seus tributarios pertence exclusivamente aos estados ribeirinhos*. Que se o poder executivo não conviesse preliminarmente no dito principio contido no artigo 4.º de seu projecto, já não lhe seria permittido continuar a negociar sobre este assumpto de navegação fluvial; e que neste caso elle aconselhava ao governo do Equador que transferisse as negociações para o Rio de Janeiro, ondê podia entender-se directamente com o gabinete imperial. Que este poderá talvez modificar a sua politica, ainda que elle plenipotenciario brasileiro duvidava; entretanto que por sua parte não lhe seria possível tomar sobre si tão grande responsabilidade.

A isto contestou o plenipotenciario do Equador: que as circumstancias do equador são excepçionaes, e que não pôde por ora acceder á proposição que faz o governo do Brasil sobre o direito exclusivo de navegação fluvial do Amazonas para as nações ribeirinhas; que o governo do Equador enviaria ao Rio de Janeiro um ministro autorizado para a celebração do tratado que regule a dita navegação; e concluiu assegurando que tinha instrucções do seu governo para offerecer um premio de dez mil pesos em favor do primeiro barco que legalmente chegue a qualquer dos rios do Equador pela embocadura do Amazonas; que a empresa Souza deve estar muito adiantada, e que será sem duvida a primeira que poderá fazer a navegação e receber o premio offerecido.

Marcou-se o dia 5 do mez corrente para assignar-se o tratado de extradição com a data do dia de hoje em que se celebrou; e para constancia e authenticidade do protocollo, o firmarão por duplicata os plenipotenciarios.

MIGUEL MARIA LISBOA.

TENDORO GÓMEZ DE LA TORRE.

Convite feito em o anno de 1841 pelo governo da Republica de Venezuela ao de S. M. o Imperador para se celebrar em Londres um tratado de limites entre os dous Estados.

N. 3.

Nota do governo da republica de Venezuela ao governo imperial.

Republica de Venezuela. — Departamento de relações exteriores. Caracas, em 26 de Fevereiro de 1841.

Ex.^{ma} Sr.— Entre os Estados independentes da America, que pertencêrão ao dominio da Hespanha, está a Republica de Venezuela que confina com o Imperio Brasileiro pelo lado do Sul; e o seu governo julga da maior importancia não differir por mais tempo o ajuste dos respectivos limites, além de evitar no futuro todo o motivo de controversia que possa vir a perturbar a amizade, harmonia e boa intelligencia de que actualmte gozão ambas as nações.

O presidente de Venezuela, em consequencia destas considerações, resolveu propôr, por intermedio de V. Ex.^a, ao governo de S. M. I. a celebração de um tratado de limites por meio de plenipotenciarios competentemente autorizados, o que o meu governo julga mais facil e commodo verificar na capital de Londres, conferindo S. M. I. os poderes necessarios, ou ao mesmo ministro diplomatico que ali tenha, ou a qualquer outra pessoa que seja do seu agrado.

Se o governo de S. M. o Imperador convier nesta proposta, o de Venezuela, logo que V. Ex.^a se sirva dirigir-me o competente aviso, nomeará o plenipotenciario, que por sua parte deva proceder em Londres á celebração do tratado com o de Sua Magestade.

Concluido o tratado para que o meu governo convida o de S. M. I., nomear-se-ha por parte de Venezuela um commissario, para que de acôrdo com o de Sua Magestade proceda á demarcação de limites entre Venezuela e o Brasil.

Aproveito esta occasião para offerecer a V. Ex.^a os sentimentos de perfeita consideração e apreço com que tenho a honra de assignar-me

De V. Ex.^a attento e obediente servidor,

FRANCISCO ARANDA.

A S. Ex.^a o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Brasil, etc.

N. 4.

Resposta do governo imperial, prevenindo os desejos do da Republica com a nomeação de um encarregado de negocios para nella residir.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.

Tenho a honra de accusar o recebimento da carta, que V. Ex.^a se dignou dirigir-me datada de 26 de Fevereiro do anno passado propondo, de ordem do Ex.^{ma} presidente da Republica de Venezuela ao governo de S. M. o Imperador, a celebração de um tratado

do limites entre o Brasil e a mesma Republica por intermedio de plenipotenciarios competentemente autorisados para aquelle fim; indicando a capital de Londres para tratar-se da respectiva negociação.

Levei ao conhecimento do governo de S. M. o Imperador o conteúdo daquella carta, e é cheio do mais sincero prazer que, respondendo-lhe, tenho a honra de communicar a V. Ex.^a que o mesmo governo imperial sobremodo estima ter prevenido os desejos da Republica de Venezuela, pois recebendo-se agora a carta acima mencionada, já havia em data de 12 de Abril do corrente anno nomeado um encarregado de negocios para ali residir, a quem dera instruções tendentes ao negocio ora proposto, e a outros de interesse dos dous Estados.

E como aquelle encarregado de negocios brasileiro tem brevemente de partir para essa Republica, logo que chegue do Chile donde fôra chamado e onde se achava desempenhando funções de igual caracter, munido dos plenos poderes necessarios, poderá então V. Ex.^a dar principio as negociações, que julgar convenientes sobre o assumpto indicado; na certeza de que o governo do Brasil ambiciona ver cada vez mais apertados os laços de boa harmonia e amizade felizmente existentes entre este imperio e os Estados Americanos.

Aproveito a presente oportunidade para retribuir a V. Ex.^a os verdadeiros sentimentos de distincto apreço e alta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a, attento e obediente servidor,

AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO.

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. D. Francisco Aranda, ministro das relações exteriores da Republica de Venezuela, etc.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Maio de 1842.

Reclamação do governo da Republica de Venezuela para se remover os obstaculos ao commercio e communicação interna entre os dous paizes pela respectiva fronteira.

N. 5.

Nota do governo da Republica de Venezuela à legação imperial.

Republica de Venezuela. Departamento de relações exteriores. Caracas, 9 de Setembro de 1846.

Tendo o governo de Venezuela sabido por informações officiaes das autoridades do Rio Negro, que se tem impedido a varios indigenas a entrada no territorio brasileiro, assegurando o commandante da fronteira ter ordens superiores para não deixar passar por ella barcos ou individuos estrangeiros, o abaixo assignado, secretario de estado das relações exteriores, tem a honra de dirigir-se, por ordem expressa de S. Ex.^a o presidente, ao cavalleiro Miguel Maria Lisboa, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil, com o fim de fazer chegar, por tão respeitavel intermedio, ao governo imperial a noticia deste procedimento por parte dos funcionarios brasileiros da provincia limitrophe, contrario inteiramente não só ás francas e amigaveis relações, que Venezuela deseja e está sempre prompta a cultivar com o Brasil, mas tambem ás disposições do artigo 25 da lei

do organimento promulgada no Imperio no anno passado, que não põe embaraço algum á introdução pelo interior na provincia do Pará das produções de qualquer ponto dos territorios estrangeiros que limitão com a mesma provincia.

O governo do abaixo assignado, que vivamente sente esta inesperada interrupção do commercio e da communicação interna entre os dous paizes, espera da sabia politica e cordies sentimentos do governo imperial para com Venezuela, que não permitirá que continue para o futuro especie alguma de interdicção nas mutuas relações commerciaes, quer exteriores quer interiores; julgando ao mesmo tempo conveniente participar que o Sr. Ayres, antigo director das missões venezuelanas do Orinoco e Rio Negro, foi exonerado pelo governo deste emprego, e se deu recentemente ás ditas missões uma nova organização em harmonia com as suas necessidades e progresso, e com a maior expansão de que são susceptíveis essas mesmas relações commerciaes com o Brasil.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar ao cavalleiro Lisboa as seguranças de sua mui distincta consideração.

JOÃO MANOEL MAURIQUE.

Ao cavalleiro Miguel Maria Lisboa, etc.

N. 6.

Nota da legação imperial ao governo da Republica de Venezuela.

Legação do Imperio do Brasil em Venezuela, Caracas. em 14 de Setembro de 1846.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil, teve a honra de receber a nota datada de 9 do corrente mez, na qual S. Ex.^a o Sr. Maurique, secretario de estado do despacho de relações exteriores da Republica de Venezuela, lhe participa ter o governo da Republica aviso official de que o commandante da fronteira do Rio Negro no Brasil ha prohibido toda a communicação commercial entre o Imperio e Venezuela por aquella fronteira: reclamando S. Ex.^a a descontinuação dessa pratica, e participando que o Sr. Ayres não é já director das missões venezuelanas, e que se ha dado a estas uma nova organização em harmonia com suas necessidades e progressos, e com a maior expansão, de que são susceptíveis as relações commerciaes com o Brasil.

O abaixo assignado levará sem demora esta nota á presença do governo de S. M. o Imperador, e sollicitará com urgencia a sua consideração; podendo desde já assegurar ao Sr. ministro, para conhecimento do governo da Republica, que qualquer que seja a decisão do governo imperial, ella será conforme com as francas e amigaveis relações, que subsistem entre o Brasil e Venezuela, e que o governo de S. M. o Imperador muito deseja manter e estreitar.

O abaixo assignado tem a honra de reiterar a S. Ex.^a os protestos da sua mui distincta consideração.

MIGUEL MARIA LISBOA.

A S. Ex.^a o Sr. João Manoel Maurique, etc.

N. 7.

Nota do governo da Republica de Venezuela ao governo imperial.

Republica de Venezuela.—Departamento de relações exteriores. Caracas, 3 de Janeiro de 1848.

Ex.^{ma} Sr.—Em data de 9 de Setembro de 1846 julgo o meu governo necessario dirigir-se ao de S. M. o Imperador do Brasil, por intermedio do seu representante nesta republica, o cavalleiro Miguel Maria Lisboa, sollicitando a revogação de umas ordens que o commandante da fronteira desse imperio dizia ter recebido do Ex.^{ma} Sr. presidente da provincia do Pará, em virtude das quaes impedia aos indigenas do Rio Negro a entrada no territorio brasileiro.

Não tendo ainda recebido resposta áquelle pedido, tenho ordem de S. Ex.^a o presidente da republica para renová-lo perante o governo de Sua Magestade pelo respeitavel orgão de V. Ex.^a

Não poderá desconhecer o illustrado gabinete brasileiro a conveniencia de remover todos os obstaculos que se oppõem ao desenvolvimento do commercio terrestre entre duas nações que por sua posição limitrophe são chamadas a animá-lo, e que se hoje é de pouca importancia pela despovoação das fronteiras, mais tarde virá a ser um vinculo de união e uma fonte de progresso para ambos os paizes, se, em vez de se adoptarem medidas que o destruão em seu começo, se tomem aquellas que tendão pelo contrario a fortificá-lo e torná-lo mais extenso em harmonia com a boa intelligencia e relações amigaveis, que felizmente existem entre Venezuela e o Brasil.

Quando se achava nesta capital o cavalleiro Lisboa, o governo da Republica verbalmente lhe manifestou os seus desejos de promover um arranjo entre os dous paizes, que fixasse as bases do commercio maritimo e terrestre, porém ha pouco tempo julgou-se desnecessario uma convenção especial sobre este ponto, por ter a legislatura do Brasil adoptado as liberaes disposições, que se achão consignadas no art. 25 da lei do orçamento promulgada em 1845.

Confiando o meu governo na efficacia destas disposições, reservou o seu projecto para quando o augmento da população e industria das fronteiras, estendendo o commercio e as relações dos dous paizes por aquella parte importante de seus territorios, exigisse a sua realisação por meio de um tratado que fixasse as regras mais proprias para organizar e enraizar estas mesmas relações de mutua conveniencia; porém infelizmente as ordens dadas ao commandante das fronteiras vierão annullar aquellas sabias disposições da assemblea do Brasil, interrompendo o commercio e a communicação interna entre os dous paizes; e é com o fim de obter a sua revogação que tenho a honra de dirigir-me a V. Ex.^a, ponderando-lhe a necessidade de tomar esta medida em favor do commercio, que principia a estabelecer-se entre a Republica e o Imperio, e de que devem resultar grandes bens para ambos.

Com o sentimento de profundo respeito tenho a honra de subscrever-me

De V. Ex.^a attento servidor.

RAFAEL ACEVEDO.

Ao Ex.^{ma} Sr. ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil, etc.

Declaração do governo imperial aos das republicas de Venezuela e Nova Granada relativamente aos tratados pendentes de approvação dos respectivos congressos.

N. 8.

Extracto de uma nota do ministro residente do Brasil ao governo de Venezuela.

Missão especial do Brasil em Venezuela, Paris, em 27 de Outubro de 1854.

Senhor ministro.—Tenho a honra de remetter a V. Ex.^a a inclusa carta imperial, e copia do estylo, pela qual S. M. o Imperador, meu augusto soberano, se dignou dar por finda a missão que me havia confiado junto á republica de Venezuela; e rogo a V. Ex.^a se sirva fazê-la chegar ao seu respeitavel destino.

Tive ao mesmo tempo ordem do meu governo para declarar ao de V. Ex.^a que S. M. o Imperador, sempre sollicito pelo bem-estar e pela tranquillidade das republicas vizinhas do imperio, e pela boa harmonia entre todos os estados do continente Sul-Americano, sem as quaes se retardará indefinidamente o gozo dos beneficios que lhes promette uma natureza prodiga, está disposto para adoptar todas aquellas medidas que possam estreitar as relações de amizade que felizmente reinão entre o imperio e as mesmas republicas, e remover com antecipação e calma, enquanto não ha graves interesses materiaes que o difficultem, todo o motivo de ulterior desavença.

Pelo que respeita ao tratado de limites a cuja celebração foi convidado o governo do Brasil pelo de Venezuela, e que foi assignado em 25 de Novembro de 1852, conforme com a proposta do plenipotenciario Venezuelano e com o parecer do conselho de governo da republica mais de uma vez pronunciado, tenho ordem para declarar a V. Ex.^a que, reputando o meu governo o tratado de 1777 sem forza pelas graves razões exaradas no protocollo das respectivas conferencias e por outras de direito que seria extemporaneo enumerar, só espera que V. Ex.^a annuncie a sua approvação pelo congresso nas duas discussões que lhe faltão, para deliberar sobre a sua ratificação e sobre o meio de prolongar o prazo marcado para a troca das respectivas ratificações.

Quanto á navegação do Rio Negro, repetidas vezes sollicitada pelo governo Venezuelano para a bandeira da republica, V. Ex.^a sabe que foi esta questão resolvida pela convenção assignada em Caracas a 25 de Janeiro de 1853, de uma maneira benevola, liberal e em todas as suas partes conforme com o interesse dos dous estados.

V. Ex.^a se servirá encaminhar por intermedio da legação imperial do Brasil em Londres qualquer communicação que tenha de dirigir ao governo de S. M. o Imperador, tanto sobre este assumpto, como sobre qualquer outro que interesse as relações entre os dous estados.

Não devo concluir sem rogar a V. Ex.^a queira apresentar ao Ex.^{mo} Sr. presidente da republica a expressão do meu profundo reconhecimento pela benevolencia com que me tratou durante minha estada em Caracas, e aceitar os protestos da distincta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a muito attencioso venerador

MIGUEL MARIA LISBOA.

A S. Ex.^a o Sr. ministro de relações exteriores da republica de Venezuela, etc.

N. 9.

Excerto de uma nota do ministro residente do Brasil ao governo da Nova Granada.

Missão especial do Brasil na Nova Granada. — Paris, em 27 de Outubro de 1854.

Sr. ministro. — Tenho a honra de remetter a V. Ex.^a a inclusa carta imperial, e copia do estylo, pela qual S. M. o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, se dignou dar por finda a missão que me havia confiado junto á republica da Nova Granada; e rogo a V. Ex.^a se sirva fazê-la chegar a seu respectivel destino.

Tive ao mesmo tempo ordem do meu governo para declarar ao de V. Ex.^a, que S. M. o Imperador, sempre sollicito pelo bem-estar, e pela tranquillidade das republicas vizinhas do Imperio, e pela boa harmonia entre todos os Estados do continente sul-americano, sem as quaes se retardará indefinidamente o gozo dos beneficios que lhes promette uma natureza prodiga, está disposto para adoptar todas aquellas medidas que possão estreitar as relações de amizade que felizmente reinão entre o Imperio e as mesmas republicas, e remover com anticipação e calma, cuquantu não ha graves interesses materiaes que o difficultem, todo o motivo de desavença.

Pelo que respeita ao tratado de limites assignado em Bogotá em 25 de Julho de 1853, tenho ordem para declarar a V. Ex.^a, que reputando o meu governo o tratado de 1777 sem força pelas graves razões exaradas no protocollo das respectivas conferencias, e por outras de direito que seria extemporaneo enumerar, só espera que V. Ex.^a annuncie a approvação daquelle tratado pelo congresso, para deliberar sobre a sua ratificação e sobre o meio de prolongar o prazo marcado para a troca das respectivas ratificações.

Quanto á navegação do Amazonas, V. Ex.^a sabe que foi esta questão resolvida pela convenção assignada em Bogotá a 14 de Junho de 1853, de uma maneira benevola, liberal e em todas as suas partes conforme com os interesses dos dous Estados.

V. Ex.^a se servirá encaminhar, por intermedio da legação imperial do Brasil em Londres, qualquer communicação que tenha de dirigir ao governo de S. M. o Imperador, tanto sobre este assumpto, como sobre qualquer outro que interesse as relações entre os dous Estados.

Não devo concluir sem rogar a V. Ex.^a queira apresentar ao Ex.^{mo} Sr. vice-presidente da republica a expressão do meu profundo reconhecimento pela benevolencia com que me tratou durante minha estada em Bogotá, e aceitar os protestos da distincta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a muito attento venerador

MIGUEL MARIA LISBOA.

A S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores da republica de Nova Granada, etc.

Convite do governo imperial ao da Republica do Equador para a renovação da negociação do tratado de navegação do Amazonas entre os dous paizes.

N. 10.

Nota do ministro residente do Brasil ao governo da Republica do Equador.

Missão especial do Brasil no Equador — Paris, em 27 de Outubro de 1854.

Sr. Ministro.—Tenho a honra de remetter a V. Ex.^a, para que se sirva fazê-la chegar ao seu respeitavel destino, a inclusa carta imperial, e copia do estylo, pelo qual S. M. o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, se dignou dar por finda a missão que me havia confiado junto á Republica do Equador.

Tive ao mesmo tempo ordem do meu governo para declarar ao de S. Ex.^a, que S. M. o Imperador, sempre sollicito pelo bem-estar e tranquillidade das republicas vizinhas do Imperio, e pela boa harmonia entre todos os Estados do continente sul-americano, sem as quaes será indefinidamente retardado o gozo dos beneficios que lhes promette uma natureza prodiga, estará sempre disposto para adoptar aquellas medidas que possão estreitar as relações de amizade que felizmente reinão entre o imperio, e as mesmas Republicas, e remover com antecipação e calma, enquanto não ha graves interesses naturaes que o difficitem, todo o motivo de ulterior desavença.

Com estes desejos aguarda o governo imperial pela renovação da negociação sobre a navegação do Amazonas, que o governo Equatoriano, por intermedio do seu plenipotenciario, fez saber ao de S. M. o Imperador, que reservava para tratar no Rio de Janeiro; e entretanto manda declarar ao de V. Ex.^a, que a adopção pelo governo imperial para com a Republica do Equador da politica liberal e benevola que dictou a convenção com o Perú de 23 de Outubro de 1851, fica unicamente dependente de se realisarem os desejos manifestados e as promessas feitas pelo plenipotenciario Equatoriano e consignadas no protocollo das conferencias que com elle tive em Quito, em 3 de Novembro de 1853.

V. Ex.^a se servirá encaminhar, por intermedio da legação imperial do Brasil em Londres, qualquer communicação que tenha de dirigir ao governo de S. M. o Imperador sobre este assumpto, ou sobre qualquer outro que interesse ás relações entre os dous Estados.

Não devo concluir sem rogar a V. Ex.^a queira apresentar ao Ex.^{mo} Sr. presidente da Republica a expressão do meu profundo reconhecimento pela maneira benevola com que me tratou durante minha estada em Quito, e aceitar os protestos da distincta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a muito attencioso venerador.

MIGUEL MARIA LISBOA.

A S. Ex.^a o Sr. D. Marcos Espinel, ministro das relações exteriores da Republica do Equador, etc.

Parceer do barão de Humboldt sobre os tratados de limites celebrados pelo plenipotenciario brasileiro com as Republicas de Venezuela e Nova-Granada reconhecendo a necessidade de se adoptar o principio do uti possidetis, base daquelles tratados.

N. 11.

Carta do Barão de Humboldt ao Commendador Miguel Maria Lisboa.

Berlin le 22 Décembre 1854.

Monsieur

Très sensible, Monsieur, à la confiance que vous avez bien voulu me témoigner et que je dois sans doute à l'affectueuse bienveillance dont m'honore Mr. le Chevalier d'Araujo, j'ai étudié les documens qui traitent de la convention que vous avez si heureusement conclue et qui sera sans doute adoptée dans des momens plus calmes.

Lors de la paix de Paris j'avais déjà été invité par le duc de Wellington de rédiger un mémoire sur les limites de la Guiane Portugaise, qui a été publié dans la Collection Diplomatique de Schöll, après avoir joui de la haute approbation de votre cour.

Les incertitudes qui ont régné si longtems sur les limites des possessions brésiliennes dans le Bassin du Rio Negro, ont pris naissance en grande partie de la préférence qu'on a voulu donner à des vagues suppositions sur le point, où le Rio Negro est traversé par l'Équateur, aux indications plus simples et plus rassurantes (là où manquait toute observation de latitude) des confluens de deux fleuves. Lorsque Mr. de la Condamine venait au Grand Pará on croyait cette ville placée sous l'Équateur même: il la trouvait de 1° 28" au Sud de l'Équateur. Pendant un demi siècle on a été persuadé dans la Capitainerie Générale de Caracás que l'habile Ingénieur, D. Gabriel Clavero, avait construit le fortin de S. Carlos del Rio Negro là où passait l'Équateur. Aucune observation astronomique n'avait été faite dans ce lieu avant moi. La « Real Expedicion » des limites de Solano n'a pas dépassé le confluent du Guaviare et de l'Orénoque. J'ai trouvé le fortin de S. Carlos par 1° 53' 42" de latitude boréale.

J'approuve beaucoup, Monsieur, la sagesse avec laquelle dans votre négociation vous n'avez (avec les intentions les plus conciliatrices) pas insisté sur des agrandissemens de territoire et adopté pour sortir des longues incertitudes qui naissent des vagues expressions de l'ancien traité du 11 Octobre 1777, le principe de l'*uti possidetis* de 1810. Vous avez très bien senti que ce qu'il y a de plus important pour faire sortir ces sauvages contrées de leur état d'isolement et d'abandon industriel, c'est d'apaiser les antipathies nationales.

et de profiter, par une libre navigation, de cette admirable entrelacement de rivières qui, comme un don bienfaisant de la Providence, a été accordé, assez inutilement jusqu'ici aux peuples de l'Amérique du Sud.

C'est sur ce point de vue que, de retour de l'expédition de l'Orénoque en 1800, j'ai tâché de fixer l'attention du gouvernement Espagnol dans un rapport que j'ai adressé au ministre des affaires étrangères d'alors, le chevalier d'Urquijo. Je disais alors: « Lo que « sería lo mas digno de ser obtenido por el medio de mutuas concesiones sería una libertad « íntera y reciproca de comercio en estos magestuosos ríos, el Orinoco, el Cassiquiare y « Rio Negro ó Guainia y el Marañón. Nada sería mas propio para fomentar la prosperidad « en unos paises tan atrasados, en el cultivo de las tierras, nada mas propio para disminuir « la infeliz y irracional antipathia que existe desgraciadamente entre dos naciones limitaneas. »

Monsieur le ministre résident et commendador D. Miguel Maria Lisbon me fait l'honneur de m'adresser à la fin de la lettre (en date du 4 Août 1854) dont il a bien voulu m'honorer, deux demandes spéciales, auxquelles je tâcherai de répondre avec franchise.

1.^e Avant l'expédition de Solano, c'est à dire, vers l'année 1750, la possession de fait des Portugais sur le Rio Negro, s'étendait-elle au de-là du Cassiquiare?

Il y a eu certainement (bien avant que les Espagnols ont établi des missions sur l'Atabapo, le Cassiquiare et le Rio Negro), depuis les établissemens Portugais formés chez les Marabitanas de tems en tems, des incursions vers le Nord, au de-là du Cassiquiare par le Caba, luri et le Pacimoni. Vous trouverez même sur ma grande carte de l'Orénoque (Pl. 16 de mon Atlas géographique et physique du voyage) inscrits près d'un lac (par le degré 3° de latitude du Nord) les mots suivants:

« C'est sur les bords de ce lac à l'Est du Rio Mavaca que les Portugais s'introduisent par le *portage* (arrastradero) qui va du rio Siaba, affluent du Cassiquiare, au rio Mavaca, pour cueillir le fruit aromatique du laurier puehery et la saseporeille, article d'exportation du Pará. On parvenait à l'Est de l'Esmeralda là, où j'ai été, et Monsieur Schomburgk, 30 ans après moi, le plus près des sources de l'Orénoque. C'étaient de ce côté là des incursions temporaires, ce n'était pas une *possession* de fait. Si des aventuriers indiens mêlés à quelques colons Portugais poussaient assez souvent leurs incursions hostiles jusqu'aux eaux du rio Temi et du Tuamini (avant 1755) c'était pour faire des esclaves, « allez à la conquête des Ames », et les vendre au Rio Negro Portugais. L'établissement de Javitá sur le Tuamini existait sans doute, mais comme village indien sous la domination d'un chef indien du nom de Javitá. Les premiers blancs que le Père Roman, en Février 1744, rencontra en passant le premier de l'Orénoque à Rio Negro, furent des Portugais marchands d'esclaves « de la tropa de rescate ». Les Guaipunares leur vendaient les prisonniers qu'ils ne mangeaient pas. Ce n'est pas dans le village indien que dominait le chef Javitá, c'est dans un des établissemens Portugais du rio Negro que le Père Roman attendit l'arrivée du Jésuite Portugais Avogadre qui vint du Pará. (Voyage T. II. P. 416 et 535.)

Les Portugais en 1750 n'ont eu, je crois, aucun établissement, aucune culture au Nord du point où entre le Cassiquiare, au nord-est du rocher Culimacari, sur le quel j'ai bivouaqué avec Mr. Boupland.

2.^e Les limites du traité du 25 Novembre 1852 sont elles d'accord avec ce que vous avez manifesté dans la relation de votre voyage aux Régions Équinoxiales?

Je n'ai pas visité les eaux du Rio Negro à l'ouest du point où cette rivière reçoit les eaux du Caño Pimichin, étant venu à pied à travers la forêt de Javitá (mission du rio Tuamini) au terme du *portage* sur le Caño Pimichin.

J'ai pu recueillir je crois quelques renseignemens assez précis sur les lieux que vous nommez dans le traité. Ma carte de l'Orénoque et du Rio Negro offre le confluent de l'Apo-

poris (qui reçoit le Taraira) avec le Yupurá confluant qui est à 1° au Sud de l'Équateur, et par lequel vous commencez vos limites, art. 1.^{er} dans le traité daté du 25 Juillet 1853.

Ma carte offre les *Ríos* Aquió, Tomo, Uaupés et Xié. Je placerais l'île de San José près de la caverne ou harem (lieu de débauche du célèbre chef indien Cocuy) entre S. Carlos del Rio Negro et S. José de Marabitanas (là l'on devait me faire prisonnier) par les 1° 40' de latitude Nord. C'est cette île qu'on regarde aujourd'hui comme frontière.

Je crois avoir pu donner (voyage id. in 4.^e T. II, P. 459) des renseignements très curieux sur les véritables sources du Guainia, et sur le cours supérieur du Uaupés que j'ai dus à un moine très judicieux de S.^t François, le gardien Fray Francisco Pagnet de la mission des Andaquies. Il était venu des sources du Yupurá (Caquetá) aux sources du Guaviare en partant de la mission du Caguan.

Je n'ai rien trouvé, Monsieur, dans votre *Convention* qui soit contraire aux notions géographiques que j'ai pu acquérir.

Récemment il a paru à Londres le voyage d'un naturaliste qui venant du Pará a remonté le Rio Negro et visité les rives si peu connues du Uaupés. (Alfred Wallace, *travels on the Amazon and Rio Negro* 1853 p. 273.) Cette curieuse expédition a été de l'année 1850. Mr. Wallace est venu comme moi par la forêt de Pimichin à Javitá où il a eu le tort de composer un poème très ennuyeux.

Je désire ardemment que mes reminiscences de vieillard puissent vous offrir quelque intérêt. Daignez agréer, Monsieur le Chevalier, l'hommage de la haute considération avec laquelle j'ai l'honneur d'être, etc.

LE BARON DE HUMBOLDT.

A Mr. le commandeur D. Miguel Marin Lisboa, etc.

ANNEXO L.

TRATADOS E CONVENÇÕES

DEMARCAÇÃO DE LIMITES ENTRE O IMPERIO E O ESTADO ORIENTAL
DO URUGUAY.

REVERSAES TROCADAS ENTRE O MINISTRO DO BRASIL NO PERU
E O GOVERNO DESTA REPUBLICA,
FIXANDO AS REGRAS QUE SE TEM DE OBSERVAR NA EXTRADIÇÃO DE ESCRAVOS FUGIDOS.

REVERSAES TROCADAS ENTRE O MINISTRO DO BRASIL NO PERU
E O GOVERNO DA MESMA REPUBLICA,
FIXANDO A INTELLIGENCIA DO ART. 5.º DO TRATADO DE 23 DE OUTUBRO DE 1851.

N. 1.

Convenção entre o Imperio do Brasil e a Republica Oriental do Uruguay sobre a prestação de subsidio á mesma Republica.

Nós o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que no dia primeiro do mez de Junho do corrente anno se concluiu e assignou na cidade de Montevideo entre nós e o presidente da Republica Oriental do Uruguay, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos necessarios plenos poderes, uma convenção para regular, em conformidade da lei n.º 723, de 30 de Setembro do anno proximo passado, da assembléa geral legislativa do Brasil, uma nova prestação de soccorros pecuniarios por parte do governo imperial ao governo da dita Republica, cujo teor é o seguinte :

Em nome da Santissima e indivisivel Trindade.

Reconhecendo S. M. o Imperador do Brasil e o presidente da Republica Oriental do Uruguay, que o estado actual de deficiencia de recursos pecuniarios, a que se acha reduzida a Republica, é um dos maiores obstaculos, que se oppõe á organisação do paiz, e ás reformas que é indispensavel emprender para firmar a paz, e melhorar a receita do Estado, convierão em ajustar e regular uma nova prestação de soccorros pecuniarios ao governo da Republica Oriental do Uruguay, e as garantias que esta deverá prestar ao Brasil.

Para este fim nomearão por seus plenipotenciarios, a saber :

S. M. o Imperador do Brasil ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José Maria do Amaral, commendador da imperial Ordem da Rosa, cavalleiro da de Christo, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto da Republica Oriental do Uruguay.

E o presidente da Republica Oriental do Uruguay ao Excellentissimo Senhor Dr. D.

Nos el coronel Venancio Flores, presidente da Republica Oriental del Uruguay etc. A los que el presente vieren hacemos saber: Que el dia primero de Junio del corriente año se ha ajustado y concluido una convencion de subsidios, entre nuestro plenipotenciario y el de Su Magestad El Emperador del Brasil en esta ciudad, debidamente autorizados al efecto, y cuyo tenor, copiado á la letra, es como sigue:

En nombre de la Santissima é Indivisible Trinidad.

Reconociendo el presidente de la Republica Oriental del Uruguay, y Su Magestad el Emperador del Brasil, que el estado actual de deficiencia de recursos pecuniarios, a que se halla reducida la Republica, es uno de los mayores obstaculos, que se oponen a la organizacion del país y á las reformas que es indispensable emprender para alanzar la paz y mejorar la recaudacion del Estado, convinieron en ajustar y arreglar una nueva prestacion de socorros pecuniarios al gobierno de la Republica Oriental del Uruguay y las garantias que esta debrá prestar al Brasil.

Con este fin nombraron por sus plenipotenciarios, á saber:

El presidente de la Republica Oriental del Uruguay, al Excellentissimo Señor Doctor Don Mateo Magariños, su ministro secretario de estado en los departamentos de gobierno y relaciones exteriores.

Y Su Magestad el Emperador del Brasil al Illustrissimo y Exelentissimo Señor José Maria

Mateo Magariños, seu ministro e secretario do estado nos departamentos de governo e relações exteriores.

Os quaes, depois de terem trocado os seus plenos poderes respectivos, que forão achados em boa e devida forma, convierão nos artigos seguintes:

Artigo 1.º

O governo de S. M. o Imperador do Brasil fornecerá por empréstimo ao da Republica Oriental do Uruguay a quantia mensal de sessenta mil patacoes, a contar desde o primeiro de Março ultimo em diante.

Artigo 2.º

Estas prestações poderão ser reduzidas ou retiradas quando o governo de S. M. o Imperador julgar conveniente, e em nenhum caso poderão durar mais do que até Dezembro do corrente anno de mil oitocentos e cincoenta e quatro, em que terminão os doze mezes de subsidio que o governo imperial foi autorizado a conceder ao governo da Republica pela lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853, salvo se o governo imperial for para isso novamente autorizado.

Artigo 3.º

As prestações que o governo imperial se obriga a fornecer pela presente convenção serão entregues no principio de cada mez pelo ministro do Brasil em Montevideo, na estação publica, e á pessoa que para este fim for autorizada pelo governo da Republica.

Artigo 4.º

Os documentos dados na entrega dessas prestações servirão de titulo de divida do governo oriental para com o do Brasil, assim de serem regularisados e pagos em tempo competente, e vencerão o juro de seis por cento ao anno contados da sua data.

Artigo 5.º

A importancia total do empréstimo, que faz o governo de S. M. o Imperador pela pre-

do Amaral, comendador de la imperial Orden de la Rosa, caballero de la de Cristo, y su enviado extraordinario y ministro plenipotenciario cerca de la Republica Oriental del Uruguay.

Los cuales, despues de haber canjeado sus respectivos plenos poderes, que fueran hallados en buena y debida forma convinieron en los articulos siguientes:

Articulo 1.º

El gobierno de Su Magestad El Emperador del Brasil suministrará por empréstito al de la Republica Oriental del Uruguay la cantidad mensual de sesenta mil patacones, a contar desde primero de Marzo ultimo en adelante.

Articulo 2.º

Estas prestaciones podran ser reducidas ó retiradas cuando el gobierno de Su Magestad El Emperador lo juzgue conveniente, y en ningún caso podran durar mas que hasta Diciembre del corriente año de mil ocho cientos cincuenta y cuatro, en que terminan los doce meses de subsidio que el gobierno imperial fué autorizado á conceder al gobierno de la Republica por la ley n.º 723, de 30 de Setiembre de 1853, salvo si el gobierno imperial fuere para esto nuevamente autorizado.

Articulo 3.º

Las prestaciones que el gobierno imperial se obliga á suministrar por la presente convencion seran entregadas al principio de cada mes por el ministro del Brasil en Montevideo, en la estacion publica, y á la persona que para este fin fuere autorizada por el gobierno de la Republica.

Articulo 4.º

Los documentos dados en la entrega de esas prestaciones serviran de titulo de deuda del gobierno oriental para con el del Brasil, á fin de que sean regularisados y pagados en tiempo competente, y venceran el interés de seis por ciento al año contados desde su fecha.

Articulo 5.º

El importe total del empréstito que hace el gobierno de S. M. el Emperador por la pre-

sente convenção, será adicionada áquella de que já lhe é devedora a Republica Oriental del Uruguay, por effeito da convenção de 12 de Outubro de 1851, e bem assim a do empréstimo de trinta mil patações mensaes desde o primeiro de Dezembro do anno de mil oitocentos e cinquenta e tres até o ultimo de Abril do corrente anno, em virtude das notas reversaes trocadas entre o governo da republica, e o ministro do Brasil em Montevideo, em 31 de Janeiro do corrente anno de 1854.

Artigo 6.º

O pagamento dos dous empréstimos acima mencionados, a saber: o de que trata esta convenção, e o que tem sido fornecido ao governo oriental em virtude das notas reversaes de trinta e um de Janeiro do corrente anno, será realisado no tempo e pelo modo declarado nos artigos 7, 8, 10, 11, 12 e 13 da citada convenção de 12 de Outubro de 1851. Estes artigos terão, pelo que diz respeito aos dous referidos empréstimos, a mesma força e applicação, como se fossem aqui inseridos palavra por palavra.

Artigo 7.º

O governo da republica reconhece como divida sua ao governo do Brasil a importância de oitenta e quatro mil pesos com os juros vencidos, que a casa de Guimarães & C.º emprestou ao governo da republica por contracto celebrado em 9 de Maio de 1853, mediante os bons officios do ministro residente do Brasil, que se achou presente á celebração do contracto, tomando o governo imperial a si o pagamento deste empréstimo, com declaração de que os juros de um e meio por cento ficarão reduzidos a seis por cento no anno desde a data em que a presente convenção fór ratificada, e de que este empréstimo será pago pelo governo da republica no tempo, pelo modo e com as condições estipuladas no artigo antecedente, relativamente aos outros empréstimos de que elle trata.

Artigo 8.º

Conformando-se o plenipotenciario de S. M. o Imperador com as declarações que lhe fez o plenipotenciario por parte do governo da republica no acto de celebrar-se a presente

sente convenção, será agregado á aquell de que ya lo es deudora la republica Oriental del Uruguay, por efecto de la convencion de 12 de Octubre de 1851, é igualmente el del empréstito de treinta mil patacones mensuales desde el primero de Diciembre del año de mil ochocientos cincuenta y tres hasta el fin de Abril del corriente año en virtud de las notas reversales cambiadas entre el gobierno de la republica y el ministro del Brasil en Montevideo, el 31 de Enero del corriente año de 1854.

Artículo 6.º

El pago de los dos empréstitos arriba mencionados, á saber: el de que trata esta convencion, y el que ha sido suministrado al gobierno oriental en virtud de las notas reversales del treinta y uno de Enero del corriente año, será realisado en el tiempo y del modo declarado en los artículos 7, 8, 10, 11, 12 y 13 de la citada convencion de 12 de Octubre de 1851. Estos artículos tendran, por lo que respecta á los dos referidos empréstitos, la misma fuerza y aplicacion, que si se hubieran insertado aquí palabra por palabra.

Artículo 7.º

El gobierno de la republica reconoce como deuda suya al gobierno del Brasil el importe de ochenta y cuatro mil pesos con los reditos vencidos, que la casa de Guimarães & C.º prestó al gobierno de la republica por contracto celebrado en 9 de Mayo de 1853, mediante los buenos officios del ministro residente del Brasil, que se halló presente á la celebracion del contrato, tomando el gobierno imperial sobre si el pago de este empréstito, con declaracion de que los intereses de uno y medio por ciento, quedaran reducidos á seis por ciento anual desde la fecha en que la presente convencion fuere ratificada, y de que este empréstito será pagado por el gobierno de la republica, en el tiempo, del modo y con las condiciones estipuladas en el artículo antecedente, relativamente á los otros empréstitos de que él trata.

Artículo 8.º

Conformandose el plenipotenciario de Su Magestad el Emperador con las declaraciones que lo hizo el plenipotenciario por parte del gobierno de la republica en el acto de

convenção, conveio-se nas seguintes condições:

1.º Que o governo da republica continuará a occupar-se incessantemente em concluir a liquidação e classificação da divida do Estado para ser logo convertida em título de divida publica consolidada.

2.º Que as prestações de que tratão os arts. antecedentes, a contar do 1.º de Março em diante, não poderão ser applicadas ao pagamento de dividas anteriores, nem no todo, nem em parte, nem consumidas por anticipação.

Serão exclusivamente applicadas ás despesas futuras das repartições da guerra, marinha, estrangeiros e governo, a contar do mesmo dia 1.º de Março em diante.

Artigo 9.º

A troca das ratificações será feita o mais promptamente que for possível na corte do Rio de Janeiro.

Em testemunho do que, nós os abaixo assignados, plenipotenciarios de S. M. o Imperador do Brasil, e do presidente da Republica Oriental do Uruguay, em virtude dos nossos plenos poderes, assignamos a presente convenção com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr o sello de nossas armas.

Feita na cidade de Montevideo, no dia primeiro do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

(L. S.) JOSÉ MARIA DO AMARAL.
(L. S.) MATEO MAGARIÑOS.

E sendo-nos presente a mesma convenção, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por nós tudo quanto nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações, e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito, prometendo em fé e palavra imperial observá-la e cumpri-la inviolavelmente, e fazê-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por nós assignada, passada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo nosso ministro de estado abaixo assignado.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos

celebrarse la presente convencion, se convino en las siguientes condiciones:

1.º Que el gobierno de la republica continuará ocupandose incessantemente en concluir la liquidacion y clasificacion de la deuda del Estado para ser luego convertida en títulos de deuda publica consolidada.

2.º Que las prestaciones de que tratan los articulos antecedentes, a contar del 1.º de Marzo en adelante, no podran ser applicadas al pago de deudas anteriores, ni en el todo, ni en parte, ni consumidas por anticipacion.

Serán esclusivamente applicadas á los gastos futuros de los departamentos de guerra, marina, exteriores y gobierno, a contar desde el mismo dia primero de Marzo en adelante.

Artículo 9.º

El cange de las ratificaciones, se hará lo mas prontamente que fuere posible en la Corte del Rio de Janeiro.

En fe de lo cual nós los abajo firmados plenipotenciarios del presidente de la Republica Oriental del Uruguay y de Su Magestad el Emperador del Brasil, en virtud de nuestros plenos poderes, firmamos la presente convencion con nuestros puños y le hicimos poner el sello de nuestras armas.

Hecha en la ciudad de Montevideo el dia primero del mes de Junio del año del Nascimento de Nuestro Señor Jesu Cristo de mil ochocientos cincuenta y cuatro.

(L. S.) MATEO MAGARIÑOS.
(L. S.) JOSÉ MARIA DO AMARAL.

Portanto: y estando autorizado por el senado y camara de representantes para su ratificación, declaramos en nuestro nombre y el de la republica, que aceptamos, aprobamos y ratificamos en todas y cada una de sus partes la preinserta convencion, prometiendo y empeñando nuestra fé y honor, que la cumpliremos y observaremos, y la haremos cumplir y observar fiel y inviolablemente, sin permitir que sea contravenida por ninguna causa ni pretesto, directa ni indirectamente.

En fe de lo cual firmamos el presente instrumento de ratificación, sellado con el sello de armas de la republica, y refrendado por nuestro ministro secretario de estado en el departamento de hacienda en Montevideo capital de la republica, a los cuatro dias de

sete dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cinquenta e quatro.

(L. S.) PEDRO, IMPERADOR (com guarda).

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

mes de Julio del año de Nuestro Señor de mil ochocientos cincuenta y cuatro.

(L. S.)

VENANCIO FLORES.

MAXOEL ACOSTA Y LARA.

N. 2.

Accordo de 3 de Agosto de 1854 determinando a duração e as condições do auxilio de força militar, prestado pelo Imperio á Republica Oriental do Uruguay.

Nós o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que em 3 de Agosto ultimo o nosso ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros celebrou com o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay nesta corte, um accordo com o fim de determinar a duração e as condições do auxilio de força militar, que a republica recebe do imperio, e cujo teor é o seguinte:

Protocollo.

Aos cinco dias do mez de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, reunidos os Ex.^{mas} Srs. conselheiro Antonio Paulino Limpo de Abreo, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o D. Andrés Lamas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay, com o fim de cumprir as ordens dos seus respectivos governos, determinando com clareza o objecto, as condições, e a duração do auxilio de força militar, que actualmente presta o governo do Brasil á mesma republica, visto como reconhecem que o dito auxilio não está sufficientemente desenvolvido e explicado na letra do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, depois de terem conferenciado sobre a materia, convierão em reduzir a protocollo as seguintes declarações:

El brigadier general Venancio Flores, presidente de la Republica Oriental del Uruguay, á cuantos el presente vieren hacemos saber que en 3 de Agosto ultimo, nuestro enviado extraordinario y ministro plenipotenciario en la Corte de Rio de Janeiro celebró con el Ex.^{ma} Señor ministro e secretario de estado de negocios extranjeros de S. M. el Imperador del Brasil, un acuerdo con el fin de determinar los objetos, duracion y condiciones del auxilio de fuerza militar que recibe la Republica del Imperio, y cuyo tenor copiado á la letra es como sigue:

Protocolo.

A los cinco dias del mez de Agosto de mil ochocientos cincuenta y cuatro, en esta ciudad del Rio de Janeiro y en la secretaria de estado de los negocios extranjeros, reunidos los excelentissimos Señores D. Andrés Lamas, enviado extraordinario y ministro plenipotenciario de la Republica Oriental del Uruguay, y consejero Antonio Paulino Limpo de Abreo, ministro y secretario de estado de los negocios extranjeros, con el fin de cumplir las ordenes de sus respectivos gobiernos, determinando con claridad el objeto, las condiciones y la duracion del auxilio de fuerza militar que atualmente presta el gobierno del Brazil á la misma Republica, puesto que reconocen que el dicho auxilio no está sufficientemente desarrollado y explicado en la letra del tratado de 12 de Octubre de 1851, despues de haber conferenciado sobre la materia, convinieron en reducir á protocolo las siguientes declaraciones:

1.º O auxilio de força militar, que actualmente presta o imperio do Brasil á Republica Oriental do Uruguay, teve e tem por unico objecto auxiliar o governo da dita republica, segundo o exigião e exigem as suas circumstancias, para fortificar a nacionalidade oriental por meio da paz interior, e dos habitos constitucionaes, que foi e é um dos fins principaes da alliança celebrada em 12 de Outubro de 1851.

2.º A duração deste auxilio dependerá do accordo dos dous governos, porém em caso nenhum poderá exceder o actual periodo presidencial.

3.º O governo imperial declara muy explicitamente que no mesmo dia em que lhe notificar o da republica que se acha nas felizes circumstancias de poder dispensar a presença das tropas brasileiras no territorio oriental, ordenará a completa e immediata evacuação do dito territorio por aquella força, devendo a evacuação effectuar-se no menor espaço de tempo possível, não podendo em caso algum exceder a dous mezes contados da data da notificação.

4.º O governo imperial poderá também, antes de findar o prazo, de que trata a declaração segunda, retirar a força em parte, ou no todo, comtanto que notifique a sua resolução ao governo oriental com anticipação de um mez.

5.º Posto que se tenha estipulado no accordo celebrado e approvedo pela honrada assembléa geral da republica, para a entrada das forças imperiaes no territorio oriental, que as despesas que com ellas se fizessem correrião por conta da mesma republica, nos termos do artigo 10.º do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, o governo imperial, desejando dar mais uma prova não equivocada do desinteresse com que presta aquelle auxilio, e de seu sincero anhelo de melhorar o porvenir do Estado Oriental, convém em acceder ao pedido do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario deste Estado, de alterar a mencionada estipulação, para o presente caso sómente, nos termos seguintes:

§ 1.º Os soldos ordinarios dos chefes, officies e soldados da tropa de linha da divisão brasileira, e o seu equipamento e armamento correrão por conta do imperio do Brasil.

§ 2.º Todos os outros gastos feitos com a tropa de linha, com a unica excepção dos declarados no paragrafo antecedente, e todos os

1.º El auxilio de fuerza militar que actualmente presta el Imperio del Brazil á la Republica Oriental del Uruguay, tubo y tiene por unico objeto auxiliar al gobierno de dicha Republica, segun lo exigian y exigen sus circunstancias, para fortificar la nacionalidad oriental por medio de la paz interior y de los hábitos constitucionales, que fué y es uno de los fines principales de la alianza celebrada en 12 de Octubre de 1851.

2.º La duracion de este auxilio dependerá del acuerdo de los dos gobiernos, pero en ningún caso podrá exceder el actual periodo presidencial.

3.º El gobierno imperial declara muy explicitamente que en el mismo día en que le notifique el de la Republica que se encuentra en las felices circunstancias de poder dispensar la presencia de las tropas brasileiras en el territorio oriental, ordenará la completa y inmediata evacuacion del dicho territorio por aquella fuerza, debiendo la evacuacion efectuarse en el menor espacio de tiempo posible, no pudiendo, en ningún caso, exceder á dos meses contados de la fecha de la notificacion.

4.º El gobierno imperial podrá también, antes de concluir el plazo de que trata la declaración 2.ª, retirar la fuerza en parte, ó en el todo, con tanto que notifique su resolución al gobierno oriental con anticipación de un mes.

5.º Aunque se ha estipulado en el acuerdo celebrado y aprobado por la honorable asamblea general de la republica, para la entrada de las fuerzas imperiales en el territorio oriental, que los gastos que con ellas se hiciesen correrian por cuenta de la misma Republica, en los terminos del artículo 10 del tratado de alianza de 12 de Octubre de 1851, el gobierno imperial deseando dar una nueva é inequivoca prueba del desinterés con que presta aquel auxilio y de su sincero anhelo de mejorar el porvenir del Estado Oriental, ha convenido en acceder al pedido del enviado extraordinario y ministro plenipotenciario de ese Estado, alterando la mencionada estipulación solo para el presente caso, en los terminos siguientes:

§ 1.º Los sueldos ordinarios de los gefes, oficiales y soldados de la tropa de linea de la division brasileira, su equipo y armamento correran por cuenta del Imperio del Brasil.

§ 2.º Todos los otros gastos hechos con la tropa de linea, con la unica excepcion de los declarados en el paragrafo anterior, y todos

da guarda nacional, sem excepção alguma, que fez ou faz parte da dita divisão, correrão por conta da república.

6.º Fica entendido que permanecerá em pleno vigor, e será applicado e cumprido, emquanto as circunstancias o aconselharem, o artigo 11 do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, e especialmente o § 4.º do dito artigo que dispõe o seguinte:

§ 4.º O governo da república se obriga a tomar medidas efficazes para restabelecer e conservar a todos os habitantes da república no pleno gozo das garantias que lhes concedem os artigos 130, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, e 147 da sua constituição.

7.º Fica igualmente entendido que o auxilio de força prestado pelo governo imperial não se estenderá além dos casos especificados no artigo 6.º do tratado de alliança de 12 de Outubro de 1851, e pelo modo nelle determinado.

8.º Os ministros que assignão o presente accordo submittê-lo-hão á approvação dos seus governos, e desde o dia em que se communicar respectivamente a approvação dos ditos governos, considerar-se-ha por ambas as partes acto perfeito e consummado para todos os effeitos.

Lido o presente protocollo, e achando-o exacto, ambos os ministros o assignarão em dous autographos, e sellarão com os respectivos sellos.

(L. L.) ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.
(L. S.) ANDRES LANAS.

E sendo-nos presente o mesmo protocollo, cujo teor fica acima mencionado, e bem visto, considerado e examinado por nós, tudo o que nelle se contém, o approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo, como em cada um dos seus artigos e estipulações, assim de que tenha completa execução.

Em fé do que fizemos passar a presente carta, por nós assignada e sellada com o sello grande das armas do imperio, e referendada pelo nosso ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros abaixo assignado. Dada no palacio do Rio de Janeiro aos 16 do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1854.

(L. S.) IMPERADOR (com guarda).
ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

los de guardia nacional, sin excepcion alguna, que hizo ó hace parte de la dicha division, correran por cuenta de la Republica.

6.º Queda entendido que permanecerá en pleno vigor y será applicado y cumplido, en cuanto las circunstancias lo aconsejen, el articulo 11 del tratado de alianza de 12 de Octubre de 1851, y especialmente el § 4.º del dicho articulo que dispone lo siguiente:

§ 4.º El gobierno de la república se obliga a tomar medidas eficaces para restablecer y conservar a todos los habitantes de la república en el pleno goce de las garantías que les conceden los articulos 130, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146 y 147 de su constitucion.

7.º Queda igualmente entendido que el auxilio de fuerza prestado por el gobierno imperial no se estenderá mas allá de los casos especificados en el articulo 6.º del tratado de alianza de 12 de Octubre de 1851, y del modo en el determinado.

8.º Los ministros que firman el presente acuerdo lo sometrán á la probacion de sus gobiernos y desde el día en que se cumunique respectivamente la aprobacion de los dichos gobiernos, se considerará por ambas partes acto perfecto y consumado para todos los efectos.

Leido el presente protocolo y encontrandolo exacto, ambos ministros lo firmaron en dos autografos y sellaron con sus respectivos sellos.

(L. S.) ANDRES LANAS.

(L. S.) ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREO.

Y habiendo examinado detenidamente el preinserto acuerdo, hemos venido en aprobarlo en todas y cada una de sus partes y así lo hemos verificado por decreto de esta fecha expedido en consejo de ministros.

Para la debida constancia firmamos el presente que va sellado con el sello de armas de la Republica y refrendado por nuestro ministro secretario de estado en el departamento de hacienda encargado del de relaciones exteriores, en Montevideo, capital de la Republica á los veinte y cinco dias del mes de Septiembre del año de Nuestro Señor de mil ochocientos cincuenta y cuatro.

(L. S.)

VENANCIO FLORES.

MANOEL ACOSTA Y LARA.

N. 3.

Convenção celebrada em Lisbon pelos Plenipotenciarios Brasileiro e de S. M. Fidelissima, afim de se prevenir ou reprimir respectivamente a falsificação da moeda e papeis de credito com curso legal em um dos dous paizes quando praticada no territorio do outro.

Suas Magestades, o Imperador do Brasil, e El-Rei regente de Portugal e dos Algarves em nome do rei, attentando nos males incalculaveis, que resultão da falsificação da moeda e papeis de credito com curso legal em cada um dos dous paizes, quando praticada no territorio do outro, e fura consequentemente da acção repressiva da legislação nacional; e reconhecendo outrossim a necessidade indeclinavel de acmular, por meio de necessario accordo, a reproducção e frequencia de tão graves crimes, os quaes, pelos seus effeitos perniciosos e geraes, prejudicão em commun a fortuna publica e privada dos dous estados, cujas relações commerciaes e interesses mutuos, assim expostos a funestos damnos, reclamão com instancia a applicação de medidas urgentes e efficazes, que aliencem reciprocamente a effectiva repressão de taes attentados, e assim tambem a segura punição dos seus autores e complices: por todos estes motivos resolvêrão celebrar uma convenção especial; e para este fim nomeárão seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brasil ao doutor Antonio Peregrino Maciel Monteiro, do seu conselho, official da ordem imperial do cruzeiro, grão-cruz da de Christo de Portugal, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de Sua Magestade Fidelissima:

E Sua Magestade El-Rei regente de Portugal ao Sr. Antonio Aluizio Jervis d'Albuquerque, visconde d'Albuquerque, par do reino, commendador da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor, beldade e merito, e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viciosa, grão-cruz da ordem imperial da legião de honra de França, de S. Mauricio e S. Lázaro da Sardenha, da de Leopoldo da Belgica: commendador da ordem militar de S. Fernando de Hespanha, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, da marinha e ultramar, etc., etc., etc.

Os quaes, tendo tocado os seus respectivos plenos poderes, que foram achados em boa e devida fôrma, concordarão nos artigos seguintes:

Artigo 1.º

Toda aquelle que commetter em territorio portuguez alguns dos crimes declarados no capitulo 6.º, secção 1.ª, arts. 206, 207, 208, 209, 210 e 211 do Código Penal portuguez, promulgado por decreto de 10 de Dezembro de 1852, falsificando moeda metalleica que tenha curso legal no imperio do Brasil, passando ou introduzindo moeda assim falsificada, ou expondo-a á venda, será punido segundo as regras e com as penas estabelecidas para taes crimes nos referidos artigos relativos á falsificação da moeda metalleica portugueza.

Artigo 2.º

As penas impostas no art. 215 do mesmo Código Penal ao que falsificar qualquer titulo ao portador autorizado por lei, e ao que fizer uso desse titulo falsificado, ou o introduzir no territorio portuguez, são extensivas aos falsificadores de papel moeda, notas do banco, bilhetes do thesouro, ou quaesquer outros titulos autorizados por lei brasileira, e assim tambem aos introductores e passadores de taes titulos assim falsificados.

Artigo 3.º

Reciprocamente: todo aquelle que no territorio do Brasil commetter, a respeito de moeda que tenha curso legal em Portugal, ou de titulos ao portador, autorizados por lei portugueza,

algun dos crimes enumerados nos artigos antecedentes da presente convenção, será punido segundo as regras, e com as penas que as leis do imperio do Brasil estabelecem para a punição desses crimes, commettidos a respeito de moeda que tenha curso legal no Brasil, e dos titulos de que trata o art. 2.º desta mesma convenção, autorizados por lei brasileira.

Artigo 4.º

Se a legislação penal de qualquer dos dous paizes fôr no futuro alterada em relação ás disposições dos precedentes artigos, fica entendido que os crimes, á que se referem as mesmas disposições, serão punidos em cada um dos ditos paizes, segundo as regras, e com as penas que então se acharem decretadas.

Artigo 5.º

As duas altas partes contractantes tomarão cada uma por si, ou á requisição dos agentes diplomaticos ou consulares da outra, todas as medidas administrativas, que forem necessarias para obstar a taes crimes, como se achão especificados nos seus respectivos Codigos, e bem assim para perseguir, fazer processar e punir os criminosos, quando tenha sido impossivel prevenir a perpetração dos mesmos crimes.

Artigo 6.º

Além dos agentes do ministerio publico, conforme se acha estatuido na legislação dos dous paizes, são competentes para accusar os crimes acima especificados os consules e vico-consules da nação, cuja moeda e papeis de credito forem falsificados no territorio de outra; e assim tambem seus procuradores legalmente constituídos.

Artigo 7.º

Sendo a intenção das duas altas partes contractantes não dar nos seus respectivos territorios asylo aos réos dos crimes mencionados na presente convenção, concordão na extradição dos mesmos réos:

- 1.º Se o criminoso pertencer ao paiz, cujo governo fizer a reclamação.
- 2.º Se o criminoso fôr reclamado pelo agente diplomatico do paiz em que tiver sido commettido o delicto.

Artigo 8.º

A reclamação, de que se trata, deverá ser acompanhada da sentença condemnatoria em original, ou por cópia authenticica, ou do despacho de pronuncia, segundo as fórmãs prescriptas pela legislação do governo reclamante.

Poderá comtudo verificar-se a prisão do delinquente reclamado, independentemente da apresentação da sentença ou despacho de pronuncia, em virtude de uma ordem emanada da autoridade competente, expedida em conformidade da legislação respectiva, com a designação dos factos imputados, das disposições penaes que lhes correspondão, e dos signaes pessoais dos réos, afim de facilitar-se a sua busca e captura.

Mas, neste caso, a prisão ou detenção não poderá subsistir além do tempo de oito mezes. dentro dos quaes, por parte do governo reclamante, deverá ser apresentada a sentença condemnatoria ou o despacho de pronuncia para effectuar-se a extradição. Na falta de tal apresentação será o réo posto em liberdade.

Artigo 9.º

Se o individuo, cuja entrega se reclamar, tiver commettido algum crime no paiz aonde se tiver refugiado, e por elle fôr processado, a sua extradição só poderá ter lugar depois de haver soffrido a pena, ou haver sido absolvido.

Artigo 10.

Todos os objectos apprehendidos ao réo na occasião da sua prisão, e que constituirem os instrumentos do crime, ou quaesquer outros que possam concorrer para prova d'elle, serão remettidos ao governo reclamante no acto da entrega do mesmo réo.

Artigo 11.

Em nenhum caso terá lugar a extradição do delinquente quando, pela legislação do paiz, em que se asylar, houver prescripto a acção, ou a pena imposta ao crime de que fôr accusado.

Artigo 12.

O criminoso, entregue em virtude desta convenção, não poderá ser julgado por nenhum crime anterior á extradição, distincto do que a motivára, salvo se fôr da mesma natureza.

Artigo 13.

As despesas provenientes da captura, prisão e manutenção dos réos, cuja extradição fôr effectuada, ficarão a cargo do paiz em que elles se houverem asylado; as despesas de transporte correrão por conta do governo reclamante.

Artigo 14.

A presente convenção será ratificada depois de ser approvada pelos respectivos poderes legislativos, e só será executoria dez dias depois da sua publicação na folha official do governo dos dous paizes.

Artigo 15.

A troca das ratificações terá lugar nesta còrte, depois da sanção legislativa nos dous paizes, no prazo de seis mezes, ou antes, se fôr possível.

Eua fê do que nós, plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil, e de Sua Magestade El-Rei regente de Portugal e dos Algarves, assignamos a presente convenção, e a sellamos com o sello das nossas armas.

Feita em Lisboa, aos doze dias do mez de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco.

(L. S.) ANTONIO PEREGRINO MACIEL MONTEIRO.
(L. S.) VISCONDE D'ATHOGUIA.

Demarcação de limites entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguay.

N. 4.

Officio do commissario Brasileiro ao commissario Oriental.

Commissão imperial de demarcação de limites.— Jaguarão, 10 de Maio de 1854.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.— Achando-me autorisado pelo governo de S. M. o Imperador para corrigir a legenda do terceiro ao quarto marco, na parte em que estava escripto: « A linha segue pelas aguas deste arroio até á foz, etc. » para substituir a redacção mais correcta « A linha segue pela margem direita deste arroio até á foz, etc. », assim o participo a V. Ex.^a para seu conhecimento. E porque é provavel que V. Ex.^a não tenha consigo a primeira acta, e seja mais regular substituir as actas por outras que tenho promptas, previno a V. Ex.^a de que as enviarei assignadas por mim ao governo imperial, para que as possa mandar ao ministro Brasileiro em Montevideo, e verificar-se ali a troca de uma, ou se V. Ex.^a as quizer firmar desde já, irá somente uma para o dito fim.

Deos guarde a V. Ex.^a

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. coronel D. José Maria Reyes.

O marechal de exercito,

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA.

N. 5.

Officio do commissario Oriental ao commissario Brasileiro.

Costa do Jaguarão, em 11 de Maio de 1854.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.— Tive a honra de receber a nota de V. Ex.^a, datada de hontem, em que se servio communicar-me achar-se autorisado pelo governo de S. M. I. para corrigir, nas actas respectivas, a legenda do terceiro ao quarto marco collocado no arroio de S. Miguel na parte em que estava escripto: « A linha segue pelas aguas deste arroio até a foz, etc. » substituindo-a assim: « A linha segue pela margem direita deste arroio até a foz, etc. »

Accrescenta V. Ex.^a que sendo provavel que não exista em meu poder a acta que se trocou naquella época, e sendo regular substitui-las por outras que V. Ex.^a tem promptas, preparava-se V. Ex.^a para envia-las ao governo de S. M. I. assignadas por V. Ex.^a, para que por intermedio do ministro Brasileiro em Montevideo se verificasse ali a substituição da que existe em poder do governo Oriental; ou então, que se eu as quizesse assignar desde já, remetteria uma dellas unicamente para esse fim.

Parecia-me que o modo mais regular de verificar-se a substituição das actas anteriores, seria trocá-las por outras novas ambos os commissarios, com a alteração indicada, sendo do dever do da republica remetter a seu governo o autographo que lhe pertence, para que substitua a que existe em seus archivos. Mas se V. Ex.^a creê dever adoptar aquelle meio, não terei difficuldade em assignar as ditas actas para que tenha lugar a substituição indicada, por intermedio de S. Ex.^a o Sr. ministro de Sua Magestade em Montevideo.

Deos guarde a V. Ex.^a muitos annos.

Ao Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. marechal do exercito Francisco José de Souza Soares de Andrée.

JOSÉ MARIA REYES,

Reversaes trocadas entre o ministro do Brasil no Perú e o governo daquella Republica fixando as regras que se tem de observar na extradição de escravos fugidos.

N. 6.

Nota da legação imperial em Lima ao governo de Perú.

Legação do imperio do Brasil. Lima, 10 de Outubro de 1854.

Convindo que se determinem os meios praticos de levar a effeito a devolução garantida no artigo 5.º do tratado de 23 de Outubro de 1851, o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, recebeu ordem do seu governo para dirigir-se ao Ex.^{ma} Sr. D. José Luis Gomez Sanchez, ministro das relações exteriores da republica do Perú, como objecto de propôr, como complemento das disposições daquelle artigo, as seguintes regras:

1.º Os escravos brasileiros serão reclamados ou directamente pelo governo imperial ou por meio do seu representante na republica.

2.º Admitte-se que a reclamação possa ser feita pelo presidente da provincia do Amazonas, no caso em que o escravo ou escravos reclamados pertençam á subditos brasileiros residentes ou estabelecidos na mesma provincia.

3.º Admitte-se tambem que a reclamação possa ser feita pelo senhor do escravo perante a autoridade competente do lugar em que elle estiver, quando o senhor do escravo fór em seguimento d'elle para havê-lo do territorio peruano, ou quando mandar tambem em seu seguimento um agente especialmente autorizado para o dito fim.

4.º A reclamação de que se trata deverá ser acompanhada de título ou documento, que, segundo as leis do Brasil, sirvão para provar a propriedade que se reclama.

5.º As despesas que se fizerem para a apprehensão e devolução do escravo ou escravos reclamados correrão por conta do reclamante.

Ao cumprir com as ordens do governo imperial o abaixo assignado roga ao Sr. ministro das relações exteriores que, no caso em que o governo Peruano dê o seu assentimento a estas regras, S. Ex.^a se digne fazer-lh'o constar, declarando tambem que ellas devem ser consideradas como parte integrante do artigo acima mencionado, e tem a mesma força e vigor como se nelle estivessem comprehendidas.

O abaixo assignado tem a honra de renovar, por esta occasião, a S. Ex.^a o Sr. Gomez Sanchez os protestos da sua alta estima e consideração.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Luis Gomez Sanchez, etc.

JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

N. 7.

Nota do governo do Perú á legação imperial em Lima.

Lima, em 10 de Novembro de 1854.

O abaixo assignado, ministro das relações exteriores, teve a honra de receber a communicação, que com data de 10 de Outubro ultimo se servio dirigir-lhe o Ex.^{ma} Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil, propondo ao governo do Perú os meios de levar a effeito a devolução dos escravos de ambos os paizes, estipulada no artigo 5.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851.

Como as bases indicadas por S. Ex.^a são no todo conformes aos principios de justiça, e são de notoria conveniencia, o abaixo assignado recebeu ordem de S. Ex.^a o presidente para accet-ta-las sem modificação, e providenciar sobre a sua immediata observancia no territorio nacional, sem ser preciso pedir opportunamente ao congresso que as considere como parte integrante do sobredito artigo, e com a mesma força e vigor como se nelle estivessem comprehendidas, segundo o desejo do Sr. Cavalcanti.

Em virtude disto, ficão desde já estabelecidas, com o caracter de uma estrieta reciprocidade, para as duas nações contractantes, as seguintes regras:

1.^a Os escravos brasileiros serão reclamados pelo governo imperial, e por meio de seu representante na republica.

2.^a Admitte-se que a reclamação se faça pelo presidente da provincia do Amazonas, no caso em que o escravo ou escravos reclamados pertencão a subditos brasileiros residentes ou estabelecidos na mesma provincia.

3.^a Tambem se admite que o senhor do escravo possa reclama-lo perante a autoridade competente do lugar onde estiver, quando o senhor do escravo fôr em seguimento d'elle para havi-lo do territorio peruano, ou quando mandar em seu seguimento um agente especialmente autorizado para o dito fim.

4.^a A reclamação de que se trata deverá ser acompanhada de titulos ou documentos que, segundo as leis do Brasil, sirvao para provar a propriedade que se reclama.

5.^a As despesas que se fizerem para a apprehensão e devolução do escravo ou escravos reclamados, correrão por conta do reclamante.

O abaixo assignado tem a satisfação de renovar a S. Ex.^a o Sr. Cavalcanti os protestos de seu alto apreço e consideração.

JOSÉ LUIS GOMEZ SANCHEZ.

A S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil.

Reversaes trocadas entre o ministro do Brasil no Perú e o governo daquela republica, fixando a intelligencia do art. 5.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851.

N. 8.

Nota da legação imperial em Lima ao governo do Perú.

Legação do imperio do Brasil. Lima. 10 de Outubro de 1854.

Sendo o objecto da estipulação contida na segunda parte do art. 5.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851 garantir o direito de propriedade dos Brasileiros e dos Peruanos: é claro que a expressão « negros escravos » empregada nesse artigo, não deve ser tomada no seu

sentido litteral e rigoroso, mas sim no que lhe dá o uso commum, segundo o qual são por ella designados todos os individuos sujeitos á escravidão e em cujas veias corre sangue africano, ainda quando este se ache misturado com o de qualquer outra raça. Se a restituição de um escravo roubado ou fugitivo pudessem ser recusada, unicamente porque elle fosse de outra cor que a negra, a vontade expressada pelas altas partes contractantes naquella estipulação deixaria de produzir todo o seu devido effeito, e os proprietarios de escravos, no Brasil e no Perú, ver-se-hião expostos a perdas tanto mais consideraveis, quanto maior é a facilidade que a navegação por vapor, estabelecida em virtude do mesmo tratado, offerece á passagem de um estado para o outro.

Ainda que a boa fé do governo peruano não permite duvidar do resultado das reclamações que a tal respeito lhe fossem directamente apresentadas, pôde contudo acontecer que as autoridades locais, cingindo-se á letra do tratado, ponhão alguns embaraços á extradição que lhes fôr pedida, e dêem assim lugar a discussões que retardem a satisfação exigida pela justiça dos interessados.

Para evitar taes inconvenientes, o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, recebeu ordem de dirigir-se, como tem a honra de fazê-lo, ao Sr. D. José Luis Gomez Sanchez, ministro das relações exteriores da republica do Perú, sollicitando que S. Ex.^a lhe declare, por meio de uma nota reversal, que o seu governo, de accordo com o do Imperador, entende que as disposições do mencionado art. 5.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851 applicão-se a todos os escravos, brasileiros ou peruanos, de ambos os sexos e de raça africana, seja qual fôr a cor que tenham.

O abaixo assignado espera que o Sr. ministro das relações exteriores do Perú, respondendo á presente communicação conformemente aos desejos que acabão de ser-lhe manifestados da parte do governo imperial, contribuirá para que appareça mais uma prova da perfeita harmonia que existe entre os dous governos.

Aproveitando-se desta occasião, o abaixo assignado reitera a S. Ex.^a o Sr. Gomez Sanchez, os protestos da sua alta estima e consideração.

JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

A S. Ex.^a o Sr. D. José Luis Gomez Sanchez.

N. 9.

Nota do governo do Perú á legação imperial em Lima.

Lima, 10 de Novembro de 1854.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores, tem presente a communicação que, em data de 10 de Outubro ultimo, se servio dirigir-lhe S. Ex.^a o Sr. Cavalcanti, com o fim de que o governo peruano, de accordo com o de S. M. o Imperador do Brasil, declare que o disposto no art. 5.^o do tratado de 23 de Outubro se applique a todos os escravos brasileiros ou peruanos, de ambos os sexos, e descendentes da raça africana, seja qual fôr a sua cor; e isto para evitar as discussões e difficuldades que podia encontrar a extradição, no caso de que as autoridades locais se cingissem á letra da phrase «negros escravos» de que se serve na supra mencionada clausula.

Tendo o abaixo assignado levado ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. presidente este despacho, recebeu ordem para dizer, em contestação, ao Sr. ministro plenipotenciario do Brasil que o

governo da republica está de accordo com o de Sua Magestade em entender que o artigo acima mencionado se refere a toda a especie de escravos, quer sejam negros puramente, quer descendentes da mistura destes com as mais raças, quer homens ou mulheres, pois só assim tem o estipulado, sentido fundado na razão e pôde realisar-se amplamente a protecção que as partes contractantes se propuzerão outorgar aos interesses de seus subditos.

O abaixo assignado se apraz em satisfazer assim á justa pretensão do Sr. Cavalcanti; e esperando que S. Ex.^a encontrará na declaração que faz o objecto desta nota, um novo testemunho da amigavel deferencia que a republica tem sempre mostrado para com o governo imperial, aproveita esta oportunidade para reitterar-lhe os protestos do alto apreço e distincta consideração com que é

Seu attento e obediente servidor

José Luiz Gomez Sanchez.

A S. Ex.^a o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil.



ANEXO M.

VARIAS RECLAMAÇÕES
BRASILEIRAS E ESTRANGEIRAS.

Abolição dos direitos locais e de corporação na Grã-Bretanha para os navios brasileiros.

Reclamação do Brasil para que nos portos de S. M. B. sejam os navios brasileiros igualados aos proprios nacionaes quanto aos direitos não só de governo como locais, conforme o accordo havido nesta corte com a legação britannica no anno de 1849.

N. 1.

Officio do consul geral do Brasil em Liverpool ao nosso encarregado de negocios em Londres.

— Consulado geral do Imperio do Brasil na Grã-Bretanha.—Liverpool, em 20 de Setembro de 1853.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Tenho a honra de participar a V. Ex.^a o seguinte: O navio nacional *Feliciano*, da Bahia, tendo chegado no porto de Hull, procedente de Bremen, para carregar carvão para o Brasil, os collectores dos direitos dos diques, pharões e praticagem insistirão em cobrar do seu agente direitos dobrados, sob o pretexto de não ter o Imperio um tratado de reciprocidade com a Inglaterra. O agente os pagou sob protesto.

Julgo do meu dever representar a V. Ex.^a contra este proceder das autoridades de Hull, que parece não tem tido em consideração, que, não obstante a falta de um tratado de reciprocidade, os navios britannicos nos portos do Brasil são tratados como os navios da nação mais favorecida; o que por consequencia deve ser a regra aqui. O conselho dos diques em Liverpool assim o entende, e não fazem differença entre navios brasileiros e inglezes, porém o Trinity House, que cobra os direitos de pharões e praticagem desde 1845, tem carregado dobrados sobre os primeiros.

Deos guarde a V. Ex.^a

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo.

JOHN PASCOE GRENFELL.

N. 2.

Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. Britannica.

Legação Imperial do Brasil, em 27 de Setembro de 1853.

My Lord. — O consul geral do Brasil acaba de me informar que o navio brasileiro *Feliciano*, vindo de Bremen a Hull, para ali tomar um carregamento de carvão mineral, foi obrigado a pagar pelos direitos de diques, pharões e outros, o dobro do que pagão os navios inglezes, sob o pretexto de não haver tratado entre o Brasil e a Gran-Bretanha. O agente daquelle navio pagou estes direitos para não expô-lo a demoras, mas protestou reclamar a sua restituição.

Em Liverpool os navios brasileiros não são sujeitos a direitos differenciaes de diques, porém pelos de pharões e de praticagem pagão, desde 1845, o dobro do que pagão os inglezes.

Sabois, My Lord, que, posto não haja tratado de commercio entre os nossos dous paizes, houve um accordo, por meio de notas trocadas entre a legação britannica no Rio de Janeiro e o ministerio dos negocios estrangeiros, em Março e Maio de 1849; segundo o qual ficou entendido que os navios das duas potencias não seriam sujeitos nos seus portos, reciprocamente, a nenhum direito differencial.

Este accordo, inteiramente conforme ás leis fiscaes de ambos os paizes, foi observado no Brasil para com milhares de navios inglezes que frequentão os seus portos; não pôde ser do interesse do commercio, nem do thesouro inglez, fazê-lo cessar, para poder cobrar direitos differenciaes dos rarissimos navios brasileiros que demandão os portos inglezes.

O procedimento, pois, dos collectores de direitos em Liverpool e Hull só pôde provir de algum equívoco, ou falta de instrucções da parte da autoridade ou repartição competente.

Rogo-vos pois, My Lord, a expedição das ordens necessarias para que se restituão ao agente da *Feliciania* os direitos, que pagou de mais, e contra os quaes elle protestou, e outrossim para que as alfandegas dos differentes portos inglezes sejam informadas de que os navios brasileiros não devem ser sujeitos a direito algum differencial.

Agradecendo-vos antecipadamente, My Lord, uma decisão prompta e favoravel, como não pôde deixar de ser, sobre este assumpto, rogo-vos de aceitar os novos protestos de minha alta consideração.

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

A S. Ex.^a o muito honrado conde de Clarendon.

N. 3.

Nota do governo britannico á legação imperial em Londres.

Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Novembro de 1853.

Sr.—Tenho a honra de referir-me á nota que me dirigistes em 27 de Setembro, queixando-vos da cobrança de certos direitos, no porto de Hull, sobre o navio brasileiro *Feliciania*, em dobro dos que pagão os navios britannicos no mesmo porto, e tambem de que em Liverpool direitos dobrados de pharões e de quarentena são impostos aos navios brasileiros, em contravenção de um accordo, resultante de notas reversaes, trocadas no Rio em Março e Maio de 1849 entre a legação britannica e o ministro dos negocios estrangeiros do Brasil, com o fim de não serem os navios dos dous paizes sujeitos a direitos differenciaes nos portos de ambos, e pedindo que os direitos pagos, sob protesto, pelo agente da *Feliciania* lhe sejam restituídos, e que se expedão ordens ás autoridades das alfandegas britannicas, para que não cobrem direitos alguns differenciaes sobre os navios brasileiros.

Tenho a honra de dizer-vos que, depois de um cuidadoso exame da correspondencia haviada sobre este objecto entre a legação britannica e o governo brasileiro em 1849, não me parece que se tenha entrado em ajuste algum, mas que o governo brasileiro simplesmente informou á legação britannica da revogação do decreto de Outubro de 1847, pelo qual se impunhão direitos differenciaes sobre os navios britannicos, e que subseqüentemente o ministro britannico informára ao governo brasileiro da provavel revogação das leis britannicas sobre navegação.

Posto que a revogação destas leis em 1849 autorisasse o governo de S. Magestade a igualar os direitos, por elle impostos sobre navios estrangeiros, o que se fez extensivo aos navios brasileiros, comtado não den ella ao governo de S. Magestade a faculdade de igualar os direitos locais ou de corporação, a cuja categoria pertencem esses, contra os quaes ora se reclama, não havendo um tratado de reciprocidade.

É portanto evidente que não havendo um tal tratado entre a Grã-Bretanha e o Brasil, o governo de S. Magestade não podia entrar em um ajuste em 1849, para isentar os navios brasileiros dos direitos, de que se trata, por não se achar para isto autorizado.

Em 1852 comtudo promulgou-se um acto do parlamento, autorizando o governo de S. Magestade a alliviar os navios estrangeiros dos direitos differenciaes, locaes, por ordem em conselho, recebendo-se seguranças sufficientes de reciprocidade de tratamento para com os navios britannicos, sem que um tratado de reciprocidade tenha sido concluido; e em consequencia daquelle acto promulgou-se, agora, uma ordem, em conselho, collocando dahi em diante os navios brasileiros no mesmo pé de igualdade, pelo que respeita aos direitos locaes, com os navios britannicos, aos quaes já estavam equiparados, quanto aos direitos de governo.

A respeito dos direitos impostos em Hull sobre a *Feliciania*, segue-se, do que acima fica dito, que sendo locaes, serão com razão cobrados, e sentindo bastante que seja impossivel a restituição daquelles direitos, conforme o vosso pedido, muita satisfação tem o governo de S. Magestade de poder equiparar todos esses direitos impostos aos navios brasileiros, para o futuro, em virtude da ordem que passou em conselho para este fim.

Tenho a honra de ser com a mais subida consideração, Sr. Cavalleiro, vosso muito obediente e humilde servo.

CLARENDON.

Ao Cavalleiro de Macedo, etc.

N. 4.

Nota da legação imperial em Londres ao governo britannico.

N.º 3.—Legação imperial do Brasil, em 19 de Junho de 1854.

Mylord. — Por nota datada de 27 de Setembro ultimo tive a honra de dirigir-vos uma reclamação contra a pratica das alfandegas do Reino-Unido, de fazer pagar aos navios mercantes brasileiros o dobro de certos direitos que pagão os inglezes; e referindo-me ao facto particular do navio brasileiro *Feliciania*, que havia pago sob protesto á alfandega de Hull direitos, dos quaes devia estar isento, pedi a V. Ex.ª que desse as ordens necessarias para que estes direitos lhe fossem restituídos.

Em 10 de Novembro respondeu-me V. Ex.ª, explicando a differença entre — direitos de governo e — direitos das localidades, e a jurisprudencia partienlar estabelecida pela legislação de 1849 para estas duas classes de direitos, segundo a qual o governo de S. M. Britannica podia reduzir á mesma taxa dos direitos, pagos pelos inglezes, os que devião pagar os navios de toda aquella nação que não impuzesse aos navios inglezes direitos differenciaes, e isto independentemente de tratado, no emtanto que para os direitos das localidades não podia ser o mesmo favor concedido sem um tratado de reciprocidade.

Desde 1852 porém que esta distincção foi abolida, e o governo de S. M. Britannica foi autorizado para reduzir os direitos locaes da mesma maneira que o havia sido para reduzir os outros direitos, isto é, « quando recebesse seguranças bastantes de reciprocidade de tratamento para os navios britannicos sem se haver celebrado um tratado de commercio. »

Não tenho presentemente que discutir, mylord, se as notas trocadas em 1849 tem ou não o caracter que lhes recusais de um compromisso entre os dois governos. Basta que V. Ex.ª tenha admittido que houve ali — « sufficiente segurança de reciprocidade » — para decidir o governo de S. M. Britannica a publicar uma ordem em conselho equiparando os navios brasileiros aos inglezes quanto aos direitos de localidade, como já o havia feito a respeito dos de governo.

V. Ex.ª nega-se á expedição das ordens necessarias para que os direitos pagos sob protesto pela *Feliciania* lhe sejam restituídos, porque serão pagos antes desta ordem em conselho. Mas a faculdade de expedir esta ordem estava concedida ao governo de S. M. Britannica desde 1852.

A segurança sufficiente, para o poder fazer, estava dada por parte do governo do Brasil, não só por palavras escriptas, como também por *actos effectivos*, e por uma pratica constante desde o começo de 1849.

Se pois esta ordem em conselho não foi dada em 1852, como o deveria ter sido, não foi por culpa do governo do Brasil, nem do armador do navio *Feliciano* ou das pessoas interessadas em sua viagem a Hull. Nada seria pois mais injusto do que fazê-los soffrer um onus que não podia entrar em seus calculos vindo a um porto inglez com o pavilhão brasileiro.

Recebi portanto ordem do governo de S. M. o Imperador de reclamar de novo de V. Ex.^a a restituição destes direitos, indevidamente exigidos, e pagos unicamente, para se não expôr o navio a demoras, e sob protesto de reclama-los.

Sendo neste caso a justiça e equidade, claras e absolutas, é-me inutil recordar os principios politicos que aconselham que se não dispute a stricta observação de uma reciprocidade, que redundaria toda em beneficio do commercio britannico, attenta a desproporção dos navios que frequentam os portos das duas nações.

Tenho a honra de ser com a mais sabida consideração

De V. Ex.^a o muito humilde e obediente servo,

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

A S. Ex.^a o muito honrado conde de Clarendon.

N. 5.

Nota do governo de S. M. Britannica á legação imperial em Londres.

Ministerio dos negocios estrangeiros, em 28 de Julho de 1854.

Senhor.—Tenho a honra de accusar recebida a nota que me dirigistes em 19 do passado, reclamando ainda, em virtude de ordens do vosso governo, a restituição de certos direitos cobrados no porto de Hull sobre o navio brasileiro *Feliciano*, e peço licença para informar-vos que, depois de tomar em seria consideração o conteúdo daquella nota, o governo de S. Magestade não acha razão para alterar a decisão sobre este objecto, como vos foi communicada pela minha nota de 10 de Novembro ultimo.

O governo de S. Magestade ainda não está habilitado a comprehender até que ponto as notas trocadas entre o governo brasileiro e o ministro de S. Magestade no Rio de Janeiro, em 1849, poderiam ter o effeito de obrigar o governo de S. M. a tomar quaesquer medidas, que para o futuro pudesse ser autorizado a adoptar, assim de alliviar os navios brasileiros dos direitos differenciaes nos portos do reino-unido.

Tive a honra de dizer-vos em minha nota de 10 de Novembro, que a communicação feita ao governo do Brasil pelo ministro de S. M. no Rio de Janeiro, em 1849, limitava-se a annunciar a provavel revogação das leis britannicas sobre navegação, medida esta que nenhuma conexão tem com os direitos differenciaes, e não podia ser da intenção do governo de S. Magestade, ordenando que se fizesse aquella communicação ao governo brasileiro, referir-se de maneira alguma aos direitos differenciaes, de que se trata, os quaes então não tinha o governo de S. Magestade a faculdade de abolir, senão em virtude de um tratado. O mais que se podia deprehender de uma tal communicação, como obrigando o governo de S. Magestade, era a admissão dos navios brasileiros a todos os privilegios conferidos aos navios estrangeiros pelo acto de navegação de 1849, privilegios que lhes foram logo extensivos nessa conformidade.

O governo de S. Magestade portanto sente que passando a ordem em conselho de 24 de Outubro de 1853 para alliviar a navegação brasileira, logo que o assumpto foi levado

ao seu conhecimento, pela vossa nota de 27 de Setembro ultimo, fez tudo quanto se podia com razão delle exigir; e como não tem a faculdade de dar effeito retroactivo aquella ordem em conselho, que expressamente determina que é sómente depois da data da sua publicação que o commercio e navegação do Brasil poderão aproveitar-se das suas disposições, sinto ter de informar-vos que, por maior que seja o desejo do governo do S. M. de comprazer com o do governo brasileiro, julga impossivel satisfazer ao pedido deste para que os direitos cobrados em Hull sobre o *Feliciana* sejam restituídos.

Tenho a honra de ser com a mais subida consideração, senhor, vosso muito humilde e obediente servo.

CLARENDON.

Ao cavalleiro de Macedo, etc.

Passaportes dados a estrangeiros.

Pedido para serem extensivas aos que sahem para fóra do Imperio as disposições do decreto de 10 de Janeiro de 1855.

N. 6.

DECRETO N.º 1,531 — DE 10 DE JANEIRO DE 1855.

Isenta os estrangeiros do titulo de residencia, e permite que elles viagem dentro do imperio com o passaporte que trouxerão, e, na falta delle, com o dos ministros, consules ou vice-consules respectivos, tendo o — visto — da autoridade brasileira.

Hoi por bem, para execução da lei n.º 261 de 3 de Dezembro de 1841, e em virtude do art. 102 § 12 da constituição, decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficão derogados os titulos de residencia e delles isentos os estrangeiros, que vierem ao imperio.

Art. 2.º Em cada uma das secretarias de policia, crear-se-ha um livro que servirá para o registro dos estrangeiros, que entrarem ou sahirem do imperio.

Art. 3.º No acto da visita da policia declararão os estrangeiros o seu nome, estado, naturalidade, profissão, fim a que vierão, quando vierão e para onde vão residir. Nos lugares em que não houver visita da policia, a sobredita declaração será feita perante o chefe de policia, delegado, ou subdelegado dentro de 24 horas, depois do desembarque sob a multa de 10 a 50:000, imposta pela autoridade competente.

Art. 4.º A declaração, de que trata o artigo antecedente, não deroga a obrigação que aos commandantes e mestres de embarcações mercantes incumbe o art. 35 do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, de declararem, em relação por elles assignada, o numero, nome, emprego, occupação e naturalidade dos passageiros que trouxerem com passaportes ou sem elle.

Art. 5.º As declarações do estrangeiro e do mestre ou capitão da embarcação serão transmittidas logo á secretaria da policia pelo encarregado da visita, ou pela autoridade que a receber.

Art. 6.º O encarregado da visita da policia, o chefe de policia, ou delegado e subdelegado a quem o estrangeiro se apresentar, examinarão o seu passaporte, e achando-o sem duvida, li'o entregarão com o — visto — datado e assignado.

Art. 7.º Se houver duvida sobre a legitimidade do passaporte, ou vier sem elle o

estrangeiro, o chefe de policia, delegado ou subdelegado deverá permittir o desembarque, se não houver materia para suspeitar que é malleitor; se fôr porém suspeito e não apresentar a seu favor attestado do ministro; e na falta d'elle, o do consul, ou vice-consul respectivo, o chefe de policia, delegado ou subdelegado obrigará o navio, que o trouxe, a reexportá-lo, dando conta disso ao governo na corte e presidente nas provincias.

Art. 8.º Para o estrangeiro viajar de uma provincia para outra, e dentro dellas, e bastante o passaporte com que entrou no imperio, tendo o—visto—da autoridade competente, com a clausula—para a provincia de.... O—visto—deve ser datado, assignado, gratuito e repetido tantas vezes somente quantas o estrangeiro subir de uma provincia para outra.

Art. 9.º Se porém o estrangeiro tiver vindo sem passaporte, ou perder aquelle com que entrou no imperio, valerá para o mesmo fim, com o—visto—da autoridade brasileira, na forma do artigo antecedente, o passaporte do ministro, ou do consul e vice-consul respectivo, na falta daquelles.

Art. 10. O estrangeiro que no imperio residir por dous annos, tendo algum estabelecimento e boa conducta, ou fôr casado com Brasileira, pôde viajar livremente como Brasileiro, obtendo do chefe de policia o attestado de alguma das ditas condições; este attestado é revogavel por mudança de circumstancias.

Art. 11. Não havendo agente diplomatico ou consular, ou sendo o estrangeiro refugiado, colono, ou não estando no caso do artigo antecedente, o passaporte será passado pelo chefe de policia, delegado ou subdelegado, sendo sempre gratuito para o colono ou indigente.

Art. 12. São competentes para conceder passaporte, ou o—visto—, de que tratão os artigos antecedentes, os ministros de estado, ou officiaes maiores das respectivas secretarias na corte; os presidentes ou seus secretarios, nas capitães das provincias; os chefes de policia, delegado ou subdelegado no lugar do embarque ou da sahida. As attribuições que por este decreto competem ao chefe de policia, delegado e subdelegado não são cumulativas, mas serão exercidas pelo delegado no lugar em que não residir o chefe de policia, e pelo subdelegado aonde não fôr a residencia do chefe de policia ou delegado.

Art. 13. A' vista dos artigos antecedentes, ficão derogados, na parte respectiva, os artigos do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, que se referem aos titulos de residencia e aos passaportes para os estrangeiros viajarem dentro do imperio.

A disposição do art. 87 do citado regulamento comprehendendo aos estrangeiros.

José Thomaz Nabuco de Araujo, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, assim o tenha entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em dez de Janeiro de mil oitocentas cincoenta e cinco, trigesimo quarto da independencia e do imperio.

Com a rubrica de S. M. o Imperador.

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAUJO.

N. 7.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 6.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1855.

Senhor.—Pego venia para recordar, conforme a minha melhor lembrança, em substancia, o que entre mim e V. Ex.ª se passou hontem ácerca do decreto imperial de 10 do corrente, isentando os estrangeiros da obrigação de tirarem titulos de residencia, e dando-lhes permissão para viajarem dentro do imperio com os passaportes que comsigo houverem trazido, e em falta delles, com os que lhes fôrem dados pelos seus respectivos ministros, consules ou vice-consules, tendo o—visto—da autoridade brasileira.

Observei que com muita satisfação havia lido aquelle decreto, e que o encarava como um grande e liberal aperfeiçoamento nos regulamentos até hoje existentes do governo imperial, e como um importante beneficio conferido aos estrangeiros.

Ao mesmo tempo que entendia que o decreto, de que se trata, era um passo dado com justiça, disse que com pesar havia eu sido informado que os estrangeiros, que tinham viajado no imperio com passaportes dados pelas autoridades de seu proprio paiz, ou que tinham residido no imperio, não lixvao por elle isentos da obrigação de tirarem passaportes brasileiros, para lhes ser permitido sair do imperio.

Acrescentei que, a serem exactas as minhas informações a esse respeito, como julgava que o erão, aquelle decreto, em minha opinião, por não se ter bastantemente ampliado, não estava livre da censura que cabe a todas as meas medidas.

Eu disse que me parecia ser uma anomalia permittir aos estrangeiros o viajar no imperio com passaportes das autoridades das suas nações, e não se lhes permittir voltarem para os seus ou para outros paizes, com ignaos passaportes.

Ponderei mais, que não duvidava que a razão de ter ficado em pé a obrigação de tirarem os estrangeiros passaportes brasileiros quando tivessem de sair do imperio, era por dever competir ás autoridades imperiaes o conhecimento do movimento de lres estrangeiros, e disse então que se fosse bem fundada esta minha supposição, conseguir-se-hia o mesmo fim, se fosse exigido o — visto — da autoridade brasileira do porto ou do lugar da saída, no passaporte dado por uma autoridade estrangeira, para que o portador pudesse sair do imperio — podendo a concessão desse — visto — ser condicional, uma vez que se preenchessem certas formalidades — e ao mesmo tempo nutria a esperança de que o regulamento existente, segundo o qual as pessoas que pretendem sair do imperio são obrigadas a publicar durante tres dias, antes, a sua intenção de o fazer, o que muitas vezes é de grande inconveniencia para estrangeiros inoffensivos, fosse modificado.

Em conclusão pedi que o governo imperial dêsse ao decreto em questão o complemento desejado, ordenando que aos estrangeiros se permitisse o deixar o imperio, assim como viajar nelle com os passaportes que houverem trazido, ou com os que lhes derem os seus respectivos ministros, consules ou vice-consules, devidamente visados por uma autoridade brasileira, se fôr necessario.

V. Ex.^a teve a bondade de ouvir attentamente as considerações que lhe apresentei, e de prometter-me de as levar ao conhecimento de S. Ex.^a o Sr. ministro da justiça, do qual me disse V. Ex.^a que ainda não tinha recebido officialmente o dito decreto, sendo esta a causa de m'o não haver já communicado.

Finalmente permitta V. Ex.^a que lhe exprima a convicção, em que estou, de que além dos melhoramentos addicionaes que tive a honra de suggerir, o governo imperial não deixará de introduzir no seu systema de passaportes as facilidades, que a experiencia tornar praticaveis, e admissiveis, a favor dos estrangeiros que visitão ou residem no imperio.

Prevaleço-me desta occasião para renovar a V. Ex.^a as seguranças da minha alta estima e distincta consideração.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. visconde de Abaeté.

N. 8.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 9.—Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, em 13 de Março de 1855.

Tenho presente a nota, que em 30 de Janeiro ultimo me dirigio o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. a Rainha da Gran-Bretanha, referindo-se á conversação, que conigo tivera na vespera, a respeito do decreto de 10

daquelle mez, que isenta os estrangeiros da obrigação de tirarem titulos de residencia, e lhes dá a permissão de viajarem dentro do imperio com os passaportes, que houverem trazido de fóra, ou com os que lhes forem dados por seus ministros, consules, ou vice-consules, com o —visto— de alguma autoridade brasileira; e tornando-me a lembrar o que naquella conversação havia-me suggerido sobre a possibilidade daquella permissão estender-se aos estrangeiros, que quizessem sair para fóra do imperio.

Em resposta tenho a honra de communicar ao Sr. Howard que havendo dado conhecimento dessa sua nota ao Sr. ministro da justiça, respondeu-me S. Ex.^a em 8 do corrente, que quando outras razões não se oppuzessem a que ficassem isentos de tirar passaportes os estrangeiros, que tivessem de sair do imperio, bastaria para oppôr-se a tal isenção o art. 118 do Código do Processo, que manda que fiquem em vigor as leis então existentes sobre passaportes para paizes estrangeiros, segundo os quaes tanto os estrangeiros como os cidadãos brasileiros são neste caso obrigados a tirar passaportes.

E quanto se me offerece dizer ao Sr. Howard ácerca do objecto de sua referida nota, aproveitando a occasião para reiterar-lhe os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

VISCONDE DE ABARÉ.

A S. Ex.^a o Sr. H. F. Howard.

Reciprocidade sollicitada pela legação de S. M. B. para se permittir aos subditos das duas nações, respectivamente, o commercio de cabotagem.

N. 9.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 59. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1854.

Senhor. — Tendo o governo de S. M. levado ao parlamento um bill para franquear-se o commercio de cabotagem do reino-unido aos navios de todas as nações, deseja chamar a attenção dos governos estrangeiros para as vantagens que tem naturalmente de resultar em favor dos interesses commerciaes dos paizes, com quem se acha em boas relações, de se conferir aos navios britannicos nos seus portos o mesmo privilegio que elle se propõe a conceder aos navios estrangeiros nos portos britannicos.

A' medida que se tem ampliado na Grã-Bretanha a liberdade do commercio, tem este tambem augmentado: e o resultado que tem provindo das modificações, introduzidas nas leis britannicas sobre navegação, tem sido que, posto se tenha annualmente augmentado o numero e toneladas dos navios pertencentes ao reino-unido, esse augmento não tem marchado a par das precisões do commercio.

O governo de S. M. entende que quanto mais facilidades se derem no reino-unido ao commercio estrangeiro, maior beneficio colherá o reino-unido, e se isto se verifica com a Grã-Bretanha, deve-se igualmente crêr que um systema semelhante será proveitoso aos outros paizes.

Assim pois, tive ordem do conde de Clarendon, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros, para convidar o governo imperial a franquear o seu commercio costeiro á bandeira ingleza, a fim de tornar reciprocas as vantagens que os seus navios alcançariam nos portos britannicos.

Esperando que V. Ex.^a me possa dar brevemente uma resposta favoravel a este pedido da parte do meu governo, para o qual chamo a séria attenção do governo imperial, prevaleço-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a as seguranças de minha distincta consideração e estima.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo, etc.

N. 10.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 127. — Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1854.

Sr. — Na minha nota n.º 59 de 10 de Maio ultimo, tive a honra, de conformidade com as instrucções do principal secretario de estado dos negocios estrangeiros, o conde de Clarendon, de convidar o governo imperial a franquear o commercio costeiro do Brasil aos navios britannicos e a tornar desta sorte reciprocas as vantagens que os navios brasileiros alcançarão nos portos britannicos, abrindo-se o commercio costeiro britannico aos navios estrangeiros.

Não tendo ainda tido a honra de receber uma resposta a essa nota, peço venia para tornar a chamar a attenção de V. Ex.^a para o objecto della, e para reiterar a expressão de minha esperança de que serei favorecido com uma breve e favoravel resposta de V. Ex.^a ao pedido que ella contém.

Prevaleço-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha mais alta consideração e estima.

HENRY F. HOWARD.

A S. Ex.^a o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreo.

N. 11.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.

N.º 95. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 23 de Setembro de 1854.

Tenho a honra de accusar a recepção da nota n.º 127 que me dirigio, em 21 do corrente, o Sr. Henry F. Howard, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica.

Nesta nota refere-se o Sr. Howard á de n.º 59 de 10 de Maio ultimo, na qual, em virtude de instrucções recebidas do principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de Sua dita Magestade, convida o governo imperial a franquear o commercio costeiro do Brasil nos navios britannicos, em troca das vantagens que podem obter os do Brasil nos portos britannicos abertos ao commercio costeiro feito por navios estrangeiros.

Deseja o Sr. Howard uma resposta a esta sua nota para transmiti-la ao seu governo, esperando que seja ella favoravel á proposta do mesmo governo.

Tendo considerado o assumpto de que tratava a referida nota do Sr. Howard de 10 de Maio ultimo, sobre que chama a minha attenção pela de 21 do corrente, cumpre-me declarar-lhe que o governo imperial sente não poder comprazer com os desejos manifestados

pelo principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M. Britannica. O estado do commercio e navegação brasileira não permittio que por enquanto os navios brasileiros possam gozar das vantagens do commercio feito nas costas da Grã-Bretanha pelos navios estrangeiros, e assim não podendo dar-se a reciprocidade offercida, não julga o governo imperial opportuno, nem justificavel, dirigir-se á assemblea geral legislativa para sollicitar a derogação das leis que reservão para os subditos brasileiros o commercio de cabotagem do Brasil. Seria preciso, segundo o principio de igualdade que observa o governo imperial nas suas relações com os outros Estados, franquear este commercio a todas as outras bandeiras, e neste caso a quasi unica navegação a que se entregão os subditos brasileiros soffreria uma concorrência que muito prejudicaria os seus interesses.

Estimaria muito o governo imperial poder adoptar medidas tão liberaes como algumas que ultimamente tem adoptado o governo de S. M. Britannica; mas o Sr. Howard deve reconhecer que as circumstancias, em que se acha o Brasil, são muito diversas das da Grã-Bretanha. O governo de S. M. Britannica pôde actualmente, sem prejudicar o commercio de cabotagem no reino-unido que por muito tempo foi reservado aos subditos inglezes, franquea-lo hoje a bandeira estrangeira, entretanto que se o governo imperial adoptasse a mesma medida no Brasil, a consequencia seria passar o commercio de cabotagem a ser feito quasi exclusivamente por bandeiras de outras nações com grave damno dos interesses dos subditos brasileiros que o governo imperial deve proteger.

E' esta a convicção em que está o governo imperial, e que não lhe permittio acceder á proposta feita pelo Sr. Howard.

Aproveito-me da occasião para renovar ao Sr. Howard as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

VISCONDE DE ABARÉ.

Ao Sr. Henry F. Howard, etc.

Reclamação do governo de Nova-Granada pedindo providencias ao governo imperial para impedir que do territorio do imperio se fação incursões em o da Nova-Granada.

N. 12.

Nota do governo de Nova-Granada á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores, Bogotá, 19 de Outubro de 1853.

O abaixo assignado, secretario de estado do ministerio das relações exteriores de Nova-Granada, tem a honra de dirigir-se a S. Ex.^a o Sr. Miguel Maria Lisboa, ministro residente do Brasil, para levar ao conhecimento de S. Ex.^a que o prefeito do territorio de Caquetá se tem varias vezes dirigido a este ministerio, communicando as frequentes incursões que individuos do Brasil fazem no territorio granadino, onde commettem abusos de todo o genero, e exercem actos de oppressão e de rapina contra os habitantes pacificos da fronteira.

O governo do abaixo assignado julgava que seriam algum tanto exageradas estas informações; mas são tão repetidas as denuncias de factos cada vez mais graves, e estão de tal modo accordos nelles as differentes autoridades que se dirigem ao prefeito, que já não é possível duvidar-se de sua exactidão.

O abaixo assignado muy bem sabe que estas occurrencias locaes e quasi que pessoas

são factos isolados que em nada affectão as relações mutuas da Nova-Granada e do Brasil, mas não tendo os poucos granadinos que habitão a fronteira meios de defesa, nem podendo as autoridades daquelle nascente territorio repellir os ataques de seus vizinhos turbulentos, mais fortes e numerosos, ver-se-hão na necessidade de emigrar, abandonando seus terrenos e lavouras, perdendo-se assim a esperança de povoar-se aquelle paiz deserto; e portanto torna-se preciso recorrer ao supremo governo do Brasil para pedir providencias.

É pois com o unico fim de sollicitar de S. Ex.^a o Sr. Lisboa, que se sirva fazer chegar taes factos ao conhecimento de seu governo, para que, se é possível, se ordene que para o futuro não hajão estas indevidas incursões, que o abaixo assignado chama a attenção de S. Ex.^a, de ordem do supremo governo; não obstante as instrucções que já forão dadas ao prefeito de Caquetá para que proceda a este respeito em conformidade de suas faculdades legaes, e se entenda com as autoridades brasileiras do territorio mais immediato.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Ex.^a as seguranças de sua alta consideração.

LORENZO M. LLERAS.

A S. Ex.^a o Sr. Miguel Maria Lisboa, etc.

N. 13.

Nota da legação imperial ao governo da Nova Granada.

N.º 8. Missão especial do Brasil em Nova Granada. Paris, em 24 de Março de 1854.

Sr. ministro.

Acabo de ter a honra de receber a nota que V. Ex.^a foi servido dirigir-me com data de 19 de Outubro do anno passado, a qual só hontem me chegou ás mãos, acompanhada de uma carta do Sr. João Antonio Gutierrez, encarregado do consulado de Nova Granada em Guayaquil, datada de 11 de Fevereiro proximo passado.

Nella sollicita V. Ex.^a providencias contra as incursões commettidas por individuos do Brasil no territorio granadino, de que o Sr. prefeito do Caquetá se queixa, accrescentando que já se derão ordens ao dito prefeito para que proceda em conformidade de suas faculdades legaes, e se entenda com as autoridades brasileiras da fronteira mais immediata.

Sem perda de tempo, e lamentando não podê-lo ter feito antes, vou levar a nota de V. Ex.^a ao conhecimento de meu governo; podendo affiançar a V. Ex.^a que elle mandará investigar com zelo os abusos de que V. Ex.^a se queixa, e, verificada a sua existencia, sujeitará os seus autores a todo o rigor das leis.

Entretanto lisongeo-me com a esperança de que taes abusos, aliás frequentes em fronteiras pouco povoadas, como a do Brasil com a Nova Granada, e que em grande parte cedem da falta de uma definição clara dos respectivos limites, desaparecerão brevemente, quando, ratificados os tratados recentemente celebrados, se desvanecerem as duvidas que existem sobre o dominio territorial dos dous estados, e, desembaraçados os dous governos de toda a controversia desagradavel, puderem livre e cordialmente occupar-se da adopção das medidas necessarias para cimentar a boa harmonia e fraternidade que devem reinar entre povos vizinhos.

Digne-se V. Ex.^a aceitar os protestos da alta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.^a muito attencioso venerador

MIGUEL MARIA LISBOA.

A S. Ex.^a o Sr. ministro das relações exteriores da republica da Nova Granada, etc.

N. 14.

Nota do governo imperial ao ministro das relações exteriores de Nova Granada.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 25 de Abril de 1855.

M.º e Ex.º Sr. — Logo que foi presente ao governo de S. M. o Imperador a nota por V. Ex.ª dirigida ao ministro residente do Brasil em missão especial junto á Republica da Nova Granada, em 19 de Outubro de 1853, queixando-se das incursões que o prefeito do Caquetá dizia praticadas por subditos do imperio no territorio da Republica, e de actos de oppressão e rapina por elles commettidos contra os pacíficos habitantes da fronteira, exigi do presidente da provincia do Amazonas os esclarecimentos necessarios para poder dar a V. Ex.ª as devidas explicações.

Este presidente informa que, posto não especificasse V. Ex.ª quaes os actos que derão lugar á sua citada nota, suppõe elle que são os mesmos a que alludio o proprio prefeito do Caquetá em officio que em 21 de Dezembro de 1852 dirigira ao delegado de policia da villa de Ega; e faz constar ao governo imperial que, em consequencia da communicação do perfeito do Caquetá tomara já informações sobre os abusos de que elle se queixára; averiguára que um tal Bittancourt, encarregado da direcção da aldeia de indios de Japacó, nas margens do rio Iça, era effectivamente accusado de haver attrahido ao territorio do Brasil alguns indios do territorio que se reputa granadino, e mandára logo facilitar o regresso a suas antigas habitações daquelles dos dítos indios que assim o desejassem; em consequencia do que havião elles regressado.

O governo imperial approvou as medidas tomadas pelo presidente da provincia do Amazonas; recommendou que por todos os meios a seu alcance procurasse impedir a repetição de qualquer acto que pudesse dar lugar a justas queixas por parte das autoridades limitrophes, e dispóz que fosse Bittancourt demittido do cargo publico que occupava como director de Japacó.

Espero que V. Ex.ª verá neste procedimento franco e prompto uma prova do quanto o meu governo está sempre disposto a attender ás reclamações do de V. Ex.ª; mas não posso deixar de repetir que taes abusos, aliás frequentes em fronteiras pouco povoadas como a do Brasil com a Nova Granada, procedem em grande parte da falta de uma definição clara dos respectivos limites, o espero que desaparecerá de todo brevemente, quando, ratificados os tratados recentemente celebrados, se desvanecerem as duvidas que existem sobre o dominio territorial dos dous Estados, e desembaraçados os dous governos de toda a controversia desagradavel, poderem livremente occupar-se da adopção das medidas necessarias para cimentar a boa harmonia e fraternidade que devem existir entre povos vizinhos.

Aproveito a occasião para offerecer a V. Ex.ª os protestos da particular estima e distincta consideração com que tenho a honra de ser

De V. Ex.ª attento venerador,

VISCONDE DE ABAETÉ.

A S. Ex.ª o Sr. ministro das relações exteriores da republica de Nova Granada.

ANNEXO N.

JUNTA DE CREDITO PUBLICO.

Junta de credito publico.

RELATORIO.

Montevideo, 4 de Abril de 1855.

Esta junta foi estabelecida, em virtude de uma estipulação da convenção que o imperio celebrou em 12 de Outubro de 1851 com a Republica Oriental do Uruguay, para prestação de socorros pecuniarios á mesma Republica.

Pelo art. 14.º dessa convenção se comprometteru o governo oriental a declarar em liquidação desde o 1.º de Janeiro de 1852 a divida da Republica; a nomear uma junta de cinco membros dos quaes um seria apresentado pelo ministro brasileiro em Montevideo, para occupar-se da classificação e liquidação da divida; e finalmente a fixar um prazo para serem apresentados todos os documentos de divida, afim de serem liquidados, classificados e convertidos em titulos de divida consolidada com o juro de 6 ou de 3 por cento.

Algumas circumstancias da Republica Oriental, taes como as devidas que á approvação dos tratados, celebrados em 1851 com o imperio, apparecerão no corpo legislativo daquelle Republica, produzirão demora na installação da junta de credito publico, de modo que só em 15 de Setembro de 1852, começou ella a funcionar, pois só a 9 desse mez foi expedido o regulamento que a devia reger.

Para compôr a junta forão nomeados pelo governo oriental quatro membros, entre os quaes o ministro da fazenda como presidente. O outro membro devia ser apresentado pelo ministro brasileiro em Montevideo, e foi para esse fim nomeado o contador do thesouro o Sr. Antonio Nicoláo Tolentino.

Começou pois a junta em 15 de Setembro de 1852 a classificar e liquidar todos os creditos de divida, contrahida pelo Estado nos annos anteriores, que se achavão sufficientemente documentados, e de que havia constancia nos registros officiaes da Republica.

O regulamento da junta havia mareado para a apresentação de creditos o prazo de quatro mezes que devia terminar no fim de Dezembro daquelle anno. Esse prazo foi logo prorogado por mais um mez, e ainda depois foi, por decreto de 29 de Agosto de 1853, prorogado até 31 de Outubro do mesmo anno, não se entendendo porém a prescripção imposta nesse decreto com aquellas dividas, cujos documentos estivessem em tramites, ao findar o prazo assignado. A classificação de creditos comprehendidos nessa excepção occupou a junta, desde que terminou aquelle prazo até que a lei de consolidação, de que abaixo se trata, concedeu ainda um novo termo para a classificação, liquidação, e para a conversão dos creditos em titulos de divida publica consolidada.

A affluencia de creditos que se tem apresentado, e o minucioso exame que alguns delles tem requerido, justificão a necessidade dessas prorogações.

A divida classificada até Março de 1854 montava já a mais de 47 milhões de pesos, e então julgou a junta não dever retardar por mais tempo a apresentação de um projecto para a consolidação da divida interna da Republica. Foi pois confeccionado um projecto que se remetteu ao governo da Republica, em 24 daquelle mez, com uma exposição dos trabalhos da junta desde sua installação, acompanhada das observações que a mesma junta julgou dever consignar, acerca do projecto que apresentava e do estado da divida total da Republica. Esses documentos forão publicados no relatorio apresentado ao corpo legislativo pelo ministerio dos negocios

estrangeiros em 1854, assim como o foi também um outro projecto de lei de consolidação, que pouco depois foi conferenciado pelo governo da Republica.

Este assumpto foi submettido á assembleia geral da Republica, onde também foram apresentados alguns outros projectos, e finalmente foi alli approvada, e depois sancionada pelo governo, a lei de 4 de Julho de 1854 (documento n.º 1).

Esta lei estabeleceu que toda a divida, classificada pela junta de credito publico, venceria o juro annual de 1 por cento desde o primeiro dia do anno de 1855; o de 2 por cento desde igual data do anno de 1858; e finalmente o de 3 por cento do principio do anno de 1861 em diante.

Esta mesma lei determinou que das rendas da Republica se applicasse mensalmente a somma de 50 mil pesos ao pagamento dos juros da divida consolidada que devem ser pagos por trimestres vencidos; e a somma de 10 mil pesos para amortisação da mesma divida.

O juro de 6 por cento, de que falla a convenção de 1851, não podia ser estabelecido em vista dos recursos do estado, e do alto algarismo a que monta a sua divida. O juro de 3 por cento também não era supportavel desde logo; por isso se estabelecerão na lei de consolidação os juros de 1 e 2 por cento, e só no fim do segundo triennio chegará o juro a 3 por cento. Foi esse o modo que pareceu aos poderes do Estado Oriental conciliavel com os direitos dos credores e com as circumstancias do paiz.

Entretanto, o mesmo juro de 1 por cento não ponde ainda ser satisfeito na poca do vencimento do primeiro trimestre do corrente anno. Este assumpto foi objecto de uma interpellação ao governo oriental na camara de representantes em o mez de Março ultimo. O ministro da fazenda declarou que o governo não tinha meios para cumprir a lei de consolidação quanto ao pagamento do primeiro trimestre de juros vencidos, e que também não parecia possível fazer iguaes pagamentos em todo o anno com os actuaes recursos do estado; que o governo, conhecendo de antemão a difficuldade em que se acharia de satisfazer esses compromissos, se tinha occupado de uma negociação com o fim de assegurar a fiel execução da lei de consolidação; que essa negociação nada tinha ainda produzido, mas que o governo abrigava ainda esperanças de realisala.

Na impossibilidade de se pagarem por agora os juros da divida, tem tratado o governo e as camaras da republica de regularisar a applicação de certas rendas, taes como a da contribuição directa, e a de venda de terras publicas, para augmentar o fundo amortisante da divida. Foi também apresentado ultimamente um projecto na camara de representantes para que uma parte dos direitos da alfandega de Montevideo seja recebida em titulos de divida consolidada com um valor relativo áquelle que os mesmos titulos tiverem obtido na ultima amortisação.

Essas medidas pendem ainda da approvação das camaras.

Tem sido executada a parte da lei de consolidação que determinou a applicação de 10 mil pesos mensaes para a amortisação da divida. No principio de cada mez do corrente anno se tem feito a amortisação do mez anterior, e tem sido já amortisada a somma de 535,219 pesos.

O governo da republica determinou ultimamente á junta que se liquidem os juros vencidos pelos titulos consolidados que se forem amortizando.

A divida classificada pela junta de credito publico até 31 de Março ultimo monta a 55:855.884 pesos, 164 réis representada por 18.141 creditos das origens indicadas em o documento n.º 2. Nesta somma estão comprehendidos não só os capitales originarios da divida, como também os juros vencidos por elles até o fim do anno de 1852, e as usuras que o governo da republica se vio obrigado em certas épocas a convencionar com alguns credores.

Depois que se promulgou a lei de consolidação e que se expellio o respectivo regulamento, a junta se tem applicado com assiduidade a converter em titulos de divida consolidada todas os documentos já liquidados e classificados. No fim do referido mez de Março ficou convertida a somma de 34,807,196 pesos, 676 réis. A conversão tem sido feita com facilidade, pois a escripturação da divida liquidada e classificada se achava em dia no livro que para esse fim foi creado, e que contém o nome do apresentante de cada credito; o numero que a esse credito foi affectado pela Junta, quando o classificou; a classe da divida, seu capital originario; os juros, se os tem, e finalmente as usuras convencionadas sobre alguns creditos.

Ha uma especie de divida cuja liquidação e classificação tem sido mais demorada. É aquella que provém dos prejuizos que, durante a ultima guerra civil, soffrêrão os habitantes da Campanha em seus gados e mais propriedades.

Ao começar a liquidação e classificação da divida declarou o governo da republica que só as camaras compotia dispor os meios por que se considerassem e se justificassem esses pre-

juizes, visto que mui poucos delles se achavão documentados. O governo submetten então este assumpto á assembléa geral na sessão de 1853 e foi ali approvada a lei de 14 de Julho (documento n.º 3) que regularizou o modo de se justificarem taes prejuizos.

As revoluções occorridas em Montevideo nos mezes de Julho e Setembro daquelle anno fizeram demorar a execução dessa lei, e só della se tratou depois que no anno proximo passado foi promulgada a lei para a consolidação da divida. Forão depois nomeados os agentes fiscaes de que trata a lei de 14 de Julho, e se achão actualmente em processo as competentes justificações.

Alguns creditos dessa especie tem sido já classificados e convertidos pela Junta, depois de reconhecidos e mandados liquidar pelo governo.

Não ha dados certos para avaliar o algarismo a que montará essa classe de divida que ainda tem de ser liquidada, mas é de presumir que chegue a doze milhões de pesos.

A Junta continúa a classificar e converter essa especie de creditos até concluir-se o prazo marcado para esse fim, no qual ficará terminada a classificação, liquidação e conversão de toda a divida que lhe está incumbida. Nessa divida não está incluída a que o governo oriental contrahio pelos subsidios brasileiro e francez, nem tambem a divida interna do Estado originada do anno de 1852 em diante.

ANTONIO PEDRO DE CARVALHO BORGES.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O RELATORIO SUPRA.

N.º 1.

Lei para a consolidação da divida interna da Republica Oriental do Uruguay

O senado e camara de representantes da Republica Oriental do Uruguay, reunidos em assembléa geral decretão a seguinte

LEI.

Art. 1.º Reconhece-se como divida nacional a importancia de todos os documentos liquidados pela junta de credito publico, com os juros e mais lueros que contém, e toda a mais divida que successivamente se liquide, pertencente a annos anteriores ao de 1852, procedente de empenhos contrahidos pelo Estado com particulares.

Art. 2.º Esta divida será convertida recolhendo-se os titulos actuaes que a representem, e emitindo, em seu lugar, titulos de divida consolidada com o juro que determina o artigo seguinte, e pelo modo e nos prazos que o mesmo artigo estabelece.

Art. 3.º A somma de toda a divida assim consolidada, e convertida em titulos, começará a vencer o juro de 1 % ao anno, desde o 1.º de Janeiro de 1855 em diante a pagar por trimestres: augmentando 1 % desde igual data do anno de 1858, e terminando com outro 1 % em igual época do anno de 1861 em diante, com o que ficará convertida, com o juro de 3 %, a divida publica nos prazos estipulados.

Art. 4.º Se a importancia dos arbitrios e renda do Estado permittir que o governo se colloque em attitudo de pagar o interesse dos dons ultimos prazos antes das epochas estabelecidas no artigo anterior, o verificará obtendo previamente o assentimento do corpo legislativo.

Art. 5.º Os titulos de divida consolidada serão dados pelos valores de 100, 200, 500, 1,000 e 5,000 pesos. As dividas, ou o excedente das dividas, que não alcance o valor do titulo mais baixo, será pago com vales da divida, sem vencimento de juro. Sem em-

bargo, estes vales poderão ser convertidos em títulos da dívida consolidada, todas as vezes que o seu valor alcance ou exceda um ou mais títulos, expedindo-se ainda pelo resto, se o houver, os expressados vales até sua extinção.

Art. 6.º Os credores cujos créditos já estejam liquidados pela junta de crédito publico, deverão convertê-los nos títulos, de que trata o art. 3.º, dentro do prazo de 4 mezes a contar do dia em que o governo declarar que começa a recebê-los a repartição destinada para aquelle objecto.

Em igual prazo deverão fazê-lo aquelles, cujas reclamações estejam ou não em tramites, não sendo estas da natureza daquellas, de que trata a lei de 25 de Julho do anno passada, para as quaes fica determinado o termo de um anno, a contar do dia em que o governo declarar que serão facilitados e proporcionados (quando effectivamente o estejam) todos os meios e modo de serem admittidas, provadas e reconhecidas semelhantes reclamações. Terminados estes prazos (que não poderão ser prorogados), fica prescripta toda a dívida ou reclamação que não tenha sido dentro delles apresentada.

Art. 7.º Os títulos de dívida, de que trata a presente lei, são isentos de todo e qualquer imposto estabelecido ou por estabelecer, assim como as heranças que consistão em taes títulos. Os que forem possuidos por estrangeiros ficarão igualmente isentos de sequestro, embargo ou represalia, ainda em caso de guerra, entre a republica e a nação a que pertencem seus possuidores.

Art. 8.º Ao pagamento dos dividendos, e amortização da dívida nacional, ficarão especialmente e com preferencia hypothecadas todas as rendas do Estado, presentes e futuras, considerando-se violação da fé publica, e das estipulações internacionaes, todo o acto ou lei que desvie os fundos destinados aos ditos fins, e como tal irrita, para todo aquelle a quem se ordene o seu cumprimento, ao qual se recusará, sob pena de malversação e prevaricação dos dinheiros publicos; e para maior pontualidade na cobrança dos fundos necessários aos dividendos e amortização, o thesoureiro da repartição, de que trata o art. 6.º, receberá todos os mezes 60,000 pesos, dos quaes se applicarão 10,000 mensaes para a amortização na forma que fór estabelecida no decreto regulamentar.

Art. 9.º Se o poder executivo puder realizar fundos para entrar em ajustes com os credores da dívida, que procede de obrigações e pactos, reconhecida, liquidada e classificada, o proporá á assembléa geral, sem prejuizo do que determina esta lei.

Art. 10. O corpo legislativo instituirá annualmente uma commissão de exame, afim de tomar conhecimento da pontual execução da presente lei.

Art. 11. O governo fica autorizado para crear a repartição e organizar todos os regulamentos necessários para a conveniente e completa execução da presente lei, pela qual ficarão derogadas todas as outras que estejam em opposição ao que ella determina.

Sala das sessões do senado em Montevideo, 3 de Julho de 1854.

ALEXANDRO CHICARRO, presidente.

JOSÉ MARTOS, pro-secretario.

Ministerio da fazenda.—Montevideo, 4 de Julho de 1854.

Comprez-se, communico-se a quem corresponder, e publique-se.

FLORES.

MANUEL AGOSTA Y LABA

N.º 2.

Nota da liquidação e classificação da dívida do Estado Oriental feita pela Junta do Crédito Publico desde 15 de Setembro de 1872 até 31 de Março de 1873.

CLASSIFICAÇÃO.	CAPITAL ORIGINARIO.	JUNTA DO CAPITAL ORIGINARIO.	JUNTA DO CAPITAL ORIGINARIO.	TOTAES.
Saldo.....	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06
Emprestimos em dinheiro.....	1.509.805.6.87	2.846.304.7.57	218.092.6.77	6.733.502.3.21
Ajudaes de divida.....	500.412.0.00	089.206.9.80	212.030.4.17	1.722.180.6.07
Despesa em divida.....	834.700.2.00	731.813.2.72	197.530.0.05	1.711.856.3.03
Servicos eventuales.....	261.412.0.11	145.274.0.85	96.015.3.53	402.702.3.09
Indemnizacoes.....	1.020.400.1.01	700.141.3.45	327.804.1.18	2.048.345.6.04
Diversas origens.....	39.404.3.30	70.472.0.01		100.876.0.70
Prejuizos do governo.....	678.276.1.84	10.423.0.20	105.0.80	688.700.1.84
Despesa.....	46.430.7.30	70.830.3.00		120.260.7.30
Comptas do proprietario.....	470.602.1.13	610.000.1.00	504.004.2.02	1.622.785.3.07
Diversa flutuante.....	32.404.0.40	22.708.2.28		55.112.2.73
Ajudaes do comar.....	2.047.602.0.00	0.000.1.00		2.047.602.0.00
Formosidades de governo.....	0.002.004.0.00	0.004.014.1.47	1.711.713.1.82	11.800.201.0.27
	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06	27.503.191.3.06

N.º 3.

Lei para a liquidação da dívida da Republica Oriental do Uruguay, proveniente dos prejuizos que soffrêrão os habitantes da campanha durante a guerra civil.

O senado e camara dos representantes da Republica Oriental do Uruguay, reunidos em assembléa geral,

Considerando que para a liquidação definitiva da dívida geral do estado se faz indispensavel adoptar as regras, que devem servir para a justificação de prejuizos causados pela guerra,

DECRETÃO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º Sòmente se reconhece como dívida nacional, em razão de prejuizos de guerra, o importe dos animaes, artigos, effeitos ou bens tomados ou inutilizados a particulares por autoridades publicas, militares ou civis, dependentes de qualquer dos respectivos governos que dentro e fóra de Montevideo regêrão o paiz até 8 de Outubro de 1851.

Art. 2.º O importe ou valor, a que se refere o artigo precedente, será fixado conforme o preço que os objectos tinham no lugar e época da exacção.

Art. 3.º Para o fim de ouvir e admittir á justificação todas as reclamações que possão fazer-se com o caracter de dívida do estado, nos departamentos, ficão autorisados os alcaides ordinarios dos povos do interior, funcionando com escrivão, ou com testemunhas em falta delle.

Art. 4.º O poder executivo nomeará e enviará a cada departamento um agente fiscal especial, que reuna as qualidades necessarias, com cuja citação e intervenção, por parte do fisco, se substanciarão e seguirão os processos, conforme ao direito, até o estado de se achar terminada a prova.

Art. 5.º As reclamações nos departamentos poderão fazer-se por escripto ou verbalmente, constando de acta no ultimo caso, e os termos para provar, avaliar e mais requisitos, são os mesmos dos tramites ordinarios.

Art. 6.º A proporção que fôrem terminando os processos, deverão ser elles remettidos pelos alcaides ordinarios ao poder executivo, para que com a audiencia do ministerio fiscal possa pronunciar-se sobre cada uma das reclamações.

Art. 7.º Dando-se este caso, e se o numero das reclamações o exigir, o poder executivo poderá nomear fiscaes especiaes que auxiliem o despacho, vencendo com pesos mensaes enquanto dure sua commissão.

Art. 8.º De igual vencimento gozarão os agentes fiscaes que fôrem enviados aos departamentos.

Art. 9.º Se o poder executivo se pronunciar, dando por bem justificados os factos, e reconhecendo em virtude delles uma dívida nacional, a mandará liquidar, documentar e inscrever, sem prejuizo de submettê-la á revisão do corpo legislativo.

Art. 10. Se o poder executivo não dêr por sufficiente a justificação dos factos ou não reconhecer o credito como dívida nacional, ficará livre aos interessados os tramites que marcão as leis.

Art. 11. Os credores dos departamentos que preferirem justificar as suas reclamações perante o juizo dos feitos da fazenda, poderão assim pratica-lo dentro do prazo marcado no artigo seguinte:

Art. 12. Fica designado o termo de seis mezes, que será improrogavel, para toda a classe de credores, afim de justifiarem e liquidarem suas reclamações contra o estado, na capital, e desde a promulgação da presente lei, na campanha, desde que o poder executivo annunciar que se acha em cada departamento o agente fiscal de que falla o art. 4.º

Art. 13. Todo o reclamante de dívida nacional que commetter fraude, em prejuizo do estado, seja em relação ás quantias, épocas ou origem de sua reclamação, será punido com a perda do que legitimamente resultar em seu favor, dalli proveniente. Se a fraude comprehender toda a reclamação, soffrerá uma multa de igual valor.

Art. 14. As testemunhas que concorrerem para a fraude serão punidas com uma multa, ou rateio, igual ao valor das suppostas quantias.

Art. 15. Não se cobrarão custas algumas pelos processos, cuja formação é autorizada pela presente lei, se se declarar que servirão para justificar a dívida nacional; no caso contrario, fica salvo o direito dos escrivães ou juizes para cobrar as custas segundo a respectiva tarifa.

Art. 16. O poder executivo publicará pela imprensa as resoluções que houver de tomar sobre cada uma das reclamações.

Art. 17. Vencido o termo marcado na presente lei, fica definitivamente encerrada a liquidação da dívida geral do estado.

Salta das sessões do senado em Montevideo, a 14 de Julho de 1853.

FRANCISCO S. DE ANTUSA, presidente.

JUAN ANTONIO LA BANDERA, secretario.

Ministerio do governo. Montevideo, Julho 25 de 1853.

Cumpra-se, communique-se. accuse-se a recepção e publique-se

(Rubrica de S. Ex.ª) BERNARD.



ANNEXO O.

DESPEZAS

DO

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

E

CREDITO.

SUBSIDIO Á REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

N. 1.

Quadro resumido dos creditos e despesas do ministerio dos negocios estrangeiros do anno financeiro de 1853—54.

A SABER:

LEIS QUE AUTORIZAM OS CREDITOS.	QUANTIAS VOTADAS.	TOTAES DOS CREDITOS.	DESPESA VERIFICADA.	SALDOS.
Lei n. 668 de 11 de Setembro de 1852, art. 4.º § 1.º.....	40:001=000			
Idem de conformidade com o art. 17 pelo accrescimento de vencimentos do Ex.º ministro.....	4:800=000	44:801=000	43:658\$015	1:142\$985
Idem, art. 4.º § 2.º.....		400:000=000	386:781=272	13:218\$728
Idem, dito § 3.º.....		5:000=000	4:613=332	386=668
Idem, dito § 4.º.....	75:000=000			
Decreto n. 1340 de 28 de Fevereiro de 1854.....	39:000=000	115:000=000	109:434\$732	5:565\$268
Lei n. 668 de 11 de Setembro de 1852, art. 4.º § 5.º.....	20:000=000			
Decreto n.º 1339 de 28 de Fevereiro de 1854.....	8:000=000	28:000=000	26:827=936	1:272=064
Lei n.º 668 de 11 de Setembro de 1852 de conformidade com o § 4.º do art. 11: exercicios findos.....		6:018\$449	6:018\$449	3
Lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853.....		1,382:400=000	1,382:400=000	3
		1,950:219=449	1,959:733=736	20:585\$713

Secretario d'estado, secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA.
Chefe da secção.

N. 2.

Tabella demonstrativa das despezas da verba do § 1.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 - 54 « Secretaria de estado. » Paga nesta corte.

A SABER :

VENCIMENTOS.			PAGA.
Ao Ex. ^{mo} ministro Paulino José Soares de Souza, do 1.º de Julho a 5 de Setembro de 1853.....	2:166\$606		
Idem Antonio Paulino Lima de Abreu, de 6 de Setembro dito a 30 de Junho de 1854.....	9:833\$334	12:000\$000	
Ao official maior, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, todo anno, a saber: Ordenado.....	2:400\$000		
Gratificação.....	1:000\$000	3:400\$000	
Ao official, José Joaquim Timotheo de Araujo, dito. Ord.		1:200\$000	
Ao dito, Vicente Antonio da Costa, chefe da 4.ª secção, todo anno, a saber: Ordenado.....	1:200\$000		
Gratificação.....	800\$000	2:000\$000	
Ao dito, Antonio José Cupertino do Amaral, chefe da 1.ª secção, dito, a saber: Ordenado.....	1:200\$000		
Gratificação.....	800\$000	2:000\$000	
Ao dito, Manoel Ferreira Lagos, archivista dito, a saber: Ordenado.....	1:200\$000		
Gratificação.....	800\$000	2:000\$000	
Ao dito, Francisco José Pinheiro Guimarães, chefe da 2.ª secção, dito, a saber: Ordenado.....	1:200\$000		
Gratificação.....	800\$000	2:000\$000	
Ao dito, Alexandre Affonso de Carvalho, chefe da 3.ª secção, dito, a saber: Ordenado.....	1:200\$000		
Gratificação.....	800\$000	2:000\$000	
Ao dito, Antonio Gonsalves Dias, de Julho de 1853 a Maio de 1854. Ordenado.....		1:100\$000	
Ao dito, João Carneiro do Amaral, o 2.º, 3.º, e 4.º quartel: Ordenado.....		900\$000	
Ao amauense José Domingues de Almeida Moncorvo, todo anno. Ordenado.....		800\$000	
Ao dito, Antonio de Souza Carne Lima de 1 de Julho a 11 de Outubro de 1853. Ordenado.....		223\$654	
Ao dito, Americo de Castro, de 13 de Outubro de 1853, a 30 de Junho de 1854. Ordenado.....		576\$346	
Ao dito, Joaquim Teixeira de Macedo, todo anno. Ord.		800\$000	
Ao dito, Constancio Neri de Carvalho, dito. Ordenado.....		800\$000	
Ao praticante Carlos Frederico Lecom, dito. Ordenado.....		400\$000	
Ao dito, Frederico de Souza Reis e Carvalho, dito. Ord.		400\$000	
Ao dito, Antonio Homem Bandeira do Amaral, dito. Ord.		400\$000	
Ao dito, Luiz Maria Corrêa de Sá, dito. Ord.		400\$000	
Ao dito, Pedro Pinheiro Guimarães, dito. Ord.		400\$000	
Ao porteiro, ajudante do archivista, Reginaldo Claro Ribeiro, todo anno, a saber: Ordenado.....	800\$000		
Gratificação.....	200\$000	1:000\$000	
Ao ajudante do porteiro, Francisco Servato de Moura, dito.....		600\$000	
		35:400\$000	
		35:400\$000	

CONTINUAÇÃO DA TABELA.

		PAGA.
Transporte.....		35:400\$000
Correios		
Ao correio Luiz da Cunha Pacheco, todo o anno. Vencimentos.....	800\$000	
Ao dito Felisberto Deolindo Barbosa, dito. Vencimentos.....	800\$000	
Ao dito Fermino Militão da Silva, dito.....	800\$000	
Ao dito João Fernandes Pereira, dito.....	800\$000	3:200\$400
Expediente.		
Papel de diferentes qualidades, tintas, obrêas, lacre, canivetes, raspadeiras, cadarço, arcia, pautas, lapis e outros generos para o expediente em todo o anno.....	1:450\$350	
18 livros em branco para registros, dito.....	318\$000	
Veludo, cordões, letras lançadas em fio d'ouro, &c., para Tratados, dito.....	58\$020	
Diccionario Historico e Geographico para o archivo.....	14\$000	
Dito das datas dito.....	35\$000	
Pergaminho.....	13\$000	
Diversas pastas.....	54\$720	
Encadernações de jornaes e leis.....	133\$400	
Differentes Almanaks, e um mappa.....	38\$000	
19 Folhinhas.....	30\$400	
Impressão e papel dos actos expedidos por este ministerio.....	91\$000	
Dous exemplares da obra do tenente Maury.....	2\$000	
Aluguel da casa em que trabalha a secretaria d'estado de todo o anno.....	1:601\$000	
Decima da mesma casa de dito anno.....	144\$088	3:984\$978
PAGO EM LONDRES.		
Vencimentos.		
Ao official desta secretaria d'Estado, Antonio Gonsalves Dias, o mez de Junho de 1854.....	100\$000	
Ao amanuense desta secretaria d'Estado João Pereira de Andrada Junior, todo o anno.....	800\$000	900\$000
Expediente.		
Importancia de uma porção de papel pance mandado vir para uso desta secretaria d'Estado.....		173\$037
		<u>43:658\$015</u>

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA,
Chefe da secção.

N. 3.

Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 2.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 — 54 « Legações e Consulados.

A SABER:

PAGA NESTA CORTE.		PAGA.	RESTO A PAGAR
Inglaterra.			
Ao addido á legação. José Antonio da Silva Maia, com licença nesta corte, o ordenado fixo do 3.º e 4.º quartel.		400\$000	
Portugal.			
Ao conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que servio de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa os vencimentos do 2.º quartel, que ainda lhe competião, liquido de 533\$333 rs., que havia recebido em Londres. Ls. 432,8.9a 27.		3:841\$667	
Buenos-Ayres.			
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario Rodrigo de Souza da Silva Pontes vencimentos de todo o anno, Ls. 1.087.10.0. a diferentes cambios.	14:278\$949		
Ao secretario de legação Cesar Savary Vianna de Lima os vencimentos do 3.º e 4.º quartel e mais a differença entre os vencimentos de addido e os de secretario que ora occupa contados de 1 a 31 de Dezembro de 1853 Ls. 201.14.3, a diferentes cambios.	1:720\$211		
Ao addido á legação Harimodio de Toledo Marecos de Montezuma, os vencimentos contados de 12 a 30 de Junho de 1854 Ls. 17.12.0 a 27.	156\$563		
Ao consul geral João Carlos Pereira Pinto os vencimentos de todo anno Ls. 168.15.0 a diferentes cambios.	4:125\$815		
Expediente da legação todo anno Ls. 58.5.0, dito.	478\$471		
Dito do Consulado dito Ls. 22.10.0, dito.	190\$107	18:245\$146	
Pero.			
Ao consul geral Antonio de Souza Pereira, o ordenado do 1.º e 2.º quartel L. 168.15.0, ao cambio de 2\$1/4.	1:432\$628		
Expediente do Consulado do 1.º e 2.º quartel Ls. 41.5.0, ao dito cambio.	95\$575	1:529\$203	
		24:016\$016	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA NA CORTE.			PAGA.	RESTO A PAGAR.
Transporte.....		24:016\$016		
Montevideo.				
Ao ministro residente em missão especial, José Maria da Silva Paranhos, os vencimentos de 1 de Julho a 3 de Agosto de 1853, a razão de Ls. 1.406.5.0 por anno; e de 4 de Agosto a 31 de Dezembro do mesmo anno, na de Ls. 1.687.10.0, Ls. 817.15.3 a diferentes cambios.....	6:895\$418			
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, José Maria do Amaral, os vencimentos contados de 15 de Janeiro a 30 de Junho de 1854, Ls. 778.2.6, a 27.....	6:916\$666			
Ao secretario de legação Antonio Pedro de Carvalho Borges, os vencimentos de todo o anno, a saber: como addido, do 1.º de Julho de 1853 a 17 de Fevereiro de 1854; e como secretario, de 18 deste a 30 de Junho do mesmo anno, Ls. 358.2.6, diferentes cambios.....	3:076\$375			
Ao addido Leonel Martiniano de Alencar, os vencimentos de 12 a 30 de Junho de 1854.....	150\$000			6\$593
Ao consul geral Luiz Henrique Ferreira de Aguiar, o ordenado contado de 7 de Abril a 30 de Junho ultimo, Ls. 52.10.0, a 27 1/2.....	458\$181			
Expediente da legação todo o anno, Ls. 56.5.0, a diferentes cambios.....	484\$473	18:173\$845		
Dito do consulado dito Ls. 22.10.0. dito.....	193\$732			
Paraguay.				
Ao encarregado de negocios Philippe José Pereira Leal, os vencimentos de todo o anno, a saber: o 1.º e 2.º quartel, na razão da totalidade de seus vencimentos, isto é, 10:000\$000; e o 3.º e 4.º quartel na de duas terças partes do ordenado fixo, isto é, 1:333\$333 rs.....	5:666\$666 125\$000	5:791\$666		
Expediente da legação do 1.º quartel.....				
Chile.				
Ao encarregado de negocios João da Costa Rego Monteiro, os vencimentos do 1.º e 2.º quartel, Ls. 562.10.0, a 27 1/2.....	4:864\$864			
Expediente da legação, mesmo tempo, Ls. 28.2.6, a 27 1/2.....	243\$242	5:108\$106	53:089\$633	
			53:089\$633	6\$593

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.		PAGA.	RESTO A PAGAR.
Transportes.		43:080\$633.	6\$595
Inglaterra.			
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, Sergio Teixeira de Macedo, os vencimentos de todo o anno, 2.812.10.0, a 27.		25:000\$000	
Ao secretario de legação, Joaquim Thomaz do Amaral, os vencimentos de todo o anno, a saber: do 1.º de Julho a 15 de Agosto de 1853, na razão do ordenado fixo e metade da gratificação por achar-se com licença, isto é, 3:600\$000 rs., e de 16 do dito mez de Agosto a 25 de Maio de 1854, na totalidade dos seus vencimentos, isto é, 6:000\$000, e de 26 de Maio dito a 30 de Junho de 1854 na de 3:600\$000 rs., Ls. 614.0.11, a 27.		5:462\$637	
Ao addido Henrique Cavalcanti de Albuquerque, os vencimentos de todo o anno, Ls. 337.10.0, a 27.		3:000\$000	
Ao addido José Antonio da Silva Maia, os vencimentos do 1.º e 2.º quartel, Ls. 168.15.0, a 27.		1:500\$000	
Ao Addido Caetano Maria de Paiva Lopes Gama, vencimentos de todo o anno, Ls. 337.10.0, a 27.		3:000\$000	
Ao consul geral, João Pascoe Grenfell, os vencimentos de todo o anno, Ls. 168.15.0, a 27.		1:500\$000	
Expediente da legação todo o anno, Ls. 450.0.0, a 27.		4:000\$000	
Idem do consulado dito, Ls. 22.10.0, dito.		200\$000	43:602\$637
França.			
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, José Marques Lisboa, os vencimentos de todo o anno, Ls. 2.250.0.0, a 27.		20:000\$000	
Ao secretario de legação, João Alves Loureiro, idem dito, Ls. 450.0.0, dito.		4:000\$000	
Ao addido Henrique Luiz Raton, idem dito, Ls. 337.10.0, dito.		3:000\$000	
Ao dito José Marques de Souza Lisboa, idem dito, Ls. 337.10.0, dito.		3:000\$000	
Ao consul geral, Juvencio Maciel da Rocha, idem dito, Ls. 281.5.0, dito.		2:500\$000	
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 412.10.0, dito.		1:000\$000	
Dito do consulado, dito, Ls. 22.10.0, dito.		200\$000	33:700\$000
		77:362\$637	53:080\$633 6\$595

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes.			77:362\$887	53:089\$633
Portugal.				6\$593
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, os vencimentos do 1.º quartel, e por conta do 2.º. Ls. 552.3.0, a 27.		4:008\$333		
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, o conselheiro Antonio Peregrino Maciel Monteiro, os vencimentos contados de 10 de Outubro de 1853, em que partio desta corte, a 30 de Junho de 1854, Ls. 1,224.7.1, dito.		10:883\$152		
Ao secretario de legação, João José Ferreira dos Santos, idem todo o anno, Ls. 393.15.0, dito.		3:500\$000		
Ao addido Antonio José da Serra Gomes, idem dito, Ls. 337.10.0, dito.		3:000\$000		
Ao consul geral, Vicente Ferreira da Silva, idem dito, Ls. 168.15.0, dito.		1:500\$000		
Expediente da legação todo o anno, Ls. 112.10.0, dito.		1:000\$000		
Dito do consulado dito, Ls. 22.10.0, dito.		200\$000	24:991\$485	
Prussia e cidades anseaticas, etc.				
Ao ministro residente, Marcos Antonio de Araujo, os vencimentos de todo anno, Ls. 1.687.10.0, a 27.		15:000\$000		
Ao secretario de legação, Antonio José Duarte Gondim, idem dito, Ls. 450.0.0.		4:000\$000		
Ao addido, Cesar Sauvan Vianna de Lima, idem do 1.º e 2.º quartel, Ls. 168.15.0, dito.		1:500\$000		
Ao dito, Rodrigo Delfim Pereira, idem contado de 24 de Outubro de 1853 a 30 de Junho de 1854, Ls. 232.0.7, dito.		2:062\$481		
Ao consul geral na Prussia, João Diogo Sturz, idem de todo anno, Ls. 562.10.0, dito.		5:000\$000		
Ao dito nas cidades anseaticas, José Lucio Corrêa, dito, Ls. 450.0.0, dito.		4:000\$000		
Expediente da legação, todo o anno Ls. 56.5.0, dito.		500\$000		
Dito do consulado na Prussia, dito, Ls. 22.10.0, dito.		200\$000		
Dito dito nas cidades anseaticas, dito, Ls. 56.5.0, dito.		500\$000	32:762\$481	
			135:116\$603	53:089\$633
				6\$593

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes.		135:110\$603	53:089\$633	63593
Austria.				
Ao encarregado de negocios, Antonio José Lisboa, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0 a 27.		10:000\$000		
Ao secretario da legação, João Alves de Brito, idem, dito, Ls. 450.0.0, dito. . .		4:000\$000		
Ao addido, Francisco Maria Velho da Veiga, idem, dito, Ls. 337,10.0, dito.		3:000\$000		
Ao consul geral, Joaquim Pereira Vianna de Lima, idem, dito, 281,5.0, dito. . . .		2:500\$000		
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.		500\$000		
Dito do consulado, dito, Ls. 56,5.0, dito. .		500\$000	20:500\$000	
Napoles.				
Ao encarregado de negocios, Domingos José Gonçalves de Magalhães, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0, dito a 27		10:000\$000		
Ao addido, Francisco de Paula Souza e Mello, idem, dito, Ls. 337,10.0, dito. . .		3:000\$000		
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.		500\$000		
Dito do consulado, dito, Ls. 22,10.0, dito.		200\$000	13:700\$000	
Roma e Toscana.				
Ao encarregado de negocios, José Bernardo de Figueiredo, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0 a 27.		10:000\$000		
Ao addido, Thomaz Fortunato de Brito, idem, dito menos, Ls. 10,1.3, pela diminuição de metade da gratificação do mez de Junho que esteve com licença, Ls. 327,3.9, dito.		2:908\$334		
Ao consul geral, Vicente Savy, idem, dito, Ls. 225.0.0, dito.		2:000\$000		
Expediente da legação e despesas de etiquetas, todo o anno, Ls. 160,6.3, dito. . . .		1:425\$000		
Dito do consulado, dito, Ls. 56,5.0, dito. . .		500\$000	16:833\$334	
Turin.				
Ao encarregado de negocios, visconde de Santo Amaro, os vencimentos de todo o anno menos 12 dias da quantia para representação por ter entrado em licença em 19 de Junho de 1854, Ls. 1,095.6.8.		9:736\$263		
Ao consul geral, Ernesto Antonio de Souza Leconte, idem, dito, Ls. 421,16.4, dito.		3:749\$556		
		13:485\$819	186:149\$937	53:089\$633
				63593

CONTINUAÇÃO DA TABELA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes. . .	13:485\$810	156:149\$937	53:089\$633	6\$593
Expediente da legação. Ls. 56,5.0, dito. . .	500\$000			
Dito do consulado, Ls. 45,0.0, dito.	400\$000	14:385\$819		
Russia.				
Ao encarregado de negocios, José Ribeiro da Silva, os vencimentos de todo o anno. Ls. 1,125.0.0, a 27.	10:000\$000			
Ao addido, Luiz Antonio de Sá Barbosa da Silva, idem dito, liquido de 51 dias da gratificação por ter entrado em licença no dia 14 de Abril de 1854, Ls. 282,8.5, dito.	2:510\$439			
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000			
Dito do consulado, dito, Ls. 4.19.6, dito.	44\$222	13:054\$861		
Espanha.				
Ao encarregado de negocios, Francisco Adolfo de Varulagen, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0, a 27.	10:000\$000			
Ao consul geral, Manoel Theodoro Nascen-tes de Azambuja, 1.º, 2.º e 3.º quartel, Ls. 253.2.6, dito.	2:250\$000			
Ao dito, Felix Peixoto de Brito e Mello, contados de 13 de Novembro de 1853, a 30 de Junho de 1854, Ls. 213.13.9, dito.	1:899\$445			
Expediente da legação, todo anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000			
Dito do consulado, dito, Ls. 22,10.0, dito.	200\$000	14:849\$445		
Belgica.				
Ao encarregado de negocios, Pedro Carvalho de Moraes, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0, a 27.	10:000\$000			
Ao consul geral, João Carneiro do Amaral, idem do 1.º quartel, Ls. 84.7.6, dito. . .	750\$000			
Ao dito, João Pereira da Costa Motta, con-tado de 17 de Março a 30 de Junho de 1854, Ls. 98,8.9, dito.	875\$000			
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000			
Dito do consulado, relativo aos mezes de Maio e Junho de 1854, Ls. 3,15.5, dito.	33\$518	12:158\$518		
		240:598\$380	53:089\$633	6\$593

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes.		240:508\$380	53:089\$633	6\$593
Hollanda.				
Ao encarregado de negocios, Joaquim Caetano da Silva, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,125.0.0. a 27.	10:000\$000			
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000	10:500\$000		
Suecia e Dinamarca.				
Ao encarregado de negocios, José Sebastião Affonso de Carvalho, os vencimentos de todo o anno, Ls. 843,15.0. a 27.	7:500\$000			
Expediente da legação, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000	8:000\$000		
Guyanna Franceza.				
Ao consul geral, Frederico Magno d'Albranches, os vencimentos de todo o anno com desconto de 12 schillings e 7 pence, Ls. 250,12.5, a 27.	2:494\$407			
Expediente do consulado, todo o anno, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000	2:994\$407		
Estados-Unidos.				
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, Franc.º Ignacio de Carvalho Moreira, os vencimentos de todo o anno, a saber: do 1.º de Julho a 3 de Agosto de 1853 na razão de 17:500\$ rs. por anno, e de 4 de Agosto dito a 30 de Junho de 1854, na de 20:000\$ rs. ao cambio de 27, Ls. 2,224.0.3	19:769\$000			
Ao secretario de legação, José Maria Pinto Peixoto, idem a contar de 14 de Agosto de 1853 a 30 de Junho de 1854, Ls. 394,10.5, a 27.	3:510\$852			
Ao addido, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, idem todo o anno, Ls. 337,10.0, dito.	3:000\$000			
Ao consul geral, Antonino José de Miranda Falcão, os vencimentos de todo o anno, Ls. 168,15.0, a 27.	1:500\$000			
Expediente da legação, Ls. 56,5.0, dito. ...	500\$000			
Dito do consulado, Ls. 22,10.0, dito.	200\$000	28:479\$852		
		290:572\$639	53:089\$633	6\$593

CONTINUAÇÃO DA TABELA.

PAGO EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes.		290:572\$639	53:089\$633	
Peru.				
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, os vencimentos de todo o anno, a saber: do 1.º de Julho a 3 de Agosto de 1853 na razão de 15:000\$000 rs. por anno, e de 4 do mesmo a 30 de Junho de 1854, na de 17:500\$000 rs. ao cambio de 27, Ls. 1,942.15.3, a 27.	17:269\$000			
Ao addido, João Duarte da Ponte Ribeiro, idem dito, Ls. 337.10.0, a 27.	3:000\$000			
Ao consul geral, Antonio de Souza Ferreira, idem do 3.º e 4.º quartel, Ls. 165.15.0, dito.	1:500\$000			
Expediente da legação, Ls. 56.5.0, dito. . .	500\$000			
Dito do consulado, 3.º e 4.º quartel, Ls. 11.5.0, dito.	100\$000	22:369\$000		
Venezuela, Nova Granada e Equador.				
Ao ministro residente, Miguel Maria Lisboa, os vencimentos de todo o anno, Ls. 1,687.10.0, a 27.	15:000\$000			
Expediente da missão, Ls. 56.5.0, dito. . .	500\$000	15:500\$000		
Chile.				
Ao encarregado de negocios, João da Costa Rego Monteiro, os vencimentos do 1.º e 4.º quartel, Ls. 562.10.0 a 27.	5:000\$000			
Expediente da legação, 3.º e 4.º quartel, Ls. 28.2.6, dito.	250\$000	5:250\$000	333:691\$639	
			386:781\$272	

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA,
Chefe da secção.

N. 4.

**Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 3.º do art. 4.º
da lei do orçamento de 1853—54 « Empregados em disponi-
bilidade. »**

A SABER :

PAGO NESTA CORTE.		PAGA.
Vencimentos.		
Ao conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade activa, todo anno. . . .	2:1338332	
A Luiz Pereira Sodré, secretario de legação em disponibilidade activa, dito.	8002000	
A Luiz Henrique Ferreira de Aguiar, consul geral em disponibilidade activa, do 1.º de Junho de 1853 a 6 de Abril de 1854.	6138332	3:5468665
PAGO EM LONDRES.		
Vencimentos.		
Ao conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade activa, o 3.º e 4.º quartel.		1:0608667
		<u>4:6138332</u>

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA,

Chefe da secção.

N. 5.

Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 4.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 — 54 « Extraordinarias no exterior. »

A SABER:

PAGA NESTA CORTE.		PAGA.	RESTA A PAGAR.
<i>Ajudas de custo.</i>			
A José Maria Pinto Peixoto, nomeado secretario de legação em Washington, na importancia de dous quarteis da totalidade dos vencimentos, Ls. 225.0.0, a 28.....	1:028\$579		
A Hermenegildo Frederico Niteroi, de retirada de Liberia, na importancia de um dito, Ls. 168.15.0, a 27.....	1:500\$000		
A João Carneiro do Amaral, dito da Belgica, na importancia de um dito, Ls. 85.7.6, a 28 3/4.....	704\$337		
A João Capistrano Bandeira de Mello, nomeado secretario de uma missão especial no Rio da Prata, que se não levou a effeito, como indemnisação das despesas que fez para se sromptar, Ls. 105.9.6 1/2, a 28.....	904\$017		
Ao conselheiro Antonio Peregrino Maciel Monteiro, nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa, na importancia de dous quarteis de seus vencimentos, Ls. 853.15.0, a 28.....	7:232\$142		
A Felix Peixoto de Brito e Mello, nomeado consul geral na Hespanha, idem, Ls. 168.15.0, a 27 3/4.....	1:459\$459		
Ao conselheiro José Maria do Amaral, nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, idem, Ls. 853.15.0, a 27.....	7:500\$000		
Ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, de retirada de Montevideo, na importancia de um quartel dos vencimentos que percebia, Ls. 421.17.6, a 28 3/4.....	3:568\$284		
A Luiz Henrique Ferreira de Aguiar, nomeado consul geral para Montevideo, na importancia de dous quarteis de seus vencimentos, Ls. 112.10.0, a 28 1/4.....	955\$712		
A Leonel Martiniano de Alencar, nomeado addido á legação em Montevideo, idem, Ls. 168.15.0, a 27.....	4:500\$000		
	27:252\$537		

CONTINUAÇÃO DA TABELA.

PAGA NESTA CORTE.			PAGA.	RESTA A PAGAR
Transporte...	27:252\$537			
A Harmodio de Toledo Marcondes de Montezuma, nomeado addido á legação em Buenos-Ayres, Ls. 168.15.0, a 27...	1:500\$000			
A Filipe José Pereira Leal, de retirada do Paraguay, um quartel, Ls. 281.5.0, a 27 1/2.....	2:432\$432	31:184\$909		
Expressos.				
A Antonio Pedro de Carvalho Borges, secretario de legação em Montevideo, a titulo de ajuda de custo, por ter vindo a esta corte e voltado encarregado de despachos, Ls. 98.8.9, a 27 1/2.....	859\$000			
A Filipe José Pereira Leal, encarregado de negocios no Paraguay, pela ajuda de custo de regresso para Buenos-Ayres, que deu ao 1.º tenente Antonio Claudio Solido, que ali foi encarregado de despachos, 160 patações a 1\$920 rs.....	307\$200			
Ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro residente em Montevideo, 178 patações que despendeu com expressos mandados a diversos pontos com despachos.....	341\$760			
Ao conselheiro José Maria do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, 202 patações, idem.....	387\$840	1:895\$800		
Gratificações.				
Ao conselheiro José Maria do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, pela gratificação adicional concedida por despacho de 14 de Abril de 1854, o 4.º quartel...	1:250\$000			
A João Carlos Pereira Pinto, consul geral em Buenos-Ayres, a gratificação que lhe foi concedida por despacho de 12 de Maio de 1853, todo anno, Ls. 112.10.0, diferentes cambios.....	954\$699			
A Antonio Pedro de Carvalho Borges secretario de legação em Montevideo, a da serventia interina de encarregado de negocios, contada de 5 de Dezembro de 1853 a 30 de Janeiro de 1854.....	248\$000			
Ao conselheiro José Maria do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, 60 patações	2:452\$690	33:080\$859		

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA NESTA CORTE.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes.	2:452\$699	33:080\$859		
que deu a um individuo, que na ausencia do secretario coadjuvou os trabalhos da legação	115\$200			
A João Soares Pinto, encarregado de coadjuvar os trabalhos da legação em Buenos-Ayres, contado de 1.º de Julho a 24 de Outubro de 1853	377\$419			
A Emilio de Castro Queiroz, que substituiu o acima. contado de 5 de Novembro de 1853 a 30 de Junho de 1854, Ls. 84.7.6, diferentes cambios.	732\$502			
A Cezar Sauvan Vianna de Lima, secretario de legação em Buenos-Ayres, a gratificação adicional que lhe foi concedida por despacho de 20 de Abril de 1854, 4.º quartel, Ls. 14.1.3, diferentes cambios.	124\$007			
A Antonio Pedro de Carvalho Borges, secretario de legação em Montevideo, a que lhe foi concedida na qualidade de commissario brasileiro da junta do credito publico em Montevideo, contada de 21 a 30 de Junho de 1854.	55\$000	3:856\$827		
Soccorros.				
Prestados pelo consul geral no Paraguay, Amaro José dos Santos Barbosa, a dous Brasileiros desvalidos que ali apparecerão, 106 pezos fortes	203\$520			
Idem pelo consul honorario em Cadiz, Angelo Maria de Castriçiones, dito.	211\$777			
Idem pelo visconde de Santo Amaro, encarregado de negocios em Turim, na defeza de um marinhheiro brasileiro desvalido, preso em Genova, Frs. 711.44.	251\$138	666\$435		
Diversas.				
Ao ministerio da marinha, como indemnisação de metade da passagem do piloto da armada, Carlos de Serqueira Lima, no vapor inglez <i>Camilla</i> , de Montevideo para este porto, vindo encarregado de despachos.	75\$000			
Ao consul honorario em Cadiz, Angelo Maria de Castriçiones, que despendeu com a remessa de papeis para esta secretaria de estado.	5\$184			
	80\$184	37:604\$121		

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA NESTA CORTE.			PAGA.	RESTA A PAGAR
Transportes.	80\$184	37:0048121		
A Antonio Pedro de Carvalho Borges, secretario de legação em Montevideo, servindo de encarregado de negocios, que despendeu em objectos extraordinarios do expediente, 30 patações.	57\$000			
Ao conselheiro José Maria do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, o valor de 92 patações que despendeu como acima.	476\$640			
Ao mesmo conselheiro, 36 patações, importancia de um escudo das armas do Imperio, e de um mastro para a bandeira nacional.	107\$520	421\$944		
Reclamações.				
Entregue ao consul geral nos Paizes Baixos nesta corte, para indemnizar a subditos de sua nação, que reclamão prejuizos soffridos pelos embarços postos pelo chefe de policia da Bahia á sahida da escuna hollandeza <i>Gouverneur Van der Eb</i> , obrigando o respectivo capitão a transportar Africanos suspeitos para a Costa d'Africa		2:111\$752		
Secretas.				
Ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro residente em Montevideo, que despendeu de Julho a Novembro de 1853.	3:637\$380			
A Antonio Pedro de Carvalho Borges, secretario de legação, servindo de encarregado de negocios interino em Montevideo, idem nos menses de Dezembro de 1853 a Janeiro de 1854.	1:497\$600			
Ao conselheiro José Maria do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Montevideo, idem dito de Fevereiro a Junho de 1854, abatida a quantia de 422\$400 rs. que por aviso do ministerio da justiça de 28 de Julho de 1854 se mandou pôr a disposição dos estrangeiros	3:037\$600			
A disposição do conselheiro official-maior desta secretaria de estado, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, para supprimento de despesas secretas do exercicio de 1853—54	10:000\$000	18:172\$580	58:310\$397	
			58:310\$397	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transporte.....			58:310\$397	
Ajudas de custo.				
A Cesar Sauvay Vianna de Lima, promovido secretario de legação em Buenos-Ayres, na importancia de dous quartéis de seus vencimentos, Ls. 196.17.6, a 27.	1:750\$000			
A Rodrigo Delfim Pereira, addido á legação em Paris, de remoção para Berlim, na importancia de um quartel, Ls. 84.7.6, a 27.....	750\$000			
Ao conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa, de retirada, idem, Ls. 492.3.9, a 27.....	4:375\$000			
A Miguel Maria Lisboa, ministro residente em Venezuela, Nova Granada e Equador, para de Nova Granada ir ao Equador, na importancia de dous quartéis, Ls. 843.15.0, a 27.....	7:500\$000			
A João Pereira da Costa Motta, nomeado consul geral na Belgica, idem, Ls. 168.15.0, a 27.....	1:500\$000			
A Manoel Theodoro Nascentes de Azambuja, consul geral em Hespanha, de retirada, na importancia de um quartel, Ls. 87.7.6, a 27.....	750\$000			
A Ernesto Antonio de Souza Leconte, consul geral em Sardenha, de remoção para a Prussia, na importancia de um quartel de seus vencimentos, Ls. 112.10.0, a 27.....	1:000\$000			
A João Diego Sturz, consul geral na Prussia, de remoção para a Sardenha, idem, Ls. 112.10.0, dito.....	1:000\$000			
Gratificações.				
A João Pereira de Andrada Junior, amanuense desta secretaria de estado, em comissão em Londres, encarregado da contabilidade da legação, a saber: de 1 de Julho a 12 de Setembro de 1853, na razão de 2:200\$000 rs. por anno, e de 13 do mesmo mez de setembro a 30 de Junho de 1854, na de 3:700\$000 rs., Ls. 352.6.3, a 27.....	3:398\$332			
A Henrique Cavalcanti de Albuquerque, addido á legação em Londres, servindo de secretario interino, vencida em 1.º de Julho a 15 de Agosto de 1853, e de 26				
	3:398\$332	18:625\$000	58:310\$397	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transportes. . .	3:3082332	18:6252000	58:3108397	
de Maio a 30 de Junho de 1854, na razão de 1:600\$000 rs. por anno, Ls. 40.6.0, a 27.	355\$241			
A Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, addido à legação em Washington, servindo de secretario interino, 1.º e 2.º quartel, Ls. 22.10.0, a 27.	200\$000			
A Marcelino José Tavares, encarregado de tirar copias de monumentos historicos na legação em Lisboa, todo anno, Ls. 48.0.0, a 27.	426\$664			
A um individuo que na legação em Madrid se occupou no mesmo trabalho, idem, Ls. 50.0.0, dito.	4442444	4:827\$684		
Soccorros.				
Prestados a Antonino José de Miranda Falcão. consul geral nos Estados-Unidos da America a titulo de indemnisação pelo prejuizo que soffreu no naufragio do vapor Americano «S. Francisco», a cujo bordo se achava, Ls. 250.0.0, a 27. . . .	2:222\$222			
Idem pelo consul geral em França a um brasileiro desvalido enfermo no hospital, Ls. 30.0.0, a 27.	206\$867			
Idem pelo consul geral em Londres a um marinhheiro brasileiro desvalido, Ls. 4.17.6.	432334	2:532\$223		
Colonisação.				
Pago a José Lucio Corrêa, consul geral nas cidades anseaticas, importancia de despesas por elle suppridas na Allemanha com a animação da emigração de colonos para este imperio, liquido de 489\$908 que passou a cargo do ministerio do imperio por Aviso de 20 de Dezembro de 1853, e de 1:379\$924 rs., que tambem passou a cargo do mesmo ministerio por Aviso de 10 de Agosto de 1854, bem como de 616\$222 rs. que por Aviso de 23 de Setembro deste ultimo anno se lhe sollicitou que mandasse levar à sua conta como metade da ultima despesa paga por este objecto no anno financeiro de 1853 a 1854.		26:931\$441		
Indemnisações.				
Ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris, José Marques		27:931\$441	58:3102397	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTO A PAGAR.
Transportes.		27:031\$441	58:310\$397	
Lisboa, como indemnisação das despesas por elles feitas em suas apresentações nos actos da proclamação, casamento e coroação do Imperador dos Francezes, Ls. 800,0.0, a 27.	7:111\$110			
Ao secretario de legação em França, João Alves Loureiro, idem como acima, Ls. 100,0.0, dito.	888\$888			
Ao addido á mesma legação, Henrique Luiz Raton, idem como acima, Ls. 50,0.0, dito.	444\$444			
Ao dito, dito José Marques de Souza Lisboa, idem como acima, Ls. 50,0.0, dito.	444\$444	8:888\$886		
Diversas.				
Pago ao encarregado de negocios em Roma, José Bernardo de Figueiredo importancia de despesas extraordinarias da legação, Ls. 23,7,5, a 27.	207\$740			
Pelo aluguel da parte da casa que occupa a secretaria e archivo da legação em Londres, todo anno, Ls. 168,15.0, a 27.	1:500\$000			
Pela assignatura do State papers, Slave Trade papers e Commons Session al papers, Ls. 20,10.3, dito.	182\$332			
Pago pela legação em Londres pelo excesso de peso da mala de um dos paquetes, Ls. 5,1.0, dito.	44\$888			
Idem do consul geral na Hespanha, Felix Peixoto de Brito e Mello para compra de diversos objectos necessarios á chancelaria do consulado, Ls. 56,5.0, dito.	500\$000			
A' disposição do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris, José Marques Lisboa para supprimento de diversas despesas a seu cargo, liquido de 298\$242, a saber: 146\$718 rs. mandados indemnizar a este ministerio pelo do imperio por Aviso de 15 de Setembro de 1853; 151\$524 rs. mandados igualmente pôr á disposição deste ministerio pelo da justiça por Aviso de 13 de Maio de 1854, importancias de despesas pagas por aquelle ministro por este credito.	1:479\$335			
A José Lucio Corrêa consul geral em Hamburgo, que despendeu com diversos objectos remettidos a esta secretaria de Estado, Ls. 6,5.5, a 27.	55\$740	3:970\$235		
		40:790\$582	58:310\$397	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA EM LONDRES.			PAGA.	RESTA A PAGAR
Transportes.....		40:790\$562	58:310\$397	
Secretas.				
Feitas pela legação imperial em Londres, em todo anno financeiro de 1853 a 54, Ls. 300,0,0, a 27.....	2:666\$665			
Idem dito em Paris como acima, Ls. 472,10,0, dito.....	4:200\$000			
Idem dito na Prussia, como acima liquido de 1:066\$666 rs., que passou a cargo do ministerio do imperio, incluidos na quantia e que trata o Aviso do de estrangeiros dirigido ao Thesouro em 10 de Agosto de 1854, Ls. 120,0,0, dito...	1:066\$666			
Idem pela mesma legação com a subvenção de Dr. Schmidt, liquido de 1:000\$000 rs., que tambem passou a cargo do ministerio do imperio na forma acima referida, Ls. 89,5,0, dito.....	793\$333			
Idem pela legação no Perú em todo anno financeiro de 1853 a 54, Ls. 150,16,0, dito.....	1:340\$443			
Feitas pela legação imperial em Lisboa com um objecto de serviço publico, Ls. 30,0,0, dito.....	266\$666	10:333\$773	51:124\$535	
			<u>109:434\$732</u>	

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855

VICENTE ANTONIO DA COSTA,

Chefe da secção.

N. 6.

Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 5.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 — 1854 « Extraordinarias no interior. »

PAGA NESTA CORTE.		PAGA.	RESTO A PAGAR
Gratificações.			
Ao official desta secretaria de estado, José Joaquim Timotheo de Araujo, empregado em trabalhos extraordinarios, todo o anno	400\$000		
Ao dito da Fazenda, José Malaquias Baptista Franco, empregado no gabinete do ministerio dos negocios estrangeiros, contada de 10 de Setembro de 1853 a 30 de Junho de 1854, a razão de 800\$ rs. por anno.	646\$666		
Ao dito desta secretaria de Estado, Antonio Gonsalves Dias, encarregado de trabalhos extraordinarios, da 1.º de Novembro de 1853 a 31 de Maio de 1854, dito.	466\$666		
Ao amanuense José Domingues de Ataíde Moncorvo, idem todo anno	400\$000		
Ao dito Antonio de Souza Cirne Lima, idem, de 1 de Julho a 11 de Outubro de 1853.	111\$827		
Ao dito, Americo de Castro, idem, de 13 de Outubro de 1853 a 30 de Junho de 1854	287\$095		
Ao dito Joaquim Teixeira de Macedo, idem, todo o anno.	400\$000		
Ao dito Constancio Neri de Carvalho, idem, dito.	400\$000		
Ao praticante Frederico de Souza Reis e Carvalho, idem de 1.º de Abril a 30 de Junho de 1854.	50\$000		
Ao addido, Augusto de Paiva Freese Pinheiro, idem, de 5 de Novembro de 1853 a 30 de Junho de 1854.	262\$221		
Ao porteiro e continuo do gabinete imperial, idem, todo anno	80\$000	3:504\$475	
Archivo.			
Um jogo de dictionarios Portuguez e Italiano, e Italiano e Portuguez de Antonio Bordo.	10\$000		
Diversas leis e jornaes avulsos.	2\$560		
Assignatura do <i>Correio Mercantil</i> por 6 mezes.	8\$000		
Uma escada e uma mesa para o serviço dos mappas.	83\$000		
Importancia de encadernação dos officios das legações e consulados do Imperio.	202\$600		
Idem da obra « The Statemans »	19\$200		
Idem de um armario envidraçado.	152\$000		
Idem de diversos tubos de folha de Flandres para guardar mappas	111\$300	588\$660	
Expediente.			
Importancia de 38 libras de espermacote para o serviço da secretaria e illuminações em todo anno.	30\$400		
	30\$400	4:093\$135	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA NESTA CORTE.		PAGA.	RESTO A PAGAR
Transporte, ..	30\$400	4:093\$135	
Importancia de 51 varas de brim para saccoes de malas.	16\$560		
Idem do excesso do peso das malas remettidas pelos paque- tes inglezes para o Rio da Prata.	74\$400		
Idem da impressão e papel de mil exemplares do Relatorio deste ministerio apresentado na sessão de 1853 compre- hendidas as encadernações e brochuras.	3:000\$000	3:121\$420	
Diversas despesas.			
Importancia de diversos mappas que se comprirão para se remetter á legação imperial na Haya.	12\$000		
Idem paga a um vidraceiro por alguns vidros postos em armarios e janellas na secretaria.	2\$240		
Idem do frete de diversos caixotes com livros e papeis para a secretaria.	58\$771		
Idem da lavagem e engomizado de 42 cortinados das ja- nellas da secretaria em todo anno.	63\$000		
Idem do aluguel do servente, dito.	192\$000		
Idem de moringues e quartinhas, dito.	1\$920		
Idem de uma bacia para mãos.	900		
Idem dos dinheiros dados aos correios por ordem do Sr. official maior para comprimento do serviço, em todo anno.	188\$600		
Idem de diversas insignias de grão-cruzes, commendadores e cavalleiros para autoridades estrangeiras.	1:915\$000		
Idem das despesas com differentes objectos na commissão de que foi encarregado nesta secretaria de estado o con- selheiro Duarte da Ponte Ribeiro.	500\$000		
Idem de uma collecção das moedas de ouro e prata do imperio para ser remettida á legação imperial na Haya. .	148\$590		
Idem da assignatura dos <i>Jornaes do Commercio</i> por tempo de um anno para as legações do imperio.	480\$000		
Idem paga pelo porteiro desta secretaria de estado por diversas miudezas e carretos, em todo anno.	50\$360	3:613\$381	
Secretas.			
Despendido pelo conselheiro official maior desta secretaria de estado em differentes objectos do serviço publico em todo o exercicio financeiro de 1853 a 54.		16:000\$000	
		26:827\$936	

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA,

Chefe da secção.

N. 7.

Tabella demonstrativa das despezas pagas pela verba do § 4.º do art. 11 da lei n.º 668 de 11 de Setembro de 1852.

A SABER:

PAGA NESTA CORTE.			PAGA.	RESTO A PAGAR
EXTRAORDINARIAS NO EXTERIOR. 1850—1851. Gratificações.				
A Cesar Sauvay Vianna de Lima, que servio de addido á legação em Vienna d'Austria, pela serventia interina de secretario de legação naquella cõrte, contada do 1.º de Maio a 30 de Junho de 1851 na razão de 1:000\$000 rs. por anno			167\$582	
IDEM. 1851—1852. Ajudas de custo.				
Ao Sr. conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde, que servio de encarregado de negocios no Paraguay e foi exonerado por decreto de 29 de Março de 1852.		2:500\$000		
Gratificações.				
A Cesar Sauvay Vianna de Lima, que servio de addido á legação em Vienna d'Austria, pela serventia interina de secretario de legação, contada do 1.º de Julho de 1851 a 20 de Janeiro de 1852 na razão de 1:000\$000 rs. por anno		554\$945	3.054\$945	
PAGA EM LONDRES.				
EXTRAORDINARIAS NO EXTERIOR. 1851—1852. Ajudas de custo.				
A Augusto de Paiva, que servio de secretario de legação em Londres e foi aposentado por decreto de 3 de Novembro de 1851.			1:250\$000	
			h:472\$527	

CONTINUAÇÃO DA TABELLA.

PAGA NESTA CORTE.			PAGA.	RESTO A PAGAR
Transporte...			4:472\$527	
1852 — 53.				
Vencimentos.				
A Antonio de Souza Ferreira, consul geral no Perú, o ordenado do 4.º quartel, Ls. 84,7,6, a 28 1/4, ...	716\$814			
Expediente do consulado do mesmo quartel, Ls. 5,12,6, dito.....	47\$787	764\$601		
A Hermenegildo Frederico Niteroi que servio de consul geral, encarregado de negocios interino na Liberia, resto dos vencimentos do 4.º quartel, Ls. 91,3,1, ao cambio de 28.....		781\$321	1:545\$922	
			6:018\$449	

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA.
Chefe da secção.

N. 8.

Tabella demonstrativa da despesa paga em virtude da lei n. 723 de 30 de Setembro de 1853.

A SABER:

PAGA NESTA CORTE.	PAGA.	RESTO A PAGAR
Subsidio.		
Ao governo da Republica Oriental do Uruguay por emprestimo por tempo de um anno na razão de 60:000 paracões por mez	1.382:400\$000	2

Secção de contabilidade, em 27 de Fevereiro de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA,
Chefe da secção.

N. 9.

Credito supplementar.

Senhor.

A quantia de 5:000:000 réis, que pela verba do § 3.º do artigo 4.º da lei n. 719, de 28 de Setembro de 1853, foi consignada para pagamento dos vencimentos dos empregados em disponibilidade no corrente anno financeiro de 1854—55, não é sufficiente para satisfazer ás necessidades do serviço na mesma verba.

Quando em 11 de Fevereiro de 1853 se fez o orçamento que servio de base á mesma lei, não havia em disponibilidade senão um enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, um secretario de legação e um consul geral. O primeiro tinha o vencimento de 2:133:333 réis; e o segundo e terceiro o de 800:000 réis cada um. Estes vencimentos montavão a 3:733:333; e porque podia acontecer que dentro do exercicio de 1854—55 fosse mais algum considerado em disponibilidade, pedio-se de mais 1:266:667 réis. Estas quantias perfazem a de 5:000:000 réis decretada na lei.

Acontece porém que actualmente existem em disponibilidade:

Dous enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios cada um com 2:133:333 réis. o que monta a	4:266:666
Um ministro residente com 1:600:000 réis que deve vencer do 1.º de Janeiro a 30 de Junho deste anno.	800:000
Um encarregado de negocios, que, posto não tenha sido ainda considerado, por decreto, em disponibilidade, é comatudo pago por esta verba com	1:333:333
E dous secretarios de legação, um dos quaes com	800:000
e outro com 600:000 réis; mas principiando este a vencer do 1.º de Abril do anno proximo passado para cá, cabe-lhe até 30 de Junho do corrente.	450:000
E portanto o todo da despesa a satisfazer.	<u>7:649:999</u>

Desta demonstração resulta a existencia de um deficit de 2:649:999 réis. Para supri-lo tenho a honra de propôr a V. M. Imperial um credito do 2:650:000 réis.

Sou, Senhor, com o mais profundo acatamento

De Vossa Magestade Imperial
Subdito reverente e fiel criado.

VISCONDE DE ABAETÉ.

DECRETO N. 1571, DE 3 DE MARÇO DE 1855.

Concede um credito supplementar de 2:650:000 rs. á verba —Empregados em disponibilidade— do § 3.º do art. 4.º da lei n. 719 de 28 de Setembro de 1853, no corrente anno financeiro de 1854—1855.

Attendendo á insufficiencia do credito votado pelo paragrapho terceiro do artigo quarto da lei do orçamento vigente numero setecentos e dezanove, de vinte e oito de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e tres, para pagamento dos vencimentos dos empregados em disponibilidade do ministerio dos negocios estrangeiros, no corrente anno financeiro de mil

oitocentos e cincoenta e quatro a mil oitocentos e cincoenta e cinco, e á urgente necessidade de satisfazer taes vencimentos; Hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros na fôrma do paragrapho segundo do artigo quarto da lei numero quinhentos e oitenta e nove, de novo de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, conceder um credito supplementar á mencionada verba de dous contos seiscentos e cincoenta mil réis, devendo este credito supplementar ser opportunamente incluído na proposta que houver de ser presente ao corpo legislativo para ser definitivamente approvado. O visconde de Abaeté, do meu conselho, e do de estado, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Março de mil oitocentos e cincoenta e cinco, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de S. M. o Imperador.

VISCONDE DE ABAETÉ.

N. 10.

Orçamento da despesa do ministério dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1856—57.

1.º Secretaria de estado, moeda do paiz.	47:345\$088	
2.º Legações e consulados, a 27 dinheiros esterlinos por mil réis.	392:775\$000	
3.º Empregados em disponibilidade, moeda do paiz	8:599\$999	
4.º Despesas extraordinarias no exterior, a 27 dinheiros esterlinos por mil réis	110:000\$000	
5.º Ditas no interior, moeda do paiz.	30:000\$000	588:720\$087
6.º Exercícios findos		3

Tabellas explicativas do orçamento do ministério dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1856—57.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA O ANNO DE 1855-56.
§ 1.º				
SECRETARIA DE ESTADO.				
1 ministro e secretario de estado, ord.	Lei 7 Abril 1852.	12:000\$000		
1 official maior, ord.	Dec. 26 Fever. 1842.	2:400\$000		
Grat.	"	1:000\$000		
4 officiaes chefes de secção, ord.	"	4:800\$000		
Grat.	"	3:200\$000		
1 official archivista, ord.	"	1:200\$000		
Grat.	"	800\$000		
3 officiaes, ord.	"	3:600\$000		
5 amanuenses, ord.	"	4:000\$000		
5 praticantes, ord.	Dec. 20 Abril 1844.	2:000\$000		
1 porteiro ajudante do archivista, ord.	Dec. 26 Fever. 1842.	800\$000		
Grat.	"	200\$000		
1 ajudante do porteiro, ord.	"	600\$000	36:600\$000	
<i>Expediente.</i>				
4 correios a cavallo, ord.	"	4:000\$000		
Papel, pennas, lacar, livros em branco para registros e outros artigos		3:000\$000		
Impressão dos actos do governo.		2:000\$000		
Aluguel e decima da casa que serve de secretaria de estado		1:745\$088	10:745\$088	
			47:345\$088	46:545\$088

A differença de 800\$000 rs. que apparece entre a quantia orçada para 1856—57, e a votada para 1855—56, provém do augmento que tiverão em seus vencimentos, os 4 correios da secretaria de estado na razão de 200\$000 rs., por decreto n. 737 de 28 de Junho de 1854.

(CONTINUAÇÃO).

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1855-56.
§ 2.º				
LEGAÇÕES E CONSULADOS.				
Estados-Unidos.				
1 enviado extraordinario e ministro pleni- potenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 4 Agosto 1853.	10:800\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:800\$000		
1 addido de primeira classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		1:500\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
Dito do consulado		200\$000	29:200\$000	
Confederação Argentina.				
1 enviado extraordinario e ministro pleni- potenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	11:800\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:300\$000		
1 addido de primeira classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		1:500\$000		
Expediente da legação	Dec. 6 Abril 1852.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	23:700\$000	
Estado Oriental.				
1 enviado extraordinario e ministro pleni- potenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	11:800\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:300\$000		
1 addido de primeira classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		1:000\$000		
Expediente da legação	Dec. 6 Abril 1852.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	23:200\$000	
Peru.				
1 enviado extraordinario e ministro pleni- potenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Grat.	Dec. 4 Agosto 1853.	14:300\$000		
1 addido de primeira classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		\$		
		20:500\$000	76:100\$000	

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1853-54.
Transportes.		29:500\$000	76:100\$000	
Expediente da legação.	Dec. 6 Abril 1852.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	21:200\$000	
Venezuela, Nova Granada e Equador.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000	10:500\$000	
Paraguay.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000	10:500\$000	
Chile.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 consul geral, ord.		1:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	12:200\$000	
Cayenna.				
1 consul geral, ord.		2:500\$000		
Expediente do consulado.		500\$000	3:000\$000	
Inglaterra.				
1 enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	21:500\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	3:400\$000		
3 addidos de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:500\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	6:600\$000		
1 consul geral, ord.		1:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	2:500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	43:200\$000	
Franga.				
1 enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	16:500\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:800\$000		
2 addidos de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:600\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	4:500\$000		
1 consul geral, ord.		2:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	1:000\$000		
Dito do consulado.		200\$000	53:700\$000	
			210:500\$000	

(CONTINUAÇÃO.)

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1855-56.
Transporte.			210.400\$000	
Portugal.				
1 enviado extraordinario e ministro pleni- potenciario, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	3:200\$000		
Represent.	Dec. 30 Setem. 1853.	11:800\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:800\$000		
1 addido de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		1:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	1:000\$000		
Dito do consulado		200\$000	24:700\$000	
Prussia, cidades Anseaticas, Hanover, Mecklem- burgo Schwerin, Mecklenburgo Strelitz e Oldemburgo.				
1 ministro residente, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:400\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	12:600\$000		
1 secretario de legação, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	1:200\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:800\$000		
1 addido de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral na Prussia, ord.		4:000\$000		
1 dito nas cidades Anseaticas, Mecklem- burgo Schwerin, e Mecklenburgo Stre- litz e Oldemburgo, ord.		4:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Idem do consulado na Prussia.		200\$000		
Idem do consulado nas cidades Anseaticas, Hanover, Mecklenburgo Schwerin, Me- cklenburgo Strelitz e Oldemburgo.		200\$000	30:900\$000	
Napoles.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 addido de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		S		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	13:700\$000	
Austria.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 addido de 1.ª classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Gratific.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		2:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	16:200\$000	
			295:900\$000	

(CONTINUAÇÃO.)

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1853-56.
Transporte.			295:900\$000	
Russia.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 addido de 1. ^a classe, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	800\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	2:200\$000		
1 consul geral, ord.		\$		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	13:700\$000	
Roma e Toscana.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Grat.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 consul geral, ord.		2:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		500\$000		
Despesas de etiqueta.		925\$000	13:925\$000	
Sardenha.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 consul geral em Genova, Lione e Parma, ord.		3:750\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		400\$000	14:650\$000	
Espanha.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 consul geral, ord.		3:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	13:700\$000	
Belgica.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1852.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
1 consul geral, ord.		3:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000		
Dito do consulado.		200\$000	13:700\$000	
Hollanda.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	8:000\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000	10:500\$000	
			376:075\$000	

(CONTINUAÇÃO).

NATUREZA DA DESPEZA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1855-56.
Transporte.			376:075\$000	
Suecia e Dinamarca.				
1 encarregado de negocios, ord.	Lei 22 Agosto 1851.	2:000\$000		
Represent.	Dec. 6 Abril 1852.	5:500\$000		
Expediente da legação.	Idem.	500\$000	8:000\$000	
Confederação Helvética.				
1 consul geral, ord.		3:000\$000		
Expediente.		500\$000	3:500\$000	
Angola.				
1 consul geral, ord.		5:000\$000		
Expediente.		200\$000	5:200\$000	
			392:775\$000	418:275\$000

A differença de 25:500\$000 rs., que apparece para menos entre a quantia orçada para 1856—57, e a concedida para o proximo anno financeiro de 1855—56, provém de se ter supprimido a legação em Bolivia, o ordenado do consul no Perú, os vencimentos dos addidos ás legações em Nova Granada, Paraguay, Chile e Roma; e de se ter reduzido os vencimentos do consul geral em Montevideo, do secretario de legação em Londres, e do consul geral na Prussia, bem como a consignação do expediente do consulado na Belgica; montando todas aquellas suppressões e reduções a 34:200\$000 rs.; mas deduzindo-se desta quantia a de 8:700\$000 rs. em que são orçadas as despesas dos consulados na Confederação Helvética, e na cidade de Loanda em Angola, que ora se criirão, resulta ser a diminuição da despesa 25:500\$000 rs.

NATUREZA DA DESPEZA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1855-56.
§ 3.º				
Empregados em disponibilidade.				
2 enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios, ord.	Dec. 20 Março 1852.	4:200\$000		
1 ministro residente, ord.	Idem.	1:000\$000		
1 encarregado de negocios, ord.	Idem.	1:333\$333		
2 secretarios de legação, ord.	Idem.	1:400\$000	5:500\$000	7:933\$333

A differença de 600\$306 rs. para mais que apparece entre a quantia orçada, e a votada, provém de se haver dado destino a um consul geral, e mandado considerar em disponibilidade mais um secretario de legação.

(CONTINUAÇÃO).

NATUREZA DA DESPEZA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMAS.	VOTADA PARA 1855-56.
§ 4. ^a Extraordinarias no exterior.				
Para ajudas de custo, socorros a brasileiros desvalidos, gratificações e outras despe- zas eventuaes e secretas.			110:000\$000	110:000\$000
§ 5. ^a Extraordinarias no interior.				
Para differentes despesas eventuaes e im- previstas dentro do imperio.			30:000\$000	30:000\$000

Secção de contabilidade, em 3 de Março de 1855

VICENTE ANTONIO DA COSTA,

Chefe da secção.

N. II.

Conta das quantias adiantadas pelo governo do Brasil á Republica Oriental do Uruguay em virtude da authorisação concedida ao governo imperial pela lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853.

1854		Patações.	Reis.
Fevereiro	25 Prestação de Dezembro de 1853 e Janeiro de 1854 na razão de 30,000 patações por mez.	60,000	115:200=000
Março	28 Idem de Fevereiro e Março, como acima.	60,000	115:200=000
Abril	29 Idem do corrente mez de Abril	30,000	57:600=000
Maio	29 Idem do corrente mez de Maio	30,000	57:600=000
"	31 Pela quantia, capital, e juros que Irineo Evangelista de Souza, havia emprestado ao governo oriental	98,207	188:557=440
Junho	23 Resto das prestações dos mezes de Março, Abril e Maio para eleva-las a 60,000 patações por mez	90,000	172:800=000
Julho	26 Prestações de Junho e Julho, a 60,000 patações.	120,000	230:400=000
Agosto	25 Idem do corrente mez de Agosto	60,000	115:200=000
Setembro	23 Idem do corrente mez de Setembro	60,000	115:200=000
Outubro	26 Idem do corrente mez de Outubro	60,000	115:200=000
Dezembro	11 Resto da prestação do mez de Novembro.	51,793	99:442=560
		<u>720,000</u>	<u>1,382:400=000</u>

Secção de contabilidade, em 3 de Abril de 1855.

VICENTE ANTONIO DA COSTA.

Chefe da secção.

N. 12.

Aviso do governo á legação imperial em Montevideo.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 2 de Setembro de 1854.

Pela lei n. 723 de 30 de Setembro de 1853, foi o governo imperial autorizado a fornecer por empréstimo ao governo da Republica Oriental do Uruguay, enquanto julgasse conveniente, e sob as condições que tivesse por melhores, um subsidio, que não pudesse exceder a sessenta mil patações por mez, nem durar mais de um anno sem nova authorisação do corpo legislativo.

Em virtude desta authorisação foram trocadas entre o ministro do Brasil na Republica Oriental do Uruguay, e o ministro das relações exteriores da mesma Republica, as notas reversaes de 31 de Janeiro do corrente anno, pelas quaes se concordou: 1.º em que a quantia das prestações não excederia a trinta mil patações mensaes, enquanto a situação da Republica não se regularisasse definitivamente pelo voto das camaras e pela nomeação do novo presidente; 2.º em que as prestações começariam a correr desde o mez anterior aquelle, em que se assignassem as reversaes.

Em virtude deste accordo, o governo da Republica recebeu, a razão de trinta mil patações por mez, as prestações de Dezembro do anno de 1853 e dos mezes de Janeiro e Fevereiro do corrente anno.

Depois de regularizada a situação da Republica, celebrou-se entre o governo de S. M. o Imperador e o da Republica a convenção de 1 de Junho do corrente anno. No 1.º artigo desta convenção estipulou-se que o governo de S. M. o Imperador forneceria por empréstimo ao da Republica Oriental do Uruguay a quantia mensal de sessenta mil patações a contar do 1.º de Março do mesmo anno; e no artigo 2.º, que estas prestações não poderiam em caso algum durar mais do que até Dezembro do corrente anno, em que terminavão os doze mezes do subsidio, que o governo imperial fôra autorizado a conceder ao da Republica, salvo se o governo imperial fosse para isso novamente autorizado.

O estado da receita publica e outras graves considerações induzirão o governo imperial a abster-se de sollicitar da assembléa geral na sessão, que está a encerrar-se, uma nova authorisação para continuar a fornecer subsidios ao governo da Republica Oriental do Uruguay.

Assim é que com a entrega da quantia que V. S. deve dar a esse governo no mez de Novembro proximo futuro, por conta dos sessenta mil patações, tem de considerar-se terminadas as prestações com que o governo imperial se compromettéra a auxiliar o da Republica.

Já disse a V. S. na minha confidencial de 5 do mez proximo findo; que a ultima prestação, isto é, a do mez de Novembro acima referido, deve ser de cincoenta e um mil setecentos e noventa e tres patações, porque da totalidade dos sessenta mil patações correspondente ao subsidio desse mez tem de deduzir-se a parcella de oito mil duzentos e sete patações. Esta parcella é o excesso entre os noventa mil patações, que o governo imperial tinha á sua disposição por não ter fornecido ao governo oriental se não trinta mil patações nos mezes de Dezembro de 1853 e Janeiro e Fevereiro deste anno, e a quantia que em virtude do artigo 7.º da convenção do 1.º de Junho, satisfiz as casas dos Srs. Guimarães & C.ª, na importancia de sessenta e oito mil duzentos e sete patações.

Fazendo esta communicação a V. S., tenho de acrescentar que deve dar conhecimento deste meu despacho ao governo da Republica, afim de que elle saiba que o governo de S. M. o Imperador não continuará a fornecer subsidios além do mez de Novembro do corrente anno, e possa em consequencia adoptar, com anticipação, as medidas que julgar convenientes para occorrer ás despesas publicas.

Prevaleço-me desta oportunidade para reíterar a V. S. as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIXO DE ABREO.

Ao Sr. José Maria do Amaral.

INDICE

DOS DOCUMENTOS OFFICIAES QUE ACOMPANHÃO ESTE RELATORIO.

Annexo A.

Documentos officiaes sobre varios assumptos.

N. 1.	Relação do pessoal da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.....	Pag. 3
N. 2.	Relação das pessoas que compoem o corpo diplomatico do Brasil residente nos diversos estados estrangeiros.....	4
N. 3.	Quadro dos empregados diplomaticos em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentados, e dos agentes brasileiros, comprehendendo todas as commissões de que tem sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até ao presente.....	7
N. 4.	Relação das pessoas que compoem o corpo diplomatico estrangeiro.....	15
N. 5.	Mappa demonstrativo dos agentes consulares do Brasil residentes nos diversos portos estrangeiros.....	17
N. 6.	Mappa demonstrativo dos agentes consulares estrangeiros residentes nos diversos portos do imperio.....	22
N. 7.	Representação do official-maior ao respectivo ministro e secretario de estado.....	29
	Tabella 1. Classificação dos emolumentos arrecadados na secretaria em 1852, 1853 e 1854.....	30
	Tabella 2. Demonstração dos estrangeiros que durante o mez de Fevereiro de 1855 sahirão do porto do Rio de Janeiro para as provincias do Imperio sem solicitar passaportes pela secretaria.....	31
	Tabella 3. Demonstração das pessoas que no mez de Março de 1855 sahirão do porto do Rio de Janeiro para outros do Imperio sem solicitar passaportes pela secretaria.....	32
	Tabella 4. Demonstração das pessoas que no mez de Abril de 1855 sahirão do porto do Rio de Janeiro para outros do Imperio sem solicitar passaportes.....	33
N. 5.	Officio do official-maior, demonstrando o direito que tem os empregados da mesma repartição aos emolumentos provenientes dos passaportes, e especialmente dos que lhe competião por aquelles que erão expedidos a estrangeiros que viaião dentro do Imperio.....	34

Annexo B.

Commissão Mixta Brasileira e Portugueza.

Commissão mixta brasileira e portugueza do art. 3.º da convenção adicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825.....	1
--	---

Relatorio dos trabalhos da commissão mixta brasileira e portugueza desde Maio de 1853 a Abril de 1854.....	1
N. 1. Aviso do governo imperial aos commissarios brasileiros da commissão mixta brasileira e portugueza.....	2
N. 2. Observação dos commissarios portuguezes a respeito da execução do art. 3.º da convenção adicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825, apresentadas na sessão de 22 de Junho proximo passado.....	3
N. 3. Reflexões dos commissarios brasileiros em resposta ás ditas observações dos commissarios portuguezes.....	6
N. 4. Declaração dos commissarios portuguezes apresentada na sessão de 24 de Agosto de 1853.....	8
N. 5. Reflexões dos commissarios brasileiros á declaração dos commissarios portuguezes apresentadas na sessão de 31 de Agosto de 1853.....	8
N. 6. Memorandum, no qual tratão os commissarios brasileiros de esclarecer a opinião do governo imperial para a execução do art. 3.º da convenção adicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825.....	9
N. 7. Observações dos commissarios portuguezes em resposta á proposta e memorandum dos commissarios brasileiros de 26 de Abril de 1854.....	12
N. 8. Reflexões dos commissarios ás antecedentes observações apresentadas pelos commissarios portuguezes na sessão de 31 de Maio de 1854.....	16
N. 9. Reflexões dos commissarios portuguezes apresentadas na sessão de 2 de Agosto de 1854, em resposta ás observações dos commissarios brasileiros feitas na sessão de 7 de Junho de 1854.....	17
N. 10. Relatorio dos trabalhos da commissão mixta brasileira e portugueza desde 28 de Abril de 1854, remettido ao governo imperial com officio de 23 de Abril de 1855.....	18
Documento a que se refere o relatorio que precede dos commissarios brasileiros....	21
Relação das reclamações entradas na commissão mixta brasileira e portugueza, do art. 3.º da convenção até 23 de Abril de 1855.....	21

Annexo C.

Heranças.

Interpretação do art. 6.º § 1.º da constituição do imperio.

Correspondencia entre o governo imperial e a legação de S. M. Britannica sobre o modo de serem arrecadadas e administradas as heranças dos subditos estrangeiros que fallecem no imperio e a interpretação do art. 6.º § 1.º da constituição brasileira.

N. 1. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	1
N. 2. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	2
N. 3. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	3
N. 4. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	4

Ordens expedidas em 16 de Dezembro de 1854 pelo governo de S. M. F. para a fiel execução do accordo celebrado com o Brasil sobre a arrecadação e administração das heranças de subditos Brasileiros fallecidos em Portugal e seus dominios.

N. 5. Nota da legação imperial em Lisboa ao governo de S. M. F.....	4
N. 6. Nota do governo de S. M. F. á legação imperial em Lisboa.....	5
N. 7. Nota do governo de S. M. F. á legação imperial em Lisboa.....	6
Portaria a que se refere a nota acima.....	6

Intelligencia do art. 34 do decreto do governo de S. M. F. de 10 de Dezembro de 1854, sobre a arrecadação das heranças, bens e cabedacs dos defuntos e ausentes no estado da India.

N. 8. Decreto. — Portugal. — Ministerio dos negocios da marinha e ultramar.....	6
Regimento para a arrecadação das heranças e cabedacs dos defuntos e ausentes no estado da India.....	7

Cap. I. Da arrecadação e administração das heranças, bens e cabedaes dos defuntos e ausentes.....	7
Cap. II. Dos inventarios, venda de bens, processos para pagamento de dividas e mais despesas e escripturação a cargo da secção da contadoria geral do estado, respectivos aos defuntos e ausentes.....	8
Cap. III. Da remessa do producto dos espolios para o deposito publico de Lisboa.....	10
Cap. IV. Disposições especiaes para os estabelecimentos de Damão e Dio.....	10
Cap. V. Da arrecadação das heranças dos que fallecerem em viagem, ou em algum dos portos da provincia.....	10
Cap. VI. Da arrecadação das heranças dos militares arregimentados que fallecerem....	11
Cap. VII. Das heranças, bens e cabedaes dos estrangeiros defuntos e ausentes.....	11
Disposições geraes.....	11
N. 9. Nota da legação imperial em Lisboa ao governo de S. M. F.....	11
N. 10. Nota da legação de S. M. F. á legação imperial em Lisboa.....	12

Arrecadação da heranças dos subditos brasileiros em França.

N. 11. Nota da legação imperial em França ao governo francez.....	13
---	----

Annexo D.

Trafico de escravos.

Correspondencia entre o governo imperial e a legação de S. M. Britannica sobre um pretendido desembarque de Africanos na provincia do Rio Grande do Sul, ou de Santa Catharina.

N. 1. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	1
N. 2. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	2
N. 3. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	2
N. 4. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	3

Discussão entre o governo britannico e a legação imperial em Londres sobre a revogação do bill conhecido pelo titulo de « Brazilian slave trade act of 1845. »

N. 5. Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. Britannica.....	3
N. 6. Nota do governo britannico á legação imperial em Londres.....	6
N. 7. Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. Britannica.....	7
N. 8. Decreto n. 731 de 5 de Junho de 1854, declarando desde quando deve ter lugar a competencia dos auditores de marinha para processar e julgar os réos mencionados no art. 3.º da lei n. 581 de 4 de Setembro de 1850, e os casos em que devem ser impostas pelos mesmos auditores as penas de tentativa de importação de escravos.....	9
N. 9. Nota da legação britannica ao governo imperial.....	9

Correspondencia entre o governo imperial e o de S. M. Britannica sobre a emancipação de Africanos livres.

N. 10. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	10
N. 11. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	11
N. 12. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	11
N. 13. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	12
N. 14. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	12
N. 15. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	14
N. 16. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	14
N. 17. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	15
N. 18. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	15

Annexo E.

Princípios que resolverão adoptar S. M. a Rainha da Grã-Bretanha e Irlanda, e S. M. o Imperador dos Francezes, em relação aos neutros, na actual guerra que tem com a Russia.

Guerra entre a Turquia, a Grã-Bretanha e França por um lado e a Russia por outro.

Correspondencia com a legação de S. M. B.	1
Acquiescencia do Brasil, como potencia neutra, aos principios adoptados por S. M. B. durante a presente guerra.	1
N. 1. Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.	1
Documento a que se refere a nota supra.	2
Declaração dos principios adoptados por S. M. B.	2
N. 2. Nota do governo imperial á legação de S. M. B.	2
N. 3. Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.	3
N. 4. Nota da legação britannica ao governo imperial.	4

Correspondencia com a legação de S. M. o Imperador dos Francezes.

Acquiescencia do Brasil como potencia neutra aos principios adoptados por S. M. durante a presente guerra.	5
N. 5. Nota do governo de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo imperial.	5
N. 6. Nota do governo imperial á legação de S. M. o Imperador dos Francezes.	5
N. 7. Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo do Brasil.	7
N. 8. Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo do Brasil.	8
Documentos a que se refere a nota acima.	8
Exposição ao Imperador.	9
Declaração dos principios que adoptou S. M. o Imperador dos Francezes para com os neutros e acerca de corsarios na guerra contra a Russia.	10
N. 9. Nota da legação de S. M. o Imperador dos Francezes ao governo do Brasil.	10
N. 10. Nota do governo do Brasil á legação de S. M. o Imperador dos Francezes.	11

Correspondencia com a legação de S. M. o Imperador de todas as Russias.

N. 11. Declaração á legação de S. M. o Imperador de todas as Russias da posição que como potencia neutra tomará o Brasil na guerra de S. M. com a França e Inglaterra.	12
Ordens expedidas, em conformidade da correspondencia que precede, para que não se admittão corsarios nos portos brasileiros, e nem se pratiquem no Imperio, actos alguns oppostos aos deveres de uma stricta neutralidade.	12
N. 12. Circular aos presidentes das provincias.	12

Correspondencia com a legação de S. M. B. para que não se consinta nas praças do Brasil, como potencia neutra, emprestano algum por parte do governo de S. M. o Imperador de todas as Russias.

N. 13. Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.	14
N. 14. Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.	14

Annexo F.

Navegação fluvial do Amazonas e seus tributarios.

Discussão entre a legação dos Estados-Unidos e o governo do Perú sobre se devem ser extensivos aos cidadãos daquelles estados os mesmos favores concedidos aos subditos brasileiros pelo decreto de 4 de Janeiro de 1854.

N. 1. Nota do ministro dos Estados-Unidos em Lima ao governo do Perú.	1
N. 2. Nota do governo da republica do Perú ao ministro dos Estados-Unidos da America.	2

N. 3.	Nota do ministro dos Estados-Unidos ao governo do Perú.....	4
N. 4.	Nota do governo da republica do Perú ao ministro dos Estados-Unidos da America....	12
<i>Discussão entre a legação de S. M. Britannica e o governo do Perú para se franquear aos subditos e barcos britannicos os mesmos favores concedidos aos subditos brasileiros, na parte das aguas do Amazonas pertencentes aquella republica.</i>		
N. 5.	Nota da legação britannica em Lima ao governo do Perú.....	18
N. 6.	Nota do governo da republica do Perú á legação de S. M. Britannica.....	20
<i>Correspondência entre a legação dos Estados-Unidos da America e o governo imperial sobre a abertura do Amazonas aos cidadãos daquelles estados.</i>		
N. 7.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.....	21
	Exposição a que se refere a nota supra.....	21
N. 8.	Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.....	22
	Memorandum a que se refere a nota antecedente.....	22
<i>Discussão entre a legação de S. M. Britannica e o governo imperial sobre a abertura do Amazonas ás bandeiras das nações estrangeiras na parte que pertence ao imperio.</i>		
N. 9.	Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	25
N. 10.	Nota da legação britannica ao governo imperial.....	26
N. 11.	Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	26
N. 12.	Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	30

Annexo G.

Navegação dos afluentes do Rio da Prata.

Exploração dos tributarios do Rio da Prata pelo vapor « Water-Witch » dos Estados-Unidos da America.

N. 1.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.....	1
N. 2.	Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos da America nesta corte.....	1
N. 3.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.....	2
N. 4.	Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos nesta corte.....	4
N. 5.	Ordem expedida pelo governo imperial ao presidente da provincia de Matto Grosso para permittir as explorações do vapor norte americano <i>Water-Witch</i> , acima do porto de Albuquerque.....	5

Annexo H.

Leis e decretos sobre a navegação fluvial.

N. 1.	Decreto n. 1445 de 2 de Outubro de 1854, innova o contracto celebrado pelo governo imperial com a companhia de navegação e commercio do Amazonas.....	1
	Condições com que é innovado o contracto com a companhia de navegação e commercio do Amazonas.....	1
N. 2.	Regulamento expedido pelo governo do estado de Buenos-Ayres para a navegação do rio Paraná na parte que lhe pertence.....	4
N. 3.	Lei do estado de Buenos-Ayres approvando aquelle regulamento.....	5
N. 4.	Decreto que estabelece as garantias e segurança de que devem gozar em suas pessoas e interesses os estrangeiros residentes no territorio da republica do Paraguay.....	5
N. 5.	Decreto da republica do Paraguay excluindo os navios de guerra estrangeiros da navegação dos rios da mesma republica.....	7

- N. 6. Decreto do presidente da republica do Paraguay explicando e declarando o de 3 de Outubro de 1854, que prohibio aos navios de guerra estrangeiros entrar nos rios da mesma republica sem previa licença do governo. 7

Annexo I.

Explicações dadas aos governos de Buenos-Ayres e da confederação Argentina sobre o fim e objecto da expedição enviada pelo governo imperial á republica do Paraguay.

Explicações dadas ao governo do estado de Buenos-Ayres pela legação do Brasil naquella estado sobre o fim e objecto da missão e expedição brasileira mandada á republica do Paraguay.

- N. 1. Nota do governo de Buenos-Ayres á legação do Brasil. 1
 N. 2. Nota da legação do Brasil em Buenos-Ayres ao governo do mesmo estado. 1
 N. 3. Nota do governo de Buenos-Ayres á legação do Brasil no mesmo estado. 2
 N. 4. Nota da legação do Brasil em Buenos-Ayres ao governo do mesmo estado. 4
 N. 5. Nota da legação imperial em Buenos-Ayres ao governo do mesmo estado. 5

Explicações dadas ao governo da Confederação Argentina pelo ministro brasileiro junto della acreditado, sobre o fim e objecto da expedição enviada pelo governo imperial á Republica do Paraguay.

- N. 6. Officio da legação brasileira na Confederação Argentina ao governo imperial. 7

Circular dirigida pelo governo da Confederação Argentina aos agentes diplomaticos acreditados junto della. Converte para se trasladarem á cidade do Paraná. Motivos por que foi feito aquelle convert.

- N. 7. Nota do governo da Confederação Argentina á legação imperial. 8

Annexo J.

Missão brasileira na Republica do Paraguay.

Expedição do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira desde que sahio deste porto até a Assumpção.

Estado das negociações que fizeram o objecto da sua missão.

- N. 1. Officio do commandante da policia fluvial ao commandante em chefe da esquadra brasileira. 1
 N. 2. Officio do commandante em chefe da esquadra brasileira ao commandante da navegação fluvial no Cerrito. 1
 N. 3. Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao ministro de relações exteriores da republica. 2
 N. 4. Nota do ministro das relações exteriores do Paraguay ao commandante em chefe da esquadra brasileira. 3
 N. 5. Officio do commandante em chefe da esquadra brasileira ao commandante da policia fluvial, na boca do Rio Paraguay. 5
 N. 6. Officio do commandante em chefe da esquadra brasileira ao ministro de relações exteriores do Paraguay. 6
 N. 7. Nota do governo imperial ao da republica do Paraguay. 6
 N. 8. Nota do governo da republica ao commandante em chefe da esquadra brasileira em resposta á precedente. 9
 N. 9. Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da republica. 10
 N. 10. Nota do governo da republica ao commandante em chefe da esquadra brasileira. 11
 N. 11. Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da republica. 12
 N. 12. Nota do governo do Paraguay ao commandante em chefe da esquadra brasileira. 13
 N. 13. Nota do commandante em chefe da esquadra brasileira ao governo da republica. 14
 N. 14. Nota do commandante da esquadra brasileira ao governo da republica. 14

Apresentação do Sr. Pedro Ferreira de Oliveira ao presidente da república no caracter de plenipotenciário Brasileiro.

N. 15. Nota do governo da república ao Sr. Pedro Ferreira de Oliveira	15
N. 16. Nomeação de plenipotenciário Paraguayo para conferenciar com o Brasileiro.....	15
N. 17. Nota do plenipotenciário Paraguayo ao de S. M. o Imperador	16

Annexo K.

Negociações sobre limites, navegação fluvial e extradição com as repúblicas do Equador, Venezuela, e Nova Granada.

Tratado de extradição.

N. 1. Tratado de extradição celebrado entre S. M. o Imperador do Brasil e a república do Equador.....	1
N. 2. Protocollo da negociação do tratado entre o Brasil e o Equador sobre extradição, comprehendendo as questões de navegação fluvial e limites de que fôra encarregado perante aquella república o commendador Miguel Maria Lisboa.....	4

Convite feito em o anno de 1851 pelo governo da república da Venezuela ao de S. M. o Imperador para se celebrar em Londres um tratado de limites entre os dous Estados.

N. 3. Nota do governo da república de Venezuela ao governo imperial.....	6
N. 4. Resposta do governo imperial, preterindo os desejos do da república com a nomeação de um encarregado de negocios para nella residir.....	6

Reclamação do governo da república de Venezuela para se remover os obstáculos ao commercio e communicação interna entre os dous paizes pela respectiva fronteira.

N. 5. Nota do governo da república de Venezuela á legação imperial.....	7
N. 6. Nota da legação imperial ao governo da república de Venezuela.....	8
N. 7. Nota do governo da república de Venezuela ao governo imperial.....	9

Declaração do governo imperial aos das repúblicas de Venezuela e Nova Granada relativamente aos tratados pendentes de approvação dos respectivos congressos.

N. 8. Extracto de uma nota do ministro residente do Brasil ao governo de Venezuela.....	10
N. 9. Extracto de uma nota do ministro residente do Brasil ao governo da Nova Granada.....	11

Convite do governo imperial ao da república do Equador para a renovação da negociação do tratado de navegação do Amazonas entre os dous paizes.

N. 10. Nota do ministro residente do Brasil ao governo da república do Equador.....	12
---	----

Parecer do barão de Humboldt sobre os tratados de limites celebrados pelo plenipotenciário brasileiro com as repúblicas de Venezuela e Nova-Granada, reconhecendo a necessidade de se adoptar o principio do uti possidetis, base daquelles tratados.

N. 11. Carta do barão de Humboldt ao commendador Miguel Maria Lisboa.....	13
---	----

Annexo L.

Tratados e Convenções.

N. 1. Convenção entre o Imperio do Brasil e a república oriental do Uruguay sobre a prestação do subsídio á mesma república.....	1
N. 2. Accordo de 5 de Agosto de 1854 determinando a duração e as condições do auxilio de força militar prestado pelo Imperio á república oriental do Uruguay.....	5

N. 3.	Convenção celebrada em Lisboa pelos plenipotenciarios brasileiros e de S. M. Fidelissima, assim de remediar os inconvenientes não previstos no código penal portuguez, pelo que respecta á falsificação em Portugal de moeda com curso legal no Imperio.....	8
N. 4.	Demarcação de limites entre o Brasil e o estado oriental do Uruguay.....	11
N. 5.	Officio do commissario oriental ao commissario brasileiro.....	11

Reversões trocadas entre o ministro do Brasil no Perú e o governo desta republica, fixando as regras que se tem de observar na extradição de escravos fugidos.

N. 6.	Nota da legação imperial em Lima ao governo do Perú.....	12
N. 7.	Nota do governo do Perú á legação imperial em Lima.....	13

Reversões trocadas entre o ministro do Brasil no Perú e o governo da mesma republica, fixando a intelligencia do art. 5.º do tratado de 23 de Outubro de 1851.

N. 8.	Nota da legação imperial em Lima ao governo do Perú.....	13
N. 9.	Nota do governo do Perú á legação imperial em Lima.....	14

Annexo II.

Varias reclamações brasileiras e estrangeiras.

Abolição dos direitos locais e de corporação na Grã-Bretanha para os navios brasileiros. Reclamação do Brasil para que nos portos de S. B. B. sejão os navios brasileiros iguaes aos proprios nacionaes.

N. 1.	Officio do consul geral do Brasil em Liverpool ao nosso ministro em Londres.....	1
N. 2.	Nota da legação imperial em Londres ao governo de S. M. B.	1
N. 3.	Nota do governo britannico á legação imperial em Londres.....	2
N. 4.	Nota da legação imperial em Londres ao governo britannico	3
N. 5.	Nota do governo de S. M. B. á legação imperial em Londres.....	4

Passaportes dados a estrangeiros. Pedido para serem extensivos aos que sahem para fóra do Imperio as disposições do decreto de 10 de Janeiro de 1855.

N. 6.	Decreto N.º 1,531, de 10 de Janeiro de 1855	5
N. 7.	Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.....	6
N. 8.	Nota do governo imperial á legação de S. M. B.	7

Reciprocidade sollicitada pela legação de S. M. B. para se permittir aos subditos das duas nações, respectivamente, o commercio de cabotagem.

N. 9.	Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.....	8
N. 10.	Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial	9
N. 11.	Nota do governo imperial á legação de S. M. Britannica.....	9

Reclamação do governo de Nova Granada pedindo providencias ao governo imperial para impedir que do territorio do imperio se fação incursões em o da Nova Granada.

N. 12.	Nota do governo de Nova Granada á legação imperial	10
N. 13.	Nota da legação imperial ao governo da Nova Granada.....	11
N. 14.	Nota do governo imperial ao ministro das relações exteriores de Nova Granada.....	12

Annexo N.

Junta de credito publico.

Relatorio.....	1
----------------	---

Documentos a que se refere o relatorio supra.

N. 1. Lei para a consolidação da divida interna da republica oriental do Uruguay.....	3
N. 2. Nota da liquidação e classificação da divida do estado oriental feita pela junta do credito publico, desde 15 de Setembro de 1852 até 31 de Março de 1855.....	5
N. 3. Lei para a liquidação da divida da republica oriental do Uruguay, proveniente dos prejuizos que soffrêrão os habitantes da campanha durante a guerra civil.....	6

Annexo O.

Despezas do ministerio dos negocios estrangeiros e credito.

N. 1. Quadro resumido dos creditos e despezas do ministerio dos negocios estrangeiros do anno financeiro de 1853 a 1854.....	1
N. 2. Tabella demonstrativa das despezas da verba do § 1.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 a 1854 « Secretaria de estado », paga nesta corte.....	2
N. 3. Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 2.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 a 1854 « Legações e consulados ».....	4
N. 4. Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 3.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 a 1854 « Empregados em disponibilidade ».....	12
N. 5. Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 4.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 a 1854 « Extraordinarias no exterior ».....	13
N. 6. Tabella demonstrativa da despesa da verba do § 5.º do art. 4.º da lei do orçamento de 1853 a 1854 « Extraordinarias no interior ».....	21
N. 7. Tabella demonstrativa das despezas pagas pela verba do § 4.º do art. 11 da lei n.º 668 de 11 de Setembro de 1852.....	23
N. 8. Tabella demonstrativa da despesa paga em virtude da lei n.º 723 de 30 de Setembro de 1853.....	24
N. 9. Credito suplementar.....	25
N. 10. Orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1856 a 1857.....	27
N. 11. Conta das quantias adiantadas pelo governo do Brasil á Republica Oriental do Uruguay.....	34
N. 12. Aviso do governo á legação imperial em Montevideo.....	35

